DIÁRIO OFICIAL

CADERNO
EXECUTIVO
SEÇÃO 1

Volume 135 . Número 122 . São Paulo, terça-feira, 24 de junho de 2025

SUMÁRIO

LEIS 2
DECRETOS 2
ATOS DO GOVERNADOR 4
CASA CIVIL 4
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO 4
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO 5
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA 6
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO 11
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 12
SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS 13
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 13
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO 15
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 16
SECRETARIA DE ESPORTES 31
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO 32
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL 46
SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS 52
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA 54
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA 56
SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS 63
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER 68
SECRETARIA DA SAÚDE 68
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 71
SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS 82
MINISTÉRIO PÚBLICO 82
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO 88
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 88
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS 89
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA 93

Tarcísio de Freitas
Governador

Felicio Ramuth
Vice-Governador

Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo CEP 05650-000
Web. saopaulo.sp.gov.br
Tel. 2193-8000

/governosp

Prodesp

SECRETARIAS

Casa Civil
Secretário: Arthur Luis Pinho de Lima
Av. Morumbi 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8000

Cultura, Economia e Indústria Criativas
Secretária: Marília Marton Correa
Rua Mauá 51 Luz
CEP 01028-900 t 3339-8000

Governo e Relações Institucionais
Secretário: Gilberto Kassab
Av. Morumbi 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8000

Desenvolvimento Econômico
Secretário: Jorge Luiz Lima
Av. Escola Politécnica, 82 Jaguaré
CEP 05350-000 t 3718-6500

Gestão e Governo Digital
Secretário: Caio Mario Paes de Andrade
Av. Morumbi 4.500 Morumbi
CEP 05650-905 t 2193-8000

Esportes
Secretária: Helena dos Santos Reis
Praça Antonio Prado 9 Centro
CEP 01010-010 t 3107-4098

Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Secretária: Natália Resende Andrade Ávila

Ciência, Tecnologia e Inovação
Secretário: Vahan Agopyan

Justiça e Cidadania
Secretário: Fábio Prieto de Souza
Pátio do Colégio 148 Centro
CEP 01016-040 t 3291-2603

Comunicação
Secretária: Lais Vita Merces Souza

Desenvolvimento Social
Secretária: Andrezza Rosalém
Rua Boa Vista, nº 170 Edifício Cidade I Centro
CEP 01014-00 t 2763-8000

Desenvolvimento Urbano e Habitação
Secretário: Marcelo Cardinale Branco
Rua Boa Vista 170, 16º Bloco 2 Ed. Cidade I
CEP 01014-930 t 3638-5100

Políticas para a Mulher
Secretária: Valéria Bolsonaro

Procuradoria Geral do Estado
Procuradora-Geral do Estado: Inês Maria dos Santos Coimbra
Rua Pamplona 227 Bela Vista
CEP 01405-902 t 3372-6401/6402/6404

Segurança Pública
Secretário: Guilherme Muraro Derrite
Rua Libero Badaró 39 Centro
CEP 01009-000 t 3291-6500

Transportes Metropolitanos
Secretário: Marco Antonio Assalve
Rua Boa Vista 175 Bloco B Edifício Cidade II Centro
CEP 01014-001 t 3291-7800

Administração Penitenciária
Secretário: Marcello Streifinger
Av. General Ataliba Leonel 656 Santana
CEP 02088-900 t 2223-4700

Turismo e Viagens
Secretário: Roberto Alves de Lucena
Praça Ramos de Azevedo 254 5º Andar Centro
CEP 01037-912 t 3204-2855

Fazenda e Planejamento
Secretário: Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita
Av. Rangel Pestana 300 Centro
CEP 01091-900 t 3243-3400

Universidade de São Paulo
Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior
Rua da Reitoria 374 Cidade Universitária
CEP 05508-220 t 3091-4244

Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Antônio José de Almeida Meirelles
Cidade Universitária Campinas
CEP 13083-970 t (19) 3521-2121

Agricultura e Abastecimento
Secretário: Guilherme Piai Silva Filizzola
Praça Ramos de Azevedo 254 Centro
CEP 01037-912 t 5067-0000

Universidade Estadual Paulista
Reitora: Maysa Furlan
Rua Quirino de Andrade 215 Centro
CEP 01049-010 t 5627-0233

Direitos da Pessoa com Deficiência
Secretário: Marcos da Costa
Av. Auro Soares de Moura Andrade 564
CEP 01156-001 t 5212-3700

Ministério Público
Procurador-Geral de Justiça: Paulo Sérgio de Oliveira e Costa
Rua Riachuelo 115 Centro
CEP 01007-904 t 3119-9000

Negócios Internacionais
Secretário: Lucas Pedreira do Couto Ferraz

Defensoria Pública do Estado
Defensora Pública-Geral do Estado: Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho
Rua Boa Vista 200 Centro
CEP 01014-001 t 3106-1889

Parcerias em Investimentos
Secretário: Rafael Antonio Cren Benini

Educação
Secretário: Renato Feder
Praça da República 53 Centro
CEP 01045-903 t 3218-2000

Saúde
Secretário: Eleuses Vieira de Paiva
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar 188 Cerqueira César
CEP 05403-000 t 3066-8000

Prodesp

Diretor Presidente
Gileno Gurjão Barreto

Diretor Administrativo-Financeiro
Camilo Cogo Cavalcanti

Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
Rafael Almeida Fernandez Soto

Diretor de Operações
Ricardo Cezar de Moura Jucá

Diretor Jurídico, de Governança e Gestão
André Luiz Sucupira Antonio

Diretor de Serviços ao Cidadão
Carlos Henrique Netto Vaz

Diretor de Relacionamento com Clientes
Thiago Waltz Alves

MATRIZ

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
CNPJ 62.577.929/0001-35

Sede e administração
Rua Agueda Gonçalves 240 Taboão da Serra SP
CEP 06760-900
t 11 2845.6000

www.prodesp.sp.gov.br

LEIS

LEI Nº 18.155, DE 19 DE JUNHO DE 2025

(Projeto de lei nº 914/2024, dos Deputados Dr. Eduardo Nóbrega – PODE, Gil Diniz – PL)

Declara patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado o grupo musical Renascer Praise.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica declarado como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado o grupo musical Renascer Praise, em razão de sua relevância cultural e artística na difusão da música gospel e de valores culturais cristãos.

Artigo 2º - Vetado.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos 19 de junho de 2025.

Tarcísio de Freitas

Marcelo de Assis

Secretário Executivo respondendo pelo expediente da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

Gilberto Kassab

Secretário de Governo e Relações Institucionais

Arthur Luis Pinho de Lima

Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 18.156, DE 23 DE JUNHO DE 2025

(Projeto de lei nº 7/2025, dos Deputados Fábio Faria de Sá – PODE, André Bueno – PL, Rogério Santos – MDB, Itamar Borges – MDB e Carla Morando – PSDB)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de autorização e regulamentação dos municípios do Estado para a utilização de motocicletas na prestação do serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - No Estado, a utilização de motocicletas para a prestação do serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros fica condicionada à autorização e regulamentação dos municípios.

Parágrafo único - Para fins desta lei, entende-se como transporte individual privado remunerado de passageiros a atividade cuja utilização seja intermediada por plataformas digitais ou outros meios de contratação de serviços de transporte individual pago.

Artigo 2º - É facultada aos municípios, observados o interesse local e as peculiaridades de cada um, a regulamentação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicleta.

Parágrafo único - Para os municípios que optarem pela sua regulamentação, somente será autorizado ao motorista que cumprir as seguintes condições:

1 - possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria A compatível com a atividade desenvolvida e que contenha a informação de que exerce atividade remunerada;

2 - conduzir veículo que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo poder público municipal;

3 - emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);

4 - apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Artigo 3º - Na regulamentação e fiscalização do serviço de transporte privado individual de passageiros, os municípios deverão observar as seguintes diretrizes, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço:

I - efetiva cobrança dos tributos municipais devidos pela prestação do serviço;

II - exigência de contratação de seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP);

III - exigência de inscrição do motorista como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos termos da alínea h do inciso V do artigo 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Artigo 4º - A exploração dos serviços remunerados de transporte privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta lei e na regulamentação do poder público municipal caracterizará transporte ilegal de passageiros.

Artigo 5º - Os municípios poderão prever multa no caso de descumprimento de suas respectivas regulamentações, além da aplicação do artigo 231, VIII, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser revista após 5 (cinco) anos de sua implementação, com vistas à avaliação de sua eficácia e necessidade de ajustes.

Palácio dos Bandeirantes, na data da assinatura digital.

Tarcísio de Freitas

Marco Antonio Assalve

Secretário dos Transportes Metropolitanos

Caio Mário Paes de Andrade

Secretário de Gestão e Governo Digital

Gilberto Kassab

Secretário de Governo e Relações Institucionais

Arthur Luis Pinho de Lima

Secretário-Chefe da Casa Civil

DECRETOS

DECRETO Nº 69.643, DE 17 DE JUNHO DE 2025

Autoriza a Fazenda do Estado a receber, mediante doação, sem ônus ou encargo, do Município de Presidente Venceslau, o imóvel que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1° - Fica a Fazenda do Estado autorizada a receber, mediante doação, sem ônus ou encargo, do Município de Presidente Venceslau, nos termos da Lei municipal n° 3.995, de 2 de abril de 2025, o terreno objeto da Matrícula n° 16.115 do 1° Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Venceslau, localizado na Avenida Dom Pedro II, s/n°, Centro, naquele Município, com área de 3.045,54m² (três mil e quarenta e cinco metros quadrados e cinquenta e quatro decímetros quadrados), identificado e descrito nos autos do Processo n° 024.00042227/2025-10.

Parágrafo único - O terreno de que trata o "caput" deste artigo destinar-se-á à Secretaria da Saúde, para instalação de um Ambulatório Médico de Especialidades – AME.

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO DE FREITAS

Arthur Luis Pinho de Lima

Eleuses Vieira de Paiva

DECRETO Nº 69.644, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Autoriza a outorga de uso, ao Município de Guará, de parte do imóvel que especifica, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e à vista da deliberação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,

Decreta:

Artigo 1° - Fica a Fazenda do Estado autorizada a outorgar o uso, mediante permissão de uso, a título precário e gratuito, pelo prazo de 30 (trinta) anos, em favor do Município de Guará, de parte do imóvel objeto da Transcrição n° 20.163 do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Ituverava, localizado na Avenida Doutor Francisco de Paula Leão, n° 1.922, Centro, naquele Município, cadastrado no SGI sob o n° 67709, parte essa com 8.274,73m² (oito mil duzentos e setenta e quatro metros quadrados e setenta e três decímetros quadrados) de terreno e 3.069,00m² (três mil e sessenta e nove metros quadrados) de área construída, identificada e descrita nos autos do Processo Digital n° 015.00418105/2023-48.

Parágrafo único - A parte do imóvel a que alude o "caput" deste artigo destinar-se-á ao uso da EMEB Marica Ogava de Freitas.

Artigo 2° - A permissão de uso de que trata este decreto será efetivada por meio de termo a ser lavrado pela unidade competente da Procuradoria Geral do Estado, do qual deverão constar as condições impostas pela permitente.

Artigo 3° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO DE FREITAS

Arthur Luis Pinho de Lima

DECRETO Nº 69.645, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Regulamenta a Lei n.º 17.295, de 22 de outubro de 2020, e declara o javali-europeu (Sus scrofa) em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento, e seus híbridos, como nocivo ao meio ambiente, à saúde pública, à pecuária e à agricultura, além de praga cujo combate e erradicação é considerado de peculiar interesse do Estado de São Paulo com base na Lei n.º 10.478, de 22 de dezembro de 1999, e na Lei n.º 10.670, de 24 de outubro de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica declarado animal nocivo ao meio ambiente, à saúde pública, à pecuária e à agricultura, bem como praga de peculiar interesse do Estado, o javali-europeu (Sus scrofa) em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento e seus híbridos, vivendo em liberdade no Estado de São Paulo, e, doravante, chamados neste decreto "javali".

Parágrafo único - A declaração de nocividade e de praga de peculiar interesse em relação ao javali e seus híbridos visa alicerçar a implantação de ações efetivas, eficazes e eficientes de prevenção, monitoramento, controle e erradicação de sua população, de forma a conter sua expansão territorial e demográfica, reduzir seus impactos, especialmente em áreas prioritárias de interesse ambiental, social, sanitário e econômico e atender à demanda da sociedade.

Artigo 2º - Para fins deste decreto, são adotadas as seguintes definições e conceitos:

I - Fauna exótica ao território nacional: espécies animais que não são nativas do território brasileiro, conforme definido na Lei n.º 17.295, de 22 de outubro de 2020, e que foram introduzidas, intencional ou acidentalmente, em ecossistemas naturais ou modificados pelo homem, incluindo o javali e seus híbridos;

II - Praga: organismo que, em determinadas condições, causa danos econômicos, ambientais ou à saúde pública, direta ou indiretamente, e que demanda medidas de controle ou de erradicação, conforme declarado no artigo 1º deste decreto para o javali e seus híbridos;

III - Áreas prioritárias de interesse: regiões delimitadas com base em critérios ambientais, sociais, sanitários ou econômicos, que demandam atenção especial para a conservação, recuperação ou uso sustentável dos recursos naturais, e que são particularmente afetadas pela presença do javali e seus híbridos;

IV - Práticas sustentáveis de prevenção: conjunto de ações e métodos que visam evitar a introdução, estabelecimento e disseminação do javali e seus híbridos, de modo a minimizar impactos ambientais, econômicos e sociais, de forma a assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas;

V - Manejo sustentável: administração responsável dos recursos naturais, incluindo o controle populacional do javali e seus híbridos, de forma a garantir a conservação e o uso equilibrado dos ecossistemas, considerando aspectos ecológicos, econômicos e sociais;

VI - Práticas responsáveis de segurança: medidas e procedimentos adotados para garantir a proteção da saúde humana, animal e ambiental durante as atividades de prevenção, monitoramento e controle do javali e seus híbridos, incluindo o transporte, armazenamento e descarte seguro de materiais biológicos;

VII - Núcleos de controle: unidades especializadas, vinculadas a órgãos competentes, responsáveis pela coordenação, execução e monitoramento de ações de controle, prevenção e erradicação do javali e seus híbridos, em conformidade com as diretrizes deste decreto;

VIII - Patógenos com importância em defesa agropecuária: microrganismos, como vírus, bactérias, fungos ou outros agentes biológicos, que representam risco significativo à saúde pública, à produção agropecuária ou ao equilíbrio ambiental, e que podem ser transmitidos ou potencializados pela presença do javali e seus híbridos, demandando medidas específicas de vigilância e controle;

IX - Saúde Única: abordagem integrada e multissetorial que reconhece a interconexão entre a saúde humana, a saúde animal e a saúde ambiental, visando promover políticas e ações coordenadas para prevenir e controlar doenças zoonóticas, proteger a biodiversidade e garantir a sustentabilidade dos ecossistemas, com foco especial no manejo de espécies invasoras como o javali e seus híbridos.

Artigo 3º - O controle populacional e a implementação de práticas sustentáveis de prevenção e monitoramento do javali serão conduzidos com base no Plano de Manejo e Monitoramento – Plano de Ações Javali São Paulo, a ser elaborado e publicado em conjunto entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Segurança Pública.

§ 1º - O Plano de Manejo e Monitoramento populacional do javali e seus híbridos deverá ser pautado nos princípios da Saúde Única, com uma abordagem integrada que reconhece a interconexão entre as saúdes humana, animal, vegetal e ambiental, garantindo colaboração transdisciplinar e intersetorial, de forma a assegurar uma gestão eficiente e abrangente da população de javalis e aplicando os conceitos de manejo sustentável com o objetivo de minimizar potenciais impactos negativos à saúde única.

§ 2º - O Plano de Manejo e Monitoramento populacional do javali deverá estabelecer programas de controle ou de pesquisa e definir as áreas prioritárias onde serão executados, a partir de critérios sanitários, ambientais, sociais ou econômicos.

§ 3º - As ações poderão ser executadas em qualquer período do ano e não sofrerão restrição de quantidade de animais abatidos além de terem compromisso com práticas responsáveis de segurança dos atores envolvidos.

§ 4º - Com o objetivo de controlar as populações de javali, o presente plano deve coordenar esforços entre os órgãos do Estado, além de somar esforços à atuação dos órgãos do Governo Federal, dos municípios e de diversos atores da sociedade civil, tais como produtores rurais prejudicados pela ação predatória do javali, controladores individuais autorizados pelos órgãos responsáveis e empresas autorizadas a executar o manejo, produtores agroindustriais exportadores e consumidores de carnes.

§ 5º - O plano deverá prever capacitação dos controladores sobre técnicas e equipamentos empregados nas ações de manejo e controle, tendo em vista a sua segurança e sua saúde, bem como a segurança e saúde dos proprietários e seus funcionários, além da proteção à atividade de produção agropecuária praticada na propriedade.

Artigo 4º - O consentimento dos titulares ou dos detentores dos direitos de uso da propriedade para a realização de atividades de controle nas

propriedades particulares, será formalizado por meio de sistema informatizado da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 5º - Os titulares ou os detentores dos direitos de uso da propriedade ficam obrigados a cumprir as medidas de controle populacional em seus domínios, nas condições a serem estabelecidas no Plano de Ações Javali São Paulo.

§ 1º - Os proprietários, arrendatários, comerciantes ou ocupantes a qualquer título das propriedades localizadas nas áreas definidas como prioritárias, de que trata o § 2º do artigo 3º, serão obrigados a:

1 - executar as ações definidas pelo Plano de Ações Javali São Paulo;

2 - permitir aos agentes do Poder Público e seus parceiros acesso às propriedades para realização de ações necessárias ao controle populacional de javalis, pesquisas científicas e investigações epidemiológicas.

§ 2º - Em caso de recusa dos titulares ou dos detentores dos direitos de uso da propriedade, estes ficarão sujeitos às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação vigente.

Artigo 6º - É proibido o transporte de javalis vivos capturados em atividade de controle populacional.

§ 1º - Os animais capturados deverão ser abatidos pelos controladores no local da captura.

§ 2º - A soltura de javalis capturados somente poderá ocorrer mediante autorização fornecida pelo órgão ambiental competente para uso de técnicas que visem o aumento da eficiência do controle, como o rastreamento.

§ 3º - O transporte de javalis e seus híbridos vivos somente será permitido às instituições de pesquisa, com autorização prévia do órgão do meio ambiente e acompanhada de Guia de Trânsito Animal (GTA) emitida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento/CDA.

Artigo 7º - Fica proibida a criação de javalis e de seus híbridos no Estado de São Paulo.

§ 1º - Criatórios de javalis comerciais que possuem amparo judicial, devem estar cadastrados no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE), e somente poderão transportar animais vivos até o abatedouro, sempre acompanhados da Guia de Trânsito Animal (GTA).

§ 2º - O abate dos javalis mantidos em criações ilegais deverá ser providenciado diretamente pelo autuado ou às suas expensas, conforme determinação dos órgãos competentes.

Artigo 8º - O transporte de carcaças de javalis abatidos deverá atender à legislação vigente.

§ 1º - É obrigatória a obtenção de autorização de trânsito de carcaças de javalis emitida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Coordenadoria de Defesa Agropecuária (SAA/CDA) no Sistema GEDAVE, ou outro que venha a substituí-lo, para a realização de transporte de carcaças no Estado de São Paulo.

§ 2º - É obrigatório o uso de lacre de rastreabilidade de carcaças fornecido pela SAA/CDA para o transporte de carcaças no Estado de São Paulo.

§ 3º - O controlador que transportar carcaças de javalis deverá colaborar com o sistema de vigilância de doenças e fica obrigado a:

1 - realizar a coleta e envio de amostras biológicas de animais abatidos, em conformidade com as normas da SAA/CDA;

2 - notificar imediatamente à SAA/CDA sobre a presença de animais doentes, agonizantes ou mortos por causa desconhecida que porventura encontrar durante as atividades de controle.

Artigo 9º - Com o objetivo de aprimorar a gestão do processo e eficácia do controle do javali compete à Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

I - definir instrumentos de incentivo, como certificações e valorização de produtos da agrobiodiversidade e experiências locais de uso sustentável, para estimular empresas das cadeias produtivas do setor agropecuário a realizarem ações que viabilizem o controle de javalis;

II - desenvolver programa de apoio aos municípios com maiores danos econômicos causados pela expansão populacional de javalis para estimular a realização do controle em áreas públicas municipais;

III - elaborar e executar ações de coordenação com a sociedade civil, em especial com organizações do setor produtivo agropecuário e de controladores da população de javali, nas práticas seguras e eficazes de controle dos javalis enquanto animal nocivo à pecuária e à agricultura e praga de peculiar interesse do Estado, conforme definido no artigo 1º deste decreto;

IV - definir linhas de financiamento para incentivar a construção de núcleos de controle, realizar rotação de cultura e aumentar a biosseguridade de granjas e criatórios de pequenos e médios produtores;

V - dimensionar a população de javalis e seus impactos em saúde única;

VI - criar linhas de seguro contra o ataque de javalis às culturas de importância econômica e social afetadas pela praga;

VII - divulgar e estimular a participação da comunidade na vigilância e no monitoramento de patógenos com importância em defesa da saúde humana, animal e ambiental, dentro da abordagem da Saúde Única, com controle e monitoramento dos javalis;

VIII - manter sob vigilância sanitária os rebanhos de animais de peculiar interesse do Estado, em conformidade com as normas da Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

IX - cadastrar no sistema informatizado da Secretaria de Agricultura e Abastecimento os controladores de fauna, pessoas físicas ou jurídicas não governamentais, autorizados pelos órgãos responsáveis;

X - fornecer aos controladores capacitação sanitária em parceria com outras instituições para a realização da colheita e envio de materiais biológicos, com o objetivo de formar a rede de vigilância epidemiológica de doenças relacionadas ao javali;

XI - fornecer aos controladores lacres de rastreabilidade, materiais de coleta de amostras biológicas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) básicos, para manipulação segura da carcaça;

XII - criar e manter uma rede de vigilância epidemiológica e sistema de vigilância de doenças dentro da abordagem da Saúde Única;

XIII - propor estratégias, dentro do Plano Javali São Paulo, para conservação e restauração da biodiversidade com vista ao incremento da resiliência dos ecossistemas, incluindo a reabilitação, recomposição florestal e restauração ecológica das áreas degradadas pela ação do javali;

XIV - propor normas para o controle e o manejo do javali, em parceria com os demais órgãos competentes visando a proteção, conservação e restauração dos corpos d'água e do solo em área rural;

XV - elaborar, coordenar, apoiar, implantar e avaliar, diretamente ou por meio de parcerias, projetos e ações voltados ao efetivo cumprimento do Plano Javali São Paulo;

XVI - emitir autorização de trânsito de carcaças de javalis;

XVII - suspender o trânsito de carcaças de javalis a qualquer momento, em decorrência de condições sanitárias que comprometam a sanidade dos rebanhos no Estado;

XVIII - atender notificação de suspeita de doença e mortalidade de javalis por causa desconhecida;

XIX - fiscalizar as atividades de manejo populacional da espécie;

XX - fiscalizar o uso do lacre para a rastreabilidade das carcaças;

XXI - suspender e interditar as criações irregulares em cativeiro.

Artigo 10 - Caberá à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística:

I - executar e acompanhar o Plano de Ações Javali São Paulo em conjunto com as demais entidades e órgãos;

II - avaliar e elaborar parecer técnico sobre a efetividade do Plano de Ações Javali São Paulo na redução dos impactos negativos sobre a fauna silvestre;

III - coordenar a avaliação da eficácia do Plano de Ações Javali São Paulo na preservação da fauna silvestre e flora;

IV - elaborar estratégias para prevenção de infrações ambientais durante as ações de manejo e controle de javalis, em colaboração com órgãos da Administração Pública e da sociedade civil organizada;

V - propor normas para controle e manejo de javalis em Unidades de Conservação;

VI - elaborar e disponibilizar procedimentos técnicos para levantamento e monitoramento populacional de javalis para fins de avaliação da efetividade das ações de manejo e controle;

VII - prestar apoio técnico em projetos regionais de manejo e controle de javalis, quando solicitado;

VIII - estabelecer estratégias para formação e capacitação dos controladores autorizados para o manejo dos javalis, abordando aspectos de impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da bioinvasão de javalis, entre outros;

IX - fomentar estudos e projetos para o manejo e controle do javali, incluindo a captação de recursos para implementação em áreas prioritárias do Estado de São Paulo.

Artigo 11 - Compete à Polícia Militar Ambiental, dentro das competências descritas em sua Carta de Serviços, de forma a salvaguardar a Ordem Pública Ambiental:

I - fiscalizar os controladores, durante o manejo do javali, no tocante:

a) ao combate à caça ilegal;

b) ao armamento;

c) às respectivas documentações por eles utilizados;

d) à proteção dos cães contra maus tratos;

II - atuar na prevenção e na repressão imediata de crimes e/ou infrações ambientais decorrentes das ações de controle.

Artigo 12 - A Secretaria de Agricultura e Abastecimento em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Segurança Pública atuarão em conjunto com os municípios, bem como com entidades privadas sem fins lucrativos, instituídas por pecuaristas, associações de produtores, indústrias processadoras de carne, indústrias farmacêuticas, instituições de pesquisa e ensino e outras organizações de interessados no controle do javali, com o objetivo de propor estratégias, programas, projetos e atividades específicas de controle populacional de javali enquanto animal nocivo à pecuária e à agricultura e praga de peculiar interesse do Estado, conforme definido no artigo 1º deste decreto.

§ 1º - A atuação prevista neste artigo far-se-á mediante convênio sob planejamento, orientação, acompanhamento e fiscalização da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

§ 2º - Será dada prioridade na celebração dos convênios às entidades que promovam o manejo de fauna exótica com a preservação e monitoramento da fauna silvestre e que auxiliem o sistema de vigilância de doenças.

§ 3º - Compete ao Secretário de Agricultura e Abastecimento celebrar os convênios de que trata o presente artigo, na forma da legislação vigente, bem como rescindi-los ou denunciá-los ou, ainda, aditá-los para fins de prorrogação do prazo de vigência, quando os termos do convênio forem afetos à Pasta da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 13 - A dotação orçamentária destinada às atividades de manejo e controle do javali e seus híbridos será consignada à Unidade Orçamentária da Secretária de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 14 - O Secretário de Agricultura e Abastecimento instituirá o Grupo Intersecretarial com o objetivo de elaborar estudos e apresentar o Plano de que trata o "caput" do artigo 3º, que deverá ser constituído através de Resolução, em até 30 dias após a publicação deste decreto, com a participação de:

I - 4 (quatro) membros da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

II - 4 (quatro) membros da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística;

III - 2 (dois) membros da Secretaria da Saúde;

IV - 2 (dois) membros da Secretaria da Segurança Pública.

§ 1º - O Grupo Intersecretarial deverá elaborar o Procedimento Operacional Padronizado para a fiscalização das atividades.

§ 2º - O Grupo Intersecretarial poderá convidar à participação de suas reuniões especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir com os trabalhos a serem desenvolvidos.

Artigo 15 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO DE FREITAS
Arthur Luis Pinho de Lima
Guilherme Piai Silva Filizzola
Natália Resende Andrade Ávila
Eleuses Vieira de Paiva
Guilherme Muraro Derrite

DECRETO Nº 69.646, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria da Saúde, visando ao atendimento de Despesas de Capital.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 17.990, de 23 de julho de 2024, e na Lei nº 18.078, de 3 de janeiro de 2025,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito de R$ 19.999.968,00 (dezenove milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e sessenta e oito reais), suplementar ao orçamento da Secretaria da Saúde, observando-se as classificações Institucional, Econômica, Funcional e Programática, conforme a Tabela 1, anexa.

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 8º, do Decreto nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO DE FREITAS
Arthur Luis Pinho de Lima
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

TABELA 1 SUPLEMENTAÇÃO — VALORES EM REAIS — FOLHA

ORGÃO/UO./ELEMENTO/FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA	FR	GD	VALOR
9000 SECRETARIA DA SAÚDE			
9012 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNDES			
4 4 50 42 AUXÍLIOS	15001		19.999.968
TOTAL			19.999.968
TOTAL GERAL			19.999.968
FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA			
10.302.0930.4852 ATENDIMENTO AMBUL. E HOSPITALAR			19.999.968
	15001	4	19.999.968
TOTAL GERAL			19.999.968

TABELA 1 REDUÇÃO — VALORES EM REAIS — FOLHA

ORGÃO/UO./ELEMENTO/FUNCIONAL/PROGRAMÁTICA	FR	GD	VALOR
9000 SECRETARIA DA SAÚDE			
9012 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNDES			
4 4 90 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001		19.999.968
TOTAL			19.999.968
TOTAL GERAL			19.999.968
FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA			
10.122.0941.2751 CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE ITAPETININ			19.999.968
	15001	4	19.999.968
TOTAL GERAL			19.999.968

TABELA 2 SUPLEMENTAÇÃO — VALORES EM REAIS — FOLHA

ORGÃO/QUOTAS MENSAIS/DOTAÇÃO	FR	GD	VALOR
9000 SECRETARIA DA SAÚDE			
TOTAL	15001	4	19.999.968
JUNHO			19.999.968
TOTAL GERAL			19.999.968

TABELA 2 REDUÇÃO — VALORES EM REAIS — FOLHA

ORGÃO/QUOTAS MENSAIS/DOTAÇÃO	FR	GD	VALOR
9000 SECRETARIA DA SAÚDE			
TOTAL	15001	4	19.999.968
DOTAÇÃO CONTINGENCIADA			19.999.968
TOTAL GERAL			19.999.968

TABELA 3 MARGEM ORÇAMENTÁRIA — VALORES EM REAIS — FOLHA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL	RECURSO DO TESOURO E VINCULADOS	REC.PROP. E OPER.CRED.
LEI ART PAR INC ITEM			
17990 13 Único* *	19.999.968	19.999.968	0
TOTAL GERAL	19.999.968	19.999.968	0

ATOS DO GOVERNADOR

DESPACHOS DO GOVERNADOR

DESPACHO DO GOVERNADOR , DE 17 DE JUNHO DE 2025

PROCESSO Nº : 007.00020431/2025-61

INTERESSADO : MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

ASSUNTO : Alienação, mediante doação, em favor do Município de Presidente Prudente, de parte do imóvel que especifica.

Diante dos elementos de instrução constantes dos autos, em especial a deliberação do Conselho do Patrimônio Imobiliário, APROVO, com fundamento no inciso II do artigo 11 da Lei n° 16.338, de 14 de dezembro de 2016, a alienação, mediante doação, ao Município de Presidente Prudente, do imóvel denominado Recinto de Exposições "Jacob Tosello", localizado na Rodovia Raposo Tavares, km 563, naquele Município, com área de 182.925,50m² (cento e oitenta e dois mil novecentos e vinte e cinco metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), parte das Transcrições n°s 21.293, 21.905, 21.908 e 22.426, sendo a primeira do 2° Cartório e as demais do 1° Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Presidente Prudente, cadastrado no SGI sob o n° 3892, para a implementação de programas e ações governamentais geridos pelo Município, obedecidas as formalidades legais e regulamentares pertinentes à espécie.

TARCÍSIO DE FREITAS

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Nº do Processo: 012.00003612/2023-65

Interessado: Secretaria de Desenvolvimento Social

Assunto: Autorização para ressarcimento de débito

À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, notadamente da representação da Secretária de Desenvolvimento Social e do Parecer nº 261/2025, da AJG/PGE, cujos fundamentos adoto como razão de decidir, AUTORIZO que o ressarcimento do débito da Associação de Apoio à Pessoa com Deficiência de Peruíbe para com o Estado de São Paulo, decorrente do descumprimento do Termo de Fomento firmado nos autos do processo administrativo SEDS/2522488/2019, faça-se em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, observadas as normas legais e regulamentares atinentes à espécie e as recomendações assinaladas no pronunciamento do órgão jurídico-consultivo.

TARCÍSIO DE FREITAS

CASA CIVIL

CASA MILITAR

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL

DIVISÃO DE CONVÊNIOS

DESPACHO Nº 055/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE PARDINHO - PROCESSO N.º CMIL 720.470/2023 – construção de travessia em aduelas no bairro Santo Antônio.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 075/630/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 23/06/2025 até 21/09/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 056/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE ITARARÉ - PROCESSO N.º CMIL 711.805/2023 – construção de ponte em estrutura de concreto armado, na estrada vicinal Manoel Antunes da Rosa, sobre o córrego Nhá Belina, no bairro Fazenda do Silvério.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 073/630/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 26/05/2025 até 24/08/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 057/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE BANANAL - PROCESSO N.º CMIL 285.347/2023 – construção de ponte na Av. Álvaro Moreira Ramos sobre o córrego Lava Pés.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 035/630/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 16/06/2025 até 14/09/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 058/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO - PROCESSO N.º CMIL 229.667/2024 – construção de contenção de encosta em gabião em um trecho da margem do rio Capivari de frente ao Grande Hotel Senac.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 057/630/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 03/07/2025 até 30/12/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo".

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 059/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE FARTURA - PROCESSO N.º CMIL 205.478/2024 – construção de ponte em concreto armado sobre o Ribeirão Fartura, na estrada Caeiras/Areias FAR-060.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 048/630/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 03/07/2025 até 30/12/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo".

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 060/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA - PROCESSO N.º CMIL 209.104/2024 – construção de ponte de concreto armado sobre o Rio do Turvo, na estrada municipal Vicente Rodrigues Sales Km 1,38 no bairro do Turvo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 051/630/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 03/07/2025 até 30/12/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo".

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 061/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE MARACAÍ- PROCESSO N.º CMIL 87.376/2024 – construção de travessia em aduelas sobre o ribeirão das Anhumas, estrada MRC-476.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira do Convênio n.º CMil – 004/630/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor e dos Recursos

O valor do presente convênio é de R$ 497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil), cabendo à COORDENADORIA o repasse da quantia de R$ 472.150,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e cento e cinquenta reais), que onerará o elemento econômico 444051 do orçamento da Casa Militar, sendo R$ 24.850,00 (vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais) de responsabilidade do MUNICÍPIO."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 062/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CASA MILITAR

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Despacho do Coordenador, de 22-06-2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE ITAJOBI - PROCESSO N.º CMIL 550.170/2022 – Construção de travessia em aduelas no córrego Monjolinho e proteção de margens em gabião.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 041/630/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 30/06/2025 até 29/08/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 063/630/2025, DE 5 DE JUNHO DE 2025

CASA MILITAR

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Despacho do Coordenador, de 5-06-2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ - PROCESSO N.º CMIL 110.538/2024 – Construção de travessia em aduelas e contenção de talude em gabião no Ribeirão dos Barradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 020/630/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 18/04/2025 até 17/07/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 064/630/2025, DE 17 DE JUNHO DE 2025

CASA MILITAR

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Despacho do Coordenador, de 17-06-2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE CAJAMAR - PROCESSO N.º CMIL 539.252/2023 – Construção de muro de contenção na Praça José Rodrigues do Nascimento.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 074/630/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 24/06/2025 até 22/09/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 065/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CASA MILITAR

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Despacho do Coordenador, de 23-06-2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE OURO VERDE - PROCESSO N.º CMIL 145.679/2024 – Construção de travessia em aduelas na estrada OVD-436, bairro Caic.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira do Convênio n.º CMil – 032/630/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor e dos Recursos

O valor do presente convênio é de R$ 223.700,50 (duzentos e vinte e três mil, setecentos reais e cinquenta centavos), cabendo à COORDENADORIA o repasse da quantia de R$ 212.515,48 (duzentos e doze mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e oito centavos), que onerará o elemento econômico 444051 do orçamento da Casa Militar, sendo R$ 11.185,02 (onze mil, cento e oitenta e cinco reais e dois centavos), de responsabilidade do MUNICÍPIO."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 066/630/2025, DE 9 DE MAIO DE 2025

CASA MILITAR

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Despacho do Coordenador, de 9-5-2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE GETULINA - PROCESSO N.º CMIL 84.419/2024 – Construção de travessia em aduelas na estrada vicinal GET-030, sobre o córrego Gavanhery.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Terceira do Convênio n.º CMil – 002/630/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor e dos Recursos

O valor do presente convênio é de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil), cabendo à COORDENADORIA o repasse da quantia de R$ 400.00,00 (quatrocentos mil), que onerará o elemento econômico 444051 do orçamento da Casa Militar."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

DESPACHO Nº 067/630/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CASA MILITAR

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil

Despacho do Coordenador, de 23-06-2025

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE RAFARD - PROCESSO N.º CMIL 106.356/2023 – construção de ponte em concreto armado sobre o córrego Itapevinha, na estrada rural RFR-010, bairro Fazenda Itapeva.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio n.º CMil – 008/630/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará de 18/06/2025 até 16/10/2025, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO CGE Nº 021, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Aprova o Regimento Interno do Conselho da Transparência da Administração Pública - CTAP.

O CONTROLADOR GERAL DO ESTADO EXECUTIVO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 5º, da Lei Complementar nº 1.419, de 27 de dezembro de

2024, c/c artigo 29 do Anexo I, do Decreto Estadual nº 69.183, de 18 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Regimento Interno do Conselho da Transparência da Administração Pública - CTAP, constante do Anexo I desta Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CGE nº 13, de 15 de abril de 2025.

(Processo SEI nº 009.00000163/2025-13)

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIEGAS
Controlador Geral do Estado Executivo

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CTAP

DA NATUREZA E FINALIDADE

Artigo 1º - O Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP, regido pelo Decreto nº 69.183 de 18 de dezembro de 2024 e consignado na Lei Complementar nº 1.419 de 27 de dezembro de 2024, é um órgão colegiado de natureza consultiva, que tem por finalidade propor diretrizes, metodologias, mecanismos e procedimentos voltados ao incremento da transparência institucional, em articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, visando à prevenção da malversação dos recursos públicos, à eficiência da gestão e o aprimoramento da moralidade administrativa.

DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 2º - O Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP tem as seguintes atribuições:

I - contribuir com o incremento da transparência e acesso à informação da Administração Pública estadual;

II - sugerir medidas de aperfeiçoamento, metodologias, mecanismos e procedimentos de transparência e de acesso à informação e dados públicos, com vista à sua implementação pelos órgãos e entidades públicos;

III - realizar estudos que fundamentem propostas legislativas e administrativas tendentes a ampliar a transparência da gestão pública; e

IV - propor boas práticas que contribuam com a prevenção da malversação dos recursos públicos e eficiência da gestão.

DA COMPOSIÇÃO

Artigo 3º - O Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP é composto por 15 (quinze) membros também denominados Conselheiros, com direito a voto, assim distribuídos:

I - 9 (nove) representantes do Poder Executivo, pertencentes aos seguintes órgãos:

a) 3 (três) da Controladoria Geral do Estado, um dos quais será seu Presidente;

b) 1 (um) da Casa Civil, do Gabinete do Governador;

c) 1 (um) da Secretaria da Justiça e Cidadania;

d) 1 (um) da Secretaria de Gestão e Governo Digital;

e) 1 (um) da Secretaria de Fazenda e Planejamento;

f) 1 (um) da Procuradoria Geral do Estado;

g) 1(um) representante das demais Secretarias de Estado, a ser escolhido pelo Presidente do Conselho, em regime de alternância a cada dois anos

II - 6 (seis) representantes da sociedade civil, mediante convite do Controlador Geral do Estado, sendo:

a) 3 (três) representantes de entidades não governamentais, em funcionamento há mais de 2 (dois) anos, que atuem nas áreas de integridade, transparência, participação social ou áreas correlatas;

b) 3 (três) cidadãos residentes no Estado de São Paulo, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de reputação ilibada e notório conhecimento sobre a temática do Conselho.

§1º - Os membros do Conselho serão designados pelo Governador do Estado, observando-se o que segue:

1. Os membros referidos no inciso I deste artigo, mediante indicação, conforme o caso, dos titulares das respectivas Secretarias de Estado, do Procurador Geral do Estado e do Controlador Geral do Estado;

2. Os membros referidos no inciso II deste artigo, mediante indicação do Controlador Geral do Estado.

§2º - A participação no Conselho não será remunerada, mas considerada serviço público relevante.

§3º - Os membros do Conselho serão designados para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução sucessiva por igual período.

§4º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto, mediante ofício do Controlador Geral do Estado:

1. representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo;

2. profissionais especialistas, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, bem como de organizações da sociedade civil.

DA PERDA DO MANDATO

Artigo 4º - O Presidente do Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP, mediante deliberação do Plenário, encaminhará um ofício ao órgão ou à entidade não governamental, solicitando a substituição do Conselheiro que deixar de comparecer, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas.

Parágrafo único - Quando tratar-se de membro previsto no artigo 3º, II, b, o Presidente do Conselho, após deliberação do Plenário, encaminhará ofício ao cidadão, informando sobre o seu desligamento do Conselho de Transparência.

DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 5º - É obrigatória a substituição do Conselheiro, representante do Poder Executivo, que deixar de atuar, por qualquer motivo, no órgão pelo qual foi indicado.

Parágrafo único - Na hipótese de substituição de membros do Conselho antes do término do mandato, a pedido ou nos casos previstos nos artigos 4º e 5º deste regimento, a designação de novo Conselheiro ocorrerá em conformidade com o disposto no artigo 3º, cujo mandato de 2 (dois) anos será contado a partir da data do ato de designação, admitida uma recondução sucessiva por igual período.

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 6º - O Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP tem a seguinte organização:

I - Plenário;

II - Presidência; e

III - Secretaria Executiva.

DO PLENÁRIO

Artigo 7º - O Plenário é a instância deliberativa máxima do Conselho de Transparência da Administração Pública, cabendo-lhe discutir e decidir sobre todas as matérias de competência do Conselho.

Artigo 8º - O Plenário deliberará com a presença do número mínimo de 8 (oito) Conselheiros, por maioria simples.

Artigo 9º - Aos Conselheiros incumbe:

I - zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho de Transparência da Administração Pública;

II - apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho para votação;

III - participar do Plenário e dos grupos de trabalho para os quais forem designados;

IV - apresentar proposições sobre assuntos relacionados às atribuições do Conselho; e

V - sugerir nomes de representantes de órgãos ou entidades públicas, de organizações ou pessoas que representem a sociedade civil e sejam detentoras de conhecimento sobre a temática a ser tratada, para participarem das reuniões do Conselho.

DA PRESIDÊNCIA

Artigo 10 - A Presidência do Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP será exercida pelo Controlador Geral do Estado.

§1º Em suas ausências e seus impedimentos, o Presidente do Conselho de Transparência da Administração Pública será substituído pelo Controlador Geral do Estado Executivo.

§2º A Secretaria Executiva do Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP será exercida pela Subsecretaria de Integridade Pública e Privada da Controladoria Geral do Estado.

Artigo 11 - Compete ao Presidente:

I - presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

II - presidir e dirigir as reuniões do Colegiado;

III - convocar as reuniões do Conselho;

IV - resolver questões de ordem;

V - deliberar sobre as matérias em discussão no Plenário, exercendo o direito de voto e, ainda, exercendo o voto de qualidade, quando ocorrer empate nas votações;

VI - designar, quando for o caso, relator e revisor das matérias sob apreciação do Conselho;

VII - orientar e supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva; e

VIII - representar o Conselho.

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 12 - A Secretaria Executiva do Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP tem as seguintes atribuições:

I - promover o apoio administrativo e técnico necessário às atividades do Conselho;

II - divulgar, previamente, a pauta das reuniões do Conselho;

III - secretariar as reuniões do Conselho, lavrando as respectivas atas;

IV - acompanhar a implementação das deliberações do Conselho.

V - apoiar e disponibilizar meios para realização de atividades dos grupos de trabalho instituídos em caráter temporário; e

VI - executar outras atribuições que lhe forem atribuídas pela Presidência.

DO FUNCIONAMENTO

Artigo 13 - O Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP realizará, no mínimo, 2 (duas) reuniões ordinárias por ano, preferencialmente por meio de videoconferência e com quórum necessário da maioria absoluta dos seus membros.

§1º - Se necessário, poderão ser convocadas reuniões extraordinárias pelo Presidente ou pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Transparência da Administração Pública.

§2º - Deverá ser encaminhado aos Conselheiros por meio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, no caso reuniões ordinárias, e de 3 (três) dias, no caso de reuniões extraordinárias, a pauta da reunião com os assuntos a serem tratados e o material correspondente, se for o caso.

§3º - As reuniões serão gravadas e os respectivos vídeos disponibilizados em sítio eletrônico, o qual conterá também documentos e informações referentes ao Conselho.

Artigo 14 - Poderão propor temas a serem deliberados qualquer um dos 15 (quinze) Conselheiros especificados no artigo 3º deste Regimento, bem como seus substitutos.

§1º - O Presidente deverá guiar a atuação do Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP com base na confecção de Planos de Ação, com no máximo 6 (seis) ações anuais, que serão coordenadas pelos conselheiros proponentes ou por voluntários;

§2º O Conselho poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para analisar matéria sob sua apreciação e propor medidas específicas.

Artigo 15 - Nas votações serão observados os seguintes procedimentos:

I - a votação será aberta, poderá o Conselheiro apresentar seu voto; e

II - o resultado constará em ata, com indicação do número de votos favoráveis, contrários, abstenções e ausências.

Artigo 16 - A Secretaria Executiva lavrará ata sucinta da reunião, que será submetida à aprovação na sessão imediatamente subsequente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17 - Fica prorrogado por 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do Decreto estadual nº 69.183, de 18 de dezembro de 2024, o mandato dos membros reconduzidos como representantes da sociedade civil, na qualidade de representantes de entidades não governamentais, nos termos do inciso II, do artigo 1º, da Resolução CGE nº 08, de 13 de junho de 2023, e que estejam com o mandato em vigência.

Artigo 18 - Eventuais dúvidas e omissões deste Regimento serão submetidas ao Plenário para deliberação.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

COMUNICADO

A Secretaria do Conselho da Procuradoria Geral do Estado comunica que recebeu manifestação de interesse da seguinte Procuradora do Estado para integrar a lista tríplice a que se refere o artigo 69 da Lei Complementar 1270, de 25-08-2015:

Elaine Vieira da Motta – Procuradora do Estado Nível III

PAUTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2025/2026

PAUTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2025/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 27/06/2025
HORÁRIO 09h30min

A 10ª Sessão Ordinária do Egrégio Conselho da Procuradoria Geral do Estado será realizada VIRTUALMENTE, via Microsoft Teams, o link de acesso para acompanhamento ao vivo da sessão ficará disponível na Área Restrita do Site da PGE.

As inscrições para participar do "Momento do Procurador" e do "Momento do Servidor" deverão ser enviadas para conselhopge@sp.gov.br até às 08h30min do dia 27 de junho de 2025, e os inscritos receberão link específico para participação na sessão.

HORA DO EXPEDIENTE

I- COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA

II- RELATOS DA SECRETARIA

III- MOMENTO DO PROCURADOR

IV- MOMENTO VIRTUAL DO PROCURADOR

V- MOMENTO DO SERVIDOR

VI- MANIFESTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS

VII- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE MATÉRIA QUE DISPENSE PROCESSAMENTO

ORDEM DO DIA

Processo: SEI Nº 023.00020863/2025-19
Interessado(a): Conselho da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo
Assunto: Proposta de grupo de trabalho para tratar de melhorias aos servidores da PGESP
Relator: Conselheiro Bruno Maciel dos Santos

Processo: SEI nº 023.00026351/2025-58
Interessado: Procuradoria Geral do Estado
Assunto: Procedimento para escolha do Ouvidor Geral da PGE – Biênio 2025/2026 (Art. 69 da LC 1.270/2015) – Formação lista tríplice

Processo: SEI Nº 023.00023292/2025-66
Interessado(a): Procuradoria Geral do Estado de São Paulo
Assunto: NOMEAÇÃO - Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos
Relator: Conselheiro Marcos Narche Louzada

Processo: SEI Nº 023.00000836/2023-50
Interessado(a): Heyde Medeiros Costa Lima Rocha
Assunto: Estágio probatório - Art. 17, X, LOPGE
Relatora: Conselheira Alessandra Obara

Processo: SEI Nº 023.00003378/2025-72
Interessado(a): PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - PGE/SP
Assunto: Estrutura organizacional da PGE/SP - Decreto nº 68.742/2024
Relatora: Conselheiro Alexandre Ferrari Vidotti

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA

PORTARIA DESIGNANDO SERVIDORES NO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO SEI 023.00027773/2025-41 (SEGURO PREDIAL)

PORTARIA GPR/4 Nº 02, DE 23 DE JUNHO DE 2025

*Designa servidores para atuarem como agentes de contratação, membros de comissão de licitação e de equipe de apoio, gestor e fiscal de contrato, no procedimento de contratação SEI **023.00027773/2025-41**, no âmbito da Procuradoria Regional de Sorocaba*

O PROCURADOR DO ESTADO CHEFE da Procuradoria Regional de Sorocaba, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º da Resolução PGE nº 16, de 30 de abril de 2024,

CONSIDERANDO a necessidade de designação de agente de contratação, membros de equipe de apoio, gestor e fiscal de contrato no expediente SEI **023.00027773/2025-41**,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados, como agentes de contratação, membros de comissão de contratação, no desempenho das funções previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no procedimento de contratação SEI **023.00027773/2025-41**, instaurado no âmbito da Procuradoria Regional de Sorocaba:

I - Agente de contratação – NELSON COELHO DE OLIVEIRA JUNIOR;

Artigo 2º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados, como membros de **Equipe de apoio**, no desempenho das funções previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no procedimento de contratação SEI **023.00027773/2025-41**, instaurado no âmbito da Procuradoria Regional de Sorocaba:

I – PEDRO ADUAN XAVIER,

II – BÁRBARA TALITA SILVA CORSI.

Parágrafo único - A equipe de apoio auxiliará o agente de contratação, a comissão de contratação no desempenho das atribuições relacionadas no artigo 8º da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos artigos 9°,12 e 14 do Decreto nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023.

Artigo 3º - A designação de servidores a que aludem os artigos 1º e 2º desta resolução não os isentará de suas atribuições regulares, observado o princípio da segregação de funções.

Artigo 4º - O agente de contratação e o presidente da comissão de contratação poderão solicitar auxílio técnico complementar a servidores não relacionados nos incisos dos artigos 1º e 2º desta resolução.

Artigo 5º - Fica o instrumento de **Contrato substituído pela Nota de Empenho** da contratação SEI **023.00027773/2025-41**, nos termos do inc. II do art. 95 da Lei 14.133/2021.

Artigo 6º - Esta resolução entra em vigor na data de publicação.

Sorocaba, na data da assinatura digital.

Marcelo Buliani Bolzan
Procurador do Estado

PROCURADORIA REGIONAL DE BAURU

PORTARIA DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS

PORTARIA DO PROCURADOR DO ESTADO CHEFE, DE 18/06/2025:

O PROCURADOR DO ESTADO respondendo pelo expediente da Procuradoria Regional de Bauru, no uso de suas atribuições legais, CREDENCIA, como estagiária da Procuradoria Regional de Bauru, nos termos da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, a estudante de Direito **ANA ALICIA LINDQUIST OLIVEIRA - RG. 58.678.603-X**, fazendo jus, mensalmente, nos termos da Resolução PGE nº 14, de 23 de maio de 2024, à bolsa de

41,12% do valor fixado para o cargo de Procurador do Estado Nível I, da Escala de Vencimentos instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 724, de 15 de julho de 1993, de conformidade com o artigo 9º do Decreto nº 56.013, de 15 de julho de 2010, correndo a despesa no atual exercício, pelo elemento 339036-13 - Programa do Trabalho 03.092.4001.5843.0000 à conta Código Local 400116 (Procuradoria Regional de Bauru), do orçamento vigente.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

ASSESSORIA DO GRUPO SETORIAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

COMUNICADO Nº 27, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Considerando;

As disposições do artigo 141 e do inciso III, do artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021;

Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;

A necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme artigo 117 da instrução nº 01/2024 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, relaciona(m)-se a seguir as Pd´s impedidas de pagamentos devido aos credores estarem desativados.

380001

Data: 23/06/2025

UG Liquidante Número da Pd Valor

380209 2025PD00118 3.200,00

Total 3.200,00

UG Liquidante Número da Pd Valor

380284 2025PD01127 5.736,00

Total 5.736,00

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA PENAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA DGPP Nº 016, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Regulamenta e disciplina a padronização sobre a apresentação pessoal em serviço pelo efetivo da Polícia Penal do Estado de São Paulo.

O Diretor-Geral da Polícia Penal,

CONSIDERANDO a promulgação da Emenda Constitucional Federal nº 104, de 04 de dezembro de 2019, que criou as Polícias Penais federal, estaduais e distrital, inserindo-as no rol de órgãos que integram a segurança pública de que trata o artigo 144 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a promulgação da Emenda Constitucional Estadual nº 51, de 30 de junho de 2022, que instituiu a Polícia Penal como órgão permanente no Estado, e estabeleceu que lei orgânica e estatuto disciplinarão a organização, atribuições, funcionamento, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho da Polícia Penal e de seus integrantes;

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Complementar n° 1.416, de 26 de setembro de 2024, que estabelece a Lei Orgânica da Polícia Penal, institui a carreira de Policial Penal no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária, define o Estatuto de seus integrantes e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n° 1.416, de 26 de setembro de 2024, traz em seu Título II o Estatuto dos Policiais Penais, com um capítulo dedicado ao Regime Disciplinar, bem como dispõe no inciso XVII do artigo 55 que caracteriza falta disciplinar a apresentação para o serviço em desacordo com as normas em vigor ou o descuidar da aparência física ou do asseio pessoal;

Resolve:

Artigo 1º - Esta Portaria dispõe sobre a padronização da apresentação pessoal dos integrantes da carreira de policial penal.

Artigo 2º – Os policiais penais, no efetivo exercício de suas atribuições, deverão observar os protocolos estabelecidos quanto à apresentação pessoal.

Parágrafo único – A apresentação pessoal dos policiais penais deverá pautar-se pela dignidade da função, refletindo respeito, integridade e profissionalismo, de modo a preservar a imagem institucional e fortalecer a confiança pública e o respeito à autoridade.

Artigo 3º – O policial penal do sexo masculino deverá observar:

I – quanto ao cabelo:

a) manter dimensão e volume curtos;

b) é vedado o uso de cortes do tipo moicano, samurai ou exóticos;

c) é permitida a coloração artificial, desde que observadas as cores naturais do cabelo humano, em tonalidade discreta.

II – quanto à barba, cavanhaque e bigode:

a) a barba ou o cavanhaque podem ser mantidos aparados, com limite de 20mm (vinte milímetros), de forma a evidenciar os contornos do rosto e do pescoço;

b) os bigodes não devem ultrapassar a linha superior dos lábios.

III – quanto às unhas: devem estar sempre limpas, aparadas e com comprimento reduzido.

Parágrafo único – Os cortes de cabelo, barba, cavanhaque e bigode mencionados nos incisos I e II deverão, além de atender às especificações descritas, estar em conformidade com os padrões visuais exemplificados no Anexo I desta Portaria.

Artigo 4º – A policial penal do sexo feminino deverá observar:

I – quanto ao cabelo:

a) se curto, poderá ser usado solto, desde que não ultrapasse a gola dos uniformes;

b) se médio ou longo, deverá ser usado sempre preso, com adornos discretos, em coque, rabo de cavalo ou trança embutida tradicional;

c) é permitida a coloração artificial, desde que observadas as cores naturais do cabelo humano, em tonalidade discreta.

II – quanto às unhas:

a) devem estar sempre tratadas, higienizadas e aparadas;

b) poderão ser pintadas com base ou esmalte.

III – quanto à maquiagem: é permitido o uso de maquiagem e batom, desde que em tonalidades discretas.

Parágrafo único – Os cortes de cabelo mencionados no inciso I deverão, além de atender às especificações descritas, estar em conformidade com os padrões visuais exemplificados no Anexo II desta Portaria.

Artigo 5º – É permitido aos policiais penais o uso de:

I - um anel do tipo aliança, um anel de formatura ou similar;

II - brincos pequenos, do tipo ponto de luz ou similares, que fiquem rentes à orelha, sem pingentes ou extensão que ultrapasse o lóbulo;

III - um colar de fina espessura, devendo ser usado por dentro da camisa ou camiseta; e

IV - uma pulseira discreta ou relógio, desde que compatíveis com as atividades de segurança.

Parágrafo único - É vedado o uso de *piercing* que fique exposto quando uniformizado ou adereços que representem risco à segurança pessoal do policial penal ou de terceiros, bem como o uso de alargadores e brincos do tipo "argola".

Artigo 6º – O uso de óculos de correção visual, ou de óculos de proteção solar, estes últimos restritos às atividades compatíveis, deverá observar os seguintes requisitos:

I – armação: discreta e em formato que acompanhe o contorno do rosto;

II – lentes: não espelhadas, podendo ser transparentes ou, se coloridas, em tonalidade única e discreta nas cores cinza ou marrom.

Parágrafo único – Eventuais exceções às disposições deste artigo somente serão admitidas mediante prescrição médica.

Artigo 7º – É permitido ao policial penal o uso de tatuagens, desde que estas não apresentem os conteúdos listados nos incisos I e II do artigo 17 da Lei Complementar nº 1.416, de 26 de setembro de 2024.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo sujeitará o policial penal à incursão na infração disciplinar prevista no inciso XXVI do artigo 59 da Lei Complementar n° 1.416, de 26 de setembro de 2024.

Artigo 8º – A fiscalização e supervisão do cumprimento desta Portaria competem, primordialmente, aos superiores imediatos dos policiais penais, sem prejuízo das atribuições específicas de outros responsáveis, conforme estabelecido nos incisos a seguir:

I – nos estabelecimentos penais: pelos superiores imediatos dos policiais penais, com o apoio dos chefes de núcleo de segurança externa;

II – na sede da Polícia Penal, nas Coordenadorias, nas bases de escolta, nas bases do Grupo de Intervenção Rápida e nas demais unidades administrativas: pelos superiores imediatos nas respectivas unidades ou equipes.

Parágrafo único – A omissão do responsável em fiscalizar o cumprimento desta Portaria por parte de seus subordinados acarretará responsabilização funcional por descumprimento de ordem superior.

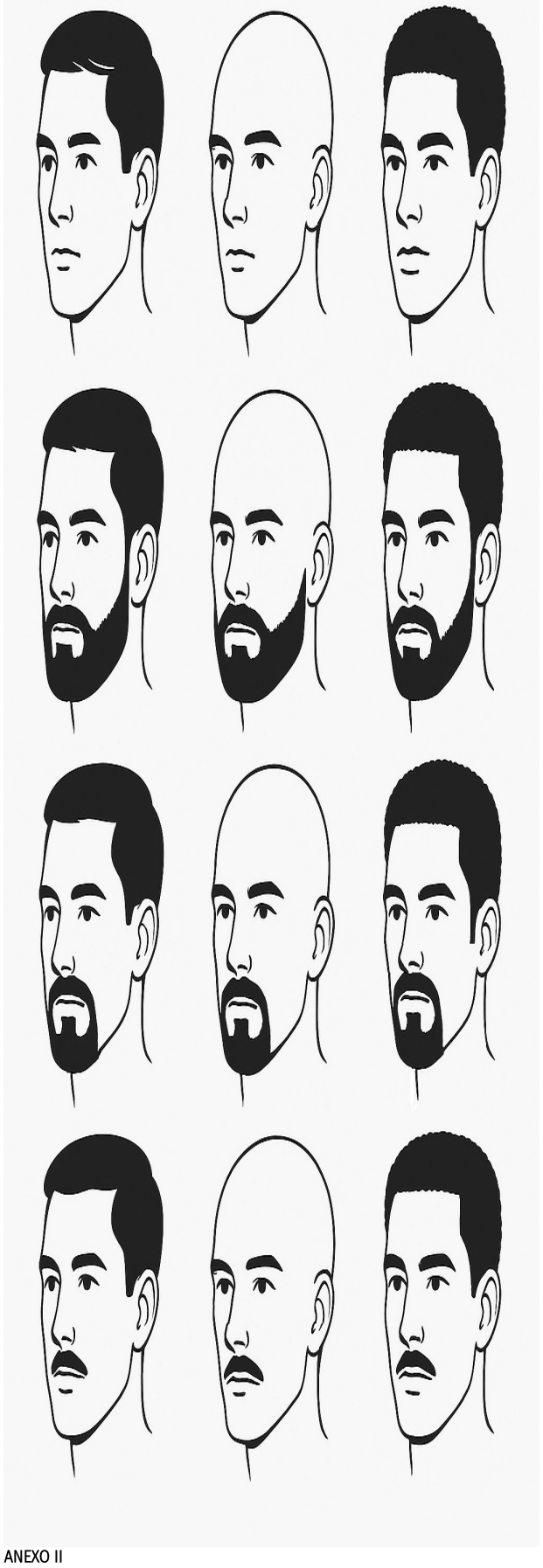
Artigo 9º – O descumprimento das normas estabelecidas nesta Portaria implicará na elaboração e no encaminhamento de Comunicado de Evento à autoridade administrativa competente, para fins disciplinares.

Artigo 10 – O policial penal que, independentemente do sexo biológico registrado, possua identidade de gênero diversa, poderá observar as disposições desta Portaria relativas ao gênero com o qual se identifica.

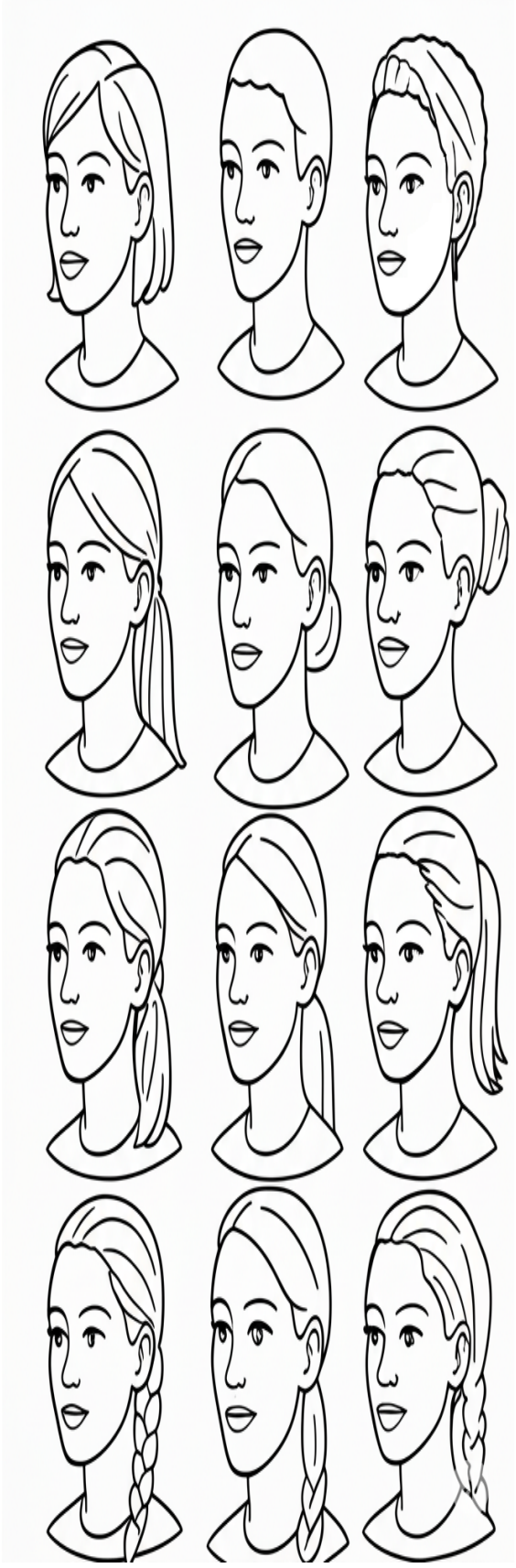
Artigo 11 – As obrigações contidas nesta Portaria aplicam-se também ao policial penal que, mesmo durante o gozo de férias, licenças ou outros afastamentos legais, atue em nome da instituição, ministrando ou participando de palestras, aulas ou outras atividades correlatas.

Artigo 12 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser amplamente divulgada entre os policiais penais, a fim de assegurar o seu fiel cumprimento.

ANEXO I



ANEXO II



COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE INGRESSO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

COMUNICADO Nº 001 (DPME-SGGD/CRH-PP-SAP), DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Diretoria de Perícias Médicas do Estado - DPME, da Secretaria de Gestão e Governo Digital e a Coordenadoria de Recursos Humanos - CRH, da Polícia Penal, da Secretaria de Administração Penitenciária, à vista do disposto na Resolução SPG nº 18 de 27/04/2015, alterada pela Resolução SOG-14, publicada em 21/06/2022 e das Instruções Especiais disciplinadoras do Edital CCP nº. 154/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 14/11/2014 que rege o Concurso Público para provimento em caráter efetivo e em Regime Especial de Trabalho Policial o cargo de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, **COMUNICAM**, ao candidato abaixo relacionado, nomeado por Resolução de 18, publicada no Diário Oficial do Estado de 23/06/2025:

· **MARCOS ROGERIO DE SOUZA, RG 33.523.114-7-SP**, em cumprimento ao acórdão, transitado em julgado, proferido pela 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deram provimento ao recurso na Apelação Cível nº 1019872-19.2023.8.26.0053.

I - Ser requisito para posse, nos termos do artigo 47, VI, da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968: gozar de boa saúde, comprovada em inspeção realizada em órgão médico oficial;

II - A avaliação médica oficial tem por objetivo efetuar prognóstico laborativo do candidato, o qual deve considerar todo o tempo de permanência previsto no serviço público. Destarte, não basta estar capaz no momento do exame pericial, sendo necessário considerar, com base na experiência clínica e pericial, que as patologias eventualmente diagnosticadas, incipientes ou compensadas, não venham a agravar-se nem predispor a outras situações que provoquem permanência precária no trabalho, com licenciamentos frequentes e aposentadorias precoces;

III - São documentos a serem apresentados pelo candidato nomeado para a realização da avaliação médica oficial, de acordo com as instruções disciplinadoras do Concurso:

a) 01 foto 3x4 recente em fundo branco, com contraste adequado entre o fundo e a imagem do candidato com a proximidade do rosto de 80%, sem data, sem moldura e sem marcas;

b) documento de identidade com fotografia recente;

IV - Conforme consta das Instruções Especiais, todos os candidatos, inclusive os declarados pessoa com deficiência e integrante da Lista Especial, deverão apresentar no dia e hora marcados para avaliação médica oficial, os seguintes exames médicos recentes (no máximo de **6 meses**):

a) Hemograma Completo

b) Glicemia de Jejum

c) PSA prostático (para homens acima de 40 anos)

d) TGO, TGP e Gama GT

e) Uréia e Creatinina

f) Eletrocardiograma (ECG) com laudo (para candidatos acima de 40 anos)

g) Raio X de Tórax com Laudo (frontal)

V - Os exames laboratoriais e complementares serão realizados a expensas dos candidatos e servirão como elementos subsidiários à inspeção médica para fins de ingresso para a constatação de inexistência de patologias não alcançáveis por mero exame clínico e poderão, a critério médico, integrar o prontuário do candidato junto a DPME.

VI - O candidato que não apresentar todos os exames exigidos nas Instruções Especiais, não será submetido à perícia médica.

VII – O candidato deverá apresentar-se com óculos ou lentes corretivas, caso faça uso desses.

a) O candidato que faça uso de óculos ou lentes corretivas deverá apresentar na perícia médica a última prescrição *("receita médica")* com validade de 12 meses, emitida pelo Médico Oftalmologista assistente.

VIII – O candidato terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação deste Comunicado, para solicitar, por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME, o agendamento da perícia médica, devendo para tanto:

a) Digitalizar os laudos dos exames obrigatórios previstos no item IV deste Comunicado – o arquivo deve ser salvo nas extensões .jpg ou .pdf, com tamanho máximo de 250 kbytes e nomeados com no máximo 40 posições, sem caracteres especiais ou acentuação; Obs: a nomeação dos documentos deve ser iniciada com o CPF do servidor.

b) Digitalizar a foto 3x4 ou selfie com fundo branco – o arquivo deve ser salvo obrigatoriamente na extensão .jpg, com tamanho máximo de 250 kbytes e nomeados com no máximo 40 posições, sem caracteres especiais ou acentuação;

Obs: a nomeação da foto deve ser iniciada com o CPF do servidor.

c) Acessar o sistema informatizado da DPME, por meio do site - https://esisla.sp.gov.br/eSisla/ - e selecionar a guia "Ingressante";

d) Digitar o número do CPF e clicar em "Criar Senha";

e) Aceitar o Termo de Responsabilidade (criar senha) e clicar em Enviar e OK!

f) Após criar a senha, o candidato deverá novamente escolher a aba INGRESSANTE antes de inserir os dados de usuário;

g) Ao acessar o sistema, com CPF e Senha, o servidor deve ler as observações da tela inicial para dar início ao processo clicando na opção "Anexar";

h) Preencher a Declaração de Antecedentes de Saúde para fins de ingresso;

i) Anexar ao sistema informatizado da DPME os arquivos previamente digitalizados, observando-se que o nome dos arquivos citados nas alíneas "a" e "b" deste item, devem obrigatoriamente ser precedidos do nº do CPF do candidato sem pontos, espaço ou traço, seguido do nome do exame. Exemplo: "12312312312laboratoriais.jpg", "12312312312foto.jpg" sem utilização de caracteres especiais ou acentuações;

j) Após anexar todos os exames obrigatórios, o candidato deverá validar cada um dos anexos, respondendo à pergunta: "A imagem está legível e corresponde ao documento associado?"

k) Após validar todos os anexos, a mensagem de conclusão aparecerá na tela: "Atenção! O candidato deverá acompanhar a validação dos exames pela DPME. Deseja concluir?"

OBS. Após o SIM, aparecerá uma segunda mensagem: "Atenção! Declaro, sob as penas da Lei, ser responsável pela veracidade dos documentos que foram anexados ao sistema e-Sisla para a realização da perícia médica para fins de ingresso no serviço público. Deseja concluir?"

l) Após conclusão de todas as etapas, o candidato deverá acompanhar a validação dos anexos pela equipe da DPME junto a aba Anexos Invalidados;

m) Em caso de devolutiva, o candidato deverá atender à exigência e re-anexar corretamente o exame para uma nova análise, alterando o nome do arquivo;

n) Após a conclusão da análise dos anexos, o candidato terá sua convocação publicada no Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, Seção Atos de Gestão e Despesas.

IX - Instruções detalhadas para a utilização do sistema de solicitação de agendamento de perícias médicas de ingresso poderão ser encontradas no manual de orientações disponível no site da DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME - **www.planejamento.sp.gov.br (Perícia Médica – DPME => Ingresso).**

X – O candidato que tiver dificuldades em solicitar o agendamento de acordo com o que prevê o item VIII deste Comunicado, deverá entrar em contato com o Departamento de Ingresso e Movimentação de Pessoal, da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Polícia Penal, da Secretaria da Administração Penitenciária, para orientações, pelos telefones (11) 3775-8143, de 2ª a 6ª feiras, das 09h às 18h ou com a DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME por meio do e-mail: **periciasingresso@sp.gov.br**.

XI - O candidato que deixar de requisitar o agendamento dentro do prazo previsto no item VIII, deverá entrar em contato com o Departamento de Ingresso e Movimentação de Pessoal, da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Polícia Penal, da Secretaria da Administração Penitenciária, observando que a requisição de agendamento deve ser finalizada dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias previsto no § único do artigo 7º, do Decreto nº 69.234, de 23 de dezembro de 2024, sob risco de não atender a todos os requisitos para posse.

XII - A hipótese prevista no item XI aplica-se, também, aos casos de candidatos que deixarem de comparecer à perícia médica para fins de ingresso previamente agendada, não se responsabilizando a DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME quanto à suspensão do prazo por 120 (cento e vinte) dias, previsto no artigo 53, inciso I da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.

XIII – A DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME e a Secretaria de Administração Penitenciária não se responsabilizarão pela perda do prazo para a posse, caso o candidato deixe de requisitar o agendamento da perícia médica dentro do prazo de que trata o item XI deste Comunicado.

XIV - Os exames médicos recentes e respectivos laudos, quando for o caso, deverão **ser apresentados pessoalmente pelo candidato na Clínica Médica**, no dia e hora agendados para a realização da avaliação médica oficial.

XV - O candidato que deixar de comparecer à perícia médica para fins de ingresso previamente agendada ou deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos nos itens IV e V deste Comunicado na data da perícia médica, terá publicado resultado PREJUDICADO. Para solicitar nova perícia médica o candidato deverá acessar o sistema da DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME e selecionar "Reagendamento" (https://esisla.sp.gov.br/eSisla/). O prazo para solicitar reagendamento é de 5 dias a contar da data de publicação do "prejudicado".

XVI - Os exames médicos NÃO DEVERÃO, em hipótese alguma, ser encaminhados a DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME ou ficar retidos no local de realização da avaliação médica oficial.

XVII – Após a validação dos exames anexados ao sistema pela DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME, as datas, horários e locais das avaliações médicas oficiais serão publicados em Diário Oficial do Estado, **caderno EXECUTIVO – SEÇÃO ATOS E GESTÃO DE DESPESAS**, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento das publicações.

XVIII - Da Avaliação Médica Oficial:

a) as perícias serão realizadas na DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME ou em clínicas médicas credenciadas, no âmbito do Convênio DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME/AMBIENTAL;

b) o candidato será submetido à avaliação, inicialmente, nas áreas de oftalmologia e clínica geral;

c) o candidato será convocado para a realização de avaliação psiquiátrica/psicológica na sede da DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME;

d) a critério médico, durante a avaliação médica oficial, poderá ser solicitada manifestação de médico perito em área específica ou avaliação psicológica individualizada, bem como ser solicitado ao candidato que apresente exames/relatórios médicos complementares.

e) na hipótese prevista na alínea "d" deste item, o candidato:

e.1) Na hipótese de necessidade de avaliação e emissão de parecer de especialista, o candidato nomeado será convocado, por meio da publicação no Diário Oficial do Estado para que se apresente em dia, hora e local determinados.

e.2) A convocação será disponibilizada ao candidato nomeado por meio **de consulta ao sistema informatizado da DPME**, no qual constará a **relação dos exames complementares solicitados e a especialidade** na qual será avaliado.

e.3). Na hipótese de exigência de apresentação de exames complementares, o candidato nomeado deverá **consultar no sistema da DPME a respectiva relação de exames e as demais informações relativas a prazos e procedimentos**.

e.4) Realizados os exames complementares solicitados, o candidato nomeado **deverá digitalizar e anexar os respectivos laudos por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela DPME e aguardar manifestação do órgão, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado**.

f) será considerado inapto caso o candidato não compareça às convocações de que tratam as alíneas "c" e "d", ou caso não entregue os exames complementares solicitados, no prazo estabelecido.

g) o Parecer Final da DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME relativo às avaliações será publicado no Diário Oficial do Estado por nome, número de Registro Geral do candidato e o número do Certificado de Sanidade e Capacidade Física – CSCF.

XIX - A critério médico, mediante publicação em Diário Oficial, durante a avaliação médica oficial, o candidato poderá ter o prazo para posse suspenso por até 120 dias, para conclusão de perícia iniciada conforme disposto no artigo 53, I, da Lei 10.261/68, com a redação dada Lei Complementar Nº 1.123/10.

XX - Do parecer final da DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME, de que trata a alínea "g" do item XVIII deste Comunicado, poderá o candidato interpor recurso da decisão, **acessando o sistema da DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME e selecionando "Recurso" (https://esisla.sp.gov.br/eSisla/) no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação de inapto**, e terá o prazo para posse suspenso por 30 (trinta) dias, a contar da protocolização do recurso, conforme disposto no artigo 53, II, § 2º, da Lei 10.261/68, com a redação dada Lei Complementar 1.123/10. Ao candidato será dada ciência do decidido mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

XXI - Os prazos de suspensão de posse previstos nos itens XIX e XX encerram-se com a publicação da Decisão Final proferida, ainda que não decorrido o prazo total.

XXII – Será negado provimento ao recurso quando:

a) interposto fora do prazo previsto no item XX;

b) o candidato deixar de atender a convocação para comparecimento em avaliação médica oficial.

XXIII - Serão submetidos à perícia médica, obrigatoriamente na sede da DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME, os candidatos a cargo efetivo:

a) declarados como pessoa com deficiência, que foram nomeados nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 08 de novembro de 2002 e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14 de outubro de 2013;

b) que estejam em gozo de Licença para Tratamento de Saúde no ato da nomeação;

c) readaptados.

XXIV - O candidato poderá requerer vistas de seu prontuário junto a DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS - DPME, a qual será dada no momento da solicitação, bem como cópia reprográfica mediante pagamento da respectiva taxa, a qual será entregue em cinco dias após o pedido.

XXV – NA MESMA DATA da realização da avaliação psiquiátrica/psicológica, de que trata a alínea "c" do item XVIII deste comunicado; **o candidato deverá comparecer no** Departamento de Ingresso e Movimentação de Pessoal, da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Polícia Penal, da Secretaria da Administração Penitenciária, sito à Av. General Ataliba Leonel, 556 – Santana – CEP 02033-000, São Paulo/SP, munido dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade – **RG** (cópia e original).

b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Categorias "B", "C", "D" ou "E (cópia e original).

b.1) Declaração de pontuação **e** suspensão/cassação de CNH (www.detran.sp.gov.br) (cópia e original).

c) Certidão de Casamento ou Certidão de Casamento com a devida Averbação, se for o caso (só cópia).

d) Cartão de Inscrição do **PIS/PASEP** ou Extrato Bancário onde conste à inscrição (cópia e original).

e) Título de Eleitor (cópia e original). **Os 02 (dois) últimos comprovantes de votação (cópia e original) ou Declaração expedida pelo Cartório Eleitoral.**

f) Certificado de **Reservista** ou Certificado de Dispensa de Incorporação ou Isenção de Serviço Militar (cópia e original).

g) Cartão de Identificação do Contribuinte – **CPF/CIC** (cópia e original).

h) Certificado de Conclusão e Histórico Escolar de Ensino Médio ou equivalente, expedido por Escola Oficial ou reconhecida (cópia e original)

h.1) Para cursos concluídos anteriormente ao ano de 1980, deverão conter o "visto-confere" do supervisor de ensino da Diretoria Regional de Ensino a qual pertence a escola do concluinte.

h.2) Para cursos concluídos a partir de 1980 até 2000, deverão conter a data do DOE em que a lauda de concluintes foi publicada, com a assinatura e carimbo do responsável pela informação.

h.3) Para cursos concluídos a partir de 2001, deverão conter o número do registro publicado no sistema de Gestão Dinâmica de Administração Escolar – GDAE (site: https://sed.educacao.sp.gov.br/SedCon/ConsultaPublica/Index) para os concluintes de Curso, cuja publicação informatizada ainda não tiver sido concretizada, deverá ser apresentada, juntamente com a cópia do Certificado de conclusão ou Diploma, uma declaração do diretor da Escola, informando que o interessado está aguardando providências legais que certifique a autenticidade do Certificado de Conclusão.

h.4) O Certificado de conclusão expedido por escolas de outros Estados deverá estar assinado e carimbado pela Secretaria de Educação (ou representante legal) do Estado de origem.

i) Declaração devidamente comprovada de matrícula em escola, de filhos ou enteados que se encontrem em faixa FAIXA ETÁRIA ENTRE 04 E 17 ANOS, conforme estabelece o artigo 6º da Lei 9.394, de 20/12/1996, alterada pela Lei nº 12.796, de 04/04/2013.

j) Atestado de Antecedentes Criminais, expedido pelo Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), órgão da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo - site: (https://www2.ssp.sp.gov.br/), com data de até 06 (seis) meses, (original). Se de outro estado, pelo Orgão emissor do RG.

k) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, se Policial Militar.

XXVI - O candidato, ao entregar a documentação constante do item XXV deste Comunicado, receberá informações sobre a unidade em que será lotada, bem como dos prazos legais para a posse e exercício do cargo.

a) O candidato somente tomará posse do cargo após a publicação no Diário Oficial do Estado – DOE do resultado da perícia médica considerando-o APTO para o cargo.

b) A classificação do empossado, na unidade prisional desta Secretaria da Administração Penitenciária, de acordo com a nossa designação, se dará por meio de Resolução do Secretário da Pasta, a ser publicada no Diário Oficial do Estado – DOE.

c) Se a posse não se der dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do Decreto de nomeação, nos termos do Inciso I do artigo 60 da Lei n° 10.261 de 28 de outubro de 1968, combinado com o Parágrafo único do artigo 323 do mesmo dispositivo legal (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), será tornado sem efeito o ato de provimento.

d) Demais situações impedientes da posse, dentro dos prazos previstos na legislação, deverão ser comunicadas à Chefia do Departamento de Ingresso e Movimentação de Pessoal, da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Polícia Penal, da Secretaria da Administração Penitenciária.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

COMPLEXO PENAL DE OSASCO

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP VANDA RITA BRITO DO REGO DE OSASCO

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 90002/2025

COMPLEXO PENAL DE OSASCO

Despacho do Chefe de Departamento – de 23/06/2025.
Pregão nº 90002/2025, objeto do Processo SEI 006.00215119/2025-82 - SIAFEM - 20250565296, que trata de despesa com material médico, hospitalar e odontológico, para uso neste Complexo Penal, através do COMPRAS.GOV.BR
Acolho a decisão do responsável da licitação quanto ao resultado da grade, HOMOLOGO o referido certame e ADJUDICO os objetos da presente licitação da seguinte maneira:
Item 01 a favor da Empresa: Unique Comercio de Equipamentos LTDA – CNPJ: 49.938.521/0001-83, no valor de R$ 477,48 (quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos)
Item 02 a favor da Empresa: JF Comercio de Materiais e Medicamentos Hospitalares LTDA – CNPJ: 22.525.517/0001-37, no valor de R$ 359,52 (tezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)
Item 03 a favor da Empresa: JF Comercio de Materiais e Medicamentos Hospitalares LTDA – CNPJ: 22.525.517/0001-37, no valor de R$ 609,00 (seiscento e nove reais)
Item 04 a favor da Empresa: JF Comercio de Materiais e Medicamentos Hospitalares LTDA – CNPJ: 22.525.517/0001-37, no valor de R$ 1.027,00 (mil e vinte e sete reais)
Item 05 a favor da Empresa: JF Comercio de Materiais e Medicamentos Hospitalares LTDA – CNPJ: 22.525.517/0001-37, no valor de R$ 1.335,00 (mil trezentos e trinta e cinco reais)
Item 06 a favor da Empresa: Shopecon Comercio LTDA – CNPJ: 14.615.813/0001-09, no valor de R$ 2.779.00 (dois mil e setecentos e setenta e nove reais)
Item 07 a favor da Empresa: Cirurgica Izamed LTDA – CNPJ: 12.967.916/0001-02, no valor de R$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais)

Total geral do Pregão R$ 7.462,00 (sete mil e quatrocentos e sessenta e dois reais).

EXTRATO DE CONTRATO - NOTA DE EMPENHO - PREGÃO Nº 90002/2025

Processo SEI-006.00215119/2025-82
Siafem - Código Único: 20250565296
Modalidade da Licitação: Pregão nº 90002/2025
Objeto: Despesas com material de consumo (ESFIGMOMANOMETRO)
Nota de Empenho: 2025NE00400
Contratado: UNIQUE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 49.938.521/0001-83
Valor: R$ 477,48 (QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)
FONTE: 150081002
Data: 16/06/2025
Natureza da Despesa: 33903031
Programa de Trabalho: 10302381561420000
PTRES: 380302
Prazo de Vigência: 10 dias
Processo SEI-006.00215119/2025-82
Siafem - Código Único: 20250565296
Modalidade da Licitação: Pregão nº 90002/2025
Objeto: Despesas com material de consumo (OXIMETRO, ANESTESICOS E COMPRESSA DE GAZE)
Nota de Empenho: 2025NE00401
Contratado: JF COMERCIO DE MATERIAIS E MEDICAMENTO HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 22.525.517/0001-37
Valor: R$ 3.330,52 (TRÊS MIL E TREZENTOS E TRINTA REAIS E CIQUENTA E DOIS CENTAVOS)
FONTE: 150081002
Data: 16/06/2025
Natureza da Despesa: 33903031
Programa de Trabalho: 10302381561420000
PTRES: 380302
Prazo de Vigência: 10 dias
Processo SEI-006.00215119/2025-82
Siafem - Código Único: 20250565296
Modalidade da Licitação: Pregão nº 90002/2025
Objeto: Despesas com material de consumo (CAPA DE TRAVESSEIRO)
Nota de Empenho: 2025NE00402
Contratado: CIRURGICA IZAMED LTDA
CNPJ: 12.967.916/0001-02
Valor: R$ 875,00 (OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)
FONTE: 150081002
Data: 16/06/2025
Natureza da Despesa: 33903030
Programa de Trabalho: 10302381561420000
PTRES: 380302
Prazo de Vigência: 10 dias
Processo SEI-006.00215119/2025-82
Siafem - Código Único: 20250565296
Modalidade da Licitação: Pregão nº 90002/2025
Objeto: Despesas com material de consumo (CAPA PARA COLCHAO)
Nota de Empenho: 2025NE00405
Contratado: SHOPECON COMERCIO LTDA
CNPJ: 14.615.813/0001-09
Valor: R$ 2.779,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS)
FONTE: 150081002
Data: 17/06/2025
Natureza da Despesa: 33903031
Programa de Trabalho: 10302381561420000
PTRES: 380302
Prazo de Vigência: 10 dias
Parecer jurídico: Publicado em atendimento aos Decretos n º 61.476/2015 e 61.897/2016

COMPLEXO PENAL I DE GUARULHOS

DISPENSA DE LICITACAO

Nº do Processo: 006.00253045/2025-82
Interessado: Complexo Penal I de Guarulhos
Assunto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DAS UNIDADES DO COMPLEXO PENAL I DE GUARULHOS
DISPENSA DE LICITACAO
Ordenador de Despesas da UGE/UASG 380127
Processo SEI n.º 006.00253045/2025-82
Despacho da Autoridade de 23/06/2025

Em face dos elementos de instrução dos autos, e no uso da competência a mim atribuída pelo Decreto Nº 42.371, de 21 de outubro de 1997, AUTORIZO a contratação direta por Dispensa de Licitação do Tipo Tradicional "sem disputa" nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 c.c. o Decreto Estadual nº 68.304 de 9 de janeiro de 2024 e a divulgação na íntegra do Processo SEI nº 006.00253045/2025-82 no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no valor total R$ 7.133,00 (sete mil cento e trinta e três reais) onerando a atividade 380308 e a Natureza de Despesa 33903052, 33903054 e 33903090 conforme orçamento de melhor custo benefício, a favor da empresa NEPE REFORMAS CONTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES EM GERAL LTDA C.N.P.J 15.751.884/0001-93 que trata da aquisição de material para manutenção e reparos das Unidades Prisionais do Complexo Penal I de Guarulhos.

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE VILA INDEPENDÊNCIA

PORTARIA

Portaria Normativa nº 259/2025

Dispõe sobre acompanhamento e fiscalização de execução de contratos administrativos.

O Chefe de Departamento, Senhor Anderson Carlos Bordim de Andrade, RG:16.470.662-8 do Centro de Detenção Provisória de Vila Independência, no uso das atribuições, e,

Considerando o Artigo 67 da Lei Federal n.° 8.666/93, que preceitua que a execução dos contratos administrativos deva ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado,

RESOLVE:

Designar como Gestor e Fiscais do Contrato nº 03/2023CDVI, Processo nº 006.00084321/2023-94 que trata de Prestação de Serviços de Impressão e Reprografia Corporativa para uso do Centro de Detenção Provisória de Vila Independência, através da Empresa Copimaq de Campinas Comércio de Máquinas Ltda, sob o CNPJ: 00.946.478/0001-09 os seguintes servidores:
Gestor:
Daiane da Silva Gustavo, RG:43.049.488-9
Substituto: Bianca Bizarra Souza, RG: 30.913.919-3
Fiscais:
Para o equipamento do CIMIC:
Claudio Ricardo de Oliveria Moraes, RG:28.036.195-6

Para o equipamento da Inclusão:
Edinaldo Antonio da Silva, RG: 25.324.572-2
José Valmir Pereira de Azevedo, RG: 34.406.679-4
Para o equipamento do Departamento Pessoal:
Maria de Fátima dos Santos, RG: 22.149.711-0

Para o equipamento da sindicância funcional:
Wanderley Lopes, RG: 11.129.701-1

Para o equipamento do Expediente:
Eder Carlos Dalborgo, RG:32.933.946-1
Flavio de Oliveira Dias, RG: 27.454.942-6

Para o equipamento do Centro Administrativo e Corredor Administrativo:
Daiane da Silva Gustavo, RG:43.049.488-9
Bianca Bizarra Souza, RG: 30.913.919-3
Para o equipamento do Centro de Segurança e Disciplina:
Sandro da Silva Souza, RG 33.091.615-4
José Vieira do Nascimento, Rg 36.568.756-X

Esta Portaria tem efeito "ex tunc" retroagindo à data a 08/04/2025, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias anteriores a que se refere o assunto.

PENITENCIÁRIA DA CAPITAL

PORTARIA DO CHEFE DE DEPARTAMENTO Nº 138, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Constitui as Subcomissões de Avaliação de Documentos e Acesso da Penitenciária da Capital - RSA, nos termos que dispõe o Artigo 1º da Resolução SAP-167 de 06-10-2020.

O Chefe de Departamento, da Penitenciária da Capital - RSA, no uso de suas competências atribuídas através do Decreto nº 45.868 de 22/02/2001 e considerando as disposições contidas na Resolução SAP-167, que "*institui a criação de Subcomissões de Avaliação de Documentos e Acesso nas Unidades Prisionais da Pasta*"

Resolve:

Artigo 1º Designar para, sem prejuízos de seus cargos e funções, os servidores a seguir relacionados, como integrantes da Subcomissão de Avaliação de Documentos e Acesso – "Subcada", desta Penitenciária da Capital - RSA:

JOSÉ CARLOS ROCHA DE SOUZA, RG: 18.361.912-2 - Oficial Administrativo;

ULISSES GONZALEZ TRIZZINO, RG: 30.089.705-4 - Oficial Administrativo;

CRISTINEY GARCIA NOGUEIRA, RG: 36.366.397-6 - Policial Penal;

Artigo 2º - A "Subcada" a que se refere o Artigo 1º, deverá atuar de forma a garantir a gestão eficaz de toda a massa documental produzida e acumulada na Penitenciária da Capital - RSA, assegurando para que sejam devidamente observados e cumpridos os prazos para a guarda e eliminação de documentos, observada a legislação aplicável.

Artigo 3º - A "Subcada" poderá, caso necessário, solicitar auxílio da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, da Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Metropolitana de São Paulo, de outros servidores desta Unidade Prisional, com conhecimento e experiência relacionados a gestão de documentos, visando atendimento das demandas relacionadas.

Artigo 4º - Dê ciência aos designados;

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e tornará sem efeito a Portaria nº 126/2025, publicada em 30/05/2025;

Publique-se.

WALDIR RIBEIRO JUNIOR

Chefe de Departamento

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

COMPLEXO PENAL DE GÁLIA

PENITENCIÁRIA I DE GÁLIA

PORTARIA Nº 095/2025, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Chamada Pública nº 01/2025-CPGALIA.

O Senhor ALEX SANDRO FOGAÇA, RG nº 40.154.663-9, Chefe de Departamento, do Complexo Penal de Gália, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, com fundamento no artigo 3º, inciso IV, do Decreto nº 47.297, de 06 de novembro de 2.002, c.c. o artigo 6º, inciso IV, da Resolução CEGP-10, de 19/11/2002, designa os servidores abaixo para, sem prejuízo de suas atividades normais, compor a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Chamada Publica nº 001/2025-CPGALIA, referente ao processo 006.00247704/2025-41, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO TIPO HORTIFRUTIGRANJEIROS com entrega parcelada, para consumo do Complexo Penal de Gália no período de 15 de julho a 31 de agosto de 2025, através do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social-PPAIS resolve:

Artigo 1.º - Designar para compor a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Chamada Pública n.º 001/2025-CPGALIA, sem prejuízo de suas atribuições, as servidoras: Daiany Sant'Ana de Moraes Oliveira RG: 44.579.165-2, Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos; Marcela Leticia Pelegrini Akutagawa, RG: 34.722.153-1, Chefe de Seção de Administração e Marcia Cristina de Carvalho e Souza, RG: 12.871.601-0, Policial Penal.

Artigo 2.º - A presidência da Comissão caberá ao primeiro designado e em caso de impedimento legal ou temporário deste, os segundo assumirá e assim sucessivamente, obedecida automaticamente a ordem de designação.

Artigo 3. ° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data da publicação.

COMPLEXO PENAL DE PIRAJUÍ

PORTARIA Nº 132/2025-CPPIRAJUÍ, DE 23 DE JUNHO DE 2025

(Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Chamada Pública nº 001/2025-CPPIRAJUÍ)

O Senhor Cleuber Ferreira Mantovanini Junior, portador do CPF nº 289.821.488-41, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Pirajuí, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, no uso da competência conferida pelo Decreto nº 69.228, de 23/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 26/12/2024, regulamentada pela Resolução SAP nº 128, de 26/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 27/12/2024, resolve designar os servidores abaixo, sem prejuízo de suas atividades normais para compor a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Chamada Pública nº **001/2025-CPPIRAJUI**, referente ao Processo SEI: 006.00122270/2025-78, CÓDIGO ÚNICO: 20250327581, que visa aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros, com entrega parcelada, para o período de **07/07/2025 a 31/08/2025**, para atendimento do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS.

Artigo 1º - Designar: Verene Aparecida dos Santos Gulmini, RG: 46.653.894-7,Oficial Administrativo; Rosemary de Pina Tardin Grana, RG: 21.685.848-3, Oficial Administrativo; Vagner Gulmini, RG: 34.285.849-X,Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos e Ricardo Luizão Garzim, RG: 44.483.679-2, Chefe de Serviço de Administração, tendo como presidente o primeiro, onde na ausência do mesmo o segundo assumirá e assim sucessivamente, obedecida automaticamente a ordem de designação na ausência de afastamento dos titulares.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 131/2025-CPPIRAJUÍ, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores para exercerem as funções de pregoeiro, de equipe de apoio e da comissão de contratação, no âmbito da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo.

O Senhor Cleuber Ferreira Mantovanini Junior, CPF: 289.821.488-41, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Pirajuí, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, Unidade de Administração de Serviços Gerais (UASG) e Unidade Gestora Executora (UGE) sob nº 380117, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto nº 69.228, de 23/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 26/12/2024, regulamentada pela Resolução SAP nº 128, de 26/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 27/12/2024.

1. Considerando o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no § 3° do artigo 8°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. Considerando o disposto no artigo 3º do Decreto Estadual n° 68.220, de 15 de dezembro de 2023, que regulamenta o § 3° do artigo 8° da Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação dos agentes de contratação, de pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

3. Considerando que os agentes de contratação são as pessoas designadas pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

4. Considerando que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Artigo 1º – Designar, sem prejuízo de suas atividades, os seguintes servidores para todos atuarem alternadamente como: Pregoeiros, Membros da Comissão de Contratação e Equipe de Apoio, no **Pregão Eletrônico nº 380117-90014/2025 para aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis(não processados)**, conforme Processo SEI nº 006.00213587/2025-12 e Processo SIAFEM Código Único nº 20250550426:

-Rosemary de Pina Tardin Grana, CPF: 191.023.018-90;

- Vagner Gulmini, CPF: 336.498.688-65;

- Ricardo Luizão Garzim, CPF: 381.065.178-88;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

PORTARIA Nº 131/2025-CPPIRAJUÍ, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidores para exercerem as funções de pregoeiro, de equipe de apoio e da comissão de contratação, no âmbito da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo.

O Senhor Cleuber Ferreira Mantovanini Junior, CPF: 289.821.488-41, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Pirajuí, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, Unidade de Administração de Serviços Gerais (UASG) e Unidade Gestora Executora (UGE) sob nº 380117, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto nº 69.228, de 23/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 26/12/2024, regulamentada pela Resolução SAP nº 128, de 26/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 27/12/2024.

1. Considerando o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no § 3° do artigo 8°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. Considerando o disposto no artigo 3º do Decreto Estadual n° 68.220, de 15 de dezembro de 2023, que regulamenta o § 3° do artigo 8° da Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação dos agentes de contratação, de pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

3. Considerando que os agentes de contratação são as pessoas designadas pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

4. Considerando que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

RESOLVE:

Artigo 1º – Designar, sem prejuízo de suas atividades, os seguintes servidores para todos atuarem alternadamente como: Pregoeiros, Membros da Comissão de Contratação e Equipe de Apoio, no **Pregão Eletrônico nº 380117-90014/2025 para aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis(não processados)**, conforme Processo SEI nº 006.00213587/2025-12 e Processo SIAFEM Código Único nº 20250550426:

-Rosemary de Pina Tardin Grana, CPF: 191.023.018-90;

- Vagner Gulmini, CPF: 336.498.688-65;

- Ricardo Luizão Garzim, CPF: 381.065.178-88;

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

PORTARIA Nº 132/2025-CPPIRAJUÍ, DE 23 DE JUNHO DE 2025

(Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Chamada Pública nº 001/2025-CPPIRAJUÍ)

O Senhor Cleuber Ferreira Mantovanini Junior, portador do CPF nº 289.821.488-41, Chefe de Departamento do Complexo Penal de Pirajuí, da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, no uso da competência conferida pelo Decreto nº 69.228, de 23/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 26/12/2024, regulamentada pela Resolução SAP nº 128, de 26/12/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 27/12/2024, resolve designar os servidores abaixo, sem prejuízo de suas atividades normais para compor a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Chamada Pública nº **001/2025-CPPIRAJUI**, referente ao Processo SEI: 006.00122270/2025-78, CÓDIGO ÚNICO: 20250327581, que visa aquisição de Gêneros Alimentícios Hortifrutigranjeiros, com entrega parcelada, para o período de **07/07/2025 a 31/08/2025**, para atendimento do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS.

Artigo 1º - Designar: Verene Aparecida dos Santos Gulmini, RG: 46.653.894-7,Oficial Administrativo; Rosemary de Pina Tardin Grana, RG: 21.685.848-3, Oficial Administrativo; Vagner Gulmini, RG: 34.285.849-X,Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos e Ricardo Luizão Garzim, RG: 44.483.679-2, Chefe de Serviço de Administração, tendo como presidente o primeiro, onde na ausência do mesmo o segundo assumirá e assim sucessivamente, obedecida automaticamente a ordem de designação na ausência de afastamento dos titulares.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PENITENCIÁRIA CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA DE ITAÍ

RELAÇÃO DE PAGAMENTO - MAI

Relação de pagamentos efetuados no mês de **MAIO/2025**, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual 7.857/92:

Data de Pagamento – Ordem Bancaria – PD - Valor – Fornecedor
02MAI2025 97921 2025PD00446 51,82 WAGNER LEAL TRISTAO
02MAI2025 97922 2025PD00447 51,82 HENRIQUE CESARIO DE OLIVEIRA LIMA
02MAI2025 98514 2025PD00325 3.244,40 M&M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA. ME
02MAI2025 98515 2025PD00327 3.290,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
02MAI2025 98516 2025PD00328 9.993,62 J.A. REZENDE CEREALISTA LTDA
02MAI2025 98517 2025PD00440 651,52 TRIVALE INSTITUIçãO DE PAGAMENTO LTDA
02MAI2025 98518 2025PD00442 2.774,58 TRIVALE INSTITUIçãO DE PAGAMENTO LTDA
02MAI2025 98913 2025PD00319 7.044,80 SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA
02MAI2025 98914 2025PD00322 16.252,64 DITA TERCEIRIZACAO EM SERVICOS LTDA
02MAI2025 98915 2025PD00326 1.042,20 THALIA PEDROSO DA LUZ
02MAI2025 98916 2025PD00441 1.485,45 TRIVALE INSTITUIçãO DE PAGAMENTO LTDA
05MAI2025 A0247 2025PD00334 4.936,20 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
07MAI2025 A1317 2025PD00331 1.042,20 THALIA PEDROSO DA LUZ
07MAI2025 A1318 2025PD00332 3.614,70 GISELE REGINA RODRIGUES KNITTEL & CIA LTD
07MAI2025 A1319 2025PD00333 3.290,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
07MAI2025 A1320 2025PD00336 6.678,88 ATACADO TRES MENINAS LTDA
07MAI2025 A1321 2025PD00337 12.362,35 GSI INDUSTRIAL DE ALIMENTOS
07MAI2025 A1322 2025PD00452 7.847,68 CIA ULTRAGAZ S/A
08MAI2025 A2618 2025PD00344 3.244,40 M&M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA. ME
08MAI2025 A2619 2025PD00350 4.481,57 SILVAS O SILVAS BUSINESS LTDA
08MAI2025 A3483 2025PD00346 3.033,40 ANDRE DIEGO ALBANO
08MAI2025 A3484 2025PD00438 1.566,35 PVT COM. MANUT. MOVEIS ESCRITORIO LTDA-ME
08MAI2025 A3485 2025PD00478 167,40 JOSÉ AMARILDO DE CAMARGO
09MAI2025 A4222 2025PD00348 3.290,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
09MAI2025 A4223 2025PD00352 3.782,56 REI DA ALMONDEGA INDUSTRIA E COMERCIO DE
12MAI2025 A4598 2025PD00343 502,20 LEANDRO DOS SANTOS CAMARGO
12MAI2025 A4599 2025PD00351 3.350,00 RAFAEL DOS SANTOS CAMARGO
12MAI2025 A4600 2025PD00460 7.202,20 ELISEU APARECIDO DA SILVA
12MAI2025 A5258 2025PD00345 3.978,00 D.V. ALIMENTOS LTDA
12MAI2025 A5259 2025PD00347 4.936,20 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
12MAI2025 A5260 2025PD00349 30.090,53 MOINHO GLOBO ALIMENTOS S.A
12MAI2025 A5261 2025PD00375 3.209,27 CLAUDEMIR APARECIDO DONA ME
12MAI2025 A5700 2025PD00477 1.685,04 TELEFONICA BRASIL S.A.
14MAI2025 A6442 2025PD00374 3.614,70 GISELE REGINA RODRIGUES KNITTEL & CIA LTD
14MAI2025 A6443 2025PD00376 3.290,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
14MAI2025 A6779 2025PD00323 877,53 PREF. MUN. DE ITAI
14MAI2025 A6780 2025PD00476 6.698,76 CIA ULTRAGAZ S/A
15MAI2025 A7275 2025PD00372 11.707,80 CARNES DO CAMPO LTDA
15MAI2025 A7276 2025PD00373 6.082,13 SILVAS O SILVAS BUSINESS LTDA
15MAI2025 A7277 2025PD00380 3.644,40 M&M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA. ME
15MAI2025 A7278 2025PD00457 428,00 AGRO 3 DISTRIBUIDORA
15MAI2025 A7279 2025PD00458 428,00 AGRO 3 DISTRIBUIDORA
15MAI2025 A7626 2025PD00377 3.033,40 ANDRE DIEGO ALBANO
15MAI2025 A7627 2025PD00378 3.350,00 SANDRA REGINA DE OLIVEIRA
15MAI2025 A7628 2025PD00379 1.042,20 THALIA PEDROSO DA LUZ
16MAI2025 A8191 2025PD00406 42.845,21 CARNES DO CAMPO LTDA
16MAI2025 A8192 2025PD00408 56.885,09 CARNES DO CAMPO LTDA
16MAI2025 A8193 2025PD00410 5.619,74 IMEDIATO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
16MAI2025 A8194 2025PD00411 3.290,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
16MAI2025 A8195 2025PD00482 3.988,06 REI DA ALMONDEGA INDUSTRIA E COMERCIO DE
16MAI2025 A8579 2025PD00453 1.038,90 TRIVALE INSTITUIçãO DE PAGAMENTO LTDA
16MAI2025 A8580 2025PD00454 2.073,73 TRIVALE INSTITUIçãO DE PAGAMENTO LTDA
19MAI2025 A9178 2025PD00400 115.596,00 FENIX COMERCIAL LTDA
19MAI2025 A9179 2025PD00405 4.594,20 CEREALISTA VIEIRA ALIMENTOS LTDA
19MAI2025 A9503 2025PD00412 4.936,20 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
19MAI2025 A9504 2025PD00448 4.806,37 BRASIL BURGER IND. E COMéRCIO DE CARNES L
19MAI2025 A9505 2025PD00480 50.005,78 COOP EL RURAL ITAÍ-PARANAPANEMA-AVARÉ LTD
19MAI2025 A9506 2025PD00481 8.695,55 COOP EL RURAL ITAÍ-PARANAPANEMA-AVARÉ LTD
22MAI2025 B0129 2025PD00398 1.223,39 NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
22MAI2025 B0130 2025PD00401 3.290,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
22MAI2025 B0131 2025PD00402 3.201,12 SILVAS O SILVAS BUSINESS LTDA
22MAI2025 B0132 2025PD00404 3.614,70 GISELE REGINA RODRIGUES KNITTEL & CIA LTD
22MAI2025 B0496 2025PD00403 3.033,40 ANDRE DIEGO ALBANO
22MAI2025 B0497 2025PD00413 3.350,00 SANDRA REGINA DE OLIVEIRA
23MAI2025 B0975 2025PD00435 14.197,56 NUTRIALL COMERCIAL LTDA
23MAI2025 B0976 2025PD00436 3.142,40 M&M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA. ME
23MAI2025 B0977 2025PD00437 3.290,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
26MAI2025 B2438 2025PD00451 15.764,00 JOSÉ ADRIANO DA CRUZ
26MAI2025 B2752 2025PD00450 3.402,50 M&M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA. ME
27MAI2025 B2880 2025PD00455 1.103,88 THALIA PEDROSO DA LUZ

27MAI2025 B2881 2025PD00468 3.033,40 ANDRE DIEGO ALBANO
27MAI2025 B3007 2025PD00490 7.803,87 CIA ULTRAGAZ S/A
28MAI2025 B3180 2025PD00456 139,80 THALIA PEDROSO DA LUZ
28MAI2025 B3181 2025PD00461 3.211,00 GISELE REGINA RODRIGUES KNITTEL & CIA LTD
29MAI2025 B3775 2025PD00449 1.004,40 ELISEU APARECIDO DA SILVA
29MAI2025 B3776 2025PD00462 4.481,57 SILVAS O SILVAS BUSINESS LTDA
30MAI2025 B4366 2025PD00463 18.772,47 NUTRIALL COMERCIAL LTDA
30MAI2025 B4367 2025PD00464 5.830,93 CLAUDEMIR APARECIDO DONA ME
30MAI2025 B4368 2025PD00465 7.179,20 CEREALISTA VIEIRA ALIMENTOS LTDA
30MAI2025 B4369 2025PD00467 35,81 BRASIL BURGER IND. E COMéRCIO DE CARNES L
30MAI2025 B4370 2025PD00470 47.023,80 TAP ITAPE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
30MAI2025 B4371 2025PD00472 19.317,87 CARNES DO CAMPO LTDA
30MAI2025 B4372 2025PD00473 16.005,60 SILVAS O SILVAS BUSINESS LTDA
30MAI2025 B4373 2025PD00474 9.984,00 BEBITO ALIMENTOS LTDA
30MAI2025 B4374 2025PD00475 9.984,00 BEBITO ALIMENTOS LTDA
30MAI2025 B4375 2025PD00479 38.192,77 CARNES DO CAMPO LTDA
30MAI2025 B4376 2025PD00483 4.405,87 HG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
30MAI2025 B4377 2025PD00485 2.954,10 AGRO 3 DISTRIBUIDORA
30MAI2025 B4378 2025PD00486 96.467,60 CARNES DO CAMPO LTDA
30MAI2025 B4379 2025PD00487 0,03 CARNES DO CAMPO LTDA
30MAI2025 B4380 2025PD00488 0,01 CARNES DO CAMPO LTDA
30MAI2025 B4810 2025PD00484 502,20 JOSÉ AMARILDO DE CAMARGO

PENITENCIÁRIA DE TAQUARITUBA

SEÇÃO DE FINANÇAS E SUPRIMENTOS

PORTARIA GESTOR DE CONTRATO GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEL

PORTARIA GESTOR DE CONTRATO Nº PTAQ97/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Designa Gestor e Fiscal do Contrato nº **PTAQ01/23**, firmado entre a **Penitenciária de Taquarituba** e a empresa **Link Card Administradora de Benefícios EIRELI**, referente à prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para os veículos automotores alocados na subfrota deste Estabelecimento Penal.

Considerando que a Penitenciária de Taquarituba, integrante da Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste do Estado, vinculada à Polícia Penal do Estado de São Paulo, diante das atribuições e competências previstas na Resolução SAP 128, de 26 de dezembro de 2024;

Considerando o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, que estabelece que na execução dos contratos, deverá ser designado um representante da Administração, para acompanhamento e fiscalização;

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar os seguintes servidores, sem prejuízo de suas atividades, cargos ou funções, como Gestor e Fiscal do Contrato nº PTAQ01/23, Processo SEI nº 006.00001385/2023-68 (SAP-PRC-2022/36169) cujo objeto é a prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, para os veículos automotores alocados na subfrota deste Estabelecimento Penal, firmado entre a Penitenciária de Taquarituba e a empresa Link Card Administradora de Benefícios EIRELI, CNPJ 12.039.966/0001-11, os servidores:

Gestor: **RODRIGO MASSARUTI**, CPF 282.859.458-04, Chefe de Seção de Administração, como titular e como suplente, a servidora **CILENE CRISTINA FERREIRA**, CPF 275.470.368-30, Chefe de Seção de Finanças e Suprimentos;
Fiscal: **MARIO BATISTA ROSA**, CPF 983.535.438-34 , Chefe de Núcleo de Infraestrutura e Logística e **ANTÔNIO CARLOS FOGAÇA CASTILHO**, CPF 075.095.408-60, Oficial Operacional;

Parágrafo único - Ficam revogadas as designações anteriores à publicação desta portaria;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Argo 3° - Dê ciência aos designados.

Argo 4º - Publique-se.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

COMPLEXO PENAL DE CAMPINAS/HORTOLÂNDIA

DESPACHO

DESPACHO CPCH/CD Nº 0164/2025,

Tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento nº. **0103/2025**, datado de **03-06-2025**, e conforme § 2º, do artigo 1º, da Resolução SAP 139, de 27-10-2017 e suas alterações, **DETERMINO**, nos termos dos artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003 e suas alterações, bem como, a Lei complementar nº 1.416 de 26 de setembro de 2024, a realização de Apuração Preliminar para verificar possível irregularidade funcional conforme descrito no comunicado de evento, elaborado **na Penitenciaria II de Hortolândia do Complexo Penal Campinas/Hortolândia**. (PAP 006.00226322/2025-84).

Publique-se:

DESPACHO

DESPACHO CPCH/CD Nº 0160/2025,

Tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento nº. **0104/2025**, datado de **06-06-2025**, e conforme § 2º, do artigo 1º, da Resolução SAP 139, de 27-10-2017 e suas alterações, **DETERMINO**, nos termos dos artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003 e suas alterações, bem como, a Lei complementar nº 1.416 de 26 de setembro de 2024, a realização de Apuração Preliminar para verificar possível irregularidade funcional conforme descrito no comunicado de evento, elaborado **na Penitenciaria II de Hortolândia do Complexo Penal Campinas/Hortolândia**. (PAP 006.00237054/2025-26).

Publique-se:

DESPACHO

DESPACHO CPCH/CD Nº 0166/2025,

Tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento nº. **0257/2025**, datado de **18-06-2025**, e conforme § 2º, do artigo 1º, da Resolução SAP 139, de 27-10-2017 e suas alterações, **DETERMINO**, nos termos dos artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003 e suas alterações, bem como, a Lei complementar nº 1.416 de 26 de setembro de 2024, a realização de Apuração Preliminar para verificar possível irregularidade funcional conforme descrito no comunicado de evento, elaborado **no CPP de Hortolândia do Complexo Penal Campinas/Hortolândia**. (PAP 006.00250845/2025-41).

Publique-se:

DESPACHO

DESPACHO CPCH/CD Nº 0168/2025,

Tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento nº. **0252/2025**, datado de **13-06-2025**, e conforme § 2º, do artigo 1º, da Resolução SAP 139, de 27-10-2017 e suas alterações, **DETERMINO**, nos termos dos artigos 264 e 265 da Lei 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar 942, de 06-06-2003 e suas alterações, bem como, a Lei complementar nº 1.416 de 26 de setembro de 2024, a realização de Apuração Preliminar para verificar possível irregularidade funcional conforme descrito no comunicado de evento, elaborado **no CPP de Hortolândia do Complexo Penal Campinas/Hortolândia**. (PAP 006.00250825/2025-71).

Publique-se:

COMPLEXO PENAL DE GUAREÍ

PENITENCIÁRIA NELSON VIEIRA - GUAREÍ

APURAÇÃO PRELIMINAR

DESPACHO N. 15/2025

Tendo em vista os termos constantes do Comunicado de Evento n. 49/2025, datado de 18 de junho de 2025, subscrito pelo servidor B.V.C, Policial Penal, e no uso da atribuição que me é conferida pelo parágrafo 2º, do Artigo 1º, da Resolução SAP 12 de 24-1-2022, **DETERMINO**, nos termos do artigo 264 da Lei n. 10.261, de 28 de outubro de 1968, alterada pela Lei Complementar n. 942, de 06 de junho de 2003, a realização de Apuração Preliminar para averiguar as circunstâncias que nortearam aquela comunicação de evento referente ao fato ocorrido na data acima citada.

Ficam designados os servidores Otávio Henrique Gorreri de Medeiros, RG n. 40.346.879-6, Chefe S.A.T.A, como Autoridade Apuradora, e André Luiz Martim, RG. n. 34.672.775-3, Policial Penal, para secretariar os trabalhos.

Os servidores ora designados atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 (trinta) dias, conforme preceitua o §1º do artigo 265, respeitando a ressalva do §2º do mesmo artigo da Lei n. 10.261/68.

Conclusos à Autoridade Apuradora.
Cumpra- se.

Guareí, na data da assinatura digital.

Eduardo Witzel
Chefe de Departamento do Complexo Penal de Guareí

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA NELSON FURLAN - PIRACICABA

DESPACHO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ESTABELECIMENTO PENAL

Tendo em vista os termos constantes no comunicado de evento n° 47/2025, de 18/06/2025, subscrito pelo funcionário Cleber Tiago Scatamburlo, e no uso da atribuição que me é conferida pelo artigo 20, inciso III, do Decreto n° 49.577, de 04-05-2005, DETERMINO, nos termos do artigo 264 da Lei n° 10.261, de 28-10-1968, alterada pela Lei Complementar n° 942, de 06-06-2003, a realização de Apuração Preliminar para apurar os fatos irregulares ocorridos no dia 29 de maio de 2025, na Seção Integrada de Movimentações e Informações Carcerárias deste Estabelecimento Penal, e que consiste em apurar eventuais responsabilidades funcionais na confirmação de recebimento de alvará de soltura pelo servidor C.A.A.C. Ficam designados os servidores Alessandra Giovana Hitomi Dominguez, Chefe de Seção de Apoio Técnico Administrativo, como Autoridade Apuradora e Haroldo Vieira Duarte, Policial Penal, que irá secretariar os trabalhos. Os servidores ora designados, atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de trinta (30) dias, conforme preceitua o § 1º do artigo 265, respeitando a ressalva do § 2º do mesmo artigo, todos das leis supracitadas. (SEI 006.00253513/2025-19)

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA REGIÃO NORTE DO ESTADO

PENITENCIÁRIA DR SEBASTIÃO MARTINS SILVEIRA - ARARAQUARA

PORTARIA Nº 108/2025

PORTARIA Nº 108/2025

Dispõe sobre a gestão e fiscalização da execução na Aquisição de Materiais de Consumo, com entrega única, destinados à Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara, CONTRATADA através das Notas de Empenho relacionadas no anexo desta portaria, em cumprimento ao disposto do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c.c. os artigos 15 a 20 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023.

O Sr. Chefe de Departamento, da Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 69.228, de 23/12/2024 e em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c.c. os artigos 15 a 20 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023, e inciso II do artigo 12 da Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que preceitua que a execução dos contratos administrativos deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, e ainda, amparado no inciso II do artigo 241 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, Lei Estadual nº 10.261/68, **RESOLVE**:

Artigo 1º - Designar os servidores elencados abaixo para, com observância da legislação vigente, atuarem como **GESTORES** do contrato decorrente do compromisso celebrado entre a Secretaria da Administração Penitenciária, por intermédio da Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara e as CONTRATADAS relacionadas no Anexo desta Portaria, no Processo SEI nº 006.00156614/2025-42, tendo por objeto a Aquisição de Materiais de Consumo para esta Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara:

I - **GESTOR TITULAR**: JUVENAL FERREIRA COSTA, R.G: 14.224.524-0, POLICIAL PENAL; e

II – **GESTOR SUPLENTE:** FRANCISCO JOSÉ BROTTO, R.G. 13.237.121-2, OFICIAL OPERACIONAL.

Artigo 2º - Designar, com observância da legislação vigente, para atuarem como FISCAIS TÉCNICOS do contrato supramencionado:

I - **FISCAL TÉCNICO TITULAR**: RITA DE CÁSSIA SITA MALERBA, R.G. 21.311.387-9, OFICIAL ADMINISTRATIVO; e

II - **FISCAL TÉCNICO SUPLENTE:** ODAIR JOEC MANZINE, R.G. 21.101.807-7, POLICIAL PENAL.

Artigo 3º - Designar, com observância da legislação vigente, para atuarem como FISCAIS ADMINISTRATIVOS do contrato supramencionado:

I - **FISCAL ADMINISTRATIVO TITULAR:** LEANDRO D' AVILLA DA SILVA, R.G. 33.464.373-9, POLICIAL PENAL; e

II - **FISCAL ADMINISTRATIVO SUPLENTE:** ANDRÉ LUIZ ALVES, R.G. 42.110.389-9, POLICIAL PENAL.

Artigo 4º - Compete aos GESTORES do contrato as atribuições definidas no artigo 16, do Decreto nº 68.220/2023, e ainda:

I - Conhecer integralmente o teor das condições contratuais estabelecidas no Termo de Referência e Contrato n.º 24/2025, sendo responsável pelo acompanhamento da execução das atividades contratuais;

II - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

IV - Acompanhar a entrega do objeto contratado, verificando as quantidades, especificações e a qualidade dos produtos, além de garantir o cumprimento de quaisquer obrigações futuras previstas no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, se for o caso;

V - Orientar à CONTRATADA quanto aos procedimentos de segurança que deverão ser observados pelos seus funcionários, inclusive quanto aos locais e horários que terão acesso e/ou permanência nas instalações penais;

VI - Comunicar formalmente à Autoridade Contratante as irregularidades passíveis de penalidade, para apuração de possíveis irregularidades contratuais praticadas pela empresa CONTRATADA;

VII - Coordenar os atos de fiscalização técnica e administrativa, e os atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato;

IX - Emitir documento comprobatório do recebimento dos materiais realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

X - Enviar, no prazo estabelecido, a documentação pertinente Serviço de Licitações e Contratos Administrativos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Artigo 5º Compete aos FISCAIS TÉCNICOS do contrato as atribuições definidas no artigo 17, do Decreto nº 68.220/2023, e ainda:

I - Conhecer integralmente o teor das condições contratuais estabelecidas no Termo de Referência n.º 24/2025, sendo responsável pelo acompanhamento da execução das atividades contratuais;

II - Zelar pela fiel execução dos trabalhos, sobretudo no que concerne à qualidade do objeto contratado;

III - Acompanhar a entrega do objeto contratado, verificando as quantidades, especificações e a qualidade dos produtos, além de garantir o cumprimento de quaisquer obrigações futuras previstas no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, se for o caso;

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, podendo ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, §§ 2º e 3º);

V - Comunicar à CONTRATADA eventuais ocorrências e sinistros, identificando eventuais responsáveis por infrações ou penalidades decorrentes da execução do contrato à CONTRATADA, encaminhando as informações necessárias ao Gestor do Contrato;

VI - Encaminhar ao Gestor do Contrato, no prazo estabelecido no instrumento de contrato, o "Atestado de Recebimento", contendo informações sobre a execução do objeto, bem como o registro de eventual inexecução das obrigações contratuais, conforme modelo estabelecido pelo Gestor do Contrato.

Artigo 6º - Compete aos FISCAIS ADMINISTRATIVOS do contrato as atribuições definidas no artigo 18 do Decreto nº 68.220/2023, e ainda:

I - Conhecer integralmente o teor das condições contratuais estabelecidas no Termo de Referência n.º 24/2025, sendo responsável pelo acompanhamento da execução das atividades contratuais;

II - Quando necessário e requisitado pelo gestor do contrato, elaborar as minutas dos termos aditivos contratuais, na forma da Lei para análise da Autoridade Contratante, com as motivações e documentações necessárias;

III - Elaborar a memória de cálculo para a aplicação de eventuais multas contratuais, quando aplicável, e encaminhá-la ao Gestor do Contrato juntamente com a remessa do Atestado de Recebimento.

Artigo 7º - Os servidores designados como GESTORES e FISCAIS do contrato atuarão sem prejuízos às atribuições que lhes são conferidas em razão do cargo público que ocupam.

Artigo 8º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a 12/06/2025.

Araraquara, na data da assinatura digital.

ALEXANDRE RICARDO RAZERA
Chefe de Departamento

ANEXO

CONTRATADA	CNPJ	NOTA DE EMPENHO
AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA	46368367000163	2025NE00541
RD PAPEIS & EPI LTDA	08822824000159	2025NE00542
COMERCIAL DISCON LTDA	14365828000158	2025NE00543
LICITARA COMERCIO DE MAQ E EQUIP LTDA	29953468000182	2025NE00544
S.A. DE JESUS COMERCIO DE MAT. CONSTR. ME	21896826000150	2025NE00545
TRIUNFAL MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	48754707000110	2025NE00546

NUCCI & HOMSI CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA	46888037000107	2025NE00547
TRIUNFAL MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	48754707000110	2025NE00548
ELETRONEW COM MAT ELETR LTDA	64737927000191	2025NE00549
SISTECNICA INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA	53249470000150	2025NE00550
MOURA ELETRôNICOS E IMPORTAçãO LTDA	10636064000137	2025NE00551
MAED COMERCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	46636768000157	2025NE00552
RCE ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA	49042895000116	2025NE00553
MOURA ELETRôNICOS E IMPORTAçãO LTDA	10636064000137	2025NE00554
QUALITY ATACADO LTDA	15724019000158	2025NE00555
QUALITY ATACADO LTDA	15724019000158	2025NE00556
PAPEL E CANETA EXPRESS ONE LTDA	41412829000189	2025NE00557
MARCELO SOUSA GONÇALVES	44883034000147	2025NE00558
MARCELO SOUSA GONÇALVES	44883034000147	2025NE00559
BIOLIMP LTDA	03051567000185	2025NE00560
MARCIA ADRIANA DE SOUSA SUPRIMENTOS DE IN	20988198000170	2025NE00561
COMERCIAL DE DESCARTAVEIS E MATERIAL DE L	10943564000111	2025NE00562
LEANDRO BOFFO LOBO	53857005000100	2025NE00563
LEANDRO BOFFO LOBO	53857005000100	2025NE00564
HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	16847666000110	2025NE00565
HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA	16847666000110	2025NE00566
JLG COMERCIAL LTDA	50378977000115	2025NE00567
COMERCIAL DE DESCARTAVEIS E MATERIAL DE L	10943564000111	2025NE00568
AUGUSTO FRANCISCO DE SOUSA FILHO 41213483	48041828000114	2025NE00569
BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRONICA ME	17055604000138	2025NE00570
BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRONICA ME	17055604000138	2025NE00571
COMPUSET INFORMATICA LTDA	65529489000139	2025NE00572
COMPUSET INFORMATICA LTDA	65529489000139	2025NE00573
ERAGON COM. E SERV. DE INFO. E PAPELARIA	35380582000163	2025NE00574
ERAGON COM. E SERV. DE INFO. E PAPELARIA	35380582000163	2025NE00575
MEGAPEL COMERCIAL LTDA	67440461000156	2025NE00576
ERAGON COM. E SERV. DE INFO. E PAPELARIA	35380582000163	2025NE00577
BARBARA GUIMARÃES TOSTA LTDA	31002661000180	2025NE00578
PAPELARIA MEC MATAO LTDA EPP	31892816000109	2025NE00579
PAPELARIA MEC MATAO LTDA EPP	31892816000109	2025NE00580
BARBARA GUIMARÃES TOSTA LTDA	31002661000180	2025NE00581

PORTARIA Nº 109/2025

PORTARIA Nº 109/2025

Dispõe sobre a gestão e fiscalização da execução na Aquisição de Materiais de Consumo, com entrega única, destinados à Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara, CONTRATADA através das Notas de Empenho relacionadas no anexo desta portaria, em cumprimento ao disposto do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c.c. os artigos 15 a 20 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023.

O Sr. Chefe de Departamento, da Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 69.228, de 23/12/2024 e em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c.c. os artigos 15 a 20 do Decreto Estadual nº 68.220, de 15 de dezembro de 2023, e inciso II do artigo 12 da Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que preceitua que a execução dos contratos administrativos deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, e ainda, amparado no inciso II do artigo 241 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, Lei Estadual nº 10.261/68, **RESOLVE**:

Artigo 1º - Designar os servidores elencados abaixo para, com observância da legislação vigente, atuarem como **GESTORES** do contrato decorrente do compromisso celebrado entre a Secretaria da Administração Penitenciária, por intermédio da Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara e as CONTRATADAS relacionadas no Anexo desta Portaria, no Processo SEI nº 006.00164523/2025-81, tendo por objeto a Aquisição de Condicionadores de ar e de Bandeiras Oficiais para esta Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" de Araraquara:

I - **GESTOR TITULAR**: JUVENAL FERREIRA COSTA, R.G: 14.224.524-0, POLICIAL PENAL; e

II – **GESTOR SUPLENTE:** FRANCISCO JOSÉ BROTTO, R.G. 13.237.121-2, OFICIAL OPERACIONAL.

Artigo 2º - Designar, com observância da legislação vigente, para atuarem como FISCAIS TÉCNICOS do contrato supramencionado:

I - **FISCAL TÉCNICO TITULAR**: RITA DE CÁSSIA SITA MALERBA, R.G. 21.311.387-9, OFICIAL ADMINISTRATIVO; e

II - **FISCAL TÉCNICO SUPLENTE:** ODAIR JOEC MANZINE, R.G. 21.101.807-7, POLICIAL PENAL.

Artigo 3º - Designar, com observância da legislação vigente, para atuarem como FISCAIS ADMINISTRATIVOS do contrato supramencionado:

I - **FISCAL ADMINISTRATIVO TITULAR:** LEANDRO D' AVILLA DA SILVA, R.G. 33.464.373-9, POLICIAL PENAL; e

II - **FISCAL ADMINISTRATIVO SUPLENTE:** ANDRÉ LUIZ ALVES, R.G. 42.110.389-9, POLICIAL PENAL.

Artigo 4º - Compete aos GESTORES do contrato as atribuições definidas no artigo 16, do Decreto nº 68.220/2023, e ainda:

I - Conhecer integralmente o teor das condições contratuais estabelecidas no Termo de Referência e Contrato n.º 30/2025, sendo responsável pelo acompanhamento da execução das atividades contratuais;

II - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

IV - Acompanhar a entrega do objeto contratado, verificando as quantidades, especificações e a qualidade dos produtos, além de garantir o cumprimento de quaisquer obrigações futuras previstas no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, se for o caso;

V - Orientar à CONTRATADA quanto aos procedimentos de segurança que deverão ser observados pelos seus funcionários, inclusive quanto aos locais e horários que terão acesso e/ou permanência nas instalações penais;

VI - Comunicar formalmente à Autoridade Contratante as irregularidades passíveis de penalidade, para apuração de possíveis irregularidades contratuais praticadas pela empresa CONTRATADA;

VII - Coordenar os atos de fiscalização técnica e administrativa, e os atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato;

IX - Emitir documento comprobatório do recebimento dos materiais realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

X - Enviar, no prazo estabelecido, a documentação pertinente Serviço de Licitações e Contratos Administrativos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Artigo 5º Compete aos FISCAIS TÉCNICOS do contrato as atribuições definidas no artigo 17, do Decreto nº 68.220/2023, e ainda:

I - Conhecer integralmente o teor das condições contratuais estabelecidas no Termo de Referência n.º 30/2025, sendo responsável pelo acompanhamento da execução das atividades contratuais;

II - Zelar pela fiel execução dos trabalhos, sobretudo no que concerne à qualidade do objeto contratado;

III - Acompanhar a entrega do objeto contratado, verificando as quantidades, especificações e a qualidade dos produtos, além de garantir o cumprimento de quaisquer obrigações futuras previstas no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, se for o caso;

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao Gestor do Contrato, a qualquer tempo, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, podendo ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, §§ 2º e 3º);

V - Comunicar à CONTRATADA eventuais ocorrências e sinistros, identificando eventuais responsáveis por infrações ou penalidades decorrentes da execução do contrato à CONTRATADA, encaminhando as informações necessárias ao Gestor do Contrato;

VI - Encaminhar ao Gestor do Contrato, no prazo estabelecido no instrumento de contrato, o "Atestado de Recebimento", contendo informações sobre a execução do objeto, bem como o registro de eventual inexecução das obrigações contratuais, conforme modelo estabelecido pelo Gestor do Contrato.

Artigo 6º - Compete aos FISCAIS ADMINISTRATIVOS do contrato as atribuições definidas no artigo 18 do Decreto nº 68.220/2023, e ainda:

I - Conhecer integralmente o teor das condições contratuais estabelecidas no Termo de Referência n.º 30/2025, sendo responsável pelo acompanhamento da execução das atividades contratuais;

II - Quando necessário e requisitado pelo gestor do contrato, elaborar as minutas dos termos aditivos contratuais, na forma da Lei para análise da Autoridade Contratante, com as motivações e documentações necessárias;

III - Elaborar a memória de cálculo para a aplicação de eventuais multas contratuais, quando aplicável, e encaminhá-la ao Gestor do Contrato juntamente com a remessa do Atestado de Recebimento.

Artigo 7º - Os servidores designados como GESTORES e FISCAIS do contrato atuarão sem prejuízos às atribuições que lhes são conferidas em razão do cargo público que ocupam.

Artigo 8º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a 12/06/2025.

Araraquara, na data da assinatura digital.

ALEXANDRE RICARDO RAZERA

Chefe de Departamento

ANEXO

CONTRATADA	CNPJ	NOTA DE EMPENHO
HEWLLEX COM PROD ELETRO ELETR LTDA EPP	97.519.539/0001-93	2025NE00533
ATIVA COMERCIO INDUSTRIA E IMPORTAÇÃO LTDA	53.365.489/0001-61	2025NE00534

FUNDAÇÃO PROF DR MANOEL PEDRO PIMENTEL

PORTARIA FUNAP DIREX N° 039/00/2025

Amplia carga horária dos servidores advogados que prestam assistência jurídica suplementar, vinculados ao "Corpo de Advogados – Assistência Jurídica Suplementar" da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (FUNAP) e dá outras providências.

Considerando os termos do convênio firmado entre a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Defensoria) e a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (FUNAP) para a realização de atividades de assistência jurídica suplementar às pessoas privadas de liberdade custodiadas nos estabelecimentos penais paulistas, no âmbito do Programa de Assistência Jurídica Suplementar "JUS" (PROJUS).

Considerando a possibilidade de organizar de acordo com a conveniência e oportunidade a mudança de jornada de trabalho dos servidores advogados desta Fundação para atender as peculiaridades das Unidades Prisionais.

O Diretor Executivo da FUNAP, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Renovar a carga horária de 40 horas semanais do servidor advogado Marco Antonio Fares, matrícula nº 1002471, inscrito na OAB/SP sob o nº 114.029, pelo prazo de 12 meses, a contar de 06 de maio de 2025.

Artigo 2º - Renovar a carga horária de 40 horas semanais da servidora advogada Juliana Coelho de Oliveira, matrícula nº 1002429, inscrita na OAB/SP sob o nº 150.275, pelo prazo de 12 meses, a contar de 06 de maio de 2025.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de maio de 2025 ficando revogadas as disposições em contrário, cabendo à Superintendência da Diretoria Executiva acompanhar o desenvolvimento das atividades dos advogados e à Gerência de Recursos Humanos deverá aditar o contrato de trabalho.

Mauro Lopes dos Santos

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

DELIBERAÇÃO CO- 16, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Estabelece critérios, limites e condições de financiamento para a operacionalização do FEAP SP – Programa Linhas de Crédito – Agropecuária e Pesca Sustentável, na modalidade ***FEAP SP – Projeto Pecuária de Corte***.

O Conselho de Orientação do Fundo e Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/ BANAGRO, instituído pela Lei nº 7.964, de 16 de julho de 1992, modificada pelas Leis nº 9.510, de 20 de março de 1997, nº 10.521, de 29 de março de 2000, nº 11.244, de 21 de outubro de 2002 e nº 11.247, de 04 de novembro de 2002, regulamentadas pelo Decreto nº 47.804, de 30 de abril de 2003, alterada pelo Decreto nº 52.794, de 11 de março de 2008 e pela Lei nº 14.149, de 21 de junho de 2010, face ao artigo 2º, incisos I, II e III, do Decreto nº 63.280, de 19 de março de 2018, alterada pelo Decreto nº 69.596, de 09 de junho de 2025, delibera estabelecer critérios, limites e condições de financiamento para a operacionalização do FEAP SP – Programa Linhas de Crédito – Agropecuária e Pesca Sustentável, na modalidade ***FEAP SP – Projeto Pecuária de Corte***, destinado ao aumento da produtividade, redução de custos, e melhoria da qualidade da carne, fortalecendo a cadeia produtiva e tornando o setor mais competitivo, aprovado em sua 110ª reunião, realizada em 16/06/2025, conforme segue, na íntegra:

INTRODUÇÃO

A bovinocultura de corte representa uma importante atividade econômica para a agricultura familiar paulista, contribuindo significativamente para a geração de renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento regional. No entanto, muitos produtores enfrentam limitações estruturais que comprometem a eficiência do manejo, o bem-estar animal, a produtividade e, consequentemente, a competitividade da atividade.

Nesse contexto, propõe-se a estruturação de uma nova linha de crédito rural no âmbito do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, especificamente voltada para a bovinocultura de corte, com foco na aquisição e/ou construção de estruturas e equipamentos essenciais ao manejo adequado dos animais. Entre os itens financiáveis, destacam-se: currais, troncos de contenção, bretes, balanças de pesagem, bebedouros, cochos, sombreadores, e demais estruturas definidas conforme o projeto técnico elaborado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI ou Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – "José Gomes da Silva" – ITESP.

A disponibilização dessa linha de crédito visa promover a modernização das unidades produtivas, melhorar o desempenho zootécnico dos rebanhos, reduzir perdas, garantir a conformidade com as exigências sanitárias e de bem-estar animal, além de possibilitar o acesso a mercados mais exigentes. A medida também está alinhada com as diretrizes de sustentabilidade e desenvolvimento rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, integrando ações de assistência técnica e extensão rural com apoio financeiro estruturado.

JUSTIFICATIVA

A cadeia produtiva da pecuária de corte em São Paulo enfrenta desafios estruturais que comprometem sua competitividade e sustentabilidade. Apesar de ser um dos principais mercados consumidores do país, o estado depende significativamente da importação de carne e de animais vivos para recria e terminação.

Entre os principais entraves da produção estadual estão a baixa produtividade, a carência de infraestrutura adequada e a limitada adoção de tecnologias modernas. Muitos produtores trabalham com rebanhos de baixo desempenho genético, técnicas de manejo pouco eficientes e dificuldades no acesso a crédito para investimentos em melhorias. Essa realidade impacta diretamente a rentabilidade da atividade e a qualidade da carne produzida, reduzindo sua competitividade no mercado.

Considerando o item genética, é necessário viabilizar a compra de reprodutores e matrizes melhoradores, com a devida certificação que ateste que os animais são puros de origem (P.O.) e possuam exames reprodutivos e sanitários atualizados, os quais devem ser exigidos na documentação para a aquisição dos mesmos.

Matrizes e reprodutores de superioridade genética comprovada são investimento essencial para a competitividade da atividade pois transmitem aos seus descendentes características produtivas e adaptativas favoráveis ao sistema produtivo, tais como: qualidade da carne, maiores taxas de ganho em peso, maior precocidade sexual e reprodutiva, rusticidade e adaptação ao sistema de manejo adotado, entre outros benefícios. O que está em consonância com o termo de cooperação técnica "Pró Genética" vigente entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ e detalhado no Documento Técnico CATI n° 64 "Pecuária de Corte: A importância da Genética do Touro em Rebanhos de Corte." de março de 2025.

Diante desse cenário, a criação de uma linha de crédito específica para a pecuária de corte visa estimular a modernização da produção, fomentando investimentos em genética animal, infraestrutura, aquisição de equipamentos, melhoria na nutrição do rebanho e boas práticas sanitárias. Esses avanços contribuíram para um aumento da produtividade, redução de custos e melhoria da qualidade da carne, fortalecendo a cadeia produtiva e tornando o setor mais competitivo.

Com melhores condições de produção, a pecuária de corte paulista poderá se tornar mais sustentável e eficiente, reduzindo a dependência de importações e promovendo o desenvolvimento regional.

OBJETIVO

Aprimorar a produtividade da pecuária de corte por meio da modernização das técnicas de manejo e adoção de tecnologias, além de fomentar investimentos em genética animal, infraestrutura e aquisição de equipamentos para otimizar a produção. Busca-se também melhorar a qualidade da carne, incentivando boas práticas sanitárias e nutricionais no rebanho, ao mesmo tempo em que se reduz os custos de produção, tornando a atividade mais eficiente e rentável para os produtores. Além disso, pretende-se fortalecer a competitividade da cadeia produtiva e promover a sustentabilidade da produção, reduzindo impactos ambientais e contribuindo para a segurança alimentar.

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

a) Beneficiários:

- Produtores rurais enquadrados como beneficiários do FEAP/BANAGRO.

b) Itens financiáveis

- Investimento voltados à melhoria da infraestrutura e dos equipamentos utilizados na pecuária de corte para o correto manejo dos animais; bem como- implementação de sistemas de captação e tratamento de água. Investimento em tecnologia para aprimoramento genético do rebanho, por meio da aquisição de reprodutores Puros de Origem, de alto valor genético.

c) Teto de financiamento

- Até R$ 150.000,00, por beneficiário.

d) Cronograma de liberação

- Conforme estabelecido em projeto técnico.

e) Prazo de pagamento

- Até 84 meses, incluída a carência de até 12 meses, respeitando-se o período de retorno do investimento proposto.

f) Cronograma de Reembolso

- Em parcelas anuais, conforme estabelecido no projeto técnico.

g) Encargos financeiros

- Taxa efetiva de juros:
  · Se produtor rural pessoa física ou jurídica com renda bruta agropecuária anual de até R$ 400.000,00: 3% ao ano;
  · Se produtor rural pessoa física ou jurídica com renda bruta agropecuária anual entre R$ 400.000,01 e R$ 800.000,00: 4% ao ano;
  · Se produtor rural com pessoa física ou jurídica com renda bruta agropecuária anual entre R$ 800.000,01 até R$ 1.200.000,00: 5% ao ano.

h) Condições

- Todos os equipamentos, itens e acessórios financiados deverão ser novos e, preferencialmente, de fabricação nacional. Caso haja justificativa técnica para a aquisição de produtos de origem estrangeira, estes deverão oferecer garantia mínima equivalente à concedida pelos fabricantes nacionais, abrangendo condições de assistência técnica, reposição de peças e cobertura de defeitos de fabricação no território nacional.
- Para habilitação ao financiamento o beneficiário deverá apresentar carta de aprovação emitida pelo Grupo Técnico de Pecuária de Corte da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.
- O beneficiário deve indicar uma conta corrente vinculada ao seu CPF/CNPJ, de qualquer instituição financeira autorizada pelo Banco Central, para a liberação dos recursos.

i) Abrangência

- Todo o Estado de São Paulo.

j) Garantias

- Para Produtor Rural Pessoa Física: Fidejussória do próprio emitente.

RECURSOS

Em termos globais, o montante de recursos será da ordem de R$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), distribuídos no exercício atual e nos dois subsequentes, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Caberá à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – "José Gomes da Silva" – ITESP, elaborar os projetos técnicos para obtenção dos financiamentos, verificando o cumprimento da legislação vigente, bem como participar da orientação e enquadramento dos beneficiários.

FUNDAÇÃO INST DE TERRAS DO ESTADO DE SPAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

DESPACHO: TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE TITULARIDADE N° 104/2025, DE 02 DE JUNHO DE 2025.

Nº do Processo: 163.00000200/2025-84
Interessado: MARIA DO CARMO SALLES CARNAUBA
Assunto: Gestão Administrativa Lote Rural 207 Assentamento Guarany Município de Pradópolis

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria ITESP n° 131, de 09 de novembro de 2018, e nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 10.207, de 08 de janeiro de 1999, dos artigos 8º e 10 da Lei 4.957, de 30/12/1985, alterada pela Lei nº 16.115, de 14 de janeiro de 2016 e regulamentada pelo Decreto nº 62.738, de 31 de julho de 2017, considerando o FALECIMENTO da beneficiária Maria do Carmo Salles Carnaúba, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.101.734-6 - SSP/SP e CPF nº 106.509.878-29 e os documentos acostados ao processo SEI nº 163.00000200/2025-84, REVOGA o Termo de Permissão de Uso nº 0104-0052/2022 e determina a expedição de Termo de Permissão de Uso referente ao lote rural nº 207 do Assentamento Guarany, Município de Pradópolis/SP, em favor de Mayla Salles Ijans, portadora da Cédula de Identidade RG nº 55.136.523-7 SSP/SP e CPF nº 437.973.628-89 e Paulo Cesar Ijans Garcia, portador da Cédula de Identidade RG nº 48.909.040-0 SSP/SP e CPF nº 396.774.108-73, que continuam explorando o lote regularmente.

DESPACHO: TERMO DE EXCLUSÃO DE BENEFICIÁRIO N°071/2025, DE 02 DE JUNHO DE 2025

Nº do Processo: 163.00002482/2024-73
Interessado: DIONIZIA FERREIRA DE AMORIM
Assunto: GESTÃO ADMINSTRATIVA DO LOTE 38, ASSENTAMENTO SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE PRES. EPITÁCIO

A Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria ITESP n° 131, de 09 de novembro de 2018,e nos termos do art. 3º, II, da Lei nº 10.207, de 08 de janeiro de 1999, dos artigos 8º e 10 da Lei 4.957, de 30/12/1985, alterada pela Lei nº 16.115, de 14 de janeiro de 2016 e regulamentada pelo Decreto nº 62.738, de 31 de julho de 2017, e de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 34 do referido Decreto, considerando os documentos acostados ao Processo /ITESP SEI Nº 163.00002482/2024-73, DECLARA a EXCLUSÃO da beneficiária Dionizia Ferreira de Amorim, portadora do RG nº 20.150.920 SSP/SP e CPF nº 069.659.188-02 do lote rural nº 38, Assentamento São Paulo, Município de Presidente Epitácio/SP, em razão da desistência voluntária da exploração do lote.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Edital Conselho Usuários Serviços Públicos – FAPESP

Chamamento Público para composição dos membros do Conselho de Usuários de Serviços Públicos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em conformidade com o disposto na Lei 13.460/2017 e regulamentado pelo Decreto Estadual N. 68.156/2023 e Resolução 17/2024 da Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGESP), torna público o presente chamamento para a composição dos membros do Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, no âmbito de sua Ouvidoria.

1.Objeto

O presente Edital tem por objetivo realizar o chamamento público anual de usuários dos serviços públicos, efetivos ou potenciais, a se candidatarem para compor o Conselho de Usuários de Serviços Públicos da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo - FAPESP, conforme previsto nos artigos 29 a 33 do Decreto nº 68.156/2023, e nos artigos 48 a 52 da Resolução N.17/2024 da CGESP.

2.Da Inscrição e Composição

Para se tornar conselheiro, o candidato deve obedecer aos critérios específicos elencados no artigo 50 da Resolução N. 17/2024da CGE, conforme:

Artigo 50 - O usuário do serviço público que desejar voluntariar-se como conselheiro deverá atender aos seguintes critérios específicos, vedadas exigências adicionais:

I - possuir conta no gov.br;

II - firmar termo de compromisso, comprometendo-se a manter urbanidade em sua conduta e somente compartilhar, na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.SP, informações compatíveis com os objetivos do Conselho de Usuários de Serviços Públicos.

[...]

§2º - A unidade setorial de ouvidoria comunicará ao órgão central do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo eventuais comportamentos abusivos de conselheiros, assim considerados aqueles que atentem contra os Termos de Uso do módulo de Conselho de Usuários.

A atividade de conselheiro é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada. Os interessados poderão se voluntariar a qualquer tempo, independente de ações de chamamento público, através do módulo de Conselho de Usuários na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação -Fala.SP (https://fala.sp.gov.br).

Entende-se como conselheiros todos aqueles que se inscreveram, conforme critérios acima. Sem prejuízo das ações de chamamento público, os interessados em se tornarem conselheiros poderão se voluntariar a qualquer tempo.

3.Das Atribuições dos Conselheiros

A partir do momento que o usuário se torna conselheiro, passa a ter as atribuições, em conformidade com o artigo 30 do Decreto Estadual N. 68.156/2023:

I - Acompanhar e participar da avaliação da qualidade e da efetividade da prestação dos serviços públicos;

II - Propor melhorias na prestação dos serviços públicos e contribuir para a definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário; e

III - Acompanhar e auxiliar na avaliação da atuação das ouvidorias do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo.

Os serviços, objetos dos incisos I, II e III, são descritos na Carta de Serviços: Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Converse com a FAPESP.

4.Da Publicidade

Este edital terá sua divulgação em Diário Oficial do Estado de São Paulo e sítio eletrônico da FAPESP.

5.Disposições Gerais

Casos omissos neste Edital serão tratados pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) ou, ainda em caso necessário, submetidos à consulta junto à Diretoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público – DDUSP da Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGESP).

6.Da Vigência

O presente Edital terá vigência da data de sua publicação até 31 de agosto de 2025.

São Paulo, na data da assinatura digital

FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

PORTARIA DIRETORIA ADMINISTRATIVA FAMEMA Nº 7, DE 23 DE JUNHO DE 2025

O Diretor Administrativo da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Prof. Dr. Luís Carlos de Paula e Silva, no uso de suas atribuições legais especialmente a Portaria Diretoria Geral FAMEMA nº 33, de 16 de junho de 2025 -Delega atribuições do Diretor Geral, nos termos do artigo 20 do Estatuto da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA – Decreto nº 41.554/1997 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir equipe de trabalho para a execução do Edital Pregão Eletrônico Nº 90028/2025 e Processo Licitatório Nº 141.00000737/2025-75, referente à contratação de serviços para adequação de acessibilidade, fornecimento e instalação de plataforma elevatória vertical.

Artigo 2º - Designar os membros abaixo relacionados:

I - Renata de Oliveira – CPF: 186.552.678-99 – Pregoeiro (empregado público FUMES)

II – Lilian A. Sabatine Peralta - CPF: 259.651.898-85 – Suplente (empregado público FUMES)

III - Rafael Jose da Silva – CPF: 100.572.208-08 – Equipe de Apoio (empregado público FUMES)

Artigo 3º - O pregoeiro deverá cumprir os trabalhos dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 4º - Os agentes cumprem fielmente os requisitos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 68.220/2023.

Artigo 5º - Estão impedidos de serem membros desta equipe de trabalho, se o membro for dirigente, gerente, acionista, responsável técnico ou subcontratado de possíveis licitantes, fornecedores do objeto ou do ramo de atividade deste Processo Licitatório.

Artigo 6º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Marília, 23 de junho de 2025.

PROF. DR. LUÍS CARLOS DE PAULA E SILVA
Diretor Administrativo da FAMEMA

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

EDITAL FAMEMA Nº 13/2025 - PROCESSO SELETIVO 2025 / INGRESSO 2026 PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E ENVELHECIMENTO DA FAMEMA - MESTRADO ACADÊMICO

FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

EDITAL FAMEMA Nº 13/2025 - PROCESSO SELETIVO 2025 / INGRESSO 2026 PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E ENVELHECIMENTO DA FAMEMA - MESTRADO ACADÊMICO

A Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, por meio da Diretoria de Pós-Graduação, no uso das suas atribuições legais e regimentais, torna pública aos interessados e estabelece datas, critérios e procedimentos para seleção e admissão de candidatos ao curso de MESTRADO ACADÊMICO do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Envelhecimento– PPGSE, com matrícula em fevereiro de 2026. O edital completo está disponível no site: https://www.famema.br/wp-content/uploads/2025/06/SEI_0071560340_FAMEMA_Edital_13.pdf. Marília, 23 de junho de 2025. Prof. Dr. Osni Lázaro Pinheiro

EDITAL FAMEMA Nº 14/2025 - PROCESSO SELETIVO 2025 PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E ENVELHECIMENTO DA FAMEMA - DOUTORADO ACADÊMICO

FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

EDITAL FAMEMA Nº 14/2025 - PROCESSO SELETIVO 2025 PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E ENVELHECIMENTO DA FAMEMA - DOUTORADO ACADÊMICO

A Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, por meio da Diretoria de Pós-Graduação, no uso das suas atribuições legais e regimentais, torna pública aos interessados e estabelece datas, critérios e procedimentos para seleção e admissão de candidatos ao curso de DOUTORADO ACADÊMICO do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Envelhecimento – PPGSE, com início do curso em 03 de novembro de 2025. https://www.famema.br/wp-content/uploads/2025/06/SEI_0071573002_FAMEMA_Edital_14.pdf. Marília, 23 de junho de 2025. Prof. Dr. Osni Lázaro Pinheiro

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO 051/2025

Resumo do Termo de Apostilamento n° 051/2025 do Contrato n° 236/2022 – Processo CEETEPS-PRC- 2022/13782 - SEI n° 136.00025676/2023-93

Contratante: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Contratada: DDOLI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar.

Apostilamento: Reajustando o valor mensal do contrato, que passa a ser, a partir de 01/01/2025, de R$ 316.035,08 (trezentos e dezesseis mil trinta e cinco reais e oito centavos).

Assinado em 17 de junho de 2025.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO 052/2025

Resumo do Termo de Apostilamento n° 052/2025 do Contrato n° 237/2022 – Processo CEETEPS-PRC- 2022/13782 - SEI n° 136.00025676/2023-93

Contratante: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Contratada: LANZASERV SERVIÇOS E SANEAMENTO LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar.

Apostilamento: Reajustando o valor mensal do contrato, que passa a ser, a partir de 01/01/2025, de R$ 159.415,83 (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e quinze reais e oitenta e três centavos).

Assinado em 17 de junho de 2025.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO 053/2025

Resumo do Termo de Apostilamento n° 053/2025 do Contrato n° 239/2022 – Processo CEETEPS-PRC- 2022/13782 - SEI n° 136.00025676/2023-93

Contratante: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Contratada: LANZASERV SERVIÇOS E SANEAMENTO LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar.

Apostilamento: Reajustando o valor mensal do contrato, que passa a ser, a partir de 01/01/2025, de R$ 145.165,37 (cento e quarenta e cinco mil cento e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

Assinado em 17 de junho de 2025.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO 059/2025

Resumo do Termo de Apostilamento n° 059/2025 do Contrato n° 004/2021 – Processo CEETEPS-PRC-2022/31444 - SEI n° 136.00013382/2023-19

Contratante: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Contratada: JUMPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial Desarmada.

Apostilamento: Reajustando o valor mensal do contrato, que passa a ser, a partir de 01/01/2025, de R$ 346.757,06 (trezentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).

Assinado em 17 de junho de 2025.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO - CONTRATO 061/2024

Resumo do Primeiro Termo de Aditamento referente a prorrogação por mais um período de 15 (quinze) meses, de 18/06/2025 a 18/09/2026, do Contrato n° 061/2024 - SEI n° 136.00016346/2023-15, Resolução PGE-23 de 12/11/2015.

Contratante: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Contratada: GGH ASCENSORES LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva aos Elevadores e Plataformas Sem Inclusão de Peças.

O valor do presente contrato é de R$ 17.805,00 (dezessete mil e oitocentos e cinco reais) para o período de 15 (quinze) meses, sendo o valor de R$ 7.596,80 (sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) para o presente exercício e R$ 10.208,20 (dez mil, duzentos oito reais e vinte centavos) para o exercício de 2026, onerando a classificação orçamentária n° 33.90.39.

Termo assinado em 17/06/2025.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO - CONTRATO 062/2024

Resumo do Primeiro Termo de Aditamento referente a prorrogação por mais um período de 15 (quinze) meses, de 18/06/2025 a 18/09/2026, do Contrato n° 062/2024 - SEI n° 136.00016346/2023-15, Resolução PGE-23 de 12/11/2015.

Contratante: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Contratada: ATENAS ELEVADORES LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva aos Elevadores e Plataformas Sem Inclusão de Peças.

O valor do presente contrato é de R$ 59.998,50 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) para o período de 15 (quinze) meses, sendo o valor de R$ 25.599,36 (vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos) para o presente exercício e R$ 34.399,14 (trinta e quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e quatorze centavos) para o exercício de 2026, onerando a classificação orçamentária n° 33.90.39.

Termo assinado em 17/06/2025.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO - CONTRATO 063/2024

Resumo do Primeiro Termo de Aditamento referente a prorrogação por mais um período de 15 (quinze) meses, de 18/06/2025 a 18/09/2026, do Contrato n° 063/2024 - SEI n° 136.00016346/2023-15, Resolução PGE-23 de 12/11/2015.

Contratante: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Contratada: FLEX SERVICES & TECNOLOGY LTDA

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva aos Elevadores e Plataformas Sem Inclusão de Peças.

O valor do presente contrato é de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil) para o período de 15 (quinze) meses, sendo o valor de R$ 17.920,00 (dezessete mil e novecentos e vinte reais) para o presente exercício e R$ 24.080,00 (vinte e quatro mil e oitenta reais) para o exercício de 2026, onerando a classificação orçamentária n° 33.90.39.

Termo assinado em 17/06/2025.

GABINETE DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

PORTARIA CEETEPS/URH-GDS Nº 8073/2025

PORTARIA CEETEPS/URH-GDS Nº 8073, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Constitui a Comissão Central do processo de Evolução Funcional (Progressão e Promoção) no âmbito do CEETEPS.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, considerando a necessidade de assegurar a aplicação dos critérios, procedimentos e instrumentos relativos à Evolução Funcional, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica constituída, no âmbito do CEETEPS, a Comissão Central do processo de Evolução Funcional (Progressão e Promoção), com as seguintes atribuições:

I – Orientar e prestar esclarecimentos às Comissões Locais das Escolas Técnicas, Faculdades de Tecnologia e da Administração Central quanto aos critérios e procedimentos para aceitação dos documentos de Atualização Profissional e Titulações no âmbito dos processos de Progressão e Promoção;

II – Emitir parecer técnico nos recursos interpostos por servidores participantes do processo de Evolução Funcional, observando o cronograma vigente, relativamente à análise dos documentos de Atualização Profissional e Titulações;

III – Emitir parecer técnico em demandas judiciais eventualmente ajuizadas por servidores participantes do processo de Evolução Funcional, no que se refere à análise dos documentos de Atualização Profissional e Titulações.

Artigo 2º - Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

I – Para exercer as atribuições citadas no artigo anterior, referentes aos Docentes e Auxiliares de Docente das Escolas Técnicas:

a) Erika Pavarin, RG nº 34.104.270-5;

b) Guilherme Torres Pavani, RG nº 34.874.318-X;

c) Lucas Santos Feitosa, RG nº 38.779.079-2.

II – Para exercer as atribuições citadas no artigo anterior, referentes aos Docentes e Auxiliares de Docente das Faculdades de Tecnologia:

a) Agnaldo Marques Cruz, RG nº 17.903.794-8;

b) Renata Giovanoni Di Mauro, RG nº 24.798.825-X;

c) Silvia Pereira Abranches, RG nº 35.188.401-4.

III – Para exercer as atribuições citadas no artigo anterior, referentes aos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Técnicas, Faculdades de Tecnologia e Administração Central, bem como, as demais etapas não citadas, previstas nos cronogramas da Evolução Funcional (Promoção e Progressão):

a) Andreia Veira Fredo, RG nº 25.967.774-7;

b) Kezya Karoliny Silva e Silva, RG nº 36.866.626-8;

c) Rafael Martins Fucci, RG nº 41.578.273-9.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS

GABINETE DA SECRETÁRIA

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VALORES DE APOIO

Processo: SEI 010.000002815/2025-52 - "NORMAL É SER DIFERENTE" (nº 39.077).
Interessado: LOA PRODUÇÕES CULTURAIS
Assunto: Autorização para transferência de valores de apoio.

AUTORIZAÇÃO

Considerando o contido no parágrafo único do artigo 22 do Decreto nº 54.275, de 27/04/09, que autoriza a transferência de saldo resultante da finalização ou cancelamento de projeto para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado, mediante solicitação escrita do proponente e obtida a aprovação da empresa patrocinadora.

E, ainda, considerando a aprovação pela CAP aos 20/05/2025, bem como solicitação de LOA PRODUÇÕES CULTURAIS (proponente), em correspondência recebida aos 28/03/2025, devidamente autorizada por SUPERMERCADO BIG BOM, TORATI LTDA, BUENO GESTÃO AMBIENTAL, PRODUTOS QUIMICOS GUAÇU, FUNDIÇÃO REGALI BRASIL E VIAÇÃO SANTA CRUZ (patrocinadora), em correspondência recebida aos 28/03/2025, AUTORIZO a transferência de recursos, no valor de R$ 94.073,59 (noventa e quatro mil setenta e três reais e cinquenta e nove centavos), de apoio inicialmente realizado ao Projeto: SEI 010.000002815/2025-52 - "NORMAL É SER DIFERENTE" (nº 39.077), para o Projeto: SEI 010.00003299/2025-83 – "A ARTE DE INOVAR, MARATONA DA INOVAÇÃO" (nº 53.261).

Publique-se.

GS, aos de de 2025.

São Paulo, na data da assinatura digital.

MARCELO HENRIQUE DE ASSIS
Secretário Executivo, respondendo pelo Expediente
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VALORES DE APOIO

Processo: SEI 010.00006579/2024-62 – "PLANO ANUAL DE ATIVIDADES" (nº 46.797).
Interessado: SERVIÇO DE SAÚDE DR. CANDIDO FERREIRA
Assunto: Autorização para transferência de valores de apoio.

AUTORIZAÇÃO

Considerando o contido no parágrafo único do artigo 22 do Decreto nº 54.275, de 27/04/09, que autoriza a transferência de saldo resultante da finalização ou cancelamento de projeto para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado, mediante solicitação escrita do proponente e obtida a aprovação da empresa patrocinadora.

E, ainda, considerando a aprovação pela CAP aos 27/08/2024, bem como solicitação de SERVIÇO DE SAÚDE DR. CANDIDO FERREIRA (proponente), em correspondência recebida aos 25/03/2025, devidamente autorizada por CIA HERING (patrocinadora), em correspondência recebida aos 25/03/2025, AUTORIZO a transferência de recursos, no valor de R$ 67.262,88 (sessenta e sete mil duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), de apoio inicialmente realizado ao Projeto: SEI 010.00006579/2024-62 – "PLANO ANUAL DE ATIVIDADES" (nº 46.797), para o Projeto: SEI 010.00002601/2024-03 – "PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DO MUSEU DA PESSOA 2024" (nº 48.586).

Publique-se,

GS, aos de de 2025.

MARCELO HENRIQUE DE ASSIS
Secretário Executivo, respondendo pelo Expediente
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VALORES DE APOIO

Processo: SEI 010.000007938/2024-07 - "PLANO ANUAL DO INSTITUTO TOMIE OHTAKE" (nº 53.210).
Interessado: INSTITUTO TOMIE OHTAKE
Assunto: Autorização para transferência de valores de apoio.

AUTORIZAÇÃO

Considerando o contido no parágrafo único do artigo 22 do Decreto nº 54.275, de 27/04/09, que autoriza a transferência de saldo resultante da finalização ou cancelamento de projeto para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado, mediante solicitação escrita do proponente e obtida a aprovação da empresa patrocinadora.

E, ainda, considerando a aprovação pela CAP aos 20/05/2025, bem como solicitação de INSTITUTO TOMIE OHTAKE (proponente), em correspondência recebida aos 13/05/2025, devidamente autorizada por SOLUÇÕES E AÇO USIMINAS S.A. E USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS (patrocinadora), em correspondência recebida aos 13/05/2025, AUTORIZO a transferência de recursos, no valor de R$ 146.042,24 (cento e quarenta e seis mil quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos), de apoio inicialmente realizado ao Projeto: SEI 010.000007938/2024-07 - "PLANO ANUAL DO INSTITUTO TOMIE OHTAKE" (nº 53.210), para o Projeto: SEI 010.00004031/2025-69 – "PLANO ANUAL 2025 INSTITUTO TOMIE OHTAKE" (nº 53.541).

Publique-se.

GS, aos de de 2025.

São Paulo, na data da assinatura digital.

MARCELO HENRIQUE DE ASSIS
Secretário Executivo, respondendo pelo Expediente
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

PORTARIA SCEIC N.º 19, DE 23 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA SCEIC n.º 19, DE 23 DE JUNHO DE 2025

DANIEL SCHEIBLICH RODRIGUES, Subsecretário de Gestão Corporativa da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais, com fulcro no artigo 265, da Lei Estadual nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, artigo 8º do Decreto Estadual nº 69.507, de 30 de abril de 2025,

CONSIDERANDO a necessidade de conclusão do Procedimento de Apuração Preliminar instaurado pela Portaria SCEIC nº 15, de 29 de abril de 2025;

RESOLVE:

1 – Designar a substituição da Servidora Dayane Rosalina Ribeiro, portadora da cédula de identidade cadastrada no Registro Geral sob o nº 44.980.799-X pela Servidora Carolina Araújo Pereira, portadora da cédula de identidade cadastrada no Registro Geral sob o nº 43.444.010-3.

2 - Designar a Servidora Maria Rosangela Xavier de Azevedo Reis, portadora da cédula de identidade cadastrada no Registro Geral sob o nº 33.588.327-8/SSP/SP, para a presidência do Procedimento de Apuração Preliminar.

Publique-se.

DANIEL SCHEIBLICH RODRIGUES
Subsecretário

RESOLUÇÃO SCEIC Nº 41, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Institui e nomeia os membros do Corpo de Júri do "Prêmio São Paulo de Literatura 2025".

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 8º e 9º da Lei nº 5.380, de 22 de outubro de 1986, bem como pelo artigo 12, inciso I, alínea "a", do Decreto n° 69.507, de 30 de abril de 2025,

CONSIDERANDO que a Curadoria nomeada por meio da Resolução SCEC nº 38, de 03 de junho de 2025, exerceu a atribuição prevista no item 6.2.2 do Edital de Concurso "Prêmio São Paulo de Literatura 2025", publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 29 de maio de 2025, no Caderno Executivo, Seção Atos de Gestão e Despesas;

CONSIDERANDO as indicações formuladas pela Curadoria nos autos do processo 010.00001298/2025-02, em conformidade com o item 6.1.2 do referido Edital.

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir o Corpo de Júri do "Prêmio São Paulo de Literatura 2025" com a finalidade de exercer as atribuições previstas no item 6.3 do Edital de Concurso.

Artigo 2º - Nomear os membros do Corpo de Júri a que se refere o artigo 1º desta Resolução:

I. Antonio Carlos de Moraes Sartini, CPF nº 085.073.498-38;

II. Andressa Veronesi, CPF nº 259.946.188-02;

III. Christianne Ritchie, CPF nº 088.193.678-23;

IV. Rogério Pereira, CPF nº 836.119.839-34;

V. Diana Navas, CPF nº 216.236.978-83;

VI. Elaine Cristina Prado dos Santos, CPF nº 055.630.558-25;

VII. Marcelo Rodrigues dos Santos, CPF nº 070.119.258-56;

VIII. Roberta Almeida Prado de Figueiredo Ferraz, CPF nº 305.554.528-16;

IX. Guilherme Souza Sobota, CPF nº 079.225.529-12;

X. Felipe Franco Munhoz, CPF nº 071.985.029-03;

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, na data da assinatura digital.

MARCELO HENRIQUE DE ASSIS
Secretário Executivo respondendo pelo expediente da
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

CONS DEFESA DO PATRIM HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

DELIBERAÇÃO CONDEPHAAT

Deliberação do Egrégio Colegiado em sessão ordinária de 26 de maio de 2025 - ata 2185

Processo: 010.00003331/2024-40

Interessado: UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTORICO / OUVIDORIA-SCEIC

Assunto: Bem 47950 - Denúncia de obras no imóvel à Rua Polônia, 309 - São Paulo

O Egrégio Colegiado deliberou, por unanimidade, APROVAR o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao projeto de regularização das obras no imóvel situado na Rua Polônia nº 309, nesta Capital, com o condicionante de que seja atendido o compromisso de demolição do gabarito excedente. A presente deliberação se refere ao documento autenticado sob nº 0071021358 no Processo 010.00003331/2024-40.

RESSALVA:

- Após a demolição do gabarito excedente, o interessado deverá informar a DPPC, para fins de registro nos autos.

OBSERVAÇÕES:

- As plantas e memoriais, digitais ou impressos, com a numeração indicada, só terão validade se acompanhadas desta deliberação, também publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo;
- Esta autorização não isenta o interessado de obter aprovação de seu projeto nos demais órgãos competentes.

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 34/2025, DE 12 DE JUNHO DE 2025

SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS
Fundação Memorial da América Latina
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 034/2025

Processo-SEI n.º: 267.00000311/2025-31

TAU n.º: 034/2025

Outorgante: FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA.

Outorgada: PLAYER 1 GAMING GROUP S.A.

Anuente Pagador: V3A COMUNICAÇÃO LTDA.

Objeto: Cessão onerosa de espaço para realização do evento: "Prêmio eSports Brasil 2025", no Auditório Simón Bolívar (Plateia A e B + Foyer, com utilização das Salas VIPs do Foyer e Bilheteria), Anexo dos Artistas (Sala dos Espelhos e Camarins) e Anexo dos Congressistas (Pavimentos superior e inferior).

Valor: R$ 201.254,20

Período: de 13 a 19/12/2025

Data da Assinatura: 12/06/2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 37/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Fundação Memorial da América Latina
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 37/2025

Processo n.º: 267.00000375/2025-32

TAU n.º: 37/2025

Outorgante: FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA.

Outorgada: PIU MOBILE ESTOFADOS LTDA

Objeto: Cessão onerosa de espaço para realização do evento: "Coleção Tupiniquim 2025, no Anexo dos Congressistas (Pavimentos superior e inferior)

Período: 13 a 17 de Outubro de 2025.

Valor: R$ 60.000,00

Data da Assinatura: 23/06/2025

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Considerando a necessidade da oferta de serviços socioassistenciais, visando a ampliação da rede de atendimento do SUAS;

Considerando que a oferta dos serviços socioassistenciais pode ser executada em parceria com as Organizações da Sociedade Civil – OSC;

Considerando que a Organização da Sociedade Civil – OSC, para compor a rede socioassistencial, tem como requisitos a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE e o Comprovante de inscrição junto ao sistema Pró-Social;

Considerando o artigo 30 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que possibilita a administração pública dispensar o chamamento público, no caso de

atividades voltadas a serviços de educação, saúde e **assistência social**, desde que previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Considerando que o Sistema Pró-Social credencia as organizações da sociedade civil para integração da rede executora, no âmbito desta Secretaria;

Considerando a necessidade do cumprimento do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

Justificamos a **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para celebração das parcerias, entre a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** e as **ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**, relacionadas no **ANEXO**, uma vez que se encontram previamente credenciadas no Sistema Pró-Social e a execução dos serviços socioassistenciais atendem às normativas nacionais referentes à Assistência Social.

ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA

Secretária de Desenvolvimento Social

ANEXO

Nº DEMANDA	BENEFICIÁRIO	VALOR	MUNICÍPIO
83807	ASSOCIAÇÃO LINENSE PARA CEGOS, HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS CREBIM	50.000,00	LINS
83815	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO	100.000,00	RINCÃO
83864	INSTITUTO HUMBERTO DE CAMPOS	200.000,00	SOROCABA
83931	LAR SAO VICENTE DE PAULO	100.000,00	SERRA AZUL
83996	LAR SÃO VICENTE DE PAULO	250.000,00	SANTA CRUZ DO RIO PARDO
84090	SERVICO DE OBRAS SOCIAIS SOS DE PRES PRUDENTE	100.000,00	PRESIDENTE PRUDENTE
84110	ASSOCIAÇÃO CASA DO AMIGO	100.000,00	CACHOEIRA PAULISTA
84126	CASA SANTA MARIA	100.000,00	SÃO MANUEL
88367	VILA SÃO VICENTE DE PAULO	50.000,00	MONTE AZUL PAULISTA
84171	LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE POTIRENDABA	50.000,00	POTIRENDABA
84175	ASSOCIACAO MOBILIZANDO AMIGOS PELO AMOR - MAPEAR	100.000,00	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
84324	APAE DE JOSÉ BONIFÁCIO	100.000,00	JOSÉ BONIFÁCIO
84326	APAE - TANABI	100.000,00	TANABI
84453	SACRA SOCIEDADE ASSISTENCIAL E CULTURAL REGIONAL ALTA ARARAQUARENSE	120.000,00	JALES
84943	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA	50.000,00	SÃO JOÃO DA BOA VISTA
85516	LAR DOS IDOSOS SANTO ANTONIO	100.000,00	ANGATUBA
85549	CÁRITAS PAROQUIAL NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS E SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	100.000,00	LOUVEIRA
85692	VILA VICENTINA DE MIRASSOL - SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO	50.000,00	MIRASSOL

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO DE ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDECA – 21/05/2025.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo – CONDECA-SP, em sua sede localizada na Rua Boa Vista, nº 170 – 2° andar – Bloco 5, Centro, São Paulo/SP. A reunião foi presidida pela Sra. Elaine Aparecida Macena Batista Ramos, Presidente do Conselho, que, constatado o quórum regimental, deu início aos trabalhos com a apresentação dos conselheiros e participantes, seguida da exposição das pautas a serem tratadas: 1) Informes, 2) Composição das Comissões Permanentes de Trabalho, 3) Recomposição das representações em Comissões/Comitês Externos, 4) Instituição do calendário de Reuniões Ordinárias e de Mesa Diretora para o exercício de 2025, 5) Comissões Permanentes (Informes e encaminhamentos) e 6) Comissão de Monitoramento e Avaliação (Informes e encaminhamentos). **Participaram da reunião os Conselheiros(as) representantes do Poder Público:** Elaine Aparecida Macena Batista Ramos (Titular – Secretaria de Desenvolvimento Social), Camila Paixão Jordão (Titular – Secretaria de Esportes), Graziela de Mattos Lima (Titular – Secretaria da Justiça e Cidadania), Fabiana Botelho Zapata (Titular – Secretaria de Segurança Pública), Roberta Ricardes Pires (Titular – Secretaria da Saúde), Mirian Midori Peres Yagui (Suplente – Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas), Neli Maria Mengalli (Suplente - Secretaria de Educação), Estefânia Nazário de Souza (Suplente – Secretaria de Desenvolvimento Econômico), Ligia Mafei Guidi (Suplente – Defensoria Pública do Estado de São Paulo); **Conselheiros(as) Representantes da Sociedade Civil:** Janaina Cristina Souza (Titular), Marcelo Ferreira (Titular), Valter Espínola Junior (Titular), Robson José Candiani Mota (Titular), Vanessa Aparecida Barbosa Tristão (Titular), Marcelo Pereira de Andrade (Titular), Vitor Benez Pegler (Titular), Marcio Alexandre Masella (Suplente), Marli de Fátima Ferreira Armani (Suplente), Eliete Aparecida Guilherme da Silva (Suplente), Everton Max Ferreira da Silva (Suplente), David Teixeira dos Santos (Suplente), Vlademir Ramos Vilaronga (Suplente) e Paulo Roberto de Carvalho (Suplente); **Conselheiros(as) ausentes:** Gildevânio Ilso dos Santos Diniz (Assembleia Legislativa - Alesp), Edmarcos Souza Alves (Titular – Sociedade Civil), Alcides Paes do Prado Junior (Titular – Sociedade Civil), Carlos Eduardo Arcanjo (Titular – Sociedade Civil); **Conselheiros(as) ausentes e justificativas consignadas:** Thiago Reis Auricchio (Suplente – Assembleia Legislativa - Alesp) – agenda externa em compromisso de seu mandato de Deputado Estadual, Daniel Scheiblich Rodrigues (Titular - Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas); Camila Torino (Titular – Secretaria da Educação), Mariana Rodrigues da Silva (Titular – Secretaria de Desenvolvimento Econômico), Gabriele Estábile Bezerra (Titular – Defensoria Pública do Estado de São Paulo), Paola Apollinário Pastrello (Suplente – Secretaria de Desenvolvimento Social). A Presidente do CONDECA-SP, Sra. Elaine Aparecida Macena Batista Ramos, deu início aos trabalhos cumprimentando os Conselheiros e demais participantes. Em seguida, procedeu à leitura das pautas a serem tratadas, destacando a necessidade de inclusão de informes gerais para conhecimento e, sendo o caso, deliberação do colegiado. **1.Informes:** O Sr. Conselheiro Valter Espínola solicitou que fosse observado um minuto de silêncio em homenagem e respeito ao falecimento do Sr. Sóstenes Oliveira, ex-diretor da Fundação Gol de Letra e parceiro do Conselho Estadual. A Sra. Presidente destacou a relevante contribuição do Sr. Sóstenes Oliveira, ressaltando o reconhecimento de sua atuação na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da implantação de projetos complementares às políticas públicas. O colegiado, acatando a solicitação, permaneceu em silêncio por um minuto como forma de respeito e tributo à sua memória. Em continuidade aos trabalhos, a Sra. Presidente consultou novamente os conselheiros quanto à inclusão de informes. Não havendo manifestações, prosseguiu com os encaminhamentos da Mesa Diretora, destacando as atividades do Conselho e as representações realizadas no período. Dentre as ações desenvolvidas, destacou-se a participação do CONDECA-SP nos dias 29 e 30 de abril no Seminário Regional – Sudeste, realizado em Belo Horizonte/MG, voltado à Avaliação e Revisão do Plano Decenal Nacional dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes (PDNDHCA). O Conselho esteve representado pela Sra. Presidente Elaine Aparecida Macena Batista Ramos e pela Sra. Vice-Presidente Janaina Cristina Souza. Foi ressaltado que todos os Estados da Região Sudeste participaram e contribuíram significativamente para o Seminário, cujas discussões resultaram em contribuições para a etapa nacional e na indicação de delegados estaduais para o Seminário Nacional. O Estado de São Paulo contará com representantes de diversos segmentos, incluindo o CONDECA-SP, representado pelas Conselheiras Elaine Aparecida Macena Batista Ramos (Poder Público) e Janaina Cristina Souza (Sociedade Civil). A Sra. Conselheira Janaina Cristina Souza enfatizou a relevância das pesquisas conduzidas pelas Universidades em prol dos direitos das crianças e adolescentes, que servem de referência para a formulação de políticas públicas. Além disso, ressaltou que os Conselhos Estaduais dos Direitos da Região Sudeste do país são atualmente liderados por Presidentes e Vice-Presidentes mulheres, o que configura um momento histórico para a representatividade. Nos dias 07 e 08 de maio, as Conselheiras também representaram o CONDECA-SP no Seminário Regional – Sudeste, realizado no Rio de Janeiro/RJ, voltado à Avaliação e Revisão do Plano Decenal Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O evento resultou em contribuições para a etapa nacional e na indicação dos delegados estaduais ao Seminário Nacional, sendo que o CONDECA-SP estará representado pela Sra. Conselheira Janaina Cristina Souza. Foi salientada a significativa participação e valorização das contribuições de adolescentes nesses espaços, especialmente daqueles em cumprimento de medidas socioeducativas, seja em meio aberto ou fechado, particularmente os atendidos pela Fundação CASA. Informou-se, ainda, que, conforme esclarecido nos Seminários, após a finalização da revisão do Plano na etapa nacional, o documento será submetido à Consulta Pública para recebimento de sugestões e contribuições. A Sra. Conselheira Janaina Cristina Souza pontuou que, durante o Seminário, foi questionada a ausência da participação do Conselho Tutelar, tendo a Comissão Organizadora informado que levaria o questionamento ao CONANDA para possível revisão da representação e redistribuição das vagas da delegação na Etapa Nacional. Por fim, a Sra. Presidente destacou que a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) é a assessoria responsável pela revisão dos Planos citados, garantindo respaldo técnico e científico ao processo. Em continuidade aos informes, foi apresentada a solicitação de agenda por representantes do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Pesquisas no Estado de São Paulo – Sescon-SP. Atendendo à solicitação, realizou-se um encontro institucional, cuja pauta consistiu na apresentação do CONDECA-SP e da atual gestão, bem como dos membros da Mesa Diretora e da Secretaria Executiva, visando à discussão de uma possível parceria. O objetivo da proposta é contribuir com estratégias para a ampliação da captação de recursos para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerando o potencial de arrecadação do Estado de São Paulo e o apoio na divulgação dos Editais de Chamamento Público. Além disso, ressaltou-se a relevância da conscientização da classe dos contabilistas sobre a importância da causa. O Sr. Conselheiro Valter Espínola propôs a realização de uma nova reunião específica com os responsáveis, tendo como foco a destinação de recursos ao Fundo Estadual, e se colocou à disposição para representar o Colegiado na formação de um Grupo de Trabalho destinado a essa finalidade. Finalizando os informes, a Sra. Presidente destacou que, no dia 21 de maio, foi lançado pelo Governo do Estado de São Paulo o Programa SuperAção SP, com o propósito de garantir apoio, autonomia e emancipação às famílias em situação de vulnerabilidade social. O programa tem como objetivo a superação da pobreza, oferecendo atendimento personalizado e a elaboração de planos de desenvolvimento individualizados para cada núcleo familiar, com vistas ao rompimento do ciclo da pobreza. Esclareceu, ainda, que o novo Programa integra vinte e nove políticas públicas de diferentes secretarias, estruturadas em uma jornada completa de atendimento às famílias, incluindo planos personalizados, incentivos financeiros e ações de desenvolvimento regional. A iniciativa será conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, sob a liderança da secretária Andrezza Rosalém. Por fim, enfatizou que o Programa SuperAção SP apresenta uma abordagem inovadora para o combate à pobreza, com impactos significativos na vida de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. **2.Composição das Comissões Permanentes de Trabalho (Anexo I):** Dando continuidade à reunião, passou-se à segunda pauta, referente à Composição das Comissões Permanentes de Trabalho. A Sra. Presidente mencionou que, na Reunião Extraordinária realizada em quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, foi ressaltada a importância da formação das Comissões, conforme previsto no Regimento Interno, bem como a necessidade da participação ativa de todos os Conselheiros. Enfatizou que as Comissões Permanentes são essenciais para subsidiar os trabalhos do Colegiado e das reuniões ordinárias, contribuindo para a efetividade das deliberações. Na sequência, a Secretaria Executiva do CONDECA-SP realizou uma apresentação em slides, na qual expôs a composição prévia das Comissões de Trabalho Permanentes, considerando as manifestações de interesse dos Conselheiros. O Secretário Executivo do CONDECA-SP, Sr. André Gabriel Campos de Oliveira, comunicou que todas as atribuições das Comissões Permanentes encontram-se descritas nos artigos correspondentes do Regimento Interno, de modo a orientar os Conselheiros quanto às responsabilidades e atividades de cada comissão, a saber: Comissão de Finanças e Orçamento – CFO: Art. 36; Comissão de Ética – CE: Art. 37; Comissão de Legislação, Políticas Públicas, Conselhos Tutelares e Planejamento – CLPPCTP: Art. 38; Comissão de Análise, Monitoramento e Avaliação de Parcerias – CAMAP: Art. 39; Comissão de Relações Públicas, Comunicação, Cursos e Capacitações – CRPCCC: Art. 40 e da Comissão Intersecretarial de Análise de Projetos e Editais do CONDECA: Art. 6º do Decreto nº 63.611/2018, que de acordo com a legislação disposta, a Comissão tem por atribuição a emissão de pareceres técnicos para subsidiar as decisões do Colegiado. Ressaltou ainda que, conforme o Regimento Interno, é obrigatório a participação de cada conselheiro em no mínimo uma e no máximo duas comissões (Art. 42 § 5° - R.I), além da paridade na composição das Comissões. O Sr. Conselheiro Vitor Benez Pegler questionou a paridade de representações, considerando que o Poder Público enfrenta dificuldades para complementar ou assegurar presença em todas as Comissões Permanentes do Colegiado. Diante desse cenário, sugeriu, caso haja previsão no Regimento Interno, a revisão do documento para adequação. A Sra. Conselheira Camila Paixão Jordão (Titular – Secretaria de Esportes) contrapôs a sugestão, argumentando que, havendo previsão regimental, deve existir uma justificativa plausível para garantir a paridade na composição das Comissões Permanentes. A Sra. Presidente esclareceu que eventuais alterações no Regimento Interno, caso sejam necessárias, devem ser avaliadas oportunamente em reunião específica para tal finalidade, não sendo pertinente à pauta em questão. Ademais, sugeriu que os Conselheiros revisassem suas indicações, de modo a assegurar a composição paritária entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. Ato contínuo, os Conselheiros presentes referendaram sua participação e composição nas Comissões, cuja oficialização será realizada no sítio eletrônico do CONDECA-SP. Ademais, foi ressaltada a responsabilidade dos novos Coordenadores designados, que terão a incumbência de reportar todas as demandas pertinentes às respectivas Comissões, além de organizarem reuniões periódicas para garantir o alinhamento e a eficiência dos trabalhos desenvolvidos. **3.Recomposição das representações em Comissões/Comitês Externos (Anexo II):** A terceira pauta, tratou da recomposição das representações do CONDECA-SP em Comissões e Comitês Externos. Foi destacado que as atribuições delegadas aos Conselheiros designados para essas representações incluem a participação ativa nas discussões dos respectivos Comitês ou Comissões, bem como o reporte ao CONDECA-SP acerca dos encaminhamentos, estratégias e deliberações. Dessa forma, o Colegiado poderá contribuir de maneira fundamentada com as discussões temáticas desenvolvidas nesses espaços. Na sequência, a Secretaria Executiva do CONDECA-SP apresentou, por meio de slides, a composição prévia das Comissões e Comitês Externos. Após a exposição, os Conselheiros presentes referendaram suas indicações para as respectivas representações. Foi destacado que, para a oficialização das novas indicações ou reconduções, a Secretaria de origem ou o Órgão responsável oficializa o CONDECA-SP, solicitando os documentos complementares dos indicados, além da respectiva designação. A Presidência solicitou à Secretaria Executiva que realize o contato com os responsáveis para cumprimento desses trâmites. A Sra. Conselheira Janaina Cristina Souza também ressaltou a necessidade da recomposição da Comissão Extraordinária do Encontro Lúdico, tendo em vista que a Comissão Extraordinária da VII Conferência Lúdica e XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo foi oficialmente encerrada. Porém, há deliberação do Colegiado pela formação de uma nova Comissão destinada à elaboração e implementação do Encontro Lúdico, previsto para ocorrer no segundo semestre deste ano. **4. Instituição do calendário de Reuniões Ordinárias e de Mesa Diretora para o exercício de 2025:** Em prosseguimento à ordem do dia, foi abordada a quarta pauta, que tratou da instituição do calendário de Reuniões Ordinárias do CONDECA-SP para o exercício de 2025. A Sra. Presidente enfatizou que o Conselho se reunirá ordinariamente uma vez ao mês, sendo as datas do calendário apresentadas ao Colegiado e aprovadas por unanimidade. O calendário deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico do CONDECA-SP. Além disso, destacou-se que a Mesa Diretora realizará reuniões duas vezes ao mês: **Primeira reunião:** Na quarta-feira que antecede a Reunião Ordinária, com o objetivo de tratar da pauta da reunião e demais encaminhamentos pendentes, juntamente com os coordenadores das Comissões Permanentes; **Segunda reunião:** Na quarta-feira posterior à Reunião Ordinária, para acompanhar, junto à Secretaria Executiva, os encaminhamentos e agendas estratégicas do CONDECA-SP. **5. Comissões Permanentes (Informes e encaminhamentos):** No que concerne à pauta de informes e encaminhamentos das Comissões Permanentes, foi proposto aos novos Coordenadores que realizassem reuniões com os membros das respectivas comissões na próxima semana. O objetivo dessas reuniões será a apresentação das demandas pendentes, o estabelecimento de um calendário para a execução dos trabalhos e a definição do fluxo de informações, de modo a subsidiar a Mesa Diretora na condução das atividades do CONDECA-SP. **6. Comissão de Monitoramento e Avaliação (Informes e encaminhamentos):** Por fim, foi apresentada a última pauta da reunião, que tratou de Comissão de Monitoramento e Avaliação (Informes e encaminhamentos). Foi pontuado o andamento do Termo de Colaboração, firmado em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA), instituição responsável por assessorar o CONDECA-SP nos processos de monitoramento, formalização, supervisão e avaliação de projetos financiados com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA). A Sra. Presidente destacou que os trabalhos já foram iniciados e que a equipe responsável já está trabalhando nas demandas encaminhadas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA). O Sr. Conselheiro Marcelo Ferreira (Titular – Sociedade Civil), integrante da CMA, reforçou a importância da parceria estabelecida com a FIA e ressaltou que, nas próximas reuniões, serão apresentadas atualizações sobre o andamento das atividades realizadas.

Não havendo mais nada a tratar, a Sra. Presidente, Elaine Aparecida Macena Batista Ramos, agradeceu a presença de todos. Eu, Camila Paixão Jordão, Primeira Secretária da Mesa Diretora, redigi a presente ata, que se encontra à disposição de qualquer pessoa interessada na sede do CONDECA-SP e será devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

São Paulo, 21 de maio de 2025.

ANEXO I – Composição da Mesa Diretora

Mesa Diretora:

Presidência: Elaine Aparecida Macena Batista Ramos (Secretaria de Desenvolvimento Social);

Vice-Presidência: Janaina Cristina Souza (Unas – Heliópolis e Região);

1° Secretário: Camila Paixão Jordão (Secretaria de Esportes);

2° Secretário: Marcelo Pereira de Andrade (Grupo Cultural Amigos);

1° Tesoureiro: pendente de indicação*;

2° Tesoureiro: Vitor Benez Pegler (Instituto Vida São Paulo).

ANEXO I – Composição das Comissões Permanentes de Trabalho do CONDECA-SP

Comissão Permanente de Finanças e Orçamento – CFO:

Coordenador: Vitor Benez Pegler (Instituto Vida São Paulo);

Eliete Aparecida Guilherme da Silva (Centro Social de Votuporanga);

Jessé Fernandes (Comunidade Só Por Hoje);

Thiago Reis Auricchio (Assembleia Legislativa - Alesp);

Indicação Poder Público (1): 1° Tesoureiro – pendente de indicação;

Indicação Poder Público (2): pendente de indicação;

*Regimento Interno Art. 36 §2° - A Primeira Tesouraria, será um dos integrantes desta Comissão de Trabalho Permanente de Finanças e Orçamento

Comissão Permanente de Ética – CE:

Coordenador: Camila Paixão Jordão (Secretaria de Esportes);

Alain Lindomar Alfonso Molinas (Secretaria de Esportes);

Elaine Aparecida Macena Batista Ramos (Secretaria de Desenvolvimento Social);

Neli Maria Mengalli (Secretaria da Educação);

Edmarcos Souza Alves (Associação da Cidade Azul e Adjacentes - ACAAD);

Marcelo Ferreira (Comunidade Padre Cícero);

Valter Espínola Júnior (Instituto da Oportunidade Social - IOS);

Paulo Roberto de Carvalho (Rede Cidadã).

Comissão Permanente de Legislação, Políticas Públicas, Conselhos Tutelares e Planejamento – CLPPCTP:

Coordenador: Robson José Candiani Mota (Escola de Artes e Ofícios de Itu);

Vlademir Ramos Vilaronga (Fundação Comunidade da Graça);

Edmarcos Souza Alves (Associação da Cidade Azul e Adjacentes - ACAAD);

Vanessa Aparecida Barbosa Tristão (APAE de Franca);

Marli de Fátima Ferreira Armani (Casa da Criança e do Adolescente de Cerquilho);

Marcio Alexandre Masella (Instituto Atiara);

Janaina Cristina Souza (Unas – Heliópolis e Região);

Telma Djanira Maciel (Secretaria da Justiça e Cidadania);

Graziela de Mattos Lima (Secretaria da Justiça e Cidadania);

Fabiana Botelho Zapata (Secretaria de Segurança Pública);

Milena Massuco Suegama (Secretaria de Segurança Pública);

Gabriele Estábile Bezerra (Defensoria Pública do Estado de São Paulo);

Ligia Mafei Guidi (Defensoria Pública do Estado de São Paulo);

Mirian Midori Peres Yagui (Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas).

Comissão Permanente de Análise, Monitoramento e Avaliação de Parcerias – CAMAP:

Coordenador: Marcelo Ferreira (Comunidade Padre Cícero);

Everton Max Ferreira da Silva (Instituto Divina Luz);

Alcides Paes do Prado Júnior (Associação Esporte Clube Vila Real);

Carlos Eduardo Arcanjo (Associação Joseense de Ação Social);

Marcelo Pereira de Andrade (Grupo Cultural Amigos);

Paola Appolinário Pastrello (Secretaria de Desenvolvimento Social);

Estefânia Nazário de Souza (Secretaria de Desenvolvimento Econômico);

Camila Paixão Jordão (Secretaria de Esportes);

Thiago Reis Auricchio (Assembleia Legislativa - Alesp);

Roberta Ricardes Pires (Secretaria da Saúde).

*Regimento Interno Art 39 § 1° - A Comissão poderá propor a Mesa Diretora a ampliação de sua composição, com membros convidados, sempre que necessário e inclusive, solicitar pareceres técnicos de Secretarias afins e/ou da Comissão Intersecretarial.

*Conselheiros que manifestaram interesse de participação na Comissão (suplentes):

Vitor Benez Pegler (Instituto Vida São Paulo)

Eliete Aparecida Guilherme da Silva (Centro Social de Votuporanga)

Jessé Fernandes (Comunidade Só Por Hoje);

Marli de Fátima Ferreira Armani (Casa da Criança e do Adolescente de Cerquilho);

Comissão Permanente de Relações Públicas, Comunicação, Cursos e Capacitações – CRPCCC:

Coordenador: Neli Maria Mengalli (Secretaria da Educação);

Maria Inês de Fátima Rocha Bullo (Secretaria da Educação);

Estefânia Nazário de Souza (Secretaria de Desenvolvimento Econômico);

Mariana Rodrigues da Silva (Secretaria de Desenvolvimento Econômico);

Fabiana Botelho Zapata (Secretaria de Segurança Pública);

Milena Massuco Suegama (Secretaria de Segurança Pública);

Roberta Ricardes Pires (Secretaria da Saúde);

Daniel Scheiblich Pires (Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas);

Carlos Eduardo Arcanjo (Associação Joseense de Ação Social);

Robson José Candiani Mota (Escola de Artes e Ofícios de Itu);

Guilherme Rodrigues Monteiro Mendes (Igreja Batista de Vila Pompeia);

Janaina Cristina Souza (Unas – Heliópolis e Região);

Vanessa Aparecida Barbosa Tristão (APAE de Franca);

Marcio Alexandre Masella (Instituto Atiara);

Marcelo Pereira de Andrade (Grupo Cultural Amigos);

David Teixeira dos Santos (Ação Cristã Comunitária do Brasil – Projeto Shalom).

ANEXO II – Comissões, Grupos de Trabalho ou Comitês Externos com participação do CONDECA-SP

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – SINASE

Sociedade Civil (Titular): Janaina Cristina Souza;

Poder Público (Suplente): Paola Appolinário Pastrello - Secretaria de Desenvolvimento Social.

COMITÊ ESTADUAL COALIZÃO ORFANDADE E DIREITOS

Sociedade Civil: Janaina Cristina Souza;

Poder Público: Elaine Aparecida Macena Batista Ramos - Secretaria de Desenvolvimento Social.

CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PPCAAM/SP

Sociedade Civil: Janaina Cristina Souza;

Poder Público: Pendente de indicação.

COMITÊ ESTADUAL DE VIGILÂNCIA À MORTE MATERNA, INFANTIL E FETAL

Sociedade Civil: Marcelo Pereira de Andrade;

Poder Público: Roberta Ricardes Pires (Secretaria de Saúde).

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL – CONSEA/SP

Sociedade Civil: Everton Max Ferreira da Silva;

Poder Público: Camila Paixão Jordão (Secretaria de Esportes).

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Sociedade Civil: Marcelo Ferreira;

Poder Público: Neli Maria Mengalli (Secretaria da Educação).

GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL – IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Novo ofício da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo solicitando indicações (titular e suplente)

Sociedade Civil: Pendente de Indicação;

Poder Público: Elaine Aparecida Macena Batista Ramos (Secretaria de Desenvolvimento Social).

COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE RIBEIRÃO PRETO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

Núcleo de Convênios

Extrato de Termo de Doação

Processo SEI nº 012.00004115/2023-84

Doador: Secretaria de Desenvolvimento Social

Donatário: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE

Valor doado: R$ 41.120,83 (quarenta e um mil, cento e vinte reais e oitenta centavos)

Objeto de doação: Automóvel

Finalidade da doação: a doação decorrente de Emenda Parlamentar para fins de uso assistencial

Parecer Referencial CJ/SEDS nº 17/2024

Data de assinatura: 25 de abril de 2025

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE FRANCA

TERMO DE ADITAMENTO, DE 18 DE JUNHO DE 2025

PROCESSO SEDS Nº 2024/00091

Beneficiário: OBRAS ASSISTENCIAIS DR ISMAEL ALONSO Y ALONSO

Objeto: ADITAMENTO - Diante dos elementos de instrução dos autos que trata de execução do projeto acima, AUTORIZO, nos termos do Parecer Referencial nº 23/2024: Clausula Nona, § 1º, do ajuste, a prorrogação da vigência por 180 (cento e oitenta) dias, contados de 29/06/2025 a 25/12/2025., para conclusão do objeto;

Data de Assinatura: 18 de junho de 2025.

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PORTARIA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

ÓRGÃO PÚBLICO CONCESSOR : SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,

CNPJ : 69.122.893/0001-44

OSC PARCEIRA: INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EZEQUIEL- IASE

CNPJ: 02.477.738/0001-70

PROCESSO: SEDS-PRC-2024/00384

OBJETO :TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CUSTEIO.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS PARA CONCLUSÃO DO OBJETO PACTUADO, CONTADOS DE 29/06/2025 ATÉ 25/03/2026.

ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO: FICA SUBSTITUÍDO PLANO DE TRABALHO FLS 121/128 PELA FLS 301/309, A PARTIR DA DATA DA SUA ASSINATURA.

PARECER CJ/SEDS Nº 23/2024

DATA DA ASSINATURA: 18 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Portaria do Diretor I, 23 de Junho de 2025.

AUTORIZANDO , as vistas das manifestações constantes do processo DRADS/SJP/068/2024, nos termos dos artigos 209,210 da Lei 10.261/68, em nome de Kátia de Oliveira Moura, RG 24.326.314-4, Oficial Administrativo, da EVNI do SQC-III, gozo de 15 (quinze) dias de licença-prêmio, a que faz juz, referente ao período aquisitivo de 10/06/2009 a 08/06/2014, restando 30 (trinta) dias para gozo oportuno.

DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

Publicação de Extrato de Termo de Doação

Processo SEDS nº 2537971/2019

Doador: Secretaria de Desenvolvimento Social

Donatário: Comunidade Assistencial Irmãos de Emaus

Valor doado: R$ 29.150,15 (vinte e nove mil, cento e cinquenta reais e quinze centavos).

Objeto de doação: 01 (uma) roçadeira, 01 (uma) bomba de água (centrífuga monoestágio trifásica), 02 (duas) bombas de água 1CV, 01 (uma) enxada rotativa, 03 (três) computadores, 08 (oito) mesas, 16 (dezesseis) bancos, 02 (dois) arquivos, 03 (três) cadeiras e 01 (uma) coifa.

Finalidade da doação: a doação é decorrente de Emenda Parlamentar para fins de uso assistencial.

Parecer Referencial CJ/SEDS nº 17/2024

Data de assinatura: 20/05/2025

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

Publicação de Extrato de Termo de Doação

Processo SEDS nº 2642208/2019

Doador: Secretaria de Desenvolvimento Social

Donatário: Centro Social de Votuporanga

Valor doado: R$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais).

Objeto de doação: 01 (um) veículo.

Finalidade da doação: a doação é decorrente de Emenda Parlamentar para fins de uso assistencial.

Parecer Referencial CJ/SEDS nº 17/2024

Data de assinatura: 20/05/2025

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

GRUPO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS

ATA Nº 21, DE 10 DE JUNHO DE 2025

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS – GRAPROHAB

Aos Dez Dias do Mês de Junho do Ano de Dois Mil e Vinte e Cinco, na Rua Boa Vista nº 170 – 14º andar, realizou-se a Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais. Presentes os Representantes conforme a competente lista de presença. Às dez horas havendo número regimental, respondendo pela Presidência do GRAPROHAB o Dr. Lacir Ferreira Baldusco declarou abertos os trabalhos, passando-se à apreciação dos itens constantes da ordem do dia: 01 – Leitura e discussão da Ata da 20ª Sessão Ordinária/2025, a qual posta em votação foi considerada aprovada. 02 – Leitura da Correspondência Recebida. 03 – Análise das Exigências Técnicas (prazo) do protocolo 17.060 referente ao Loteamento "Residencial Parque Rovai", no Município de Rio Claro, tendo como interessado Agmael de Souza. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação foi emitido com o número 191/2025. 04 – Análise das Exigências Técnicas do protocolo 17.890 (SEI 013.00000864/2024-95) referente ao Loteamento "Residencial Alto da Colina", no Município de Dracena, tendo como interessado Roberto Carlos de Oliveira. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da SP Águas o consideraram aprovado. 05 – Análise da Reabertura do protocolo 18.536 (SEI 013.00002487/2025-18) referente ao Loteamento "Sercel Bassi", no Município de Mendonça, tendo como interessado Sercel Bassi Loteamento SPE Ltda. Após discussão o Representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentou exigências técnicas e o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação considerou o projeto aprovado. 06 – Análise da Reabertura do protocolo 18.558 (SEI 013.00003322/2025-55) referente ao Loteamento "Jardim Aeroporto", no Município de Jaboticabal, tendo como interessado ADEJA – Associação de Desenvolvimento de Jaboticabal. Após discussão o Representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentou exigências técnicas e o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação considerou o projeto aprovado. 07 – Análise da Reabertura (prazo) do protocolo 18.604 (SEI 013.00001160/2025-11) referente ao Loteamento "Reserva Angatu II", no Município de Rio Claro, tendo como interessada Elza Maria Pascon Occik. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e o Representante da SP Águas considerou o projeto aprovado. 08 – Análise da Reabertura do protocolo 18.686 (SEI 013.00002557/2025-20) referente ao Condomínio "Verde Vale 1", no Município de Caçapava, tendo como interessado Verde Vale JV Emp. Imobiliário SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Sabesp apresentaram exigências técnicas e o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo aprovou o projeto. 09 – Análise do Recurso ao Indeferimento (prazo) do protocolo 18.805 referente ao Loteamento "Jardim Vale do Sol", no Município de Ribeirão Bonito, tendo como interessado Ribeirão Bonito Urbanizadora SPE Ltda. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo manteve o indeferimento do projeto, não acatando o recurso interposto e os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da SP Águas consideraram o projeto aprovado. 10 – Análise da Reabertura do protocolo 18.901 (SEI 013.00002522/2025-91) referente ao Loteamento "Jardim Novo Horizonte", no Município de Jacareí, tendo como interessada COPAV Construtora e Pavimentadora Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação Digital foi emitido com o número 192/2025. 11 – Análise da Reabertura do protocolo 18.935 (SEI 013.00002619/2025-01) referente ao Loteamento "Cintra Alves", no Município de Franca, tendo como interessado Residencial Cintra Alves Emp. Imobiliários Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e os Representantes da SP Águas e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. 12 – Análise das Exigências Técnicas do protocolo 18.991 referente ao Loteamento "Jardim Silvestre", no Município de Morungaba, tendo como interessado Irmãos Stranieri Emp. Imobiliários Ltda. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas e da Sabesp o consideraram aprovado. 13 – Análise das Exigências Técnicas do protocolo 19.093 (SEI 013.00000747/2024-21) referente ao Loteamento "Jardim Vitória", no Município de Quatá, tendo como interessado Cidade Flor Loteamento Habitacional SPE Ltda. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas e da Sabesp o consideraram aprovado. 14 – Análise das Exigências Técnicas do protocolo 19.213 (SEI 013.00002600/2024-76) referente ao Loteamento "Por do Sol", no Município de Dumont, tendo como interessado Pôr do Sol Dumont Emp. Imobiliário SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiram o projeto e o Representante da SP Águas o considerou aprovado. 15 – Análise das Exigências Técnicas do protocolo 19.271 (SEI 013.00003406/2024-16) referente ao Loteamento "Área Rios Mistral", no Município de Bauru, tendo como interessado MRV LXXXV Incorporações Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação indeferiu o projeto e o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo o considerou aprovado. 16 – Análise da Reabertura do protocolo 19.300 (SEI 013.00003772/2024-67) referente ao Condomínio "Mirante dos Ventos", no Município de Marília, tendo como interessado MRV LXXXV Incorporações Ltda. Por solicitação do Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para 08.07.2025. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da SP Águas aprovaram o projeto. 17 – Análise da Reabertura (prazo) do protocolo 19.309 (SEI 013.00003952/2024-49) referente ao Condomínio "Lagú", no Município de São Roque, tendo como interessado São Bento 2 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e os Representantes da SP Águas e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. **18 –** Análise das Exigências Técnicas do **protocolo 19.497 (SEI 013.00006895/2024-50)** referente ao Loteamento "Residencial Jardim Primavera", no Município de Narandiba, tendo como interessado Paes Melato Emp. Imobiliários Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação Digital foi emitido com o número **193/2025. 19 –** Análise das Exigências Técnicas do **protocolo 19.530 (SEI 013.00007394/2025-91)** referente ao Loteamento "Village Tupã", no Município de Tupã, tendo como interessado Village Tupã Administração e Participações Ltda. Após discussão os Representantes Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp indeferiram o projeto e o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação o considerou aprovado. **20 –** Análise da Reabertura do **protocolo 19.603 (SEI 013.00000106/2025-58)** referente ao Condomínio "Residencial Recanto da Iracema", no Município de Taboão da Serra, tendo como interessada Cooperativa Habitacional Vida Nova. Após discussão os Representantes Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas e o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação considerou o projeto aprovado. **21 –** Análise das Exigências Técnicas do **protocolo 19.626 (SEI 013.000388/2025-93)** referente ao Loteamento "Residencial Mirante dos Rios", no Município de Santa Clara D'Oeste, tendo como interessado Recanto da Bola Emp. Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação Digital foi emitido com o número **194/2025. 22 –** Análise do **protocolo 19.655 (SEI 013.0000 845/2025-40)** referente ao Condomínio "NOR2 Lote 05/parte 04 e 06", no Município de Barueri, tendo como interessado NOR2 Empreendimentos SPE Ltda. Após discussão o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação indeferiu o projeto e os Representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp o consideraram aprovado. **23 –** Análise das Exigências Técnicas do **protocolo 19.684 (SEI 013.00001232/2025-20)** referente ao Loteamento "Inúbia Paulista **E**", no Município de Inúbia Paulista, tendo como interessado o Município de Inúbia Paulista. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação Digital foi emitido com o número **195/2025. 24 –** Análise das Exigências Técnicas do **protocolo 19.720 (SEI 013.00001692/2025-58)** referente ao Loteamento "Martinópolis **E**", no Município de Marinópolis, tendo como interessado p Município de Marinópolis. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação Digital foi emitido com o número **196/2025. 25 –** Análise do **protocolo 19.726** (prazo) **(SEI 013.00001785/2025-82)** referente ao Loteamento "Terracor Porto do Sol", no Município de Mineiros do Tietê, tendo como interessado Terracor Porto do Sol Emp. Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. **26 –** Análise do **protocolo 19.727 (**prazo**) (SEI 013.00001469/2025-19)** referente ao Loteamento "Sítio Cachoeirinha", no Município de Bragança Paulista, tendo como interessado Sergio Assis Cury e Sandra Cury de Cardoso Lima. Por solicitação do Representante da SP Águas e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para **01.07.2025**. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. **27 –** Análise das Exigências Técnicas do **protocolo 19.735 (SEI 013.00002012/2025-13)** referente ao Condomínio "Residencial Terras de Avaré", no Município de Avaré, tendo como interessado Avaré Empreendimentos 3 SPE Ltda. Após discussão o Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo indeferiu o projeto e os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Sabesp o consideraram aprovado. **28 –** Análise do **protocolo 19.764** (prazo) **(SEI 013.00002341/2025-64)** referente ao Loteamento "Residencial Novo Portal", no Município de Espírito Santo do Turvo, tendo como interessado Ciantelli Emp. Imobiliários SPE Eireli. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. **29 –** Análise do **protocolo 19.771 (SEI 013.00002377/2025-48)** referente ao Loteamento "Hosoume Dracena III", no Município de Dracena, tendo como interessado Hosoume III Empreendimentos SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e o Representante da SP Águas aprovou o projeto. **30 –** Análise do **protocolo 19.772 (SEI 013.00002525/2025-60)** referente ao Loteamento "Parque Residencial Fazenda Vista Verde", no Município de Araçoiaba da Serra, tendo como interessado Luan Administração de Imóveis e Participações Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e o Representante da SP Águas aprovou o projeto. **31 –** Análise do **protocolo 19.773 (SEI 013.00002530/2025-37)** referente ao Loteamento "Vale da Floresta", no Município de Brotas, tendo como interessado Maria Luiza Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. **32 –** Análise do **protocolo 19.774 (SEI 013.00005432/2024-71)** referente ao Loteamento "Jardim Niwa", no Município de Rincão, tendo como interessada N2 Construções e Incorporações Ltda. Por solicitação dos Representantes da SP Águas, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para **08.07.2025**. Após discussão o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação apresentou exigências técnicas. **33 –** Análise do **protocolo 19.775 (SEI 013.00002579/2025-90)** referente ao Loteamento "Jardim do Bosque", no Município de Cosmópolis, tendo como interessado SQ Participações Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. **34 –** Análise do **protocolo 19.776 (SEI 013.00002566/2025-11)** referente ao Condomínio Residencial "Sem Denominação", no Município de São Sebastião, tendo como interessado Aldeia Emp. Imobiliários Ltda. e Outros. Por solicitação do Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para **08.07.2025**. Após discussão o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação apresentou exigências técnicas e o Representante da Sabesp considerou o projeto aprovado. **35 –** Análise do **protocolo 19.777 (SEI 013.00002603/2025-91)** referente ao Loteamento "Jardim do Lago", no Município de Cosmópolis, tendo como interessado SQ Participações Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. **36 –** Análise do **protocolo 19.778 (SEI 013.00002178/2025-30)** referente ao Loteamento "Alto da Mata", no Município de Ribeirão Preto, tendo como interessado Santo Américo Agropecuária Ltda. Por solicitação do Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para **08.07.2025**. Após discussão o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação apresentou exigências técnicas. **37** - Análise do **protocolo 19.779 (SEI 013.00002596/2025-27)** referente ao Loteamento "Recanto Jaguari II", no Município de Vargem, tendo como interessado Objetiva Administração e Cobrança Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. **38 –** Análise do **protocolo 19.781 (SEI 013.00002644/2025-87)** referente ao Loteamento "Santa Rita", no Município de Patrocínio Paulista, tendo como interessado Patrocínio Emp. Imobiliários Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. **39 –** Análise do **protocolo 19.782 (SEI 013.00002599/2024-61)** referente ao Loteamento "Santapazienza", no Município de Itatiba, tendo como interessado HPM Administradora de Bens Próprios Ltda. Por solicitação dos Representantes da SP Águas, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e acatada pela unanimidade dos presentes o projeto teve sua análise prorrogada para **08.07.2025**. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. **40 –** Análise do **protocolo 19.783 (SEI 013.00002576/2025-56)** referente ao Loteamento "Tsuru Residence", no Município de Bastos, tendo como interessado Tsuru Incorporadora Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e o Representante da Sabesp aprovou o projeto. **41 –** Análise do **protocolo 19.784 (SEI 013.00002662/2025-69)** referente ao Loteamento "Residencial Santa Rita de Cássia", no Município de Descalvado, tendo como interessado Empreendimento Imobiliário Santa Rita de Cássia SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e o Representante da SP Águas aprovou o projeto. **42 –** Análise do **protocolo 19.785 (SEI 013.00002605/2025-80)** referente ao Condomínio "Vale da Floresta", no Município de Brotas, tendo como interessada Maria Luiza Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. **43 –** Análise do **protocolo 19.786 (**prazo**) (SEI 013.00002637/2025-85)** referente ao Loteamento "Residencial Novo Parque Universitário", no Município de Assis, tendo como interessada Interquali Construtora e Incorporadora Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. **44 –** Análise do **protocolo 19.787 (SEI 013.00002752/2025-50)** referente ao Loteamento "Residencial Riciéri Primo", no Município de Boituva tendo como interessado Loteamento Residencial Riciéri Primo SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas e o Representante da Sabesp aprovou o projeto. **45 –** Análise do **protocolo 19.813 (SEI 013.00003346/2025-12)** referente ao Loteamento "Residencial Monte Carlo", no Município de Boituva, tendo como interessado o Cristo Empreendimento Imobiliário e Engenharia Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp apresentaram exigências técnicas. **46 –** Análise do **protocolo 19.814 (SEI 013.00003355/2025-03)** referente ao Loteamento "Residencial Hélio Paulo Primiano", no Município de Matão, tendo como interessada AMADEH Associação Matonense de Desenvolvimento Habitacional. Após discussão o Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação apresentou exigências técnicas e o da Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo considerou o projeto aprovado. **47 –** Análise do **protocolo 19.816 (SEI 013.00003382/2025-78)** referente ao Loteamento "Residencial Sylvio Barbosa", no Município de Guaratinguetá, tendo como interessado Reinaldo Antônio Monteiro Barbosa. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo apresentaram exigências técnicas. **48 – Assuntos Gerais: 01 –** Análise das Exigências Técnicas (prazo) do **protocolo 18.950 (SEI 013.00000165/2025-26)** referente ao Loteamento "Gran Reserva Boituva", no Município de Boituva, tendo como interessado Gran Reserva Boituva Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Após discussão os Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, da SP Águas, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e da Sabesp consideraram o projeto aprovado. O Certificado de Aprovação Digital foi emitido com o número **197/2025. Correspondência Recebida e Analisada pelo Colegiado: 01** – TAMRI RJ Participações S/A. **Protocolo 17.667 (SEI 013.00001821/2024-27)**. Pindamonhangaba. Solicita **continuidade** da análise para entrega das exigências técnicas fora do prazo regimental emitidas pela SDUH e Sabesp. Protocolo aprovado pela SP Águas e Cetesb, em reunião de **04.06.2024**. Ata publicada no Diário Oficial em **18.06.2024**: O Colegiado entendeu pelo **deferimento** da solicitação. O interessado deverá entregar a documentação em até 30 (trinta) dias sob pena de cancelamento do processo. **Correspondência Recebida e Analisada pela Presidência em Conformidade com a Nota Técnica do GRAPROHAB nº 02/2.022, Item 5.1: 1 –** Companhia Fazenda Acarau. **Protocolo 17.280** – **013.00006485/2024-17 –** Bertioga. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH, SP-Águas, Cetesb e da Sabesp emitidas em reunião de 11.03.2025: Pedido deferido. **2 –** Loteamento Pilatti Alambari SPE Ltda. **Protocolo 17.794** – **013.00000102/2025-70 –** Alambari. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da SP-Águas. Protocolo aprovado pela Cetesb e da Sabesp em reunião de 15.04.2025: Pedido deferido. **3 –** Marostica Incorporações SPE Ltda. e Outros. **Protocolo 19.368** – **013.00004818/2024-65 –** Presidente Prudente. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da Cetesb. Protocolo aprovado pela SP-Águas e Sabesp em reunião de 17.09.2024: Pedido deferido. **4 –** Projetare Empreendimentos Imobiliários Ltda. **Protocolo 19.487** – **013.00006620/2024-16 –** Serra Negra. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH, Cetesb e Sabesp em reunião de 17.12.2024: Pedido deferido. **5 –** Belucci & Carvalho Empreendimentos Imobiliários Ltda. **Protocolo 19.597** – **013.00008382/2024-83 –** Glicério. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da Cetesb. Protocolo aprovado pela SP-Águas e Sabesp em reunião de 01.04.2024: Pedido deferido. **6 –** ED3 Empreendimentos e Participações Ltda. **Protocolo 19.621** – **013.00000313/2025-11 –** Birigui. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da Cetesb. Protocolo aprovado pela SP-Águas em reunião de 18.03.2025: Pedido deferido. **7 –** Lavvi Luxemburgo Empreendimentos Imobiliários Ltda. **Protocolo 19.640 – 013.00000468/2025-491 –** São Paulo. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da Cetesb. Protocolo aprovado pela Sabesp em reunião de 25.03.2025: Pedido deferido. **8 –** Condomínio Eco Garden Dracena SPE Ltda. **Protocolo 19.644** – **013.00000721/2025-64 –** Dracena. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da Cetesb. Protocolo aprovado pela SP-Águas em reunião de 01.04.2025: Pedido deferido. **9 –** Empreendimento Imobiliário Residencial Castanheiras SPE Ltda. **Protocolo 19.648** – **013.00000747/2025-11 –** Corumbataí. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da Cetesb emitidas em reunião de 01.04.2025: Pedido deferido. **10 –** Além dos Sonhos Participações e Empreendimentos Ltda. **Protocolo 19.668** – **013.00000911/2025-81 –** Ilha Solteira. Solicita prorrogação de prazo para entrega das exigências técnicas da SDUH e da Cetesb. Protocolo aprovado pela SP Águas em reunião de 08.04.2025: Pedido deferido. **Correspondência Recebida/Expediente: 01** - Através do peticionamento **SEI 013.00003145/2025 - 15** e por solicitação do Interessado Emais Urbanismo 211 Ltda. fica cancelado o **Protocolo 18.460 com Certificado 371/2023,** Loteamento denominado "Eplatz" localizado no município de Pitangueiras. **02** - Através do peticionamento **SEI 013.00003376/2025 - 11** e por solicitação do Interessado F. A. Oliva & Cia Ltda. fica cancelado o **Protocolo 15.646 com Certificado 125/2020,** Condomínio denominado "Residencial Self Ribeirão" localizado no município de Ribeirão Preto. **Análise de alterações em protocolos já certificados: 01 – Expediente 134/25. Nº SEI 013.00002470/2025-52.** Protocolo **16.648** – Loteamento "Reserva da Serra do Itapety Etapas 2, 4 e 6", Mogi das Cruzes – SP. Solicitação de Análise de Projeto Modificativo. SPÁGUAS solicitou prazo adicional de 28 dias para conclusão da análise, Exigências Técnicas da SDUH e CETESB. **02 – Expediente 169/25. Nº SEI 013.00003376/2025-11.** Protocolo **15.646** – Condomínio "Residencial Self Ribeirão", Ribeirão Preto – SP. Solicitação de Cancelamento – Informar se existem pendências. Aprovado pela CETESB, não há pendências junto ao órgão. **03 – Expediente 170/25. Nº SEI 013.00003340/2025-37.** Protocolo **17.520** – Loteamento "Residencial Dallas", Votorantim – SP. Solicitação de Revalidação do Certificado. Aprovado pela CETESB, implantação iniciada, o Certificado nº 232/2022 permanece válido. **Foi dado ao Colegiado conhecimento das análises dos expedientes efetuadas pela área técnica do GRAPROHAB: 1 – Expediente 0022/2025 – D,** AQA Vitta Residencial 142 SPE Ltda., Condomínio, no Município de Taquaritinga: Indeferido. **2 – Expediente 0189/2025 – D,** Concreta Obra Bahia SPE Ltda., Condomínio, no Município de Cotia: Deferido. **3 - Expediente 0190/2025 – D,** A. Yoshii Engenharia e Construções Ltda., Condomínio, no Município de Campinas: Deferido. **4 – Expediente 0328/2025 – D,** SPE Urben 16 Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Condomínio, no Município de Ribeirão Preto: Deferido. **5 – Expediente 0339/2025 – D,** Labutare Construtora e Incorporadora Ltda., Condomínio, no Município de Mogi das Cruzes: Deferido. **6 – Expediente 0351/2025 – D,** MMH Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda., Desmembramento, no Município de São Paulo: Deferido. **7 – Expediente 0361/2025 – D,** Helou Administração e Participações S/A; Aoun Administração e Participações S/A; Rached Administração e Participações S/A, Condomínio, no Município de Campinas: Deferido. **8 – Expediente 0362/2025 – D,** MRV Prime LXIV Incorporações Ltda., Condomínio, no Município de Campinas: Deferido. **9 – Expediente 0363/2025 – D,** Donizete Adão Zanardi e Sandra Garcia de Souza Zanardi, Desdobro, no Município de Paulínia: Indeferido. **10 – Expediente 0365/2025 – D,** HM Tower Engenharia e Construções Ltda., Condomínio, no Município de Botucatu: Deferido. **11 – Expediente 0366/2025 – D,** CBR 018 Empreendimentos Imobiliários Ltda., Condomínio, no Município de São Paulo: Deferido. **12 – Expediente 0369/2025 – D,** GR 3 Embu Assessoria Empresarial e Imobiliária Ltda., Condomínio, no Município de Embu das Artes: Indeferido. **13 – Expediente 0370/2025 – D,** Sou Mais Suzano Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Condomínio, no Município de Suzano: Indeferido. **14 – Expediente 0371/2025 – D,** Bassitt N Paulista Incorporação e Empreendimento Imobiliário Ltda., Desmembramento, no Município de Neves Paulista: Indeferido. **15 – Expediente 0372/2025 – D,** Greenpark Residence SPE Ltda., Condomínio, no Município de Diadema: Indeferido. **16 – Expediente 0374/2025 – D,** Lake Louise Empreendimento Imobiliário SPE Limitada, Condomínio, no Município de Campinas: Indeferido. **17 – Expediente 0377/2025 – D,** Riverside Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., Condomínio, no Município de Ribeirão Preto: Indeferido. **18 – Expediente 0378/2025 – D,** Nostra Terra SPE Ltda., Desmembramento, no Município de Paulínia: Indeferido. **19 – Expediente 0385/2025 – D,** CCISA170 Incorporadora Ltda., Condomínio, no Município de São Paulo: Indeferido. Nada mais a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a Sessão.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

COMUNICADO, DE 20 DE JUNHO DE 2025

Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiáveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas. Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no SIAFEM.

UGF 080001 - TESOURO DO ESTADO

PDS a serem pagas

080001

Data: 20/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080289	2025PD02132	925,81
Total		925,81
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080296	2025PD01222	5.000,00
Total		5.000,00
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080324	2025PD01208	3.638,02

Total		3.638,02
Total Geral		9.563,83

UGF 080050 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

PDS a serem pagas

080050

Data: 20/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080261	2025PD00446	11.302,24
080261	2025PD00465	13.069,74
Total		24.371,98
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080262	2025PD00399	8.393,02
080262	2025PD00402	375,59
Total		8.768,61
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080263	2025PD00359	11.597,98
080263	2025PD00360	5.343,89
Total		16.941,87
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080264	2025PD00567	11.042,39
080264	2025PD00568	5.691,32
Total		16.733,71
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080265	2025PD00448	2.596,92
Total		2.596,92
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080266	2025PD00481	8.959,10
080266	2025PD00499	11.742,02
Total		20.701,12
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080267	2025PD00473	13.188,10
080267	2025PD00476	4.371,00
Total		17.559,10
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080268	2025PD00598	6.576,88
Total		6.576,88
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080269	2025PD00421	20.111,01
080269	2025PD00423	3.196,40
Total		23.307,41
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080270	2025PD00492	2.208,55
080270	2025PD00493	12.886,86
080270	2025PD00509	77,35
Total		15.172,76
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080272	2025PD00383	9.028,15
080272	2025PD00397	20.123,27
Total		29.151,42
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080273	2025PD00438	12.213,54
Total		12.213,54
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080274	2025PD00841	1.327,07
080274	2025PD00851	10.013,39
Total		11.340,46
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080275	2025PD00766	9.903,37
080275	2025PD00777	4.484,90
Total		14.388,27
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080276	2025PD00427	1.971,95
080276	2025PD00433	7.160,55
Total		9.132,50
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080279	2025PD00779	2.739,99
Total		2.739,99
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080280	2025PD00630	2.897,18
080280	2025PD00635	3.164,00
Total		6.061,18
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080284	2025PD00391	4.098,35
080284	2025PD00434	6.540,55
Total		10.638,90
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080285	2025PD00665	5.959,51
080285	2025PD00666	11.770,37
Total		17.729,88
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080287	2025PD00723	2.659,89
Total		2.659,89

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080289	2025PD02093	673,77
080289	2025PD02269	4.495,97
Total		5.169,74
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080291	2025PD00581	1.367,28
Total		1.367,28
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080295	2025PD01281	2.740,42
Total		2.740,42
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080296	2025PD01193	3.379,33
Total		3.379,33
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080297	2025PD01434	1.679,07
080297	2025PD01509	8.331,12
080297	2025PD01510	150,52
Total		10.160,71
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080302	2025PD00715	11.254,01
080302	2025PD00722	75,26
Total		11.329,27
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080306	2025PD01066	3.756,38
080306	2025PD01067	1.495,00
Total		5.251,38
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080307	2025PD00996	3.292,25
Total		3.292,25
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080308	2025PD01532	9.897,08
Total		9.897,08
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080309	2025PD01491	8.063,08
Total		8.063,08
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080310	2025PD00925	2.257,86
Total		2.257,86
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080311	2025PD01911	339,02
Total		339,02
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080313	2025PD01091	6.436,08
080313	2025PD01380	75,41
Total		6.511,49
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080316	2025PD02140	9.746,19
Total		9.746,19
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080320	2025PD01318	4.235,35
080320	2025PD01319	50,77
Total		4.286,12
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080322	2025PD01132	3.267,62
080322	2025PD01137	1.464,65
Total		4.732,27
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080323	2025PD01101	516,48
Total		516,48
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080324	2025PD01121	9.129,67
Total		9.129,67
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080325	2025PD01284	4.168,44
Total		4.168,44
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080326	2025PD00741	994,96
080326	2025PD00752	5.915,53
Total		6.910,49
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080328	2025PD00512	364,36
Total		364,36
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080329	2025PD01991	7.468,55
Total		7.468,55
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080331	2025PD01576	1.532,99
Total		1.532,99
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080333	2025PD00955	1.227,30
080333	2025PD01188	3.060,66
Total		4.287,96
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080336	2025PD01592	1.185,97

080336	2025PD01672	11.357,87
Total		12.543,84
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080337	2025PD00691	36,00
080337	2025PD00694	281,06
Total		317,06
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080338	2025PD01316	11.238,00
080338	2025PD01545	4.145,41
Total		15.383,41
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080339	2025PD00594	3.495,97
Total		3.495,97
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080340	2025PD00917	313,67
Total		313,67
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080342	2025PD01088	2.235,19
Total		2.235,19
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080343	2025PD00701	14.854,71
Total		14.854,71
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080345	2025PD01322	5.917,27
Total		5.917,27
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080346	2025PD01093	5.881,13
080346	2025PD01130	1.602,93
Total		7.484,06
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080347	2025PD01612	3.388,90
Total		3.388,90
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080348	2025PD00827	4.697,72
080348	2025PD00881	109,87
Total		4.807,59
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080351	2025PD01067	1.941,15
080351	2025PD01072	2.117,79
Total		4.058,94
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080352	2025PD00639	3.320,88
Total		3.320,88
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080287	2025PD00723	2.659,89
Total		2.659,89
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080310	2025PD00925	2.257,86
Total		2.257,86
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080339	2025PD00594	3.495,97
Total		3.495,97
Total Geral		478.224,03

UGF 080040 - FDO.MANUT.DESENV.ENS.FUND.VALOR.MAGIST.FUNDEB

PDS a serem pagas

080040

Data: 20/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080261	2025PD00464	633.004,41
Total		633.004,41
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080262	2025PD00405	664.590,38
Total		664.590,38
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080263	2025PD00361	677.729,85
Total		677.729,85
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080264	2025PD00569	935.629,22
080264	2025PD00596	26.368,40
Total		961.997,62
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080265	2025PD00447	849.973,51
Total		849.973,51
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080266	2025PD00498	679.558,15
Total		679.558,15
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080267	2025PD00474	795.795,58
080267	2025PD00496	9.464,34
Total		805.259,92
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080268	2025PD00595	641.098,24

Total		641.098,24
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080269	2025PD00422	893.096,42
Total		893.096,42
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080270	2025PD00491	723.779,45
Total		723.779,45
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080272	2025PD00380	3.978,29
080272	2025PD00388	1.179.696,34
080272	2025PD00395	9.922,18
Total		1.193.596,81
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080274	2025PD00852	503.628,17
Total		503.628,17
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080275	2025PD00782	785.589,12
Total		785.589,12
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080276	2025PD00425	756.158,05
Total		756.158,05
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080279	2025PD00780	342.212,31
Total		342.212,31
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080283	2025PD00706	55.371,35
Total		55.371,35
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080284	2025PD00390	619.032,88
Total		619.032,88
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080285	2025PD00664	741.885,54
Total		741.885,54
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080287	2025PD00724	228.907,74
Total		228.907,74
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080288	2025PD00619	727.548,15
Total		727.548,15
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080289	2025PD01853	41.291,41
080289	2025PD01965	59.017,58
Total		100.308,99
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080291	2025PD00570	6.027,56
Total		6.027,56
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080295	2025PD01285	106.801,13
Total		106.801,13
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080296	2025PD01141	12.780,33
Total		12.780,33
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080297	2025PD01490	3.033,40
080297	2025PD01491	367.262,07
080297	2025PD01521	47.076,18
Total		417.371,65
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080300	2025PD01765	1.498,47
Total		1.498,47
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080301	2025PD00743	196.424,56
080301	2025PD00744	25.059,43
080301	2025PD00745	10.224,27
Total		231.708,26
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080305	2025PD01073	19.196,63
Total		19.196,63
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080306	2025PD01068	84.841,00
Total		84.841,00
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080307	2025PD00991	19.903,48
080307	2025PD00994	173.286,29
080307	2025PD01001	240.454,96
Total		433.644,73
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080308	2025PD01533	84.054,50
Total		84.054,50
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080309	2025PD01593	160.385,03
Total		160.385,03
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080310	2025PD00926	11.070,87
080310	2025PD00927	47.656,71
Total		58.727,58
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080311	2025PD01910	75.802,89
Total		75.802,89
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080313	2025PD01348	18.228,76
080313	2025PD01381	29.234,16
Total		47.462,92
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080316	2025PD02229	42.380,17
080316	2025PD02230	14.951,95
Total		57.332,12
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080317	2025PD01260	17.947,27
Total		17.947,27
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080320	2025PD00951	38.131,29
080320	2025PD01264	4.120,99
080320	2025PD01266	31.987,96
Total		74.240,24
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080321	2025PD01866	20.315,74
Total		20.315,74
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080322	2025PD01136	77.714,89
Total		77.714,89
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080323	2025PD01099	41.166,60
080323	2025PD01100	14.701,13
Total		55.867,73
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080324	2025PD01185	20.322,59
Total		20.322,59
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080325	2025PD01360	30.592,41
Total		30.592,41
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080326	2025PD00739	148.900,86
Total		148.900,86
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080328	2025PD00589	44.599,06
Total		44.599,06
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080331	2025PD01579	134.612,72
Total		134.612,72
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080333	2025PD00917	20.423,63
080333	2025PD01190	38.956,52
Total		59.380,15
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080335	2025PD01542	1.881,78
Total		1.881,78
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080336	2025PD01640	160.696,18
Total		160.696,18
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080338	2025PD01419	3.328,30
080338	2025PD01543	246.769,69
080338	2025PD01544	23.762,89
080338	2025PD01546	22.617,57
Total		296.478,45
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080339	2025PD00595	15.639,28
080339	2025PD00596	182.995,84
Total		198.635,12
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080340	2025PD00916	154.254,62
080340	2025PD01225	9.629,19
Total		163.883,81
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080342	2025PD01089	19.377,82
080342	2025PD01090	3.071,41
Total		22.449,23
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080345	2025PD01320	5.091,13
Total		5.091,13
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080348	2025PD00796	98.287,78
Total		98.287,78
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080351	2025PD00767	48.387,48
080351	2025PD01068	49.804,37
Total		98.191,85
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080352	2025PD00545	15.526,47
080352	2025PD00632	26.298,23
Total		41.824,70
Total Geral		17.153.875,55

COMUNICADO, DE 20 DE JUNHO DE 2025

Considerando;

As disposições do artigo 5º e do inciso III, do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;

Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;

A necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme artigo 116 da instrução nº 01/2020 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do

Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, relaciona(m)-se a seguir as Pd´s impedidas de pagamentos devido os credores estarem registrados no CADIN Estadual.

UGF 080001 - TESOURO DO ESTADO

080001

Data: 20/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080320	2025PD01125	18,90
080320	2025PD01124	400,00
Total		418,90
Total Geral		418,90

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Em obediência ao disposto no artigo 5º da Lei Federal 8666/93 e na Resolução 5/97, de 24-4-97, publicada em 10-5-97, do Tribunal de Contas do Estado, indicamos, a seguir, os pagamentos necessários que devem ser providenciados de imediato, pelo fato de envolverem despesas inadiáveis e imprescindíveis, pelo regime de adiantamento (material de consumo, despesas miúdas e de pronto pagamento, transportes, diárias, aquisição de combustíveis e bolsas de estudos), fornecedores, serviços de terceiros e de utilidade pública, indispensáveis para o bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas. Tais pagamentos, consideradas as excepcionalidades de cada caso, estão sendo autorizados independentemente da ordem cronológica de sua inscrição no SIAFEM.

UGF 080001 - TESOURO DO ESTADO

PDS a serem pagas

080001

Data: 23/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080332	2025PD02182	10.872,28
Total		10.872,28
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080332	2025PD02183	7.171,64
Total		7.171,64
Total Geral		18.043,92

UGF 080050 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

PDS a serem pagas

080050

Data: 23/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080281	2025PD00622	15.849,96
Total		15.849,96
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080286	2025PD00936	4.827,19
Total		4.827,19
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080351	2025PD01073	58,37
Total		58,37
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080283	2025PD00738	3.049,17
Total		3.049,17
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080304	2025PD01213	4.592,10
Total		4.592,10
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080314	2025PD01280	3.394,48
Total		3.394,48
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080332	2025PD02181	13.440,98
Total		13.440,98
Total Geral		45.212,25

UGF 080040 - FDO.MANUT.DESENV.ENS.FUND.VALOR.MAGIST.FUNDEB

PDS a serem pagas

080040

Data: 23/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor

080283	2025PD00739	23.351,27
Total		23.351,27
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080286	2025PD00938	212,44
080286	2025PD00939	2.794,10
080286	2025PD00940	268.947,01
080286	2025PD00989	64.829,36
Total		336.782,91
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080304	2025PD01214	97.334,20
Total		97.334,20
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080314	2025PD01275	115.505,68
Total		115.505,68
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080318	2025PD00943	9.856,35
Total		9.856,35
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080319	2025PD01166	6.025,78
Total		6.025,78
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080332	2025PD02180	1.025.031,48
Total		1.025.031,48
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080334	2025PD00860	10.416,11
080334	2025PD00861	99.426,68
Total		109.842,79
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080338	2025PD01547	5.114,25
080338	2025PD01548	5.082,46
Total		10.196,71
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080347	2025PD01653	1.736,80
Total		1.736,80
Total Geral		1.735.663,97

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Considerando;

As disposições do artigo 5º e do inciso III, do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993;

Os termos do artigo 6º da Lei Estadual 12.799/2008;

A necessidade de justificar as alterações ocorridas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme artigo 116 da instrução nº 01/2020 - Área Estadual, do Tribunal de Contas do

Estado e, de modo a preservar a integridade da Ordem Cronológica a ser observada pela Unidade Gestora, relaciona(m)-se a seguir as Pd´s impedidas de pagamentos devido os credores estarem registrados no CADIN Estadual.

UGF 080050 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO

080050

Data: 23/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080358	2025PD48867	9.776,67
Total		9.776,67
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
080302	2025PD00664	5.263,98
Total		5.263,98
Total Geral		15.040,65

UGF 080040 - FDO.MANUT.DESENV.ENS.FUND.VALOR.MAGIST.FUNDEB

080040

Data: 23/06/2025

UG Liquidante	Número da Pd	Valor
80326	2025PD00676	4.550,23
80326	2025PD00677	78,09
Total		4.628,32
UG Liquidante	Número da Pd	Valor
80343	2025PD00662	5.682,38
80343	2025PD00663	11.198,12
80343	2025PD00664	4.427,38
80343	2025PD00665	2.140,61
80343	2025PD00666	3.432,52
80343	2025PD00699	15.181,00
Total		42.062,01
Total Geral		46.690,33

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CENTRO DE LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Convocamos o representante legal da **CONFRUTY ALIMENTOS LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preços 33/CISE/2025 - **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS - HORTIFRUTIS**, para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, celebre o Termo de Contrato via Sistema SEI.

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Convocamos o representante legal da **MM BRASIL ALIMENTOS LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preços 25/CISE/2025 - **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS - HORTIFRUTIS**, para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, celebre o Termo de Contrato via Sistema SEI.

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Convocamos o representante legal da **ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE MIRACATU - ABAM**, detentora da Ata da Chamada Pública 020/CP/2023 - **DOCE EM MASSA DE BANANA**, para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, celebre o Termo de Contrato via Sistema SEI.

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Convocamos o representante legal da Massas Alimentícias Da Roz Ltda, detentora da Ata de Registro de Preços 03/CISE/2025 - Massa de sêmola com ovos tipo parafuso, para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, celebre o Termo de Contrato via Sistema SEI.

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Convocamos o representante legal da **Home Brand Indústria de Alimentos Ltda**, detentora da Ata de Registro de Preços 10/CISE/2025 - Biscoito doce maisena EI, para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, celebre o Termo de Contrato via Sistema SEI.

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Convocamos o representante legal da **J.J COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preços 16/CISE/2025 - **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS – HORTIFRUTIS**, para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, celebre o Termo de Contrato via Sistema SEI.

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Convocamos o representante legal da **TROPICAL DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preços 32/CISE/2025 - **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS – HORTIFRUTIS**, para que no prazo de 05 (cinco) dias corridos, celebre o Termo de Contrato via Sistema SEI.

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TERMOS Nº 80, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO

Celebração de Termo de Compromisso objetivando execução de ações no âmbito do eixo de "materiais didáticos e pedagógicos, tecnologias educacionais e educação inclusiva" do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP.

Parecer CJ/SE nº 1158/2021, emitido em 13 de dezembro de 2021

Parecer CJ/ SE nº 219/2022, emitido em 31 de março de 2022

Cota CJ/SE nº 63/2025, emitido em 06 de março de 2025

Fundamento Legal: Lei Estadual nº 17.414, de 23 de setembro de 2021, Decreto Estadual nº 66.177, de 27 de outubro de 2021, a Resolução SEDUC nº 138, de 10 de dezembro de 2021 e a Resolução SEDUC nº 140, de 16 de dezembro de 2021.

Objeto: Execução de ações no âmbito do eixo de "materiais didáticos e pedagógicos, tecnologias educacionais e educação inclusiva" do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP.

Recursos Financeiros: O presente Termo de Compromisso não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

Prazo de vigência: O presente Termo de Compromisso vigorará por 60 (sessenta) meses, a contar da data da assinatura deste instrumento, com início em 18/06/2025 e o término em 17/06/2030.

O presente Termo de Compromisso não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

Data da assinatura: 18/06/2025

Partícipes: Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO e o Municípios paulistas a seguir:

Demanda	Município	Processo
81635	PREFEITURA MUNICIPAL DE ECHAPORÃ	SEDUC-PRC-2024-03292-DM
81648	PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA	SEDUC-PRC-2024-03305-DM
81653	PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMOPOLIS	SEDUC-PRC-2024-03334-DM
81686	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDOPOLIS	SEDUC-PRC-2024-03280-DM
81706	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAI	SEDUC-PRC-2024-03283-DM

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO CENTRO-SUL

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino Região Centro Sul, notifica o Docentes contratados, abaixo relacionados, nos termos da LEI COMPLEMENTAR N° 1.093, DE 16 DE JULHO DE 2009, atualizada pela Lei Complementar n° 1.395, de 22/12/2023, acerca dos seguintes acontecimentos que passamos a expor.

Em razão do docente notificado ter incorrido na inobservância do que está previsto no inciso IV do artigo 8º da LEI COMPLEMENTAR N° 1.093, DE 16 DE JULHO DE 2009 atualizada pela Lei Complementar n° 1.395, de 22/12/2023, em que o contrato celebrado nos termos desta lei complementar extinguir-se-á antes do término de sua vigência por descumprimento de obrigação legal ou contratual por parte do contratado e na Resolução SEDUC 95 de 7 de novembro de 2025 que, como regra de Atribuição ao longo do ano, no §6° do Artigo 45 define: "§6° - O docente contratado para atuação eventual ou com atribuição inferior a 20 (vinte) aulas, ou ainda, em interrupção de exercício, que no período de 1 (um) mês, não manifestar interesse na SED, poderá ter a extinção contratual, nos termos da legislação pertinente."

Desse modo, informamos ao notificado que passa a correr a partir da data de ciência desta notificação, o **prazo de três dias úteis**, para apresentação de sua defesa com o motivo da não manifestação de interesse, desde o início do ano, **advertindo ainda acerca da possibilidade de rescisão contratual nos termos da legislação citada**, conforme o disposto no § 3° do Artigo 8º da LC nº 1093/2029.

A defesa deverá ser protocolada no Setor de Protocolo da Diretoria de Ensino – Centro Sul, a Rua Dom Antônio Galvão 95, São Paulo, SP, 04123-040.

NOME DO DOCENTE	RG	DI
ADEMIR LOURENCO DOS SANTOS	19154296	1
ADMO SOBRAL GALAO	27668909	2
ADRIANA BEATRIZ C DE ALMEIDA	19983858	1
AGENOR CARVALHO JUNIOR	27675175	1
ALCILENE RODRIGUES	16994035	1
ALEX ZAPAROLI	30764934	3
ALEXANDRE ROBERTO GONÇALVES TRAJANO DA SILVA	34617240	1
AMANDA CARNEIRO FIGUEIREDO	6405690	1
AMIRIS MARIA SCHULTZ KAHALE	36175918	2
ANA LUCIA CONTI DOS REIS	34848817	1
ANA MARIA PEREIRA BARRETO AMORIM	68855198	2
ANDREA CRISTINA GALINDO	22310807	1
BLANDINA MARIA SOUZA SILVA	17585833	1
CAMILA BEATRIZ MORAES CONTRUCCI DE SOUZA	33921413	1
CAMILA DA SILVA	44775607	2
CAROLINA MARCELLO BULGARELLI	46833251	1
CAROLINE DE OLIVEIRA LOPES	37104455	1
CAUE FERNANDES	37965457	1
CELIA FREITAS BRAZ NOGUEIRA	8655796	3
CLAUDIA FERREIRA AZARA	45585221	1
DANIELE DE MOURA JACOB TELES	42099162	1
DAYANE APARECIDA DA SILVA SANTOS	45515706	1
DIEGO GOMIERO CAVALHERI	39105481	1
DIEGO SOUZA GONZAGA DOS SANTOS	39633356	1
DIMITRI BERGAMANN VIEIRA	4841277	1
EDNER MORELLI	28871651	2
ELENI LORENZINI	14071504	2
ELISABETE MARQUES VIDEIRA	29739974	1
EUGENIO BELO DA SILVA	19148290	2
FABIO ARRABAL FERNANDEZ JABBOUR	50041290	1
FERNANDA EVELYN SANTOS VIANA	1814659	1
FLAVIA LIMA LOPES DE OLIVEIRA	41944346	1
FRANCISCO HONORIO PEREIRA JUNIOR	15611730	2
GETULIO DANIEL DA SILVA	15549557	1
GILSON SOUZA FURUGUEM JUNIOR	46918111	1
GIOVANA TOSCANO SAITO	50940335	1
GIOVANNA DE SIQUEIRA SOUZA	57334064	1
GLAUBER ORMUNDO DIAS MARTINS	35009837	1
GLAUCIA DE PAULA PINHEIRO	23474873	1
GUILHERME DE OLIVEIRA FAZZI	37680612	1
GUILHERME GARCIA PEIXINHO	52286039	2
GUILHERME PEREIRA ARROCETO	46322049	1
GUILHERME ZECCHIN BERNI	39163739	1
HELENA LUCAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	47078575	1
HENRIQUE NUNES DE ALMEIDA	47201237	1
HENRIQUE ROCHA DO NASCIMENTO	39984369	1
IAGO NUNES DOS SANTOS	38061115	1
ISABEL CRISTINA GRAZIANI	20500007	1
ISABELLE BIANCA GOIS	46205279	1
IZABEL CRISTINA MONTAGNINI VILARUBIA	16657974	2
JAQUELINE FIGUEIRO MADRUGA	49320847	1
JEFERSON LINHARES TEIXEIRA	5,1E+08	1
JHONATAS AGUIAR COSTA	49598063	1
JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	1224102	1
JORGE HENRIQUE SILVA LEITE DE SOUZA RIBEIRO	36574132	1
JOSE JARLIO DANTAS DE LIRA	47047919	1
JOSÉLIAS SANTOS DA SILVA	53183423	1
JOSILENE QUIRINO ALVES DA SILVA	30697160	2
JUDITE MARTINS IRINEU	18070998	2
JULIA RIBEIRO OLIVEIRA MARTINS	49238736	1
JULIANA MARIA MENDES	43739018	3
JULIANA MIDORI SATO	39341914	1
JULIANA MORAES CARLOS	6539047	2
JULIANA SOUSA	44343218	1
KATHILYN ANNE DE SOUSA PEREIRA ROCHA	41286011	1
LEANDRA FERREIRA DOS SANTOS	55233136	1
LELIANE PEREIRA DE CAMARGO	14036522	3
LEONARDO HENRIQUE CRAVO	43862530	1
MARCELO GUERREIRO	20214802	2
MARCIA CRISTINA CERQUEIRA MARQUES	22882695	2
MARCIA PATRICIA MOREIRA	25054559	1
MARCIA RIENZO	15652552	2
MARCONE FRANCISCO DOS SANTOS	32486400	1
MARCUS VINICIUS MAELLO	38115394	1
MARIA EXPEDITA PINHEIRO SILVA	57448753	1
MARIANA CAROLINE ANDRADE	52746092	1

MARIANA PEIXOTO ALVES	58232072	1
MAYARA VIEIRA DOS SANTOS	43503315	1
MIRIAM DO ROSARIO NASCIMENTO DA SILVA	69071656	1
NATASHA FERNANDES	14829821	1
NESILIA MIRANDA DA SILVA	54732137	2
PATRICIA APARECIDA KIMURA TANAKA	25139484	2
PATRICIA APARECIDA PROVANNE FONTANA	22770544	1
PAULA HENRIQUE	48031636	1
PEDRO CARMO SCARLATO	6231571	2
PRISCILA FERNANDES DE SOUZA	38545708	2
RAFAEL DE JESUS FERNANDES GOMES	34712506	2
RAFAELA ADRIANE FARIAS	83203609	1
RICARDO GARCEZ	40141743	1
ROBERTO VAGNER MACIEL CANUTO	25982338	1
ROGER FARIAS DE MELO	35846316	1
SAMUEL DAMACENO DOS SANTOS	38222372	1
SARAH MENDES IAGI	48500278	1
SHUANNY GONÇALVES RAMIRES	2537924	1
SIDNEI BATISTA DE OLIVEIRA	24186645	2
SILVANA MARIA RODRIGUES BAPTISTEI	26803507	1
SOLANGE PAPINI	9403485	1
TATIANE FREITAS DA SILVA	48541308	2
TATIANE TIMOTHEO GOMES SOUZA	34425491	1
THABATA REGINA CARVALHO	36931148	2
THATY GARCIA ANNECHINI	22031583	1
VANDERLEI DA SILVA PINTO	17112256	1
VAUCILENE FERREIRA DE SOUSA	54674741	1
VIRGINIA MARIA VILANI GIL	17745402	1
WENDEL ALMEIDA DA SILVA	39752517	1
WYARA DE SA	40276326	1
YACOV RAPHAEL DO REGO RODRIGUES	49145775	1

PORTARIA DIRIGENTE REGIONAL, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Declarando nos termos da Deliberação CEE 21/2001 e Indicação CEE 15/2001, da Lei Federal 9394/1996, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas "b" e "c" do Inciso II do Artigo 24 e nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual 10.403 de 06 de julho de 1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por:

CAROLINA NEREA GHIONI, RG 70.093.233-1, nascida em 09/11/2003, em Morón/Argentina, mediante estudos realizados em Castelar-Moron/Argentina, no ano letivo de 2021, são equivalentes ao Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de conclusão do ENSINO médio, para fins de prosseguimento de estudos.

NATÁLIA OLIVEIRA PEDRO, RNM B190320-I, nascida em 25/12/2000, em Luanda/Angola, mediante estudos realizados em Luanda/Angola, no período de 2015 a 2017, são equivalentes ao Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de conclusão do ENSINO médio, para fins de prosseguimento de estudos.

MOHAMAD ALI TARRAF BAYDOUN, RG 69.324.320-X, nascido em 28/11/2003, em Beirute/Líbano, mediante estudos realizados em Beirute/Líbano, no período de 2019 a 2022, são equivalentes ao Sistema Brasileiro de Ensino, em nível de conclusão do ENSINO médio, para fins de prosseguimento de estudos.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 1

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 109 DE 23/06/2025.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Deliberação nº 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR sem restrições o Plano Escolar do ano de 2025, da seguinte escola particular

NÚCLEO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO CONVÍVIO

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 110 DE 23/06/2025.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Deliberação nº 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR sem restrições o Plano Escolar do ano de 2025, da seguinte escola particular

COLÉGIO GARCIA YAGO

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 111 DE 23/06/2025.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR com restrições por extemporaneidade o Plano Escolar/2022 da seguinte escola particular:

COLÉGIO MUKAI

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 112 DE 23/06/2025.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR com restrições por extemporaneidade o Plano Escolar/2023 da seguinte escola particular:

COLÉGIO MUKAI

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 113 DE 23/06/2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR com restrições por extemporaneidade o Plano Escolar/2020 da seguinte escola particular:

COLÉGIO MUKAI

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 114 DE 23/06/2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR com restrições por extemporaneidade o Plano Escolar/2021 da seguinte escola particular:

COLÉGIO MUKAI

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 115 DE 23/06/2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Deliberação nº 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR sem restrições o Plano Escolar do ano de 2025, da seguinte escola particular

CENTRO EDUCACIONAL ESPAÇO DO SABER

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 116 DE 23/06/2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Deliberação nº 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR sem restrições o Plano Escolar do ano de 2025, da seguinte escola particular

COLÉGIO CRUZEIRO DO SUL

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 117 DE 23/06/2025.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Deliberação nº 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR sem restrições o Plano Escolar do ano de 2025, da seguinte escola particular

COLÉGIO SOUZA LOPEZ II

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 118 DE 23/06/2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Deliberação nº 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR sem restrições o Plano Escolar do ano de 2025, da seguinte escola particular

COLÉGIO OLIVETANO

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 119 DE 23/06/2025.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 1, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Deliberação nº 138/2016, 143/2016 e 148/2016 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR sem restrições o Plano Escolar do ano de 2025, da seguinte escola particular

COLÉGIO EVOLUÇÃO MAIS

PORTARIA DO DIRETOR DE ESCOLA, DE 18/06/2025

CONVOCANDO:

A Direção da E.E. JULIO DINIS, localizada na rua: Juçaral,170, Bairro Parada XV de Novembro, São Paulo – SP, no uso das suas atribuições convoca o Professor (a) Ester Malgueiro Silva Elorza, RG: 13.322.590-2, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO- CONTRATADO, a comparecer nesta Unidade Escolar, em até três dias úteis, das 08:00 às 17:00 horas, a contar da data desta publicação para tratar de assuntos de seu interesse.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

Instituição da nova Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório de Docentes Ingressantes.

O Dirigente Regional da Diretoria de Ensino Leste 1, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições regulamentares sobre a Avaliação Especial de Desempenho durante o Estágio Probatório, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Institui a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho destinada a avaliar os docentes ingressantes nos cargos de Professor de Ensino Fundamental e Médio, em estágio probatório, nos termos estabelecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - A Comissão de Avaliação Especial de Desempenho será composta pelos seguintes servidores:

E.E. Nabiha Abdalla Chohfi

- Carina Fernandes Salgado – CPF: 308356.538-03 - Diretor de Escola;

- Renata de Paula Guimarães Garcia – CPF: 286.036.508-70 – Coordenador de Gestão Pedagógica;

- Vanessa Ribeiro da Silva – RG: 320.136.038-43 – Vice – Diretor de Escola.

RETIFICAÇÃO DOE

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

RETIFICANDO DOE DE 05/06/2025; 06/06/2025 E 09/06/2025

PORTARIA DO DIRETOR DE ESCOLA, DE 04/06/2025

CONVOCANDO:

A Direção da E.E. José de San Martin, localizada na Rua Delta, nº 79, Bairro União de Vila Nova, no uso das suas atribuições convoca o Professor Marcel Brandão Faveiro, RG 33.786.705 , Categoria O, a comparecer nesta Unidade Escolar, em até três dias úteis, das 8:00 às 16 horas, para tratar de assuntos de seu interesse.

Onde se lê: Marcel Brandão Faveiro

Leia-se: Marcel Brandão Favero

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 2

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 18/06/2025

Convocando, nos termos do inciso I, artigo 12, da Resolução SE-62, de 11-12-2017, os professores com aulas atribuídas no Projeto do Ensino Colaborativo e um CGP/CGPG das unidades escolares abaixo relacionadas, para participarem da Formação da Educação Especial: "As atribuições do professor no Projeto do Ensino Colaborativo"

Data: 24/06/2025 (Terça-feira) Horário: 9h às 17h

Público-alvo: um professor com aulas atribuídas no Projeto do Ensino Colaborativo e um CGP/CGPG.

Local: Diretoria de Ensino da Região Leste 2 – Térreo - Rua Mohamad Ibrahim Saleh, 979 – São Miguel Paulista – São Paulo - SP

Escolas convocadas:

EE Alceu Guerner Gonzalez, Prof.;
EE Antonio de Pádua Vieira;
EE Ataulpho Alves;
EE Balbina Netto Velloso, Profª;
EE Breno Di Grado, Prof.;
EE Caetano Zamitti Mammana, Prof.;
EE Cesar Dacorso Filho, Prof.;
EE Cristina de Castro Paes, Profª;
EE Dario Monteiro de Brito, Prof.;
EE Eliza Rachel Macedo de Souza, Profª;
EE Força Aérea Brasileira;
EE Joaquim Eugênio Lima Neto;
EE José Bustamante, Dep.;
EE José Celestino Bourroul;
EE Luis Ambra, Desembargador;
EE Maria Regina M. Castro Guimarães, Profª;
EE Maria Vera Lombardi Siqueira, Profª;
EE Marília Santos Carvalho de Polillo, Profª;
EE Mattathias Gomes dos Santos, Rev.;
EE Miguel Hidalgo;
EE Nancy de Oliveira Fidalgo, Profª;
EE Neydy de Campos Melges, Prof.;
EE Pedro Geraldo Costa, Deputado;
EE Pedro Moreira Matos, Prof.;
EE Plínio Caiado de Castro, Dr.;
EE Renato Dias de Araújo, Prof.;
EE Rosarita Torkomian, Profª;
EE Rubem Braga, Cronista;
EE Sandra Rodrigues de Oliveira, Profª;
EE Sérgio Paulo Muniz Pimenta, Cap.;
EE Umberto Luiz D'Urso, Dr.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 18/06/2025

Convocando, nos termos do inciso I, artigo 12, da Resolução SE-62, de 11-12-2017, os professores com aulas atribuídas no Projeto do Ensino Colaborativo e um CGP/CGPG das escolas abaixo relacionadas, para participarem da Formação da Educação Especial com a temática "As atribuições do professor no Projeto do Ensino Colaborativo"

Data: 25/06/2025 (Quarta-feira) Horário: 9h às 17h

Público-alvo: um professor com aulas atribuídas no Projeto do Ensino Colaborativo e um CGP/CGPG.

Local: Diretoria de Ensino da Região Leste 2 – Térreo - Rua Mohamad Ibrahim Saleh, 979 – São Miguel Paulista – São Paulo - SP

Escolas convocadas:

EE Adolpho Pluskat, Prof.;
EE Amador dos Santos Fernandes, Prof.;
EE Antonio José de Sucre;
EE Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Prof.;
EE Cândida Rita da Silva Paulo;
EE Henrique Smith Bayma, Dr.;
EE Clóvis René Calabrez, Prof.;
EE Cosme de Faria, Major;
EE Dario de Queiróz, Prof;
EE Eder Bernardes dos Santos, Soldado PM;
EE Eunice Marques de Moura Bastos, Profª.;
EE Francisco Parente;
EE Francisco Pereira de Souza Filho, Prof.;
EE Heckel Tavares;
EE Helio Helene;
EE Hugo Takahashi, Engº;
EE João Batista Vilanova Artigas, Prof.;
EE João Dória, Dep.;
EE Luciane do Espírito Santo, Profª;
EE Manoel de Nóbrega, Deputado;
EE Marcelo Tulman Neto;
EE Maria de Lourdes Vieira;
EE Parque Jardim Helena;
EE Paulo Kobayashi;

EE Pedro Brasil Bandecchi, Prof.;
EE Pedro Viriato Parigot de Souza, Engº;
EE Tércio Moraes Pereira, Rev.;
EE Wilson Rachid;
EE Wilson Roberto Simonini, Prof.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 3

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 200, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino, no uso de suas atribuições convoca as servidora abaixo relacionada, para Trabalhos Estratégicos nesta Diretoria de Ensino Leste 3 nos dias 24, 25, 26 e 27 de Junho de 2025.

Patricia Abgail dos Santos Aroma - RG: 41.490.228-2

Horário: Das 8h às 17h

Rua Isabel Urbina nº 200 – Conjunto José Bonifácio - Itaquera

RETIFICAÇÃO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Retificando publicação de DOE de 23/06/2025 - Portaria da Dirigente de Ensino, Atos Normativos

A Dirigente Regional de Ensino, no uso de suas atribuições convoca as servidora abaixo relacionada,

para Trabalhos Estratégicos nesta Diretoria de Ensino Leste 3 nos dias 17, 18 e 23 de Junho de 2025.

Patricia Abgail dos Santos Amora - RG: 41.490.228-2

Horário: Das 8h às 17h

Rua Isabel Urbina nº 200 – Conjunto José Bonifácio - Itaquera

Onde se lê: Patricia Abgail dos Santos Amora

Leia-se: Patricia Abgail dos Santos Aroma

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 4

ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

DESPACHO DO DIRETOR DE ESCOLA DE 23/06/2025 - ATO DECISÓRIO.

O Diretor da UE abaixo, com base no Artigo 64, Inciso I, do Decreto 17.329/81, combinado com o Artigo 8º do Decreto 41.915/97, expede o seguinte ato:

EE. PROF. JOÃO CAMARGO

Ato decisório nº 723/2025, RAFAEL CARLOS DA SILVA, RG 32.238.111 - 3, Prof. Ens. Fund. II e Med., Geografia na EMEF Rodrigo Mello Franco de Andrade, Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, acumula com o cargo de Professor de Ensino Fundamental e Médio - SQF-I-QM, Ativo, Geografia nesta Unidade Escolar, Acumulação Legal. Processo SEI 015.00524754/2025-49.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 1

PORTARIA Nº 01 - PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO NORTE 1

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Autorizando as horas de estágio supervisionado de:

RAFAEL DA SILVA PEREIRA - RG: 49.196.616-7 – 400 horas na EE JAIR TOLEDO XAVIER.

JOSELICE CONCEIÇÃO SOUZA - RG: 63.965.261-X – 50 horas na EE PROFº JOÃO NOGUEIRA LOTUFO.

DAFFNY SECATTO SILVA – RG: 49.191.882-3 – 50 horas na EE DOUTOR GENÉSIO DE ALMEIDA MOURA.

SABRINA IZABELLE SILVA SOUZA – RG: 50.308.866-3 – 50 horas na EE DOUTOR GENÉSIO DE ALMEIDA MOURA.

PATRICIA DE MORAIS DE OLIVEIRA – RG: 45.705.672-1 – 50 horas na EE DOUTOR GENÉSIO DE ALMEIDA MOURA.

MARISLEI APARECIDA CORREA BENTO – RG: 41.438.662-0 – 100 horas na EE DOUTOR GENÉSIO DE ALMEIDA MOURA.

DANIELLE RAMOS ROCHA – RG: 49.149.989-9 – 50 horas na EE PROFº JULIO CÉSAR DE OLIVEIRA.

PORTARIA Nº 03 - PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO NORTE 1

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

O Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto nº 47.685 de 28/02/2003, e na Resolução SE nº 23 de 20/04/2013, expede a presente portaria.

Artigo 1º - Fica autorizada a cessação da ocupação nas dependências da zeladoria da EE PROF. FRANCISCO FARIA NETO, pelo Senhor(a) JANAINA RODRIGUES JARDIM, RG 30.093.764-7, cargo PROFª. ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO, da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, conforme Termo de Autorização de Uso que integra o Processo nº 015.00497448/2024-41 e observadas as disposições da Resolução nº 23/2013.

Artigo 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA Nº 04 - PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO NORTE 1

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

O Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto nº 47.685 de 28/02/2003, e na Resolução SE n.º 23 de 20/04/2013, expede a presente portaria.

Artigo 1º - Fica autorizado(a) Sr. JOICE KELLY DE MELO AQUINO, RG 33.246.499, cargo Soldado da Polícia Militar da Secretaria Estadual da Segurança Pública de São Paulo, a ocupar as dependências da zeladoria da EE. PROF. MILTON DA SILVA RODRIGUES, Município de São Paulo, conforme Termo de Autorização de Uso que integra o Processo n.º 015.00522905/2025-24, e observadas as disposições da Resolução n.º 23/2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em termo de compromisso devidamente assinado pelo compromitente, pelo diretor da escola e pelo dirigente de ensino.

Artigo 3º - A presente autorização conta com validade por 02 (dois) anos.

Artigo 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA Nº 05 - PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO NORTE 1

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

O Dirigente Regional de Ensino, com fundamento no Decreto nº 47.685 de 28/02/2003, e na Resolução SE n.º 23 de 20/04/2013, expede a presente portaria.

Artigo 1º - Fica autorizado(a) Sr. VIVIANE DE SOUZA JESUS, RG 32.350.898, cargo Agente de Organização Escolar da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, a ocupar as dependências da zeladoria da EE PROF. ANTÔNIO EMÍLIO DE SOUZA PENNA, Município de São Paulo, conforme Termo de Autorização de Uso que integra o Processo n.º 015.00523031/2025-22, e observadas as disposições da Resolução n.º 23/2013.

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em termo de compromisso devidamente assinado pelo compromitente, pelo diretor da escola e pelo dirigente de ensino.

Artigo 3º - A presente autorização conta com validade por 02 (dois) anos.

Artigo 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO NORTE 2

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 232, DE 23 DE JUNHO DE 2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Norte 2 conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e pela Resolução SE 29/12 com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria, para HOMOLOGAR o Plano Escolar para o ano letivo de 2025 das seguintes escolas:

Colégio Cordeiro

Escola Paulista

Colégio Sir Isaac Newton

Colégio Henri Wallon

Colégio Monte Sinai

Colégio Nova Etapa

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 233, DE 23 DE JUNHO DE 2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Norte 2 conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e pela Resolução SE 29/12 com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria, para HOMOLOGAR o Plano Escolar para o ano letivo de 2025 da seguinte escola:

Dell Aringa Colégio de Educação Infantil e Ensino Fundamental

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 234, DE 23 DE JUNHO DE 2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Norte 2 conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e pela Resolução SE 29/12 com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 09/97, Indicação CEE 13/97 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria, para HOMOLOGAR o Plano Escolar para o ano letivo de 2025 da seguinte escola:

Colégio Dell Aringa II

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 235, DE 23 DE JUNHO DE 2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Norte 2, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e Lei 9394/96, Deliberação CEE 10/97, Indicação 09/97, Parecer 67/98, Resolução SE 29/12, com fundamento na Deliberação CEE 138/16 e demais normas vigentes e a vista do protocolo SEI – 015.00177367/2025-17, expede a presente Portaria:

Artigo 1º- Fica aprovado o *Regimento Escolar* para o ano letivo de 2025 da Escola Waldorf Francisco de Assis, situada à Avenida Basiléia, 149 – Lauzane Paulista - São Paulo/SP, CEP 02440-060, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado.

Artigo 2º- A Diretoria de Ensino – Região Norte 2, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 236, DE 23 DE JUNHO DE 2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Norte 2, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e Lei 9394/96, Deliberação CEE 10/97, Indicação 09/97, Parecer 67/98, Resolução SE 29/12, com fundamento na Deliberação CEE 138/16 e demais normas vigentes e a vista do protocolo SEI – 015.00284377/2025-08, expede a presente Portaria:

Artigo 1º- Fica aprovada a alteração do Regimento Escolar para o ano letivo de 2025 do Colégio Emília Ferreiro, situado à Avenida Conceição, 4629 – Jardim Japão - São Paulo/SP, CEP 02135-002, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado.

Artigo 2º- A Diretoria de Ensino – Região Norte 2, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 2

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO EMERGENCIAL PARA ATUAÇÃO EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - RDE

A Dirigente Regional de Ensino da Região Sul 2, torna pública os candidatos elegíveis para atuação em Regime de Dedicação Exclusiva – RDE, nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral, conforme previstos no Decreto nº 66.799, de 31-05-2022, Resolução SEDUC nº 77, de 24-10-2024 e a Resolução SEDUC 93, de 07-11-2024, para o ano letivo de 2025.

EE Bernadete Aaprecida Godoy

Gedeão José da Silva

Loiliane Aparecida Alves

EE Davina Aguiar Dias

Tatiana de Cassia Jorge

EE Eudoro Vilela

Valeria Neves Diniz Feitoza

EE Vicente Leporace

Alice de Lima Moraes

Joaquim Venâncio da Silva Junior

Suely de Fátima Ferreira

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAIEIRAS

PORTARIA Nº 06/2025

Diretoria de Ensino - Região Caieiras

Portaria da Dirigente Regional de Ensino

AUTORIZANDO, nos termos do Decreto nº 47.685 de 28/02/03, obedecendo às condições previstas na Resolução S.E. nº 23/2013, a ocupação das dependências das zeladorias das Unidades Escolares pelos Servidores/Funcionários indicados, conforme relação abaixo:

E. E. ADAIL JARBAS DUCLOS; Interessada: ROSELI ALVES DA SILVA, RG. 25.592.603-0, Pajem – Prefeitura Municipal de Francisco Morato - Processo SEI 015.00487284/2025-25.

E. E. OLINDO DÁRTORA Dr.; Interessada: INGRIDH RAYANE BORGES, RG. 49.565.190, PEB I – Prefeitura Municipal de Mairiporã - Processo SEI 015.00501827/2025-24.

E. E. OZILDE ALBUQUERQUE PASSARELLA – Dr.; Interessada: EDIVÂNIA FERREIRA DE MOURA, RG. 29.415.582-X, PEB II – SEDUC - Processo SEI 015.00467622/2025-11.

E. E. VINCENZO LOBASSI; Interessada: PAULA CAMILA VIEIRA FERREIRA, RG. 5.565.127-7, Soldado PM – SSP- Processo SEI 015.00484035/2025-88.

Esta autorização terá validade por 02 (dois) anos, a partir da publicação.

ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

EDITAL VICE-DIRETOR ESCOLAR, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A E.E. PROFESSOR BUENO DE AZEVEDO FILHO nos termos da Resolução SEDUC nº 52, de 29-06-2022 e art. 1º da Lei Complementar nº1396/2023, torna pública a abertura do período de recebimento de propostas de trabalho e realização de entrevistas para docentes interessados em exercer junto à esta Unidade Escolar a função gratificada de Vice-Diretor Escolar.

I- Disposições Iniciais:

A seleção será por meio da análise de documentos e de entrevistas, observando competência e habilidades, de acordo com o artigo 2º e 3º da Resolução 52/2022. Os candidatos que não forem selecionados neste momento comporão um cadastro reserva na unidade escolar.

II- Do Perfil Profissional E Dos Requisitos Para Designação:

a) entregar proposta de trabalho baseada na Melhoria de Resultados da Unidade Escolar considerando os apontamentos do Painel Escola Total da Unidade Escolar pretendida.

b) possuir competências e habilidades de acordo com a Resolução SEDUC nº 52/2022;

c) entregar documentos que comprovam as exigências para a função, sendo portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

1 - Diploma, devidamente registrado, de licenciatura plena em Pedagogia;

2 - Diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação, com área de concentração em gestão escolar ou gestão educacional; 3 - Certificado de conclusão de curso, de pós-graduação em nível de Especialização, na área de formação de especialista em Educação (Gestão Escolar), com carga horária de, no mínimo, 800 (oitocentas horas).

4 - Caso o docente não possua um dos títulos anteriormente previstos, poderá ser aceito o diploma de licenciatura plena em qualquer componente curricular, acompanhado de certificado de curso com foco na gestão escolar ofertado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" - EFAPE:

● Curso de Formação "Da Educação Integral ao Ensino Integral", com carga horária de 30 horas;

● Curso de Formação "Inova Educação - Formação Básica: Projeto de Vida", com carga horária de 30 horas;

● Curso de Formação "Currículo em Ação (Público-Escola) - Nivelamento", com carga horária mínima de 50 horas.

d) ter, no mínimo, 3 (três) anos de experiência de docência na rede estadual de ensino; e) pertencer, de preferência, à Unidade Escolar em que se dará a designação;

f) carga horária de trabalho – 40 horas semanais a serem distribuídas em todos os

dias da semana, com Adicional de Complexidade de Gestão;

g) participar de orientações presenciais ou à distância, a serem oferecidas pela Secretaria da Educação em nível regional ou central;

h) substituir o Diretor da Unidade Escolar, em seus impedimentos legais, de acordo com o disposto na Resolução SEDUC nº 52/2022.

III - Proposta de Trabalho

A proposta de trabalho deverá estar de acordo com o Plano de Ação da Unidade Escolar, observado o Painel Escola Total.

IV - Entrevista

A entrevista será agendada com vistas ao aprofundamento e/ou elucidação de aspectos contidos na proposta de trabalho apresentada.

V - Documentos

A entrega da proposta de trabalho e os documentos deverão ser acondicionados em um único envelope pardo com a identificação do candidato.

Anexo à proposta de trabalho, o interessado deverá entregar, cópia simples da documentação abaixo relacionada:

a) RG e CPF;

b) Contagem de Tempo Anual (data base 30/06/2024) - fornecida pela escola Sede de Controle de Frequência e datado, carimbado e assinado pela autoridade competente;

c) Diploma ou Certificado e Histórico Escolar de acordo com os itens II deste edital;

d) Currículo Profissional.

VI – Da entrega de proposta

Local: EE PROFESSOR BUENO DE AZEVEDO FILHO

Rua Anhanguera, 430, bairro São José, Francisco Morato/SP

Período de Recebimento de Propostas: de 24/06/2025 a 30/06/2025 das 13h às 19h

Entrevistas: 01/07/2025

VII - Disposições finais

a) As etapas deste processo de seleção não poderão ser feitas por procuração.

b) O Vice-Diretor Escolar cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com intervalo de uma hora para almoço.

c) Uma vez entregue sua proposta de trabalho, o candidato estará ciente e de acordo que, após a realização da entrevista, é de exclusiva decisão dessa Unidade Escolar a indicação do candidato para a função concorrida e de competência do Dirigente Regional de Ensino a homologação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CARAPICUÍBA

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

Portaria do Dirigente Regional de Ensino nº 118– de 23/06/2025

Dispõe sobre Regularização de Vida Escolar

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Carapicuíba, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/19, nos termos da Deliberação CEE 18/86 e Deliberação CEE 122/13, em conformidade com o item 4.1.1, da Indicação CEE 08/86, declara regularizada a vida escolar do estudante: Marcos Vinícius Santos Araújo, R.A. 000113914206-9/SP, 6º ano em 2024, constante no protocolo SEI nº 015.00431572/2025-25, na E.E. Deputado Derville Allegretti.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

Portaria do Dirigente Regional de Ensino nº 119 – de 23/06/2025

Dispõe sobre Processo de homologação do plano escolar da rede particular de ensino 2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Carapicuíba, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e Resolução SE nº 51/2017, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 13/97, Parecer CEE 67/98 e demais normas vigentes, à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria, para HOMOLOGAR o Plano Escolar 2025, constante no protocolo SEI nº 015.00836209/2024-11, da escola abaixo:

- Escola Técnica Vital, Código CIE: 449.520, situada na Rua Benedito Lemos Leite, nºs 152, 168, 176 e 184, Centro, CEP 06717- 160, Cotia, estado de São Paulo, mantida pela Escola Técnica Vital S/S Ltda, CNPJ nº 11.972.586/0001- 72.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

Convocando, nos termos da Resolução SE 62, de 11/12/2017, os servidores das unidades escolares abaixo relacionadas para a orientação técnica: **"Por Dentro do Currículo ANOS INICIAIS"**, a ser realizada no dia 27/06/2025, das 8h às 14h, na sede da Diretoria da Ensino - Região de Carapicuíba, à Rua Bom Jesus do Amparo, 02 – Cohab V – Carapicuíba – SP - 3º andar, sala 301.

I - Público-alvo: Um (01) coordenador de Gestão Pedagógica (CGP)/ Coordenador de Gestão Pedagógica Geral (CGPG) ou Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento (CGPAC), dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

II - Unidades escolares

ADALBERTO MECCA SAMPAIO
ALBERTO KENWORTHY
ALICE MARIA DA SILVA FERREIRA
ANDREI SAKHAROV
ANTÔNIO DE OLIVEIRA GODINHO
APARECIDA DE FÁTIMA SILVA
CECÍLIA DA P. VALENTIN SARDINHA
CELSO PACHECO BENTIN
DIDITA CARDOSO ALVES
DIVA DA CUNHA BARRA
ESMERALDA BECKER FREIRE DE CARVALHO
FABIANA DE QUEIROZ
FLORA STELLA
FRANCISCO RIBEIRO ROSA
IGNEZ DOS SANTOS SILVA
JARDIM SANTA ÂNGELA
JOÃO GARCIA DE HARO
JOSÉ BENÍCIO DOS SANTOS
JOSUÉ MATTOS DE AGUIAR
LUIZ PEREIRA SOBRINHO
MARIA ALICE C. MESQUITA
MARIA MARQUES DE NORONHA
MARIO SALES SOUTO
MARISE DA C. C. DE OLIVEIRA
NIDELSE MARTINS DE ALMEIDA
ODETE ALGODOAL LANZARA
OLIVEIRA RIBEIRO NETO
OSVALDO ELCI
PAULO IDEVAR FERRAREZI
REGINA HALEPIAN ANTUNES
RICARDINA CAMPELO FONSECA RODRIGUES
RICARDO ANTÔNIO PECCHIO
VICTÓRIO FORNASARO
VILA DIRCE II
ZILDA DOMINGOS DE OLIVEIRA

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE DIADEMA

COMUNICADO DO DIRETOR DE ESCOLA, DE 23/06/2025

EE PADRE GREGÓRIO WESTRUPP

Convocando, MARIA APARECIDA MARINHO, RG 15.887.450-X, DI 2, Professor do Ensino Fundamental e Médio, categoria O, para comparecer na EE Padre Gregório Westrupp, sito a Rua Sidney, nº 80 - Taboão - Diadema - SP, no prazo de 24(vinte e quatro) horas a contar da data desta publicação, para tratar de sua vida funcional. O não comparecimento no prazo estipulado acarretará sua extinção contratual, conforme fundamento legal previsto no inciso IV do artigo 8º da L.C. Nº 1.093/2009, atualizada pela L.C nº 1.395/2023, em que o contrato celebrado nos termos desta Lei Complementar, extinguir-se-á antes do término de sua vigência por descumprimento de obrigação legal ou contratual por parte do contratado no §6º do Artigo 45, Resolução SEDUC 95/2025, como regra Atribuição durante o ano.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS NORTE

SEC I - PORTARIA DO DIRETOR DE ESCOLA DE 23/06/2025

O Diretor da E.E PROFESSOR MARCOS HOLANDA ALMEIDA, situada à rua Fraiburgo, 80, jardim São Domingos, Guarulhos, SP, solicita o comparecimento do professor RAFAEL PAIVA STEINER, RG: 3006036, CPF: 129.062.537-90, Professor de Ensino Fundamental e médio, categoria O, na data de 27/06/2025, das 10h às 18h, para tratar de assuntos da sua vida funcional.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE GUARULHOS SUL

PORTARIA DEGSU Nº 841, DE 23 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA DEGSU Nº 841, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

A Sra. Maria Aparecida do Nascimento Barretos, Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Guarulhos Sul, conforme as competências que lhe são atribuídas pelo Decreto nº 64.187/2019,

CONSIDERANDO os documentos constantes ao expediente 015.00526474/2025-75 do processo administrativo que tramita no Sistema Eletrônico de Informações – SEI nº 015.00526158/2025-01;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 264 e 265 da Lei nº 10.261/1968,

DETERMINA:

Artigo 1º – A instauração de apuração preliminar, visando apurar os fatos relacionados a possíveis ilícitos disciplinares contidos no processo em epígrafe.

Artigo 2º – Ficam designados, para a composição da Comissão de Apuração Preliminar, sem prejuízo de suas funções e demais vantagens do cargo, os seguintes servidores:

I – FABIO ROGERIO PORTO, Supervisor Educacional, RG 22.562.652-4;

II – CLEIDE ANTUNES SILVA, Supervisor de Ensino, RG 21.423.239;

III – PATRICIA FONTANELLI SILVA, Supervisor Educacional, RG 22.341.347-1.

Artigo 3º – A Comissão deverá realizar todos os atos necessários ao esclarecimento dos fatos, identificando, se for o caso, a autoria e a materialidade de maneira individualizada, instruindo o procedimento com todos os documentos pertinentes.

Artigo 4º – Findos os trabalhos investigativos, a Comissão deverá apresentar relatório circunstanciado do trabalho realizado e das conclusões alcançadas, opinando fundamentadamente pelo arquivamento, instauração de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar ou, ainda, pela proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme o caso.

Artigo 5º – Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 265, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.261/1968.

Publique-se.

PORTARIA Nº 814, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretora de Ensino Regional Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, convoca um **(01) Coordenador de Gestão Pedagógica - CGP / Coordenador de Gestão Pedagógica Geral - CGPG dos Anos Finais do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio** das escolas (PEI e Parciais) da Diretoria de Ensino Região de Guarulhos Sul**,** para a Orientação Técnica "**VII Formação de CGP/CGPG: Planejamento 2º Semestre",** nos termos do artigo 12, parágrafo 1º da Resolução SE 62/2017 e artigo 10, parágrafo 2 da Resolução 53/2022, como segue:

Público-alvo: Um (01) CGP/CGPG, dos Anos Finais do EF e/ou do Ensino Médio, das escolas (PEI e Parciais).

Data: 27 de junho de 2025

Horário: das 8h às 17h

Local: Auditório da Diretoria de Ensino Guarulhos Sul – Avenida Emilio Ribas, 940, Gopoúva – Guarulhos, São Paulo – CEP 07020010

PORTARIA Nº 840, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Regional Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, convoca os professores abaixo listados**,** para a Orientação Técnica **"Ciências da Natureza: teoria e prática"** nos termos do artigo 12, parágrafo 1º da Resolução SE 62/2017, como segue:

Data: 26/06/2025

Horário: das 8h às 17h

Local: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - Rua Arlindo Béttio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo - SP, CEP 03828-000

Público-alvo:

NOME	RG
Afonso Vicente Cimirro	342756187
Mateus Abner da Silva Lins	50.509.027-2
Simone Queiroz de Oliveira	42.208.792-0
Carmo Cupertino Correa	131795971
José Andeson Souza da Luz	58.867.535-0
Sivaldo Ferreira dos Santos	42.111.417-4
Daiane de Freitas Ramos Muniz	450094704
Elaine Regina Scarlassari Pelissari	24.618.997-6
Amanda Cristina da Silva Lima	46.124.344
Gabriel Carvalho de Oliveira	57.762.859
Evandro Aniceto de Araujo	243297300
Bárbara Salvador Ferreira	37557044-5
Cícero Antônio Alencar	36.734.178-5
Andrea Stahlberg	272631036
Denis Miranda Santos	28296948-2
Giovane Oliveira Gandolfi	37.319.847-4
Peterson Edson de Souza	30120302-7
Philipe Garcia Takahashi	349262536
João Ribeiro Santana	12186117X
Kelly Martins de Lira	403666879
Marisa dos S Caetano de Souza	19289771-8
Geneci Bastos dos Santos	127511349
Rafael Ferreira Mendes	390946904
Adriana Guimarães Trindade	334729658
Marcos Rodrigues Martins	45.583.513-5
Rebecca Ferreira da Silva	7.157.711-1
Renata Maria de Sousa	55539519-4
Ironildo de Melo Ferreira	33058012-7
Rogério Lopes Rodrigues	33167765-9

PORTARIA Nº 842, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, **convoca os professores do Projeto de Apoio à Tecnologia da Informação (PROATI)** para participação na **Orientação Técnica – I FORMAÇÃO PROATI 2025**, nos termos do artigo 12, § 1º da Resolução SE nº 62/2017, conforme segue:

Público-alvo: Professores participantes do Projeto de Apoio à Tecnologia da Informação (PROATI)

Data: 24/06/2025

Horário: Grupo 1: das 08h00 às 12h00

Local: Auditório - Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul

Endereço: Avenida Emílio Ribas, 940, Gopoúva - Guarulhos – SP - Cep: 07020010

ESCOLA	PROFESSOR
ALAYDE MARIA VICENTE PROFA	KELLY RODRIGUES SANTOS
ALICE CHUERY PROFA - PEI	LUCIA DE CASSIA LOUSADA
ANNA LAMBERGA ZEGLIO	JEFFERSON HIROSHI OLIVEIRA SANTOS TAKAMI
ANTONIO DE RE VEREADOR	EMERSON GOMES DA SILVA
ANTONIO VIANA DE SOUZA PROF	ANDRE MATOS DE OLIVEIRA
ARY GOMES CEL - PEI	GIANE PEREIRA DA SILVA
AUGUST JOHANNES FERDINANDUS STAUDER,	FERNANDO RODRIGUES DE JESUS
BARTHOLOMEU DE CARLOS - PEI	EMILY FERNANDES LONGUI
BRUNO RICCO PADRE - PEI	VICTOR LUCA TEIXEIRA PETRI
CARLOS MACHADO BITENCOURT MAL - PEI	AILTON RICARDO GOMES
CID AUGUSTO GUELLI PROF	JOSEILDO APARECIDO DOMINGOS
CIDADE SOIMCO II - PEI	GLEISE PAGELS CORREIA
CLARICE LISPECTOR	ADRIANA TERRIBILE BENTO
CONJUNTO HAB. BAIRRO DOS PIMENTAS II - PEI	VANESSA SILVA DE OLIVEIRA MIRANDA
CONSELHEIRO CRISPINIANO - PEI	VERA REGINA COSTA MAIA
EMILIA ANNA ANTONIO PROFA	RENATA SOARES DE OLIVEIRA
ERICO VERISSIMO - PEI	BIANCA DEL BASSO
FRANCISCA BATISTA TRINDADE PROFA	JUCINEIDE M RIOS
FREDERICO DE BARROS BROTERO PROF	HELLEN YOLANDA NORA ALDANA
GUILHERMINO RODRIGUES DE LIMA - PEI	LUNA LAIS ALVES EVANGELISTA
HUGO DE AGUIAR	THIAGO HENRIQUE BEZERRA
INOCOOP II - PEI	ALECSANDRA AP. ARAUJO BARBOSA
JAIR MIRANDA DR	Alessandra H.Garcia
JARDIM ARUJÁ - PEI	LIVIA SOARES VIDAL
JD MARIA DIRCE III	BETANIA ELIANA RODRIGUES
JOAO ALVARES DE SIQUEIRA BUENO	PEDRO HENRIQUE ANTONIO LESSA
JOAO CAVALHEIRO SALEM PROF	SERGIA LEONE MARTINS SOUZA
JOAO CRISPINIANO SOARES	FERNANDA GONÇALVES SILVA
JOAO DE ALMEIDA BARBOSA	ANTONIO DA SILVA MOTA
JOAO NUNES PASTOR	VANDERLEI SANTOS DE MOURA
JOAO RIBEIRO DE BARROS COMANDANTE	RODRIGO JOAO DA SILVA
JOSE ALVES DE CERQUEIRA CESAR - PEI	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
JOSE DA COSTA BOUCINHAS PROF - PEI	EVERTON CARAPECOV
JOSE ROBERTO FRIEBOLIN PROF - PEI	NATHALIA JULIANI ALBERNAZ
LAR IRMA CELESTE	ANDREA APARECIDA PASSOS VEIRA
LAURA DA PURIFICACAO C. MENDES PROFA - PEI	ERICK PEREIRA TORRIANI
LICINIO CARPINELLI PROF	MARIA ELIANE MIRANDA GOMES
LINDAMIL BARBOSA DE OLIVEIRA PROFA	MARCIA CRISTINA DAMASCENO
LOUIS BRAILLE - PEI	RAFAEL ROSSI
MARIA APARECIDA FELIX PORTO PROFA	ELIANE GOIS PIMENTEL
MARIA APARECIDA RODRIGUES PROFA	LETICIA BEZERRA HONORIO
MARIA LEDA FERNANDES BRIGO PROFA	CREUDISMAN DE LIRA FERREIRA
MARINHA FERR. DO NASCIMENTO PROFA	RODRIGO ALVES
MARIO NAKATA PROF	MARIA ZENILDA CLARES RODRIGUES
MAURICIO GOULART DEPUTADO - PEI	CAMILA DA SILVA AMARO
ORLANDO MINELLA - PEI	ANA CLAUDIA FERREIRA SILVA
OSWALDO SAMPAIO ALVES - PEI	RICARDO CESAR SIQEIRA FILHO
PARQUE JUREMA III	EDIVAN DE SOUZA LEITÃO
PARQUE JUREMA IV	SABRINA RODRIGUES DA SILVA
PAULO NOGUEIRA PROF - PEI	RODRIGO DOS SANTOS PARADELLA
PAULO ROLIM LOUREIRO DOM - PEI	ISABEL CRISTINA ALVES FERMIANO
PEDRO MORCELI	ALBERTO RODRIGUES CAMARGO
PIMENTAS VII - PEI	THEYNOR SOUZA LIMA
RAFAEL RODRIGUES FILHO, PREF	EDVANIA MARIA DA SILVA
REPÚBLICA DA VENEZUELA	THIAGO DE ASSENÇÃO BARROS
ROBERTO HIPOLITO DA COSTA BRIG.AR - PEI	VANESSA SIMIAO DOS SANTOS
SEBASTIAO WALTER FUSCO	EDMAR BISPO
THEREZINHA CLOSA ELEUTERIO PROFA - PEI	MARIANGELA RAMOS LOPES
VALENTIN GONZALEZ ALONSO PADRE - PEI	SARAH MANOELA BATISTA BRITO
VICENTE MELRO - PEI	KARINA TATIANE VIERA GONÇALVES
WALDEMAR FREIRE VERAS VEREADOR	YANKA XAVIER BENETE DOS SANTOS
ZILDA ROMEIRO PINTO MOREIRA DA SILVA,	CASSIANA APARECIDA R. DE OLIVEIRA

Horário: Grupo 2: das 13:00 ÀS 17:00

Local: Auditório - Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul

Endereço: Avenida Emílio Ribas, 940, Gopoúva - Guarulhos – SP - Cep: 07020010

ESCOLA	PROFESSOR
AGOSTINHO CANO	GUILHERME PINHO DE FARIAS
ALAYDE MARIA VICENTE PROFA	JOSE HENRIQUE DE ARAUJO DANTAS
ALBERTO BACAN PROF - PEI	AROLDO LUCIO DE OLIVEIRA
ALBERTO BACAN PROF - PEI	DANILO OLIVEIRA DOS SANTOS

ALEXANDRE LOPES OLIVEIRA - PEI	IRAMAR DOS SANTOS MARQUES
ALICE CHUERY PROFA - PEI	ALEX BEZERRA DE MENEZES
ALICE CHUERY PROFA - PEI	MARIA VICTORIA MIRANDA DE FIGUEIREDO
ANNA LAMBERGA ZEGLIO	WILLIAM OLIVEIRA ALMEIDA
ANNA LAMBERGA ZEGLIO	MATHEUS FERREIRA DO ESPÍRITO SANTO
ANTONIO DE RE VEREADOR	YURI ALEXANDRE SILVA
ANTONIO PRATICI PREFEITO	EDILENE APARECIDA LIMA
ANTONIO PRATICI PREFEITO	ISRAEL PINHEIRO
ANTONIO VIANA DE SOUZA PROF	KELLY APARECIDA DA CUNHA
BARTHOLOMEU DE CARLOS - PEI	MARIA DA SILVA
BRUNO RICCO PADRE - PEI	RAFAEL MARTINS GUIMARAES SILVA
CACILDA CACAPAVA DE OLIVEIRA PROFA	ADRIANA DOS SANTOS FERREIRA
CID AUGUSTO GUELLI PROF	JOSE PAULO OLIVEIRA
CID AUGUSTO GUELLI PROF	LILIANA ALVES DO NASCIMENTO
CIDADE SOIMCO II - PEI	ERIC RODRIGO AZEVEDO DE LIMA
CLARICE LISPECTOR	PATRICIA MARY PACHECO DA SILVA
CONSELHEIRO CRISPINIANO - PEI	ROBERIO MAIA
EMILIA ANNA ANTONIO PROFA	CLAUDETE ALVES CESAR
EMILIA ANNA ANTONIO PROFA	DAYANA PEREIRA DOS SANTOS
ENNIO CHIESA PROF - PEI	DEBORA DOS SANTOS COSTA
FABIO FANUCCHI PROF - PEI	ANTONIO CARLOS DA SILVA
FRANCISCA BATISTA TRINDADE PROFA	ELISABETE DE AZEVEDO GONÇALVES PIO
FREDERICO DE BARROS BROTERO PROF	ALEXANDRE GUBANI
FREDERICO DE BARROS BROTERO PROF	STEFANY CHRISTINE NAKASHIGUE
GUILHERMINO RODRIGUES DE LIMA - PEI	SHIRLEY MEDEIROS P. FARCKAS
HUGO DE AGUIAR	ALAN SANTOS MENEZES
HUGO DE AGUIAR	EMILY FERNANDES LONGUI
INOCOOP II - PEI	JAQUELINE SEVERINA DA SILVA
IZABEL FERREIRA DOS SANTOS PROFA - PEI	RENATA DE CASSIA LIMA DE CARVALHO
JAIR MIRANDA DR	WARDERLEY WAGNER BENTO VIERA
JARDIM ARUJÁ - PEI	MOISES AP. DA SILVA BALTAZAR
JD MARIA DIRCE III	MARCOS VINICIUS
JD NOVA CUMBICA II	CÍCERO FLAVIO B. LIMA
JOAO ALVARES DE SIQUEIRA BUENO	ADRIANA RIBEIRO STERLLINO
JOAO ALVARES DE SIQUEIRA BUENO	AMANDA CLEONICE DOS REIS SANTOS
JOAO CAVALHEIRO SALEM PROF	GESILVIA SILVA
JOAO CAVALHEIRO SALEM PROF	RICARDO DE LIMA MACIEL
JOAO NUNES PASTOR	ERIC CLEMENTINO DA SILVA
JOAO NUNES PASTOR	SONIA PALMIERE SOUSA
JOAO RIBEIRO DE BARROS COMANDANTE	DIEGO JULIO PAES
JOCILA PEREIRA GUIMARAES PROFA - PEI	DANIEL SILVA SANTOS
JOSE ALVES DE CERQUEIRA CESAR - PEI	Laurita Brito Nucci
JOSE ALVES DE CERQUEIRA CESAR - PEI	LOUISE RAMOS FRAGA
LAR IRMA CELESTE	RAFAEL HENRIQUE
LAURA DA PURIFICACAO C. MENDES PROFA - PEI	PATRICIA RIBEIRO DOS SANTOS
LEVI VIEIRA DA MAIA, PROF - PEI	VIVIANE SOUSA SILVA
LICINIO CARPINELLI PROF	HUMBERTO DA PAZ SANTOS
LICINIO CARPINELLI PROF	LUCAS DIAS DE MELO
LINDAMIL BARBOSA DE OLIVEIRA PROFA	JESSICA INOCENCIO DOS SANTOS
LINDAMIL BARBOSA DE OLIVEIRA PROFA	SIMONE APARECIDA HIGINO SORRENTINO
LOUIS BRAILLE - PEI	ERIC FELIX AMARAL
LOUIS BRAILLE - PEI	LARISSA HELLEN DOS SANTOS CARNEIRO
MARIA APARECIDA FELIX PORTO PROFA	JOSE VENICIO DOS SANTOS SILVA
MARIA APARECIDA FELIX PORTO PROFA	LEONARDO AUGUSTO DE LIMA
MARIA APARECIDA RODRIGUES PROFA	ALINE DE CAMPOS OLIVEIRA
MARIA APARECIDA RODRIGUES PROFA	ANA CLAUDIA FERNANDES SILVA
MARIA HILDA ORNELAS DE OLIVEIRA PROFA - PEI	WASHINGTON BRASIL
MARIA LEDA FERNANDES BRIGO PROFA	BIANCA GOES DE FARIA
MARIA LEDA FERNANDES BRIGO PROFA	RODRIGO LUIZ DE CARVALHO RIBEIRO
MARINHA FERR. DO NASCIMENTO PROFA	WENDEL DE FREITAS SANTOS
MARIO NAKATA PROF	BETANIA CANDIDA DOS SANTOS
MAURICIO GOULART DEPUTADO - PEI	ANA CLAUDIA DA SILVA
MAURICIO GOULART DEPUTADO - PEI	LEANDRO DANTAS ALVES
ORLANDO MINELLA - PEI	FILIPE PINHEIRO MACIEL
ORLANDO MINELLA - PEI	Marcia Cristina dos Santos Soares
OSWALDO SAMPAIO ALVES - PEI	CAIO NASCIMENTO PACHECO
PARQUE JUREMA III	CAMILLA CARDOSO ESPELHO
PARQUE JUREMA III	LARISSA SILVA SALES
PARQUE JUREMA IV	MARIA RODRIGUES CAVALCANTE
PEDRO MORCELI	Maria da Conceição Santos Cardoso
RAFAEL RODRIGUES FILHO, PREF	CRISTIANE DUARTE SIQUEIRA
REPÚBLICA DA VENEZUELA	VANESSA PEREIRA LIRA DANTAS
ROTARY	LIDIANE SILVA VIDAL
SEBASTIAO WALTER FUSCO	ROSILENE AP MARQUES DA SILVA
THEREZINHA CLOSA ELEUTERIO PROFA - PEI	WELDER SOUZA DE OLIVEIRA
VALENTIN GONZALEZ ALONSO PADRE - PEI	ANGELICA APARECIDA DE LIMA
VICENTE MELRO - PEI	ROGERIO LOPES RODRIGUES
WALDEMAR FREIRE VERAS VEREADOR	TADEU LEITE DUARTE
ZILDA ROMEIRO PINTO MOREIRA DA SILVA, PROFA	ELIZABETH ASSUMPÇÃO OLIVEIRA
ZILDA ROMEIRO PINTO MOREIRA DA SILVA, PROFA	ZICELI SILVA CARDOZO

PORTARIA Nº 843, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, convoca os professores listados abaixo para participação no **"IV Seminário de Robótica e Tecnologias Educacionais de Guarulhos – 2025"**, a ser realizado conforme a programação e nos termos do artigo 12, § 1º da Resolução SE nº 62/2017, conforme segue:

Temas: Oficina de Python – Fundamentos de Programação e Automação - Oficina de CSS – Estruturação e Estilização de Páginas Web

Data: 24/06/2025

Horário: 9h às 17h

Local: Centro Universitário ENIAC

Endereço: Rua Força Pública, 89 – Centro, Guarulhos – SP, 07012-030

Professor	RG	Escola
BRUNO FERREIRA DA SILVA MURICY	46309707	CIEBP - CID. SOIMCO II
CLAUDIO JUNIOR PEREIRA DA SILVA	58337226	CIEBP - CID. SOIMCO II
CRISTIANE BERNARDO DE SOUZA	27263787	CIEBP - CID. SOIMCO II
FÁBIO FREITAS DOS SANTOS	30367733	CIEBP - CID. SOIMCO II
GABRIELA BATISTA ROSÁRIO	47480504	CIEBP - CID. SOIMCO II
JERONIL CORREIA DE ASSUNÇÃO JUNIOR	38008842	CIEBP - CID. SOIMCO II
RONEI COUTINHO ALMEIDA	54796148	PEI BRUNO RICCO
CLAUDIO JUNIOR PEREIRA DA SILVA	583372260	E.E. LOUIS BRAILLE

Temas: HTML / CSS – Estruturação e Estilização de Páginas Web - Oficina de Montagem e Programação de Robôs

Data: 24/06/2025

Horário: 12h às 18h

Local: FATEC Guarulhos

Endereço: Rua Cristóbal Cláudio Elillo, 88 – Parque Cecap, Guarulhos – SP, 07190-065

Professor	RG	Escola
BETÂNIA CÂNDIDA DOS SANTOS	50802992	E.E. PROFESSOR MÁRIO NAKATA
RAPHAEL GOMES DE ALMEIDA	43937733	CIEBP - CID. SOIMCO II
ANDERSON SILVA DOS SANTOS	38975209	CIEBP - CID. SOIMCO II
FERNANDA CRISTINA CORRÊA RIBEIRO	30683706	CIEBP - CID. SOIMCO II
GUSTAVO SOUSA ARAGÃO	47861135	CIEBP - CID. SOIMCO II
JAQUELINE DE ARAUJO SANTOS	37360830	CIEBP - CID. SOIMCO II
JOSÉ EDSON DOS SANTOS	57237852	VALENTIN GONZALEZ ALONSO
VICTOR FERREIRA ARRAIS	496413739	CIEBP - CID. SOIMCO II
GUSTAVO BARBOSA ALVES	49779322	CIEBP - CID. SOIMCO II

Tema: Energias Renováveis – Tecnologia e Aplicações - IMPRESSORA 3D MICROBIT - Fundamentos e aplicações Tecnologia e Aplicações

Data: 24/06/2025

Horário: 8h às 16h

Local: SENAI Hermenegildo Campos de Almeida

Endereço: Avenida Dr. Renato de Andrade Maia, 601 – Jardim Paraventi, Guarulhos – SP

Professor	RG	Escola
ALEX MORENO NASCIMENTO	37957262	E.E. SEBASTIÃO WALTER FUSCO
FABIANO JOSÉ SOBRINHO	39092675	E.E. PROFESSOR PAULO NOGUEIRA
VALMIR ENILTON MARTINS MENDES	13365638 MG	E.E. AUGUST JOHANNES FERDINANDUS STAUDER
MANOEL SANTIAGO DE SOUZA NETO	23121327	E.E. AUGUST JOHANNES FERDINANDUS STAUDER
PRISCILA SILVA CAMPOS MACHADO	54045556	E.E. ALEXANDRE LOPES OLIVEIRA
CLAUDOMIRO LOURENÇO DOS SANTOS	23375407	E.E. PROF JOSÉ DA COSTA BOUCINHAS
ELISETE REIS GUERRA	27226039	E.E. VEREADOR WALDEMAR FREIRE VERAS
KATIA CRISTINA OLIVEIRA	24618961	E.E. PEI JD. CUMBICA II
MARCOS SILVA CARDOSO	30390756	E.E. PEI NOVA CUMBICA II
NOEMIR DIAS DE JESUS RIBEIRO	54044247	E.E. PEI PROF. JOSÉ SCARAMELLI
RENATA VIRGÍNIA PEREIRA DE MEDEIROS	29063630	E.E PEI JARDIM NOVA CUMBICA II
VALÉRIA PEREIRA DE ARAUJO DOS SANTOS	17964545	E.E. PROFESSOR PAULO NOGUEIRA
WASHINGTON BRASIL DA SILVA	24647432	E.E. CID AUGUSTO GUELLI
ANDRESSA FERREIRA DE LIMA	30807871	E.E. MARECHAL CARLOS MACHADO BITENCOURT
MARIA SANDRA DE SOUSA	66581115	E.E. PEI JARDIM CUMBICA II
VALÉRIA PEREIRA DE ARAÚJO DOS SANTOS	17964545	E.E. PROFESSOR PAULO NOGUEIRA

PORTARIA Nº 844, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, convoca os professores listados abaixo para participação no **"IV Seminário de Robótica e Tecnologias Educacionais de Guarulhos – 2025"**, a ser realizado conforme a programação e nos termos do artigo 12, § 1º da Resolução SE nº 62/2017, conforme segue:

Temas: Oficina de Kahoot para o uso pedagógico e afins - Oficina Git e GitHub para iniciantes | Oficina HTML e CSS

Data: 25/06/2025

Horário: 12h às 18h

Local: FATEC Guarulhos

Endereço: Rua Cristóbal Cláudio Elillo, 88 – Parque Cecap, Guarulhos – SP, 07190-065

Professor	RG	Escola
EDSON NEVES DO AMARAL	40027351	E.E. JOSÉ DA COSTA BOUCINHAS
ELEN VIEIRA TAVARES	48392212	EE PROFESSOR PAULO NOGUEIRA

Temas: Oficina Git e GitHub para Iniciantes - Oficina HTML e CSS

Data: 25/06/2025

Horário: 8h às 16h

Local: Instituto Federal de São Paulo – Campus Guarulhos

Endereço: Avenida Salgado Filho, 3501 – Vila Rio de Janeiro, Guarulhos – SP, 07115-000

PROFESSOR	RG	ESCOLA
MARCOS RODRIGUES MARTINS	45583513	E.E. PEI CIDADE SOIMCO II
VAGNER DE OLIVEIRA GANDOLFI	33562973	E.E. VEREADOR ANTÔNIO DE RÉ

Tema : Scratch para Educadores: Construindo o Raciocínio Lógico no Ensino Médio

Data: 25/06/2025

Horário: 8h às 16h

Local: Universidade Guarulhos – UNG

Endereço: Praça Tereza Cristina, 88 – Centro, Guarulhos – SP, 07023-070

PROFESSOR	RG	ESCOLA
EDONILTON CARVALHO DE SOUSA	69373924	PEI JOSÉ DA COSTA BOUCINHAS
FERNANDA STUCCHI	27123944	E.E. PROFESSOR PAULO NOGUEIRA
LUCAS DOS SANTOS RAMOS	35370375	E.E. ORLANDO MINELLA
MARIA SANDRA DE SOUSA	66581115	E.E. PEI JARDIM NOVA CUMBICA II
PRISCILA SANTOS DE SOUSA	32147706	E.E. PROFESSOR PAULO NOGUEIRA
RIVONALDO VIEIRA DAS CHAGAS	32530010	E.E. MARIA APARECIDA FELIX PORTO

PORTARIA Nº 845, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, convoca os professores listados abaixo para participação no **"IV Seminário de Robótica e Tecnologias Educacionais de Guarulhos – 2025"**, a ser realizado conforme a programação e nos termos do artigo 12, § 1º da Resolução SE nº 62/2017, conforme segue:

Temas: Utilização de impressora 3D em projetos pedagógicos

Data: 26/06/2025

Horário: 12h às 18h

Local: FATEC Guarulhos

Endereço: Rua Cristóbal Cláudio Elillo, 88 – Parque Cecap, Guarulhos – SP, 07190-065

Professor	RG	Escola
MARÍA ZENILDA CLARES RODRIGUES	405325 29	ESCOLA MÁRIO NAKATA PROFESSOR
RICARDO DA SILVA BORGES	243289 90	EE PROFESSOR PAULO NOGUEIRA
DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA GUIMARÃES	436043 02	EE INOCOOP II

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025 - REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR - EE PROF.ª DONIZETTI APARECIDO LEITE PROFESSOR.

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Itapecerica da Serra conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/19, nos termos da Deliberação CEE 18/86 e Deliberação CEE 122/13, em conformidade com os itens 3.1.1, 4.1, 4.3, 5.2 e 6.1.2 da Indicação CEE 08/86, Declara regularizada a vida escolar da aluna, **Marta Sabrina Sena Vasconcelos, RG nº 43.353.370-5/SP, RA nº 43.353.370-5**, da EE Prof.ª Donizetti Aparecido Leite Professor referente aos estudos realizados na 1ª Série do Ensino Médio no ano de 2009, abrangendo o componente curricular de Química, por falta de Lançamento do Conselho Final (Quinto Conceito) - SED SEI - 015.00403194/2025-90

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025 - REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR - EE PROF.ª DONIZETTI APARECIDO LEITE PROFESSOR.

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Itapecerica da Serra conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/19, nos termos da Deliberação CEE 18/86 e Deliberação CEE 122/13, em conformidade com os itens 3.1.1, 4.1, 4.3, 5.2 e 6.1.2 da Indicação CEE 08/86, Declara regularizada a vida escolar do aluno, **Kauã Hemmel de Souza, RG nº 52.253.551-3/SP, RA nº 108.969.930-X**, da EE Prof.ª Donizetti Aparecido Leite Professor referente aos estudos realizados na 3ª Série do Ensino Médio no ano de 2022, abrangendo o componente curricular de Física, por falta de Lançamento do Conselho Final (Quinto Conceito) - SED SEI - 015.00403565/2025-33

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025 - REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR- EE OREDO RODRIGUES DA CRUZ

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Itapecerica da Serra conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/19, com fundamento na Indicação CEE 08/86, nos termos da Deliberação CEE 18/86, Deliberação CEE 122/13 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino/Educacional responsável pela análise da documentação apresentada e contida no 015.00425981/2025-92, **Declara** regularizada a vida escolar da aluna, **Joselia Maria Bezerra, RG 7.872.645/PE**, **RA 123.697.675-4/SP** da **EE Oredo Rodrigues da Cruz**, referente as lacunas do **9º Termo e 10º Termo, do Ensino Fundamental-(EJA)**, tendo em vista a ocorrência de Recuperação Implícita, de conformidade com os itens 3.1.1, 4.1, 4.3, 5.2 e 6.1.2 da Indicação CEE 08/86.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025 PLANO ESCOLAR 2025 - COLÉGIO INTERVIVA

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019 e Resolução SE nº 51/2017, com fundamento na Lei 9394/1996, Indicação CEE 09/1997, Indicação CEE 13/1997, Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016 e demais normas vigentes, à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino/Educacional responsável pela análise da documentação e pelo estabelecimento, expede a presente Portaria, para **HOMOLOGAR** o Plano Escolar do **Colégio InterViva -** SEI 015.00029402/2025-84.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025- ALTERAÇÃO DA ENTIDADE MANTENEDORA E CNPJ

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019 e Resolução SE nº 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016, e demais normas vigentes, à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino/Educacional, responsável pela análise da documentação. SEI 015.00713384/2024-31, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – O estabelecimento de ensino Colégio Interviva CIE: 153.278, situado na Rua Salvador, nº 198, Parque Paraíso, Itapecerica da Serra/SP, CEP: 06850-410, autorizado pela Portaria do Delegado de Ensino de 31/01/1996, publicada no DOE de 02/02/1996 e Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 11/01/2011, publicada no DOE de 12/01/2011, mantido pelo Colégio Interviva Ltda-EPP, CNPJ nº 00.878.957/0001-35, passa a ser mantido pelo Interviva Educacional Ltda-EPP, CNPJ nº 50.788.939/001-30, tendo como sócio: Elena Eiko Tanigawa Hiroshi, RG nº 5.180.351/SP.

Artigo 2º - O estabelecimento de ensino continuará a oferecer os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental de 9 anos do 1º ao 9º ano e Ensino Médio, já autorizados.

Artigo 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PORTARIA DO DIRETOR DA EE ANGENOR DE OLIVEIRA POETA, DE 23/06/2025

Dispõe sobre a alteração da composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório para o Estágio Probatório de Docentes Ingressantes

O diretor de escola da EE Pedra Branca, Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de adequar a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos estaduais, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, que passa a ser formada pelos seguintes membros:

I - Presidente: ELINA BORTOLOTTI HENGLES, DIRETOR DE ESCOLA;

II - Membro 1: VIVIANE STEFINIS DE ARAUJO, VICE-DIRETOR ESCOLAR;

III - Membro 2: MARTA EVANGELISTA DA SILVA PRADO, COORDENADOR DE GESTAO PEDAGOGICA GERAL.

Art. 2º - A nova comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores em estágio probatório, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA DO DIRETOR DA EE JOAQUIM F.PAES BARROS NETO, DE 23/06/2025

Dispõe sobre a alteração da composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório para o Estágio Probatório de Docentes Ingressantes.

O diretor de escola da EE Pedra Branca, Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de adequar a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos estaduais, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, que passa a ser formada pelos seguintes membros:

I - Presidente: SUREN FABIANA GALATE DE OLIVEIRA, VICE-DIRETOR ESCOLAR;

II - Membro 1: LUCIMARA ANDRADE DA SILVA, COORDENADOR DE GESTAO PEDAGOGICA GERAL;

III - Membro 2: MONICA MIGUEL BERNARDES FERREIRA, COORD.GESTAO PEDAGOGICA P/AREA DE CONHECIMENTO.

Art. 2º - A nova comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores em estágio probatório, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA DO DIRETOR EE MASSAKO HIGASHIOKA PROFA., DE 23/06/2025

Dispõe sobre a alteração da composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório para o Estágio Probatório de Docentes Ingressantes.

O diretor de escola da EE Pedra Branca, Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de adequar a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos estaduais, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, que passa a ser formada pelos seguintes membros:

I - Presidente: MIRENE LEOZIRA SANTOS, DIRETOR DE ESCOLA;

II - Membro 1: JANAINA APARECIDA DA SILVA, VICE-DIRETOR ESCOLAR;

III - Membro 2: EVA TATIANA DA SILVA, COORDENADOR DE GESTAO PEDAGOGICA GERAL.

Art. 2º - A nova comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores em estágio probatório, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA DO DIRETOR EE MATILDE MARIA CREMM, DE 23/06/2025

Dispõe sobre a alteração da composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório para o Estágio Probatório de Docentes Ingressantes.

O diretor de escola da EE Pedra Branca, Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de adequar a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos estaduais, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, que passa a ser formada pelos seguintes membros:

I - Presidente: INDIANO ROCHA PEREIRA DA SILVA, DIRETOR DE ESCOLA;

II - Membro 1: AILTON SANTOS VALERIO, COORD.GESTAO PEDAGOGICA P/AREA DE CONHECIMENTO;

III - Membro 2: DIEGO VAINER ANDRADE SANTOS, PROFESSOR EDUCACAO BASICA II.

Art. 2º - A nova comissão terá a responsabilidade de avaliar o desempenho dos servidores em estágio probatório, conforme as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPEVI

PORTARIA

PORTARIA de 23/06/2025 Nº 02/2025

A DIRIGENTE DE ENSINO - REGIÃO de Itapevi, no uso de suas atribuições, com fundamento do Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º, que regulamenta § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Simone Souza dos Santos, portador do RG nº 350789472 SSP/SP como gestor do Contrato de nº 05/2025, firmado com a empresa DIRETA SERVIÇOS LTDA com CNPJ: 01.867.983/0001-20, cujo objeto é contratação de serviços de transporte de passageiros, mediante fretamento, em caráter eventual.

Art. 2º - Competirá ao servidor acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAQUAQUECETUBA

BI MANUTENÇÃO - COMISSÃO

Designa integrantes da comissão para verificação de manutenção e conservação das escolas

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região de Itaquaquecetuba, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 67.635/2023, RESOLVE:

Art. 1º Designar

Elaine Agostinho Carneiro RG 22.013.823

Fabiano Jose Do Nascimento RG 42.851.677

Mauro Soares Dias RG 41.347.400

Para comporem a comissão para verificação de manutenção e conservação das escolas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Viviane Araujo de Melo
Dirigente Regional de Ensino

CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Portarias dos Diretores de Escola/Escolar, de 17/06/2025.

Dispõe sobre Conclusão de Estágio Presencial

O Diretor da EE PARQUE PIRATININGA II, Sr. EDGAR FRAY MACHADO, expede a presente Portaria:

Ficam validadas, em conformidade com o Parecer CEE-109/2020, da Deliberação CEE 195/2021 e do Parecer CEE-69/2021, as horas de estágio supervisionado realizado de forma presencial conforme Atestado de Conclusão do estagiário:

POCINA RODRIGUES MEDEIROS ROCHA, RG: .59.687.747-X, aluno da Instituição de Ensino Superior UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS MANTIDA PELO SER EDUCACIONAL, realizou presencialmente estágio na EE PARQUE PIRATININGA II, totalizando 200 (DUZENTAS) horas de observação de aulas no período de 24/03/2025 a 22/04/2025, referente ao Curso de LETRAS - PORTUGUÊS.

Processo SEI: 015.00224490/2025-26.

Edgar Fray Machado

Diretor Escolar

CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Portarias dos Diretores de Escola/Escolar, de 17/06/2025.

Dispõe sobre Conclusão de Estágio Presencial

O Diretor da EE PARQUE PIRATININGA II, Sr. EDGAR FRAY MACHADO, expede a presente Portaria:

Ficam validadas, em conformidade com o Parecer CEE-109/2020, da Deliberação CEE 195/2021 e do Parecer CEE-69/2021, as horas de estágio supervisionado realizado de forma presencial conforme Atestado de Conclusão do estagiário:

DANNY DOLON MACHADO, RG: 21.667.340-9, aluno da Instituição de Ensino Superior UNINTER EDUCACAIONAL S/A, realizou presencialmente estágio na NOME DA ESCOLA, totalizando 150 (CENTO E CINQUENTA) horas de observação de aulas no período de 06/03/2025 a 09/04/2025, referente ao Curso de LETRAS - PORTUGUÊS.

Processo SEI: 015.00148216/2025-43. .

Edgar Fray Machado
Diretor Escolar

CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Portarias dos Diretores de Escola/Escolar, de 17/06/2025.

Dispõe sobre Conclusão de Estágio Presencial

O Diretor da EE PARQUE PIRATININGA II, Sr. EDGAR FRAY MACHADO, expede a presente Portaria:

Ficam validadas, em conformidade com o Parecer CEE-109/2020, da Deliberação CEE 195/2021 e do Parecer CEE-69/2021, as horas de estágio supervisionado realizado de forma presencial conforme Atestado de Conclusão do estagiário:

THAIS CHAGAS SERRA, RG: 50.197.281-X, aluno da Instituição de Ensino Superior UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, realizou presencialmente estágio na EE PARQUE PIRATININGA II, totalizando 85 (OITENTA E CINCO) horas de observação de aulas no período de 11/04/2025 a 30/05/2025, referente ao Curso de MATEMÁTICA.

Processo SEI: 015.00306713/2025-72.

Edgar Fray Machado

Diretor Escolar

CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Portarias dos Diretores de Escola/Escolar, de 17/06/2025.

Dispõe sobre Conclusão de Estágio Presencial

O Diretor da EE PARQUE PIRATININGA II, Sr. EDGAR FRAY MACHADO, expede a presente Portaria:

Ficam validadas, em conformidade com o Parecer CEE-109/2020, da Deliberação CEE 195/2021 e do Parecer CEE-69/2021, as horas de estágio supervisionado realizado de forma presencial conforme Atestado de Conclusão do estagiário:

ROSIMEIRE ALMEIDA DA SILVA, RG: 36.173.761-0, aluno da Instituição de Ensino Superior SECID - SOCIEDADE EDUCACAIONAL CIDADE DE SÃO PAULO S.A., mantenedora da Universidade DE São Paulo UNICID, realizou presencialmente estágio na EE PARQUE PIRATININGA II, totalizando 150 (CENTO E CINQUENTA) horas de observação de aulas no período de 14/10/2024 a 29/11/2024, referente ao Curso de LETRAS - PORTUGUÊS.

Processo SEI: 015.00696018/2024-19.

Edgar Fray Machado
Diretor Escolar

PORTARIA

Dispõe sobre conclusão de estágio presencial

O Diretor escolar expede a presente Portaria:

Ficam validadas, em conformidade com o Parecer CEE-109/2020, da Deliberação CEE-195/2021 e do Parecer CEE-69/2021, as horas de estágio supervisionado realizado de forma presencial conforme Atestado de Conclusão.

Maximiliana de Souza Lima da Mota, RG 41.214.492-X, aluna da UNIVESP (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), realizou presencialmente estágio na EE Professora Maria Aparecida Ferreira, totalizando 100 (cem) horas de observação, no período de 18/11/2024 a 23/05/2025, referente ao curso de Letras. Processo SEI nº 015.00752440/2024-53.

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVIOSONADO

Portaria da Dirigente de Ensino, de 23/06/2025

Dispõe sobre Autorização de Estágio Presencial

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Itaquaquecetuba, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado a/o licencianda(o) Maria José Veiga dos Santos Carneiro, RG.: 40210741x, estudante da Instituição de Ensino Superior Universidade Federal de Juiz de Fora, CNPJ: 21.195.755/0001-69, a estagiar na EE Roque Barbosa de Miranda, por um período total de N° 45 (quarenta e cinco) horas de estágio supervisionado presencial, no Curso de Pedagogia.

Artigo 2º - O estágio deverá seguir estritamente o Termo de Compromisso do Estágio Supervisionado a ser firmado posteriormente pelo Diretor da EE Roque Barbosa de Miranda, a Instituição de Ensino Superior e o licenciando.

Artigo 3º - O cumprimento das horas de estágio não poderá ser coincidente com o horário de trabalho do estagiário quando este for servidor público estadual.

Artigo 4º - O estagiário não terá direito à remuneração de qualquer tipo pelo cumprimento das horas de estágio.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação – SEI Nº 015.00525470/2025-70.

VIVIANE ARAUJO DE MELO
Dirigente Regional de Ensino

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVIOSONADO

Portaria da Dirigente de Ensino, de 23/06/2025

Dispõe sobre Autorização de Estágio Presencial

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Itaquaquecetuba, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado a/o licencianda(o) Carolina Siqueira da Silva, RG.: 41.466.416-4, estudante da Instituição de Ensino Superior Instituto Educacional Nove de Julho - Uninove, CNPJ: 43.374.768/0001-38, a estagiar na EE Roque Barbosa de Miranda, por um período total de N° 50 (cinquenta) horas de estágio supervisionado presencial, no Curso de Pedagogia.

Artigo 2º - O estágio deverá seguir estritamente o Termo de Compromisso do Estágio Supervisionado a ser firmado posteriormente pelo Diretor da EE Roque Barbosa de Miranda, a Instituição de Ensino Superior e o licenciando.

Artigo 3º - O cumprimento das horas de estágio não poderá ser coincidente com o horário de trabalho do estagiário quando este for servidor público estadual.

Artigo 4º - O estagiário não terá direito à remuneração de qualquer tipo pelo cumprimento das horas de estágio.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação – SEI Nº 015.00414222/2025-02.

VIVIANE ARAUJO DE MELO
Dirigente Regional de Ensino

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MAUÁ

DESPACHO DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO MAUÁ

DESPACHO DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO de 23/06/2025

Tendo em vista a solicitação de DIONICE REGIANI NUNES, RG-18.390.456-4, AUTORIZO, com as cautelas de praxe, vistas e extração de cópias reprográficas ou

digitalizadas mediante o recolhimento da taxa correspondente, de acordo com a Resolução SF Nº 24 DE 26/03/2014, publicado no DOE em 27 de março 2014.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OSASCO

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Osasco, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019 e Resolução SE nº 51/2017, nos termos da Deliberação CEE 138/2016 e demais normas vigentes e à vista do Processo SEI nº 015.00365870/2025-10, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizado o funcionamento da adequação/Ampliação de dependências do prédio escolar do Grau Técnico - Unidade Osasco (CIE 9539), situada à Rua João Colino, 225 – Centro – Osasco, São Paulo, mantido por Osasco Educacional Cursos Técnicos LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.105.733/0001-29, autorizado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 08/12/2022, publicada no DOE de 13/12/2022.

Artigo 2º - As adequações/ampliações, mencionadas no artigo 1º, referem-se a nova dependência no 3º andar da unidade, composta por 05 salas de aula, todas climatizadas, com estrutura moderna, rede de internet, iluminação em LED e acessibilidade.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região Osasco, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANDRÉ

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23-06-2025

Homologando reposição de aulas na Unidade Escolar, conforme Resolução SE 102 de 22/09/2003 a vista do SEI 015.00489632/2025-07 como segue: Quadro II Consolidado de Reposição de aulas, da EE José Carlos Antunes, Total de aulas: Ensino Fundamental: 84 aulas - Data da reposição - mês de junho: 28-06-2025, Disciplinas: Português: 11, Matemática: 06; História: 05; Geografia: 09; Inglês: 10; Educação Física: 19; Ciências: 10; Projeto de Vida: 04; Redação e Leitura: 04; Auxiliar de Pedagogia: 06. Total de aulas do Ensino Médio: 45 aulas - Data da reposição - mês de junho: 28-06-2025, Disciplinas: Português: 05, Matemática: 05; História: 04; Geografia: 08; Química: 10; Educação Física: 01; Sociologia: 04; Projeto de Vida: 01; Redação e Leitura: 01, Liderança: 02; Filosofia: 02; Educação Física -Expansão do Noturno: 02.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23-06-2025

Homologando a reposição de aulas na Unidade Escolar, conforme Resolução SE 102 de 22-09-2003 e a vista do SEI 015.00467559/2025-12, Quadro II, Consolidado de Reposição da EE Prof.º Rubens Moreira da Rocha - Total de 13 Ensino Fundamental, 23 Ensino Médio e 05 EJA - no mês de junho - dias 02,03,05,09,10,11,16,17,23,24 - Ensino Fundamental - Projeto de Vida: 02, O.E. Português: 01; Arte: 01; História: 06; Inglês: 01; Português: 02. Ensino Médio Português: 06, Biologia: 04; Biotecnologia: 02; Geografia: 05; Artes 01; Redação e Leitura: 01; O.E. Português: 04. EJA: Artes 01, Geopolítica: 04.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

OCUPAÇÃO DE ZELADORIA

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SÃO BERNARDO DO CAMPO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 28/05/2025

Autorizando, nos termos do Decreto nº 47.685, de 28.02.2003, obedecendo às condições previstas na Resolução SE nº 23, de 18, publicada a 19/04/2013 a ocupação pelo servidor indicado, das dependências de zeladoria da Unidade Escolar abaixo mencionada.

Esta autorização terá validade por 02 (dois) anos, a partir da publicação.

EE Domingos Peixoto da Silva por SANTINA BENTO - RG 8.516.901-8 - AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES - Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo - Processo015.00451388/2025-00.

Vanderlete M. L. Chiuffa Correra

RG 17.933.433-5

Dirigente Regional de Ensino

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE AMERICANA

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE AMERICANA - PORTARIA DO DIRIGENTE - RETIFICAÇÃO DE VAGAS - 1.0.1

Diretoria de Ensino – Região de Americana

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 23 de junho de 2025.

Retificação edital 03/2025, convocação para escolha de vagas de Agente de Organização Escolar publicado no DOE de 13/06/2025

Onde se-lê: 35 vagas

Leia-se: 36 VAGAS

Inclua-se:

AMERICANA		
CÓDIGO CIE	ESCOLA	VAGAS
435454	EE MARIA DO CARMO AUGUSTI PROFA	01

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ANDRADINA

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 17-6-2025

O Dirigente Regional de Ensino da Região de Andradina, no uso de suas atribuições legais AUTORIZA, em conformidade com o Parecer CNE 05/2020 e o Parecer CEE 109/2020, a realização do Estágio Supervisionado aos alunos abaixo relacionados do curso de Licenciatura em Letras da Faculdades Integradas Urubupungá (FIU), campus de Pereira Barreto, junto as Escolas Estaduais jurisdicionadas à Diretoria de Ensino – Região de Andradina, por meio de atividades de ensino presenciais, a partir de publicação desta portaria.

Nome, RG, Unidade Escolar:

BRUNA GABRIELA DUCHINI NORONHA, RG 53.539.852-9, E.E. Dr. Álvaro Guião.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ARAÇATUBA

EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA DIRETOR DE ESCOLA

O Dirigente Regional de Ensino da Região de Araçatuba, torna público a vaga de Diretor de Escola/Diretor Escolar, a ser preenchido mediante designação, na unidade escolar sob sua jurisdição, nos termos da, *Resolução SEDUC 41, de 15-9-2023* O preenchimento da vaga será realizado em conformidade com as normas e requisitos estabelecidos neste Edital.

I. - DA VAGA

Será oferecida uma (01) vaga para o cargo de Diretor de Escola/Diretor Escolar na seguinte Unidade Escolar:

- EE Luiz Gama – cargo de Diretor Escolar – *período indeterminado*;

II. – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O candidato interessado em concorrer à vaga deverá atender aos seguintes requisitos:

2.1.1. Ser Diretor de Escola/Diretor Escolar ou Docente (efetivo ou ocupante de função- atividade) do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;

2.1.2. Atender aos seguintes requisitos para o cargo:

2.1.2.1. Diretor de Escola, conforme disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997;

2.1.2.2. Diretor Escolar, conforme disposto no Anexo V da Lei Complementar nº 1.374, de março de 2022.

2.1.3. Não possuir antecedentes funcionais desabonadores;

2.1.4. Estar regularizado junto às obrigações eleitorais e militares (quando aplicável);

2.1.5. Não ter sido penalizado em Processo Administrativo Disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, em conformidade com o Decreto nº 66.799, de 31-05-2022;

2.1.6. Ter concluído o Curso Programa de Desenvolvimento de Liderança – PDL Curso 2 - 1ª Edição/2024, com conceito satisfatório;

2.1.7. Fica vedada a participação neste processo de integrantes do Quadro do Magistério, que tenham sido cessados, no ano de 2024, nas hipóteses previstas nos incisos I, III e IV, §3º, do artigo 6º da Resolução SEDUC – 41 de, 15-9-2023.

III. – PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo para preenchimento das vagas ocorrerá no período de 23/06/2025 a 30/06/2025, considerando os seguintes momentos:

2. – *Inscrição*

3.2.1. O docente (titular de cargo ou ocupante de função-atividade) ou Diretor de Escola/Escolar, de qualquer Diretoria de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, poderá participar do processo de seleção.

3.2.2. No momento de inscrição, os requisitos de experiência e de formação serão apurados automaticamente, de acordo com os dados do Cadastro da Secretaria da Educação.

3.2.3. No caso de Diretor de Escola ou Escolar titulares de cargo, os candidatos não precisarão apresentar nenhum documento comprobatório de experiência ou de formação.

3.2.4. O candidato que, na apuração prevista no item 3.2.2 deste Edital, não preencher os requisitos e tiver documentos comprobatórios, poderá apresentá-los na Diretoria de Ensino através do e-mail dearc@educacao.sp.gov.br, *até o dia 26/06/2025*, para fins de atualização de cadastro e prosseguimento de sua inscrição.

3.2.5. Na hipótese mencionada no item 3.2.4 deste Edital, a Diretoria de Ensino terá 02 (dois) dias para deferir ou indeferir o pedido de atualização proposta pelo candidato.

3.2.6. Somente após a atualização dos dados cadastrais, que o candidato deverá realizar a sua inscrição dentro do período estipulado neste edital.

3.2.7. O candidato deverá encaminhar cópia do Currículo Vitae e do certificado de conclusão com aproveitamento satisfatório do *Curso Programa de Desenvolvimento de Liderança- PDL Curso 1 – 1ª Edição/2023 ou 2ª Edição/2023,Curso PDL 2 - 1ª Edição 2024*, até o último dia de inscrição, para o *email:* dearc@educacao.sp.gov.br.

3.2.8. Do indeferimento da diretoria de ensino, caberá recurso e ou reconsideração.

3..2.9. *As inscrições deverão ser realizadas no período de 23/06/2025 a 26/06/2025, através do endereço eletrônico, utilizando o email institucional do candidato:*
Link:https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc9AiJp8rSCLfS1XU5HUbszl1mv8goC4B2DHEzq86tqj-Fyhw/viewform?usp=sharing&ouid=111385049237509889459

3. *Seleção - Nível de Diretoria de Diretoria de Ensino*

3.3.1. Os candidatos à vaga serão submetidos a entrevista, para verificação da compatibilidade de seu perfil profissional.

3.3.2. O servidor será convocado para entrevista, visando à avaliação técnica e de competências do candidato às especificidades da vaga concorrida, cujo dia e horário serão definidos pela Diretoria de Ensino.

3.3.3. Além do disposto no item 3.3.2 deste Edital, serão analisadas:

3.3.3.1. a atuação profissional em designações de suporte pedagógico anteriores a que esteja concorrendo;

3.3.3.2. a possibilidade de cumprimento da jornada de suporte pedagógico caracterizada por 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a necessidade da administração;

3.3.3.3. os resultados educacionais apresentados na atuação profissional.

3.3.4. O candidato aprovado para participar dessa Etapa que dela não participar ou abandoná- la durante sua realização, será considerado(a) desistente deste Processo Seletivo.

3.3.5. A Diretoria de Ensino selecionará três (03) candidatos com base nas competências apresentadas na entrevista e encaminhará à equipe de Seleção da Secretaria da Educação.

4. – *Seleção – Nível de Secretaria de Educação*

3.4.1. Os três (03) candidatos selecionados serão submetidos a entrevista com a Equipe de Seleção da Secretaria da Educação, visando identificar suas habilidades de liderança e capacidade de avaliação pedagógica.

3.4.2. Pela Secretaria da Educação, será realizada a análise sobre:

3.4.2.1. a conduta funcional e assiduidade, em razão da relevância social das atribuições a serem desempenhadas;

3.4.2.2. o histórico funcional e de curriculum vitae.

3.4.3. Com base nas avaliações, o candidato final será selecionado para o cargo de Diretor de Escola ou Diretor Escolar.

3.4.4. O candidato aprovado para participar dessa etapa que dela não participar ou abandoná-la durante sua realização, será considerado(a) desistente deste Processo Seletivo.

3.5. Seleção - Verificação Final e Aprovação do Dirigente Regional de Ensino

O candidato final selecionado passará por uma última verificação de elegibilidade e competências pelo Dirigente Regional de Ensino.

IV. - DOS RESULTADOS:

4.1. Os resultados do processo seletivo serão divulgados por meio de publicação no site desta Diretoria de Ensino: dearacatuba.educacao.sp.gov.br.

4.2. Os candidatos que atenderam aos requisitos mínimos e foram aprovados em etapas anteriores, mas não foram selecionados para a vaga de Diretor de Escola ou Diretor Escola, são inseridos em Banco de dados.

4.3. Esses candidatos poderão ser considerados para futuras oportunidades de vagas de Diretor de Escola ou Diretor Escolar.

V. - DA DESIGNAÇÃO:

5.1. Os candidatos selecionados serão designados para o cargo de Diretor de Escola ou Diretor Escolar pelo Dirigente Regional de Ensino, cuja data de início do exercício deve constar na portaria de designação.

5.2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua designação quando:

5.2.1. deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos nas convocações, seja qual for o motivo alegado;

5.2.2. não aceitar as condições ou documentos estabelecidos para o exercício do cargo.

VI. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas estabelecidas neste edital.

6.2. O candidato que não atender aos requisitos estabelecidos será eliminado do processo.

6.3. É de responsabilidade do candidato a veracidade das informações prestadas e a apresentação dos documentos solicitados no edital.

6.4. O não comparecimento ou não participação do candidato nas etapas do processo implicará sua eliminação.

6.5. As disposições deste Edital estarão sujeitas a adequações que respeitem quaisquer alterações de dispositivos legais supervenientes.

6.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

OBS.: Publicado novamente em decorrência da prorrogação do período de inscrição.

PORTARIA 120, DE 17/06/2025

Portaria do Dirigente Regional de Ensino

Portaria nº 120, de 17 de junho de 2025

Processo: 015.00311982/2025-51

Interessado: EE Vaniolê Dionysio Marques Pavan Professora - DER Araçatuba

Assunto: Doação de bens móveis em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto n° 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18/04/2012, retificada em 24/04/2012.

Autorizo para uso exclusivo da unidade escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

PORTARIA 121, DE 17/06/2025

Portaria do Dirigente Regional de Ensino
Portaria nº 121, de 17 de junho de 2025
Processo: 015.00312910/2025-21
Interessado: EE Vaniolê Dionysio Marques Pavan Professora - DER Araçatuba
Assunto: Doação de bens móveis em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto nº 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18/04/2012, retificada em 24/04/2012.
Autorizo para uso exclusivo da unidade escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

PORTARIA Nº 122, DE 172025

Portaria do Dirigente Regional de Ensino
Portaria nº 122, de 17 de junho de 2025
Processo: 015.00312990/2025-14
Interessado: EE Vaniolê Dionysio Marques Pavan - DER Araçatuba
Assunto: Doação de bens móveis em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto nº 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18/04/2012, retificada em 24/04/2012.
Autorizo para uso exclusivo da unidade escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

PORTARIA Nº 123, DE 17/06/2025

Portaria do Dirigente Regional de Ensino
Portaria nº 123, de 17 de junho de 2025
Processo: 015.00313029/2025-47
Interessado: EE Vaniolê Dionysio Marques Pavan - DER Araçatuba
Assunto: Doação de bens móveis em face do processo em epígrafe, com fundamento no item 2 da alínea "b" do inciso VI do artigo 80 do Decreto nº 57.141/2011 e Resolução SE 45, de 18/04/2012, retificada em 24/04/2012.
Autorizo para uso exclusivo da unidade escolar indicada, e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens pertencentes à Associação de Pais e Mestres - APM, cuja Ata de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino a firmar os termos de doação e adotar as providências necessárias ao cadastramento e incorporação contábil dos bens móveis ao Patrimônio Estadual.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ARARAQUARA

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico
Registro de Preços: Sim
Processo de Licitação: 015.00150083/2025-75
Processo de Compra: 015.00502350/2025-02
Contrato Nº: 004/2025
Contratante: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ARARAQUARA
Contratado: AMBP PROMOÇÕES E EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP
CNPJ nº 08.472.572/0001-85
Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE, COM ENTREGA PARCELADA.
Valor: R$ 41.678,40 (Quarenta e um mil seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)
Data da assinatura: 18/06/2025
Programa de Trabalho: 12368080061690000
Fonte: 150010001
Natureza da Despesa: 339030
Vigência: a contar da data da assinatura, dia 18/06/2025 até 17/06/2026
Parecer CJ/SEDUC n.º 165/2025.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025 (PORTARIA DO GESTOR DO CONTRATO)

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

A DIRIGENTE DE ENSINO - REGIÃO DE ARARAQUARA, no uso de suas atribuições, com fundamento do Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º, que regulamenta § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, para sem prejuízo dos vencimentos, e das demais vantagens de seus cargos, constituírem a função de Gestores e Fiscais do Contrato do Kit Lanche das Olimpíadas 2025 - aquisição de Kit Lanche, para atendimento aos Estudantes da Rede Estadual de Ensino e seus acompanhantes nos dias de eventos de premiação das Olimpíadas de Matemática e de Redação 2025 - Processo Licitatório/SEI nº 015.00150083/2025-75 - Processo de Compra/SEI nº 015.00502350/2025-02.

I - Gestor: Patricia Fantini, CPF: 368.185.588-95, cargo Professor Especialista do Currículo - Matemática;

II - Gestor Substituto: Rosicler Aparecida Batista de Souza, CPF 255.989.278-29, cargo Professor Especialista do Currículo - Português;

III - Fiscal responsável: Jéssica Franco Tramonte, CPF: 404.165.638-99, cargo Diretor I NCS Substituto;

IV - Fiscal responsável: Aline Gabrielle Rampani, CPF: 397.849.958-40, , cargo Diretor Técnico II – Centro de Administração e Finanças.

Art. 2º - Competirá aos servidores acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021.

PORTARIA Nº 42, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino – Região de Araraquara, com fundamento na Deliberação CEE-SP 21/01 e Indicação CEE-SP 15/01, na Lei Federal nº 9394/96 e à vista da documentação apresentada no Processo SEI nº 015.00536863/2024-28 , DECLARA que os estudos realizados no exterior por NOÉMIA ADÃO NETO, RNM B086609E, nascida em 31/08/1985, mediante estudos realizados em Angola em 2009 e 2014-2017, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Estadual de Ensino, em nível de conclusão de Ensino Médio.

PORTARIA Nº 43, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino – Região de Araraquara, com fundamento na Deliberação CEE-SP 21/01 e Indicação CEE-SP 15/01, na Lei Federal nº 9394/96 e à vista da documentação apresentada no Processo SEI nº 015.00178068/2025-91, DECLARA que os estudos realizados no exterior por VICTOR GABRIEL SANCHEZ DIAZ, RNM F271536-0, nascido em 18/05/1997, mediante estudos realizados na Venezuela nos anos de 2010 a 2015, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Estadual de Ensino, em nível de conclusão de Ensino Médio.

PORTARIA Nº 44, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino – Região de Araraquara, com fundamento na Deliberação CEE-SP 21/01 e Indicação CEE-SP 15/01, na Lei Federal nº 9394/96 e à vista da documentação apresentada no Processo SEI nº 015.00423142/2025-30 DECLARA que os estudos realizados no exterior por REINALDO DAVID SANTANA DONA, RNM F408546-R, nascido em 06/01/2000, mediante estudos realizados na Venezuela nos anos de 2013 a 2017, são equivalentes aos cumpridos no Sistema Estadual de Ensino, em nível de conclusão de Ensino Médio.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BOTUCATU

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO 23/06/2025 - CONVOCAÇÃO ORIENTAÇÃO TÉCNICA

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Botucatu, convoca, nos termos da Resolução SE 62, de 11/12/2017, os profissionais abaixo relacionados, para Orientação Técnica, conforme segue:

UNIDADE ESCOLAR – NOME, RG

EE. ALDO ANGELINI, Beatriz Correia de Melo Alves Vieira, RG 56651470

EE. AMÉRICO VIRGÍNIO DOS SANTOS PROF, Leonardo Cesar de Lima Inocencio, RG 54245015

EE. ANÍZIO FERRAZ GODINHO PROF., Tiago Campos Mendes, RG 4191539

EE. ANSELMO BERTONCINI, Jacqueline Prado Marcelino Leite, RG 53476663

EE. ARISTEU VASCONCELLOS LEITE, Vanessa Aparecida Vaz Bueno, RG 33991709

EE. ARMANDO SALLES OLIVEIRA DR., Denise Maria Campos, RG 35139557

EE. ATÍLIO INNOCENTI PROF., Ana Paula de Angelo, RG 26717976

EE. CARDOSO DE ALMEIDA, Isabella Aparecida Telles, RG 55461788

CEEJA, Ana Paula Cordella Martins, RG 47658149

EE. DANÚZIA DE SANTI PROFA., Glauce Pires de Souza Quessada, RG 28529977

EE. EGILDO PASCHOALUCCI VEREADOR, Ana Rita Rocha Romão, RG MG1257404

EE. EUCLIDES DE CARVALHO CAMPOS PROF., Maria Ines Bulgari Alves, RG 47550027

EE. FRANCISCO DE OLIVEIRA FARACO PROF, Isane Cristina Madureira Gattini Cella, RG 292844190

EE. FRANCISCO GUEDELHA PROF., Maria de Lourdes Nascimento Maitan Araujo, RG55095477

EE. INAH LOPES OLIVEIRA MACEDO PROFA., Débora Carolaine da Silva Alves, RG 40150840

EE. JOSÉ LOPES VEREADOR, Juliana Lira Bueno Ferreira, RG 47313695

EE. JOSÉ PEDRETTI NETO PROF., Beatriz Vieira Ramos Pereira, RG 48933367

EE. LÚCIO ANTUNES DE SOUZA DOM, Julio Cezar Santo Otto, RG 69249914

EE. LUIZ CAMPACCI, Carolini Souza, RG 43426025

EE. MANOEL PATRÍCIO DO NASCIMENTO PROF., Simone Aparecida Bressan, RG 32010272

EE. MANUEL JOSÉ CHAVES DR., Romário Oliveira dos Santos, RG 43274705

EE. MARIA APARECIDA JUSTO SALVADOR PROFA., Paula Roberta De Sibio, RG 33429752

EE. MARIA BENEDITA DE ALMEIDA BAIDA PROFA, Isabela Correa Barbosa Viadanna, RG 45199067

EE. NAERSON MIRANDA PROF., Claudia Maria Marques Sanches Martinez, RG 25291847

EE. NAPOLEÃO CORULE, Natália Bosco Talamonte, RG 46562921

EE. PEDRO AUGUSTO BARRETO, Claudine Aparecida Lozano Ferretti Bocardo, RG 29489091

EE. PEDRO TORRES PROF., Kethiany Ariadne de Souza Camargo Fargiani, RG 56991922

EE. RAYMUNDO CINTRA PROF., Maria Julia Waldemarin Doria, RG 40198976

EE. RENATO ANGELINI PROF., Michel Alves Seraphim, RG 32790844

EE. SOPHIA GABRIEL DE OLIVEIRA PROFA., Maria Rosecler Miranda Rossetto, RG 20505571

EE. VALENTIM DO AMARAL, Gedalva Barreto vasconcelos, RG 18825347

EE. WALTER CARRER PROF., Luciane Thaís Dos Santos, RG 53926203

Data: 27/06/2025
Objetivo: Orientação Técnica "Ciência em Diálogo – 2 º encontro 2025"
Horário: 9:00 às 17:00
Local: Magma Museu Aberto de Geociências, Mineralogia e Astronomia - Rodovia Gastão Dal Farra, km 4, Bairro Demétria, Botucatu - SP, Brasil.

Arnaldo Dias de Almeida
Dirigente Regional de Ensino

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025 - CONVOCAÇÃO PROATI

Convocando, nos termos do inciso I, do artigo 7º, da Resolução SE 61/2012, e artigo 3º, alterado pela Resolução SE 104/2012, os profissionais abaixo relacionados:

Público Alvo: PROATI das Escolas Estaduais

Em Unidade Escolar que ainda não possui PROATI, o Diretor de Escola deverá encaminhar um representante.

Assunto: Orientação Técnica: Orientação Técnica de Tecnologia
Local: Auditório da Diretoria de Ensino
DATA: 26/06/2025
Horário: Das 8:30 às 17:00
EE Valentim do Amaral
EE Prof. Pedro Augusto Barreto
EE Anselmo Bertoncini
EE Prof. Naerson Miranda
EE Álvaro José de Souza
EE Prof. Américo Virgínio dos Santos
EE Dr. Armando de Salles Oliveira
EE Cardoso de Almeida
CEEJA de Botucatu
EE Prof. Euclides de Carvalho Campos
EE Prof. Francisco Guedelha
EE Prof. João Queiroz Marques
EE Prof. José Pedretti Neto
EE Dom Lúcio Antunes de Souza
EE Prof. Manoel Patrício do Nascimento
EE Prof. Pedro Torres
EE Prof. Raymundo Cintra
EE Profª Sophia Gabriel de Oliveira
EE Aristeu Vasconcelos Leite
EE Prof. Anízio Ferraz Godinho
EE Profª Danuzia De Santi
EE Profª Inah Lopes de Oliveira Macedo
EE Cesário Carlos de Almeida
EE Luiz Campacci
EE Napoleão Corule
EE Ver. Egildo Paschoalucci
EE Aldo Angelini
EE Profa. Maria Aparecida Justo Salvador
EE Ver. José Lopes
EE Prof. Atílio Innocenti
EE Prof. Francisco de Oliveira Faraco
EE Dr. Manuel José Chaves
EE Profa. Maria Benedita de Almeida Baida
EE Prof. Walter Carrer
EE Prof. Renato Angelini

Arnaldo Dias de Almeida
Dirigente Regional de Ensino

PORTARIA, DE 24 DE JUNHO DE 2025

Portaria do Dirigente Regional de Ensino, de 23.06.2025
Retificando a Portaria publicada em 18/06/2025.

O Dirigente Regional de Ensino, no uso de suas atribuições legais, expede a presente Portaria,

Convocando, à vista do que lhe apresentou o Centro de Administração, Finanças e Infraestrutura, os Servidores abaixo relacionados para o Mutirão – Prestação de Contas PDDE Paulista e PDDE Federal.

-Local: Diretoria de Ensino Região de Botucatu – SALA 13
Dia 23/06/2025 – Horário:- das 09hs às 17hs
- Melissa Romanholi – RG 21.602.337-3
- Sulei Dionísio de Barros – RG. 30.245.447-0
Dia 23/06/2025 – Horário:- das 13hs às 17hs
- Maria Cleidimar Pereira da Surreição – RG. 29.785.313-2
- Roseli Aparecida Soares Paulino – RG. 20.377.410-3
- José Francisco Paulino – RG. 17.537.097-7
Dia 24/06/2025 – Horário:- das 09hs às 17hs
- Sulei Dionísio de Barros – RG. 30.245.447-0
Dia 24/06/2025 – Horário:- das 13hs às 17hs
- Maria Aparecida Contani Baraldo – RG. 11.183.429-6
- Wanderson Luís da Fonseca – RG. 42.722.995-9
- Maria Cleidimar Pereira da Surreição – RG. 29.785.313-2
Dia 25/06/2025 – Horário:- das 09hs às 17hs
- Sulei Dionísio de Barros – RG. 30.245.447-0
Dia 25/06/2025 – Horário:- das 13hs às 17hs
- Maria Aparecida Contani Baraldo – RG. 11.183.429-6
- Melissa Romanholi – RG 21.602.337-3
- Wanderson Luís da Fonseca – RG. 42.722.995-9
- Roseli Aparecida Soares Paulino – RG. 20.377.410-3
- José Francisco Paulino – RG. 17.537.097-7
Dia 26/06/2025 – Horário:- das 09hs às 17hs
- Sulei Dionísio de Barros – RG. 30.245.447-0
Dia 26/06/2025 – Horário:- das 13hs às 17hs
- Melissa Romanholi – RG 21.602.337-3
- Wanderson Luís da Fonseca – RG. 42.722.995-9
- Roseli Aparecida Soares Paulino – RG. 20.377.410-3
- José Francisco Paulino – RG. 17.537.097-7
Dia 27/06/2025 – Horário:- das 13hs às 17hs
- Maria Aparecida Contani Baraldo – RG. 11.183.429-6
- Wanderson Luís da Fonseca – RG. 42.722.995-9

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE BRAGANÇA PAULISTA

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino, CONVOCA nos termos da Resolução SE 62, de 11-12-2017, os profissionais abaixo para o "2º Encontro Formativo - Programa Alfabetiza Juntos SP, Análise dos resultados Fluência Leitora - saída 2024, Prova Paulista e Mapa Classe, conforme segue:

Data: 07/05/2025

Horários: 8h30 às 17h

Público-alvo: 1 Coordenador de Gestão Pedagógica/ Coordenador de Gestão Pedagógica Geral das escolas Estaduais de Anos Iniciais jurisdicionadas à Diretoria de Ensino de Bragança Paulista.

Local: Diretoria de Ensino – Região de Bragança Paulista (Av. José Gomes da Rocha Leal, 1757 - Centro, Bragança Paulista - SP).

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino, CONVOCA nos termos da Resolução SE 62, de 11-12-2017, os profissionais abaixo para o "3º Encontro Formativo - Programa Alfabetiza Juntos SP", conforme segue:

Data: 25/06/2025

Horários: 8h30 às 17h

Público-alvo: 1 Coordenador de Gestão Pedagógica/ Coordenador de Gestão Pedagógica Geral das escolas Estaduais de Anos Iniciais jurisdicionadas à Diretoria de Ensino de Bragança Paulista.

Local: Diretoria de Ensino – Região de Bragança Paulista (Av. José Gomes da Rocha Leal, 1757 - Centro, Bragança Paulista - SP).

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS - LESTE

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 107/2025-SEDUC/CLT, DE 13 DE JUNHO DE 2025

Convocando, por extemporaneidade, o articulador do Programa Alfabetiza Juntos SP, para Formação do 2º Módulo do Programa Alfabetiza Juntos SP, conforme segue:

Data: 16 e 18/06/2025

Horário: Das 8 às 17horas

Local: Av. das Amoreiras, 450. Parque Itália (acesso pela Rua Francisco de Assis Iglesias, portão 1).

Articuladora de Formação Angélica Pereira dos Santos Ancona, RG 17.298.491-9 do Programa Alfabetiza Juntos-SP.

PORTARIA DSO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 106/2025-SEDUC/CLT, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Mudança de Denominação

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região Campinas Leste, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019, e Resolução SE n.º 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE nº 138/2016, e demais normas vigentes, à vista do Processo SEI-015.00527052/2025-17, expede a presente Portaria:

Artigo 1º – O Estabelecimento de Ensino Rede Decisão / Instituto de Educação Parque Industrial – IEPI / Rede Decisão – Unidade CenterVille, Código CIE nº 582803, localizada à Rua João Batista Morato do Canto, 1695, CEP 13.031-800 – Vila Anhanguera – Campinas/SP, inscrito no CNPJ sob nº 26.258.611/0017-95, mantida pela Rede Educacional Decisão Ltda., CNPJ nº 26.258.611/004-70 – Filial 07, com sede à Rua Jorge Figueiredo Duprat, 304, CEP 04361-000 – Vila Paulista – São Paulo, CNPJ 26.258.611/0007-13, autorizado a funcionar de acordo com a Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 23/02/2016, publicada no DOE de 24/02/2016, passa a denominar-se Rede Decisão – Unidade CenterVille.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAMPINAS - OESTE

PORTARIA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Portaria do Diretor da EE Reverendo Eliseu Narciso de 18/06/2025

A direção da EE Reverendo Eliseu Narciso no uso de suas competências, torna nulo, por inautenticidade, nos termos do artigo 5º da portaria conjunta CITEM, de 25/09/2020, o Histórico Escolar de Conclusão de Ensino Médio, no ano letivo de 2019, em nome de Kemilly Ferreira de Souza RG 38.339.089-8, de nacionalidade brasileira, pretensamente expedido em 25/10/2021 pela EE Reverendo Eliseu Narciso.

Artigo 5º - Comprovada a falta de autenticidade ou de idoneidade, caberá ao Diretor de Escola da unidade a que o documento se refere, proceder à sua anulação, mediante portaria a ser homologada e encaminhada para publicação no Diário Oficial do Estado, pelo Dirigente Regional de Ensino, à vista de parecer do Supervisor de Ensino.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CAPIVARI

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DA REGIÃO DE CAPIVARI Nº 446, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Capivari, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e Resolução SE 51/2017, com fundamento na Lei Federal 9394/96, § 2º do Artigo 29 das Normas Regimentais Básicas aprovadas pelo Parecer CEE-67/98 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo acompanhamento da Unidade Escolar, expede a presente Portaria, para HOMOLOGAR os Anexos/Plano Gestão das seguintes Escolas Estaduais:

EE Camilo Marques Paula Prof. Dr., município Indaiatuba - SP, Plano de Gestão Quadriênio 2023-2026 e Anexos 2025. (Processo: 015.00488819/2025-85);

EE Antônio de Pádua Prado Prof., município Indaiatuba - SP, Plano de Gestão Quadriênio 2023-2026 e Anexos 2025. (Processo: 015.00379703/2025-56).

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DA REGIÃO DE CAPIVARI Nº 447, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Homologando, nos termos do Decreto 64.187/19, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, e suas alterações, Parecer CEE nº 67/98, Indicação CEE 13/97 e à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar para o ano letivo de 2025 do Colégio Maple Bear Canadian School Indaiatuba - Código CIE 499419, localizada na Rua Armando Zanotello, nº 59, Bairro Jardim Esplanada II, CEP 13331-606, no município de Indaiatuba/SP.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DA REGIÃO DE CAPIVARI Nº 448, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Homologando, nos termos do Decreto 64.187/19, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, e suas alterações, Parecer CEE nº 67/98, Indicação CEE 13/97 e à vista do parecer conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar para o ano letivo de 2025 do Colégio "Alves de Oliveira" - Código CIE 4987, localizada na Rua Carijó, nº 70, Bairro Vila Soriano, CEP 13335-310, no município de Indaiatuba/SP.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CARAGUATATUBA

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 072, DE 16-06-2025

Dispõe sobre a Homologação do Plano Escolar 2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região Caraguatatuba, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Indicação CEE 13/97 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor Educacional responsável pelo estabelecimento, expede a presente Portaria para HOMOLOGAR o Plano Escolar 2025, da Escola Tia Marisa, localizado a Rua Nossa Senhora da Paz, 250 – Vila Amélia, São Sebastião, São Paulo, Código CIE 173095, CNPJ: nº 06.107.126/0001-46.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FERNANDÓPOLIS

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CONVOCANDO, nos termos do inciso I e da alínea "a" do inciso VI, do artigo 4º da Resolução Conjunta SE/SELJ/SDPcD/SDECT 1 de 22-3-2013, o Professor Especialista em Desenvolvimento Curricular – Educação Física designado na Diretoria de Ensino Região de Fernandópolis, Aparecido Claudemir da Silva, RG. 16.100.561-5, para participar dos JEESP -Jogos Escolares do Estado de São Paulo, Fase Regional Etapa I Categoria Sub-14 a ser realizado no dia 26/06/2025, conforme local e horários abaixo mencionados:

LOCAL: TUPÃ CLUBE – RUA LAURO LUCHESE – MIRASSOL – SP.

HORÁRIO: Das 7h30 às 13h30.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 858, DE 28 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a alteração de AEE passando da Modalidade Itinerante para atendimento em Sala de Recurso.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Franca – SP, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, Decreto nº 67.635/2023, na Resolução SEDUC nº 21/2023 e demais normas vigentes e à vista do Processo SEI nº 015.00551618/2024-41, expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada a alteração da oferta do Atendimento Educacional Especializado, passando da Modalidade Itinerante em Espaço Multiuso para atendimento em Sala de Recurso, na Escola Estadual Professora Amalia Pimentel, Código CIE: 022780, situada na rua Voluntário Mário Mazini, 1220 – Jardim Francano, CEP: 14.405-094, no município de Franca, estado de São Paulo, mantida pelo Governo do Estado de São Paulo e administrada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, responsável pela administração da unidade escolar se responsabilizará pela manutenção dos recursos humanos e materiais necessários para o atendimento em epígrafe.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região de Franca, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Equivalência de Estudos

Declarando equivalente, nos termos da Deliberação CEE nº. 21/2001 e Indicação CEE nº 15/2001; da Lei Federal nº 9.394/1996, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas "b" e "c" do Inciso II, do Artigo 24; nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual nº 10.403, de 06/07/1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por Maartje-Maria Mijntje Vreeswijk, RNM: G069314-R, nascida em 25 de novembro de 1979, em Mappel, Países Baixos, nacionalidade: Holandês, mediante estudos realizados no Colégio Jeanne d'Arc, em Maastricht, Países Baixos, no período de 1993 a 1998, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, em nível de conclusão de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPETININGA

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 23 de junho de 2025.

Convocando os profissionais abaixo relacionados para a Orientação Técnica: "Formação de Diretores Plano de Ação 2025", nos termos Artigo 12 da Resoluções SE 62 de 11-12-2017, conforme cronograma abaixo:

Público-alvo: Diretores de Escola/Escolar

Local: Diretoria de Ensino Região Itapetininga-Rua São Marcos, 100

Dia: 25/06/2025 (quarta-feira)

Horário: 8h:30 as 17h:30

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Portaria da Dirigente Regional de Ensino de Itapetininga de 23-06-2025

Convoca os profissionais abaixo relacionados para a Orientação Técnica: "Replanejamento Escolar 2025" (Retificação)", nos termos do artigo 12, da Resolução SE 62 de 11-12-2017, conforme cronograma abaixo:

Dia: 30/06/2025 (segunda-feira).

Local: Auditório da Diretoria de Ensino Região Itapetininga.

Horário: 9h às 17h

Público-alvo: Coordenador(es) de Gestão Pedagógica (CGP), das seguintes Unidades Escolares abaixo:

Escolas: ANTONIO LUIZ DUARTE, EURINY DE SOUZA VIEIRA, HOLAMBRA II, JAIR BARTH, JOSE BALTAZAR DE SOUZA, JOSE CELSO DE MELLO, JOSE DA CONCEICAO HOLTZ, LIENETTE AVALONE RIBEIRO, MASSANORI KARAZAWA, MODESTO TAVARES DE LIMA, VIRGILIO SILVEIRA.

1 (um) Vice-Diretor Escolar ou 1 (um) Coordenador de Gestão Pedagógica (CGP) responsável pelo período parcial noturno, das seguintes Unidades Escolares abaixo:

Escolas: ABILIO FONTES, CHICO PEREIRA, EZEQUIEL CASTANHO, FLORA PRESTES CESAR, IVENS VIEIRA, MARIA FRANCISCA DEOCLECIO ARRIVABENE PROFA, RENATO DA ROCHA MIRANDA.

1 (um) Vice-Diretor Escolar ou 1 (um) Coordenador de Gestão Pedagógica (CGP) responsável pelo Programa Educação nas Prisões ou Fundação CASA, das seguintes Unidades Escolares abaixo:

Escolas: CEL. CASTANHO DE ALMEIDA, ERNESTINA LOUREIRO MIRANDA, CEL. FERNANDO PRESTES.

Coordenador(es) de Gestão Pedagógica Geral (CGPG), das seguintes Unidades Escolares abaixo:

Escolas: ABILIO FONTES, ADHERBAL DE PAULA FERREIRA, ALCEU GOMES DA SILVA, ALTINA MAYNARDES ARAUJO, ARY DE ALMEIDA SINISGALLI, ASTOR VASQUES LOPES, ATALIBA JULIO DE OLIVEIRA, BARAO DE SURUI, DESEMBARGADOR BERNARDES JUNIOR, CARLOS EDUARDO MATTARAZZO CARREIRA, CEL CASTANHO DE ALMEIDA, CHICO PEREIRA, CORINA CACAPAVA BARTH, DARCY VIEIRA, DEOCLES VIEIRA DE CAMARGO, EDUARDO SOARES, ELISIARIO MARTINS DE MELLO, ERNESTA XAVIER RABELO ORSI, ERNESTINA LOUREIRO MIRANDA, EVONIO MARQUES, EZEQUIEL CASTANHO, FERNANDO GUEDES DE MORAES, CEL FERNANDO PRESTES, FLORA PRESTES CESAR, MAJOR FONSECA, IVENS VIEIRA, JUVENAL PAIVA PEREIRA, MARIA DE LOURDES BARREIROS CARVALHO, MARIA ELISA DE OLIVEIRA, MARIA FRANCISCA DEOCLECIO ARRIVABENE, MARIA IMACULADA CERQUEIRA BORHER, NESTOR FOGAÇA, ORESTES ORIS DE ALBUQUERQUE, PEIXOTO GOMIDE, PERICLES GALVAO, RENATO DA ROCHA MIRANDA, SADAMITA IVASSAKI, SEBASTIAO PINTO, SEBASTIAO VILLAÇA, SEMIRAMIS TURELLI AZEVEDO.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO de 23 de junho de 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Itapetininga, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 57.141/2011, alterado pelo Decreto 64.187/2019, com fundamento na Lei Federal 9394/96 e suas alterações, no Parecer do CEE n.º 67/1998 e demais normas vigentes, expede a presente Portaria: HOMOLOGANDO o PLANO ESCOLAR/2025 do COLÉGIO GÊNESIS, localizado na Rua XI de agosto, nº 588, Centro, no município de Tatuí/SP.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITAPEVA

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23-6-2025

DESIGNANDO, nos termos do artigo 11 da Resolução Seduc – 37, de 1-6-2022, o interessado abaixo identificado para, a partir da data especificada, exercer as funções do posto de trabalho de Professor Coordenador por Área, em Regime de Dedicação Plena e Integral, em Regime de Dedicação Exclusiva – RDE, conforme previsto no inciso V do artigo 4º, do Decreto nº 66.799, de 31-05-2022, na Escola Estadual do Programa Ensino Integral:

A partir de 21-06-2025

BRUNA NICOLETTI - RG 49.387.413-6, PEFM, SQC-II-QM, (DI 2) classificada na EE Prof. Célia Vasques Ferrari Duch, Diretoria de Ensino-Região de Itapeva, fazendo jus à jornada AMPLIADA de Trabalho Docente e 0 horas de Carga Suplementar de Trabalho Docente.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITARARÉ

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CONSTITUINDO, nos termos da Lei Complementar nº 1.398, de 28-05-2024, regulamentada pela Resolução Conjunta SEDUC/SP – nº 1, de 20-06-2024, e no âmbito desta Diretoria de Ensino Região Itararé, Banca Avaliadora de processo seletivo para preenchimento de vagas de Monitor no Programa Escola-Cívico Militar para o ano de 2025, composta pelos seguintes membros:

CARLA CERIANI, RG 18.540.236-7, Dirigente Regional de Ensino

FABIANE GASPARINI, RG 7.012.255-3, Supervisor Educacional

SILVIA CRISTINA DA SILVA SANTOS, RG 41.329.874-7, Diretor Escolar

MARIANE APARECIDA SILVA GONCALVES DE OLIVEIRA, RG 47.264.021-5, Vice-Diretor Escolar

GLAZIELE CARVALHO ALMEIDA, RG 45.590.950-7, Vice-Diretor Escolar

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

A Dirigente de Ensino da Região Itararé, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso I, artigo 14º, da Resolução SE nº 62/2017, CONVOCA para Reunião de Trabalho: Primeira Liderança - Inspire e gere resultados ousados, os CGPGs do setor de trabalho do supervisor Eric Rocha, segue abaixo nomes relacionados:

Camila Araújo do Nascimento Camargo 34.819.537-0

Elis Regina Cardoso Fogaça 41.030.590-x

Carolina Veiga 45.827.352-1

Luciane Freitas Struminski 8.548.587–3

Vinício Ferreira 29.625.687-0

Data: 24/06/2025

Horário: 8h30 às 15h30

Local: Sala de Videoconferência– Diretoria de Ensino – Região de Itararé

Rua: Dr. Rubens Lobo Ribeiro, 310 - Itararé/SP

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JABOTICABAL

PORTARIA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Da Dirigente Regional de Ensino

CONVOCANDO, nos termos do art. 12 e 14, da Resolução SE 62, de 11-12-2017, para participar da Formação "Por Dentro do Currículo – Língua Portuguesa"

Data: 25/06/2025

Horário: das 8h30 às 17h30

Local: Anexo DER EE DR Joaquim Batista, Jaboticabal/SP

Público-Alvo:

Um CGPAC/CGP com habilitação em Língua Portuguesa ou

Um CGPAC/CGP sem habilitação em Língua Portuguesa e um Professor de Língua Portuguesa

Da Dirigente Regional de Ensino

CONVOCANDO, nos termos do art. 12 e 14, da Resolução SE 62, de 11-12-2017, para participar da Formação "Por Dentro do Currículo – Matemática"

Data: 26/06/2025

Horário: das 8h30 às 17h30

Local: Anexo DER EE DR Joaquim Batista, Jaboticabal/SP

Público-Alvo:

Um CGPAC/CGP com habilitação em Matemática ou

Um CGPAC/CGP sem habilitação em Matemática e um Professor de Matemática

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JACAREÍ

PORTARIA

Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 23/06/2025

O Dirigente Regional de Ensino da Região de Jacareí, com fundamento no subitem 6.1.1 da Indicação CEE nº 8/1986 e nos termos da Deliberação CEE nº8/1986 e Resolução SE nº 307/1986, declara regularizada a vida escolar da aluna Elisangela Aparecida da Silva RG:28.582.897-6/SP, referente a matrícula no 9º ano/ 12º termo A do Ensino Fundamental - EJA- 2º semestre no ano letivo de 2023 conforme SEI 015.00419174/2025-31.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JALES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ESCOLHA DE VAGA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO AOE 2025

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE JALES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ESCOLHA DE VAGA

A Diretoria de Ensino – Região de Jales/SP, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado-CE- -CTD da Diretoria de Ensino – Região de Jales, com fundamento no inciso X do artigo 115 da CE/89, no inciso II do artigo 1º da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009, e de acordo com a Autorização Governamental publicada em Diário Oficial do Estado em 08 de Fevereiro de 2024, e de acordo com a Autorização Governamental publicada no Diário Oficial do Estado em 20 de fevereiro de 2025, Caderno Executivo, Seção Atos de Pessoal, CONVOCA, para escolha de vagas, os candidatos aprovados no Processo Seletivo para Contratação Temporária de Agente de Organização Escolar/2025, classificados na lista desta Diretoria de Ensino, para exercer a função em caráter temporário, e baixa as seguintes instruções aos candidatos:

I – INSTRUÇÕES GERAIS

1 - As vagas disponíveis destinam-se à contratação por tempo determinado, pelo período máximo de 12 (doze) meses.

2 - A chamada para escolha de vaga obedecerá, rigorosamente, a ordem de Classificação Final, por Diretoria de Ensino, publicada em DOE de 16/05/2023. 3 - O candidato convocado deverá comparecer munido de DOCUMENTO DE IDENTIDADE - RG e do CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF, ou se fazer representar por procurador, legalmente constituído.

4 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado (CE – CTD) convoca, para sessão de escolha, número maior de candidatos do que vagas existentes, a fim de assegurar o preenchimento de todas as vagas no decorrer da sessão, nas hipóteses de não comparecimento/desistência de candidatos.

5 - Assinada a ficha de escolha de vaga pelo candidato, não será permitida, em hipótese alguma, desistência ou troca da vaga escolhida, sob qualquer pretexto.

6 - Não haverá nova oportunidade de escolha de vaga ao candidato retardatário ou ao que não atender à chamada no dia, hora e local determinado.

7- Excepcionalmente, havendo vagas remanescentes no final de cada sessão de escolha de vaga, serão chamados os candidatos retardatários do horário, na data da convocação, obedecida a ordem de classificação.

8 - Esgotadas as vagas reservadas, os candidatos excedentes, se houver, deverão aguardar próxima convocação para escolha de vaga.

09 - Observado o disposto no Artigo 4º da Lei Complementar Nº 1.093, de 16-07-2009, para ser contratado, o candidato deverá preencher as seguintes condições:

a) estar em gozo de boa saúde física e mental;

b) não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;

c) não exercer cargo, emprego ou função públicos na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do artigo 115 da Constituição Estadual;

d) possuir escolaridade compatível com a atividade a ser desempenhada:

Nível Médio Completo;

e) ter boa conduta.

10 - O candidato que escolher vaga deverá providenciar o exame médico em clínica especializada – Médico do Trabalho, que comprove estar apto a exercer as funções de Agente de Organização Escolar.

II - LOCAL DE ESCOLHA E QUADRO DE CHAMADA

LOCAL: NÚCLEO PEDAGÓGICO

ENDEREÇO: Rua 10, nº 2.745, Centro – Jales/SP

DATA: 25/06/2025

HORÁRIO: 8h30min

Convocados os candidatos de classificação geral número 01 até 137.

ATENÇÃO: Estamos chamando todos os aprovados. Os candidatos devem observar se não estão impedidos nos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, em período de duzentena.

Candidatos que estão ativos devem concluir o contrato, não podem desistir para escolher, devido ao período de duzentena.

III – VAGAS DISPONÍVEIS

Código CIE	Escola	Vagas
027259	EE José dos Santos	1
030624	EE João Rodrigues Fernandes	3
030636	EE Profº Maria Pereira de Brito Benetolli	2
030752	EE Profª Vanir Ferrero Moraes	1
049700	EE Profª Sueli da Silveira Marin Batista	2
906104	EE Profª Onélia Faggioni Moreira	1
028381	EE Rubens de Oliveira Camargo	1
028393	EE Pref. Antonio Bezerra de Araújo	1
028400	EE Profº Itael de Mattos	2
028289	EE Profª Maria das Dores Ferreira da Rocha	2
027133	EE Francisco Molina Molina	1

CLASSIFICAÇÃO GERAL

	Nome	CPF	PONTUAÇÃO
03	CÁSSIA DOS SANTOS FARINA	47.561.180.88.44	25
07	NATALIE GRABRIELA BIBO CARDOSO	40.742.301.869	24
11	JULIANA PEREIRA AOQUE	28.479.448.857	24
13	DAÍSE FERNANDA MOREIRA ALVES	320.985.40841	24
15	ANA CAROLINA RODRIGUES LEDO	484.836.708-52	23
16	PRISCILA RIBEIRO DA SILVA	330.754.028-93	23
18	NAIRA INGRID DOS SANTOS SILVA	425.416.478-59	23
21	GABRIEL ANDRADE DOS SANTOS	523.847.298-61	23
23	ALANA VITÓRIA DE FREITAS TOZARINI	540.738.148-69	23
25	CAMILLY VICTÓRIA SANCHES FERRAZ	47.338.250.804	23
32	GABRIEL BORGES GASPARETI	490.352.368-31	22
33	LUCAS JOAQUIM BRANICIO	464.615.378-56	22
34	NARYELE JESUS PEREIRA	549.360.898-77	22
40	ROBERTA SOUZA MATOS	40851165842	21
41	MARCELA ALVES FRANZIN	55814813857	21
43	ÂNGELA CRISTINA VOMIEIRO DONINI	25898029869	21
45	MARIA ÉRICA DE SOUZA ASSIS JOHANSEN	40341002810	21
52	LIVIA MIRANDA VILAR	51319119824	21
53	VIRGILINA VÂNIA SOARES CORREA	0499166805	21
54	LETÍCIA DA SILVA BARBOSA	37493255881	21
55	ANA PAULA BARBOSA DE LIMA TOLEDO GOUVEA	21414357818	21
56	CARLOS EDUARDO DA SILVA FREITAS	34751676890	21
58	ANDRESSA MIRANDA INÁCIO	48639446830	21
60	ANGELA TEIXEIRA CABAÇA	40163904863	21
62	NAOMI SOARES DA SILVA	39879886810	21
63	HELLEN ROSANGELA DOS SANTOS	47160054881	21
64	LAIANE APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	11123063664	21
65	MATEUS FEBOLI MUNHOZ	43473316814	21
66	JANAINA NASCIMENTO FERREIRA	42395594806	21
67	HEITOR ANICETO NOGUEIRA	44453003811	21
70	ANA BEATRIZ MARCELINO CABRAL	49706736832	20
72	YASMIN OLÍVIA SCARPASSI	51846521831	20
73	LARA ADRIELE GONÇALVES MACIEL	46162231810	19
77	ANA VALÉRIA DE OLIVEIRA	08466551603	19
81	JOSY PRADO CARDOSO	21712837850	19
82	SUELLEN ADRIANE FELIX	39216410809	19
83	FRANCINE MARTINS LOPES	.03870551186	19
84	LUCIANA SILVA DE OLIVEIRA	93167253134	19
85	JOSÉ ROBERTO SAFRE	11982974842	19
87	REBEKA ELOISA COSTA	22506609806	18
88	TATIANE DE CARVALHO	29073830869	18
89	GABRIELI SANTOS FERREIRA	47840290876	18
91	RODRIGO DE OLIVEIRA REINALDES	35450747810	18
92	DOUGLAS FERNANDO POLLO	33898893980	18
94	EMANUELLI AYUMI TADA DOS SANTOS	52527504833	18
95	MICHELI CRISTINA PISSININ JORGE	41161415858	18
96	EVELYN VITÓRIA DE MORAES VALIM	43147009807	18
99	VANESSA DE OLIVEIRA FLOR	45312995827	18
101	PRISCILA FLÁVIA DA SILVA	23176823878	17
102	MICHELE APARECIDA DOS SANTOS LUZ	22620371830	17
103	SILVIA TATIANA PIN	32180609825	17
104	DIOVANA EDUARDA SOARES	41031480803	17
109	MONICE CRISTINA DA CRUZ DIAS PELICER	38376438832	17
110	MILENA RIBEIRO MAURÊNCIO	45276571864	17
111	MARCIA REGINA FERREIRA	30646811843	17
112	TANIA RODRIGUES DE SOUZA SILVA	34194764854	17
113	LUCIANA GUELES SANCHES BATISTELA	33767712865	17
115	JEISE CRISTINA DA SILVA	43677781850	17
116	SÔNIA DOS SANTOS RIBEIRO	35674276870	16
117	TAMARA MELESQUE DE SANTANA	48959582808	16
119	BIANCA DE OLIVEIRA GARCIA	41045509817	16
120	JULIANA MARIA DA SILVA SCARPASSI	21883402808	16
121	SAMIRA HONORFA ABDALLA	21445930862	16
122	LETÍCIA GABRIELLY CERQUEIRA GIRALDELO	47123669827	16
123	ALINE FORNAZARI	34317967880	16
124	GENESILDA PRETO	40511094884	16
125	ALLANA PEREIRA VILHARVA PINTO	47953287811	16
126	LILIANI VIEIRA JUSTINO FERNANDES	36856383860	15
127	GRAZIELE GARCIA DE FREITAS	35668005895	15
128	BRUNA BARBOSA DE CARVALHO DAMASCENO	41212133862	15
129	MARIA JOSE FERREIRA	21683547829	15
130	NAIARA APARECIDA DE PAULA	40446235890	15
132	JOSIANE GABRIELA VIEIRA	49421040848	15
133	LUARA FARINASSE DIAS DA SILVA	37008795807	15
134	ERIC BRUNO	47209152806	15
135	TALITA DA SILVA LOPES	11192985630	15
136	EDIELLI ESTEVAM FERREIRA	37553241806	15
137	ELIANE LUZIA DA SILVA SANTOS	04037180588	15

REPUBLICADO POR CONTER ALTERAÇÕES

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JAÚ

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 18 DE JUNHO DE 2025

Declarando regularizada, com fundamento nos termos da Deliberação CEE 18/86 e Indicação CEE 08/86, itens 3.1.1, 4.1 e 4.3, que tratam da Recuperação Implícita, a vida escolar do aluno Luís Henrique Aparecido Espinarde, RG 62.957.132-6, referente a 2ª série do Ensino Médio.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO

DESPACHO DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 0071835615, DE 23/06/2025

Nº do Processo: 015.00524275/2025-22

Interessado: Severino Reino

Assunto: Doação de Material Permanente por Terceiros - Pessoa Física

Em face do que consta dos autos, autorizo com fundamento no item 2 da alínea "b " do Inciso VI do Artigo 80 do Decreto nº 57141/2011 e Resolução SE 45/12, sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento de 2 (dois) Tablets Samsung, por doação de Daniel do Nascimento, CPF: 169.784.028-00, ficando igualmente autorizado o Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino Região de José Bonifácio a firmar os termos de doações e adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual.

DESPACHO DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 0071875502, DE 23/06/2025

Nº do Processo: 015.00526396/2025-17

Interessado: Severino Reino

Assunto: Doação de Material Permanente por Terceiros - Pessoa Física

Em face do que consta dos autos, autorizo com fundamento no item 2 da alínea "b " do Inciso VI do Artigo 80 do Decreto nº 57141/2011 e Resolução SE 45/12, sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento de 1 (um) DVR; Modelo: 16 Canais; Marca: Intelbras, 1 (um) DVR; Modelo: 32 Canais; Marca: Intelbras e 1 (um) Switch; Modelo: 8 Portas; Marca: Intelbras, por doação de Rosângela Volpi Basso, CPF: 070.481.318-10, ficando igualmente autorizado o Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino Região de José Bonifácio a firmar os termos de doações e adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio estadual.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JUNDIAÍ

DOAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PDDE 2019/2020/2021/2022/2023

Despacho da Dirigente Regional de Ensino de 23-06-2025.

Autorizando, com fundamento no item 2 da alínea "b " do Inciso VI do Artigo 80 do Decreto nº 57141/2011 e Resolução SE 45/12 de 18-04-2012, retificada em 24-04-2012, para uso da unidade escolar abaixo indicada e sem quaisquer ônus para a Administração, o recebimento em doação dos bens permanentes à Associação de Pais e Mestres, cujas Atas de Deliberação e Notas Fiscais se encontram acostadas nos autos, ficando igualmente autorizado ao Núcleo de Administração desta Diretoria de Ensino Região de Jundiaí– a firmar os termos de doações e adotar as providências necessárias à incorporação contábil dos bens móveis ao patrimônio das unidades estaduais.

Processo – Escola – Município:

SEI 015.00516237/2025-04, SEI 015.00516594/2025-64, SEI 015.00516705/2025-32, SEI 015.00514145/2025-81, SEI 015.00516819/2025-82, SEI 015.00515104/2025-11, SEI 015.00515218/2025-52, SEI 015.00511530/2025-77, SEI 015.00512091/2025-10, SEI 015.00512175/2025-53,SEI 015.00512270/2025-57,SEI 015.00512771/2025-33, SEI 015.00517017/2025-90 e SEI 015.00516365/2025-40 - EE Professor João Batista Curado - Jardim Tarumã, Jundiaí, S.P.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

Instituindo, nos termos da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 958, de 13 de setembro de 2004, do Decreto nº 52.344, de 09 de novembro de 2007, do Decreto nº 62.216, de 14 de outubro de 2016, da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022, alterada pela Lei Complementar nº 1.396, de 22 de dezembro de 2023 e do Decreto nº 69.046, de 14 de novembro de 2024, as Comissões de Avaliação Especial Desempenho das unidades escolares jurisdicionadas a esta Diretoria de Ensino, para as atividades inerentes à avaliação dos servidores do Quadro do Magistério, sendo presididas pelo primeiro membro indicado, ficando revogadas as disposições em contrário e entrando em vigor na data de sua publicação:

EE Profª Joceny Villela Curado, Márcia Ferraboli Pagani, CPF: 168.518.428-66, Susi Passarete Cardoso, CPF: 090.026.368-73, Adelia Maria Ferreira, CPF: 032.798.286-19, Agnaldo Thomaz, CPF: 169.826.408-92, Eridaine Tavares Claro, CPF: 257.431.078-07

(Republicado por conter incorreções)

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

Autorizando a reposição de aulas de acordo com a Resolução SE 102/2003, Resolução SEDUC 57/24.

E.E. SIQUEIRA MORAES CEL.

Curso: Ensino Médio

Componente/classe/nº. de aulas

Língua portuguesa: 1A/2;1B/2;1C/2; 1D/2.

Inglês: 1B/2;2A/2;3A/2.

Biologia: 1B/1;2C/1.

História: 2A/1;2C/1;3C/2.

Sociologia: 2A/2;2B/1;2C/1.

Filosofia: 1C/1;1D/1.

Redação e Leitura: 1A/2.

Total de aulas a repor: 28

Curso: Ensino Fundamental

Componente/classe/nº. de aulas

História: 7B/2;8B/2;8C/2;9D/2. 8

Língua portuguesa: 9ª/2;9B/2;9C/1;9D/1. 6

Redação e Leitura: 9C/2; 2

Orientação de Estudos - Língua portuguesa: 9C/1; 1

Ciências: 8A/2;8B/2;8C/2;9D/1. 7

Tecnologia e Inovação: 7A/2. 2

Ensino Colaborativo: Projeto/5.

Total de aulas a repor: 32

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

Instituindo, nos termos da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 958, de 13 de setembro de 2004, do Decreto nº 52.344, de 09 de novembro de 2007, do Decreto nº 62.216, de 14 de outubro de 2016, da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022, alterada pela Lei Complementar nº 1.396, de 22 de dezembro de 2023 e do Decreto nº 69.046, de 14 de novembro de 2024, as Comissões de Avaliação Especial Desempenho das unidades escolares jurisdicionadas a esta Diretoria de Ensino, para as atividades inerentes à avaliação dos servidores do Quadro do Magistério, sendo presididas pelo primeiro membro indicado, ficando revogadas as disposições em contrário e entrando em vigor na data de sua publicação:

EE Profª. Ana Pinto Duarte Paes, Alessandra Demarchi Martins, CPF 137.569.698-00, Monallizza Argentina Costa Rossetto, CPF 286.594.288-03, Gesiane de Oliveira Claro, CPF 260.124.518-22, Ronaldo Alves da Silva, CPF 246.740.038-73, Simone Barbieri Garcia, CPF 148.319.638-01.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

Autorizando a reposição de aulas de acordo com a Resolução SE 102/2003,

Resolução SEDUC 57/24.

E.E. "Prof.ª Maria José Maia de Toledo"

Curso: Ensino Médio

Componente/classe/nº. de aulas

Biologia: 1ªA/2.

Química: 1ªB/2.

Robótica: 3ªA/1

Itinerário/UC7: 3ªA/2.

Total de aulas a repor: 7

Curso: Ensino Fundamental

Componente/classe/nº. de aulas

Educação Financeira: 7ºA/1.

Tecnologia: 9ºB/2.

Robótica: 9ºA/1.

Total de aulas a repor: 4

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

Autorizando a reposição de aulas de acordo com a Resolução SE 102/2003 e Resolução SEDUC 57/24.

E.E. Idoroti de Souza Alvarez

Curso: Ensino Médio

Componente/classe/nº. de aulas Inglês: 1ºB/1, 2º/2, 3º/2

Total de aulas a repor: 05

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE LIMEIRA

PORTARIA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO - DESIGNAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO

PORTARIA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO 23/06/2025

DESIGNAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO

O DIRIGENTE DE ENSINO - REGIÃO LIMEIRA, no uso de suas atribuições, com fundamento do Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º, que regulamenta § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, RESOLVE:

Art. 1º - Designar as servidoras abaixo, para sem prejuízo dos vencimentos, e das demais vantagens de seus cargos, constituírem a função de Gestores e Fiscais do Contrato nº 021/2025 – aquisição de Kit Lanche, para atendimento aos Estudantes da Rede Estadual de Ensino e seus acompanhantes nos dias de eventos de premiação das Olimpíadas de Matemática e de Redação 2025 – Processo Licitatório/SEI nº 015.00150083/2025-75 – Processo de Compra/SEI nº 015.00488405/2025-56.

I – Gestor Viviana Fagotti Soares, Coordenadora de Equipe Curricular – NPE - RG nº 12.373.106-9;

II – Gestor Substituto Andréia Monfrin Riberto RG nº 28.254.257-7, cargo Professor Especialista em Currículo - PEC

Art. 2º - Competirá aos servidores acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE LIMEIRA - CONVOCANDO

Portaria do Dirigente Regional de Ensino de Limeira de 23/06/2025

CONVOCANDO com fundamento no artigo 12 da Resolução SE 62/2017, o (a) Vice-diretor ou Coordenador de Gestão Pedagógica (CGP), para Orientação Técnica (OT) "4º Encontro Círculo de Cultura PACTO EJA". Conforme segue:

Data: 27/06/2025

Horário: das 08h30 às 14h30

Local: Rua Cesarino Ferreira, 145 - Vila Piza, Limeira - SP, 13486-159

Rede do Saber – Diretoria de Ensino

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRACICABA

ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PORTARIA DO DIRETOR DE ESCOLA, DE 23/06/2025

Instituição da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório de Docentes Ingressantes.

A Diretora da Escola Estadual Professora Jaçanã Altair Pereira Guerrini, Diretoria de Ensino Região de Piracicaba, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições regulamentares sobre a Avaliação Especial de Desempenho durante o Estágio Probatório, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Institui a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho destinada a avaliar os docentes ingressantes nos cargos de Professor de Ensino Fundamental e Médio, em estágio probatório, nos termos estabelecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - A Comissão de Avaliação Especial de Desempenho será composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente: Andrea de Negri Bello - Diretora de Escola;

II - Membro 1: Alessandra Cardoso de Moraes Viana - Vice-diretora;

III - Membro 2: Helena Maria Germano Santos de Aguiar - Prof. Coordenadora.

Artigo 3º - Compete à Comissão:

I - Avaliar os docentes em estágio probatório em três (3) períodos avaliativos de 12 (doze) meses cada;

II - Utilizar os instrumentos e critérios estabelecidos pela regulamentação da Secretaria da Educação;

III - Registrar os resultados das avaliações no sistema oficial e emitir relatórios detalhados de desempenho;

IV - Garantir a transparência e a equidade nos procedimentos avaliativos.

Artigo 4º - Os trabalhos da Comissão serão realizados sem prejuízo das demais atribuições do cargo ou função, assegurando o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRAJU

PORTARIA DA DIRIGENTE DE ENSINO 23/6/2025

Convocando, nos termos da Resolução SE 62, de 11-12- 2017, 1 professor de Língua Portuguesa e 1 gestor para participarem da "OT Por Dentro do Currículo Língua Portuguesa" , nas seguintes conformidades:

Data: 25 de junho de 2025.

Local: Diretoria de Ensino Região Piraju.

Horário: 08h30 às 17h30.

Participantes: 1 gestor e 1 professor de Língua Portuguesa

Escolas: Ataliba Leonel, Calvino Barbosa Ferraz, Cel. Nhonhô Braga, Dr. Edgardo Cardoso, Dr. Joaquim Guilherme Moreira Porto, Profa. Isabel Cristina Fávaro Palma, Maria Gonçalves da Motta, Pe. Bento de Queiroz.

Convocando, nos termos da Resolução SE 62, de 11-12- 2017, 1 professor de Língua Portuguesa e 1 gestor para participarem da "OT Por Dentro do Currículo Língua Portuguesa" , nas seguintes conformidades:

Data: 27 de junho de 2025.

Local: Diretoria de Ensino Região Piraju.

Horário: 08h30 às 17h30.

Participantes: 1 gestor e 1 professor de Língua Portuguesa

Escolas: Cel. Marcos Ribeiro, Monsenhor José Trombi, Miguel Marvullo, Monica Bernabé Garrote, Prefeito Quinzinho Camargo, João Gobbo Sobrinho, Profa. Orizena de Souza Elena.

Convocando, nos termos da Resolução SE 62, de 11-12- 2017, 1 professor de Matemática e 1 gestor para participarem da "OT Por Dentro do Currículo Matemática" , nas seguintes conformidades:

Data: 26 de junho de 2025.

Local: Diretoria de Ensino Região Piraju.

Horário: 08h30 às 17h30.

Participantes: 1 gestor e 1 professor de Matemática

Escolas: Ataliba Leonel, Calvino Barbosa Ferraz, Cel. Nhonhô Braga, Dr. Edgardo Cardoso, Dr. Joaquim Guilherme Moreira Porto, Profa. Isabel Cristina Fávaro Palma, Maria Gonçalves da Motta, Pe. Bento de Queiroz, Cel. Marcos Ribeiro, Monsenhor José Trombi, Miguel Marvullo, Monica Bernabé Garrote, Prefeito Quinzinho Camargo, João Gobbo Sobrinho, Profa. Orizena de Souza Elena.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23-06-2025

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ESCOLHA DE VAGA AOE

A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado (CE - CTD) da Diretoria de Ensino Região de Piraju, nos termos do Artigo 5º da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, CONVOCA, para escolha de vagas, os candidatos do Processo Seletivo Simplificado de Agente de Organização Escolar/2025, classificados na lista desta Diretoria de Ensino para exercer a função em caráter temporário, e baixa as seguintes instruções aos candidatos:

I - INSTRUÇÕES GERAIS

1 - As vagas disponíveis destinam-se à contratação por tempo determinado, pelo período máximo de 12 (doze) meses.

2 - A chamada para escolha de vaga obedecerá, rigorosamente, a ordem de Classificação Final, por Diretoria de Ensino, publicada em DOE de 08/04/2025.

3 - O candidato convocado deverá comparecer munido de DOCUMENTO DE IDENTIDADE - RG e do CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, ou se fazer representar por procurador, legalmente constituído.

4 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado (CE - CTD) convoca, para sessão de escolha, número maior de candidatos do que vagas existentes, a fim de assegurar o preenchimento de todas as vagas no decorrer da sessão, nas hipóteses de não comparecimento/desistência de candidatos.

5 - Assinada a ficha de escolha de vaga pelo candidato, não será permitida, em hipótese alguma, desistência ou troca da vaga escolhida, sob qualquer pretexto.

6 - Não haverá nova oportunidade de escolha de vaga ao candidato retardatário ou ao que não atender à chamada no dia, hora e local determinado.

6.1 - Excepcionalmente, havendo vagas remanescentes no final de cada sessão de escolha de vaga, serão chamados os candidatos retardatários do horário, na data da convocação, obedecida a ordem de classificação.

7 - O número de vagas a serem oferecidas aos candidatos da Lista Especial será correspondente ao cálculo de 5% das vagas existentes na Diretoria Regional de Ensino;

7.1 - Iniciada a sessão de escolha de vagas, os candidatos com deficiência aprovados, se houver, serão convocados a ocupar a 5ª (quinta), 30ª (trigésima), 50ª (quinquagésima), 70ª (septuagésima) vagas e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 (vinte) vagas, observando-se a mesma regra, até que sejam preenchidas todas as vagas disponíveis;

7.2 - Quando a Região indicar a existência de 5 (cinco) a 10 (dez) vagas, a 5ª (quinta) deverá ser oferecida ao candidato classificado na Lista Especial;

7.3 - O candidato com deficiência concorrerá na Lista Geral e na Lista Especial.

8 - Esgotadas as vagas reservadas, os candidatos excedentes, se houver, deverão aguardar próxima convocação para escolha de vaga.

9 - Observado o disposto no Artigo 4º da Lei Complementar Nº 1.093, de 16-07-2009, para ser contratado, o candidato deverá preencher as seguintes condições:

a) estar em gozo de boa saúde física e mental;

b) não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;

c) não exercer cargo, emprego ou função públicos na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do artigo 115 da Constituição Estadual;

d) possuir escolaridade compatível com a atividade a ser desempenhada: Nível Médio Completo;

e) ter boa conduta.

10 - O candidato que escolher vaga deverá providenciar o exame médico em clínica especializada - Médico do Trabalho, que comprove estar apto a exercer as funções de Agente de Organização Escolar.

II - LOCAL DE ESCOLHA E QUADRO DE CHAMADA

LOCAL: SEDE DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE PIRAJU

ENDEREÇO: PRAÇA PROFESSOR PAULO HENRIQUE, 155

DATA: 26-06-2025

HORÁRIO: 09h

VAGAS DISPONÍVEIS: 2

CONVOCADOS - LISTA GERAL

Classificação Nome RG Opção por município;

- Manduri:

7	GABRIELA DE JESUS OLIVEIRA SILVA	38.079.684-3	Manduri
8	LAIS APARECIDA LAZARINI	46.808.944-5	Manduri
9	GEOVANA VIEIRA DA SILVA	57.416.170-3	Manduri
10	ANTONIA RODRIGUES BERTO	25.528.011-7	Manduri
11	JOSIANE TOMAZ FERRO	41.094.791-X	Manduri
12	MARIA EDUARDA PALUGAN MESSIAS BRAITT	60.752.151-X	Manduri
13	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA	29.650.870-6	Manduri
14	FERNANDA THOMAZINI	21.348.666-0	Manduri
15	SERGIO FIRMINO DA ROCHA	22.911.003-4	Manduri
16	ISABELLE BALENA DE QUEIROZ	41.173.856-2	Manduri
17	LIDIANE CRISTINA MOREIRA CONDE	49.817.519-4	Manduri
18	GABRIELLI CAMARGO EVANGELISTA	59.484.667-5	Manduri
19	MARIA EDUARDA TOBAN BERNARDES	62.781.973-4	Manduri
20	CIBELE FERNANDES DA SILVA	42.364.780-5	Manduri
21	MICHELE BARBOSA GALANI	32.381.158-9	Manduri
22	LEDA MARIA TARABORELLI DE OLIVEIRA	48.457.029-8	Manduri
23	MILENA SALES NUNES	55.450.222-7	Manduri
24	HERALDO MAMEDE BONIFÁCIO	30.579.787-6	Manduri
25	DAIANA APARECIDA PINTO DA SILVA	45.748.717-3	Manduri
26	GABRIELLA ASSIS DE OLIVEIRA	48.946.944-9	Manduri
27	BIANCA LEDA ALVES	67.761.943-1	Manduri
28	SILVIA REGINA BERNARDO	27.165.979.8	Manduri
29	POLLYNE CAROLINA MOIO DA SILVA	49.516.380-6	Manduri

- Taguaí:

1	TAYS PEREIRA DE CAMPOS GONÇALVES	58.702.541-4	Taguaí
2	THEO BARBOSA DOS SANTOS	56.278.294-1	Taguaí
3	MARIA PAULA BERGAMO SOLDERA	55.109.819-3	Taguaí
4	RAFAEL BRIENE DE CAMARGO	65.215.445-1	Taguaí
5	TALITA ARRUDA SILVEIRA	46.161.482-0	Taguaí
6	GUILHERME GOMES DE PAULA	48.318.218-7	Taguaí
7	JULIANA DO NASCIMENTO WERNECK SANTOS FORTES	62.052.013-9	Taguaí
8	JENIFFER FERNANDA DE ALMEIDA	58.086.858-8	Taguaí
9	RAFAEL CARBONERA LIUTE	52.243.153-7	Taguaí
10	ANDREIA MARTINS CORDEIRO DUARTE	48.567.964-4	Taguaí
11	JOABE MARTINS	56.903.693-8	Taguaí
12	STÉFANE FERNANDA DE LIMA	60.060.827-X	Taguaí
13	LUANA MARIA CEZAR COUTO	57.455.995-4	Taguaí
14	ISADORA GABRIELLY APARECIDA MIGUEL GONÇALVES	67.695.008-5	Taguaí
15	RAFAELLA RODRIGUES ROMANO	62.598.184-4	Taguaí
16	GUINALDO DOMINGUES DA SILVA	29.201.481.8	Taguaí
17	MAYARA DA SILVA JANUÁRIO	44.386.933-9	Taguaí
18	JONATHAN GABRIEL RODRIGUES DA CRUZ	57.697.095.5	Taguaí
19	CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE MELLO	57.482.949-0	Taguaí
20	RITA JAQUELINE DE PAULA ALMEIDA	60.448.084-2	Taguaí
21	AMANDA CAROLINE OLIVEIRA DE SOUZA	62.611.070-1	Taguaí
22	ANDREIA ROSOLEN	35.589.109-8	Taguaí
23	CLÉCIA DE ARAÚJO TEIXEIRA	34.140.792-6	Taguaí
24	DAIANE RIBEIRO OLIVEIRA	42.114.553-5	Taguaí
25	HENRIQUE DAMIÃO DE PROENÇA	48.977.852-5	Taguaí
26	VÂNIA CRISTINA CAVALHEIRO	40.523.768-6	Taguaí
27	AMANDA DOS SANTOS LIMA	40.914.544-0	Taguaí
28	JOICY DOS SANTOS	461.766.618-46	Taguaí
29	HELEN APARECIDA MAURÍCIO DA FONSECA	57.370.467.3	Taguaí
30	MARIA EDUARDA GOMES FERREIRA	58.087.472-2	Taguaí
31	DYONATAN JOSÉ DE PROENÇA	60.512.538-7	Taguaí
32	ANA CAROLINA ZACARIAS DE ALMEIDA	62.634.408-6	Taguaí
33	ELISETE DA SILVA NUNES DOS SANTOS	050.251.238-52	Taguaí
34	AMANDA MARIA MARTINS	40.465.267-0	Taguaí
35	BEATRIZ DA CUNHA FERREIRA	57.237.689-3	Taguaí
36	LUIDY AUGUSTO RODRIGUES CORREA	55.732.829-9	Taguaí
37	ERNESTO ANTONIO DEL NOBILI NETO	59.328.448-3	Taguaí
38	EDNA CAROL FERREIRA DE ALMEIDA	56.235.227-2	Taguaí
39	ALESSANDRA APARECIDA DE MELO	43.278.147-X	Taguaí
40	JANAIANA ISABELA DE CARVALHO GODOI	44.910.121-6	Taguaí
41	CLEIDE LEONEL RODRIGUES	43.278.581.4	Taguaí
42	CARLOS ALEXANDRE ANDRADE DE ARAÚJO	69.269.921-1	Taguaí
43	MARÍLIA GABRIELA COSTA DE OLIVEIRA	46.990.065-9	Taguaí
44	ANGELICA HELOISA BENATO CARVALHO	40.498.397-2	Taguaí
45	HENRIQUE FERREIRA CATALDO	62.685.767-3	Taguaí
46	SANDRA DA SILVA SANTOS	48.470.380-8	Taguaí
47	APARECIDA DE FÁTIMA CORREA	23.913.937-9	Taguaí
48	DHEMMERSON FERNANDO DUARTE	62.562.700-3	Taguaí
49	LEYDMARA STEFFANY DA SILVA	54.281.067-0	Taguaí

Das Vagas:

EE Miguel Marvullo, Manduri. 01

EE João Gobbo Sobrinho, Taguai. 01

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23/06/2025

EDITAL Nº 03/2025

O Diretor Escolar da E. E. "Mônica Bernabé Garrote", Diretoria de Ensino - Região de Piraju, de acordo com os artigos 2º e 3º da Resolução SEDUC 52/2022, alterada pela Resolução SEDUC 9/2024 combinada com a Lei Complementar nº 1.374/2022 e alterações, torna público a abertura do Processo Seletivo para preenchimento de 1 vaga de Vice-Diretor Escolar

1. Disposições Iniciais:

A seleção será por meio da análise de documentos e de entrevistas, observando competência e habilidades, de acordo com o artigo 2º e 3º da Resolução SEDUC 52/2022 e alterações.

2. Do Perfil Profissional e dos Requisitos para Designação:

O candidato deverá:

a) Entregar Proposta de Trabalho de acordo com a Proposta Pedagógica da Unidade Escolar;

b) Possuir competências e habilidades de acordo com a Resolução SEDUC 52/2022 e alterações;

c) Entregar documentos que comprovam as exigências para a função, sendo portador de, pelo menos, um dos títulos abaixo relacionados:

1– Diploma, devidamente registrado, de Licenciatura Plena em Pedagogia;

2– Diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado ou Doutorado, na área de Educação, com área de concentração em Gestão Escolar ou Gestão Educacional;

3– Certificado de conclusão de curso, de pós-graduação em nível de Especialização, na área de formação de especialista em Educação (Gestão Escolar), com carga horária de, no mínimo, 800 (oitocentas horas).

4- Diploma, devidamente registrado, de Licenciatura Plena, em qualquer componente curricular.

d) possuir, no mínimo, 3 (três) anos de experiência de docência na rede estadual de ensino;

e) pertencer, de preferência, à Unidade Escolar em que se dará a designação;

f) participar de orientações presenciais ou à distância, a serem oferecidas pela Secretaria da Educação em nível regional ou central;

g) substituir o Diretor da Unidade Escolar, em seus impedimentos legais, de acordo com o disposto na Resolução SEDUC 52/2022 e suas alterações.

3. Proposta de Trabalho:

O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, Proposta de Trabalho que deverá estar em consonância às Diretrizes da Proposta Pedagógica da Unidade Escolar.

4. Entrevista:

A entrevista será no dia 30 de junho 2025, com horário a ser definido e agendado com o interessado para o aprofundamento e/ou elucidação de aspectos contidos na proposta de trabalho apresentada.

5. Documentos:

A Proposta de Trabalho e os documentos deverão ser acondicionados em um único envelope pardo com a identificação do candidato, a ser entregue no ato da inscrição. A proposta de trabalho com os documentos também poderão ser enviados para o seguinte e-mail: escolamonicabernabegarrote@gmail.com.

Anexo à Proposta de Trabalho, o interessado deverá entregar cópia simples da documentação abaixo relacionada:

a) RG e CPF;

b) Contagem de Tempo Anual – 2024 (data base 30/06/2024) – fornecida pela escola Sede de Controle de Frequência e datado, carimbado e assinado pela autoridade competente;

c) Diploma ou Certificado e Histórico Escolar de acordo com alínea c do item 2 deste Edital;

d) Currículo Profissional.

6. Das inscrições e Local:

As inscrições deverão ser realizadas na E. E. "Mônica Bernabé Garrote", localizada na Praça Maria Hungria Buchler, nº 80, Bairro Augusto Morini, Piraju/SP no período de 24 a 29 de junho de 2025, das 8h às 17h, ou por meio do e-mail escolamonicabernabegarrote@gmail.com. No caso de as inscrições serem realizadas por e-mail, deverão seguir no corpo do e-mail a solicitação da inscrição, o nome completo e os dados pessoais do candidato. Os documentos referentes à inscrição, descritos no item 5 deste Edital, deverão ser digitalizados e enviados como anexo do e-mail.

Para o preenchimento das funções de Vice-Diretor Escolar, a Diretoria de Ensino considerará:

• O perfil da Unidade Escolar detentora da vaga combinado com o disposto no Artigo 3º da Resolução SEDUC 52/2022

• O Vice-Diretor Escolar deverá apresentar os seguintes conhecimentos e habilidades:

I – Conhecimento de gestão escolar e suas dimensões;

II– Capacidade de orientar e articular a equipe escolar quanto ao estabelecimento de metas e desenvolvimento de ações que visem à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem;

III – capacidade de coordenar e avaliar o desenvolvimento de projetos e ações que propiciem a melhoria da convivência escolar.

• A indicação do Diretor de Escola é submetida à aprovação do Dirigente Regional de Ensino, conforme disposto na Resolução SEDUC 52/2022 bem como na Resolução SEDUC 9/2024:

"Artigo 7º – Para o preenchimento das funções de Vice-Diretor Escolar e formação de cadastro de reserva, a Diretoria de Ensino deverá realizar processo seletivo, considerando o perfil da unidade escolar detentora da vaga e o disposto no artigo 3º desta Resolução.

§ 1º – O Diretor de Escola ou Diretor Escolar deverá indicar o docente devidamente habilitado pelo processo seletivo e submetê-lo à aprovação do Dirigente Regional de Ensino.

§ 2º – Compete ao Dirigente Regional de Ensino a designação para o exercício das funções de Vice-Diretor Escolar, inclusive das unidades escolares que não contarem com Diretor Escolar ou Diretor de Escola."

Recomenda-se que os atuais Vice-Diretores realizem a referida inscrição, tendo em vista que para nova designação (no caso de uma eventual cessação), será preciso estar devidamente habilitado no Processo Seletivo.

7. Das vagas:

A E. E. "Mônica Bernabé Garrote" dispõe de 1 (uma vaga) de Vice-Diretor Escolar.

8. Disposições Finais:

a) As etapas deste processo de seleção não poderão ser feitas por procuração;

b) O Vice-Diretor Escolar cumprirá jornada de 40 horas semanais, com carga horária diária de 8 horas, com intervalo de uma hora para descanso;

c) Uma vez entregue sua Proposta de Trabalho, o candidato estará ciente e de acordo que, após a realização da entrevista, é de exclusiva decisão da Unidade Escolar a indicação do candidato para a função concorrida e de competência do Dirigente Regional de Ensino a designação;

d) O ato de designação ocorrerá em momento oportuno, em data a ser definida pela Administração.

Observação: Caso haja alteração na legislação, o presente edital será tornado insubsistente e/ou retificado.

Piraju, 23 de junho de 2025.

Emerson Carlos de Almeida

RG 40.834.461-1

Diretor Escolar

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE REGISTRO

PORTARIA DE CONVOCAÇÃO - CONVIVA

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, de 18 de junho de 2025.

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Registro, CONVOCA para a Orientação Técnica **"CONVIVA: Clima escolar e segurança – Recursos e procedimentos"** nos termos do art. 12 e inciso l do Artigo 14, da Resolução SE 62/2017, na seguinte conformidade:

PÚBLICO-ALVO: Vice-diretores (pontos focais do Conviva), Psicólogos do "Programa Psicólogo na Escola"; Professor Orientador de Convivência e Diretor, onde não há vice-diretor.

DATA: 26 de junho de 2025

HORÁRIO: 8:30h às 17:30h

LOCAL: Salão de Reunião da Diretoria de Ensino

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTOS

DISPÕE SOBRE REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR

Portaria da Dirigente Regional de Ensino de 19/05/2025.

Declarando Regularizada a Vida Escolar, na 8ª série do Ensino Fundamental, na E.E. Olga Cury, de Ildiane Costa Santna, RG 39.900.557-2/SP, concluinte do Ensino Médio, no ano letivo de 2024, na CEEJA Maria Aparecida Pasqualeto Figueiredo, de acordo com a Deliberação CEE 18/86 e Indicação CEE 8/86, itens 3.4.1 e 6.1.2, tendo em vista a ocorrência de Recuperação Implícita.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO CARLOS

COMUNICADO , DE 23 DE JUNHO DE 2025

EDITAL 08/2025

DIRETOR ESCOLAR

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região DE São Carlos torna pública a vaga de Diretor Escolar, a ser preenchida mediante designação, na unidade escolar sob sua jurisdição, nos termos da Resolução SEDUC 28, de 25 de julho de 2023. O preenchimento da vaga será realizado em conformidade com as normas e requisitos estabelecidos neste edital.

1. - A VAGA

Será oferecida a vaga para o cargo de Diretor Escolar/Diretor de Escola na seguinte unidade escolar:

E.E. Prof. Arlindo Bittencourt – Diretor de Escola/Diretor Escolar (cargo vago).

1. – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O candidato interessado em concorrer à vaga deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Ser Diretor Escolar ou professor (efetivo ou ocupante de função-atividade) do Quadro de Magistério desta Secretaria;
1. Atender aos requisitos para os seguintes cargos:

2.1.2.2. Diretor Escolar, conforme disposto no Anexo V da Lei Complementar nº 1.374, de março de 2022.

1. Não possuir antecedentes funcionais desabonadores;
2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
3. Estar regularizado junto às obrigações eleitorais e militares (quando aplicável);
4. Não ter sido penalizado em Processo Administrativo Disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos;
5. Ter realizado o Curso Programa de Desenvolvimento de Liderança – PDL – Curso 2 – 1ªEdição/2023.

1. - DAS ETAPAS

3.1 – Etapa 1 – Inscrição - Período de 24 a 30/06/2025.

1. O docente (titular de cargo ou ocupante de função-atividade) ou Diretor Escolar, de qualquer Diretoria de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, poderá participar do processo de seleção, por meio de inscrição no link: https://forms.gle/xKqL2tN5J75MZBYf7
2. No momento de inscrição, os requisitos de experiência e de formação serão apurados automaticamente, de acordo com os dados do Cadastro da Secretaria da Educação.
3. Os docentes, que na apuração prevista no item 3.2.2 deste edital, não preencherem os requisitos e tiverem documentos comprobatórios, poderão apresentálos na Diretoria de Ensino (Assessoria do gabinete da Dirigente Regional de Ensino) de interesse de inscrição, até às 18h00 do dia 27/06/2025, para fins de atualização de cadastro e prosseguimento de sua inscrição.
4. Na hipótese mencionada no item 3.1.3 deste edital, a Diretoria de Ensino terá até 2 (dois) dias para deferir ou indeferir o pedido de atualização proposta pelo candidato.
5. Somente após a atualização dos dados cadastrais, o candidato deverá realizar a sua inscrição dentro do período estipulado neste edital.
6. Do indeferimento da Diretoria de Ensino, caberá recurso e ou reconsideração. Período para interposição de recurso: até às 12h00 do dia 01/07/2025, por meio do email: descl@educacao.sp.gov.br

3.2. Etapa 2 – Diretoria de Ensino – Entrevistas, a partir de 02/07/2025

1. Os candidatos à vaga serão submetidos à entrevista, para verificação da compatibilidade de seu perfil profissional e serão convocados através do e-mail informado na inscrição, a partir do dia 02/07/2025.
2. O servidor será convocado para entrevista, visando à avaliação técnica e de competências do candidato às especificidades da vaga concorrida, cujo dia e horário serão definidos pela Diretoria de Ensino.
3. Além do disposto no item 3.2.2 deste edital, serão analisadas:
    1. a atuação profissional em designações de suporte pedagógico anteriores a que esteja concorrendo;
    2. a possibilidade de cumprimento da jornada de suporte pedagógico caracterizada por 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a necessidade da administração;
4. O candidato, nessa Etapa, que dela não participar ou abandoná-la durante sua realização será considerado(a) desistente deste Processo Seletivo.
5. A Diretoria de Ensino selecionará 03 (três) candidatos com base nas competências apresentadas na entrevista e encaminhará à Secretaria da Educação.

3.3 – Etapa 3 - Secretaria de Educação

1. Os 03 (três) candidatos selecionados serão submetidos à entrevista com a Secretaria da Educação, visando identificar suas habilidades de liderança e capacidade de avaliação pedagógica.
2. Pela Secretaria da Educação, será realizada a análise sobre:
    1. a conduta funcional e assiduidade, em razão da relevância social das atribuições a serem desempenhadas;
    2. o histórico funcional e de curriculum vitae (sugestão de modelo – clique aqui)

3.3.3. Com base nas avaliações, o candidato final será selecionado para o cargo de Diretor Escolar.

3.3.4. O candidato aprovado para participar dessa etapa, mas que dela não participar ou abandoná-la durante sua realização, será considerado(a) desistente deste Processo Seletivo.

3.4. Etapa 4 - Verificação Final e Aprovação do Dirigente Regional de Ensino

O candidato final selecionado passará por uma última verificação de elegibilidade e competências pelo Dirigente Regional de Ensino.

1. - DOS RESULTADOS:
    1. O resultado do processo seletivo será divulgado por meio de publicação no site desta Diretoria de Ensino: https:// https://desaocarlos.educacao.sp.gov.br/.
    2. Os candidatos que atenderam aos requisitos mínimos e foram aprovados em etapas anteriores, mas não foram selecionados para a vaga de Diretor Escolar, são inseridos no Banco de Talentos.
    3. Esses candidatos podem ser considerados para futuras oportunidades de vagas de Diretor Escolar.
2. - DA DESIGNAÇÃO:
    1. Os candidatos selecionados serão designados para o cargo de Diretor Escolar pelo Dirigente Regional de Ensino, cuja data de início do exercício deve constar na portaria de designação.
    2. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua designação quando:
        1. deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos na convocação, seja qual for o motivo alegado;
        2. não aceitar as condições ou documentos estabelecidos para o exercício do cargo. VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
    3. A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas estabelecidas neste edital.
    4. O candidato que não atender aos requisitos estabelecidos será eliminado do processo.
    5. É de responsabilidade do candidato a veracidade das informações prestadas e a apresentação dos documentos solicitados no edital.
    6. O não comparecimento ou não participação do candidato nas etapas do processo implicará sua eliminação.
    7. As disposições deste Edital estarão sujeitas a adequações que respeitem quaisquer alterações de dispositivos legais supervenientes.
    8. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DO DIRETOR DE ESCOLA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Portaria do Diretor da EE Fúlvio Morganti, de 18/06/2025. Convocando, nos termos do Artigo 4º, da Portaria CGEB, 24/10/2012, publicada em 25/10/2012, a Sra.

DEISE LORRANE JECI DE OLIVEIRA, RG nº 38.150.757-9/SP, para comparecer, em 25/06/2024, às 10h30, na Diretoria de Ensino - Região de São Carlos, localizada à rua Conselheiro Joaquim Delfino, 180, Jardim Centenário, para tratar de assunto de seu interesse, relativo à sua vida escolar

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Extrato de Contrato

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Registro de Preços: Sim

Processo de Licitação: 015.00150083/2025-75

Processo de Compra: 015.00498999/2025-11

Contrato Nº: 009/2025

Contratante: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO CARLOS

Contratado: AMBP PROMOÇÕES E EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP

CNPJ nº 08.472.572/0001-85

Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE, COM ENTREGA PARCELADA.

Valor: R$ 42.271,20 (Quarenta e dois mil duzentos e setenta e um reais e vinte centavos)

Data da assinatura: 18/06/2025

Programa de Trabalho: 12368080061690000

Fonte: 150010001

Natureza da Despesa: 339030

Vigência: a contar da data da assinatura, dia 18/06/2025 até 17/06/2026

Parecer CJ/SEDUC n.º 165/2025.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Extrato de Contrato

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Registro de Preços: Sim

Processo de Licitação: 015.00854651/2024-20

Processo de Compra: 015.00512496/2025-58

Contrato Nº: 010/2025

Contratante: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO CARLOS

Contratado: NATALIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

CNPJ nº 57.690.901/0001-70

Objeto: TRANSPORTE EVENTUAL

Valor: R$ 30.814,74 (Trinta mil oitocentos e quatorze reais e setenta e quatro centavos)

Data da assinatura: 23/06/2025

Programa de Trabalho: 12368080061690000

Fonte: 154010001

Natureza da Despesa: 339033

Vigência: a contar da data da assinatura, dia 23/06/2025 até 22/06/2026

Parecer CJ/SEDUC n.º 203/2025

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

Diretoria de Ensino Região de São José do Rio Preto Extrato de Aditamento contratual

Processo SEDUC-PRC-2022/14183 - SEI Nº 015.00013089/2023-09

Pregão Eletrônico nº 003/2022

Contrato n° 077/2022

Contratante: Diretoria de Ensino Região de São José do Rio Preto

Contratada: DIGITAL INFORMÁTICA E LOCAÇÕES LTDA - ME

Objeto: Primeiro Termo de aditamento contratual – Prorrogação - de serviços de impressão corporativa por meio de outsourcing nas dependências da Diretoria de Ensino de São José do Rio Preto.

Vigência da Prorrogação: 20/04/2025 a 19/10/2027.

Valor Mensal do contrato: R$ 4.680,04

Valor total do contrato: R$ 140.401,20

Data da assinatura: 14/04/2025

TRANSPORTE ESCOLAR

Diretoria de Ensino Região de São José do Rio Preto Extrato de aditamento de contrato

Processo SEI 015.00089479/2023-41– Legado SEDUC-PRC 2021/16058

Contrato n° 021/2021

Contratante: Diretoria de Ensino Região de São José do Rio Preto

Contratada: LAPE TRANSPORTES MIRASSOL EIRELI

Objeto: Quinto termo de aditamento de contrato – PRORROGAÇÃO – serviços contínuos de transporte escolar para os alunos da Rede Pública Estadual portadores ou não de necessidades especiais

Vigência do aditamento: 03/03/2025 a 04/01/2026

Valor total estimado do aditamento: R$ 6.399.686,76

Data da assinatura:28/02/2025

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

A DIRIGENTE DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições, com fundamento do Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º, que regulamenta § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, para sem prejuízo dos vencimentos, e das demais vantagens de seus cargos, constituírem a função de Gestores e Fiscais do Contrato 011/2025 – aquisição de Kit Lanche, para atendimento aos Estudantes da Rede Estadual de Ensino e seus acompanhantes nos dias de eventos de premiação das Olimpíadas de Matemática e de Redação 2025 – Processo Licitatório/SEI nº 015.00150083/2025-75 – Processo de Compra/SEI nº 015.00494946/2025-13.

I - Gestor Miriam Adriana Gortardo Piton, RG nº 21.999.807-3, cargo Assistente Técnico;

II – Gestor Substituto Maria Aparecida Espadari Bonfim, RG nº 15.979.905-3, cargo Diretor I;

III - Fiscal responsável Erika Mesquita Zeguine da Silva, RG nº 28.576.006-3, cargo PEB-II;

IV - Fiscal responsável Mônica Antônia Cucatto da Silva, RG nº 17.517.513-5, cargo PEB-II.

Art. 2º - Competirá aos servidores acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

A DIRIGENTE DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições, com fundamento do Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º, que regulamenta § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo, para sem prejuízo dos vencimentos, e das demais vantagens de seus cargos, constituírem a função de Gestores e Fiscais do Contrato 010/2025 – transporte eventual, para atendimento aos Estudantes da Rede Estadual de Ensino e seus acompanhantes nos dias de eventos de premiação das Olimpíadas de Matemática e de Redação 2025 – Processo Licitatório/SEI nº 015.00854651/2024-20 – Processo de Compra/SEI nº 015.00506800/2025-28.

I - Gestor Miriam Adriana Gortardo Piton, RG nº 21.999.807-3, cargo Assistente Técnico;

II – Gestor Substituto Maria Aparecida Espadari Bonfim, RG nº 15.979.905-3, cargo Diretor I;

III - Fiscal responsável Erika Mesquita Zeguine da Silva, RG nº 28.576.006-3, cargo PEB-II;

IV - Fiscal responsável Mônica Antônia Cucatto da Silva, RG nº 17.517.513-5, cargo PEB-II.

Art. 2º - Competirá aos servidores acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A DIRIGENTE DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso de suas atribuições, com fundamento do Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º, que regulamenta § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seus cargos, constituírem a função de Gestores e Fiscais do Contrato 014/2025 – serviços de transporte de passageiros, mediante fretamento, para atendimento aos Estudantes da Rede Estadual de Ensino e seus acompanhantes nos dias de eventos de premiação das Olimpíadas de Matemática 2025 – Processo Licitatório/SEI nº 015.00854651/2024-20 – Processo de Compra/SEI nº 015.00514383/2025-97.

I – Gestor do Contrato: Rafael Rodolfo Cordeiro, RG nº 42.367.474-2, cargo: PEC Desenvolvimento Curricular;

II – Gestor Substituto: Priscilla Aparecida Vidal dos Santos Silva, RG nº 28.914.747-5, cargo: Coordenador de Equipe Curricular;

III - Fiscal responsável: Bruno César Leite Villela Nunes, RG nº 30.026.877-4, cargo: Diretor Técnico II - CAF;

IV - Fiscal responsável: Claudineise Luzia Nunes, RG nº 18.283.363, cargo: Oficial Administrativo.

Art. 2º - Competirá aos servidores acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A DIRIGENTE DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso de suas atribuições, com fundamento do Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º, que regulamenta § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para, sem prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens de seus cargos, constituírem a função de Gestores e Fiscais do Contrato 013/2025 – serviços de transporte de passageiros, mediante fretamento, para atendimento aos Estudantes da Rede Estadual de Ensino e seus acompanhantes nos dias de eventos de premiação das Olimpíadas de Matemática 2025 – Processo Licitatório/SEI nº 015.00150083/2025-75 – Processo de Compra/SEI nº 015.00499785/2025-54.

I – Gestor do Contrato: Rafael Rodolfo Cordeiro, RG nº 42.367.474-2, cargo: PEC Desenvolvimento Curricular;

II – Gestor Substituto: Priscilla Aparecida Vidal dos Santos Silva, RG nº 28.914.747-5, cargo: Coordenador de Equipe Curricular;

III - Fiscal responsável: Bruno César Leite Villela Nunes, RG nº 30.026.877-4, cargo: Diretor Técnico II - CAF;

IV - Fiscal responsável: Claudineise Luzia Nunes, RG nº 18.283.363, cargo: Oficial Administrativo.

Art. 2º - Competirá aos servidores acompanhar, fiscalizar e gerir a execução do objeto contratado, bem como observar e cumprir o disposto no § 3° do artigo 8° da Lei Federal 14.133, de 1° de abril de 2021.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TAUBATÉ

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

Dispõe sobre a homologação de Plano de Gestão Escolar

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Taubaté, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Lei n 9.394/1996, Deliberação CEE nº 10/1997 e Indicação CEE nº 13/1997 e demais normas vigentes, à vista do Processo nº 015.00460903/2025-34 expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica homologado o Plano de Gestão Escolar – Anexo 2024, da Escola Geração Cibele SAAD, do Município de Taubaté, estado de São Paulo.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

Dispõe sobre a homologação de Plano de Gestão Escolar

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino da Região de Taubaté, no uso de suas competências e atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, com fundamento na Lei n 9.394/1996, Deliberação CEE nº 10/1997 e Indicação CEE nº 13/1997 e demais normas vigentes, à vista do Processo nº 015.00196355/2025-83 expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica homologado o Plano de Gestão Escolar – Anexos 2016, Anexo 2017 e Anexo 2018 do Quadriênio 2015 a 2018, do Intituto Pólo Educacional, do Município de Taubaté, estado de São Paulo.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Valéria Mara Rodrigues Coura dos Santos
Dirigente Regional de Ensino

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TUPÃ

PORTARIA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 23/06/2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino – Região de Tupã, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA com fundamento no artigo 12 da Resolução SE 62/2017, o público-alvo abaixo relacionado para participar da **"Por dentro do Currículo e Replanejamento Escolar 2025"** no dia 25/06/2025, das 8h às 17h, no Salão de Capacitação da Diretoria de Ensino – Região de Tupã, Praça da Bandeira, 900 – Centro, Tupã-S.P.

I-Público-alvo:

-Coordenadores de Gestão Pedagógica Geral das Escola do PEI;

-Coordenadores de Gestão Pedagógica das Escola de Tempo Parcial e CEEJA;

-Professor Articuladores do Período Noturno das escolas PEI;

-Vice-diretor-escolar que atuam no período noturno das escolas PEI;

II - Observações:

-As escolas que tiverem mais de um CGP/CGPG, ambos estarão convocados;

-Na impossibilidade de participação do CGPG, um CGPAC poderá atender a convocação.

-Na impossibilidade de participação do CGP, um professor com perfil multiplicador poderá atender a convocação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTORANTIM

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Convocando, nos termos da Resolução SE 63/2017, os servidores abaixo citados para a Orientação Técnica para Reunião de Trabalho, conforme segue: Dia 27/06/2025. Local: Diretoria de Ensino Região Votorantim. Horário: 09h00 às 15h00. Público-alvo: Gerente de Organização Escolar.

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO

Homologando, com fundamento na Lei Federal 9.394/96, na Deliberação CEE 10/97, Indicação CEE 13/97, Parecer CEE 67/98 e à vista do Parecer Conclusivo do Supervisor de Ensino responsável pelo estabelecimento, o Plano Escolar Anual de 2025 do Colégio Cristão Antenor Thomazi – Votorantim – SP.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA

COMUNICADO Nº 7, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Extrato de Contrato – Aquisição de Kit Lanche para OMASP 2025

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Registro de Preços: Sim

Processo de Licitação: SEI 015.00150083/2025-75

Processo de Compra: SEI 015.00499052/2025-10

Contrato Nº: 012/25

Contratante: Diretoria de Ensino Região de Votuporanga

Contratado: AMBP Promoções e Eventos Empresariais LTDA - EPP

CNPJ nº 08.472.572/0001-85

AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE, COM ENTREGA PARCELADA.

Valor: R$ 25.992,00

Data da assinatura: 16/06/2025

Programa de Trabalho: 12368080061690000

Fonte: 259930001

Natureza da Despesa: 33903010

Vigência: a contar da data da assinatura, dia 16/06/2025 até 15/06/2026

Parecer CJ/SEDUC n.º 165/2025

SECRETARIA DE ESPORTES

GABINETE DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SESP Nº 13, DE 11 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a recondução de responsável para exercer as funções de Ouvidoria da Pasta.

A **Secretária de Esportes,** no uso de suas atribuições legais conforme **Decreto nº 69.436, de 26/03/2025**, **CONSIDERANDO** o disposto no **Decreto nº 68.156, de 09/12/2023** e nos artigos 7º, 8º e 9º da **Resolução CGE nº 017, de 21/11/2024, RESOLVE**:

Art. 1º - Reconduzir Felipe Marqui, RG. 43.555.565-0, para continuar exercendo as funções de Ouvidor da Pasta **pelo período de 02 (dois) anos.**

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a contar de 01/01/2025.**

HELENA DOS SANTOS REIS
Secretária de Esportes

SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

PORTARIA SESP Nº 23 DE 23 DE JUNHO DE 2025

Reestrutura o Grupo de Trabalho para tratar e executar assuntos relacionados à mudança da Sede da Secretaria de Esportes para o Conjunto Desportivo Baby Barioni

O Subsecretário de Gestão Corporativa da Secretaria de Esportes, no uso de suas atribuições legais, considerando as alterações funcionais da parta e a necessidade de dar continuidade nos tramites da mudança da Sede da Secretaria de Esportes, resolve:

Artigo 1º - Reestruturar o Grupo de Trabalho (GT), no âmbito da Secretaria de Esportes, instituído através da Portaria SESP nº 04 de 05/02/2024 e reestruturado pela Portaria SESP nº 14 de 27/05/2024, visando estruturar e coordenar os trâmites necessários para a execução da mudança física da Sede da Secretaria de Esportes para o Conjunto Desportivo Baby Barioni.

Artigo 2º - O Grupo de Trabalho fica composto pelos seguintes funcionários:

a. Ledilson Ciriaco da Costa - RG 22.936.202-3 - **Coordenador do Grupo**;

b. Bruna Fernanda Casquel Porpeta - RG 49.428.189-3;

c. Deborah Serigatti Padilha - RG 43.593.693-1;

d. Erica Naomi Omati - RG 24.935.109-2;

e. Fabio Henrique Carneiro Voros - RG 42.757.850-4;

f. Fabio Pascual Llopis - RG 24.415.157-X;

g. Pedro Augusto Martins Ribeiro - RG 16.984.039;

h. Valter De Almeida Andrade - RG 49.487.547-1.

Parágrafo único : o Grupo de Trabalho deverá solicitar apoio aos demais setores da Pasta conforme a necessidade.

Artigo 3º - Cabe ao Grupo de Trabalho apresentar um cronograma de mudança, propostas de documentações necessárias para a concretização da mudança, estudos e relatórios necessários à esta Subsecretaria de Gestão Corporativa para aprovação junto ao Secretário Executivo.

Parágrafo único: Após aprovado o cronograma, deverá ser divulgado a todos os setores da Secretaria.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e se encerra após a total mudança.

MARCELO HIDEKI NANYA
Subsecretário de Gestão Corporativa

COORDENADORIA GERAL

DESPACHO DA SECRETÁRIA - AUTORIZAÇÃO DE 100% DOS VENCIMENTOS

Despacho da Secretária, de 23/06/2025

Autorizando, *excepcionalmente nos termos do Parágrafo 2º, Artigo 8º do Decreto 48.292/2003, o recebimento de diárias aos interessados abaixo, no mês de Maio e Junho/2025, até o limite de **100%** dos vencimentos:*

EVENTO: **27º JOMI - Jogos da Melhor Idade, 2ª Região**, nos Municípios de Pindamonhangaba, Suzano, São Sebastião, Campos do Jordão, Arujá /SP.

De 23 a 24/05/2025 – (01 Diária) - Município de Pindamonhangaba

MARIA SELMA ARAÚJO MOREIRA ROCHA - Analista Sociocultural – RG-19.248.377-8

De 22 a 25/05/2025 – (03 Diárias) - Município de Pindamonhangaba

NANCI APARECIDA RODRIGUES ASSIS TONELLI - Analista Sociocultural – RG-10.228.471-4

WILSON APARECIDO TONELLI - Analista Sociocultural – RG-5.362.748-9

De 23 a 25/05/2025 – (02 Diárias) - Município de Pindamonhangaba

HEBER FRANCISCO DOS SANTOS - Analista Sociocultural – RG-17.530.718-0

JEYNER LEME SOARES - Analista Sociocultural – RG-4.669.973-9

JUREMA PISSARRA SOPRAN - Agente Técnico de Assistência à Saúde–RG-8.127.472-5

LUANA XAVIER DAS NEVES CONCEIÇÃO - Oficial Administrativo – RG-33.623.738-8

LUIZ CARLOS CONTIERO - Analista Sociocultural – RG-9.613.657-1

MARIA CLAUDIA DA CUNHA - Analista Sociocultural – RG-16.948.906-1

De 25 a 27/05/2025 – (02 Diárias) - Município de Suzano

RODOLFO JOAQUIM SALGADO MORAIS JUNIOR - Analista Sociocultural – RG-11.532.922-5

NANCI APARECIDA RODRIGUES ASSIS TONELLI- Analista Sociocultural – RG-10.228.471-4

WILSON APARECIDO TONELLI - Analista Sociocultural – RG-5.362.748-9

De 26 a 27/05/2025 – (01 Diária) - Município de Suzano

GILDÁSIO DE ARAUJO BARRETO - Analista Sociocultural – RG- 4.382.223-X

JUREMA PISSARRA SOPRAN - Agente Técnico de Assistência à Saúde–RG-8.127.472-5

LUIZ CARLOS CONTIERO - Analista Sociocultural – RG-9.613.657-1

MARCO ANTONIO SOARES DE MATOS - Analista Sociocultural – RG-14.691.170-2

MARIA SELMA ARAÚJO MOREIRA ROCHA - Analista Sociocultural – RG-19.248.377-8

De 30 a 31/05/2025 – (01 Diária) - Município de Pindamonhangaba
HEBER FRANCISCO DOS SANTOS - Analista Sociocultural – RG-17.530.718-0
JEYNER LEME SOARES Analista Sociocultural – RG-4.669.973-9
JUREMA PISSARRA SOPRAN - Agente Técnico de Assistência à Saúde–RG-8.127.472-5
LUIZ CARLOS CONTIERO - Analista Sociocultural – RG-9.613.657-1
MARIA CLAUDIA DA CUNHA - Analista Sociocultural – RG-16.948.906-1
MARIA SELMA ARAÚJO MOREIRA ROCHA - Analista Sociocultural – RG-19.248.377-8
NANCI APARECIDA RODRIGUES ASSIS TONELLI - Analista Sociocultural – RG-10.228.471-4
WILSON APARECIDO TONELLI - Analista Sociocultural – RG-5.362.748-9
De 02 a 03/06/2025 – (01 Diária) - Município de Arujá
LUIZ CARLOS CONTIERO - Analista Sociocultural – RG-9.613.657-1
SERGIO CAPITO - Analista Sociocultural – RG-15.581.651-2
De 03 a 04/06/2025 – (01 Diária) - Município de São Sebastião
NANCI APARECIDA RODRIGUES ASSIS TONELLI - Analista Sociocultural – RG-10.228.471-4
WILSON APARECIDO TONELLI - Analista Sociocultural – RG-5.362.748-9
De 04 a 05/06/2025 – (01 Diária) - Município de Campos do Jordão
GILDÁSIO DE ARAUJO BARRETO - Analista Sociocultural – RG- 4.382.223-X
MARIA SELMA ARAÚJO MOREIRA ROCHA - Analista Sociocultural – RG-19.248.377-8
RENATO LUIZ GODOY VASCONCELLOS - Analista Sociocultural – RG-6.730.235-X
De 05 a 06/06/2025 – (01 Diária) - Município de Arujá
ELAINE APARECIDA MARTINS PRANCHEVICIUS - Analista Sociocultural – RG-7.806.524-0
RENILTON OLIVEIRA SANTOS - Analista Sociocultural – RG-15.996.081-2
De 06 a 07/06/2025 – (01 Diária) - Município de Pindamonhangaba
HEBER FRANCISCO DOS SANTOS - Analista Sociocultural – RG-17.530.718-0
JEYNER LEME SOARES - Analista Sociocultural – RG-4.669.973-9
LUANA XAVIER DAS NEVES CONCEIÇÃO - Oficial Administrativo – RG-33.623.738-8
LUIZ CARLOS CONTIERO - Analista Sociocultural – RG-9.613.657-1
MARIA CLAUDIA DA CUNHA - Analista Sociocultural – RG-16.948.906-1
MARIA SELMA ARAÚJO MOREIRA ROCHA - Analista Sociocultural – RG-19.248.377-8
NANCI APARECIDA RODRIGUES ASSIS TONELLI - Analista Sociocultural – RG-10.228.471-4
RENILTON OLIVEIRA SANTOS - Analista Sociocultural – RG-15.996.081-2
WILSON APARECIDO TONELLI - Analista Sociocultural – RG-5.362.748-9

HELENA DOS SANTOS REIS
Secretária de Estado

DESPACHO DA SECRETÁRIA - AUTORIZAÇÃO DE 100% DOS VENCIMENTOS

Despacho da Secretária, de 23/06/2025

Autorizando, *excepcionalmente nos termos do Parágrafo 2º, Artigo 8º do Decreto 48.292/2003, o recebimento de diárias aos interessados abaixo, no mês de Junho/2025, até o limite de **100%** dos vencimentos:*

EVENTO: 27º JOMI - Jogos da Melhor Idade, no período de 19 a 24/06/2025, no Município de São João da Boa Vista / SP.

DE 18 A 24/06/2025
EDILVANA MAZUCANTI GRECO - Analista Sociocultural – RG-16.194.559-4
GORETI APARECIDA SILVANI CARDOSO - Analista Sociocultural – RG-7.165.920-1
LEDA ZAMPESE ISÍDIO - Oficial Administrativo – RG-11.029.647-3
LEONICE FÁVERO - Analista Sociocultural – RG-59.831.287-0
MAURICIO PEREIRA LISBOA - Analista Sociocultural – RG-8.251.959-6
NANCI APARECIDA RODRIGUES ASSIS TONELLI - Analista Sociocultural – RG-10.228.471-4
REGINA MAURA DE MELO COSTA - Oficial Administrativo – RG-5.341.435-4
WILSON APARECIDO TONELLI - Analista Sociocultural – RG-5.362.748-9
DE 19 A 22/06/2025
BENEDITO NILTON DOS SANTOS - Auxiliar de Serviços Gerais – RG-8.136.669-3
CLAUDIMIR FRANCISCO DE ASSIS - Auxiliar de Serviços Gerais – RG-14.362.898-7
DE 19 A 24/06/2025
ALBA REGINA SANTOS OLIVEIRA MARCELINO - Oficial Administrativo–RG-5.982.485-2
ANDREA IARA FERREIRA ALEGRIA - Analista Sociocultural – RG-17.951.046-0
BENEDITO HENRIQUE TEIXEIRA - Oficial Administrativo – RG-10.936.888-5
CLAUDINEIA GOMES DOS SANTOS - Executivo Público – RG-21.922.929-6
ELAINE APARECIDA MARTINS PRANCHEVICIUS - Analista Sociocultural – RG-7.806.524-0
GUSTAVO DE CASTRO LINZMAYER - Executivo Público – RG-34.356.514-6
JULIO CESAR BERTO - Analista Sociocultural – RG-5.442.254-1
JULIO CESAR MALFI - Analista Sociocultural – RG-16.701.934-X
MARCIA LOPES GONÇALES BOCCOLI - Oficial Administrativo – RG-12.988.748-1
MARIA CLAUDIA DA CUNHA - Analista Sociocultural – RG-16.948.906-1
MATHEUS CARDOSO LOPES - Assistente IV – RG-38.724.830-4
MONICA JABUR - Auxiliar de Serviços Gerais II – RG-7.758.172-6
OLYNTHO VITÓRIA MEIRELLES - Analista Sociocultural – RG-7.607.232-0
ROSEMEIRE NASCIMENTO DE SOUZA - Auxiliar de Serviços Gerais – RG-9.673.330-5
SEBASTIÃO DO CARMO SANTOS - Oficial Operacional – RG-8.182.218-2
SOLANGE GUERRA BUENO - Analista Sociocultural – RG-12.782.800-X
SÔNIA MARIA DE SOUZA GABRIEL - Analista Sociocultural – RG-8.920.523-6
WALKYRIA FUGA DE SOUZA - Analista Sociocultural – RG-11.131.717-4
DE 20 A 21/06/2025
GLAUCIA MARIA BELLEMO - Oficial Administrativo – RG-12.961.887-1
DE 20 A 24/06/2025
GIOCONDO JOÃO JUNIOR - Analista Sociocultural – RG-16.984.949
DE 22 A 24/06/2025
MAURO CORAUCCI PRANCHEVICIUS - Analista Sociocultural – RG-8.670.056-X

HELENA DOS SANTOS REIS
Secretária de Estado

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA SESP CGER N.º 46/2025

Retificação DOE - 18/06/2025

O Coordenador Geral da Secretaria de Esportes, com base em suas atribuições definidas pelo Decreto nº 69.436/2025, altera a Portaria SESP CGER n.º 46/2025, que dispõe sobre Convocação de funcionários e servidores para prestação de serviços no 27º JOMI – Jogos da Melhor Idade, no Município de São João da Boa Vista/SP.

Leia-se como consta:

EXCLUIR DO PERÍDO:
DE 19 A 24/06/2025
MARGARIDA AKIKO HARADA DE OLIVEIRA
DE 20 A 21/06/2025
GLAUCIA MARIA BELLEMO
DE 22 A 24/06/2025
MAURO CORAUCCI PRANCHEVICIUS

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DE ARAUJO
Coordenador Geral

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA SESP CGER N.º 47/2025

Retificação DOE - 23/06/2025

O Coordenador Geral da Secretaria de Esportes, com base em suas atribuições definidas pelo Decreto nº 69.436/2025, altera a Portaria SESP CGER n.º 47/2025, que dispõe sobre Convocação de funcionários e servidores para prestação de serviços no Congresso Técnico dos 67º Jogos Regionais.

Leia como consta:
DE 22 A 24/06/2025 – 6ª Região Esportiva - Munícipio de Votuporanga
EDVALDO BENEDITO DE BRITO
IVONE APARECIDA DA SILVA LAUTON
JOSÉ AUGUSTO MACHADO
LUCIANA BIANCHI GUARIZZI
NEIDEVAL VERI
SANDRA CRISTINA MATOS DE CARVALHO
DE 25 A 26/06/2025 – 3ª Região Esportiva - Município de Lins
ALEXANDRE REQUENA DE OLIVEIRA
PAULO ROBERTO SILVEIRA
WILSON CARLOS CLARA
DE 24 A 26/06/2025 – 7ª Região Esportiva - Município de Ourinhos
EDVALDO BENEDITO DE BRITO
IVONE APARECIDA DA SILVA LAUTON
LUCIANA BIANCHI GUARIZZI
NEIDEVAL VERI
REINALDO DA SILVA LIMA
SANDRA CRISTINA MATOS DE CARVALHO

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DE ARAUJO
Coordenador Geral

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SFP-17, DE 23-06-2025

Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de Maio de 2024 a Abril de 2025.

O Secretário da Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Artigo 1º - Para efeito da apuração do depósito ao regime especial de pagamento de precatórios, o valor da receita corrente líquida de maio de 2025, apurado pela somatória das receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, é de R$ 257.414.247.031 (duzentos e cinquenta e sete bilhões quatrocentos e quatorze milhões duzentos e quarenta e sete mil e trinta e um reais).

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL YOSHIAKI OLIVEIRA KINOSHITA
Secretário da Fazenda e Planejamento

SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO, COBRANÇA, ARRECADAÇÃO, INTELIGÊNCIA DE DADOS E ATENDIMENTO

DELEGACIAS REGIONAIS TRIBUTÁRIAS

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DA CAPITAL I

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025 - DTC-I-NF-4

DTC-I/NF-4

Comunica aos interessados a declaração de inatividade do estabelecimento em decorrência de diligência fiscal que constatou a não localização do contribuinte, formalizada por meio de "TERMO CIRCUNSTANCIADO", e determinou a alteração da situação cadastral para "INAPTO POR NÃO LOCALIZAÇÃO", relativamente aos contribuintes abaixo relacionados, em conformidade com o previsto nos termos dos artigos 11 e 12 da Portaria CAT 95/2006, e em respeito ao artigo 25, inciso I c/c artigo 26 do RICMS-SP; efeitos a partir das datas indicadas.

Contribuinte: 52.588.363 EDSON VIRGINIO DA SILVA
IE: 125.961.380.113
CNPJ: 52.588.363/0001-93
Endereço: AVENIDA CUSTODIO DE SA E FARIA, 1016 SALA 4 A CEP 03979-000 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: " 19/10/2023"
SEI: " 017.00104213/2025-41"
Contribuinte: 57.885.589 RAYSSA DA SILVA RODRIGUES SANTOS
IE: 151.412.803.113
CNPJ: 57.885.589/0001-70
Endereço: RUA ALMIRANTE MARQUES DE LEAO, 589 CEP 01330-010 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 29/10/2024
OSF: 01-1-08665/25-1
Contribuinte: BM MADEIRAS E FERRAGENS LTDA
IE: 136.118.800.118
CNPJ: 46.477.286/0001-00
Endereço: RUA CLAUDINO PINTO, 120 ANEXO 136CEP 03040-040 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 20/05/2022
SEI: 017.00016156/2025-44
Contribuinte: CHIP TEC - COMERCIO ATACADO E VAREJO LTDA
IE: 135.613.515.114
CNPJ: 54.341.380/0001-57
Endereço: RUA Tiers, 184 CONJUNTO 12 / SALA 11CEP 03031-000 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 15/03/2024
SEI: 017.00100548/2025-91
Contribuinte: DISTRIBUIDORA DE BEBBIDAS BRUTUS LTDA
IE: 138.672.762.111
CNPJ: 49.667.859/0001-48
Endereço: RUA DOUTOR LUIS CARLOS, 621 CASA 3CEP 03505-000 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 22/02/2023
SEI: 017.00064884/2025-62
Contribuinte: EMPORIUM SAT - COMERCIO ATACADO E VAREJO DE ELETRONICOS LTDA
IE: 135.613.134.118
CNPJ: 54.34.0755/0001-64
Endereço: RUA João Teodoro, 906 CONJUNTO 12 / SALA 09CEP 03009-000 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 15/03/2024
SEI: 017.00100548/2025-91
Contribuinte: G MOREIRA COMERCIO MARINS LTDA
IE: 153.539.712.114
CNPJ: 60246065/0001-43
Endereço: RUA MARIA MARCOLINA, 240 SALA 43CEP 03011-001 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 04/04/2025
OSF: " 01-1-07926/25-7"
Contribuinte: JC LUM LTDA
IE: 129.054.173.113
CNPJ: 37367909/0001-92
Endereço: RUA JOSE MACEDO, 300 CEP 03236-020 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 10/06/2020
SEI: 017.00115954/2025-58
Contribuinte: PR DE LIMA - COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS EM GERAL
IE: 126.604.749.110
CNPJ: 34602918/0001-22
Endereço: RUA PADRE BRUNO RICCO, 48 CEP 03238-050 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 28/03/2025
SEI: 017.00115936/2025-76
Contribuinte: ROKANE INTERNATIONAL BUSINESS LTDA
IE: 150.344.497.114
CNPJ: 04702383/0001-09
Endereço: AVENIDA PAULISTA, 1636 CONJ 3 PAVMTO1 SALA 103 CEP 01310-200 SAO PAULO SP
Data da Inatividade:
SEI:
Contribuinte: TEC MAX COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
IE: 135.614.256.116
CNPJ: 54342294/0001-69
Endereço: RUA Hannemann, 348 CONJUNTO 12 / SALA 05 CEP 03031-040 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 28/03/2025
SEI: 017.00115472/2025-06
Contribuinte: VERONA - COMERCIO ATACADO E VAREJO DE ACESSORIOS ELETRONICOS LTDA
IE: 135.613.668.113
CNPJ: 54341487/0001-03
Endereço: RUA Barão de Ladário, 505 CONJUNTO 21 / SALA 07CEP 03010-000 SAO PAULO SP
Data da Inatividade: 15/03/2024
SEI: 017.00100548/2025-91

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DA CAPITAL II

ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO CADASTRAL DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DA CAPITAL II
REESTABELECIMENTO DA INSCRIÇÃO ESTADUAL

O Delegado Tributário da DTC-II notifica o interessado abaixo indicado de que, no processo 017.00077504/2025-50, determinou o reestabelecimento da eficácia de sua Inscrição Estadual a partir de 16/06/2025:

AUTO POSTO GAULA DO TUCURUVI LTDA
Avenida Gustavo Adolfo, 48 - Vila Gustavo, São Paulo-SP, CEP 02209-000
IE: 138.249.540.114
CNPJ: 48.727.569/0001-80

Ainda que o interessado não tenha atendido à notificação de renovação da Inscrição Estadual, fato que levou à cassação ora revertida, foi constatado o deferimento de pedido de alteração cadastral pela DT-14, processo 017.00192528/2024-57, nos termos da Portaria CAT 02/2011, dentro do prazo estabelecido para que apresentasse o pedido de renovação.

COMUNICADO Nº 21, DE 23 DE JUNHO DE 2025

NOTIFICAÇÃO – AIIM ICMS - Contribuinte: EVANDRO ALVES DE ARAUJO JUNIOR - I.E.: N.A. CNPJ/CPF: 007.677.918-19. Endereço: RUA PROFESSORA MARIA JOSE BARONE FERNANDES, 181, VILA MARIA BAIXA - Unidade de Julgamento: DTJ-1 - DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE JULGAMENTO DE SÃO PAULO - Posto Fiscal de Vinculação: DRTC-II, Rua Afonso Sardinha, 67 - Lapa, - São Paulo – SP. AIIM - ICMS Nº 5.055.934-5, de 18/06/2025. Nos termos do "caput" do artigo 100 e do §3º do artigo 99, ambos do Decreto nº 54.486/2009, fica o autuado NOTIFICADO da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias. Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto nº 54.486/2009, durante o prazo para interposição da DEFESA, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente. Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do §4º do artigo 9º da Lei nº 13.457/2009). Conforme o artigo 27, §4º da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas. Nos termos do artigo 85-B da Lei 6.374/89, caso haja expressa confissão irretratável do débito fiscal e renúncia ao contencioso administrativo tributário, e se atendidas as demais condições previstas no §1º, em havendo exigência de imposto, as infrações ficarão sujeitas a multa de 35% equivalente ao valor do imposto ou, nos demais casos, redução de 50% sobre os valores previstos na legislação vigente. Para mais dúvidas

sobre a confissão irretratável redução da multa ou sobre os procedimentos para confessar, acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Como-Confessar.aspx . Além disso, de acordo com o artigo 95, inciso I e §8º, da Lei nº 6.374/89, a multa poderá ser paga com desconto de 70% (setenta por cento) dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se considerar esta notificação realizada, condicionando-se este benefício ao pagamento integral do débito e implicando em renúncia à defesa e aos recursos previstos na legislação. Os valores líquidos para pagamento encontram-se no Demonstrativo do Débito Fiscal - Quadro 2. Para simular ou para gerar a DARE de pagamento acesse o sistema da Conta Fiscal do AIIM: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/cfaiim/Paginas/Sobre.aspx . Para informações sobre Parcelamentos e sobre documentos necessários acesse o link: https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/parcelamento-icms/Paginas/D%C3%A9bitos-que-podem-serparcelados.aspx . Nos termos do artigo 100, §§ 1º e 2º do Decreto nº 54.486/2009, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data em que se considerar realizada esta notificação sem que haja o recolhimento ou acordo de parcelamento do débito fiscal exigido no AIIM ou, ainda, a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e implicará na inscrição do débito na DÍVIDA ATIVA DO ESTADO. As infrações podem caracterizar crime contra ordem tributária, casos em que poderão ser comunicadas ao Ministério Público por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária, nos termos da legislação vigente. DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO Epat .O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT Nº 198/2010, para ter acesso à integra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento. O credenciamento poderá ser efetuado, desde que o notificado possua assinatura digital, através do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/ .A defesa deverá ser enviada através do Portal do ePAT nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, munida de documentos e peças em formato pdf, e dirigida ao Julgador Tributário. O autuado poderá vincular representantes legais ao AIIM, outorgando procuração eletrônica no Portal do ePAT, os quais terão acesso à íntegra do processo eletrônico e poderão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais. Nos casos em que os representantes do autuado não estiverem credenciados no ePAT, os atos do processo eletrônico poderão ser praticados no Posto Fiscal de Vinculação, atendendo ao disposto no artigo 21 da Portaria CAT 198/2010. Ressalte-se que a apresentação de defesa acarreta no início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais através da publicação no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF 20/2011.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DA CAPITAL III

RECURSO ADMINISTRATIVO

Comunicamos que foi NEGADO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto no processo 017.00027276/2023-13 (antigo número: SFP-PRC-2022/07958) pela interessada AUTO POSTO CARIOCA LT, Inscrição Estadual 108.849.520.119, CNPJ 43.505.403/0001-03, com endereço declarado ao fisco como sendo na rua Licio de Miranda, 842, Vila Carioca, São Paulo, SP, CEP 04225-030. Assim sendo, prevalece a situação de inaptidão da eficácia da IE 108.849.520.119 a partir de 05/11/2018, conforme originalmente publicado no D.O. – Poder Executivo – Seção I, em 02/09/2022.

O processo 017.00027276/2023-13 (antigo número: SFP-PRC-2022/07958) seguirá para arquivo.

PEDIDO DE REATIVAÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

O Delegado Tributário da Capital - DTC-III comunica que conheceu e INDEFERIU o requerimento protocolado no sistema SEI sob nº 017.00121206/2025-12, recepcionado como recurso administrativo visando a reativação da Inscrição Estadual (IE) 132.629.990.112, interposto pelo contribuinte G.H. COLELLO COMÉRCIO E SERVIÇOS, IE 132.629.990.112, CNPJ 46.147.861/0001-06, com endereço declarado ao Fisco como sendo na rua Califórnia, 30, Bloco 01, Cidade Monções, São Paulo, SP, CEP 04566-060.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE TAUBATÉ - DRT-3

CASSAÇÃO DA EFICÁCIA DA INSCRIÇÃO ESTADUAL – VINCULAÇÃO PF-TAUBATÉ

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE TAUBATÉ - DT-3

POSTO FISCAL DE TAUBATÉ

Os contribuintes a seguir identificados ficam notificados da cassação da eficácia da inscrição estadual, com a alteração de sua situação cadastral para "Inapto - Não Localizada", resultante de diligência fiscal efetuada no endereço declarado no CADESP e abaixo discriminado, nos termos do artigo 12 da Portaria CAT 95/2006.

NOME/RAZÃO SOCIAL:AUREA MARTINS TOTI

I.E.: 688.764.780.110 CNPJ:54.896.640/0001-50

ENDEREÇO:RUA PADRE FRANCISCO, N.º:131, COMPLEMENTO:GALPAOGREMIO MOCIDADE ALEG, BAIRRO:VILA NOSSA SENHORA DAS GRACAS, CEP:12.060-550, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:26/04/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.09542/24-0

NOME/RAZÃO SOCIAL:PETRO FORT COMERCIAL E SERVICOS LTDA

I.E.: 528.213.839.118 CNPJ:27.708.146/0001-42

ENDEREÇO:RUA DOS BENTOS, N.º:198, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CHACARA DA GALEGA, CEP:12.422-070, PINDAMONHANGABA - SP

DATA DA INATIVIDADE:30/04/2025

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.01119/25-1

NOME/RAZÃO SOCIAL:IMPACTO COMERCIO E MANUTENCAO DE BOMBAS DE COMBUSTIVEIS E CONSTRUCAO CIVIL LTDA

I.E.: 688.772.871.119 CNPJ:28.249.693/0001-70

ENDEREÇO:RUA DOUTOR SOUZA ALVES, N.º:526, COMPLEMENTO:SLJ SOBRELOJA, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.020-030, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:15/08/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.01525/25-3

NOME/RAZÃO SOCIAL:LUIZ A. PEDROSA

I.E.: 688.432.139.118 CNPJ:29.191.169/0001-58

ENDEREÇO:RUA PAULO WAGNER DE BARROS SANTOS, N.º:60, COMPLEMENTO:BLOCO 63 APT 13, BAIRRO:CECAP, CEP:12.043-022, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:24/09/2022

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.01438/24-1

NOME/RAZÃO SOCIAL:HUB SERVICOS DE LOGISTICA LTDA

I.E.: 688.607.861.117 CNPJ:43.316.059/0001-04

ENDEREÇO:AVENIDA ALBERTO WINTHER DE ARAUJO, N.º:101, COMPLEMENTO:SALA 02, BAIRRO:JARDIM OASIS, CEP:12.042-213, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:25/04/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.03666/24-1

NOME/RAZÃO SOCIAL:GLAUCIA LUZIA DA SILVA 26538779883

I.E.: 688.496.439.113 CNPJ:34.330.916/0001-21

ENDEREÇO:RUA JOSE LOURENCO DE MATTOS CASTRO, N.º:81, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:RECANTO DOS COQUEIRAIS, CEP:12.052-270, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:25/11/2023

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.04203/24-8

NOME/RAZÃO SOCIAL:HERIVELTO ANDRADE CUNHA

I.E.: 688.157.963.115 CNPJ:04.498.799/0001-49

ENDEREÇO:AVENIDA VILA VELHA, N.º:1247, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:PARQUE SAO CRISTOVAO, CEP:12.052-250, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:14/06/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.04202/24-4

NOME/RAZÃO SOCIAL:ANTONIO DOS SANTOS 60465492800

I.E.: 688.422.300.115 CNPJ:28.395.589/0001-93

ENDEREÇO:RUA NELSON MEIRELES, N.º:546, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:PARQUE SAO CRISTOVAO, CEP:12.053-130, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:14/06/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.04204/24-1

NOME/RAZÃO SOCIAL:CONTACT MAIS TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA

I.E.: 688.366.562.117 CNPJ:23.502.238/0001-10

ENDEREÇO:RUA DOMINGUES RIBAS, N.º:795, COMPLEMENTO:CASA 2 SALA 3, BAIRRO:MONCAO, CEP:12.060-000, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:13/09/2022

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.04206/24-9

NOME/RAZÃO SOCIAL:VIDRACARIA START LTDA

I.E.: 528.299.672.116 CNPJ:47.857.983/0001-40

ENDEREÇO:RUA MARTIN CABRAL, N.º:258, COMPLEMENTO:SALA 01, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.400-020, PINDAMONHANGABA - SP

DATA DA INATIVIDADE:02/12/2023

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.06013/24-4

NOME/RAZÃO SOCIAL:JOSETE BARBOSA LIMA 00082450293

I.E.: 688.466.292.112 CNPJ:32.063.063/0001-83

ENDEREÇO:RUA DONA CHIQUINHA DE MATTOS, N.º:260, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.020-010, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:12/08/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.06147/24-8

NOME/RAZÃO SOCIAL:POLYANNA DE JESUS CUSTODIO 45105037847

I.E.: 528.096.692.110 CNPJ:19.045.370/0001-73

ENDEREÇO:RUA MARTIN CABRAL, N.º:258, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.400-020, PINDAMONHANGABA - SP

DATA DA INATIVIDADE:21/05/2016

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.07075/24-5

NOME/RAZÃO SOCIAL:JECER EUGENIO DA SILVA 10981531890

I.E.: 688.440.949.110 CNPJ:29.861.652/0001-00

ENDEREÇO:RUA ORESTES FRANCISCO VANONE, N.º:935, COMPLEMENTO:BRCAO, BAIRRO:RESIDENCIAL ESTORIL, CEP:12.092-700, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:05/08/2021

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.08583/24-6

NOME/RAZÃO SOCIAL:FUSETTO COFFEE CAFETERIA E LANCHONETE LTDA

I.E.: 688.500.472.110 CNPJ:34.598.886/0001-39

ENDEREÇO:RUA JACQUES FELIX, N.º:368, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.020-060, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:02/10/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.09108/24-2

NOME/RAZÃO SOCIAL:GKR LOJAS DE VARIEDADES LTDA

I.E.: 528.107.611.119 CNPJ:09.510.273/0002-31

ENDEREÇO:RUA DOUTOR GUSTAVO DE GODOY, N.º:76, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.400-040, PINDAMONHANGABA - SP

DATA DA INATIVIDADE:04/05/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.09171/24-9

NOME/RAZÃO SOCIAL:SANTA ESQUINA BAR E LANCHONETE LTDA

I.E.: 688.747.877.110 CNPJ:53.422.112/0001-05

ENDEREÇO:RUA JOSE VICENTE DE BARROS, N.º:822, COMPLEMENTO:TERREOESQUINA, BAIRRO:AREAO, CEP:12.061-000, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:24/04/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.09545/24-1

NOME/RAZÃO SOCIAL:SANTA ESQUINA ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA

I.E.: 688.377.801.116 CNPJ:24.359.981/0001-26

ENDEREÇO:RUA JOSE VICENTE DE BARROS, N.º:822, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:PARQUE SANTO ANTONIO, CEP:12.061-000, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:07/09/2022

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.00002/25-7

NOME/RAZÃO SOCIAL:TRANSCAMION LOGISTICA LTDA

I.E.: 688.672.983.118 CNPJ:47.226.371/0001-50

ENDEREÇO:RUA JOSE FRANCISCO MOREIRA, N.º:70, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:JARDIM DAS BANDEIRAS, CEP:12.051-120, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:21/01/2025

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.00222/25-7

NOME/RAZÃO SOCIAL:TRANSPORTES COLACO LTDA

I.E.: 688.330.345.118 CNPJ:20.718.456/0001-07

ENDEREÇO:RUA JOSE DANTAS, N.º:211, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:PARQUE AEROPORTO, CEP:12.051-380, TAUBATE - SP

DATA DA INATIVIDADE:11/07/2023

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.00223/25-3

NOME/RAZÃO SOCIAL:TROYLE DA COSTA RESTAURANTE LTDA

I.E.: 282.185.544.111 CNPJ:47.198.760/0001-19

ENDEREÇO:RUA DOUTOR CELESTINO, N.º:704, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.701-430, CRUZEIRO - SP

DATA DA INATIVIDADE:06/03/2025

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.00257/25-1

NOME/RAZÃO SOCIAL:MOTORBIER CERVEJARIA LTDA

I.E.: 282.183.685.116 CNPJ:28.219.818/0002-08

ENDEREÇO:RUA DOM BOSCO, N.º:416, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.701-250, CRUZEIRO - SP

DATA DA INATIVIDADE:23/04/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.02579/25-7

NOME/RAZÃO SOCIAL:CASA DE CARNES ROCHA CRUZEIRO LTDA

I.E.: 282.191.776.115 CNPJ:50.154.102/0001-30

ENDEREÇO:RUA DOUTOR JOSE RODRIGUES ALVES SOBRINHO, N.º:738, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:VILA SUELY, CEP:12.711-690, CRUZEIRO - SP

DATA DA INATIVIDADE:28/12/2024

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.02245/25-2

NOME/RAZÃO SOCIAL:K C DA MOTTA

I.E.: 282.060.849.111 CNPJ:12.911.371/0001-04

ENDEREÇO:RUA DOUTOR CELESTINO, N.º:704, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.701-430, CRUZEIRO - SP

DATA DA INATIVIDADE:09/04/2025

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.01598/25-6

NOME/RAZÃO SOCIAL:S M B PILAN LUBRIFICANTES

I.E.: 282.076.727.115 CNPJ:18.577.634/0001-77

ENDEREÇO:RUA ENGENHEIRO ANTONIO PENIDO, N.º:727, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.701-050, CRUZEIRO - SP

DATA DA INATIVIDADE:04/10/2023

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.01711/25-5

NOME/RAZÃO SOCIAL:SANDRA LUCIA FARIA 07491008852

I.E.: 282.082.921.116 CNPJ:20.351.141/0001-66

ENDEREÇO:AVENIDA NESRALLA RUBEZ, N.º:1205, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO:CENTRO, CEP:12.701-000, CRUZEIRO - SP

DATA DA INATIVIDADE:01/10/2023

POSTO FISCAL: TAUBATE

Nº OSF: 03.0.04036/25-3

Deste ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Tributário de Taubaté, no prazo de 30 dias contados desta publicação, a ser protocolado nas unidades de atendimento da Secretaria da Fazenda e Planejamento, conforme artigo 13 da referida Portaria.

POSTO FISCAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CASSAÇÃO DA EFICÁCIA DA INSCRIÇÃO ESTADUAL – VINCULAÇÃO PF-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE TAUBATÉ - DT-3

POSTO FISCAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Os contribuintes a seguir identificados ficam notificados da cassação da eficácia da inscrição estadual, com a alteração de sua situação cadastral para "Inapto - Não Localizada", resultante de diligência fiscal efetuada no endereço declarado no CADESP e abaixo discriminado, nos termos do artigo 12 da Portaria CAT 95/2006.

NOME/RAZÃO SOCIAL:REFEICOES BRAS FOOD LTDA

I.E.: 135.644.067.115 CNPJ: 11.893.767/0008-80

ENDEREÇO:AVENIDA ALFREDO IGNACIO NOGUEIRA PENIDO, N.º:335, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS, CEP:12.246-000, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP

DATA DA INATIVIDADE: 19/03/2024

POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS

Nº OSF: 03.0.07710/24-8

NOME/RAZÃO SOCIAL:JJK COMERCIO E IMPORTACAO DE COSMETICOS E ACESSORIOS LTDA

I.E.: 125.419.335.112 CNPJ: 45.849.242/0001-92

ENDEREÇO:AVENIDA ALFREDO IGNACIO NOGUEIRA PENIDO, N.º:255, COMPLEMENTO:SALA 208, BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS, CEP:12.246-000, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP

DATA DA INATIVIDADE: 02/11/2024

POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS

Nº OSF: 03.0.09117/24-3

NOME/RAZÃO SOCIAL:34.786.678 RODINEI QUARESMA DE LIMA

I.E.: 125.578.061.110 CNPJ: 34.786.678/0001-63

ENDEREÇO:AVENIDA PERSEU, N.º:1141, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: JARDIM SATELITE, CEP:12.230-470, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP

DATA DA INATIVIDADE: 01/06/2023

POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS

Nº OSF: 03.0.10213/24-4

NOME/RAZÃO SOCIAL:LIBORIO E SIMOES LTDA

I.E.: 645.304.500.111 CNPJ: 12.781.981/0001-30

ENDEREÇO:RUA CASEMIRO DE ABREU, N.º:69, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: VILA EMA, CEP:12.243-600, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP

DATA DA INATIVIDADE: 20/08/2024

POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS

Nº OSF: 03.0.01925/25-5
NOME/RAZÃO SOCIAL:VEG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
I.E.: 125.102.020.117 CNPJ: 36.539.733/0001-46
ENDEREÇO:AVENIDA CASSIANO RICARDO, N.º:601, COMPLEMENTO:SALA 161, BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS, CEP:12.246-870, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 14/12/2024
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.01703/25-8
NOME/RAZÃO SOCIAL:JUBERLINE ACESSORIOS FEMININOS LTDA
I.E.: 645.308.524.110 CNPJ: 12.957.107/0001-01
ENDEREÇO:RUA MADRE PAULA DE SAO JOSE, N.º:21, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: VILA EMA, CEP:12.243-010, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 20/11/2024
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.01926/25-9
NOME/RAZÃO SOCIAL:ANDREA VARGAS DA COSTA MORAES
I.E.: 645.356.281.114 CNPJ: 14.826.745/0001-19
ENDEREÇO:RUA ARISTIDES FRIGGI, N.º:12, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: VILA GUAIANAZES, CEP:12.243-350, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 22/06/2024
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.01928/25-6
NOME/RAZÃO SOCIAL:DAIANE DA SILVA FREITAS MESQUITA
I.E.: 125.517.123.115 CNPJ: 28.861.080/0002-70
ENDEREÇO:AVENIDA OURO FINO, N.º:292, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: BOSQUE DOS EUCALIPTOS, CEP:12.233-400, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 05/12/2022
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.01930/25-1
NOME/RAZÃO SOCIAL:WELLINGTON DE FREITAS GUIZALBERTH
I.E.: 645.696.472.118 CNPJ: 10.917.142/0001-71
ENDEREÇO:AVENIDA ANDROMEDA, N.º:3762, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: BOSQUE DOS EUCALIPTOS, CEP:12.233-001, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 13/03/2025
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.01922/25-4
NOME/RAZÃO SOCIAL:CINTIA A. GONCALVES MODAS E COMERCIO
I.E.: 125.515.088.112 CNPJ: 48.725.710/0001-05
ENDEREÇO:RUA ARISTIDES FRIGGI, N.º:66, COMPLEMENTO:SALA 4, BAIRRO: VILA EMA, CEP:12.243-350, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 01/03/2024
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.01933/25-2
NOME/RAZÃO SOCIAL:VILA SAO JOAO PIZZARIA LTDA
I.E.: 234.213.597.119 CNPJ: 26.605.348/0001-04
ENDEREÇO:RUA ANTONIO DE CASTRO JUNIOR, N.º:20, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: JARDIM AMERICA, CEP:12.281-220, CACAPAVA - SP
DATA DA INATIVIDADE: 11/10/2024
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.08200/24-2
NOME/RAZÃO SOCIAL:GPRIME MOTORS COMERCIO DE AUTOS LTDA
I.E.: 125.485.036.115 CNPJ: 08.902.685/0001-73
ENDEREÇO:RUA DOUTOR ORLANDO FEIRABEND FILHO, N.º:230, COMPLEMENTO:BLOCO B SALA 713, BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS, CEP:12.246-190, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 19/05/2025
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.01700/25-7
NOME/RAZÃO SOCIAL:VANESSA A. DE OLIVEIRA C. RUFINO TRANSPORTES
I.E.: 645.827.735.119 CNPJ: 27.170.975/0001-14
ENDEREÇO:RUA DAS QUARESMEIRAS, N.º:127, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: JARDIM DAS INDUSTRIAS, CEP:12.240-130, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 19/05/2025
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.02209/25-9
NOME/RAZÃO SOCIAL:COMERCIAL UTILITAS LARIS LTDA
I.E.: 645.792.870.115 CNPJ: 25.341.656/0001-07
ENDEREÇO:RUA NELSON CESAR DE OLIVEIRA, N.º:432, COMPLEMENTO:S/COMPLEMENTO, BAIRRO: JARDIM DAS INDUSTRIAS, CEP:12.240-220, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP
DATA DA INATIVIDADE: 19/05/2025
POSTO FISCAL: SAO JOSE DOS CAMPOS
Nº OSF: 03.0.02210/25-0

Deste ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Tributário de Taubaté, no prazo de 30 dias contados desta publicação, a ser protocolado nas unidades de atendimento da Secretaria da Fazenda e Planejamento, conforme artigo 13 da referida Portaria.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE CAMPINAS - DRT-5

NÚCLEO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - III - IPVA

NOTIFICAÇÃO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE IPVA -INSPETORIA DE OPERAÇÕES
NOTIFICAÇÃO - DECISÃO SOBRE PEDIDO RELATIVO A IPVA

Ficam os interessados abaixo identificados (bem como eventuais tutores, curadores, representantes legais ou procuradores) notificados de que os pedidos relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), tratados nos respectivos protocolos Sivei / SEI abaixo-informados, foram INDEFERIDOS, nos termos da Portaria CAT 27/2015, Portaria SRE 13/2022, Resolução SFP 05/2022, Decreto nº 59.953/2013, Resolução SF-30/2000, Lei 13.296/2008 (e suas regulamentações e atualizações). Em havendo IPVA pendente, deverá ser recolhido, nos termos da referida legislação. Os protocolos seguirão para arquivo. Os interessados poderão acessar o teor das respectivas decisões, mediante consulta aos sistemas SIVEI (https://www3.fazenda.sp.gov.br/sivei, se protocolado inicialmente junto a este sistema) ou SEI (https://sei.sp.gov.br, se protocolado junto ao sistema SIPET ou junto aos postos presenciais de atendimento). No prazo de 30 (trinta) dias, poderá ser apresentado recurso ao indeferimento, exclusivamente mediante protocolo via sistema SIPET(https://www3.fazenda.sp.gov.br/sipet/), sob o mesmo assunto do pedido inicial.

Protocolo SIVEI/SEI | Placa do veículo | Nome do interessado

017.00078875/2025-59	FKZ9E74	ALEX DAS CHAGAS SANTOS
017.00097252/2025-85	TKM4B38	VERA MARIA PINHEIRO
017.00075975/2025-23	TMB9E12	DARLI APARECIDA MURBACH
017.00082308/2025-05	EYM8545	DEBORA FERNANDA VICHESSI
017.00084449/2025-54	DXT5F20	HELIANE DOS SANTOS
017.00081698/2025-98	FJY5235	MARIA APARECIDA LAURINDO DE LIMA FERREIRA
017.00082320/2025-10	CUN1E26	CLEMENTE JOSE DOS REIZ
017.00084706/2025-58	SWI0C28	ALEXANDRE CALIXTRO
017.00082786/2025-15	QND8E08	BEXP COMERCIO DE VEICULOS LTDA
050032-20250417-113755124-67	BFZ4J41	RAPIDO SUMARE LTDA
017.00083217/2025-89	GJN8I21	LORENA DE PAULA FERRONATO
017.00016083/2025-91	FSN8I76	E P TRANSPORTES LTDA
017.00083843/2025-75	DUL2148	RAQUEL FERRAZ DE CARVALHO
017.00090028/2025-62	TKI3I44	LUCILENE FERREIRA DOS SANTOS
017.00090833/2025-96	EMH4J79	KEDISON FELICIO DA CRUZ
017.00098042/2025-12	FFN2932	GLACE CEZAR RANEA
017.00098114/2025-13	FAU3J41	CARLOS HENRIQUE JONES LOPES
017.00111887/2025-01	RFO6G23	MONICA DA SILVA COUTO
011032-20250127-205651896-91	GEJ1289	Giovanni Costa Candeias
011032-20250318-143843387-63	TME5C45	JOAO BORGES DA SILVA NETO
011032-20250423-122015393-46	TLO9E85	NILTON FERREIRA COUTINHO
011032-20250508-103223503-34	TIO7J86	LISANDRI SANCHES PADOVAN
011032-20250508-164123663-42	TJC5F06	CASSIA AZEVEDO RODRIGUES DA SILVA
011032-20250512-080047046-75	STE6F34	CHRISTOFFER GONCALVES
011032-20250512-180242050-41	EEV0342	Julia Gabriela Basílio Silva
011032-20250520-154734233-77	GCO7A36	VALÉRIA DE HOLANDA SILVA
011032-20250523-084348098-32	TJK1E27	VERA LUCIA DE ARAUJO
011032-20250530-120849437-12	TJF1J01	DIEGO FRANCISCO RODRIGUEZ R FERNANDEZ
011032-20250605-112457893-38	TMF9G97	Cristiane Palmucci Regdasinski
011032-20250609-084048838-21	TKE7C15	VALERIA DIAS DE MORAES FERREIRA
011032-20250610-110645894-19	FZR7C51	ANDERSON LAVESMAN RIBEIRO
011032-20250610-133824251-11	TMG6E95	RODRIGO JOSE DOS SANTOS
011032-20250611-111620157-17	GFJ9G72	ALEXANDRA ALBIERI GREGORIO
011032-20250612-012206118-68	EOM8H39	MARCELO LUIS SAMPAIO
011032-20250612-105650448-38	TLI9C36	SUELI DA SILVA
011032-20250612-150547972-25	TIW1H27	NISIA MARIA DE ALMEIDA GONÇALVES
011032-20250612-155334669-56	FWI6A37	ADILTON DA SILVA
011032-20250618-113342338-43	ELW4C75	ELIANA IZIDORIO DE FRANÇA
011032-20250620-113322088-34	TMG0D56	IRENE ALVES DE CARVALHO R DE ALCANTARA
012032-20250312-164544372-82	TIT9D23	JOSUE NUNES SANTIAGO
012032-20250509-162220510-11	GIY4C26	REGINALDO DUARTE ANTONIO DA SILVA
012032-20250512-105026071-26	TLZ1I26	FELIPE LORENZO ROCHA DE ALENCAR BATISTA
012032-20250512-142302956-68	ETT6H66	LUAN MIGUEL DUTRA ALVES
012032-20250515-220637365-97	FFS5E68	Jessica Pena Silva
012032-20250519-121607137-68	NVL0A60	Cleber da Silva Rodrigues
012032-20250520-134252238-47	NYS2H81	Rodrigo Diaz Guadalupe
012032-20250521-104951731-19	FEI8F14	JOSELI GOMES PEGADO DE OLIVEIRA
012032-20250524-104241338-71	EXW7435	Jaqueline Roque
012032-20250604-011019259-84	FDW2204	ROBERTA CAMARGO AQUILA
012032-20250607-142415634-48	TKH7C27	Silvia Helena Ferrari Perroni Gabrielli
012032-20250607-230419552-46	RMS4A63	Amanda Ramos de Paiva
012032-20250610-170853454-62	EEG7A62	Edineis de Fatima Toppis Bohus
012032-20250611-141843007-23	TLZ2A86	LIZANDRA DE SOUZA FURLAN
012032-20250611-195412543-79	IVZ1J80	LUIS EDUARDO AGUIAR ABLAS MARQUES
012032-20250611-214749958-84	TLS8D54	Leslyer Gilberto Carvalho Delgado
012032-20250612-123744597-69	FWM3E65	VANEZA DOS SANTOS CARVALHO
012032-20250613-122030967-12	TJU9F62	Silvana Rosilho de Souza Penteado
012032-20250616-110151544-36	TJZ1G54	LUCI BRANDÃO PEREIRA DE OLIVEIRA
012032-20250617-080902158-49	ELU1F12	PAULO CARANTI
012032-20250618-092426548-31	TJF7H05	LUCIARA SOUZA MENDES BRAGA
012032-20250620-110300129-93	TKG2B72	WILLIAN MORAES DE SOUZA
012032-20250620-111911149-11	TJR0G87	EDILSON SOARES DA SILVA
013032-20231205-195902194-88	BLB4E91	Dinu Blechner
013032-20231221-171741108-17	EXS7767	Ignez Maria Alago Corner
013032-20231223-113034555-56	DSI8B82	LUANA VIEIRA BITTENCOURT
013032-20250310-115320563-17	GBX3G58	KARINA SHEILA DE OLIVEIRA FALCAO
013032-20250404-172503129-12	QPN8C25	Thiago Moreira de Oliveira
013032-20250506-190230657-66	TMD8B25	BOLIVAR XAVIER DIAS FERNANDES
013032-20250509-130452086-78	SVU8E74	CRISTIANE REGINA SERPA
013032-20250511-084238924-15	FRG5F78	Adilson de Jesus Ferreira
013032-20250512-111552751-46	SUH5I13	JOAO ALBERTO SOARES MACEDO
013032-20250512-144755316-11	EJE4692	RODRIGO CASAGRANDE DE ABREU
013032-20250512-152521820-14	TJH6C34	GIOVANNA ABBUD MALAGRINO
013032-20250512-221723185-23	FAL6559	Arthur Gabriel Vidal Carneiro
013032-20250513-102454165-91	DUL8C41	irene aparecida carvalho bernRDI
013032-20250513-145643307-17	TJC2B88	ADENILDE DE PONTES CLEMENTINO
013032-20250515-180349780-67	GKG8G85	KLEBER FERNANDO FURIO
013032-20250516-104823103-81	TKR3B27	Plinio Roberto Fontana Júnior
013032-20250527-140620962-86	EOF1A63	ADRIANA BARBOSA DA CONCEIÇÃO
013032-20250528-143517261-11	TJS1H43	THAIS HELENA SILVA DE CAMARGO E SOUZA
013032-20250529-165942833-31	TLP0D02	DEBORA CRISTINA SOARES RAMOS
013032-20250530-112308095-71	TIT3I51	Almir dos Santos Lamim
013032-20250531-005908332-66	GBL0254	MARTA GONCALVES ARAO
013032-20250606-082927623-56	TKI1B16	MARIA OLIVIA DA VEIGA CINTRA GORDINHO
013032-20250609-161024802-11	TMC5A67	JOSEFA ADALGISA DA SILVA TONIOLO
013032-20250610-145241792-63	TMB3F54	PAULO VICTOR CABRAL SOARES
013032-20250610-180126473-13	GHY1H03	Anderson Nunes da Silva
013032-20250610-185459199-66	TLE4G56	ETIENE MARIA DE ASSIS SILVA
013032-20250610-225647490-26	FBA6F19	Robson Candido da Silva
013032-20250611-110057384-84	TIX4G65	AMANDA BAEZA
013032-20250611-200929566-28	GBH1462	isaac henrique ng mendes
013032-20250612-132041489-76	FZK8D46	TÂNIA DE PAIVA SIMÕES
013032-20250612-171834813-74	DJA3I01	Djalma Pinheiro Gomes
020032-20241219-193008343-71	TKT6B88	DENISE FERREIRA DA SILVA BORGES

020032-20250327-193800742-37	CAQ7F43	Carlos Augusto Quina Monteiro
020032-20250407-192217912-31	CHU1I71	TYLLER ALCANTARA INCARNATO DA SILVA
020032-20250407-193448673-45	TKI4A96	Tais Martins de Andrade Wisniewski
020032-20250503-100742636-29	GJE8I15	Daniel Noffs
020032-20250507-130304729-98	TLJ1J67	MARY GUEDES MENDONCA
020032-20250509-102632896-81	TKR0C46	maria aparecida lima cesar
020032-20250513-004130781-11	TLZ5B26	JOAO MIGUEL LEITE DE ANDRADE LIMA
020032-20250513-174109169-17	TJP5H55	LIGIA MARIA DOS SANTOS
020032-20250527-170547194-92	TJN1C53	JOÃO MARQUES CORREA SOBRINHO
020032-20250528-152906305-53	TKI4J37	EUNICE DE MORAES BERGAMINI
020032-20250530-100825536-13	EOU4I72	CESAR ANTONIO PAREJA
020032-20250530-131116703-11	TJT6E83	Bruna Carla Cerri Cunha
020032-20250609-155720569-23	TLU8D66	GEORGIA BERNO BONATO
020032-20250610-130157193-31	STS0A64	ADRIANA RIBEIRO GONCALVES
020032-20250610-234212819-71	STX6J86	Priscila Dos Santos
020032-20250611-194344440-23	DTZ8366	José Luiz Mendes Gomes
020032-20250617-144117109-77	FPR3243	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS
030032-20250509-180452114-89	ELE5F89	KATIUSCIA DE MELLO DE OLIVEIRA
030032-20250513-191907396-88	PZC6355	Genildo de Jesus santos
030032-20250515-113741356-15	EYJ8I58	ANTÔNIO ROGÉRIO BERALDO DE SIQUEIRA
030032-20250516-111707473-15	FWL7I30	Valquiria Rosalba dos Santos Silva
030032-20250530-105333386-78	TLW9J15	CRISTINA PAIVA BARROS
030032-20250609-125800080-37	TMJ0H24	PAULO VITOR DE MOURA BEVILACQUA
030032-20250610-140418643-66	EFY6388	Stefanie Gabriela dos Santos Ferreira
030032-20250611-170708171-94	FIP3C64	Anderson Ferreira da Silva
040032-20250502-170129723-46	TJJ8H03	BARBARA DE JESUS GONELLI
040032-20250508-130740429-22	SVN0A67	SEBASTIAO INACIO DO VALE
040032-20250509-141801986-48	TJY1J98	MARIA IZABEL DE ASSIS WALTER
040032-20250510-183200254-51	TLN2C14	NELY APARECIDA MULLER
040032-20250512-204721258-57	FMR8294	Mateus redies ramalho
040032-20250514-125250109-49	TLP4E58	FERNANDO LOURENSATO BARCELLI
040032-20250523-145425958-79	TJB4D67	MARIA LUCIA GREGNER
040032-20250602-083457990-11	TLD5H93	DENISE RODRIGUES SCHMIDT
040032-20250609-114728118-14	GCF6G72	CAMILO DE LELIS CAMPOS MIRANDA
040032-20250609-154915008-85	TJL1B14	MARIA FERNANDA RISI TARABORELI BONVINO
040032-20250609-165422755-21	GBX4A55	IRENE APARECIDA MACHADO ALMEIDA
040032-20250610-171849755-93	TKT0D01	João Luiz da Silva
040032-20250611-142801637-14	SUY4D25	CARMEN SYLVIA SCUTTI
040032-20250611-160116713-12	TLW5C08	CELIA REGINA BETIOL VERCELINO
040032-20250611-161712378-16	STQ5C96	WAGNER DE BERNARDI
050032-20250414-112525001-39	GEI3D99	João Pedro Sales Gonzales
050032-20250417-131644530-71	ETD4209	MURILO TOMAZ SILVA SOUZA
050032-20250502-115613617-75	TLT1G01	MARILIANA FERNANDES COSTA TOMAZINI
050032-20250508-142850547-73	TLH0I23	NADIA HELENA MARCIANO
050032-20250508-174047849-89	TIY8I38	CASSIA REGINA AZEVEDO BAGNOLI
050032-20250510-231042472-93	RFJ9H01	Ronaldo dos Reis Fonseca
050032-20250513-120323408-78	DSO6C46	Pedro Lucca oliveira Alves
050032-20250513-183818619-84	EFF6D81	Maria Clara pierina Mateus
050032-20250517-080802906-89	TJU1F47	ROSEANE LEITE DE MIRANDA
050032-20250518-172613107-15	FES2543	Lourenzo Aureliano de Souza
050032-20250529-114939593-19	CCN4C97	Jorge Luis Ody
050032-20250530-101053616-19	TIU2E34	MARIA SOCORRO RIVA RANTICHIERI
050032-20250604-121618076-98	TKF3D86	ROSA GERMANIA RIOS
050032-20250605-122300750-64	TJS4B57	TEREZINHA VERONICA CARDOZO
050032-20250605-145117624-46	TKC6I37	Cleide Maria Alves Ferreira Barreto
050032-20250606-111705208-32	TKB8J87	TANIA CRISTINA DELGADO
050032-20250606-151945016-69	TIS2D87	ORSENI SEBASTIANA GALENDE
050032-20250609-153002705-11	TKW5E52	MARINA ALFARANO CASTRO DE VASCONCELLOS
050032-20250610-095422658-19	TIT6A47	MARCIA APARECIDA LUGLI DOS SANTOS
050032-20250611-013344247-77	FIM5I16	IRENE GOMES DA SILVA NETA
050032-20250611-113011001-28	TIS9H15	GIOVANI MION
050032-20250611-184827631-48	FTL7G58	FABIANA STELLA EUFROSINO
050032-20250612-091434895-51	TKA4B78	PAULO PEREIRA MADRUGA
050032-20250612-101811256-71	TIP0D17	DANIELLI CRISTINA FERMIM DOS ANJOS
050032-20250612-151314146-18	EPC6G38	LUIZ ANTONIO BURILLI
050032-20250613-200343217-19	TLG4H38	Marco Antonio Sdrigotti
050032-20250615-191053148-83	ENF2633	Ed Carlos de Souza Almeida
050032-20250617-115239219-12	FZA1F82	Andressa Aparecida Correr Alves
050032-20250618-121258358-24	SUS6C31	Gizelia Gonçalves Souza
050032-20250618-161214998-17	FGG7815	Denis Augusto Lazarin
060032-20250211-104058948-51	SVY7F14	Isaias Maurício Mazucato
060032-20250405-134427348-68	FFQ7687	GIL PEREIRA DE ARAUJO
060032-20250430-094521898-12	TKG1G31	PAULO ROBERTO FERNANDES
060032-20250506-162116317-21	TJJ7I28	EVA BENEDITA DE OLIVEIRA
060032-20250506-164846527-17	TIP1H95	VALDER DELLEFRATE
060032-20250506-191553283-21	TLE4H54	HUGO ALVES DE TOLEDO
060032-20250507-141757649-78	TKS2B72	JOAO HENRIQUE OCASO LOPES CARMINATI
060032-20250508-095821688-71	TMG2I94	Alaor Luiz Neves
060032-20250509-104354505-12	SVI5E67	SILVIA APARECIDA TIRABOSCHI BURIN
060032-20250509-120806792-34	TJN0C05	MARIA DE LOURDES JACINTHO PUCCI
060032-20250509-131152599-13	DUN6738	Thais de Jesus Bueno Tobias
060032-20250512-081227067-26	TLH0I89	ISELDA CRISTINA NOGUEIRA MATTOS DE OLIVEIRA
060032-20250512-115017649-78	EPS7I80	MARIA DE FÁTIMA GOMES SOARES
060032-20250514-160135063-55	STH3G88	CONCEICAO APARECIDO SARRETA
060032-20250523-101616207-73	STC6E13	JUSSARA BERNARDES SILVA MADEIRA
060032-20250530-080953035-19	EVP0D88	JOÃO ACÁCIO COELHO
060032-20250604-131554850-81	TMA0B37	ALCIDES SILVERIO LUZ
060032-20250604-162101199-84	TJR1E87	REGIANE PINHEIRO SERRANO SCHLAUTMANN
060032-20250605-153624908-21	TJG2I91	ANALIA DE ANDRADE
060032-20250606-152635644-13	SWC2J07	ALAN KARDECK MADRI FERNANDES
060032-20250606-170147942-17	FXT7I48	Tania Maria Ferreira de Andrade
060032-20250610-110804179-21	TLQ7C27	LUIZ CARLOS MASSARU KATO
060032-20250611-132529374-11	TJV3F91	VALQUIRIA DO PRADO MONTEIRO
060032-20250611-135139119-32	TLJ8C85	JOSE RENATO MORANDO DA SILVA
060032-20250611-154427576-61	TIO3J86	THAIS CORREA GONÇALVES RUIZ
060032-20250612-115748729-11	TJX6F68	RITA ELIZA DE PACE
060032-20250616-153501657-57	GGD3H95	BENEDITO LOPES FILHO
060032-20250618-092436931-56	OMH7E11	Leandro Marcos Salviano D' Amalio
070032-20250324-154037978-68	STY8G02	NAIDENEIDE ANTUNES MARTINS
070032-20250401-152707875-21	TJM6C14	JAIRO CAZACA
070032-20250425-101003597-11	TIO0C51	PRISCILA PEREIRA PAGANINI
070032-20250505-142929387-94	TKY5H27	CELIA MARIA BELLEZOTI FERREIRA
070032-20250513-112434300-11	TJU8G05	MARINEUSA RITA ROTELLI PATRICIO
070032-20250513-220526771-48	ESE1A51	Lorenzo Bernardes Trombini
070032-20250516-132837558-81	STK1J03	TEREZA KOIKE
070032-20250519-084316728-45	TMI5F48	CARINA FERNANDES DE GODOY BONUGLI
070032-20250519-134414568-66	EWQ7C52	LUCAS FERREIRA CORREA
070032-20250523-161936361-81	SUE4I38	MARIA JOSE APARECIDA DE SOUZA VIEIRA
070032-20250604-084647161-24	TMI7A13	ADRIANA MOYA MARTELLI
070032-20250604-164829094-34	TKP7D37	SUELI MARIA ROTELI ALVARES SERRANO
070032-20250610-175354399-93	TJC9I81	ELAINE MORAES AUGUSTO
070032-20250611-093349741-21	TIX1D87	LUCILLIAM SCABORA GIARRANTE
070032-20250618-162238297-18	FKN0I01	NEUDO DE OLIVEIRA PIMENTEL
080032-20250502-151810460-93	TLC7H88	CIRIA ASSI TAHA
080032-20250507-085754988-21	CFY2H50	CELIA ANTONIA DAMETTO
080032-20250513-130029585-11	TLU6D32	ELISABETE DOS SANTOS SILVESTRIN
080032-20250513-152745185-22	TKX0E63	IVETE DE FATIMA MAGRI
080032-20250514-084549794-11	TLG2D69	VALCIR JOSE LUCHETTI
080032-20250514-101418163-79	CUL6H92	ALESSANDRA REGINA DA SILVA
080032-20250516-102934281-23	TJL1D96	JOAO PAULO FERNANDES BUOSI
080032-20250521-090830027-37	FUJ8G81	MARCOS AMORIELLE FURINI
080032-20250524-094054251-12	FNW5B32	NATALIA DANATHIELE CODOGNO OLIVEIRA
080032-20250526-092818893-53	TJR3C98	ERICA VANESSA DE AZEVEDO COLOMBO DA SILVA
080032-20250528-170301994-16	TJB3F95	JANE VALERIA SCURCIATTO
080032-20250529-104807004-64	SWC3H03	CRISTIANE APARECIDA DE SOUSA FREDERICO
080032-20250601-100831128-85	TKN8J55	EDRIANA BENEDETI
080032-20250603-210252299-76	TMB4H64	Tania Marcia de Almeida Pradella de Lima
080032-20250604-110907192-31	FWH0D04	KELLY CRISTINA ROMANO
080032-20250610-140933726-59	TJG8D97	ELISABETE JOSE MARCHEZINI STUQUI
080032-20250611-080546131-86	BVT1A12	MARISTELA GORETE DA SILVA
080032-20250613-092550897-64	TLP8H14	LUCIANE MARTINS DE MACEDO
080032-20250613-094927589-66	TIU3B26	MARIA IZABEL BASSAN BENITES
090032-20250423-083740728-16	TLH2J98	TATIANE PEREIRA DE SOUZA
090032-20250519-121306011-71	TKC3A43	AGINALDA SILVA NESPOLI
090032-20250527-092616492-16	TJO1G39	MARIO SERGIO MANZATTI
090032-20250604-105006095-23	TLA5G66	SILVANA ZAMBONI MANTOVANI
090032-20250605-214533051-67	EOO3A60	CELES JANUARIO GARCIA JUNIOR
100032-20250610-003432369-12	TLA2B85	antonio carlos estrada
100032-20250612-105239457-37	SVR4A87	Gilson Gomes da Rocha
100032-20250617-101737197-51	EYK8B32	DANILO MELO DA SILVA
110032-20250502-124439713-31	SWH5F65	WALQUIRIA DONIZETE VIEIRA DE SOUZA
110032-20250512-140612053-15	EZQ7F17	Maya Beatriz Santos Almeida
110032-20250514-145259206-38	SWI0A62	LUCIANA APARECIDA DE LIMA
110032-20250514-174639231-88	BIJ6A42	Adriane Pereira Borges Scudeler

110032-20250515-121938785-97	GAN4I80	DEBORA BRANTE DA SILVA INÁCIO
110032-20250529-180108780-93	TLZ8J95	CARLOS ALBERTO TEIXEIRA
110032-20250610-163945242-99	TKC2I54	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA RIBEIRO
120032-20241009-212607914-52	FZC7798	NADIA ZORAIA MEDEIROS
120032-20250325-114718502-71	FVV8328	VITOR SANTOS FLEMING
120032-20250406-125552227-86	FQY1775	Ian Takao Menino Isogai
120032-20250407-084310216-83	RUN7C32	ALEXANDRA APARECIDA PINTO
120032-20250420-194158140-51	EZX6A48	DANIEL REDAELLI
120032-20250424-115357845-73	TIV2C37	RENALDO NERES SOUZA
120032-20250507-215306123-43	SVN4E13	RENATA COLLABONI MANZANO MODESTO
120032-20250508-112228311-87	GCD7I28	Ana Sofia de Lima
120032-20250509-105357318-33	EMI1C72	Camila Lonaro da Cruz
120032-20250509-215024296-74	TLV3A38	Maria Gedalva da Silveira
120032-20250512-091402391-16	TLL9H85	LEONICE TORSSONI BARBOSA
120032-20250512-232744255-97	FRY9F21	Elisabete Guardiano Takatsuka
120032-20250513-122650231-18	GEA9241	Theo Winni Flores Merten
120032-20250513-181232435-97	FNT6A01	JOSÉ CAVALCANTE DA SILVA
120032-20250515-164827505-46	TKM7B68	REGIANE LEANDRA DA SILVA MOREIRA
120032-20250603-114733010-17	TLM4C34	MARIA APARECIDA STUCHI CRUZ
120032-20250604-165318421-11	TJJ0F25	LUIZ ANTONIO DE MOURA
120032-20250611-134815279-14	CHP9I64	Waldemir Zuliani
120032-20250611-160228231-53	TLI2F51	Gabriel Passarinho Garcia
120032-20250611-160545510-83	TMI5H86	Adelia Noriko Fukazawa Mesquita
120032-20250615-223324779-97	TLU9J37	Luiz Carlos Alves
120032-20250616-153349719-72	TLI6C97	ROSA MARIA DE ARAUJO SILVA
130032-20250325-160239484-92	GID6193	MIGUEL SOUSA PESSOA
130032-20250415-162817252-61	PKP0B86	Manuella vital dos Santos
130032-20250505-161440750-23	FXV2894	JANDIRA NOBUKO SUDO
130032-20250507-232749034-41	TME5D39	CRISLEINE MARIA DOS SANTOS VIDAL
130032-20250508-143336230-25	ELS4D44	Eliacy Mesquita Duran Eloy
130032-20250508-170847924-45	TLA7D31	ROSALI GONÇALVES DA SILVA
130032-20250512-130108615-16	APT5D37	FÁBIO APARECIDO TOVANI
130032-20250515-141522330-18	FPV0B60	VICTOR GONÇALVES DA SILVA
130032-20250522-200848904-23	ERE5I78	Cristovao Floriano Pereira
130032-20250530-105316666-22	TLZ1B26	SANDRA MARINETE BINOTO
130032-20250602-162338609-64	TLP1J75	MARLENE BUENO DA SILVA
130032-20250610-150503953-61	TKM2B14	LIGIA KIMIE MORIZONO
130032-20250611-103814635-19	FTE7I36	Leonardo castrequini artico lupi
140032-20250106-165105183-16	RVH7H23	VALERIO PEDROSO GONCALVES
140032-20250405-171444568-38	EPJ8618	MARIA APARECIDA CONCEICAO NOFFS
140032-20250428-132343489-35	TJX1H65	ANDRE SILVA BRASILEIRO
140032-20250512-181248173-18	DIK6D09	SANDRO DONIZETE GONÇALVES
140032-20250512-220804311-21	TLE9J68	Marcia Regina da Silva
140032-20250513-084652685-22	TJL3I05	LUCIANA CASTELUCI DE SOUZA
140032-20250526-170441283-41	EBS1B12	LURDES BARBOSA SILVA
140032-20250528-162136034-11	TLT9I73	MARCELO DA SILVA ROMERO
140032-20250530-095407419-13	TJL1G44	LUCIA MARIA PISSOLATTI DA SILVA NAVARRO
140032-20250616-115735808-96	DGY7C51	CREUSA GONZAGA DE SOUZA
140032-20250617-152325398-75	TLY0E54	Daniel Cesar Camargo
150032-20250331-154444322-38	TLM6C34	MAURO SANTOS
150032-20250512-150433772-19	FDL7E50	Murilo Feliciano Zanardo
150032-20250520-172736737-17	SVW0F93	ROSANGELA MARTINS BRAGA
150032-20250522-075658577-92	TLL3I65	Valdemar Lindolfo
150032-20250526-122818874-44	TKD0B55	CARMEM SILVIA FRATUCELLI BACCIOTTI
150032-20250529-095601461-61	TLR3I31	ZILDA CARNIO CUSTODIO
150032-20250605-154458383-92	TJF5C96	ADRIANA MARIA PEREIRA
150032-20250612-092735971-19	EDD9786	Pedro Nicolas Vieira Bertulucci
160032-20250320-090514888-11	TJP4H70	DIEGO DOS SANTOS NASCIMENTO
160032-20250427-201030277-74	GJD0G87	HELENA GUIMARÃES MEDEIROS
160032-20250505-161325250-91	TKG3I44	SIRLEY SERRANO DA SILVEIRA
160032-20250506-104333000-16	TMC4G83	MARIZA SOUZA CERQUEIRA
160032-20250515-160150767-14	TME9I94	SUSIE CRISTINA OLIVEIRA PETERNELA
160032-20250521-151004366-68	TLL4I55	HELOISA HELENA PANZARIN CARMINATTI ZANATTA
160032-20250602-121817000-87	TLW5F44	LUCIANA MORAIS DE OLIVEIRA
160032-20250606-084109757-22	DMW1J96	JOÃO APARECIDO SAVACINI
160032-20250606-162031171-89	TMA9G48	CRISTIANE BONILHA BOREGGIO ANTONELLI
160032-20250609-210116363-19	TMA5H62	ALINE STEFANE CEZARONE
160032-20250611-090934390-43	FTJ5D74	NICOLE SINTIQUE NASCIMENTO
160032-20250612-095933999-11	TMJ1F92	NILCEMARA PEDROSO DOS SANTOS
160032-20250612-120113728-78	TJI9J93	MARIA CECILIA BOTTURE PEREIRA LOPES
160032-20250616-090101378-19	TKZ1C75	THIAGO CAMILOTTI
160032-20250617-181558859-11	TLY8A73	ANDREA GAYA
011032-20250129-162003942-15	KXH1A68	FRANCISCO ADRIANO FERREIRA
011032-20250321-090715002-17	DJC8C39	Diego Alves
011032-20250402-115715033-11	TJO4A77	ALTO BELO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
011032-20250408-142015474-26	TJC4I20	TRANSPORTES ROSA SUL LTDA
011032-20250408-181141395-79	DRN8009	MARCELO ANDRE DA ENCARNAÇÃO
011032-20250410-090737272-44	TMB3H89	JOSE WILSON DE FREITAS LIMA JUNIOR
011032-20250415-120554037-46	TMF2I44	LUIZ ANTONIO DA SILVA
011032-20250415-155225029-93	TLD2E97	JULIO MARQUES DO NASCIMENTO
011032-20250421-131659364-11	TLA7A48	NEVR TRANSPORTES LTDA
011032-20250428-145307851-91	FPO7B33	ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS
011032-20250503-111531274-79	DYB3957	KELVYS EUDORO MACHADO
011032-20250506-141259251-34	GFK9A87	LOG ALUGUEL DE CARROS LTDA
011032-20250507-094851302-71	SWC8B85	ALEXSANDRO PEREIRA RAMOS
011032-20250512-200311826-11	FMP7H03	CARLOS EDUARDO PAVANI
011032-20250513-162630348-27	FMP7H03	CARLOS EDUARDO PAVANI
011032-20250516-161145061-88	TLV6H28	KARINA FERREIRA DA SILVA MENDES
011032-20250519-142625410-18	FVC9E85	BRUNO GOMES CABRAL
011032-20250521-122829846-64		JUVECAR LOCADORA DE VEICULOS E AUTO CENTER LTDA
011032-20250527-150607877-26	TLH1F06	JOSE ROBERTO FERREIRA
011032-20250527-152254403-19	FTB1C98	SEBASTIÃO ALVES RAMALHO
011032-20250529-132147192-92	FGI1C81	Gustavo Feitosa Teixeira
011032-20250530-114034675-11		HYPER CAR MULTIMARCAS LTDA
011032-20250612-153219521-44	TMF3J87	RITA DE CASSIA SIMOES MORAES
011032-20250613-191600567-68	TIZ8F86	RAFAEL SILVA E SILVA
011032-20250617-173617411-71	ERB1540	RAPHAEL CARDOSO FREITAS
011032-20250617-223745064-49	FKV0J64	MARIA DA GRACA OLIVEIRA
011032-20250618-120304268-93	EMC6D83	PATRICIA PANZZARINI BRAUNER
011032-20250620-163739265-81	FRG6139	MARCOS BASILIO DA COSTA JUNIOR
012032-20250311-164210344-73	GHW6179	A C S TRANSPORTES LTDA
012032-20250318-133240671-67	KMB2958	DANILLO MILITÃO AURELIANO
012032-20250410-112240742-41	GKI6F63	REINAN ALVES DURAES
012032-20250508-115831522-64	QPZ1D37	MARCOS ANTONIO MARQUES
012032-20250513-152946423-25	BZF7E77	RONEY LABUDA
012032-20250515-163437434-11	FIP8620	LURIMAR PAGANI DE ALMEIDA
012032-20250516-161736113-21	QNE5533	JULIANA PAVAN CORREA
012032-20250521-132907226-15	FFJ6C25	PAULO SERGIO LOURENCO DE LIMA
012032-20250522-124205045-77	BZF4G79	ARNALDO DE OLIVEIRA SILVA
012032-20250523-125037383-73	CUR5B09	MIRIAM BARZILAI HAMOUI
012032-20250604-164242935-76	GEQ0G70	EXPRESSO ELITE FRETAMENTOS E VIAGENS LTDA
013032-20241222-103135132-56		
013032-20250226-211907373-15	FLR5G44	Ronaldo Xavier Moreira
013032-20250227-104047123-13	DKU9E54	SANYTOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
013032-20250227-104047123-13	SUK2F40	SANYTOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
013032-20250227-104047123-13	TKC1G40	SANYTOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
013032-20250227-142119023-71	EZT9B74	SILIGUI-VANS LOCACAO E TRANSPORTES LTDA
013032-20250306-164610263-57	FZE7B98	TIAGO DE OLIVEIRA BARBOSA
013032-20250316-141605073-51	PUZ7I45	PAULO ROGERIO SILVA PINTO
013032-20250316-160445842-15	EZL7B56	PAULO ROGERIO SILVA PINTO
013032-20250318-114547255-15	FTQ8I70	ANDERSON DE SOUSA DOS ANJOS
013032-20250327-141303926-14	ELK8340	ALESSANDRA MOURA DE ALMEIDA
013032-20250402-181755791-19	DWN4525	MARIANGELA BRASOLIN
013032-20250403-113826289-56	TKN3C03	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250403-114556714-84	TMF1E55	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250408-153757887-42	TLR2D11	ANTONIO CARLOS SANTOS LOPES
013032-20250411-113946209-12	PVZ3B50	Elton Aparecido Pires
013032-20250411-182330206-38	TJX8B57	GILMAR RIBEIRO COUTINHO
013032-20250424-113720928-16	TME0A69	JOSEFA MARIA BATISTA DE ARAUJO
013032-20250425-083833374-95	TLB1F68	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250425-084331038-12	TIP6F98	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250425-084837771-31	TKK6F68	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250425-085453879-13	TJD3G01	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250429-141328917-29	GDT7C75	EDSON JOSE DOS SANTOS
013032-20250508-172838232-96	TJM1I02	JOSE GERALDO RIBEIRO DE MATOS
013032-20250509-152526921-32	TME6D12	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250509-152903942-91	TLP8E53	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250513-161255519-55	AAA0000	ADAIR DE SALES
013032-20250515-195042596-46	FPP9578	Luiz Fernando marotta
013032-20250516-085007460-14	PKO1E91	EDSON DE AZEVEDO RIBEIRO
013032-20250526-145823340-51		COMPANHIA ASA RENT A CAR LOCACAO DE VEICULOS S A
013032-20250527-174150168-42	FPY2H59	EDUARDO GOMES DA SILVA
020032-20250427-105237080-64	QAK6J06	RAFAEL CAMPOS MARQUES VIGO
020032-20250509-213833743-64	FID0B43	RITA HALABIAN

020032-20250613-161224539-83	TIZ8F86	MARIA LUISA GRACIA DO AMPARO
020032-20250617-150617804-71	TIZ8F86	GRACIA DO AMPARO LTDA
030032-20250313-122048407-96	CUI5E43	ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA
030032-20250313-131818384-19	FRB2D90	RAFAEL GLEIDSON LOBO DE CARVALHO
030032-20250409-110223500-74	TKF4D50	E C TURISMO LTDA
030032-20250411-193451306-51	TKQ4A98	Nelson Martins Ferreira
030032-20250512-121329466-68	TRJ7A73	JUAN RICARDO FEINDT URREJOLA
030032-20250512-225006013-42	END6D27	Julio Cesar Firmino Santos
030032-20250611-121027609-59	DMC5B61	MARCUS VINICIUS DAMICO REIS CLETO
030032-20250611-150422721-19	DMC5B61	DENIZE ROMERO DAMICO
040032-20241211-082311523-66	GSH6I93	FADIGATUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA
040032-20250311-145734673-13	QRK4G52	THIAGO FERNANDO LERIA
040032-20250402-105314057-52	FXY1B27	NELI APARECIDA DA SILVA
040032-20250403-131841146-31	TJR5C85	GOOD TUR FRETAMENTO E LOCACAO LTDA
040032-20250407-134601839-45	FUR6E40	OLIVEIRA ALVARES FRETAMENTO E TURISMO LTDA
040032-20250425-101905126-51	EJV5I95	Kelvin Bolonha
040032-20250429-142816507-17	SVE1E78	L D C TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E LOCACAO DE VEIC
040032-20250513-104220100-17	SWP1C48	WALTER CARDOSO DA SILVA
040032-20250514-103832435-11	FGQ9I32	WANDERSON DE SOUZA
040032-20250614-121700744-91	CPT5D62	ELAINE ROSEMARY DA SILVA
040032-20250616-153504349-17	ERL1G98	ERNANE HENRIQUE DOS SANTOS
050032-20240716-161314366-43	FDB2I14	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FDC1E85	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FKT9D03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FLW8I15	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FST3C94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FWX0F80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FYL3F42	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KPZ3I94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KQB2H71	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWJ9H21	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWN6A19	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWS5I06	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWS5I08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWS5I09	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	LMB2B88	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	LQW2H08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	LSJ5J57	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250226-180212987-99	XXX0X00	TRANSPORTE ACESSIVEL UNICARGA LTDA
050032-20250228-154118201-24	KWJ9H21	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	KWJ9H22	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	KWS5I07	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LMB2B88	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LMH0G48	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LML4A32	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LRK7D35	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LRP5J55	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LSH9C78	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LUJ6A75	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	DFF1382	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FCM0A47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FRK7J47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FSE5I45	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FTC2H61	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FWQ5D06	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FZL2E29	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	KXP9A70	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	KZI9B62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	LTA8J62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FDU1I05	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FFK2E35	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FFL5F47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FMS1D97	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FRL1D86	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FTC0B92	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FTD2H83	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FTV0J95	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FUD7J41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FZE1G53	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ4H65	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ4I04	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ7G04	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ7I56	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ8G03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ8G62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ8I45	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	FWS1C87	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	KVO8G91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	LRK9F46	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FAT6F28	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FBV7G33	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FEI1F09	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FON8F10	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FQI6H85	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FRH0J13	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FSU5C51	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FSZ2C84	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FUA0C51	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FVL3A65	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FCJ6D16	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FKH8C43	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FQC2B36	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FQV0G32	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FRI7E96	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FSK2I13	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FTM8G94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FUF4F63	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FWF9F11	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FWQ0I87	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FCD5C49	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FCO1G75	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FCZ0I27	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FFJ3I67	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FIM5E79	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FIV1A65	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FRD0B55	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FRS0F41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FTM6F68	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FVX5J80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FBO4G84	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FCU9H24	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FDB2G24	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FGW4D03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FKC1J52	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FKS8D08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FMT4J02	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FSY1B91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FXW0F80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FYL3F42	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FAP8E41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FCJ9G80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FFM2J47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FJV0J01	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FOG5I48	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FPS7J08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FQM0B24	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FRZ1G72	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FSH1A73	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FTY8E57	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FAT5G28	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FDZ4J83	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FGD3H62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FKQ8F91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FKT9D03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FQW5I47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FRW5F79	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FSG5I67	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FUG3I71	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FUI6E22	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FDB2I14	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FDC1E85	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FEE3A39	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FKP9J09	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FLM8E39	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA

050032-20250228-173151855-15	FLT4H80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FLW8I15	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FST3C94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FVO3D91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FZH6A08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	BUD7H97	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	BUD7H99	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9280	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9281	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9319	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9325	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	ETU1345	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	ETU1346	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	ETU1347	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	FJR6J83	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	EOF6H68	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	ETU1386	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	ETU1F89	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FBU9D00	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FCA0E46	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FCP4E47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FHR6B60	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	KWD6B71	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	LLV5D30	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	LQQ8C41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250307-165028662-47	DVT0J57	FREITAS E SOUZA TRANSPORTE LTDA
050032-20250308-100314966-54	TLQ1C73	RHEMA MOBILIDADE LTDA
050032-20250313-094741279-79	TJK5C03	JOAO DOS SANTOS CARVALHO 26698619892
050032-20250313-155745507-13	TJJ3G72	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-160104644-88	TKN5F83	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-160330882-13	TKD4E84	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-160632963-78	TIX6B66	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161024825-56	TJS1D75	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161302822-11	TIR8G07	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161629184-11	TJP8J78	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161917975-66	TJH9G89	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-162157632-91	TKQ8I50	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250410-110207877-37	LMG3I15	SJR TRANSPORTE FRETAMENTO E VIAGENS LTDA
050032-20250415-084121922-81	TLO4H24	S.T.P.MOBILIDADE LTDA
050032-20250417-113755124-67	BFZ4J41	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250514-192821852-66	GBZ4499	SOLISMAR CARVALHO OLIVEIRA
050032-20250611-135049436-55	DOK5D61	PEDRO LUIZ FLORES
050032-20250614-120503679-79	DOL0652	ANDREA DE PAULA LEITE BRASIL
050032-20250616-213227234-11	DJR9118	ANDRE CARLOS DIAS DOS SANTOS
050032-20250617-130629451-14	RLZ0B88	VINICIUS FREITAS MATTIONI
060032-20250317-114728072-11	SVN9A55	VIA BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA
060032-20250409-163225274-44	GJV9E63	FABIO VIAGENS E TURISMO MOCOCA LTDA
060032-20250415-161629189-17	OCZ7J95	FABIO VIAGENS E TURISMO MOCOCA LTDA
060032-20250425-152014000-12	GXS6610	JOAO BARBOSA FERREIRA JUNIOR
070032-20250307-165208918-94	EHE1F89	L C BARBOSA TRANSPORTES LTDA
070032-20250429-085924723-93	FCS0256	JAQUELINE CRISTIANE DOS SANTOS
070032-20250613-084811541-67	FDJ0E18	MAURO JURADO CORREA
070032-20250613-101224361-13	CUG8150	CHIZUCO HIRA NAGATA
080032-20250212-171539556-81	TLC8J18	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250212-172214704-92	TJU7A18	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-091520359-13	TJC1H41	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-093219670-14	TLH3G55	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-093812097-56	TJZ2J88	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-094410264-16	TKK2I21	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-094911256-53	TIT6D77	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-095644453-86	TJJ6G86	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-111825535-53	TLR0J88	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250227-090421924-85	TKY6E55	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250227-161232591-12	GJL9I04	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250613-164428344-91	PBM9I40	ALAN GIUSEPPE CUNHA
090032-20250412-104627581-74	EOF5604	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-110312142-38	KNY4B04	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-111039911-64	KVU4827	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-111619664-17	KWQ6F36	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-112153486-55	DTE6155	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-113359455-22	DAH6C12	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-113759193-87	FEI4H23	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-114153668-59	EPU5I97	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-114600909-59	EPU7I77	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-115003285-19	POI8C00	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-115415871-67	POI8H00	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-082914305-51	FFA7F81	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-083453684-61	PRT0I28	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-085048655-76	EBG8G61	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-091425996-66	BUS6D80	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-091837224-96	FFA7F80	E MACIEL DE BARROS
100032-20250526-152406794-15	DAC3D11	MURILO ANTUNES FERREIRA SOUZA
110032-20250519-231528388-63	TKJ5H70	Patrícia Ireno Fernandes dos Santos
110032-20250601-165936627-44	FMF4H51	amanda sutter
120032-20250310-200211242-16	EWL8019	ROSANGELA BUENO DE ALMEIDA SCORIZA LOPES
120032-20250318-100813372-44	EOF6E07	Eliana Cristina da Silva Leone
120032-20250327-084334118-37	MKM7G49	MARIA ADEILMA DE MELO
120032-20250328-204906380-48	FTY9J82	RAFAEL AROLDO DE ANDRADE
120032-20250416-143819705-73	TLI7H08	BRAS DOMINGOS DA SILVA
120032-20250424-142618499-69	TDT8G66	LEANDRO BORGES ARAUJO
120032-20250512-092154492-62	CRX1G90	RICARDO AKIRA ONO AURIANI
120032-20250515-144848854-93	FVD5C79	SONIA DE LOURDES MARINO HAMMEL
120032-20250611-162452290-11	GFY7565	SEBASTIAO RODRIGUES PRATES
120032-20250619-183920691-71	EAR5265	DIEGO ALFREDO DE GODOI BUENO
130032-20250224-100143386-44	EJW9F31	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250224-100143386-44	OWH0J69	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250225-084448594-61	TJP9J98	TRANSGUARA TRANSPORTE E LOCACAO LTDA
130032-20250312-165909742-71	KYR8C66	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250312-165909742-71	KYS5G50	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250327-112742323-11	EXO0J06	Jair Costa Da Silva
130032-20250404-095120199-77	EWJ4G01	FLOR DA MONTANHA TRANSPORTES E LOCADORA DE VEICUL
130032-20250411-120441670-53	GFP3J95	Cleber Wanderley da Silva
130032-20250416-133350166-74	SWA5I38	BRUNO RAFFAEL DOS SANTOS GUIRIOLI
130032-20250509-083030337-18	TLX8E87	RONALDO PIRES MARTINS
130032-20250513-142200884-61	TLN7J07	TRANSPORTES TURISMO E SERVICOS JP GRANDINO LTDA
130032-20250514-114848317-93	EVW9H87	GIOVANNI CORREA RODRIGUES
130032-20250515-151716951-17	GAO4F55	ANDRE CAPARROTTI SANCHES
130032-20250520-122956990-19	TKI7G67	TRANSPORTES TURISMO E SERVICOS JP GRANDINO LTDA
130032-20250520-123811422-64	TLP9H94	TRANSPORTES TURISMO E SERVICOS JP GRANDINO LTDA
130032-20250613-113854514-15	EFV9H86	LUIS FERNANDO RIBEIRO GALVAO
130032-20250613-114215599-12	GHZ6305	LUIS FERNANDO RIBEIRO GALVAO
140032-20250206-111326351-41	TIS0J58	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250206-111326351-41	TJJ1C37	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250206-111326351-41	TJP1H98	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250206-111326351-41	TJY9A37	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250320-134532050-74	MML1B63	FELIPE GEFERSON SEME AMED
140032-20250329-230214803-13	EKH8A89	Robson Cesar Ferreira Sousa
140032-20250407-212436136-19	GGS9586	KATIA APARECIDA CARDOSO DE GOUVEIA
140032-20250409-102455144-32	QQQ3C49	Jonatan Junior Baptista
140032-20250417-093545924-85	FIF9F26	SELBY APARECIDA DE OLIVEIRA
140032-20250530-190418065-99		CR LOCACAO DE VEICULOS LTDA
140032-20250616-151923344-24	FFS0F14	ANTONIO JOAO PINTO DOS SANTOS
150032-20250410-170834686-65	FFH5601	JEFERSON FERNANDO MATURO
150032-20250513-162937080-69	SWL9I56	ELENILDA DIONIZIO DE SOUZA
160032-20250401-085845989-27	CUB3E91	GRANN TOUR FRETAMENTO E TURISMO LTDA - ANGELO APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA
160032-20250502-175624132-61	GID5I48	MARIA APARECIDA CABRAL DOS SANTOS SILVA
160032-20250512-001628714-31	BZR2106	MARCOS ROBERTO DOS SANTOS
160032-20250515-145515442-36	GFX2A03	GABRIELA DE ALMEIDA ZANNI
160032-20250527-113346374-49	GFU6E34	FLAVIA AMARU

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE IPVA -INSPETORIA DE OPERAÇÕES

EDITAL - NOTIFICAÇÃO - DECISÃO SOBRE IPVA

Ficam os interessados abaixo identificados (bem como eventuais tutores, curadores, representantes legais ou procuradores) notificados de que os RECURSOS relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), tratados nos respectivos protocolos Sivei / SEI abaixo-informados, foram INDEFERIDOS, nos termos da Portaria CAT 27/2015, Portaria SRE 13/2022, Resolução SFP 05/2022, Decreto nº 59.953/2013, Resolução SF-30/2000, Lei 13.296/2008 (e suas regulamentações e atualizações). Em havendo IPVA pendente, deverá ser recolhido, nos termos da referida legislação. Os protocolos seguirão para arquivo. Os interessados poderão acessar o teor das respectivas decisões, mediante acesso aos sistemas SIVEI (https://www3.fazenda.sp.gov.br/sivei, se protocolado inicialmente junto a este sistema) ou SEI (https://sei.sp.gov.br, se protocolado junto ao sistema SIPET ou junto aos postos presenciais de atendimento). Da decisão, não cabe novo recurso.

Protocolo SIVEI/SEI | Placa do veículo | Nome do interessado

060032-20250312-122927845-98	DZI6310	Thiago Menegaz Monteiro
013032-20250314-180234934-71	TLI5F52	AILTON PAULA DE LIMA
017.00085202/2025-55	TJM9H54	HEIDE CRISTINA MEZADRI
017.00080617/2025-32	DIO4G19	CARLOS EDUARDO FANTACINI
017.00051717/2025-51	TJC5A45	JOANA D ARC CORREA CORDEIRO
017.00010827/2025-63	FXX6C14	HERBERT BLEY PESTANA
017.00059406/2025-31	GHD0E32	ALISSON ROBERTO PELOSI PIRES
017.00045660/2025-51	TMF5H98	ANDREIA CRISTIANE FERRACINE FERNANDES

017.00038907/2025-83	TIY3A20	RENATA SESSO CRIVELARI
017.00038937/2025-90	FSU9B34	RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA
017.00071123/2025-67	SUQ1F74	FERNANDA BEATRIZ DA CRUZ DE PAULA
017.00080765/2025-57	TJJ7J57	MARIA CLEUNICE DE ALMEIDA
017.00001121/2024-20	GIU9G07	KARINA LE SUEUR BALDACCI
017.00168957/2023-22	EXS7767	IGNEZ MARIA ALAGO CORNER
017.00102440/2025-32	TKX9D46	SIRLENE RIBEIRO NICOLLIELO CONTIN
017.00109076/2025-31	TMC3C03	KELLI ROSANE RIBEIRO SIBIN
017.00166410/2023-92	FWR5D37	ANTONIO TRIMARCHI
017.00101227/2025-11	TKO8J93	ANA CAROLINA DA SILVA
017.00010244/2025-32	BYP7310	TATIANA MOREIRA DE SANTANA
017.00002054/2024-61	DWP4I05	PAULO DE OLIVEIRA PENA JUNIOR
017.00206754/2024-22	EZL3A15	JOSE ROBERTO PORTO
017.00202246/2024-75	FXK8F43	REGIANE CRISTINA DOS SANTOS MOREIRA BORG04
017.00165379/2024-53	FXM2G61	110032-20231216-142147204-26
017.00045203/2024-86	FZC7798	NADIA ZORAIA MEDEIROS
017.00049606/2025-85	FKV2H69	TAYNARA RAISSA RODRIGUES
017..00080053/2025-38	TKZ2F58	EDIVETE MARIA BOARETO BELOTTO
017.00045222/2025-93	TJL7D21	ADRIANA FAVORETTO BARRETO
017.00041035/2025-31	TIP4H47	CHRISTIANE SIMIONI
017.00002002/2025-75	FKK0335	VIVIANE CORIOLANO FERREIRA
017.00285744/2024-45	GDZ0J44	JEFERSON WILLIAM DE SOUZA
017.00027219/2025-98	FMH0F76	WILLIAM DOS REIS SILVA JUNIOR
017.00120097/2025-16	FIR4F15	PERESTUR LTDA
017.00047997.2025-01	DSO4E34	THAYS FERNANDES DE JESUS
017.00048784/2025-99	TKQ6A88	PATRICIA REGINA MORENO DE SOUZA FANTINEL
017.00174832/2023-31	FTZ0I18	ROBERTO CARLOS FERREIRA
017.00102445/2025-65	TLH5D08	MARINES DEODATO SEABRA
017.00075246/2025-77	TKL0E79	JOAO CLAUDIO GOMES
017.00168857/2024-87	GEU7H36	EDMIR ROSSI JUNIOR
017.00206531/2024-65	FXN5H83	KATERINE ELIZANDRA ASSALIM ARALDI
017.00061992/2025-83	TLP8F56	ROSEMEIRE MANIERI DE ANDRADE
017.00106857/2025-74	TLJ9I29	LUCIANO PEDRO DA SILVA
017.00112551/2025-57	TKQ9H69	DANIEL RABELO DA COSTA
017.00049400/2025-55	TJU9G47	SOLANGE REGINA NICOLAU DE SIMONE DOS SANTOS
017.00016354/2024-27	GFS1D65	PATRICIA FERECINI SANCHES DA SILVA
017.00241899/2024-70	STI5C47	MARIA APARECIDA SECCO
017.00259249/2024-81	GFB4427	CARLOS BASTISTA SILVESTRE
017 . 00045647 / 2025 - 01	TKN6B36	ROSANGELA APARECIDA DE SOUSA FARIAS
017 . 00250232 / 2024 - 68	DSC6334	MARCIO MOSCARDI
017 . 00047951 / 2025 - 84	BSZ8D84	IGOR TACHETTI BASQUES
017 . 00032824 / 2025 - 81	TJB9A26	SOLANGE MARIA BUENO DE CARVALHO
017 . 00235824 / 2024 - 50	GGZ9H73	ARY ALBUQUERQUE DE SOUZA
017 . 00271582 / 2024 - 68	FKD1980	PAULO ROBERTO DA SILVA RAMOS
017 . 00032515 / 2025 - 19	TKW8G65	ELAINE CRISTINA MENEGHETI
017 . 00276245 / 2024 - 67	GFL5H25	ALESSANDRA AYRES CORBETA
017.00109061/2025-73	TKK8B76	JOAO BATISTA PEREIRA MACEDO
017.00110239/2025-29	TLQ4D44	IVANI DE FATIMA BALDI CARLONI
017.00032113/2025-14	FVO6E57	SUELI APARECIDA RUFINO
017.00077131/2025-17	FHI0A81	FABIO HENRIQUE IARALHA FARIA
017.00088091/2025-39	TKS0D98	MARIO FRANCO AMARAL JUNIOR
017.00097525/2025-91	TJJ9J72	MARIA AMELIA SILVA ZANA
017.00093711/2025-51	TKL1A82	ANTONIO ISMAEL CORNACIONI
017.00085454/2025-84	ESD6A32	ANA EULALIA DOS REIS SILVA
017.00080453/2025-43	TLR1A50	MARIA MADALENA OZORIO BASSO
017.00088431/2025-21	PYU2A08	REBECA SOUZA SORREANO DE ALMEIDA
017.00091063/2025-07	TKA2B30	KARINA SANCHEZ RODRIGUES
017.00080413/2025-00	TKQ9H69	DANIEL RABELO DA COSTA
017.00087027/2025-31	TMF1G91	ADRIANA DA SILVA LIMA
017.00032156/2025-91	FFL8A75	SABRINA GABRIELA DOS SANTOS OLIVEIRA
017.00175435/2023-87	GHY1D62	VANIA LUCIA CADAMURO LOURENCO
017.00072806/2025-31	TKR8H77	ANDREA COZZI MACHADO
017.00140800/2024-13	SUK8C28	DIVA MARY LACKESKI
017.00041325/2025-84	TKY3I39	IRACELI SORIGOTTI DA COSTA
017.00075849/2025-79	TLS6A47	MAURICIO ALVES PEREIRA
017.00189662/2024-71	SUZ1A36	LUCIENE REIS DOS SANTOS
017.00071707/2025-32	TLQ4F80	ELAINE APARECIDA SOARES SANTOS
017.00048875/2025-24	FLB2G25	ANTONIO ISIDORO DE MELO
017.00063745/2025-11	TLE3G49	CLAUDIO DE PAULA SILVA
017.00071676/2025-10	GBY9440	MARIA CIRLEI DE AGUIAR
017.00038398/2025-99	FND8I10	GABRIEL JESUS DE ALMEIDA
017.00065423/2025-15	TKN2B07	ELAINE CEZARIO MIRANDA
017.00063205/2025-38	TMF6G59	MIRIAM DE FATIMA FIRMANO
017.00038549/2025-17	EXO9G27	ADRIANA APARECIDA DE CAMPOS MELLO MARTINS
017.00064300/2025-59	FIQ2185	MARIA APARECIDA GRANZOTO
017.00063150/2025-66	GBE5G71	VALERIA CRISTINA DOS SANTOS MORAES
017.00061289/2025-75	FYH4F35	MARIA EMILIA BERTANHOLI LEME DA SILVA
017.00067221/2025-08	TJU6F49	OVIDIO SANTO PANZELLI JUNIOR
017.00045954/2025-83	SVD6I77	FATIMA APARECIDA FERNANDES DOS SANTOS
017.00038571/2025-59	STP1J97	ANDREIA SANCHES VALETA GOMES
017.00004009/2024-41	GBN4D80	GUSTAVO FERREIRA PESTANA
017.00037217/2025-15	EVU8C68	NOEMIA DELAROLI
017.00007749/2025-10	OPU0J10	LUIZ OTAVIO VASCONCELOS SILVA
017.00045376/2025-85	FUO5E16	DIRCE MINACAPELLI MOREIRA
017.00055558/2025-64	ALF5E68	THAISLAINE RIOS GUERNER
017.00052871/2025-41	TKG0I94	MARIA AMELIA QUIOZINI
017.00083659/2025-25	TLU8H17	MÁRCIA REGINA PRADO FARIAS
017.00059019/2025-02	EUU3D50	DEBORA DE LIMA
017.00041006/2025-79	FVL0J74	FLAVIA MARIA DE LIMA MOURA
017.00007752/2025-33	ELI6H64	LIAMAR MARGADONA PACOLA
017.00011163/2025-50	STI5G44	SONIA CECÍLIA OLIARI DE TOLEDO
017.00239914/2024-10	FGC0E81	ANA MARIA DE SOUZA LORITE
017.00110083/2025-86	TJM2C06	JOSIANE SANTOS DE MELLO
017.00064907/2025-39	CAU7A41	MICHELE GOMES MOURA
017.00096587/2025-86	TLX4D98	OLINDA TERESINHA ESCUDEIRO
017.00087595/2025-31	TJT5A05	PATRICIA DE OLIVEIRA ISRAEL VOLPI
017.00095013/2025-91	TJG8F55	SONIA CRISTINA GONCALVES DOS SANTOS
017.00112482/2025-81	TKO9E15	MARIA JOSE RODRIGUES ROMAO OCANA
017.00176435/2023-02	DSI8B82	LUANA VIEIRA BITTENCOURT
017.00157792/2023-63	BLB4E91	DINU BLECHNER
017.00176168/2023-65	FZM9H82	LUIZ CARLOS ANDRADE COSTA
017.00003166/2024-39	GIU5D04	CARMELA PEZZOLATO
017.00098993/2024-01	STC2D65	JOSE VANDERLEI LIOTTI
017.00129381/2024-69	SVS2J31	JULIANA ALVES DE MENEZES VELOSO
017.00143897/2024-16	SWS5E56	DOUGLAS CONRADO REIMBERG
017.00056027/2025-99	TJG2F50	APARECIDA MIRANDA DOS SANTOS
017.00103785/2025-11	TLL4H64	SORAYA TINANI TORRES FONSECA
017.00290090/2024-71	EZU7219	DANILO CORREA DE ALMEIDA PASINATO
017.00094604/2025-41	TKP1D77	CELIA ISABEL GARDIM GHIZZI
017.00122865/2024-87	FGH9G52	REINALDO IZIDORO DE ALMEIDA CAMPOS
017.00092291/2025-96	SWA2F45	DANIELA DALBEN MOTA
017.00247969/2024-01	SST0B69	MARA DE SOUZA SOARES SILVA
017.00250206/2024-30	FCX4J33	LUCAS COVELO DA PAZ
017.00167685/2023-43	DCU0C69	MARISTELLA MATTAR GARCIA
017.00072603/2025-45	FRA7C73	RICARDO KOZLOWSKI
017.00186850/2024-47	BRY8C02	ANTONIO MARQUES DE JESUS
017.00176427/2023-58	GAT5631	ALDVANY GALVAO PESSOA DE SIQUEIRA
017.00092842/2025-11	FIJ2B44	ROSANA MARIA COLOMBO BALARDE
017.00092616/2025-31	TLU2H77	REGIANE CRISTINA PRINCE
017.00089166/2025-07	TJX8G99	CARLA INGRID DINIZ CICHY
017.00052752/2025-98	TMJ4E10	SANDRA APARECIDA PAIXAO
017.00043514/2025-91	TJX7A89	EMILIA REGINA DE ESTEFANO PINTO
017.00225413/2024-56	SVV5H98	MARIA CELIA DE CARLOS
017.00136400/2024-11	STI6B38	AGENOR JOSE RODRIGUES
011032-20250129-162003942-15	KXH1A68	FRANCISCO ADRIANO FERREIRA
011032-20250321-090715002-17	DJC8C39	Diego Alves
011032-20250402-115715033-11	TJO4A77	ALTO BELO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
011032-20250408-142015474-26	TJC4I20	TRANSPORTES ROSA SUL LTDA
011032-20250408-181141395-79	DRN8009	MARCELO ANDRE DA ENCARNAÇÃO
011032-20250410-090737272-44	TMB3H89	JOSE WILSON DE FREITAS LIMA JUNIOR
011032-20250415-120554037-46	TMF2I44	LUIZ ANTONIO DA SILVA
011032-20250415-155225029-93	TLD2E97	JULIO MARQUES DO NASCIMENTO
011032-20250421-131659364-11	TLA7A48	NEVR TRANSPORTES LTDA
011032-20250428-145307851-91	FPO7B33	ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS
011032-20250503-111531274-79	DYB3957	KELVYS EUDORO MACHADO
011032-20250506-141259251-34	GFK9A87	LOG ALUGUEL DE CARROS LTDA
011032-20250507-094851302-71	SWC8B85	ALEXSANDRO PEREIRA RAMOS
011032-20250512-200311826-11	FMP7H03	CARLOS EDUARDO PAVANI
011032-20250513-162630348-27	FMP7H03	CARLOS EDUARDO PAVANI
011032-20250516-161145061-88	TLV6H28	KARINA FERREIRA DA SILVA MENDES
011032-20250519-142625410-18	FVC9E85	BRUNO GOMES CABRAL
011032-20250521-122829846-64		JUVECAR LOCADORA DE VEICULOS E AUTO CENTER LTDA
011032-20250527-150607877-26	TLH1F06	JOSE ROBERTO FERREIRA
011032-20250527-152254403-19	FTB1C98	SEBASTIÃO ALVES RAMALHO

011032-20250529-132147192-92	FGI1C81	Gustavo Feitosa Teixeira
011032-20250530-114034675-11		HYPER CAR MULTIMARCAS LTDA
011032-20250612-153219521-44	TMF3J87	RITA DE CASSIA SIMOES MORAES
011032-20250613-191600567-68	TIZ8F86	RAFAEL SILVA E SILVA
011032-20250617-173617411-71	ERB1540	RAPHAEL CARDOSO FREITAS
011032-20250617-223745064-49	FKV0J64	MARIA DA GRACA OLIVEIRA
011032-20250618-120304268-93	EMC6D83	PATRICIA PANZZARINI BRAUNER
011032-20250620-163739265-81	FRG6139	MARCOS BASILIO DA COSTA JUNIOR
012032-20250311-164210344-73	GHW6179	A C S TRANSPORTES LTDA
012032-20250318-133240671-67	KMB2958	DANILLO MILITÃO AURELIANO
012032-20250410-112240742-41	GKI6F63	REINAN ALVES DURAES
012032-20250508-115831522-64	QPZ1D37	MARCOS ANTONIO MARQUES
012032-20250513-152946423-25	BZF7E77	RONEY LABUDA
012032-20250515-163437434-11	FIP8620	LURIMAR PAGANI DE ALMEIDA
012032-20250516-161736113-21	QNE5533	JULIANA PAVAN CORREA
012032-20250521-132907226-15	FFJ6C25	PAULO SERGIO LOURENCO DE LIMA
012032-20250522-124205045-77	BZF4G79	ARNALDO DE OLIVEIRA SILVA
012032-20250523-125037383-73	CUR5B09	MIRIAM BARZILAI HAMOUI
012032-20250604-164242935-76	GEQ0G70	EXPRESSO ELITE FRETAMENTOS E VIAGENS LTDA
013032-20241222-103135132-56		
013032-20250226-211907373-15	FLR5G44	Ronaldo Xavier Moreira
013032-20250227-104047123-13	DKU9E54	SANYTOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
013032-20250227-104047123-13	SUK2F40	SANYTOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
013032-20250227-104047123-13	TKC1G40	SANYTOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
013032-20250227-142119023-71	EZT9B74	SILIGUI-VANS LOCACAO E TRANSPORTES LTDA
013032-20250306-164610263-57	FZE7B98	TIAGO DE OLIVEIRA BARBOSA
013032-20250316-141605073-51	PUZ7I45	PAULO ROGERIO SILVA PINTO
013032-20250316-160445842-15	EZL7B56	PAULO ROGERIO SILVA PINTO
013032-20250318-114547255-15	FTQ8I70	ANDERSON DE SOUSA DOS ANJOS
013032-20250327-141303926-14	ELK8340	ALESSANDRA MOURA DE ALMEIDA
013032-20250402-181755791-19	DWN4525	MARIANGELA BRASOLIN
013032-20250403-113826289-56	TKN3C03	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250403-114556714-84	TMF1E55	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250408-153757887-42	TLR2D11	ANTONIO CARLOS SANTOS LOPES
013032-20250411-113946209-12	PVZ3B50	Elton Aparecido Pires
013032-20250411-182330206-38	TJX8B57	GILMAR RIBEIRO COUTINHO
013032-20250424-113720928-16	TME0A69	JOSEFA MARIA BATISTA DE ARAUJO
013032-20250425-083833374-95	TLB1F68	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250425-084331038-12	TIP6F98	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250425-084837771-31	TKK6F68	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250425-085453879-13	TJD3G01	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250429-141328917-29	GDT7C75	EDSON JOSE DOS SANTOS
013032-20250508-172838232-96	TJM1I02	JOSE GERALDO RIBEIRO DE MATOS
013032-20250509-152526921-32	TME6D12	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250509-152903942-91	TLP8E53	TRANSCOMIN TRANPORTADORA TURISTICA LTDA
013032-20250513-161255519-55	AAA0000	ADAIR DE SALES
013032-20250515-195042596-46	FPP9578	Luiz Fernando marotta
013032-20250516-085007460-14	PKO1E91	EDSON DE AZEVEDO RIBEIRO
013032-20250526-145823340-51		COMPANHIA ASA RENT A CAR LOCACAO DE VEICULOS S A
013032-20250527-174150168-42	FPY2H59	EDUARDO GOMES DA SILVA
020032-20250427-105237080-64	QAK6J06	RAFAEL CAMPOS MARQUES VIGO
020032-20250509-213833743-64	FID0B43	RITA HALABIAN
020032-20250613-161224539-83	TIZ8F86	MARIA LUISA GRACIA DO AMPARO
020032-20250617-150617804-71	TIZ8F86	GRACIA DO AMPARO LTDA
030032-20250313-122048407-96	CUI5E43	ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA
030032-20250313-131818384-19	FRB2D90	RAFAEL GLEIDSON LOBO DE CARVALHO
030032-20250409-110223500-74	TKF4D50	E C TURISMO LTDA
030032-20250411-193451306-51	TKQ4A98	Nelson Martins Ferreira
030032-20250512-121329466-68	TRJ7A73	JUAN RICARDO FEINDT URREJOLA
030032-20250512-225006013-42	END6D27	Julio Cesar Firmino Santos
030032-20250611-121027609-59	DMC5B61	MARCUS VINICIUS DAMICO REIS CLETO
030032-20250611-150422721-19	DMC5B61	DENIZE ROMERO DAMICO
040032-20241211-082311523-66	GSH6I93	FADIGATUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA
040032-20250311-145734673-13	QRK4G52	THIAGO FERNANDO LERIA
040032-20250402-105314057-52	FXY1B27	NELI APARECIDA DA SILVA
040032-20250403-131841146-31	TJR5C85	GOOD TUR FRETAMENTO E LOCACAO LTDA
040032-20250407-134601839-45	FUR6E40	OLIVEIRA ALVARES FRETAMENTO E TURISMO LTDA
040032-20250425-101905126-51	EJV5I95	Kelvin Bolonha
040032-20250429-142816507-17	SVE1E78	L D C TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E LOCACAO DE VEIC
040032-20250513-104220100-17	SWP1C48	WALTER CARDOSO DA SILVA
040032-20250514-103832435-11	FGQ9I32	WANDERSON DE SOUZA
040032-20250614-121700744-91	CPT5D62	ELAINE ROSEMARY DA SILVA
040032-20250616-153504349-17	ERL1G98	ERNANE HENRIQUE DOS SANTOS
050032-20240716-161314366-43	FDB2I14	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FDC1E85	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FKT9D03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FLW8I15	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FST3C94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FWX0F80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	FYL3F42	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KPZ3I94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KQB2H71	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWJ9H21	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWN6A19	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWS5I06	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWS5I08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	KWS5I09	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	LMB2B88	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	LQW2H08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20240716-161314366-43	LSJ5J57	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250226-180212987-99	XXX0X00	TRANSPORTE ACESSIVEL UNICARGA LTDA
050032-20250228-154118201-24	KWJ9H21	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	KWJ9H22	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	KWS5I07	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LMB2B88	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LMH0G48	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LML4A32	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LRK7D35	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LRP5J55	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LSH9C78	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-154118201-24	LUJ6A75	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	DFF1382	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FCM0A47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FRK7J47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FSE5I45	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FTC2H61	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FWQ5D06	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	FZL2E29	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	KXP9A70	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	KZI9B62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-155356643-34	LTA8J62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FDU1I05	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FFK2E35	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FFL5F47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FMS1D97	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FRL1D86	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FTC0B92	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FTD2H83	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FTV0J95	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FUD7J41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-161140912-22	FZE1G53	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ4H65	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ4I04	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ7G04	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ7I56	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ8G03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ8G62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	BFZ8I45	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	FWS1C87	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	KVO8G91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-162136948-77	LRK9F46	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FAT6F28	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FBV7G33	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FEI1F09	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FON8F10	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FQI6H85	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FRH0J13	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FSU5C51	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FSZ2C84	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FUA0C51	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-163216060-68	FVL3A65	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FCJ6D16	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FKH8C43	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FQC2B36	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA

050032-20250228-164353250-65	FQV0G32	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FRI7E96	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FSK2I13	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FTM8G94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FUF4F63	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FWF9F11	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-164353250-65	FWQ0I87	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FCD5C49	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FCO1G75	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FCZ0I27	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FFJ3I67	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FIM5E79	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FIV1A65	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FRD0B55	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FRS0F41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FTM6F68	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-165438277-61	FVX5J80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FBO4G84	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FCU9H24	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FDB2G24	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FGW4D03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FKC1J52	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FKS8D08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FMT4J02	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FSY1B91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FXW0F80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-170322640-16	FYL3F42	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FAP8E41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FCJ9G80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FFM2J47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FJV0J01	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FOG5I48	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FPS7J08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FQM0B24	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FRZ1G72	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FSH1A73	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-171242386-32	FTY8E57	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FAT5G28	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FDZ4J83	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FGD3H62	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FKQ8F91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FKT9D03	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FQW5I47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FRW5F79	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FSG5I67	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FUG3I71	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-172312942-96	FUI6E22	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FDB2I14	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FDC1E85	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FEE3A39	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FKP9J09	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FLM8E39	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FLT4H80	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FLW8I15	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FST3C94	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FVO3D91	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-173151855-15	FZH6A08	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	BUD7H97	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	BUD7H99	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9280	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9281	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9319	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	EJY9325	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	ETU1345	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	ETU1346	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	ETU1347	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-174207450-11	FJR6J83	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	EOF6H68	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	ETU1386	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	ETU1F89	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FBU9D00	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FCA0E46	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FCP4E47	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	FHR6B60	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	KWD6B71	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	LLV5D30	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250228-175319458-61	LQQ8C41	RAPIDO LUXO CAMPINAS LTDA
050032-20250307-165028662-47	DVT0J57	FREITAS E SOUZA TRANSPORTE LTDA
050032-20250308-100314966-54	TLQ1C73	RHEMA MOBILIDADE LTDA
050032-20250313-094741279-79	TJK5C03	JOAO DOS SANTOS CARVALHO 26698619892
050032-20250313-155745507-13	TJJ3G72	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-160104644-88	TKN5F83	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-160330882-13	TKD4E84	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-160632963-78	TIX6B66	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161024825-56	TJS1D75	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161302822-11	TIR8G07	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161629184-11	TJP8J78	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-161917975-66	TJH9G89	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250313-162157632-91	TKQ8I50	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250410-110207877-37	LMG3I15	SJR TRANSPORTE FRETAMENTO E VIAGENS LTDA
050032-20250415-084121922-81	TLO4H24	S.T.P.MOBILIDADE LTDA
050032-20250417-113755124-67	BFZ4J41	RAPIDO SUMARE LTDA
050032-20250514-192821852-66	GBZ4499	SOLISMAR CARVALHO OLIVEIRA
050032-20250611-135049436-55	DOK5D61	PEDRO LUIZ FLORES
050032-20250614-120503679-79	DOL0652	ANDREA DE PAULA LEITE BRASIL
050032-20250616-213227234-11	DJR9118	ANDRE CARLOS DIAS DOS SANTOS
050032-20250617-130629451-14	RLZ0B88	VINICIUS FREITAS MATTIONI
060032-20250317-114728072-11	SVN9A55	VIA BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA
060032-20250409-163225274-44	GJV9E63	FABIO VIAGENS E TURISMO MOCOCA LTDA
060032-20250415-161629189-17	OCZ7J95	FABIO VIAGENS E TURISMO MOCOCA LTDA
060032-20250425-152014000-12	GXS6610	JOAO BARBOSA FERREIRA JUNIOR
070032-20250307-165208918-94	EHE1F89	L C BARBOSA TRANSPORTES LTDA
070032-20250429-085924723-93	FCS0256	JAQUELINE CRISTIANE DOS SANTOS
070032-20250613-084811541-67	FDJ0E18	MAURO JURADO CORREA
070032-20250613-101224361-13	CUG8150	CHIZUCO HIRA NAGATA
080032-20250212-171539556-81	TLC8J18	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250212-172214704-92	TJU7A18	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-091520359-13	TJC1H41	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-093219670-14	TLH3G55	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-093812097-56	TJZ2J88	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-094410264-16	TKK2I21	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-094911256-53	TIT6D77	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-095644453-86	TJJ6G86	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250219-111825535-53	TLR0J88	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250227-090421924-85	TKY6E55	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250227-161232591-12	GJL9I04	NEW HOPE TERCEIRIZAÇÃO E TRANSPORTES CATANDUVA LTDA
080032-20250613-164428344-91	PBM9I40	ALAN GIUSEPPE CUNHA
090032-20250412-104627581-74	EOF5604	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-110312142-38	KNY4B04	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-111039911-64	KVU4827	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-111619664-17	KWQ6F36	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-112153486-55	DTE6155	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-113359455-22	DAH6C12	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-113759193-87	FEI4H23	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-114153668-59	EPU5I97	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-114600909-59	EPU7I77	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-115003285-19	POI8C00	E MACIEL DE BARROS
090032-20250412-115415871-67	POI8H00	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-082914305-51	FFA7F81	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-083453684-61	PRT0I28	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-085048655-76	EBG8G61	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-091425996-66	BUS6D80	E MACIEL DE BARROS
090032-20250414-091837224-96	FFA7F80	E MACIEL DE BARROS
100032-20250526-152406794-15	DAC3D11	MURILO ANTUNES FERREIRA SOUZA
110032-20250519-231528388-63	TKJ5H70	Patrícia Ireno Fernandes dos Santos
110032-20250601-165936627-44	FMF4H51	amanda sutter
120032-20250310-200211242-16	EWL8019	ROSANGELA BUENO DE ALMEIDA SCORIZA LOPES
120032-20250318-100813372-44	EOF6E07	Eliana Cristina da Silva Leone
120032-20250327-084334118-37	MKM7G49	MARIA ADEILMA DE MELO
120032-20250328-204906380-48	FTY9J82	RAFAEL AROLDO DE ANDRADE
120032-20250416-143819705-73	TLI7H08	BRAS DOMINGOS DA SILVA
120032-20250424-142618499-69	TDT8G66	LEANDRO BORGES ARAUJO
120032-20250512-092154492-62	CRX1G90	RICARDO AKIRA ONO AURIANI
120032-20250515-144848854-93	FVD5C79	SONIA DE LOURDES MARINO HAMMEL

120032-20250611-162452290-11	GFY7565	SEBASTIAO RODRIGUES PRATES
120032-20250619-183920691-71	EAR5265	DIEGO ALFREDO DE GODOI BUENO
130032-20250224-100143386-44	EJW9F31	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250224-100143386-44	OWH0J69	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250225-084448594-61	TJP9J98	TRANSGUARA TRANSPORTE E LOCACAO LTDA
130032-20250312-165909742-71	KYR8C66	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250312-165909742-71	KYS5G50	ELITE FRETAMENTO LTDA
130032-20250327-112742323-11	EXO0J06	Jair Costa Da Silva
130032-20250404-095120199-77	EWJ4G01	FLOR DA MONTANHA TRANSPORTES E LOCADORA DE VEICUL
130032-20250411-120441670-53	GFP3J95	Cleber Wanderley da Silva
130032-20250416-133350166-74	SWA5I38	BRUNO RAFFAEL DOS SANTOS GUIRIOLI
130032-20250509-083030337-18	TLX8E87	RONALDO PIRES MARTINS
130032-20250513-142200884-61	TLN7J07	TRANSPORTES TURISMO E SERVICOS JP GRANDINO LTDA
130032-20250514-114848317-93	EVW9H87	GIOVANNI CORREA RODRIGUES
130032-20250515-151716951-17	GAO4F55	ANDRE CAPARROTTI SANCHES
130032-20250520-122956990-19	TKI7G67	TRANSPORTES TURISMO E SERVICOS JP GRANDINO LTDA
130032-20250520-123811422-64	TLP9H94	TRANSPORTES TURISMO E SERVICOS JP GRANDINO LTDA
130032-20250613-113854514-15	EFV9H86	LUIS FERNANDO RIBEIRO GALVAO
130032-20250613-114215599-12	GHZ6305	LUIS FERNANDO RIBEIRO GALVAO
140032-20250206-111326351-41	TIS0J58	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250206-111326351-41	TJJ1C37	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250206-111326351-41	TJP1H98	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250206-111326351-41	TJY9A37	21ST RENTAL LOCADORA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS LTDA
140032-20250320-134532050-74	MML1B63	FELIPE GEFERSON SEME AMED
140032-20250329-230214803-13	EKH8A89	Robson Cesar Ferreira Sousa
140032-20250407-212436136-19	GGS9586	KATIA APARECIDA CARDOSO DE GOUVEIA
140032-20250409-102455144-32	QQQ3C49	Jonatan Junior Baptista
140032-20250417-093545924-85	FIF9F26	SELBY APARECIDA DE OLIVEIRA
140032-20250530-190418065-99		CR LOCACAO DE VEICULOS LTDA
140032-20250616-151923344-24	FFS0F14	ANTONIO JOAO PINTO DOS SANTOS
150032-20250410-170834686-65	FFH5601	JEFERSON FERNANDO MATURO
150032-20250513-162937080-69	SWL9I56	ELENILDA DIONIZIO DE SOUZA
160032-20250401-085845989-27	CUB3E91	GRANN TOUR FRETAMENTO E TURISMO LTDA - ANGELO APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA
160032-20250502-175624132-61	GID5I48	MARIA APARECIDA CABRAL DOS SANTOS SILVA
160032-20250512-001628714-31	BZR2106	MARCOS ROBERTO DOS SANTOS
160032-20250515-145515442-36	GFX2A03	GABRIELA DE ALMEIDA ZANNI
160032-20250527-113346374-49	GFU6E34	FLAVIA AMARU

"DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE IPVA -INSPETORIA DE OPERAÇÕES

EDITAL - NOTIFICAÇÃO - LANÇAMENTO DE OFÍCIO

O(s) contribuinte(s) ou responsável(is) a seguir identificado(s) fica(m) notificado(s) do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, o(s) contribuinte(s) ou responsável(is), sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa, deverá(ão) recolher o débito fiscal integralmente ou apresentar contestação, por escrito, via sistema SIPET,no endereço eletrônico https://www3.fazenda.sp.gov.br/sipet, ou juntamente a Posto Fiscal da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto as pessoas indicadas no § 2º do artigo 6º da Lei 13.296/08.

Os dados foram obtidos nos sistemas de informação da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e/ou em documentos colhidos pela fiscalização.

Base de cálculo e alíquota nos termos dos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 13.296/08.

As tabelas de valor venal para os veículos usados foram publicadas no Diário Oficial do Estado – DOE, conforme Resoluções SF.

Os Juros de Mora são calculados na forma da Lei 10.175/98 e aplicados conforme a Lei 13.296/08.

Acréscimos moratórios calculados nos termos do artigo 27 da Lei 13.296/08.

Nos casos em que houve pagamento parcial, após o prazo legal, o valor do imposto devido foi imputado, conforme parágrafo único do artigo 18 da Lei 13.296/08.

O valor do débito fiscal, a seguir discriminado, é valido para pagamento até o último dia útil do mês da data desta publicação. Após essa data, o valor será atualizado nos termos da legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador.

A não quitação dos débitos relacionados implicará a inscrição do nome do contribuinte ou responsável no CADIN ESTADUAL, nos termos da Lei 12.799/2008.

Nome CPF/CNPJ RENAVAM Placa do Veículo Nº Controle Exercício IPVA Multa Juros

LUCAS RINALDI DE OLIVEIRA 052.900.289-27 00951749358 DNT3947 310304945 2023 642,08 128,41 229,45

LUCAS RINALDI DE OLIVEIRA 052.900.289-27 00951749358 DNT3947 310304945 2022 565,28 113,05 287,48

LUCAS RINALDI DE OLIVEIRA 052.900.289-27 00951749358 DNT3947 310304945 2021 441,00 88,19 287,78

ISAURA DIAS CABRAL DA SILVA 015.463.048-94 00546004709 FJT8B04 310304957 2025 2288,95 457,79 115,36

TRANS ELLEVE LTDA 50.289.930/0001-85 00310405530 ERQ7604 310304969 2025 339,03 0,00 0,01

JULIANA TAVARES LEVANDOSKI 040.708.131-36 01107632843 GKI6379 310304982 2024 177,46 35,49 36,65

JULIANA TAVARES LEVANDOSKI 040.708.131-36 01107632843 GKI6379 310304982 2022 157,78 31,55 80,24

SAT LOG SERV ARMAZ GERAIS TRANSP LOGIST 59.939.488/0001-60 00948823550 CPI5746 310304970 2025 689,25 113,72 25,21

SAT LOG SERV ARMAZ GERAIS TRANSP LOGIST 59.939.488/0001-60 00948823550 CPI5746 310304970 2024 701,19 140,23 127,98

SAT LOG SERV ARMAZ GERAIS TRANSP LOGIST 59.939.488/0001-60 00948823550 CPI5746 310304970 2023 792,33 158,46 262,52

SAT LOG SERV ARMAZ GERAIS TRANSP LOGIST 59.939.488/0001-60 00948823550 CPI5746 310304970 2022 711,21 142,24 344,62

MERCADINHO SANCHES LTDA ME 00.280.366/0001-61 00989192407 DPC5508 310304994 2025 808,38 161,67 50,44

MARIA LUCIA BARBOSA CARVALHO 032.961.068-63 00887278523 DQG5511 310305007 2025 626,36 125,27 39,08

MARIA SILVIA DE CAMARGO GARCIA 047.171.748-79 00826460526 JPP4077 310305020 2023 839,84 167,96 300,13

MARIA SILVIA DE CAMARGO GARCIA 047.171.748-79 00826460526 JPP4077 310305020 2022 735,08 147,01 373,83

ANA PAULA DE OLIVEIRA ANTONIO 154.134.098-18 00883674548 DSE7843 310305019 2025 626,36 125,27 39,08

MARCO ANTONIO FONSECA PAIVA 105.194.056-76 00986955663 EFP3390 310305032 2025 907,96 181,59 56,65

MARCO ANTONIO FONSECA PAIVA 105.194.056-76 00986955663 EFP3390 310305032 2023 957,48 191,49 342,17

MARCO ANTONIO FONSECA PAIVA 105.194.056-76 00986955663 EFP3390 310305032 2020 842,60 168,51 671,19

JOSE VALTEMBERG DA S ALMEIDA 010.284.434-80 00946063877 DUM9949 310305044 2023 1090,16 218,03 389,58

JOSE VALTEMBERG DA S ALMEIDA 010.284.434-80 00946063877 DUM9949 310305044 2022 998,92 199,78 508,01

JOSE VALTEMBERG DA S ALMEIDA 010.284.434-80 00946063877 DUM9949 310305044 2021 778,64 155,72 508,11

JOSE VALTEMBERG DA S ALMEIDA 010.284.434-80 00946063877 DUM9949 310305044 2020 848,72 169,74 676,06

JALDOMIR DA SILVA FILHO 186.064.128-80 00971619298 EAY7529 310305056 2023 776,24 155,24 277,40

JALDOMIR DA SILVA FILHO 186.064.128-80 00971619298 EAY7529 310305056 2022 760,88 152,17 386,95

JALDOMIR DA SILVA FILHO 186.064.128-80 00971619298 EAY7529 310305056 2021 650,68 130,13 424,61

GERALDO FRANCISCO DA SILVA 400.145.924-87 00928050203 DTA3629 310305068 2025 1399,53 230,92 51,19

GERALDO FRANCISCO DA SILVA 400.145.924-87 00928050203 DTA3629 310305068 2024 1343,67 268,73 245,25

GERALDO FRANCISCO DA SILVA 400.145.924-87 00928050203 DTA3629 310305068 2023 1218,43 243,68 403,70

GERALDO FRANCISCO DA SILVA 400.145.924-87 00928050203 DTA3629 310305068 2022 1042,47 208,49 505,14

DALBANI COMERCIAL DE TECIDOS LTDA 74.238.064/0001-61 00927702487 DYF7519 310305070 2023 815,04 163,00 291,27

DALBANI COMERCIAL DE TECIDOS LTDA 74.238.064/0001-61 00927702487 DYF7519 310305070 2022 774,28 154,85 393,77

DALBANI COMERCIAL DE TECIDOS LTDA 74.238.064/0001-61 00927702487 DYF7519 310305070 2021 667,20 133,43 435,39

EUDIS FARIAS DOS SANTOS 350.941.358-05 00990688879 EGR5719 310305081 2023 1115,12 223,02 398,50

EUDIS FARIAS DOS SANTOS 350.941.358-05 00990688879 EGR5719 310305081 2022 1008,48 201,69 512,87

EUDIS FARIAS DOS SANTOS 350.941.358-05 00990688879 EGR5719 310305081 2021 787,60 157,51 513,96

EUDIS FARIAS DOS SANTOS 350.941.358-05 00990688879 EGR5719 310305081 2020 857,08 171,41 682,72

JEFERSON CARLOS BONNI 018.000.279-15 00968802540 EDP8720 310305093 2023 1110,16 222,03 396,72

JEFERSON CARLOS BONNI 018.000.279-15 00968802540 EDP8720 310305093 2022 977,36 195,47 497,04

JEFERSON CARLOS BONNI 018.000.279-15 00968802540 EDP8720 310305093 2021 757,32 151,46 494,20

JEFERSON CARLOS BONNI 018.000.279-15 00968802540 EDP8720 310305093 2020 837,40 167,47 667,04

ERIKA AMORIM FERREIRA 317.618.328-32 00982357125 EBF9838 310305100 2023 1043,96 208,79 373,07

ERIKA AMORIM FERREIRA 317.618.328-32 00982357125 EBF9838 310305100 2022 937,80 187,55 476,93

ERIKA AMORIM FERREIRA 317.618.328-32 00982357125 EBF9838 310305100 2021 728,92 145,78 475,66

ERIKA AMORIM FERREIRA 317.618.328-32 00982357125 EBF9838 310305100 2020 777,68 155,53 619,47

CARLOS ALBERTO DA FONSECA FERREIRA 130.100.448-01 00830097694 DKV0088 310305111 2023 999,08 199,81 357,03

CARLOS ALBERTO DA FONSECA FERREIRA 130.100.448-01 00830097694 DKV0088 310305111 2020 874,84 174,96 696,87

ANDRE LUIS MAZZUCCIO ME 03.031.979/0001-53 01028451153 FSK8C69 310305123 2025 991,91 198,38 49,98

FABIO PRANDO FAGUNDES GOES 367.705.218-14 01149684493 GEZ7142 310305135 2024 4909,56 981,91 1013,92

POSTO CEDRO DE SAO JOAO LTDA 11.573.452/0001-89 01345967842 CCU0E35 310305147 2025 6381,97 1053,02 233,46

POSTO CEDRO DE SAO JOAO LTDA 11.573.452/0001-89 01345967842 CCU0E35 310305147 2024 3092,58 618,51 378,90

NICHOLAS LOPES DOS SANTOS 468.078.468-78 00945886152 NIC9B90 310305159 2025 1111,64 222,32 69,37

NICHOLAS LOPES DOS SANTOS 468.078.468-78 00945886152 NIC9B90 310305159 2024 1139,20 227,83 235,27

LOURDES MATHIAS PAULO DIAS DA CUNHA 175.687.298-85 00834945401 DMD1848 310305172 2024 337,22 67,44 69,64

LOURDES MATHIAS PAULO DIAS DA CUNHA 175.687.298-8500834945401 DMD1848 310305172 2023 378,44 75,68 135,2

LOURDES MATHIAS PAULO DIAS DA CUNHA 175.687.298-85 00834945401 DMD1848 310305172 2022 351,28 70,25 178,6

LOURDES MATHIAS PAULO DIAS DA CUNHA 175.687.298-85 00834945401 DMD1848 310305172 2021 279,36 55,87 182,30

LOURDES MATHIAS PAULO DIAS DA CUNHA 175.687.298-85 00834945401 DMD1848 310305172 2020 306,84 61,36 244,42

JONAS COSTA DOS SANTOS JUNIOR 394.438.238-29 00844801941 DNL0585 310305160 2022 673,84 134,76 342,69

JONAS COSTA DOS SANTOS JUNIOR 394.438.238-29 00844801941 DNL0585 310305160 2020 604,84 120,96 481,79

SBF DO BRASIL FOODS EIRELI 24.399.530/0001-12 00340845643 ISE2E56 310305184 2025 1562,64 262,99 57,32

SBF DO BRASIL FOODS EIRELI 24.399.530/0001-12 00340845643 ISE2E56 310305184 2024 1500,27 300,05 273,83

SBF DO BRASIL FOODS EIRELI 24.399.530/0001-12 00908540523 DVB6918 310305196 2025 373,28 74,65 23,29

FÁBIO SORRILHA GOMES 039.443.901-56 00182940985 NKT4157 310305202 2025 620,81 0,00 0,01

DUTRA CAR 09.063.194/0001-49 00852799896 DRF9227 2025 649,27 102,86 32,09

DUTRA CAR 09.063.194/0001-49 00852799896 DRF92272024 708,32 100,71 104,01

DUTRA CAR 09.063.194/0001-49 00852799896 DRF9227 2023 1010,91 129,82 231,97

DUTRA CAR 09.063.194/0001-49 00852799896 DRF9227 2022 966,83 113,17 287,78

DUTRA CAR 09.063.194/0001-49 00852799896 DRF9227 2021 809,12 87,35 285,01

SILVANA CHAVES PRIETO 046.228.251-12 00481612718 FFH6515 310305226 2025 1165,88 233,17 72,75

SILVANA CHAVES PRIETO 046.228.251-12 00481612718 FFH6515 310305226 2024 1122,24 224,44 231,77

SILVANA CHAVES PRIETO 046.228.251-12 00481612718 FFH6515 310305226 2023 1220,80 244,15 436,27

SILVANA CHAVES PRIETO 046.228.251-12 00481612718 FFH6515 310305226 2022 1088,64 217,72 553,64

SILVANA CHAVES PRIETO 046.228.251-12 00481612718 FFH6515 310305226 2021 842,76 168,55 549,95

MARINA OLIVEIRA SIMON 277.705.218-23 01353529328 FWM2J83 310305238 2025 547,40 109,47 34,16

MARINA OLIVEIRA SIMON 277.705.218-23 01353529328 FWM2J83 310305238 2024 669,24 133,84 138,21

MARINA OLIVEIRA SIMON 277.705.218-23 01353529328 FWM2J83 310305238 2023 188,93 37,78 55,20

CARLOS ENRIQUE FREIRE 214.611.098-84 00935366679 DPZ9941 310305240 2025 78,28 7,23 1,71

ROBERTO GONCALVES GRECCO 032.472.358-09 00931127360 DWF6A56 310305251 2021 374,68 74,93 244,50

JOSIANE DERIGO 159.795.068-88 00833498720 HAG8A60 310305263 2021 423,72 84,74 276,50

WILLIAN MARTINS ELIAS GAUNA 465.139.061-72 00177848570 EJS1633 310305275 2023 796,56 159,31 242,98

AILTON SOARES DE SANTANA 350.995.937-04 00656372621 FOB0259 310305287 2025 1070,82 98,94 23,39

AUGUSTO ESTEVO ALVES 376.014.708-90 00192459058 EMQ8F18 310305299 2024 76,25 15,24 5,67

RAFAEL CORREA DA COSTA 026.217.571-11 01322431474 FQF8A45 310305305 2025 14254,35 1881,57 322,72

FALCAO ASSESSORIA LTDA 17.729.201/0001-27 00150932782 ELK4219 310305317 2025 690,40 138,07 43,09

FALCAO ASSESSORIA LTDA 17.729.201/0001-27 00150932782 ELK4219 310305317 2024 554,33 110,86 101,18

RONALDO DE ALBUQUERQUE SIHE 780.591.430-34 00984267220 EEI4G77 310305330 2023 780,02 156,00 217,25

MAURO MOREIRA DOS SANTOS 137.055.408-74 01331339984 FPN2A91 310305342 2025 183,88 6,06 1,9

ALEXANDRO MARTINS FAVERO 013.229.872-46 00325027943 NWL5055 310305354 2025 610,71 58,44 13,38

LUIS CARLOS BARBOZA DE ALMEIDA 384.427.808-74 01286531346 GCJ4D97 310305366 2025 295,52 59,10 18,44

LARIZA TAMBURUS SIQUEIRA 390.882.728-08 01271085590 FXR2D98 310305329 2025 285,65 47,13 10,45

PEDRO ANTONIO DA SILVA FILHO 939.495.294-20 00251362280 ERI6I93 310305378 2024 1000,72 200,14 206,67

PEDRO ANTONIO DA SILVA FILHO 939.495.294-20 00251362280 ERI6I93 310305378 2023 1024,40 204,87 366,08

PEDRO ANTONIO DA SILVA FILHO 939.495.294-20 00251362280 ERI6I93 310305378 2022 924,04 184,80 469,93

PEDRO ANTONIO DA SILVA FILHO 939.495.294-20 00251362280 ERI6I93 310305378 2021 846,16 169,23 552,17

RODRIGO MORENO DE SOUZA 298.441.318-04 00744351367 CWC3540 310305380 2020 338,88 67,77 269,94

EMERSON ROBERTO GONCALVES 070.497.518-12 00930104463 DTU8982 310305391 2023 575,56 115,11 205,68

EMERSON ROBERTO GONCALVES 070.497.518-12 00930104463 DTU8982 310305391 2022 529,32 105,86 269,19

MANOEL GOVEIA DE BRITO 049.723.558-75 00792446755 DIO8205 310305408 2020 339,92 67,98 270,77

PRONTO S DE MOVEIS R SERV E C LTDA 01.579.545/0001-67 00819100951 DIU3783 310305410 2021 309,76 61,95 202,13

PRONTO S DE MOVEIS R SERV E C LTDA 01.579.545/0001-67 00819100951 DIU3783 310305410 2020 335,92 67,18 267,58

ANA AMELIA HERTER 026.982.589-42 00804124590 DIX0666 310305421 2021 309,76 61,95 202,13

ANA AMELIA HERTER 026.982.589-42 00804124590 DIX0666 310305421 2020 335,92 67,18 267,58

JOSE CLAUDEMIRO DE SOUZA 075.949.158-52 00837775884 DKC5441 310305433 2021 311,08 62,21 203,00

JOSE CLAUDEMIRO DE SOUZA 075.949.158-52 00837775884 DKC5441 310305433 2020 339,80 67,95 270,68

ROBSON GONCALVES SANTOS 273.662.478-55 00835953734 DKW9963 310305445 2021 311,08 62,21 203,00

ROBSON GONCALVES SANTOS 273.662.478-55 00835953734 DKW9963 310305445 2020 339,80 67,95 270,68

HEBERT OLIVEIRA SILVA 347.507.378-10 00813314682 DMK9836 310305457 2021 309,76 61,95 202,13

HEBERT OLIVEIRA SILVA 347.507.378-10 00813314682 DMK9836 310305457 2020 335,92 67,18 267,58

WILSON FRANCISCO DE OL PAES LANDIM 952.793.503-20 00959420630 EDJ4831 310305469 2021 319,30 63,85 208,37

WILSON FRANCISCO DE OL PAES LANDIM 952.793.503-20 00959420630 EDJ4831 310305469 2020 346,98 69,39 276,39

MARCELO DE JESUS TEIXEIRA 074.226.778-48 00738426601 GXC4359 310305470 2020 346,64 69,32 276,12

CLAUDIMIRO SOUZA PIRES 080.252.518-02 00856248975 HCC5356 310305482 2020 316,68 63,33 252,26

AGRICOLA RIO TURVO LTDA 04.523.252/0001-56 00881762547 DDL0516 310305494 2021 276,82 55,36 180,64

AGRISUL AGRICOLA LTDA 04.773.159/0003-61 00862275695 DNL3861 310305500 2021 1280,08 256,01 804,62

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 00117561509 EFQ0949 310305512 2025 802,72 160,54 50,09

MARIO DE ALMEIDA FILHO 085.581.848-44 00117561509 EFQ0949 310305512 2025 802,72 160,54 50,09

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 00117561509 EFQ0949 310305512 2024 865,20 173,03 178,69

MARIO DE ALMEIDA FILHO 085.581.848-44 00117561509 EFQ0949 310305512 2024 865,20 173,03 178,69

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 00117561509 EFQ0949 310305512 2023 883,24 176,64 315,64

MARIO DE ALMEIDA FILHO 085.581.848-44 00117561509 EFQ0949 310305512 2023 883,24 176,64 315,64

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 00117561509 EFQ0949 310305512 2022 824,72 164,94 419,42

MARIO DE ALMEIDA FILHO 085.581.848-44 00117561509 EFQ0949 310305512 2022 824,72 164,94 419,42

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 00117561509 EFQ0949 310305512 2021 688,72 137,74 449,43

MARIO DE ALMEIDA FILHO 085.581.848-44 00117561509 EFQ0949 310305512 2021 688,72 137,74 449,43

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 00117561509 EFQ0949 310305512 2020 736,88 147,37 586,97

MARIO DE ALMEIDA FILHO 085.581.848-44 00117561509 EFQ0949 310305512 2020 736,88 147,37 586,97

VANIA MARIA GOMES DA SILVA 267.029.198-83 00761751939 DEL5364 310305524 2021 296,12 59,22 193,24

WELLINGTON CUNHA JULIANO 421.746.588-28 00256149259 ERK7D19 310305536 2021 550,04 110,00 358,94

PREMIUM LOGISTICS AND CARGO LT 04.190.683/0001-48 00332197638 ESU6249 310305548 2025 974,13 176,80 36,14

PREMIUM LOGISTICS AND CARGO LT 04.190.683/0001-48 00332197638 ESU6249 310305548 2024 976,23 195,24 178,18

PREMIUM LOGISTICS AND CARGO LT 04.190.683/0001-48 00332197638 ESU6249 310305548 2023 1093,45 218,69 362,28

PREMIUM LOGISTICS AND CARGO LT 04.190.683/0001-48 00332197638 ESU6249 310305548 2022 997,35 199,46 483,28

PREMIUM LOGISTICS AND CARGO LT 04.190.683/0001-48 00332197638 ESU6249 310305548 2021 822,73 164,54 517,15

FABIO BRAZ DOS SANTOS 013.014.251-41 00214455246 ELJ3047 310305550 2025 747,76 149,55 46,66

FABIO BRAZ DOS SANTOS 013.014.251-41 00214455246 ELJ3047 310305550 2024 691,36 138,27 142,78

FABIO BRAZ DOS SANTOS 013.014.251-41 00214455246 ELJ3047 310305550 2023 657,04 131,40 234,80

FABIO BRAZ DOS SANTOS 013.014.251-41 00214455246 ELJ3047 310305550 2022 562,16 112,43 285,89

SEG AUTOMACAO LTDA S C 05.618.385/0001-79 00771893558 DAY7370 310305561 2021 369,76 73,95 241,29

JOSIAS CAVALCANTE JUNIOR 283.335.978-07 00751111597 DDW2E90 310305573 2020 355,36 71,07 283,06

CARLOS ALBERTO DA SILVA JUNIOR 069.736.794-04 00755850084 DFH0593 310305585 2021 377,68 75,53 246,46

TRANS ELLEVE LTDA 50.289.930/0001-85 00496886649 KPA7G88 310305597 2025 777,48 82,10 17,19

SIDERAL M PARA CONSTRUCAO LTDA 59.441.816/0001-01 00306073005 EUH9711 310305603 2025 1436,52 260,72 53,30

SIDERAL M PARA CONSTRUCAO LTDA 59.441.816/0001-01 00306073005 EUH9711 310305603 2024 1357,03 271,40 247,69

SIDERAL M PARA CONSTRUCAO LTDA 59.441.816/0001-01 00306073005 EUH9711 310305603 2023 1295,10 259,01 429,10

SIDERAL M PARA CONSTRUCAO LTDA 59.441.816/0001-01 00306073005 EUH9711 310305603 2022 1140,18 228,03 552,49

SIDERAL M PARA CONSTRUCAO LTDA 59.441.816/0001-01 00306073005 EUH9711 310305603 2021 889,92 177,98 559,37

MADARA WYATT 164.147.318-54 00472220748 FDG8514 310305639 2023 1788,08 357,61 638,99

MADARA WYATT 164.147.318-54 00472220748 FDG8514 310305639 2022 1629,96 325,99 828,93

MADARA WYATT 164.147.318-54 00472220748 FDG8514 310305639 2021 1334,44 266,88 870,81

MADARA WYATT 164.147.318-54 00472220748 FDG8514 310305639 2020 1463,40

ANDREIA DEBORA DE CAMPOS FREDERICO 095.726.108-05 01010835600 FSV5770 310305627 2025 1438,44 287,68 89,76

ANDREIA DEBORA DE CAMPOS FREDERICO 095.726.108-05 01010835600 FSV5770 310305627 2024 1461,04 175,32 163,48

ANDREIA DEBORA DE CAMPOS FREDERICO 095.726.108-05 01010835600 FSV5770 310305627 2023 1504,48 120,35 195,32

ANDREIA DEBORA DE CAMPOS FREDERICO 095.726.108-05 01010835600 FSV5770 310305627 2020 1188,92 158,52 626,60

N T K SERVICO DE TAXI LTDA ME 10.406.017/0001-05 00456580336 EYV6200 310305615 2025 1151,04 230,20 71,83

N T K SERVICO DE TAXI LTDA ME 10.406.017/0001-05 00456580336 EYV6200 310305615 2024 1099,12 219,82 226,99

N T K SERVICO DE TAXI LTDA ME 10.406.017/0001-05 00456580336 EYV6200 310305615 2023 1214,72 242,94 434,09

N T K SERVICO DE TAXI LTDA ME 10.406.017/0001-05 00456580336 EYV6200 310305615 2022 1206,72 241,34 613,69

N T K SERVICO DE TAXI LTDA ME 10.406.017/0001-05 00456580336 EYV6200 310305615 2021 1025,68 205,13 669,32

N T K SERVICO DE TAXI LTDA ME 10.406.017/0001-05 00456580336 EYV6200 310305615 2020 1119,80 223,95 891,99

ELIAS EDILSON DE SOUZA 182.857.058-38 00985466073 EDR8218 310305652 2025 739,88 147,97 46,17

RUBENS DE JESUS TEIXEIRA 954.680.805-91 00906649714 DXC4278 310305664 2025 605,00 120,99 37,76

ARUNDO ADAO MONTEIRO NETO 313.111.298-04 01036038642 FCA3C10 310305676 2025 283,88 56,77 17,72

ARUNDO ADAO MONTEIRO NETO 313.111.298-04 01036038642 FCA3C10 310305676 2024 45,15 9,03 3,91

NDERSON CLAYTON DE LIMA CONSULTORIA 24.109.285/0001-61 01129221455 QMX0270 310305688 2025 1384,60 276,91 86,40

NDERSON CLAYTON DE LIMA CONSULTORIA 24.109.285/0001-61 01129221455 QMX0270 310305688 2024 1476,44 295,28 304,92

NDERSON CLAYTON DE LIMA CONSULTORIA 24.109.285/0001-61 01129221455 QMX0270 310305688 2023 1630,16 326,03 582,55

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 01121553386 PKN3F95 310305690 2025 2345,88 469,17 146,38

BANCO ITAUCARD S.A. 17.192.451/0001-70 01121553386 PKN3F95 310305690 2024 2363,40 472,67 488,09

AUTO PEÇAS AVENID ADE MARILIA LTDA ME 10.734.256/0001-86 00970266774 EDD5434 310305706 2025 813,16 162,63 50,74

WILIAN CESAR DA SILVA MARTINS 219.558.558-70 00959364471 FIT0C67 310305718 2024 173,11 34,62 14,98

LEDA SAYURI NOGAMI DE BRITO 163.111.448-40 00840129564 DLD3277 310305720 2024 64,66 12,93 13,35

LEDA SAYURI NOGAMI DE BRITO 163.111.448-40 00840129564 DLD3277 310305720 2023 78,00 15,59 27,88

LEDA SAYURI NOGAMI DE BRITO 163.111.448-40 00840129564 DLD3277 310305720 2022 65,94 13,18 33,54

LEDA SAYURI NOGAMI DE BRITO 163.111.448-40 00840129564 DLD3277 310305720 2021 53,36 10,67 34,82

LEDA SAYURI NOGAMI DE BRITO 163.111.448-40 00840129564 DLD3277 310305720 2020 57,54 11,50 45,84

WILIAN CESAR DA SILVA MARTINS 219.558.558-70 00959364471 FIT0C67 310305731 2025 1116,12 223,22 69,64

SUELI HATADANI SOARES DE SOUZA 309.264.628-22 00926308173 DUK5536 310305743 2025 388,96 77,79 24,27

REGINALDO WELLER 120.958.148-51 01046614565 FZV9666 310305767 2025 755,23 0,00 0,01

RENATO ANTONIO CASAGRANDE 322.014.888-35 01201697600 DPL8760 310305779 2025 137,64 0,00 0,00

FLÁVIO JOSÉ MORAIS DOS SANTOS 138.455.448-30 00936324996 DTT2228 310305780 2025 705,12 141,02 44,00

FAEX SOLUCOES EM LOGISTICA LTDA 10.719.208/0001-19 01147383771 GHZ9047 310305792 2025 1151,74 230,34 71,87

ANTONIO DE SOUZA PEREIRA 080.822.858-77 01171614672 PRP0C37 310305809 2024 748,97 149,79 91,76

EMERSON ROBERTO DOS SANTOS 304.795.748-71 00469586915 HOK6451 310305810 2025 598,29 27,64 6,26

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES SOARES 972.407.533-87 00832915726 NFJ7147 310305834 2024 360,22 72,04 74,39

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES SOARES 972.407.533-87 00832915726 NFJ7147 310305834 2023 383,08 76,61 136,90

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES SOARES 972.407.533-87 00832915726 NFJ7147 310305834 2022 344,48 68,89 175,19

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES SOARES 972.407.533-87 00832915726 NFJ7147 310305834 2021 271,46 54,29 177,14

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES SOARES 972.407.533-87 00832915726 NFJ7147 310305834 2020 292,52 58,50 233,01

IZAEL BACELAR NOGUEIRA 70682105112 35.385.581/0001-01 00228064287 FSE1J41 310305822 2021 340,36 68,07 201,69

BENEDITO APARECIDO DE LIMA 043.876.098-00 01154582652 FZK6D69 310305846 2025 5412,56 1082,51 337,74

BENEDITO APARECIDO DE LIMA 043.876.098-00 01154582652 FZK6D69 310305858 2024 5901,84 1180,36 1218,85

BENEDITO APARECIDO DE LIMA 043.876.098-00 01154582652 FZK6D69 310305860 2022 6260,64 1252,12 3183,91

BENEDITO APARECIDO DE LIMA 043.876.098-00 01154582652 FZK6D69 310305871 2023 6950,88 1390,17 2483,97

VALCAR COMERCIO 50.845.512/0001-27 00547940718 FFO4926 2025 589,700,00 0,00

CRIATIFF INDUSTRIA E COM DE ROUPAS 53.552.881/0001-10 00953397017 FRD6363 310305913 2025 557,78 111,55 34,81

ANA PAULA THOMAZ 279.390.758-88 00991440595 EGA3529 310305925 2025 802,32 160,46 50,06

ANA PAULA THOMAZ 279.390.758-88 00991440595 EGA3529 310305925 2024 812,32 162,46 167,76

ANA PAULA THOMAZ 279.390.758-88 00991440595 EGA3529 310305925 2023 859,36 171,87 307,10

ANA PAULA THOMAZ 279.390.758-88 00991440595 EGA3529 310305925 2022 765,32 153,06 389,21

ANA PAULA THOMAZ 279.390.758-88 00991440595 EGA3529 310305925 2021 649,64 129,92 423,93

ANA PAULA THOMAZ 279.390.758-88 00991440595 EGA3529 310305925 2020 674,28 134,85 537,11

CELINA MARLI FABRI DE SOUZA 091.428.778-81 00588288128 FLS4664 310305937 2025 2263,88 452,77 141,27

BIO FITNESS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PAR 05.327.388/0001-53 00182535010 EPC3869 310305949 2024 583,90 116,77 120,59

CINTIA APARECIDA BUSSI 362.175.598-54 00459457829 NXY9418 310305950 2023 1166,00 233,19 416,69

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE IPVA -INSPETORIA DE OPERAÇÕES

EDITAL - NOTIFICAÇÃO - DECISÃO SOBRE PEDIDO RELATIVO A ISENÇÃO DE ICMS

Ficam os interessados abaixo identificados (bem como eventuais tutores, curadores, representantes legais ou procuradores) notificados de que os pedidos relativos à isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tratados nos respectivos protocolos Sivei / SEI abaixo-informados, foram INDEFERIDOS, nos termos do Convênio ICMS 38/2012 e Portaria CAT 18/2013. Os protocolos seguirão para arquivo. Os interessados poderão acessar o teor das respectivas decisões, mediante consulta ao sistema do respectivo protocolo, a saber, junto aos sistemas SIVEI (https://www3.fazenda.sp.gov.br/sivei, se protocolado inicialmente junto a este sistema) ou SEI (https://sei.sp.gov.br, se protocolado junto ao sistema SIPET ou junto aos postos presenciais de atendimento). No prazo de 30 (trinta) dias, poderá ser apresentado recurso ao indeferimento, exclusivamente mediante protocolo via sistema SIVEI (https://www3.fazenda.sp.gov.br/sivei/), sob o mesmo assunto do pedido inicial.

Protocolo SIVEI/SEI	Nome do interessado
011032-20250429-090208109-79	Denis de araujo
011032-20250526-201239672-62	PEDRO DE MELO ROCHA ALBUQUERQUE
011032-20250527-110301341-28	IGOR LIVRAMENTO PEREIRA
011032-20250527-182637666-81	Maria Zélia André Pires
011032-20250527-222229246-91	ANGELA JANIERE GOMES DE MEDEIROS ROGERIO
011032-20250527-224314497-21	DIEGO TADEU CRUZ
011032-20250528-133129285-35	ABRAO CHEDA NETO
011032-20250528-135537014-68	LUIZ CARLOS MARTINS
011032-20250529-102815650-12	RICHARD JANEIRO DE PAULA
011032-20250529-110743667-37	WAGNER BERALDO
011032-20250529-125514211-56	MANOEL BERNARDINO DE SENA
011032-20250529-144936894-55	MARCO AURELIO KUHL
011032-20250529-164942189-39	BERENICE ALVES DE AMORIM LOPES
011032-20250529-212559692-19	Eduardo Sant Ana
011032-20250530-152058120-96	NEDSON CALCA
011032-20250530-155014472-88	ADENIR FERNANDES DA SILVA
011032-20250601-185115081-58	ANTONIO CARLOS PEREIRA
011032-20250602-100203176-11	RICARDO BARBOSA FIRMINO
011032-20250602-104732109-16	LUIS PEREIRA DA SILVA
011032-20250602-153253293-99	CASSIO LUIZ MENDES DE SOUZA
011032-20250602-163925938-18	TARCI DA SILVA
011032-20250602-173820875-84	VANIA GOMES LIMA
011032-20250602-174645006-62	VALDENIR ALVES
011032-20250602-194922015-76	MILTON NUNES DE FARIA
011032-20250602-204931497-81	MARCIO JOSE CORREIA
011032-20250603-085417331-26	MIGUEL GONCALVES DOS SANTOS
011032-20250603-094919582-82	OZENI VILAR DE ALMEIDA
011032-20250603-122558782-81	NEUSA DA CRUZ CORREIA
011032-20250603-160003265-11	Arlindo Joao da Silva
011032-20250603-165446733-61	IMACULADA CONCEIÇÃO DA SILVA
011032-20250604-135024498-41	Joelma Queiroz da Silva
011032-20250604-180301937-43	THIAGO RIBEIRO SILVA
011032-20250605-122628195-51	LUIZ CARLOS ALVARADO TOMAZINE
011032-20250605-122737068-75	CARLOS ALBERTO DE SOUZA
011032-20250605-141750652-99	MICHEL ROMANO COSSO
011032-20250605-150143677-87	Fabio José Rodrigues da Silva
011032-20250605-164520277-82	NANCY RODRIGUES DE OLIVEIRA
011032-20250605-173447952-33	MARCELO AUGUSTO SCARPETI
011032-20250605-231037309-63	LUCIANO PAIVA DE OLIVEIRA
011032-20250606-074413159-61	RENAN DIEGO DA SILVA
011032-20250607-121354831-36	DIOGO CARRILHO
011032-20250609-170824309-31	MARCIO LOUZADA
011032-20250611-091809777-41	ROSELY MARIA DA COSTA BRASSAROTO
011032-20250611-094609364-92	ROSANY MARIA DE JESUS DOS SANTOS
011032-20250611-141250807-49	MARIA CRISTINA FRATOGIANNI
011032-20250611-202856937-89	Monica Campos de Carvalho Bonora
011032-20250612-115210837-13	ROSELY MARIA DA COSTABRASSAROTO
011032-20250612-183454770-13	WAGNER PINESSO
011032-20250613-143634602-15	WAGNER PINESSO
011032-20250613-144351291-19	DIEGO TADEU CRUZ
011032-20250616-202133242-15	GERALDO DE MATOS CHANDU
011032-20250618-100822721-98	EDIJA FAUSTINO BASILIO COSTA
012032-20250527-183902831-72	CARLOS ANTONIO MOURA
012032-20250528-163726932-53	LEDA MATTAR
012032-20250528-181232540-75	ODACI MARIA SCUCUGLIA
012032-20250528-181549010-94	GRISELDA DE PAULA ALVES DE ALMEIDA
012032-20250529-063111964-11	Fernando Andre Zemuner Garcia
012032-20250530-125147536-19	DENIZE FERNANDES GOMES MARCAL
012032-20250602-111238534-47	ERNANI LUIZ DA SILVA

012032-20250602-132530660-21	MAURO DA SILVEIRA OLIVEIRA
012032-20250602-135608399-15	Antonia da Bouca Paradela Gimenez
012032-20250602-141159551-16	HAILTON BARBOSA DOS SANTOS
012032-20250603-092308386-81	REGIANE BARBOSA
012032-20250603-110909848-25	Roberto Cezar Vicente
012032-20250603-111059425-48	CARLA DE OSTI COMPARATO
012032-20250603-113512402-93	Valter Lopes
012032-20250603-124859183-24	CRISTIANO RIQUE FERREIRA
012032-20250603-140351751-87	CEZAR DA COSTA
012032-20250603-173507144-95	FERNANDO FEITOZA DA SILVA
012032-20250604-083937525-59	AURELIO PEREIRA CASTRO
012032-20250604-090440032-17	Nilo Sergio Machado
012032-20250604-094831227-58	Renato Araújo Silva
012032-20250604-144117305-11	TIAGO SANCHEZ E SOUZA
012032-20250604-151242463-55	Aline Rosa Lopes Santana Barros Dezio
012032-20250604-155624213-11	JOSE MAURICIO FERREIRA
012032-20250604-170357468-32	Samantha Savina Albanez
012032-20250604-191510246-81	EDILSON JOSE DA PIEDADE
012032-20250604-213128551-73	Claudia Maria Pinotti de Almeida
012032-20250605-115435198-65	GIANCARLO BRESSANE GOMES
012032-20250605-143518100-22	JOSE MARIA RODRIGUES DA SILVA
012032-20250606-101705451-59	CREUSA MARIA BORGES MAGALHAES
012032-20250606-142139531-35	Elisangela Caldeira Theodoro
012032-20250606-170110177-39	MARLI DE BARROS BELTRAMI
012032-20250606-211610267-92	ROSANGELA ARAUJO DE ALMEIDA
012032-20250610-205107419-36	_SANDRA CRISTINA PEREIRA ARAUJO
012032-20250610-223339876-47	IRINEU FERNANDO TONICELLI
012032-20250611-180531943-12	Jose Jair Batista
012032-20250611-221441523-94	ANTONIO CARVALHO CORREA NETO
012032-20250611-221604077-14	TIAGO DELMONDES GRAVA
012032-20250612-133912828-77	LAERCIO DE QUEIROS FRANCA
012032-20250612-143310726-33	Denis Lopes Diniz
012032-20250613-165751657-79	ISMAEL THOMAZ
012032-20250616-115443625-61	Marcio Antonio Melhado Bezerra
012032-20250617-163346434-68	THIAGO BUENO DE OLIVEIRA
013032-20250524-152929574-67	Miguel Penna Medeiros Fernandes
013032-20250527-091531121-19	ROGERIO SACCHI
013032-20250527-103526233-31	ADRIANA LUCIA CATAO DE LIMA
013032-20250527-104256120-16	OZANA VIEIRA DE AVELAR
013032-20250527-113519447-13	PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA VIEIRA
013032-20250527-115210047-26	EDVALDO RIBEIRO DE CARVALHO
013032-20250527-121809019-41	Andrea Eugenio Correa
013032-20250527-123245142-94	SERGIO GARCIA RAMIRES
013032-20250527-145107511-36	Leticia Yoshie Otsuka Okada
013032-20250527-173444239-13	APARECIDA DE LOURDES CALEGARI
013032-20250527-191945758-72	Vitorio Costa Jones
013032-20250528-140852565-95	MARIA APARECIDA DE CARVALHO
013032-20250528-195621383-16	Cintia Simao Abrate
013032-20250529-151314686-84	CLESSIUS BURRI
013032-20250529-191534306-91	GILBERTO DA COSTA BRISOLA
013032-20250530-102413548-29	MARIA CRISTINA FREITAS SARAIVA DE OLIVEIRA
013032-20250530-160441892-31	FRANCISCO SILVA DE LIMA
013032-20250530-164117658-92	Ricardo de Oliveira Malta
013032-20250601-004234629-64	Raimundo Oliveira de Alencar
013032-20250602-090505002-35	PAULO BUENO DE ARAUJO
013032-20250602-145238368-83	EDVALDO RAMOS LIMA
013032-20250602-155632941-25	André Luiz Patez Brocco
013032-20250602-171522619-34	MARTA REGINA DE OLIVEIRA
013032-20250602-172538784-89	DOMINGOS SOUSA ROCHA
013032-20250602-182540493-67	RENATA CRISTINA NANGINO FERREIRA
013032-20250603-110745126-11	DANIEL CHAVIER FRANCISCO
013032-20250603-133110665-33	NEIDE APARECIDA DE LEONARDO ROSSI
013032-20250603-155115771-74	LUCCA ANGELI DE PAULA
013032-20250603-160117562-93	FABIO ZACHARIAS FILHO
013032-20250603-164818064-99	DIVANI CORREA DE AZEVEDO
013032-20250603-184011974-14	MOACIR LOPES GIMENEZ
013032-20250603-225902075-75	Erondy Andrade de Oliveira
013032-20250604-124118961-65	FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO
013032-20250604-134505040-17	FRANCISCO DEUZIMAR DE SOUSA
013032-20250604-171837685-56	MARCIO DO CARMO FAUSTO
013032-20250604-173328078-27	JULVANICIO GUILERMINO
013032-20250604-183240639-31	NELI CHAVES DO AMARAL
013032-20250604-195552800-82	Sinezio Cecilio De Souza
013032-20250604-223915234-27	MARCO ANTONIO BATISTA
013032-20250604-224525332-34	Sergio Luís Gomes Catarino
013032-20250605-091143943-22	DIEGO CAMPOS GONÇALVES
013032-20250605-092454543-35	ANA BEATRIZ RIBEIRO GODINHO
013032-20250605-102033494-84	EDSON DA SILVA NIZA
013032-20250605-104648963-17	EDUARDO CESAR DE OLIVEIRA MENDES
013032-20250605-112300066-81	DANIELA DE FREITAS
013032-20250605-113905060-69	CAIO BORGES CANHEIRO
013032-20250605-132810729-67	WELLINGTON RODRIGUES DOS SANTOS
013032-20250605-134308494-18	Carolina Jacome Costa Ramos
013032-20250605-141039896-62	WELLINGTON NUNES DA SILVA
013032-20250605-150619202-91	NEREIDE AP COUTO DA SILVA BATISTELA
013032-20250605-150957583-96	Silvia Rosa Piccolo Silca
013032-20250605-151317986-22	Fernando Boarini Padilha
013032-20250605-175602165-19	LUIS FERNANDO DUARTE
013032-20250606-132552102-22	RAFAEL HENRIQUE LUCAS SANTOS
013032-20250608-190725101-18	ANDRE SANTOS DE JESUS
013032-20250609-133443154-13	IVANI MOREIRA DIAS
013032-20250609-142618672-57	Nelson Cartaxo
013032-20250609-142808072-78	JEANETE SIMONIS MARTINS
013032-20250609-225455867-69	Marilda Sanae Araneo
013032-20250610-145357698-28	FELIPE DOURADO MOREIRA
013032-20250610-162024024-15	ANA CLAUDIA FREITAS DE OLIVEIRA
013032-20250610-180226690-15	Guilherme Garcia Fonseca
013032-20250610-192345244-59	ROSARETE SANTOS ALVES
013032-20250611-150719787-46	MONICA STRUFFALDI DE VUONO
013032-20250611-151725751-95	SOLANGE SERAFIM IGLESIAS CANDIA
013032-20250611-174228753-86	FABIO ZACHARIAS FILHO
013032-20250611-175554219-34	Alexsandro Francisco da Silva
013032-20250611-181256499-89	SANDRA REGINA DA SILVA
013032-20250611-202456144-55	Eliane Lucia Nascimento
013032-20250611-212922937-73	CARLOS RODRIGUES MARTINS
013032-20250612-115221877-11	ANA PAULA BORTOLOZO
013032-20250612-120021476-23	ADRIANA LUCIA CATAO DE LIMA
013032-20250612-121405273-13	Silvia Rosa Piccolo Silca
013032-20250612-162156651-25	DAVI FERREIRA GONÇALVES
013032-20250612-162316136-51	ANA BEATRIZ RIBEIRO GODINHO
013032-20250612-163112372-44	Valdelice de Jesus Santana Ribeiro
013032-20250613-111232098-18	Regiane de Souza Vidal
013032-20250613-165041404-21	RODRIGO CARDOSO BATISTA
013032-20250614-160422021-69	Thiago Gonçalves Dias Vera
013032-20250615-180846229-51	ADALBERTO TORRETTA
020032-20250529-083624197-19	ANA MARIA DA SILVA
020032-20250601-180337622-52	RAPHAEL FIRMINO PEREIRA
020032-20250602-140512364-16	GIOVANNA CAROLINA MUNIZ PALMA DOS SANTOS
020032-20250602-160614394-18	Luiz Sales
020032-20250602-172420407-44	ANTONIO DUARTE FILHO
020032-20250602-184415611-41	GABRIEL WEBER
020032-20250602-185235262-18	EDMILSON DE JESUS COUTINHO
020032-20250603-174401049-17	Lydia Fernandes Garcia Bittencourt da Silva
020032-20250603-194235204-21	MARIA FLORINDA DE OLIVEIRA MORAES
020032-20250604-082506237-45	Aline Camelo Vieira
020032-20250604-133636253-14	FABIANA BIGLIA CANO
020032-20250604-141620626-74	NILCE KAZUE OYADOMARI TSUJITA
020032-20250604-191447000-97	NATANAEL FRANCISCO BARBOZA DE ALMEIDA
020032-20250604-221554223-56	JOÃO DE PONTES
020032-20250605-101906188-64	HEROS BERNARDO SANTOS PEIXINHO
020032-20250605-104820044-36	elisete de barros prado
020032-20250605-110933608-26	JULIAO PEREIRA DOS SANTOS
020032-20250605-121248203-84	GUSTAVO DE CASTRO PIMENTA
020032-20250605-151254644-83	MARCIA BELA ALVAREZ EGAS
020032-20250605-162045503-11	KATIA CILENE FERREIRA E FERREIRA
020032-20250605-172015011-33	DENISE FONSECA STRAZERI
020032-20250605-181045274-64	LEONIDA LUISA DE MOURA SIMÕES
020032-20250606-115014196-46	RAIMUNDA ZEUNETE DA SILVA
020032-20250606-115032300-22	JULIO CESAR MENDONCA PINHEIRO
020032-20250606-133927689-18	MILTON DA SILVA JUNIOR
020032-20250606-145706047-94	SUELI MIRAMOTO GONÇALVES
020032-20250606-150306883-97	DANIELLA FERNANDA VELASCO RODRIGUES DIAS
020032-20250606-193839698-71	ANA MARIA DE ANDRADE MOURA
020032-20250606-195709362-12	FERNANDA CHIADOTTI
020032-20250609-102506828-78	JOÃO HENRIQUE DA SILVA
020032-20250609-151132542-38	elaine quinarelli nogueira
020032-20250610-092217311-41	JUCIREMA DA SILVA PAIM
020032-20250610-165129925-12	GLAUCIA VEIGA CORREA
020032-20250611-115503543-62	Roberto Correa de Souza
020032-20250611-135431746-92	MARIVALDO LIMA SILVA
020032-20250612-082653546-82	Lucca Okelani Abreu de Siqueira
020032-20250612-104258167-22	Arisvaldo Teles Meneses
020032-20250613-152958277-16	ANA CLAUDIA GALVÃO DA SILVA
020032-20250616-090610610-76	MARIVALDO LIMA SILVA
020032-20250617-134141638-17	PAULO SERGIO DOS SANTOS
030032-20250527-092040383-15	Claudia Valeria Rodrigues
030032-20250527-170349759-81	PAULO DE SOUZA LIMA JUNIOR
030032-20250528-133919570-16	GIOVANA FELIPE DOS SANTOS
030032-20250528-144812628-58	ROGERIO CARDOSO QUIRINO
030032-20250530-111111091-76	MARIA DE LEIDE ALVES FELIPE
030032-20250530-142811764-24	AUDREY NEVES ROSA
030032-20250602-093728298-12	Bruna Rodrigues Araujo do Prado
030032-20250602-144820064-36	João Paulo Gonçalves Pires
030032-20250602-160205564-76	Cibele Cristiane José de SantAna
030032-20250603-120221985-31	João Carlos Lucas
030032-20250603-125705145-15	DANIEL VERDI
030032-20250603-222525538-25	GERALDO JOSE RIBEIRO
030032-20250603-234113187-14	ROBSON BITTENCOURT DA COSTA
030032-20250604-060954783-51	SUMAIR FERREIRA DA ROCHA
030032-20250604-102430293-57	valdecir cesario
030032-20250606-100045082-17	marcos antonio de assis leite
030032-20250606-101349034-12	MARIO SERGIO DE TOLEDO
030032-20250609-083629983-94	MARIANA CANAN ANTONIASSI
030032-20250610-154852841-23	EDILENE FERREIRA SANTOS PAIVA
030032-20250612-134408633-81	ORLANDO GUEDES DE MACEDO
030032-20250612-153847159-11	Frederica Valeria Alam Elias Gonçales
040032-20250529-152741863-72	Jose Carlos Seabra
040032-20250531-110943296-26	Gilson Caetano dos Santos
040032-20250602-082330124-12	AURO DO AMARAL
040032-20250602-094414196-45	IGOR CESAR BARROS HUMAYTA
040032-20250602-102950164-71	MARILU SEGAMARCHI NEVES
040032-20250602-112032068-19	CARMEN LUCIA PEREIRA
040032-20250603-152228042-88	JOAO BATISTA DOS REIS
040032-20250604-123954095-18	JOAO CELSO SCARPINATI
040032-20250604-180927030-28	FLAVIA PEREIRA NIGRO
040032-20250605-092817723-22	Wagner Stipp de Souza
040032-20250605-145215584-71	JORGE LUIZ MENDES
040032-20250606-162238586-83	MARIANA LOPES MACOGGI
040032-20250610-135943448-14	VALDIR DIAS RIBEIRO
040032-20250610-161147076-11	Abel Velasco Zeballos
040032-20250610-220421007-45	Caroline Kelly de Camargo Lodo
040032-20250611-101743077-86	Adalgisa Aparecida de Lima
040032-20250612-085523034-82	MARLENE BOMFIM
040032-20250612-150147597-71	ELISA EMIKO MATSUMURA BRANDI
040032-20250613-131249668-81	Wagner Toso Ferraz
050032-20250529-085703088-81	Erasmo Carlos de Souza
050032-20250529-153122456-73	GERALDO LUIZ BEZERRA FILHO
050032-20250601-150652232-91	Vanda Lucia Santana Baldan
050032-20250602-142935647-34	Requilda Alves de Oliveira
050032-20250602-145524189-55	Erickson Marqueti
050032-20250602-192741769-14	JOSMAR MARTINELLI
050032-20250602-192744362-14	Rodrigo Alvarenga de Mattos Rocha
050032-20250603-083633145-36	MARTA DIAS BESSA
050032-20250603-112139644-17	RAFAEL QUINTAS RIPPEL
050032-20250604-100948774-36	URBANO WILTON ROCHA GALINDO
050032-20250604-110758369-12	Elisabeth Maria Melo Cavalcante Lisboa
050032-20250606-161246186-36	Marcelo Aparecido de Oliveira
050032-20250607-093033466-15	GUSTAVO TEIXEIRA LOPES
050032-20250609-120556989-14	JEREBE EURISTE DE MORAES
050032-20250609-123016286-26	ANTONIO GRIGORIO DE ANDRADE
050032-20250609-125012618-54	ANA CLAUDIA BETT HINCKEL
050032-20250609-135746415-36	EVALDO AUGUSTO SALOMAO MONTEIRO
050032-20250610-093600037-91	MANOEL GARCIA DE LIMA NETO
050032-20250612-142052927-87	HUDSON CELESTINO AMORIM
050032-20250612-154646575-92	VANDERLITA GOMES BEZERRA MARQUETTI
050032-20250613-161156842-89	ANA CLAUDIA BETT HINCKEL
050032-20250617-180611211-21	AMARILDO SOARES DA SILVA
050032-20250618-125404527-75	BRUNO BENITO DA SILVA
060032-20250526-165111077-13	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA
060032-20250528-102619491-61	JOSE EDUARDO SALATA
060032-20250529-101449155-11	ANALICE MOREIRA ZAGUI MONARI
060032-20250530-085042726-43	Rute Luchesi Hermenegildo
060032-20250530-093233203-31	LUIZ EUGENIO PEREIRA
060032-20250530-093818075-22	MARILDA PINTO SARTTORELLI
060032-20250530-115544923-13	JOSE GARCIA LOPES
060032-20250530-121720788-69	Guilherme Lamonato Claro
060032-20250531-122312496-72	Aparecida Forcarelli
060032-20250602-092330359-53	Wilder Angelo
060032-20250604-114124604-51	Sirleni Pereira da Silva Araujo
060032-20250605-080434518-11	Camila Augusta S f de Aguilar Fabio
060032-20250605-143159586-44	JOSE GASPAR XAVIER
060032-20250605-162358178-89	FLAVIO LEONCIO SPIRONELLO
060032-20250605-165300851-69	ESTELA REGINA FRATESCHI ZIOTTI
060032-20250606-165535927-85	IVONET PAULINO ROSA FERNANDES
060032-20250609-110104119-96	ANTONIA APARECIDA FURTADO ZORZETTO
060032-20250609-154346650-31	ELIZA KITAGAWA
060032-20250611-132030534-71	FLAVIA CAPPELLO DONABELA
060032-20250611-152104557-28	ELIANA BRAULINO TERRA DE OLIVEIRA
060032-20250612-160036680-27	LAURA FERNANDES IGUAL
060032-20250613-145844788-13	Fransergio Vaz Mendonça
060032-20250617-122917018-28	JOSE ROBERTO ZACARONE
060032-20250617-134734393-55	JURANDI FERREIRA ROSA
060032-20250617-163050927-36	VALQUIRIA DE PAULA SOUZA
070032-20250602-103749192-15	DENISE FERNANDES DE MELLO
070032-20250602-112534988-16	Rosangela Cabreira Fernandes Senis
070032-20250602-134744186-67	MARIA CRISTINA GOMES LAJARIN

070032-20250603-132728793-36	MARCOS DOMINGUES DOS SANTOS
070032-20250604-004011887-11	LUIZ LEITE RAMALHO
070032-20250605-145538578-98	SEVERINO JOSÉ BARBOSA
070032-20250605-160031221-13	GILBERTO NUNES DA CUNHA FILHO
070032-20250605-162916827-58	MARCOS ANTONIO DA SILVA PRETO
070032-20250606-151854001-12	PAULO HENRIQUE DE ASSIS
070032-20250606-164720223-11	ANDERSON BORGES MONTEIRO
070032-20250609-155849768-83	KIOKO MARUMOTO
070032-20250610-104659752-31	CLAUDIO JOSE ROCHA GUERRA
070032-20250610-145244725-79	ADRIANO SERAFIN
070032-20250611-034506004-13	José Fernando Garcia
070032-20250611-125136251-75	FLAVIA GUEDES ZIMMERMANN
070032-20250611-153505284-58	TAKAE OGATA KOBORI
070032-20250612-085907443-49	MONICA SERINO GUOLO
070032-20250612-152807687-11	CRISTIAN CARLA VERNIER TARELHO
070032-20250613-120755984-63	Sergio Henrique Trovao
070032-20250617-145822634-41	EDUARDO ROSALIM
080032-20250530-101910342-74	MARILIA TORRES DE QUEIROZ
080032-20250530-150604256-94	VALDECIR JOSE DOTO
080032-20250530-162944815-34	HAMILTON HAGARD BERNARDO
080032-20250530-171441196-14	TAISA BIGATTI
080032-20250602-114104474-83	ALCIDES TEIXEIRA
080032-20250602-152135970-88	JOAO EVANGELISTA DE ABREU
080032-20250602-154357240-19	ANDREIA AMARAL RIGAMONTE
080032-20250602-162348336-12	Rodrigo de Jesus Queiroz
080032-20250602-170215775-23	MILTON DONDA
080032-20250603-164229138-18	VALERIA FABIANA GONCALVES SILVA
080032-20250605-102135775-25	PIETRA PACHECO SILVA
080032-20250605-134056055-54	CLAUDEMIR SACCHI
080032-20250605-165438445-76	PEDRO JOSE SCAGLIA
080032-20250609-133429944-14	ALEXANDRE BORGES
080032-20250610-134333455-54	WILSON LUIZ GALISTEU
080032-20250610-135013985-41	DORACI GARCIA DA SILVA MARANGONI
080032-20250610-153723165-74	CATARINA DE LOURDES GONCALVES GALDEZZANI
080032-20250611-095949277-65	OTACILIO DONISETE FRANZINI
080032-20250611-103512800-99	JOSE MANOEL RODRIGUES
080032-20250611-111847961-21	LENI ZAQUEU MARQUES
080032-20250611-131624292-23	Maria Aparecida da Silva
080032-20250612-003419485-67	EULALIA BORGES DE PAIVA
080032-20250612-090301435-59	HENRIQUE BERALDO CARLOS
080032-20250612-093843539-31	EVANDRO ALVES
080032-20250612-115749702-46	JOSE PINHEIRO
080032-20250612-140022267-69	CATARINA DE LOURDES GONCALVES GALDEZZANI
080032-20250613-085447895-11	PAULO ROBERTO VICOTI
080032-20250613-155131081-23	MATEUS VILELA ROCHA
080032-20250613-172939734-12	SUELY APARECIDA GUIMARAES ALVES
090032-20241106-172143530-19	ANGELA MARIA CARETA GUIMARAES
090032-20250526-203109210-71	ANA MARISA DE SOUZA NOSSA
090032-20250603-135232012-76	IZA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA
090032-20250605-165542655-82	NELSON FERNANDES NUNES
090032-20250609-122514616-41	Claudemir Custodio
090032-20250610-084641245-46	MARCIA MARIA CODOGNATTO CANASSA
090032-20250611-091005077-11	MARIA SUELI CARMONA CERVIGNI
090032-20250611-112135498-17	LAIS BUENO VIEIRA
090032-20250611-172105111-81	Maria de Lourdes Vasconcellos Valente
090032-20250614-113346268-11	HORACIO XAVIER
090032-20250616-214413062-74	ERICA GAZOLA DE OLIVEIRA
100032-20250527-171931112-88	OSNIR RAINHO MOREIRA
100032-20250531-090932138-71	ANDERSON LUIZ CARVALHO PAZ
100032-20250602-145930262-81	eulogio eutino pinheiro
100032-20250602-183315230-16	JOSE NILTON DA CRUZ
100032-20250605-081353564-26	OTAVIO FERRO
100032-20250605-121754625-17	ENI ALVES DE SOUZA TEIXEIRA
100032-20250605-161237317-69	ERASMO TAKASHI FUDO
100032-20250610-161602034-87	maria helena braga francisco
100032-20250611-220436109-95	MARIA INES BONI COMISSO
100032-20250612-104955462-17	CELIA MARQUES MONTEIRO
100032-20250612-154100273-79	EDSON VILLA NOVA
110032-20250523-111036516-68	SILVIA DO NASCIMENTO
110032-20250529-164801199-94	ANTONIO CARLOS GATTAZ
110032-20250530-164059730-75	LUIS ANTONIO ROSA LIMA
110032-20250531-090441398-89	VALDIR APARECIDO DAN
110032-20250602-160008830-17	MARCOS BORGES INACIO
110032-20250603-182342780-66	APARECIDA MANZANO DA SILVA
110032-20250607-102826508-65	VIVIANE APARECIDA PREZOTO ANDRE
110032-20250610-081524653-15	LAUDELVINA APARECIDA DA SILVA
110032-20250610-111529577-84	CIBELE CRISTINA GONÇALVES RODRIGUES
110032-20250610-163304856-65	ARY ROSA ROSARIO
110032-20250613-144417138-58	IVETE LUCIA RIGOLETTI PONTES
110032-20250613-184453445-28	PEDRO PAULO PANSANI
110032-20250616-151259682-15	VICENTE COMAR TSUKAHARA CABRAL
110032-20250618-145830037-61	VICENTE COMAR TSUKAHARA CABRAL
120032-20250508-212842025-18	IZOLETE GRITTI RAHMAN
120032-20250509-114753910-45	Rafael de Figueiredo Lopes
120032-20250529-152544877-44	Luis Campache
120032-20250603-110638070-31	Maria de Fatima Souza de Lira
120032-20250603-123733932-67	Ary Fabiano Xavier
120032-20250603-132221210-24	MARGARIDA MARIA ROCON
120032-20250603-141324024-71	Mayra Galhego Molina
120032-20250603-142343444-91	ANTONIO LOPES CARVALHAL NETO
120032-20250603-144054771-83	LUIZ CARLOS FRANCO DE AZEVEDO
120032-20250603-151028450-19	RODRIGO BEDUSCHI
120032-20250603-151347770-25	Silvia F arias de Werk STEENBOCK
120032-20250603-165541991-36	ROSANGELA APARECIDA TEZOTO DE ALENCAR
120032-20250603-180756628-16	Sergio Silva de Farias
120032-20250604-064112672-48	TANIA APARECIDA DOS SANTOS CORDEIRO
120032-20250604-082808073-56	JOÃO TEIXEIRA
120032-20250604-170330530-89	ANTONIO CARLOS CASTRO ANDRADE
120032-20250606-111442381-58	Valquíria Antunes Sicari
120032-20250607-191210009-19	SANDRO MIRANDA CORREA
120032-20250607-212543345-22	NELCI VIEIRA
120032-20250609-130543488-19	LISANDRA DE MORAES
120032-20250609-171250472-32	FERNANDO BASSANELLO MORETTO
120032-20250609-210843754-23	MARIANA LEITE DE QUEIROZ
120032-20250610-152851770-42	MARIA HELENISEPEREIRA DA SILVA
120032-20250610-163505355-51	Miriam Angelo Gnann
120032-20250610-165808511-66	Hamilton Viana
120032-20250610-172049090-26	zenor susin
120032-20250611-112100514-65	IZAUDIRENE FIRMINO PEREIRA DE OLIVEIRA
120032-20250611-143810603-79	Ana Lucia Buttini
120032-20250611-175608009-56	Luiz Miguel Bandeira Frade
120032-20250612-102215149-47	MIGUEL LUIS MOZER GOVERNO
120032-20250612-103431272-24	VANESSA PATROCINIO TROCCOLI
120032-20250612-144757136-18	JULIANA HARUMI MATSUNAGA
120032-20250613-100050209-43	ELAINE DE CASSIA CAUNETO RIBEIRO
120032-20250613-152937412-12	MILTO RAIZER
120032-20250613-170750483-18	Cleonia da Silva Costa Nunes
120032-20250615-133356300-41	Reinaldo Pereira de Agostinho
120032-20250615-141120711-31	ORLANDO DE OLVEIRA SALES
120032-20250617-150224553-17	SILVIA PEREIRA CORREIA DIAGENES
130032-20250516-082656089-42	FLAVIO AUGUSTO DE ARAUJO JUNIOR
130032-20250516-153344481-38	MARCIA REGINA CARBONARO
130032-20250606-094015350-84	MANOEL DIAS FILHO
130032-20250606-145246872-46	Caio Henrique Martins
130032-20250610-095150517-74	CARLOS TADEU DOS SANTOS
130032-20250610-113350957-11	WAGNER GERALDO NICOLAI
130032-20250610-175001226-54	Nilta Costa de Castro Tunes de Souza
130032-20250610-185723536-81	VANESSA PAIVA ALCANTARA DA ROCHA
130032-20250611-065616071-31	JOAQUIM CARLOS ADEGAS
130032-20250611-104801979-11	MATHEUS MENDES PARRA DE ALMEIDA
130032-20250612-121114662-15	TATIANA GOMES DE SOUZA
130032-20250612-123659008-61	MELISSA KELLY SENEDIN A. MARQUES SANTOS
130032-20250612-140520850-71	ALINE CACCIOLARI BERTAGNOLLI
130032-20250612-142526074-48	LUIZ CARLOS DE ARAUJO OLIVEIRA
130032-20250612-142931437-96	LUIZ CARLOS BASSO
130032-20250613-100319875-13	WALTER JOSE VIEIRA
130032-20250613-104925992-96	Nicolas Rodrigues Carvalho
130032-20250613-112202530-35	ALINE CACCIOLARI BERTAGNOLLI
130032-20250613-114129984-55	CAIO HENRIQUE MARTINS
130032-20250613-115314123-15	LUIZ CARLOS DE ARAUJO OLIVEIRA
130032-20250613-121958049-56	Adriano Pereira Lopes da Rocha
130032-20250613-161515410-97	FABIO GAZIRO
130032-20250614-123053860-71	MARCELO ROBERTO XAVIER
130032-20250616-121216503-12	EDY SILVA ABREU
130032-20250616-145656779-18	Arthur Dantas Cardoso
130032-20250616-154235336-43	OSVALDO HIDEKO KANEKO
130032-20250616-164810198-53	Juliana Midori Sato
130032-20250617-134035752-91	LUIZ LOPES PEQUENO JUNIOR
130032-20250617-142533505-11	Cleriston Lopes Andrade
130032-20250617-144009677-57	MARCIO FELIX DOS SANTOS
130032-20250617-220423774-51	FRANCISCO CARLOS IGNACIO DA SILV
130032-20250618-111014836-33	LUIZ LOPES PEQUENO JUNIOR
130032-20250618-115904514-18	ROGERIO DE PAIVA SILVA
130032-20250618-122932365-78	EDSON RODRIGUES DO PRADO
130032-20250618-134528933-77	luiz alberto da silva
130032-20250618-142405045-84	EDY SILVA ABREU
130032-20250618-155053957-91	DANILO HENRIQUE TSUKAHARA BACCARAT
130032-20250620-101523998-59	RAFAEL MARTINS MORENO
130032-20250620-133306841-93	RODRIGO RIBEIRO DE CAMARGO
130032-20250620-143030094-68	luiz alberto da silva
130032-20250621-212535025-16	NUCCIA RAFAELA DIAS FREITAS
140032-20250523-144034588-53	Livia Alves Evangelista de Lira
140032-20250526-191904403-94	MARGARETE CONTES DE OLIVEIRA
140032-20250527-160159628-58	Paulo bezerra do Nascimento
140032-20250529-120043948-17	Ana Lúcia schalch belasco
140032-20250529-155516943-89	Anderson Cavanha
140032-20250529-193217343-97	ALVARO JOSE DE ANDRADE JUNIOR
140032-20250530-092150335-75	FRANCISCO EGILSON DE SOUSA
140032-20250530-092634123-72	IVO DA CRUZ CALLE
140032-20250530-103133319-99	CECILIA LOMBA DE SOUZA COELHO
140032-20250530-112717046-68	REGIANE MARIA DA SILVA
140032-20250602-123453946-88	Divanir Nery de Souza
140032-20250602-151607838-11	GILSON NAZARIO DE MAGALHÃES
140032-20250603-024059979-12	Estevão de Oliveira Costa
140032-20250603-095307052-11	MOACIR VIRGINIO DA SILVA
140032-20250603-111747346-41	HEITOR DA SILVA MAZZO
140032-20250603-132042579-51	Gabriel de Jesus Ferreira
140032-20250603-202850400-32	BIANCA GOMES BRUFATO
140032-20250604-000432386-81	Odete Ferreira da Silva
140032-20250605-132125465-44	EUJACIO PEREIRA COSTA
140032-20250605-152230307-18	LEONARDO DE LA CHAVE FERNANDES
140032-20250605-185150450-54	PRISCILLA APARECIDA LOUZAVIO
140032-20250606-114631685-26	ANIVALDA DE OLIVEIRA MORALEZ
140032-20250606-124800137-75	Eduardo Sabino da Silva
140032-20250606-142635483-46	Lury Kuriki Itoo
140032-20250606-155920203-11	Camila Semidamore Reimberg
140032-20250607-111938460-67	Laércio Maia Martins
140032-20250610-104447776-61	DENISE CECILIA MARTINELLI NOBREGA
140032-20250610-174246797-42	CLAUDIA NEVES MACHADO
140032-20250610-192105804-67	Andreia Bandeira Januário
140032-20250611-102847262-39	Josefina marques de almeida moraes
140032-20250611-125435194-17	APARECIDA ELISABETE FILIPUTT DE SOUZA
140032-20250616-154933396-43	ANDREIA FATIMA LOURENCO PASCUALINI
140032-20250616-191619506-33	Samyra Rais de Anghelis
140032-20250618-112328078-55	EDIMAR VALE DOS SANTOS
150032-20241107-003418552-61	GINA HELENA N L ZULIANI
150032-20250529-110418583-76	Airton Antonio Montanha
150032-20250529-113159757-72	SILVANA TEREZA COSTA MONTEIRO
150032-20250529-114001269-61	NADEGE BONJORNO SALVAJOLI
150032-20250529-145658970-52	MARLENE MACIAS PIRES
150032-20250531-120038490-88	Débora Mendes Chagas
150032-20250602-114759507-25	Fabricio Roberto da Silva
150032-20250602-174058303-95	JOSE RENATO BONAZZI NUCCI
150032-20250603-103850497-19	JOSE CARLOS CUNHA
150032-20250603-110934861-63	GLORIA CRISTINA SANCHES TERUEL
150032-20250604-141158494-15	PEDRO FERNANDO DE ABREU
150032-20250607-110344339-39	ANTONIA DE MELLO OLIVEIRA
150032-20250609-183210370-96	Eduardo Wagner Redigolo
150032-20250610-094503050-31	MARIA DE FATIMA MARIANO BERNARDI
150032-20250610-164223752-41	JOÃO PEDRO ZERO AGUIRRE DE SOUZA
150032-20250611-095546763-43	ANA LÚCIA DAL MONTE MORAES
150032-20250611-110951744-81	ADÃO DE MORI
150032-20250612-151348323-59	Maria Teresa Anselmo Fonseca
150032-20250613-213246342-93	EILA CAROLINA CHRISTIANO ANDRIOLI RAMOS
150032-20250616-110339640-98	ELIANA APARECIDA BOMBARDA
160032-20250106-195854230-26	JORGE LUIZ FREITAS JACQUES
160032-20250521-093519989-14	CLARA FIGUEIREDO NOVACHI
160032-20250605-150810670-49	SILVIA ULIANA AMADEU
160032-20250607-112950174-34	ORLANDO POLETI TORLAI
160032-20250609-085508915-66	JUCELIA DE SIQUEIRA MELFI
160032-20250609-131429328-14	RENATO BARRUCI
160032-20250610-142039680-81	alaildo correia da silva
160032-20250610-170150387-51	RODRIGO GERALDI CARRARO
160032-20250611-095137679-12	CLAUDIO ANTONIO DI MARCO
160032-20250611-165231661-16	CECÍLIA DA COSTA ARAÚJO
160032-20250611-171138664-72	ERICA MONIKE LOURENCO DUARTE
160032-20250611-205013530-78	Jose Bezerra Da Silva
160032-20250612-092846741-35	ALEX CUNHA
160032-20250612-104425912-91	MARIA MANUELA REIS FERREIRA CORDEIRO
160032-20250613-125609990-55	NATALINA BOGONI
160032-20250613-143443348-34	MARIA ELIZA HARTEMAN TORRICHELLE
160032-20250616-091356336-83	ANDERSON FERRARI DE FREITAS
160032-20250616-164938912-31	HELENA DA COSTA RIBEIRO
160032-20250617-052953608-88	MARINA CARLOS ZIQUINATO
160032-20250617-093557467-16	CLARA FIGUEIREDO NOVACHI
160032-20250617-133923600-99	FRANCISCO JOSE GIMENES
160032-20250618-102414017-15	PALOMA PACHECO
160032-20250618-173129460-43	MARINA ARAÚJO MARQUES GRION
160032-20250619-113727507-72	RENATA ANDREA FARINA FRANCISCONI
160032-20250620-094107525-99	Getulino Hosamu Miyanohara
160032-20250620-162045981-43	EUNICE VIOLA
160032-20250620-163623549-53	HELENA DA COSTA RIBEIRO

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE IPVA -INSPETORIA DE OPERAÇÕES

Isenção/Imunidade/Dispensa de IPVA

O interessado, abaixo identificado, verificado que é optante do SIMEI, e que possui mais de 1 (uma) isenção ativa para o Transporte Escolar, teve a seguinte placa na data indicada baixada, conforme Inciso IX do Artigo 13 da Lei 13.296/08 c/c § § 1º e 3º do Artigo 6º Portaria CAT 27/2015. O interessado poderá apresentar recurso, via SIPET (https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/sipet/) dirigido ao Delegado Tributário de IPVA, nos termos do item 2 do § 6, do Artigo 9º, da Portaria CAT 27/2015,

ou, ainda, recolher o Imposto no prazo de 30(trinta) dias da presente decisão sem acréscimos legais.

CNPJ CPF MEI PLACA DATA DA BAIXA PROTOCOLO SEI

05.844.004/0001-70084.256.918-93 DBL5990 31122023 017.00038989/2025-66

32.633.567/0001-91 669.063.938-04 FDU2179 31122019 017.00039705/2025-59

36.374.405/0001-37 122.843.038-11 GDP6A79 31072024 017.00039744/2025-56

36.374.405/0001-37 122.843.038-11 DZA8G49 01012022 017.00039744/2025-56

22.227.447/0001-30 142.272.208-23 EPU7677 31122019 017.00041088/2025-51

22.227.447/0001-30 142.272.208-23 FLZ5C97 01012023 017.00041088/2025-51

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE RIBEIRÃO PRETO - DRT-6

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONSTATAÇÃO DE NULIDADE DE INSCRIÇÃO - ORDEM DE INSTAURAÇÃO(CAPS)

NOTIFICAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONSTATAÇÃO DE NULIDADE DE INSCRIÇÃO - ORDEM DE INSTAURAÇÃO

O Delegado Tributário de Ribeirão Preto deu início, no âmbito do protocolo administrativo SEI nº 017.00119414/2025-43, mediante a expedição de ORDEM DE INSTAURAÇÃO, a PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONSTATAÇÃO DE NULIDADE da Inscrição Estadual nº 575.018.685.112, atribuída a BULL BEEF COMERCIO DE CARNES E ALIMENTOS LTDA (CNPJ 31.383.471/0001-50), com endereço declarado ao Fisco na Rua Paulo Radaeli, 607 - Nova Restinga, na cidade de Restinga/SP - CEP: 14430-000, em razão da comprovação de fatos que configuram a inexistência de estabelecimento para o qual foi efetuada a inscrição ou indicação incorreta de sua localização, hipótese prevista no artigo 21, inciso III, da Lei nº 6.374/89.

A instauração do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade de Inscrição tem fundamento nos artigos 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT nº 95, de 24 de novembro de 2006, sendo facultada a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias para esclarecimento dos fatos que motivaram este procedimento.

O interessado poderá solicitar cópia do referido protocolo administrativo por meio de requerimento devidamente assinado por seu representante legal, ressaltando-se que o pedido deverá ser feito por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico – SIPET ("Comunicações" > "Solicitação de cópia, vistas ou acesso a Protocolo SEI de documentos da Sefaz"), disponível em https://www3.fazenda.sp.gov.br/sipet.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

AUTORIZAÇÃO PARA DEMOLIÇÃO

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 66.675, de 20 de abril de 2022, expede a seguinte autorização:

Artigo 1º - Fica o Município de Bernardino de Campos autorizado a proceder à demolição do imóvel localizado à Rua Nossa Senhora da Paz, nº 204, Barra Funda, no Município de Bernardino de Campos/SP, com área total de terreno de 19.500,00m², cadastrado no SGI sob o nº48640, conforme identificado e instrução constantes do processo SEI 018.00027970/2024-85.

Artigo 2º - A demolição a que se refere o artigo 1º deverá ser custeada com recursos próprios do município de Bernardino de Campos.

Artigo 3º - Esta Autorização para Demolição entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO MÁRIO PAES DE ANDRADE

Secretário de Gestão e Governo Digital

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DIRETORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

COORDENADORIA DE INGRESSO, LICENÇAS, READAPTAÇÃO E APOSENTADORIA, DESPACHO DE 23 DE JUNHO DE 2025

As decisões proferidas nos recursos estão amparadas pelo § 2º, do artigo 68, do Decreto nº 69.234/2024 c/c o artigo 143, inciso I, alínea "c" da Resolução SGGD 25, de 16/05/2025.

MINISTERIO PUBLICO

497127544 - MELINA KANA NISHIKAWA - Fica suspenso por 30 (trinta) dias a contar de 18/06/2025, nos termos do artigo 53, inciso II da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de ANALISTA JURIDICO DO MP, da Secretaria da MINISTERIO PUBLICO.

PODER JUDICIARIO

45207763 - GUILHERME HENRIQUE HIIBNER ORETI - Fica suspenso por 30 (trinta) dias a contar de 18/06/2025, nos termos do artigo 53, inciso II da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de OFICIAL DE JUSTICA, da Secretaria da TRIBUNAL DE JUSTICA.

SECRETARIA DA SAUDE

2690122 - GRACIETE TEIXEIRA VALES COSTA - À vista dos elementos de instrução dos autos, recebo o recurso de 30/05/2025, ao qual, no mérito, dá-se provimento por considerá-lo(a) APTO(A) para ingresso ao cargo pretendido, de acordo com CSCF nº 2247/2025, considerando o disposto no Inc. VI, do art. 47, da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968 e alterações.

194670466 - JUSSARA RIBEIRO COELHO DA SILVA MACIEL - Fica suspenso por 30 (trinta) dias a contar de 17/06/2025, nos termos do artigo 53, inciso II da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, da Secretaria da SECRETARIA DA SAUDE.

UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

130636624 - CASSIANO BRENO MACHADO ALVES - À vista dos elementos de instrução dos autos, que aprovo, recebo o recurso de 15/05/2025 e, ao qual, no mérito nega-se provimento por considerá-lo(a) NÃO APTO(A) para ingresso ao cargo pretendido, considerando o disposto no Inc. VI, do art. 47, da Lei 10.261, de 28/10/68, c/ nova redação dada pelo Inc. II do art. 1º da LC 1123, de 01/07/10.

9425357 - CRISTIANE RUBIA FERREIRA - À vista dos elementos de instrução dos autos, recebo o recurso de 20/05/2025, ao qual, no mérito, dá-se provimento por considerá-lo(a) APTO(A) para ingresso ao cargo pretendido, de acordo com CSCF nº 1987/2025, considerando o disposto no Inc. VI, do art. 47, da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968 e alterações.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

435604466 - ESTEVAN ALMEIDA THIESEN - À vista dos elementos de instrução dos autos, recebo o recurso de 22/05/2025, ao qual, no mérito, dá-se provimento por considerá-lo(a) APTO(A) para ingresso ao cargo pretendido, de acordo com CSCF nº 2027/2025, considerando o disposto no Inc. VI, do art. 47, da Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968 e alterações.

COORDENADORIA DE INGRESSO, LICENÇAS, READAPTAÇÃO E APOSENTADORIA, DESPACHO DE 23 DE JUNHO DE 2025

DECISÕES FINAIS SOBRE INSPEÇÃO DE SAÚDE PARA FINS DE INGRESSO

NOME-RG-CARGO-Certificado de Sanidade e Capacidade Física-CSCF-DECISÃO

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO

RODRIGO WESLEY SILVA FERREIRA - RG 650614677 - OFICIAL DEFENSORIA PUBLICA - CSCF 2465/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

MINISTERIO PUBLICO

ARTUR SELVERIO MARQUES DO ROSARIO - RG 445034373 - OFICIAL DE PROMOTORIA I - CSCF 2473/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

CAMILA PEREIRA SILVESTRE - RG 38277660 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2468/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

CASSIANO QUEIROZ AVELAR SILVEIRA - RG 17108796 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2462/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

GABRIEL CARRILHO - RG 459680973 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2467/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

IGOR DANIEL LIMA DE SOUZA - RG 438880353 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2469/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

LIVIA COSTA BARBOSA IOTTI - RG 4423995 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2474/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

MARCIO CARLINI PEREIRA - RG 14632355 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2477/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

MARIANA SILVA CASTRO - RG 275344851 - OFICIAL DE PROMOTORIA I - CSCF 2472/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

PATRICIA GOES GONCALVES - RG 47409024 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2470/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

PEDRO PAULO GONZAGA DOS SANTOS - RG 15406305 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2476/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

RAFAEL CAMPOS DE OLIVEIRA - RG 474003000 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2466/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

RAFAEL OSLER CUNHA - RG 348252729 - OFICIAL DE PROMOTORIA I - CSCF 2471/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

VINICIUS GONCALVES BORGES - RG 479047807 - ANALISTA JURIDICO DO MP - CSCF 2463/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

PODER JUDICIARIO

ALEXANDRE ARAUJO DE OLIVEIRA - RG 683642 - OFICIAL DE JUSTICA - CSCF 2461/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

FRANCINE MONTICELLI LUNA - RG 32821537 - OFICIAL DE JUSTICA - CSCF 2482/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

GUILHERME OLIVEIRA ROCHA - RG 541741639 - OFICIAL DE JUSTICA - CSCF 2485/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

SECRETARIA DA SAUDE

DAYANE CAROLINE SANTOS SOUZA - RG 35128061 - ENFERMEIRO - CSCF 2483/2025 - Candidato INAPTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público, conforme constatado na avaliação medico pericial. Cabe ao interessado a interposição de Recurso no prazo de 05 dias a contar desta publicação, nos termos do artigo 53, § 2º da Lei nº 10.261/68.

GRAYCE MIGUEL FRANCA - RG 466087780 - AG TEC DE ASSIST A SAUDE - CSCF 2480/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

JULIANA CRISTINA RODRIGUES DE MORAES - RG 442610397 - ENFERMEIRO - CSCF 2481/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

PATRICIA GOMES DOS SANTOS - RG 347950541 - ENFERMEIRO - CSCF 2464/2025 - Candidato INAPTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público, conforme constatado na avaliação medico pericial. Cabe ao interessado a interposição de Recurso no prazo de 05 dias a contar desta publicação, nos termos do artigo 53, § 2º da Lei nº 10.261/68.

YCARO RAFAEL MACHADO ARAUJO - RG 560688738 - ENFERMEIRO - CSCF 2487/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

SECRETARIA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

NATALIA SPERLI GERALDES MARIN DOS SANTOS SASAKI - RG 339597653 - PROF ADJUNTO DOUTOR RTI - CSCF 2484/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

IGOR BASSI FERREIRA PETEAN - RG 443511317 - PROFESSOR DOUTOR - CSCF 2486/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

MICHELE MUGNAINE - RG 111225990 - PROFESSOR DOUTOR - CSCF 2479/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

RAPHAEL HENDRIGO DE SOUZA GONCALVES - RG 435463950 - ANALISTA DESENVOL DE SISTEMAS - CSCF 2478/2025 - Candidato considerado APTO para exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público após avaliação pericial.

COORDENADORIA DE INGRESSO, LICENÇAS, READAPTAÇÃO E APOSENTADORIA, DESPACHO DE 23 DE JUNHO DE 2025

DESPACHO DO COORDENADOR

MINISTERIO PUBLICO

PAOLA JARDIM DE OLIVEIRA E SILVA - 478366668 - Fica suspenso por 120 (cento e vinte) dias a contar de 18/06/2025, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de ANALISTA JURIDICO DO MP, do MINISTERIO PUBLICO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG nº 18, de 29/04/15.

PEDRO PAULO GONZAGA DOS SANTOS - 15406305 - Torna sem efeito a convocação para 24/06/2025 publicada no D.O.E. de 17/06/2025.

SECRETARIA DA EDUCACAO

GISLENE DE JESUS SOUZA - 24253767 - (Processo n° 0032911-66.2024.8.26.0053) À vista da decisão Judicial, Torna Sem Efeito o despacho de 11/08/2018, na parte em que a candidata foi considerada INAPTA para o exercício no cargo pleiteado para ingresso no serviço público de PROF. EDUCAÇÃO BÁSICA I, e que se prossiga nas ulteriores fases do concurso.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESUMO DE ADITIVO CONTRATUAL

Resumo de 2º Termo Aditivo Contratual

Contratante: Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM.

Contratada: Pagliarini e Morales Advogados – CNPJ nº 02.774.105/0001-23

Contrato nº05/2024

Processo SEI: nº271.00000261/2023-52

Data de assinatura 2ª Termo Aditivo: 16/06/2025

ALTERAÇÃO DE POLO CONTRATUAL, passando de Pagliarini e Morales Advogados para J. MORALES ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ nº 02.774.105/0001-23

ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, de aproximadamente 10,12%, em conformidade com o limite de até 25% estabelecido no art. 17 da Deliberação da Diretoria Executiva nº01/2015;

PRORROGAÇÃO, prorrogada a vigência do Contrato nº05/2024 por 15 (quinze) meses, com início em 13/06/2025 e término em 13/09/2026

REAJUSTE, índice IPC-FIPE de 4,89%(abril/ 2024 a março/2025)E DO VALOR DO TERMO ADITIVO R$145.304,12

Classificação Contábil: nº40201040303000000 (Consultivo Contencioso))

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PORTARIA NORMATIVA Nº 42, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Altera a Portaria Normativa DETRAN-SP nº 39, de 12 de março de 2025, que dispõe sobre o emplacamento de veículos no âmbito do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, no uso das competências e atribuições do inciso III, do art. 22, da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, do artigo 5º e do inciso I, do artigo 32, do Anexo I, do Decreto estadual nº 69.053, de 14 de novembro de 2024, considerando o contido no Ofício-Circular nº 2487/2022/CGREG/DRF/SENATRAN, de 28 de dezembro de 2022, e no processo SEI nº 140.00523313/2024-21,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria Normativa altera a Portaria Normativa DETRAN-SP nº 39, de 12 de março de 2025.

Art. 2º A Portaria Normativa DETRAN-SP nº 39, de 2025, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º-A Fica vedada a realização da estampagem sem a prévia confirmação, pelo Estampador de PIV, do pagamento do preço público instituído por esta Portaria Normativa.

Parágrafo único. A estampagem sem a confirmação do pagamento do preço público caracteriza infração administrativa de responsabilidade do Estampador de PIV, nos termos da alínea 'b', do inciso II, do art. 22, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024." (NR)

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AGGIO DE SÁ

Presidente

DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA

PORTARIA DETRAN-SP N° 10174, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00912007/2024-66, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista WILSON CARLETTI, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 73281, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10175, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00924370/2024-24, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista JOSE DIAS, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 47862, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10176, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00908967/2024-21, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista ANTONIO FERNANDO VERSOLATO, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 39596, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10177, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00832835/2024-11, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista JORGE ELIECER HERNANDEZ MARTINEZ, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 95057, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10178, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00779463/2025-79, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista AROLDO ANGELO GUIDINI, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 21823, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10179, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.01110072/2024-44, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista THAISE GAIOTTO FERREIRA, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 121612, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10180, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00925496/2024-16, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista MARCELA MAGRI FERREIRA DIAS, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 170350, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10181, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.01080279/2024-87, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, ELAINE DEIZE LEONARDO IGLESIAS, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 639326, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10182, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.01092696/2024-72, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista SILVIO KER MARQUES, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 82037, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10183, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00013954/2025-53, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, ROSANA SASSO SILVA, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 24025, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10184, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00960336/2024-13, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, RENATA RODRIGUES DINO, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 126695, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10185, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.01090779/2024-27, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, MARIANA PEREIRA RODRIGUES, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 95982, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10186, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00966041/2024-51, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, LEILA APARECIDA MESSI, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 20762, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10187, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787481/2025-24, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito ALMANSA GUSMAO PSICOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.953.271/0001-43, com endereço de atendimento na AVENIDA MARIA DE JESUS CONDEIXA, 600 SALA 429-A - JARDIM PALMA TRAVASSOS - 14091240 - Ribeirão Preto, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10188, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00790756/2025-15, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa SANTA ALBERTINA SERVICOS DE FOTOS E VISTORIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.721.720/0001-62, com endereço de funcionamento na RUA PARA, 481 - CENTRO - 15750000 - Santa Albertina para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10189, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00490990/2025-37, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito NS ESPACO PSICOLOGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.462.877/0001-89, com endereço de atendimento na RUA DOUTOR ANTONIO BASTOS, 99 - GRANJA CAROLINA - 06700178 - Cotia, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes

normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10190, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00758582/2025-98, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa WAGNER AGUILAR, inscrita no CNPJ sob o nº 11.248.235/0001-13, com endereço de funcionamento na AVENIDA SALVADOR VISQUETTO, 738 - RESIDENCIAL JARDIM SAO FRANCISCO - 15105000 - Potirendaba para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10191, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00686227/2025-18, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 10, de 13 de dezembro de 2024, a empresa B23 TECNOLOGIA E PAGAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.402.740/0001-79, com sede na QUADRA SHN QUADRA 1 BLOCO A CONJUNTO A, 1113 SALA PARTE C - ASA NORTE para processar as operações e os pagamento de multas de trânsito e demais débitos relativos a veículos com cartões de crédito ou débito.Art. 2°. A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 918, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 10, de 13 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade condicionada àquela da homologação pelo órgão máximo executivo de trânsito da União. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10192, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00276706/2025-11, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego e psicologia do trânsito BEM VIVER PSICOLOGIA E SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.803.310/0001-14, com endereço de atendimento na AVENIDA DR. FERNANDO COSTA, 234 CASA 1 - CENTRO - 11930000 - Pariquera-Açu, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de medicina de tráfego e psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10193, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00758588/2025-65, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa CICILIATTI VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.488.898/0001-76, com endereço de funcionamento na AVENIDA FELIPE CARMONA, 1053 - CENTRO - 17700000 - Osvaldo Cruz para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10194, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00742225/2025-16, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito DANIELA MELANIN ARIAS PSICOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.512.761/0001-51, com endereço de atendimento na RUA ARMANDO SALES DE OLIVEIRA, 847 SALA 5 - CENTRO - 16700000 - Guararapes, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10195, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00703713/2025-08, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito ELAINE DEIZE LEONARDO IGLESIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.589.049/0001-53, com endereço de atendimento na RUA JOSE SAFFIOTI, 539 - CENTRO - 15520039 - Valentim Gentil, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10196, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00637721/2025-41, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito MCVAZ ATENDIMENTO PSICOLOGICO E EM RH LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.747.763/0001-31, com endereço de atendimento na RUA JOSE JANNARELLI, 199 CONJ 134 ANDAR 13 - VILA PROGREDIOR - 05615000 - São Paulo, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10197, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00686099/2025-02, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 7, de 11 de dezembro de 2024, a empresa MARCO ANTONIO GONCALVES BARBOSA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.497.282/0001-99, com endereço de funcionamento na RUA DAS TRAIRAS, 63 - SALTO DE SAO JOSE para atuar como empresa de gravação e regravação dos números de identificação veicular. Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 968, de 20 de junho de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 7, de 11 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10198, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00143023/2025-89, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego CLINICA DE MEDICINA DO TRAFEGO RIO PRETO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.885.723/0001-32, com endereço de atendimento na AVENIDA DOUTOR ALBERTO ANDALO, 3314 LETRA A - CENTRO - 15015000 - São José do Rio Preto, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10199, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00779477/2025-92, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito PSICO CLINICA JANE CURY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.410.211/0001-21, com endereço de atendimento na AVENIDA BATISTA BOTELHO, 612 SALA A-B-C - CENTRO - 18900071 - Santa Cruz do Rio Pardo, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10200, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00724601/2025-82, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito L A MESSI PSICOLOGIA E TREINAMENTO, inscrita no CNPJ sob o nº 27.995.790/0001-49, com endereço de atendimento na RUA IMACULADA CONCEICAO, 1439 - CENTRO - 14801400 - Araraquara, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10201, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00718523/2025-87, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego CLAUDINEI GONZALEZ PEREZ, inscrita no CNPJ sob o nº 35.000.966/0001-03, com endereço de atendimento na AVENIDA ENCARNACAO (CH PERES), 479 SALA 02 - PIRAPORINHA - 09960010 - Diadema, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10202, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00779476/2025-48, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego CLINICA TANIA MARA PFAFF EXAME MEDICO PARA MOTORISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.834.168/0001-70, com endereço de atendimento na AVENIDA CENTRAL, 133 - VILA SANTA TEREZINHA - 13220170 - Várzea Paulista, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10203, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00713073/2025-36, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego e psicologia do trânsito ROSA E SILVA E DUTRA S/S SERVICOS MEDICOS E PSICOLOGICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.776.290/0001-83, com endereço de atendimento na RUA CERQUEIRA CESAR, 169 - CENTRO - 14010130 - Ribeirão Preto, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de medicina de tráfego e psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10204, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00758582/2025-98, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa WAGNER AGUILAR, inscrita no CNPJ sob o nº 11.248.235/0001-13, com endereço de funcionamento na AVENIDA SALVADOR VISQUETTO, 738 - RESIDENCIAL JARDIM SAO FRANCISCO - 15105000 - Potirendaba para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10205, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00650679/2025-53, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego ERICO CUNHA GRION SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.279.309/0001-66, com endereço de atendimento na AVENIDA RIO BRANCO, 999 SALA 01 - CENTRO - 17800000 - Adamantina, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10206, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787490/2025-15, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito MLUCAS PSICOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.484.332/0001-10, com endereço de atendimento na AVENIDA OLGA MORELLO DE STEFANI, 211 SALA 2 AT COL-3 AT INDIV - COLINA VERDE - 14887364 - Jaboticabal, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10207, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787068/2025-60, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa ROZANGELA MODESTO VISTORIA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.064.879/0001-85, com endereço de funcionamento na RUA 15 DE NOVEMBRO, 339 - CENTRO - 17015040 - Bauru para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10208, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787463/2025-42, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego IMETRA INSTITUTO DE MEDICINA DE TRAFEGO S/S, inscrita no CNPJ sob o nº 31.917.745/0001-43, com endereço de atendimento na RUA IRMA ALVIM, 10 - VILA ANA ROSA NOVAES - 12705010 - Cruzeiro, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10209, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787471/2025-99, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego NILSON COELHO JUNIOR MEDICINA DO TRAFEGO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.943.464/0001-72, com endereço de atendimento na RUA VOLUNTARIO NELIO GUIMARAES, 10 SALA 02 - CENTRO - 14660000 - Sales Oliveira, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10210, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00518255/2025-03, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito PERFEITA MENTE ESPACO SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.919.346/0001-84, com endereço de atendimento na RUA ITAPURA, 284 SALA 305 EDIF LLOYD TOWER - VILA GOMES CARDIM - 03310000 - São Paulo, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10211, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00503568/2025-59, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego CLINICA MEDICA SANTA ANA FERNANDOPOLIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 21.524.818/0001-83, com endereço de atendimento na RUA SAO PAULO, 1726 ANDAR 7 SALA 71 - CENTRO - 15600058 - Fernandópolis, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10212, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00739192/2025-19, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito FERNANDO DIAS LEITE, inscrita no CNPJ sob o nº 21.943.957/0001-41, com endereço de atendimento na RUA PAES LEME, 1917 - STELLA MARIS - 16901110 - Andradina, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10213, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00790756/2025-15, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa SANTA ALBERTINA SERVICOS DE FOTOS E VISTORIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.721.720/0001-62, com endereço de funcionamento na RUA PARA, 481 - CENTRO - 15750000 - Santa Albertina para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10214, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00279697/2025-11, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito INSTITUTO DE PSICOLOGIA DO TRANSITO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.506.735/0001-30, com endereço de atendimento na RUA SABINA DE BRITO, 182 SALA 1 E 2 - VILA TORTELLI - 18070035 - Sorocaba, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10215, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00687729/2025-58, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa ROYAL LIMEIRA VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.754.980/0001-06, com endereço de funcionamento na AVENIDA PIRACICABA, 279 - VILA SAO JOAO - 13480743 - Limeira para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10216, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787470/2025-44, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego RENATA LOPRETO SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.005.981/0001-99, com endereço de atendimento na RUA CAPITAO MIGUEL FERREIRA, 6 SALA 1 - VILA MARIANA - 13730335 - Mococa, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n°

16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10217, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00718716/2025-38, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego SSTAV SERVICOS MEDICOS S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.908.367/0001-57, com endereço de atendimento na RUA ARMANDO COELHO SILVA, 181 LOJA 01 - PARQUE PERUCHE - 02539000 - São Paulo, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2º A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10218, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00740211/2025-50, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego VIDETRAN SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.325.216/0001-20, com endereço de atendimento na RUA FELIPE CHALUPPE FILHO, 70 - PARQUE ITAMARATI - 06653280 - Itapevi, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2º A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10219, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00759760/2025-06, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego CSP - DO NASCIMENTO - CLINICA MEDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.383.615/0001-87, com endereço de atendimento na RUA ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA, 152 - CENTRO - 06950000 - Juquitiba, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2º A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10220, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00179894/2025-31, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego e psicologia do trânsito CLINICA DE PSICOLOGIA SOL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.438.221/0001-89, com endereço de atendimento na AVENIDA DOUTOR CARLOS DE CAMPOS, 60 - PARQUE RENATO MAIA - 07114230 - Guarulhos, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2º A Entidade de medicina de tráfego e psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10221, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00540476/2025-50, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito AGOSTINHO R R PAZ PSICOLOGIA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.494.599/0001-49, com endereço de atendimento na AVENIDA BR DE ALAGOAS, 22 CONJ 32 - ITAIM PAULISTA - 08120000 - São Paulo, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2º A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10222, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00685970/2025-42, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito DAMETTO & LOPES AVALIACAO PSICOLOGICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.883.681/0001-14, com endereço de atendimento na RUA 16, 815 - CONSOLACAO - 13503270 - Rio Claro, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2º A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10223, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00794570/2025-27, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego MAURO ALVES PODEROSO, inscrita no CNPJ sob o nº 36.452.128/0001-33, com endereço de atendimento na RUA TERCILIO TAMAGNINI, 54 LETRA A - MATRIZ - 09370120 - Mauá, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2º A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10224, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00785660/2025-27, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito FERNANDA MARTINS RUIZ DE SOUZA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.205.695/0001-98, com endereço de atendimento na AVENIDA PROFESSORA MARIA LEITE CUNHA PEREIRA, 265 - JARDIM SAO FRANCISCO - 13734370 - Mococa, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2º A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10225, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00801713/2025-64, resolve:Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa ELISABETE VICENTE OLIVEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.466.787/0001-73, com endereço de funcionamento na AVENIDA JOAO PERISSINOTI, 89 - JARDIM PAGLIUSO - 15902102 - Taquaritinga para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2º A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3º O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10226, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787476/2025-11, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito ADRIANA DE CASSIA DAGUANO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.528.071/0001-93, com endereço de atendimento na RUA JOSE SIMOE SFILHO, 105 - CENTRO - 19640023 - Iepê, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2º A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10227, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00759566/2025-12, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego PATRICIA CRISTINA DE CAIRES RODRIGUES CLINICA MEDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.814.390/0001-50, com endereço de atendimento na RUA FUMIO MIYAZI, 141 SALA 1307 - BOQUEIRAO - 11701160 - Praia Grande, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2º A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10228, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787456/2025-41, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito SILVIA REGINA RAMOS PEREZ, inscrita no CNPJ sob o nº 35.030.268/0001-50, com endereço de atendimento na AVENIDA ENCARNACAO (CH PERES), 479 SALA 01 - PIRAPORINHA - 09960010 - Diadema, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2º A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual nº 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3º O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4º Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10229, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00680376/2025-65, resolve: Art. 1º CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego FERNANDO MAURO DEL FAVERI CORIO, inscrita no CNPJ sob o nº 28.178.117/0001-89, com endereço de atendimento na RUA HANS CLOTZ, 173 - CENTRO - 17700000 - Osvaldo Cruz, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2º A Entidade

de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10230, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787043/2025-66, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa VISTOCAR-Z VISTORIA VEICULAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.776.800/0001-20, com endereço de funcionamento na RUA FRANCISCO MANDALITI, 130 - BAIRRO TANGARAS, DOS - 17035250 - Bauru para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10231, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00740262/2025-81, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito AMC EXAMES MEDICOS E PSICOTECNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.527.401/0001-47, com endereço de atendimento na AVENIDA MAZZEI, 735 - VILA MAZZEI - 02310001 - São Paulo, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10232, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00767977/2025-81, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito LUIZ ANTONIO FRANDULICE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.236.226/0001-15, com endereço de atendimento na RUA RAIMUNDO ROSSI, 222 - CENTRO - 19500000 - Martinópolis, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10233, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00684155/2025-66, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego ANTONIO JOAO MALHEIROS BIAZON - CLINICA MEDICA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.195.277/0001-94, com endereço de atendimento na RUA RENATO DARDES, 738 SALA 01 - CENTRO - 18800000 - Piraju, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10234, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787451/2025-18, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego DIRCEU RIBEIRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.589.853/0001-24, com endereço de atendimento na RUA NOVE DE JULHO, 221 - CENTRO - 13770000 - Caconde, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10235, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00724715/2025-22, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego HGG SERVICOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.679.801/0001-11, com endereço de atendimento na AVENIDA BENEDITO STORANI, 1425 SALA 210 TORRE 01 - SANTA ROSA - 13289014 - Vinhedo, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10236, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00812425/2025-35, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de psicologia do trânsito VITORIA AVALIACAO E CAPACITACAO MEDICA E PSICOTECNICA PARA CONDUTORES DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.107.675/0001-09, com endereço de atendimento na AVENIDA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS, 294 - CENTRO - 09910140 - Diadema, para atuar na realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art. 2° A Entidade de psicologia do trânsito credenciada deverá seguir estritamente os seguintes normativos: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II – Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10237, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00812352/2025-81, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego SLD SERVICOS MEDICOS S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.248.271/0001-73, com endereço de atendimento na RUA TEIXEIRA, 226 - JARDIM SAO JOSE - 12916360 - Bragança Paulista, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10238, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00765241/2025-79, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, MARIA DE LOURDES BRITO AMORIM, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 186610, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10239, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00751527/2025-77, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, HUGO SILVA DE ABREU, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 164606, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10242, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00787488/2025-46, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, ANA ELISA LOPES, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 4845, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10243, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00607703/2025-34, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa SALOME VISTORIAS AUTOMOTIVAS SAO VICENTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 58.734.043/0001-80, com endereço de funcionamento na AVENIDA ANTONIO EMMERICK, 156 - VILA VALENCA - 11390000 - São Vicente para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10244, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00752152/2025-62, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, MARIA APARECIDA SOARES RODRIGUES DE SOUZA, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 114299, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10245, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o

contido no processo SEI 140.00972583/2024-62, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) médico(a) especialista ROGERIO SANCHES VELINI, inscrito(a) no CRM-SP sob o nº 67607, para a realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) médico(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018;III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022;IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024;V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10246, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00683845/2025-06, resolve:Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, a empresa INTERVISAO VISTORIAS SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.986.086/0001-16, com endereço de funcionamento na RUA ALEXANDRE MARTINS, 384 - APARECIDA - 11025203 - Santos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular.Art. 2° A empresa credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Resolução CONTRAN nº 941, de 28 de março de 2022; III - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024;V - Edital de Credenciamento nº 6, de 10 de dezembro de 2024, e suas alterações.Art. 3° O credenciamento terá validade de cinco anos, conforme § 4º, do art. 11, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 2024, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10247, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00759762/2025-97, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, o(a) psicólogo(a) especialista, MARISTELA HELECHYJ, inscrito(a) no CRP-SP sob o nº 123528, para a realização de avaliação psicológica em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria.Art. 2° O(A) psicólogo(a) especialista credenciado(a) deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP N° 10248, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A COORDENADORA DE CREDENCIAMENTO DE AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 167 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o contido no processo SEI 140.00224370/2025-10, resolve: Art. 1° CREDENCIAR, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, a Entidade de medicina de tráfego EMO PERICIAS MEDICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.449.599/0001-27, com endereço de atendimento na AVENIDA SAO FRANCISCO DE ASSIS, 284 - VILA REAL - 13183090 - Hortolândia, para atuar na realização de exame de aptidão física e mental em candidatos à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor (ACC) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), e nos processos de renovação, adição e mudança de categoria. Art.2° A Entidade de medicina de tráfego credenciada deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial: I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; II - Lei estadual n° 16.658, de 12 janeiro de 2018; III - Resolução CONTRAN nº 927, de 28 de março de 2022; IV - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024; V - Portaria Normativa DETRAN-SP nº 36, de 06 de dezembro de 2024; VI - Edital de Credenciamento nº 1, de 17 de julho de 2024, e suas alterações. Art. 3° O credenciamento terá validade de um ano, conforme §2º, do art. 16, da Resolução CONTRAN nº 927, de 2022, contado da data da assinatura do Termo de Adesão. Art. 4° Revogar, em virtude da alteração de informações essenciais ao credenciamento, a , que credenciou a empresa anteriormente. Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. NATHALIA OTTOBONI REIS RUCKSTADTERCoordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10170, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SEI/GESP - 0071801408 - DETRAN - Portaria A COORDENADORA DE PROCESSAMENTO SANCIONATÓRIO DAS ATIVIDADES REGULADAS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 180, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o constante do processo SEI nº 140.00036487/2023-78, DECIDE: Art. 1º Aplicar, com fundamento nos artigos 44, inciso V, e 46, inciso III, da Portaria DETRAN/SP nº 70/2017., a sanção administrativa de CASSAÇÃO DO REGISTRO DE CREDENCIAMENTO, em desfavor do credenciado médico NEDER MOSTAFA YAKTINE, com endereço comercial na Rua Almirante Barroso, nº 240, Jardim Panorama, Bariri/SP. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. JESIKA RIBEIRO DA SILVA Coordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10171, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SEI/GESP - 0071801482 - DETRAN - Portaria A COORDENADORA DE PROCESSAMENTO SANCIONATÓRIO DOS AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN-SP), no uso das competências do art. 180, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o constante do processo SEI 140.00087475/2023-10, DECIDE: Art. 1º Aplicar, com fundamento no inciso VIII, do artigo 16, da Lei Federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e na Portaria Normativa DETRAN-SP nº 25, de 27 de março de 2024, a sanção administrativa de MULTA pecuniária, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), já incidido o desconto de 50%, previsto no §2º do artigo 13, da referida Lei, por se tratar de microempresa, em desfavor de TATIANE CASSIA PEREIRA DA SILVA MOTO PECAS, inscrita no CNPJ sob nº 28.771.501/0001-90, com endereço na Rua Guaianases, nº 433, Loja 427, Campos Elíseos, SP - CEP: 01204-000. Art. 2º Pela retirada do lacre referente à interdição do estabelecimento, às expensas do interessado, pontuando que, o exercício da atividade comercial atinente à desmontagem e venda de peças usadas está sujeito ao seu efetivo registro junto ao Detran-SP, sob pena de vir a sofrer nova interdição. Art. 3º Deixo de aplicar a pena de perdimento, prevista no art. 16, parágrafo único, da Lei Federal 12.977/2014, em consonância com o disposto no PARECER REFERENCIAL CJ/DETRAN n.º 2/2024, de 12 de agosto de 2024, em razão da ausência do inventário do material encontrado no local, no momento da fiscalização. Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. JÉSIKA RIBEIRO DA SILVA Coordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10172, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SEI/GESP - 0071801590 - DETRAN - Portaria A COORDENADORA DE PROCESSAMENTO SANCIONATÓRIO DOS AGENTES REGULADOS, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN-SP), no uso das competências do artigo 180, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o constante do processo SEI 140.00564864/2024-45, DECIDE: Art. 1º Aplicar a seguinte sanção administrativa: I - CASSAÇÃO DO REGISTRO DE CREDENCIAMENTO a) CFC CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES OFICIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 007.354.124/0001-14, com endereço na Avenida Tiradentes, nº 1425, bairro Macedo, Guarulhos-SP, por transgressão ao artigos 69, incisos I e IV da Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020 e artigo 22, inciso IV, alíneas "c" e "e" da Portaria DETRAN nº 25, de 27 de março de 2024; b) Diretor de Ensino e Instrutor EMERSON FURTADO CAVADAS, por transgressão ao artigo artigos 70, incisos I e III, e artigo 72, incisos I, III e V, da Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020 e o artigo 22, inciso IV, alíneas "c" e "e", da Portaria DETRAN nº 25, de 27 de março de 2024; Art. 2º Determinar o arquivamento do Processo Administrativo: a) Diretor Geral ANDREA ROCHETA, por não verificar infração administrativa; Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. JESIKA RIBEIRO DA SILVA Coordenadora

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10173, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SEI/GESP - 0071862269 - DETRAN - Portaria A CHEFE DE DIVISÃO DE PROCESSAMENTO SANCIONATÓRIO DAS ATIVIDADES REGULADAS DE CONDUTORES, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN-SP), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 184 da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o constante do processo SEI nº 140.00468523/2024-40, DECIDE: Art. 1º Aplicar a sanção administrativa de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO: I – à entidade credenciada CFC A MOTA MELO EIRELI, nome fantasia: CFC MOTA MELO, CIR/SAE: 018/1293, inscrita no CNPJ sob nº 018.192.529/0001-10, por infringência ao disposto no artigo 69, inciso I, da Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020; II – à Diretora Geral KATIA REGINA MOTA MELO, por infringência ao disposto no artigo 69, inciso I, da Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020; III – à Diretora de Ensino FRANCISCA ELIETE DA SILVA DIAS MONTEIRO, por infringência ao disposto no artigo 70, inciso I, da Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020; IV – ao Instrutor de Trânsito REGINALDO PINHEIRO GIRIO, por infringência ao disposto no artigo 72, inciso I, da Resolução CONTRAN nº 789, de 18 de junho de 2020. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. FERNANDA BATISTA DA SILVA Chefe de Divisão

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10240, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SEI/GESP - 0071958588 - DETRAN - Portaria A CHEFE DE DIVISÃO DE PROCESSAMENTO SANCIONATÓRIO DAS ATIVIDADES REGULADAS DE CONDUTORES, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN-SP), no uso das competências do artigo 184, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o constante do processo SEI 140.00416539/2024-77, DECIDE: Art. 1º Determinar o arquivamento do processo administrativo instaurado em face ao perito médico credenciado ALFREDO AMADOR TONELLO, com endereço comercial na RUA AUGUSTO THOMAZELLA, 168, JARDIM BONATO, BRODOWSKI/SP. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. FERNANDA BATISTA DA SILVA Chefe de Divisão

PORTARIA DETRAN-SP Nº 10241, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SEI/GESP - 0071961068 - DETRAN - Portaria A CHEFE DE DIVISÃO DE PROCESSAMENTO SANCIONATÓRIO DAS ATIVIDADES REGULADAS DE CONDUTORES, DA DIRETORIA DE GESTÃO REGULATÓRIA, DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN-SP), no uso das competências do artigo 184, da Portaria Normativa DETRAN-SP nº 37, de 11 de dezembro de 2024, e considerando o constante do processo SEI 140.00812067/2024-80, DECIDE: Art. 1º Determinar o arquivamento do processo administrativo instaurado em face do perito médico credenciado CARLOS ROBERTO DE REZENDE, com endereço comercial na Avenida Jardim Japão, nº 1029, São Paulo. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. FERNANDA BATISTA DA SILVA Chefe de Divisão

SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

EXTRATOS DE TERMOS DE ADITAMENTO

Extrato de Termo de Aditamento

1º Termo de Aditamento

PROCESSO: SDR-PRC-2022-03095-DM

CONVÊNIO: 103133/2022

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL: CJ/CC nº 9/2023E COTAS CJ/CC Nº 102/2023, CJ/CC Nº 69/2024.

OBJETO: EDIFICAÇÃO DE UM CENTRO DE SAÚDE

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do objeto

A Cláusula primeira passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a transferênciaderecursos financeirospara execução deUnidade de Saúde - Construção/Reforma, compreendendo aEdificação de um Centro de Saúdesituada na Rua Jerônimo Logerfo, 258 , Jardim SantAnna III , Santa Cruz do Rio Pardo / SP - CEP: 18910-092.

Parágrafo único: O Secretário de Governo e Relações Institucionais, após manifestação favorável do responsável pela Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, amparada em pronunciamento do setor técnico da Unidade, poderá autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho de que trata o "caput" para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedados a alteração do objeto do ajuste e o acréscimo de valor".

CLÁUSULA SEGUNDA

Da execução e fiscalização do convênio

A Cláusula segunda passa a ter a seguinte redação:

"O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão, pelo ESTADO, à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado."

CLÁUSULA TERCEIRA

Das obrigações dos partícipes

A Cláusula terceira passa a ter a seguinte redação:

"Para a execução do presente convênio o ESTADO e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

I - COMPETE AO ESTADO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

II - COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

d) Inalterada.

e) Inalterada.

f) Inalterada.

g) Inalterada.

h) Inalterada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas a que se refere a alínea "e" do inciso II desta cláusula será encaminhada pelo MUNICÍPIO ao ESTADO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento da obra detalhada no cronograma físico-financeiro de 17/06/2025 fls. 1752/1753, e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Inalterado."

CLÁUSULA QUARTA

Do prazo de vigência

A Cláusula sétima passa a ter a seguinte redação:

"O prazo para a execução do presente Convênio será de até1440 (um mil, quatrocentos e quarenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Governo e Relações Institucionais, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado."

CLÁUSULA QUINTA

Da ação promocional

A Cláusula nona passa a ter a seguinte redação:

"Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Governo e Relações Institucionais, obedecidos os padrões estipulados por esta última, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal."

Ficam mantidas as demais cláusulas do Convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

Termo Assinado em 23/06/2025.

Extrato de Termo de Aditamento

1º Termo de Aditamento

PROCESSO: SDR-PRC-2022-00096-DM

CONVÊNIO: 100170/2022

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL: CJ/CC nº 5/2023, CJ/CC nº 10/2023 E COTAS CJ/CC Nº 102/2023, CJ/CC Nº 69/2024.

OBJETO: EDIFICAÇÃO, COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, SITUADA NA RUA HONÓRIO BEVENUTO, N° 541 - VILA ALEGRETE.

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E O MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do objeto

A Cláusula primeira passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a transferência de recursos financeirospara execução de Edificação, compreendendo a Construção de unidade básica de saúde, situada na Rua Honório Bevenuto, n° 541 - Vila Alegrete, de acordo com o correspondente plano de trabalho, que integra o instrumento.

Parágrafo único: O Secretário de Governo e Relações Institucionais, após manifestação favorável do responsável pela Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, amparada em pronunciamento do setor técnico da Unidade, poderá autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho de que trata o "caput" para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedados a alteração do objeto do ajuste e o acréscimo de valor".

CLÁUSULA SEGUNDA

Da execução e fiscalização do convênio

A Cláusula segunda passa a ter a seguinte redação:

"O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão, pelo ESTADO, à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado."

CLÁUSULA TERCEIRA

Das obrigações dos partícipes

A Cláusula terceira passa a ter a seguinte redação:

"Para a execução do presente convênio o ESTADO e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

I - COMPETE AO ESTADO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

II - COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

d) Inalterada.
e) Inalterada.
f) Inalterada.
g) Inalterada.
h) Inalterada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas a que se refere a alínea "e" do inciso II desta cláusula será encaminhada pelo MUNICÍPIO ao ESTADO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento da obra detalhada no cronograma físico-financeiro, de 11/06/2025 (fl. 1112), e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Inalterado."

CLÁUSULA QUARTA

Do valor

A Cláusula quarta passa a ter a seguinte redação:

"O valor do presente Convênio é de R$ 1.040.955,92 (um milhão, quarenta mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), dos quais R$ 805.402,91 (oitocentos e cinco mil, quatrocentos e dois reais e noventa e um centavos), de responsabilidade do ESTADO e o restante de responsabilidade do MUNICÍPIO."

CLÁUSULA QUINTA

Da liberação dos recursos financeiros

A Cláusula quinta passa a ter a seguinte redação:

"Os recursos de responsabilidade do ESTADO serão repassados parceladamente ao MUNICÍPIO, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, nas seguintes condições:

1ª parcela: Inalterada;

2ª parcela: no valor de R$ 389.306,05 (trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e seis reais e cinco centavos), a ser paga em até 30 (trinta) dias, após a aprovação da prestação de contas da etapa e concluído este Termo de Aditamento;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Inalterado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado."

CLÁUSULA SEXTA

Do prazo de vigência

A Cláusula sétima passa a ter a seguinte redação:

"O prazo para a execução do presente Convênio será de até 1670 (um mil, seiscentos e setenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Governo e Relações Institucionais, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado."

CLÁUSULA SÉTIMA

Da ação promocional

A Cláusula nona passa a ter a seguinte redação:

"Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Governo e Relações Institucionais, obedecidos os padrões estipulados por esta última, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal."

Ficam mantidas as demais cláusulas do Convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

Termo Assinado em 23/06/2025.

Extrato de Termo de Aditamento

1º Termo de Aditamento

PROCESSO: SDR-PRC-2022-01370-DM

CONVÊNIO: 101391/2022

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL: CJ/CC nº 10/2023 E COTAS CJ/CC Nº 102/2023, CJ/CC Nº 69/2024.

OBJETO: SISTEMA DE LAZER, COMPREENDENDO A REFORMA DO CLUBE REAL SOCIEDADE DE POTUNDUVA, SITUADA NA RUA SANTA CATARINA, S/N° - DISTRITO DE POTUNDUVA.

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E O MUNICÍPIO DE JAÚ.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do objeto

A Cláusula primeira passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros para execução de Sistema de lazer, compreendendo a Reforma do Clube Real sociedade de Potunduva, situada na Rua Santa Catarina, s/n° - Distrito de Potunduva, de acordo com o correspondente plano de trabalho, que integra o instrumento.

Parágrafo único: O Secretário de Governo e Relações Institucionais, após manifestação favorável do responsável pela Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, amparada em pronunciamento do setor técnico da Unidade, poderá autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho de que trata o "caput" para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedados a alteração do objeto do ajuste e o acréscimo de valor".

CLÁUSULA SEGUNDA

Da execução e fiscalização do convênio

A Cláusula segunda passa a ter a seguinte redação:

"O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão, pelo ESTADO, à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado."

CLÁUSULA TERCEIRA

Das obrigações dos partícipes

A Cláusula terceira passa a ter a seguinte redação:

"Para a execução do presente convênio o ESTADO e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

I - COMPETE AO ESTADO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

II - COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

d) Inalterada.

e) Inalterada.

f) Inalterada.

g) Inalterada.

h) Inalterada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas a que se refere a alínea "e" do inciso II desta cláusula será encaminhada pelo MUNICÍPIO ao ESTADO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento da obra detalhada no cronograma físico-financeiro, de 17/06/2025 (fl. 997), e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Inalterado."

CLÁUSULA QUARTA

Do valor

A Cláusula quarta passa a ter a seguinte redação:

"O valor do presente Convênio é de R$ 1.244.264,31 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos), dos quais R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), de responsabilidade do ESTADO e o restante de responsabilidade do MUNICÍPIO."

CLÁUSULA QUINTA

Do prazo de vigência

A Cláusula sétima passa a ter a seguinte redação:

"O prazo para a execução do presente Convênio será de até 1440 (um mil, quatrocentos e quarenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Governo e Relações Institucionais, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado."

CLÁUSULA SEXTA

Da ação promocional

A Cláusula nona passa a ter a seguinte redação:

"Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Governo e Relações Institucionais, obedecidos os padrões estipulados por esta última, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal."

Ficam mantidas as demais cláusulas do Convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

Termo Assinado em 23/06/2025.

Extrato de Termo de Aditamento

1º Termo de Aditamento

PROCESSO: SDR-PRC-2022-03063-DM

CONVÊNIO: 103211/2022

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL: CJ/CC nº 10/2023 E COTAS CJ/CC Nº 102/2023, CJ/CC Nº 69/2024.

OBJETO: INFRAESTRUTURA URBANA, COMPREENDENDO A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS ATIBAIA, TRENTO, VERONA, MILÃO E NÁPOLIS NO BAIRRO TRIESTE.

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E O MUNICÍPIO DE JARINU.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do objeto

A Cláusula primeira passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros para execução de Infraestrutura urbana, compreendendo a Pavimentação das Ruas Atibaia, Trento, Verona, Milão e Nápolis no Bairro Trieste, de acordo com o correspondente plano de trabalho, que integra o instrumento.

Parágrafo único: O Secretário de Governo e Relações Institucionais, após manifestação favorável do responsável pela Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, amparada em pronunciamento do setor técnico da Unidade, poderá autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho de que trata o "caput" para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedados a alteração do objeto do ajuste e o acréscimo de valor".

CLÁUSULA SEGUNDA

Da execução e fiscalização do convênio

A Cláusula segunda passa a ter a seguinte redação:

"O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão, pelo ESTADO, à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado."

CLÁUSULA TERCEIRA

Das obrigações dos partícipes

A Cláusula terceira passa a ter a seguinte redação:

"Para a execução do presente convênio o ESTADO e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

I - COMPETE AO ESTADO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

II - COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

d) Inalterada.

e) Inalterada.

f) Inalterada.

g) Inalterada.

h) Inalterada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas a que se refere a alínea "e" do inciso II desta cláusula será encaminhada pelo MUNICÍPIO ao ESTADO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento da obra detalhada no cronograma físico-financeiro, de 17/06/2025 (fl. 682), e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Inalterado."

CLÁUSULA QUARTA

Do valor

A Cláusula quarta passa a ter a seguinte redação:

"O valor do presente Convênio é de R$ 3.400.856,89 (três milhões, quatrocentos mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos), dos quais R$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais), de responsabilidade do ESTADO e o restante de responsabilidade do MUNICÍPIO."

CLÁUSULA QUINTA

Do prazo de vigência

A Cláusula sétima passa a ter a seguinte redação:

"O prazo para a execução do presente Convênio será de até 1440 (um mil, quatrocentos e quarenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Governo e Relações Institucionais, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado."

CLÁUSULA SEXTA

Da ação promocional

A Cláusula nona passa a ter a seguinte redação:

"Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Governo e Relações Institucionais, obedecidos os padrões estipulados por esta última, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal."

Ficam mantidas as demais cláusulas do Convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

Termo Assinado em 23/06/2025.

Extrato de Termo de Aditamento

1º Termo de Aditamento

PROCESSO: SDR-PRC-2022-03787-DM

CONVÊNIO: 103369/2022

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL: CJ/CC nº 9/2023 E COTAS CJ/CC Nº 102/2023, CJ/CC Nº 69/2024.

OBJETO: PRAÇA, COMPREENDENDO A TROCA DO CALÇAMENTO DA PRAÇA PÚBLICA DA CIDADE DE VITÓRIA BRASIL, SITUADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, S/N° - CENTRO.

PARTÍCIPES: SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E O MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do objeto

A Cláusula primeira passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a transferência de recursos financeirospara execução de Praça, compreendendo a Troca do calçamento da Praça Pública da Cidade de Vitória Brasil, situada na Rua XV de Novembro, s/n° - Centro, de acordo com o correspondente plano de trabalho, que integra o instrumento.

Parágrafo único: O Secretário de Governo e Relações Institucionais, após manifestação favorável do responsável pela Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, amparada em pronunciamento do setor técnico da Unidade, poderá autorizar modificações incidentes sobre o plano de trabalho de que trata o "caput" para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedados a alteração do objeto do ajuste e o acréscimo de valor".

CLÁUSULA SEGUNDA

Da execução e fiscalização do convênio

A Cláusula segunda passa a ter a seguinte redação:

"O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão, pelo ESTADO, à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, por sua Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, e, pelo MUNICÍPIO, ao seu representante para tanto indicado."

CLÁUSULA TERCEIRA

Das obrigações dos partícipes

A Cláusula terceira passa a ter a seguinte redação:

"Para a execução do presente convênio o ESTADO e o MUNICÍPIO terão as seguintes obrigações:

I - COMPETE AO ESTADO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

II - COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Inalterada.

b) Inalterada.

c) Inalterada.

d) Inalterada.

e) Inalterada.

f) Inalterada.

g) Inalterada.

h) Inalterada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas a que se refere a alínea "e" do inciso II desta cláusula será encaminhada pelo MUNICÍPIO ao ESTADO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do encerramento da obra detalhada no cronograma físico-financeiro, de 13/06/2025, e será encartada aos autos do processo correspondente para exame por parte do órgão competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Inalterado."

CLÁUSULA QUARTA

Do prazo de vigência

A Cláusula sétima passa a ter a seguinte redação:

"O prazo para a execução do presente Convênio será de até 1440 (um mil, quatrocentos e quarenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário de Governo e Relações Institucionais, observado o limite máximo de 5 (cinco) anos de vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Inalterado."

CLÁUSULA QUINTA

Da ação promocional

A Cláusula nona passa a ter a seguinte redação:

"Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Governo e Relações Institucionais, obedecidos os padrões estipulados por esta última, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou

imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal."

Ficam mantidas as demais cláusulas do Convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

Termo Assinado em 23/06/2025.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

COORDENADORIA GERAL DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 11/06/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 11/06/2025

019.00003630/2024-31 - Interessado: INSTITUTO PACTO CONTRA A FOME - Assunto: Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP e Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, documento SEI 0070768453 DEFIRO o pedido formulado pelo interessado, qual seja, obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, com validade de 11/06/2025 à 10/06/2028.

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 15/06/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 15/06/2025

019.00005075/2024-81 - Interessado: Instituto Consulado da Mulher - Assunto: Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP e Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, documento SEI 0070199892 DEFIRO o pedido formulado pelo interessado, qual seja, obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, com validade de 15/06/2025 à 14/06/2028.

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 16/06/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 16/06/2025

019.00001173/2025-21 - Interessado: INSTITUTO DE PESQUISA PENSI SANDRA MUTARELLI SETÚBAL - Assunto: Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP e Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, documento SEI 0071129660 DEFIRO o pedido formulado pelo interessado, qual seja, obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, com validade de 16/06/2025 à 15/06/2028.

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 23/06/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 23/06/2025

019.00005079/2024-60 - Interessado: AMIGOS DO BEM INSTITUIÇÃO NACIONAL CONTRA A FOME E A MISÉRIA - Assunto: Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP e Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, documento SEI 0069315378 DEFIRO o pedido formulado pelo interessado, qual seja, obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, com validade de 23/06/2025 à 22/06/2028.

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 23/06/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 23/06/2025

019.00002153/2025-77 - Interessado: Instituto De Políticas Públicas Millenium - Assunto: Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP e Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, documento SEI 0071097352 DEFIRO o pedido formulado pelo interessado, qual seja, obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, com validade de 23/06/2025 à 22/06/2028.

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 23/06/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO, DE 23/06/2025

019.00002113/2025-25 - Interessado: Instituto Camargo Corrêa - Assunto: Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP e Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos. À vista do que consta dos autos, notadamente da manifestação favorável da Comissão Interna, documento SEI 0070684964 DEFIRO o pedido formulado pelo interessado, qual seja, obtenção do Certificado de Reconhecimento de Entidade Promotora de Direitos Humanos, com validade de 23/06/2025 à 22/06/2028.

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Despacho do Diretor Executivo, de 18-06-2025

Processo Fundação Procon-SP n. 165.00004149/2024-42. Interessado: Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-SP. Assunto: Apuração Preliminar de Fatos. Considerando os motivos apresentados pela Sra. Presidente da Apuração Preliminar de Fatos em epígrafe, conforme documento Id 0071619194, bem como o disposto no artigo 127 do Regulamento de Pessoal da Fundação Procon/SP, concedo 120 (cento e vinte) dias de prorrogação de prazo para o término da mesma.

Publique-se.

DESPACHOS DO ASSESSOR EXECUTIVO

Despachos do Assessor Executivo,

De 29/05/2025

Tendo em vista a prescrição do débito e o cancelamento da CDA, arquivem-se os autos com as anotações de estilo.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 622/01 - 02201 D1 - PALMARES IMÓVEIS S/C LTDA - 67.834.069/0001-91 - MARCELO RIGBY - 96.718/SP;

Proc. 98/02 - 01068 D1 - ANTONIO CARLOS DE FREITAS BOX - ME - 74.266.289/0001-21 - SEM ADVOGADO;

Proc. 516/03 - 2329 D2 - MDH COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - 04.878.806/0002-19 - CARLOS HENRIQUE SPESSOTO PERSOLI - 138.630/SP;

Proc. 279/05 - 2279 D3 - FLORESTA AUTO POSTO LTDA - 47.118.385/0001-50 - RAMSES B. S. COSTA GONÇALVES - 177353/SP;

Proc. 661/06 - 1668 D5 - FABIANA MORAES FROES PURIFICADORES - EPP - 06.192.252/0001-46 - ROSELI DOS SANTOS FERRAZ VERAS - 77.563/SP - QUINTINO LUÍS ASSUMPÇÃO FLEURY - 130055/SP;

Proc. 1520/08-AI - 23083 NFP - CA-8 CULINÁRIA ITALIANA LTDA - EPP - 08.983.518/0001-02 - LEANDRO MORAIS GROFF - 221.406/SP;

Proc. 0058/10-AI - 03415 D7 - DEO MAGAZINE COMÉRCIO DE ELETRODOMÉTICOS LTDA - EPP - 65.409.518/0001-29 - SEM ADVOGADO;

Proc. 0857/11-AI - 00253 D8 - BRUCE PEREIRA DA SILVA - 07.987.849/0001-40 - SEM ADVOGADO;

Proc. 3103/11-AI - 01393 D8 - VIVER GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA - 12.481.995/0001-39 - SEM ADVOGADO;

Proc. 4205/11-AI - 00108 B1 - LANCHES URUCU LTDA - ME - 62.631.411/0001-32 - SEM ADVOGADO;

Proc. 4241/11-AI - 00147 B1 - CICERA DE FREITAS NASCIMENTO ADEGA - EPP - 13.453.939/0001-53 - LEILA MARA REGINA ZAIET - 285.349/SP - MARCELO TEIXEIRA COSTA - 202.024/SP;

Proc. 1465/12-AI - 00077 B1 - AUTO POSTO HERA LTDA - 12.154.008/0001-91 - SEM ADVOGADO;

Proc. 2379/12-AI - 00288 B1 - SEREIA DA MOOCA PÃES E DOCES LTDA - EPP - 04.771.241/0001-95 - MARCELO SABINO DA SILVA - 154.327/SP;

Proc. 2728/12-AI - 01323 B1 - COMERICAL SHOPPING ARICANDUVA LTDA - 02.260.467/0001-04 - SEM ADVOGADO;

Proc. 2731/12-AI - 01338 B1 - JOELMA OLIVEIRA DE AGUIAR - 277.919.578-92 - SEM ADVOGADO;

Proc. 2925/12-AI - 04533 D8 - ALBMAR COMERCIAL LTDA. - 08.944.400/0001-67 - JAIRON BARBOSA DOS SANTOS - 316.186/SP.

De 12/06/2025

Tendo em vista a prescrição do débito e o cancelamento da CDA, arquivem-se os autos com as anotações de estilo.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 774/97 - 26793 - TRANSATLÂNTICA TURISMO LTDA - 60.882.537/0001-54 - SEM ADVOGADO;

Proc. 610/99 - 02931 - CADEMUR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 01.693.082/0001-60 - SEM ADVOGADO;

Proc. 726/99 - 03245 - MIRAFIORI S.A. DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS - 47.413.687/0001-50 - ANA CLAUDIA GERVASIO LEVADA - 121537/SP;

Proc. 760/99 - 03105 - KOZZ MODAS LTDA - 53.045.043/0001-50 - MARCELO CHAVES C WANDENKOLK - 113.435/SP;

Proc. 764/99 - 03399 - COMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS DE COSTURA LTDA - ME - 53.005.427/0001-49 - SEM ADVOGADO;

Proc. 575/00 - 00053 D1 - MPB COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS FEMININOS E MASCULINOS LTDA - 02.072.889/0001-48 - SEM ADVOGADO;

Proc. 648/00 - 00262 D1 - CONFECÇÕES ESSENCE LTDA - 47.255.138/0004-48 - SEM ADVOGADO;

Proc. 769/00 - 00357 D1 - LOCAL BRASIL COMERCIAL LTDA - 03.352.183/0001-00 - SEM ADVOGADO;

Proc. 72/00 - 04373 - EMPÓRIO DO COURO LTDA - 02.690.920/0001-04 - SEM ADVOGADO;

Proc. 6/02 - 02222 D1 - NOSSA BARÃO DE DUPRAT COMERCIAL LTDA - 02.106.597/0001-89 - CESAR FRANCISCO DE OLIVEIRA - 154836 SP;

Proc. 952/02 - 00389 D2 - NAJA COMÉRCIO DE TELEFONES E INFORMÁTICA LTDA - 03.200.856/0001-07 - SEM ADVOGADO;

Proc. 1131/02 - 01775 D2 - ARMAZÉM DOS CALÇADOS COMÉRCIO LTDA - EPP - 04.978.914/0001-82 - SEM ADVOGADO;

Proc. 1141/02 - 01870 D2 - ARTE COM ARTE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA - 01.594.379/0001-78 - SEM ADVOGADO.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO, DE 18 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO CONVÊNIO - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPEM/SP) E A TEXAN GROUP SOLUÇÕES INOVADORAS LTDA.

Processo: 149.00001315/2025-00

Objeto: O presente Convênio tem por objeto a realização de teste de solução informacional de uma Prova de Conceito (PoC) do "SISTEMA ANTIFRAUDE", desenvolvido pela TEXAN, para dar apoio às atividades de fiscalização pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP, com foco na detecção automática de produtos não certificados comercializados em plataformas de e-commerce, de modo a permitir uma detecção inteligente de não conformidades destes produtos.

Partícipes: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPEM/SP E TEXAN GROUP SOLUÇÕES INOVADORAS LTDA

Recursos Financeiros: Não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Data da Assinatura: 18/06/2025

Prazo de Vigência: 60 dias

Parecer Jurídico: Emitido no ato jurídico inicial.

DECISÃO

Processo SEI n. 149.00003265/2024-14

Interessado: JOSE CARLOS ZANI 05913288874

Considerando o que consta nos autos, em especial a manifestação do Diretor do Centro de Verificação Periódica – MLFPE (0060968579), no qual opina pela apreensão definitiva do instrumento de pesagem, apreendido cautelarmente em razão da lavratura do Auto de Apreensão n.º 920040004665, em nome JOSE CARLOS ZANI 05913288874, CNPJ n.º 28.752.431/0001-23, por estar em desacordo com os artigos 1º, 5º e 7º da Lei n.º 9.933/1999, c/c o item 6 das Diretrizes para Execução das Atividades de Metrologia Legal no País aprovadas pelo artigo 1º da Resolução Conmetro n.º 08/2016, e utilizar balança sem modelo aprovado pelo Inmetro; DECIDO, no desempenho de minhas atribuições legais elencadas no artigo 5º da Portaria Ipem-SP n.º 123/2024:

I – CONVERTER EM DEFINITIVA a apreensão cautelar de 1 (um) instrumento de pesagem (balança) marca ACS - SYSTEM ELETRONIC SCALE, sem modelo, sem número de série, carga máxima 30kg e divisão de 5g, em virtude do instrumento não possuir modelo aprovado pelo Inmetro conforme descrito no Auto de Apreensão n.º 920040004665 de 22/08/2024;

II – DETERMINAR A INUTILIZAÇÃO do referido instrumento, com lastro no artigo 6° do Regulamento Administrativo expedido pela Resolução Conmetro n.º 8/2006 e destinar os resíduos decorrentes conforme a legislação ambiental vigente;

III – NOTIFICAR a empresa interessada do teor da presente Decisão, concedendo-lhe o prazo de 10 (DEZ) DIAS para requerer o que entender de direito, nos termos do artigo 20 do Regulamento Administrativo aprovado pela Resolução Conmetro n.º 8/2006. Neste prazo, o processo encontrar-se-á à disposição para vista, podendo ser requerida no Setor de Atendimento Jurídico, na Sede do Ipem-SP, na Rua Santa Cruz, n.º 1.922, andar térreo, Vila Gumercindo, São Paulo – SP, no horário das 9h às 16h.

Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos ao Centro de Verificação Periódica (MLFPE) para providências pertinentes e instrução dos autos com a documentação comprobatória da adoção das providências.

São Paulo - SP, na data da assinatura digital.

LUIZ HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA

Diretor do Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização

DECISÃO

Processo SEI n.º 149.00001028/2025-91

Interessado: INPASA AGROINDUSTRIAL S/A.

CNPJ: 29.316.596/0001-15

Assunto: Auto de Apreensão e Interdição n.º 0 409253

Considerando o que consta nos autos, em especial a manifestação do Diretor do Centro de Verificação Veicular – MLFVE (0071306207), no qual sugere a apreensão definitiva da cópia do Laudo de Auto-verificação de Veículo Tanque Rodoviário, apreendido cautelarmente em razão da lavratura do Auto de Apreensão, cujas razões acolho como fundamento e, no desempenho de minhas atribuições legais elencadas no artigo 5º da Portaria Ipem-SP n.º 092/2024; DECIDO, com fulcro no artigo 8° da Lei Federal 9.933/1999, alterada pela Lei 12.545/2011 c/c ao subitem 5.4.2 do Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria Inmetro n.º 49/2022:

I – CONVERTER EM DEFINITIVA a apreensão cautelar da cópia do Laudo de Auto-verificação de Veículo Tanque Rodoviário de 19/01/2023, emitido para o veículo de placa RRU3F11, em virtude das não conformidades descritas no Auto de Apreensão n.º 0 409253 de 26 de março de 2025;

II – INVALIDAR o referido certificado, preservando suas informações e integridade, mantendo-o arquivado na Delegacia de Ação Regional (DAR), para eventual consulta e/ou solicitação dos órgãos de fiscalização;

III – NOTIFICAR a empresa interessada do teor da presente Decisão, concedendo-lhe o prazo de 10 (DEZ) DIAS, para requerer o que entender de direito, nos termos dos artigos 20, 24 e 25 do Regulamento Administrativo aprovado pela Resolução Conmetro n.º 8/2006. Neste prazo, o processo encontrar-se-á à disposição para vista, podendo ser requerida no Setor de Atendimento Jurídico, na Sede do Ipem-SP, na Rua Santa Cruz, n.º 1.922, andar térreo, Vila Gumercindo, São Paulo – SP, no horário das 9h às 16h.

Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos ao Centro de Verificação Veicular (MLFVE) para ciência e demais providências pertinentes e instrução dos autos com a documentação comprobatória da adoção das providências.

São Paulo - SP, na data da assinatura digital.

LUIZ HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA

Diretor do Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização

DECISÃO

Processo SEI n.º 149.00000066/2025-27

Interessado: AGIFLEX TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA.

CNPJ: 24.599.131/0001-03

Assunto: Auto de Apreensão e Interdição n.º 387398

Considerando o que consta nos autos, em especial a manifestação do Diretor do Centro de Verificação Veicular (0054501820), no qual sugere a apreensão definitiva da cópia do Certificado de Verificação de Veículo Tanque Rodoviário apreendido cautelarmente por constatação de fraude no referido certificado, cujas razões acolho como fundamento e, no desempenho de minhas atribuições legais elencadas no artigo 5º da Portaria Ipem-SP n.º 092/2024; DECIDO, com fulcro no artigo 8° da Lei Federal 9.933/1999, alterada pela Lei 12.545/2011 c/c ao subitem 5.1.15, alínea "e", e 5.6 do Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria Inmetro n.º 49/2022:

I – CONVERTER EM DEFINITIVA a apreensão cautelar da cópia do Certificado de Verificação do Veículo Tanque Rodoviário nº 1077273, emitido para o veículo tanque de placa DTC9A15, em virtude das não conformidades descritas no Auto de Apreensão n.º 387398, de 27 de dezembro de 2024;

II – INVALIDAR o referido certificado, preservando suas informações e integridade, mantendo-o arquivado na Delegacia de Ação Regional (DAR), para eventual consulta e/ou solicitação dos órgãos de fiscalização;

III – NOTIFICAR a empresa interessada do teor da presente Decisão, concedendo-lhe o prazo de 10 (DEZ) DIAS, para requerer o que entender de direito, nos termos dos artigos 20, 24 e 25 do Regulamento Administrativo aprovado pela Resolução Conmetro n.º 8/2006. Neste prazo, o processo encontrar-se-á à disposição para vista, podendo ser requerida no Setor de Atendimento Jurídico, na Sede do Ipem-SP, na Rua Santa Cruz, n.º 1.922, andar térreo, Vila Gumercindo, São Paulo – SP, no horário das 9h às 16h.

IV – ENCAMINHAR cópia integral dos autos à Polícia Federal, em face da prática delituosa, nos termos do artigo 13 da Portaria Ipem-SP n.º 092/2024;

Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos ao Centro de Verificação Veicular (MLFVE) para ciência e demais providências pertinentes e instrução dos autos com a documentação comprobatória da adoção das providências.

São Paulo - SP, na data da assinatura digital.

LUIZ HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA

Diretor do Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização

DECISÃO

Processo SEI n.º 149.00000060/2025-50

Interessado: J.R.F. TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

CNPJ: 36.064.424/0001-67

Assunto: Auto de Apreensão e Interdição n.º 387399

Considerando o que consta nos autos, em especial a manifestação do Diretor do Centro de Verificação Veicular (0054918259), no qual sugere a apreensão definitiva da cópia do Certificado de Verificação de Veículo Tanque Rodoviário apreendido cautelarmente por constatação de fraude no referido certificado, cujas razões acolho como fundamento e, no desempenho de minhas atribuições legais elencadas no artigo 5º da Portaria Ipem-SP n.º 092/2024; DECIDO, com fulcro no artigo 8° da Lei Federal 9.933/1999, alterada pela Lei 12.545/2011 c/c ao subitem 5.1.15, alínea "e", do Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria Inmetro n.º 49/2022:

I – CONVERTER EM DEFINITIVA a apreensão cautelar da cópia do Certificado de Verificação do Veículo Tanque Rodoviário nº 1283297, emitido para o veículo tanque de placa PAE9I88, em virtude das não conformidades descritas no Auto de Apreensão n.º 387399, de 17 de dezembro de 2024;

II – INVALIDAR o referido certificado, preservando suas informações e integridade, mantendo-o arquivado na Delegacia de Ação Regional (DAR), para eventual consulta e/ou solicitação dos órgãos de fiscalização;

III – NOTIFICAR a empresa interessada do teor da presente Decisão, concedendo-lhe o prazo de 10 (DEZ) DIAS, para requerer o que entender de direito, nos termos dos artigos 20, 24 e 25 do Regulamento Administrativo aprovado pela Resolução Conmetro n.º 8/2006. Neste prazo, o processo encontrar-se-á à disposição para vista, podendo ser requerida no Setor de Atendimento Jurídico, na Sede do Ipem-SP, na Rua Santa Cruz, n.º 1.922, andar térreo, Vila Gumercindo, São Paulo – SP, no horário das 9h às 16h.

IV – ENCAMINHAR cópia integral dos autos à Polícia Federal, em face da prática delituosa, nos termos do artigo 13 da Portaria Ipem-SP n.º 092/2024;

Observadas as formalidades legais, encaminhem-se os autos ao Centro de Verificação Veicular (MLFVE) para ciência e demais providências pertinentes e instrução dos autos com a documentação comprobatória da adoção das providências.

São Paulo - SP, na data da assinatura digital.

LUIZ HENRIQUE DE ALMEIDA SILVA

Diretor do Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização

PORTARIA IPEM-SP N.º 075/2025

Regulamenta os critérios de prestação e cobrança de serviços técnicos especializados, desenvolvidos pelo IPEM-SP, incluindo atividades como ensaios, análises técnicas, consultoria, desenvolvimento de metodologias, medição tecnológica, testes, certificações, pesquisas, estudos e projetos destinados à execução e exploração da inovação ou tecnologia e/ou atividades inerentes ao sistema produtivo e provas de conceito.

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPEM/SP, autarquia estadual, designado por meio do Decreto de 18 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado de 19 de janeiro de 2023, da lavra do Governador do Estado de São Paulo, no desempenho de suas atribuições legais, consignada no Decreto n.º 55.964/2010, alterado pelo Decreto n.º 64.110/2019;

Considerando as disposições das Leis Federais n.º 10.973/2004 (Lei da Inovação) e n.º 13.243/2016 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação), bem como a legislação estadual de inovação aplicável,

Considerando que o Ipem-SP possui atribuição de fixar e cobrar preços públicos, nos termos do inciso IV, parágrafo único, artigo 2º da Lei Estadual n.º 9.286/1995 c/c Lei Federal nº 9.933/1999;

Considerando a Lei nº 10.973/2004 ("Lei de Inovação"), regulamentada em São Paulo pelo Decreto Estadual nº 62.817/2017, que busca estimular parcerias entre entes públicos e privados, incentivando a interação entre Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) com o setor produtivo;

Considerando a Lei Complementar Estadual nº 1.049/2008 ("Lei Paulista de Inovação") estabelece, em caráter suplementar às normas gerais da legislação federal, medidas para incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a cooperação público-privada, disciplinando a atuação das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Estado de São Paulo (ICTs) e dos seus respectivos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs);

Considerando que a Procuradoria Geral do Estado, na Nota Técnica SubG-Cons nº 11/2020, consolidou interpretações e uniformizou entendimentos jurídicos sobre os instrumentos negociais previstos na Lei nº 10.973/2004, inclusive os contratos de prestação de serviços técnicos especializados por ICTs; e,

Considerando que incumbe ao Superintendente adotar as providências necessárias para o regular e adequado funcionamento da autarquia, nos termos do Decreto n.º 55.964/10, alterado pelo Decreto n.º 64.110/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar os critérios de prestação e cobrança de serviços técnicos especializados, desenvolvidos pelo IPEM-SP, incluindo atividades como ensaios, análises técnicas, consultoria, desenvolvimento de metodologias, medição tecnológica, testes, certificações, pesquisas, estudos e projetos destinados à execução e exploração da inovação ou tecnologia e/ou atividades inerentes ao sistema produtivo e provas de conceito.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para fins desta Portaria, considera-se:

I. Prestação de Serviços Técnicos Especializados: aqueles que envolvam a produção de criações e novas tecnologias, bem como os serviços instrumentais ou complementares ou instrumentais à tecnologia desenvolvida, tais como medição tecnológica, testes, certificações, pesquisas, estudos e projetos destinados à execução e exploração da inovação ou tecnologia e/ou atividades inerentes ao sistema produtivo, conforme Art. 48, §2º do Decreto Estadual nº 62.817/2017.

II. Incentivos às equipes: Adicionais variáveis tributáveis, na prestação de serviços técnicos especializados, que não integram o salário, como forma de incentivo pela execução do trabalho pontual, desde que custeados exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

III. Termo de Referência: Documento que descreve os elementos necessários e suficientes para caracterizar os serviços técnicos especializados que constituem objeto do Contrato, detalhando as obrigações das PARTES e estabelecendo os recursos humanos, materiais e financeiros necessários à completa prestação dos serviços técnicos especializados contratados perante a ICT.

IV. Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

V. Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação;

VI. Fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE COBRANÇA

Art. 3º - A cobrança pelos serviços técnicos especializados prestados pelo IPEM-SP será realizada pelo sistema de cobrança vigente no Estado, com base em orçamento aprovado pelas partes interessadas, observando os seguintes critérios:

I. O orçamento será elaborado considerando:

a) o valor da hora técnica dos empregados públicos envolvidos;

b) despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação e outros custos relacionados;

c) Estruturas e materiais utilizados na execução do serviço;

d) eventuais despesas extraordinárias necessárias à prestação do serviço.

II. O valor da hora técnica será calculado com base em 12 (doze) UFESPs por hora por empregado público designado para execução do serviço contratado.

III. O orçamento deverá ser previamente aprovado pela parte demandante e pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IPEM-SP, constituindo requisito obrigatório para a execução dos serviços.

IV. Outras condições específicas poderão ser estipuladas em contrato ou instrumento equivalente, respeitando as disposições desta portaria.

§ 1º - Nos casos em que a contratação não se der por meio de Fundação de Apoio, o contratante poderá arcar com os custos de serviços externos, como laboratórios de ensaios especializados, necessários para a realização dos trabalhos técnicos.

§ 2º - Quando o serviço resultar em prova de conceito ou agregar valor direto ao produto final, poderá ser acrescido uma porcentagem sobre o faturamento resultante de sua comercialização, negociada sobre a relevância do serviço para o sucesso do produto, conforme acordado entre as partes.

§ 3º - O IPEM-SP poderá prestar serviços técnicos especializados de forma gratuita para entes públicos ou empresas de base tecnológica e spin-offs universitárias, respeitadas as diretrizes do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 4º - A realização dos serviços está condicionada à apresentação do comprovante da guia de pagamento, podendo ser fracionada, conforme execução do plano de trabalho.

CAPÍTULO III

DA PARTICIPAÇÃO DE FUNDAÇÕES DE APOIO

Art. 4º - As Fundações de Apoio poderão atuar na captação, gestão e aplicação dos recursos obtidos por meio de parcerias, assegurando sua destinação para atividades institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A fundação deverá observar regulamento próprio e cumprir os princípios da impessoalidade e transparência em todas as suas ações.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Art. 5º - Os contratos de prestação de serviços técnicos especializados deverão seguir o modelo elaborado pelo IPEM-SP, em conformidade com a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE), servindo como referência obrigatória para garantir a padronização e a segurança jurídica.

Parágrafo Único. O modelo de contrato da PGE poderá ser adaptado em casos específicos, desde que as adaptações sejam devidamente justificadas e previamente aprovadas pela área jurídica do IPEM-SP e pelo departamento de inovação do IPEM-SP.

Art. 6º - O contratante deverá, quando solicitado, fornecer ao IPEM-SP as seguintes informações e documentos para viabilizar a análise preliminar e a elaboração do Orçamento e minuta de Contrato:

I. Descrição do Serviço Desejado: Informações detalhadas sobre o serviço técnico especializado solicitado, incluindo objetivos, requisitos técnicos e especificações metodológicas, quando aplicável.

II. Escopo e Finalidade do Serviço: Justificativa sobre a contribuição do serviço para o projeto ou atividade em curso, especificando sua aplicação em pesquisa, desenvolvimento de produtos, certificações ou outras finalidades.

III. Demanda Técnica e Complexidade: Dados que indiquem a complexidade técnica do serviço, incluindo a necessidade de desenvolvimento de metodologias, aquisição de equipamentos específicos ou aplicação de conhecimentos especializados.

IV. Documentação Complementar: Outros documentos que possam ser solicitados pelo IPEM-SP para subsidiar a análise e a elaboração do Orçamento e Contrato.

Art. 7º - Com base na documentação e informações fornecidas pelo contratante, o IPEM-SP elaborará o Termo de Referência, de acordo com o modelo disponibilizado pela PGE-SP, contendo:

I. O detalhamento das obrigações e responsabilidades das partes;

II. A descrição das fases de execução do serviço;

III. O orçamento completo, incluindo a estimativa de custos e eventuais taxas aplicáveis.

Parágrafo Único. O Termo de Referência deverá ser submetido à aprovação das partes antes da formalização do contrato, garantindo a concordância com os termos e condições estabelecidos.

Art. 8º - O IPEM-SP realizará as atividades contratadas em conformidade com a legislação vigente, observando os princípios de inovação e pesquisa científica e tecnológica, conforme especificado no Termo de Referência.

Parágrafo Único. A subcontratação de profissionais, instituições ou empresas com competência reconhecida para a execução de atividades técnicas específicas será permitida, conforme previsto no Termo de Referência. A coordenação e a responsabilidade pela execução dessas atividades, nos termos deste contrato, serão de competência do IPEM-SP e/ou da Fundação de Apoio, quando aplicável.

Art. 9º - Os pesquisadores, funcionário ou empregados públicos e demais membros da equipe envolvidos na execução dos serviços técnicos especializados manterão suas vinculações trabalhistas e funcionais originais, devendo observar as normas internas das partes enquanto atuarem nas instalações e sob a coordenação do IPEM-SP ou de terceiros contratados.

§ 1º - O servidor, funcionário ou empregado público envolvido na prestação de serviço técnico especializado poderá receber retribuição pecuniária, conforme regra estabelecida em Portaria IPEM-SP específica.

Art. 10 - A coordenação técnica dos serviços técnicos especializados será de responsabilidade do pesquisador, funcionário ou empregado público indicado pelo IPEM-SP, conforme especificado no preâmbulo do contrato, sendo ele designado como anuente do contrato.

§ 1º - A substituição do pesquisador, funcionário ou empregado público responsável poderá ocorrer mediante comunicação prévia e por escrito, sem necessidade de termo aditivo.

§ 2º - Compete ao pesquisador, funcionário ou empregado público responsável:

I. Coordenar a execução técnica das atividades;

II. Resolver questões técnicas que surgirem durante a execução do contrato;

III. Solicitar, com a prévia anuência do IPEM-SP, à Fundação de Apoio, a aquisição de equipamentos, materiais de laboratório e contratações de terceiros, conforme previsto no Termo de Referência.

§ 3º - O papel do pesquisador, funcionário ou empregado público responsável é técnico e distinto das atribuições administrativas do gestor do contrato, que visa ao acompanhamento formal da execução contratual. A designação do funcionário ou empregado público como anuente do contrato segue a regulamentação vigente no Estado de São Paulo.

Art. 11 - Em casos de impossibilidade técnica ou científica de cumprimento de qualquer fase descrita no Termo de Referência, o IPEM-SP deverá notificar o contratante por escrito, apresentando as devidas justificativas.

§ 1º - A prestação de serviço poderá ser suspensa até que as partes cheguem a um acordo sobre os ajustes necessários, adequações ou, se for o caso, sobre a extinção do contrato.

§ 2º - No caso de extinção de contrato, os valores sobressalentes, não utilizados na prestação de serviço, poderão ser devolvidos, nos termos do sistema de pagamento do Estado de São Paulo.

Art. 12 - Os Diretores de Departamento, responsáveis pela execução do serviço técnico especializado contratado, deverão garantir a aplicação dos critérios de cobrança estabelecidos, respeitando os princípios legais, e a conformidade com as disposições desta Portaria.

Art. 13 - A Auditoria Interna (AUD) realizará auditorias periódicas com o objetivo de avaliar a efetividade, transparência e conformidade dos contratos celebrados pelo IPEM-SP.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - A formalização da contratação do serviço técnico especializado poderá ser delegada pelo Superintendente do IPEM/SP, para acelerar a aprovação, considerando seu caráter repetitivo e de rápida execução.

Art. 15 - A captação, a gestão e a aplicação das receitas próprias da ICT do IPEM-SP, poderão ser delegadas a fundação de apoio, quando previsto em contrato ou convênio, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação.

Art. 16 - Os contratos de prestação de serviços técnicos especializados em que o IPEM-SP é contratado por particulares regem-se, primariamente, pelo disposto na Lei de Inovação nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, após, uma vez reconhecida a inadequação da Lei de Licitações para reger, ainda que como fonte supletiva e subsidiária, tais ajustes, as omissões e lacunas deixadas pelo Marco Legal de CT&I devem ser sanadas pelo direito privado comum.

Art. 17 - Casos omissos ou situações excepcionais serão analisados e decididos pelo Diretor do Departamento responsável pelo Serviço Técnico Especializado realizado e pela Superintendência do IPEM-SP.

Parágrafo Único. As decisões deverão assegurar o alinhamento com a Lei de Inovação, o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e com a política de inovação do IPEM-SP.

Art. 18 - Os contratos serão publicados em Diário Oficial do Estado, conforme Decreto nº 67.717, de 25/05/2023.

Art. 19 - Na aplicação desta Portaria, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade e da transparência.

Art. 20 - Nos casos em que houver acordos ou parcerias entre o IPEM/SP e instituições públicas ou privadas, poderão ser atribuídos descontos incidentes sobre o orçamento, conforme critérios estabelecidos pelo órgão competente.

Art. 21 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, na data da assinatura digital.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

Superintendente

FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

COMUNICADO EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO - PE Nº 90050/2025 , DE 23 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
NOTA DE EMPENHO: 2025NE02348 - DATA: 17/06/2025
PROCESSO: SEI 161.00061915/2025-60
PREGÃO ELETRÔNICO SDE nº 90050/2025
PARECER JURÍDICO GTAJ nº 320/2025, de 08/05/2025
OBJETO: Aquisição de materiais de acondicionamento e embalagem para o segundo quadrimestre de 2025
CONTRATANTE: Fundação CASA-SP
CONTRATADO:BR VALE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI – CNPJ 35638331000136
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 33903016 / 14122172959040000
VALOR: R$ 684,25
EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
NOTA DE EMPENHO: 2025NE02349 - DATA: 17/06/2025
PROCESSO: SEI 161.00061915/2025-60
PREGÃO ELETRÔNICO SDE nº 90050/2025
PARECER JURÍDICO GTAJ nº 320/2025, de 08/05/2025
OBJETO: Aquisição de materiais de acondicionamento e embalagem para o segundo quadrimestre de 2025
CONTRATANTE: Fundação CASA-SP
CONTRATADO:CASA CLEAN COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA– CNPJ 54633480000157
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 33903016 / 14122172959040000
VALOR: R$ 2.020,00

COMUNICADO EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO PE Nº 90069/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
NOTA DE EMPENHO: 2025NE02351 - DATA: 17/06/2025
PROCESSO: SEI 161.00061141/2025-77
PREGÃO ELETRÔNICO SDE nº 90069/2025
PARECER JURÍDICO GTAJ nº 0332/2025, de 09/05/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (AÇÚCAR E CAFÉ) PARA O SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2025
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CASA-SP
CONTRATADO:59.138.940 ALEX ROGERIO NOGUEIRA – CNPJ 59.138.940/0001-94
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:33903010 / 14122172959040000
VALOR: R$ 11.920,00
EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO
NOTA DE EMPENHO: 2025NE02352 - DATA: 17/06/2025
PROCESSO: SEI 161.00061141/2025-77
PREGÃO ELETRÔNICO SDE nº 90069/2025
PARECER JURÍDICO GTAJ nº 0332/2025, de 09/05/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (AÇÚCAR E CAFÉ) PARA O SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2025
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CASA-SP
CONTRATADO:OLIFRUTY PRODUTOS E SERVICOS LTDA – CNPJ 33.308.501/0001-99
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO:33903010 / 14122172959040000
VALOR: R$ 3.052,00

DESPACHO DA CHEFE DE GABINETE, DE 12 DE JUNHO DE 2025

Nº do Processo: 161.00305260/2024-66
Interessado: CASA Marília
Assunto: Doação de patrimônio - Ar Condicionado - Emerson Douglas Rodrigues
Nos termos do § 1º, do Artigo 1º, da Portaria Normativa nº 386/2022, AUTORIZO a doação, bem como o recebimento de 01 (um) Aparelho de ar condicionado 12.000 Btu's tipo Split LG, no valor de R$ 2.582,10 (dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e dez centavos) doado pelo Senhor Emerson Douglas Rodrigues, CPF nº 141.331.848-74, para o CASA Marília - Divisão Regional Interior DR4.

Anexo(s):
Despacho.pdf

DESPACHO DA CHEFE DE GABINETE, DE 12 DE JUNHO DE 2025

Nº do Processo: 161.00135828/2025-56
Interessado: CASA Araçatuba
Assunto: Doação de Bem Móvel
Nos termos do § 1º, do Artigo 1º, da Portaria Normativa nº 386/2022, AUTORIZO a doação, bem como o recebimento de 02 (duas) poltronas de plástico brancas, no valor unitário de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) totalizando R$ 110,00 (cento e dez reais) doadas pelo Senhor Luis Fernando Doná de Sousa, CPF nº 227.102.758-64, para o CASA Araçatuba - Divisão Regional Interior DR4.

Anexo(s):
Despacho.pdf

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

GABINETE DA SECRETÁRIA

DELIBERAÇÃO CRH Nº 297, DE 23 DE ABRIL DE 2025

Aprova a Autoavaliação do Estado referente ao alcance das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual, referentes ao 5º período de certificação (2024) do 2º ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas — PROGESTÃO e Autodeclaração das metas de investimentos.

O **Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH**, no uso de suas atribuições, e considerando o exposto nos autos do processo SEI sob nº 020.00001929/2023-86, Nota Técnica CRHi nº 13/2025 (SEI 0061891210).

Delibera:

Artigo 1º - Ficam aprovados o Anexo I (Autoavaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual, protocolo SEI nº 0061899980 – Processo SEI nº 020.00001929/2023-86), Anexo II (Autodeclaração das metas de investimentos, protocolo SEI nº 0061900353 - Processo SEI nº 020.00001929/2023-86) relativos ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas — PROGESTÃO para o 5º período de certificação, referente ao ano de 2024, acessados na aba Progestão do seguinte endereço eletrônico: SigRH.

Artigo 2º- Os documentos citados no artigo 1º são anexos a esta Deliberação e estão disponíveis em SigRH.

Artigo 3º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

NATÁLIA RESENDE ANDRADE ÁVILA
Secretária de Estado
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

RESOLUÇÃO SEMIL Nº 025, DE 22 DE JUNHO DE 2025

Altera a Resolução SEMIL nº 021, de 13 de abril de 2025, que dispõe sobre as
designações dos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A **SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, no uso das atribuições legais de que trata o artigo 4º do Decreto nº 64.636, de 04 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Artigo 1º - A Resolução SEMIL nº 021, de 13 de abril de 2025, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Artigo 1º -.....

.....

II– representantes do Municípios:

.....

k) pelo Décimo Primeiro Grupo - Sorocaba/Médio Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiaí: **Gustavo Martinelli**, R.G. nº 40.552.663-5, Prefeito Municipal de Jundiaí, como titular e....."(NR)

III – representantes da Sociedade Civil:

.....

f) pelos usuários de recursos hídricos para abastecimento público: **André Luis Gois Rodrigues**, R.G. n.º 22.402.381-0 e....."(NR);

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, na data da assinatura digital.

NATALIA RESENDE ANDRADE ÁVILA
Secretária de Estado

TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE IMÓVEIS, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Pelo presente termo e na melhor forma de direito, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, doravante denominada simplesmente **SEMIL**, neste ato representada por sua Secretária, **NATÁLIA RESENDE ANDRADE ÁVILA**, portadora do RG nº 4XXX.XXX e inscrita no CPF nº XXX.XXX.641-XX, vem por meio deste dispor o seguinte:

1. Fica autorizado o uso do espaço delimitado no mapa localização e área do imóvel (SEI nº 0055308949) do processo SEI nº 256.00000450/2024-40, denominado "galpão", correspondente a 849,60 m² de área construída e 3.273,86 de entorno do imóvel, localizado na Avenida Zachi Narchi nº 1.207, inserido no interior do Parque da Juventude, que conta com área total aproximada de 214.017,87m², localizado na Avenida Cruzeiro do Sul nº 2630, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02029-001, pela Fundação Manoel Pedro Pimentel, doravante denominada simplesmente **FUNAP**, neste ato representada por seu Diretor Executivo, **MAURO LOPES DOS SANTOS**, portador do RG nº 16.XXX.XXX-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-35.

2. O uso do espaço acima identificado se dá por prazo determinado por 20 (vinte) anos e se destina aos trabalhos da FUNAP, com o objetivo de promover a instalação de almoxarifado e estoque para armazenamento de produtos, como: mobiliário em geral, confecção, materiais didáticos, materiais de limpeza, material de escritório e arquivo inativo de documentos e processos, bem como de realizar atividades de reintegração social de custodiados por meio de trabalhos e estudos.

3. Caberá à **FUNAP** promover, às suas expensas, as reformas e adequações necessárias no espaço identificado no item 1, que se incorporam ao imóvel sem qualquer direito de retenção ou levantamento.

4. Será de inteira responsabilidade da **FUNAP** a reparação de danos ou prejuízos que causar ao imóvel acima especificado, a manutenção necessária para sua perfeita conservação, inclusive limpeza, bem como as penalidades e multas incidentes sobre parte do imóvel ocupado, principalmente decorrentes do seu uso ou das atividades nele desenvolvidas.

5. O pagamento das despesas de consumo é de responsabilidade do Estado de São Paulo, por intermédio da **SEMIL**. Não obstante, à **FUNAP** compete o pagamento proporcional à área ocupada do espaço delimitado no mapa localização e área do imóvel, denominado "galpão", das despesas de consumo de energia elétrica, gás, água, telefone e similares, quando não individualizadas.

6. A violação, pela **FUNAP**, de quaisquer cláusulas ou condições aqui estabelecidas, devidamente apuradas e caracterizadas, acarretará a revogação automática e de pleno direito do presente termo, independentemente de notificação, obrigando-o a desocupar imediatamente o espaço identificado no item 1, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da cobrança de eventuais importâncias devidas.

7. A **FUNAP** adere e aceita todas as condições acima.

São Paulo, na data da assinatura digital.

NATÁLIA RESENDE ANDRADE ÁVILA
Secretária de Estado
MAURO LOPES DOS SANTOS
Diretor Executivo

CHEFIA DE GABINETE

APOSTILA, DE 18 DE JUNHO DE 2025

APOSTILAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 7/2020/FPBRN

No uso das atribuições previstas no artigo 45, inciso IX, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 69.376, de 26 de fevereiro de 2025, bem como nos termos do artigo 65, § 8º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e do artigo 62, § 8º, da Lei estadual 6.544, de 22 de novembro de 1989, **AUTORIZO** o reajuste de preços referente às diárias no valor de 07 (sete) UFESP, para exercício da função de motorista e manobrista de veículos oficiais da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, conforme Comunicado Dicar-88, de 17/12/2024 (SEI nº 0054919802) e de acordo com a planilha de reajuste 2025 UFESP (SEI nº 0054920259) do Processo SEI nº 020.00011441/2023-67.

AUTORIZO também a realização da despesa estimada em R$ 3.606,85, necessária para suprir as parcelas mensais reajustadas.

PORTARIA SGC, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato nº DH-202/2022, firmado em 10/10/2022 com a empresa MJA Serviços Navais LTDA.

O **Subsecretário de Gestão Corporativa**, no uso das competências conferidas pelo artigo 14, inciso VI, do Anexo I do Decreto nº 69.376, de 26/2/2025, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei federal nº 8.666, de 21/6/1993, e no artigo 10 do Decreto nº 42.857, de 11/2/1998, resolve:

Artigo 1º - Designar os servidores **Andréa Botão Buriti**, portadora do RG nº 22.463.471-9 e CPF nº 097.930.338-94, como fiscal e **Renan Augusto de Queiroz e Barbosa**, portador do RG nº 38.296.141-9 e CPF nº 236.018.378-89, como suplente, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº DH-202/2022, firmado em 10/10/2022 com a empresa MJA Serviços Navais LTDA, para prestação de serviços de locação, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, de 01 (uma) embarcação tipo ferry-boat para transporte de automóveis, motocicletas, bicicletas e passageiros, e 01 (uma) lancha para transporte de passageiros, nas travessias litorâneas de Cananéia-Ilha Comprida e Cananéia-Ariri (Litoral Sul) sob jurisdição da Subsecretaria de Logística e Transportes.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 1º/6/2025.

(SEI nº 020.00009123/2023-36)

PORTARIA SGC, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 9/2024/DH, firmado em 29/5/2024 com a empresa Systra Engenharia e Consultoria LTDA.

O **Subsecretário de Gestão Corporativa**, no uso das competências conferidas pelo artigo 14, inciso VI, do Anexo I do Decreto nº 69.376, de 26/2/2025, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei federal nº 8.666, de 21/6/1993, e no artigo 10 do Decreto nº 42.857, de 11/2/1998, resolve:

Artigo 1º - Designar os servidores **Juciara Luvisi Machado**, portadora do RG nº 26.783.312-X e CPF nº 221.608.358-5, como fiscal, **Mykaelle de Sousa Pereira**, portadora do RG nº 53.689.427-9 e CPF nº 451.260.938-51, como fiscal administrativo e **Valdecir Ribeiro da Silva**, portador do RG nº 11.735.471-5 e CPF nº 101.979.098-92, como suplente, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 09/2024/DH, firmado em 29/05/2024 com a empresa Systra Engenharia e Consultoria LTDA., para a prestação de serviços de apoio técnico para verificação de peso e dimensões de caminhões – balança nas Travessias Litorâneas.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 1º/6/2025.

(SEI nº 020.00003548/2024-12)

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

DEPARTAMENTO DE GESTÃO REGIONAL

CENTRO TÉCNICO REGIONAL I - CAMPINAS

COMUNICADO Nº 139 - DVTR1, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental - Campinas, DPFA-CFGP-DvTR-1, da Subsecretaria de Meio Ambiente, da SEMIL - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, localizada na Av. Brasil, n° 2340 - Prédio 1 - 2°andar - Jd. Chapadão - Campinas/SP, Tel.: (19)3790-3740, faz publicar notificações sobre diversos assuntos devido à impossibilidade de as mesmas serem enviadas pelo Correio. Para qualquer outro esclarecimento, solicitar em nosso endereço eletrônico (e-mail): cfb.campinas@sp.gov.br.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20200206010605-1
PROC. DIGITAL: SIMA.007573/2020-02
AUTUADO: ALEX NUNES DO AMARAL
CPF/CNPJ: 259.908.818-60
RG: 25687975
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: IPEUNA
NOTIFICAÇÃO: Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa **é de R$10.000,00 (dez mil reais),** conforme decisão registrada em Ata da referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação anexa. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20200216009731-1
PROC. DIGITAL: SIMA.008402/2020-02
AUTUADO: Angelo Aparecido Vieira
CPF/CNPJ: 039.950.528-86
RG: 15751624
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: PIRACICABA

NOTIFICAÇÃO: Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa **é de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais),** conforme decisão registrada em Atada referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação anexa. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20200131007479-1
PROC. DIGITAL: SIMA.008473/2020-91
AUTUADO: RODOLFO OMETTO ROLIM
CPF/CNPJ: 275.090.388-20
RG: 17571513
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: IRACEMAPOLIS

NOTIFICAÇÃO: Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa **é de R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais),** conforme decisão registrada em Atada referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação anexa. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20200301021030-1
PROC. DIGITAL: SIMA.011043/2020-68
AUTUADO: GUILHERME AUGUSTO DE MACEDO SILVA PREVATO
CPF/CNPJ: 400.899.968-01
RG: 41848234
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: PIRASSUNUNGA

NOTIFICAÇÃO: Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa **é de R$ 3.264,00 (três mil e duzentos e sessenta e quatro reais),** conforme decisão registrada em Ata da referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação anexa. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20200228010116-1
PROC. DIGITAL: SIMA.012144/2020-80
AUTUADO: EDSON BENTO DE MORAIS
CPF/CNPJ: 087.454.368-19
RG: 19547198
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SOCORRO

NOTIFICAÇÃO: Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da **multa é de R$ 1.000,00 (mil reais),** conforme decisão registrada em Ata da referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação anexa. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20210906010686-1
PROC. DIGITAL: SIMA.047227/2021-35
AUTUADO: MARIA APARECIDA SILVA
CPF/CNPJ: 065.995.398-66
RG: 26817185
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: PIRASSUNUNGA

NOTIFICAÇÃO: Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n°0000058006, firmado em25/10/2021, **não foi cumprido**, haja vista não ter sido apresentado a documentação que comprove a regularização da Infração Ambiental junto ao órgão responsável, conforme acordado no TCRA.O prazo para apresentação da referida regularização já expirou, logo, faz-se necessária a apresentação da documentação acima referida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento desta notificação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é:http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/.Caso a solicitação de regularização junto ao órgão ambiental tenha sido indeferida, ou caso não haja mais o interesse de proceder com a regularização junto ao órgão competente, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento desta notificação , para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20240423008008-1
PROC. DIGITAL: SEMIL.012149/2025-09
AUTUADO: DOUGLAS PEÇANHA JUNIOR
CPF/CNPJ: 320.791.088-24
RG: 32998957
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: BRAGANÇA PAULISTA

NOTIFICAÇÃO: Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa **é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais),** conforme decisão registrada em Ata da referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação anexa. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20191017006348-1
PROC. DIGITAL: SIMA.017750/2019-68
AUTUADO: LEANDRO NEVES GOMES A/C.: ANDERSON MACIEL DE GOIS
CPF/CNPJ: 29246902858
RG: 331042149
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: JARINU

NOTIFICAÇÃO: Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n° 0000055546, firmado em13/10/2021, **não foi cumprido**, haja vista o processo de licenciamento aberto ter sido ARQUIVADO pelo órgão licenciador sem a emissão da autorização, conforme acordado no TCRA. Sendo assim, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto a este DvTTR1 Campinas, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento desta notificação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20221014003694-2
PROC. DIGITAL: SIMA.078754/2022-02
AUTUADO: VLADIMIR APARECIDO BUORO
CPF/CNPJ: 017.344.648-52
RG: 13644917
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SANTA GERTRUDES

NOTIFICAÇÃO: comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa **é de R$ 24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais),** conforme decisão registrada em Ata da referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na guia de arrecadação anexa. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20220708009496-1
PROC. DIGITAL: SIMA.058323/2022-13
AUTUADO: WAGNER LUIS NUNES
CPF/CNPJ: 139.371.558-30
RG: 23826848
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: RIO CLARO

NOTIFICAÇÃO: Em análise do documento datado de 09/09/2022, verificamos que o senhor desistiu do processo de regularização do corte dos exemplares isolados junto à Prefeitura. Desta forma, é necessário firmar um novo Termo de Compromisso de Regularização Ambiental (TCRA) no qual seja compromissada realização de um plantio de 135 mudas de espécies nativas, sendo que ao menos 9 (nove) devem ser plantadas no exato local onde foram realizados os cortes e as demais em área a ser indicada pelo autuado, preferencialmente em APP. Desta forma, concede-se um prazo de 30 dias para que seja agendado atendimento técnico pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br para que seja firmado o novo TCRA com o objetivo de reparar o dano no exato local em que ele ocorreu. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20220716014921-1
PROC. DIGITAL: SIMA.053294/2022-79
AUTUADO: JOSE DE LIMA FILHO
CPF/CNPJ: 048.219.228-35
RG: 879196
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: PIRACICABA

NOTIFICAÇÃO: comunica-se que após análise do documento protocolado em 19/02/2025, constatou-se que a CETESB informou que não há necessidade de emissão e autorização para intervenção em APP, com base na Resolução Conjunta SAA SIMA 04/2022. Ainda de acordo com esta resolução, Art. 5º, a dispensa de autorização está condicionada à demarcação pelo proprietário da área dê preservação permanente do reservatório a ser criado, qualquer que seja sua dimensão, no Cadastro Ambiental Rural do imóvel rural, devendo essa área de preservação permanente ter largura idêntica à do curso d'água a ser represado. Ainda, consta que a recomposição da vegetação desta APP deve ocorrer no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Desta forma, faz-se necessário que seja firmado um novo TCRA, no qual seja compromissado:1. Apresentação de comprovante de cadastro/outorga obtido junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo– DAEE, visando a regularização do reservatório objeto da autuação e 2. Apresentação de comprovante da inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural – CAR, contendo o cadastro do reservatório objeto da autuação, com a indicação da APP correspondente, quando cabível, ambos em 90 dias;3. Apresentação do CAR contendo as informações indicadas acima, devidamente homologado pela SAA no prazo de 1 ano.4. Nos termos do artigo 7º da Resolução Conjunta SAA/SIMA nº 004/2022, o proprietário deverá encaminhar à SAA os documentos emitidos relativos ao barramento efetuado, sejam eles cadastro ou outorga emitidos pelo DAEE, autorização e Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental TCRA, cabendo à SAA verificar o atendimento às exigências dessa Resolução no momento da homologação do CAR da propriedade. Assim, fica concedido um prazo de 30 dias para que seja agendado atendimento técnico pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br para que seja firmado novo TCRA com as medidas acima descritas. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20210506010945-2
PROC. DIGITAL: SIMA.025446/2021-80
AUTUADO: PAULO LEITE DE LIMA
CPF/CNPJ: 022.468.188-50
RG: 15655845
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: PIRASSUNUNGA

NOTIFICAÇÃO: comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa **é de R$ 27.810,00 (vinte e sete mil oitocentos e dez reais)** e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação anexa. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento desta notificação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20180712008991-3
PROC. DIGITAL: SMA.017133/2018-23
AUTUADO: CLARO DE ALMEIDA ROSÁRIO
CPF/CNPJ:349.784.248-60
RG: 30299181
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: NAZARÉ PAULISTA

NOTIFICAÇÃO: comunica-se que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o dano ambiental não foi reparado. Sendo assim, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento desta notificação, para que se comprove a reparação do dano. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para a cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

PROC. DIGITAL: SIMA.038631/2020-02
INTERESSADO: ROBERTO BERTI
CPF/CNPJ: 718.440.828-49
RG: 7255489
MUNICÍPIO: MOCOCANOTIFICAÇÃO: Informamos que até o momento não foi apresentado o Protocolo de Monitoramento previsto no artigo 16 da Resolução SMA nº 32 de 2014referente ao projeto cadastrado no Sistema de Apoio à Restauração Ecológica. Monitoramento de projeto de restauração deve ser elaborado de acordo com a Portaria CBRN nº 1 de 2015, disponível na página a seguir: https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2016/12/2015_1_15_Procotolo_monitoramento_restauracao_vfinal.pdf . Portanto, faz-se necessário que seja incluído o 1º monitoramento no projeto SARE em referência, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo o monitoramento ser elaborado atendendo à Portaria CBRN 01/2015e devendo ser adequadamente inserido o arquivo KML da localização das parcelas na aba "monitoramento" do SARE. Solicita-se também informar por e-mail quando o monitoramento for incluído no sistema.

CENTRO TÉCNICO REGIONAL III - SANTOS

COMUNICADO Nº 01 CTR3, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental de Santos - DvTR-3, da Coordenadoria de Fiscalização e Gestão Processual - CFGP, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, faz publicar o Auto de Infração Ambiental abaixo, cujo autuado não recebeu NOTIFICAÇÃO via correios, para que o mesmo seja cientificado pela presente publicação.

Auto de Infração Ambiental - AIA nº 000000048376/ 2004
Autuado (a): JOSE DE ASSIS DE SOUZA
CPF n ° 097.939.488-09

Informamos que o recurso em 1ª Instância, impetrado contra o Auto de Infração Ambiental acima referido foi julgado improcedente, deliberando-se pela manutenção da multa.

O valor multa é de R$ 715,55 (Setecentos e Quinze Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) e deverá ser pago em qualquer Agência Banco do Brasil, no prazo que consta da Guia de Arrecadação que deverá ser retirada na Unidade DvTR-3, sita à Av. Rei Pelé, nº 192, Ponta da Praia - Santos/SP, telefone (13) 3269-1200, e-mail: cfb.santos@sp.gov.br, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação.

O prazo para interposição de recurso em 2º Instância é de 20 (vinte) dias, contados a partir da data desta publicação, podendo ser protocolizado em qualquer unidade da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo ou nas Unidades da CFGP.

Caso não seja efetuado o pagamento da multa, no prazo definido na Guia de Arrecadação e, adotadas as providências citadas acima, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição na dívida ativa e cobrança judicial do débito.

CENTRO TÉCNICO REGIONAL IV - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

COMUNICADO Nº 01, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental 4 - São José do Rio Preto, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, faz publicar a relação dos Autos de Infração Ambiental em que o recurso interposto contra a decisão administrativa foi analisado, cujos autuados não foram localizados para a entrega da notificação.

Na esfera administrativa não é mais possível à interposição de novo recurso, razão pela qual, caso não seja efetuado o pagamento da multa, o débito será incluído no Sistema da Dívida Ativa, para cobrança junto a Procuradoria Geral do Estado.

A motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1° da Lei Estadual n° 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental 4 - São José do Rio Preto

Av. América, 544 – Vila Diniz – São José do Rio Preto - SP – CEP 15013-310 – Telefone (17) 3214-4760.

E-mail: cfb.sjriopreto@sp.gov.br

Em caso de dúvidas ou necessidade de comparecimento, entrar em contato preferencialmente por e-mail.

Auto de Infração Ambiental n°: 262122/2011

Número Processo e.Ambiente:

Autuado: Fazenda Paraíso – Francisco de Assis Livolis Blanco

CNPJ: 07.935.394/0008-95

Município da infração: Paulo de Faria - SP

Valor da Multa: R$ 43.410,00 (quarenta e três mil quatrocentos e dez reais)

Resultado: Manutenção do Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos.

COMUNICADO Nº 02, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental 4 - São José do Rio Preto, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, faz publicar a relação dos Autos de Infração Ambiental em que o recurso interposto contra a decisão administrativa foi analisado, cujos autuados não foram localizados para a entrega da notificação.

Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental 4 - São José do Rio Preto

Av. América, 544 – Vila Diniz – São José do Rio Preto - SP – CEP 15013-310 – Telefone (17) 3214-4760.

E-mail: cfb.sjriopreto@sp.gov.br

Em caso de dúvidas ou necessidade de comparecimento, entrar em contato preferencialmente por e-mail.

Auto de Infração Ambiental n°: 47263/2005

Número Processo e.Ambiente:

Autuado: Nidoval da Silveira

CPF: 181.014.558-92

Município da infração: Guaraci - SP

Resultado: Cancelamento do Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Havendo bens apreendidos que se encontram em depósito com o autuado, considera-se cancelada a condição de depósito e o bem devolvido. Caso os bens apreendidos estejam armazenados sob a guarda do Estado, o autuado deverá agendar atendimento na unidade da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB responsável, por meio do telefone e/ou do e-mail definido abaixo, ou diretamente na Unidade da Polícia Ambiental responsável, em um prazo de 30 dias a contar da data do recebimento desta notificação, visando obter as orientações para a retirada dos bens.

Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98.

COMUNICADO Nº 08, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADOS

O Centro Técnico Regional de São José do Rio Preto (CTR IV) da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, faz publicar a relação dos Autos de Infração Ambiental, cujos autuados não foram localizados pelo correio para a entrega da notificação.

Centro Técnico Regional IV - São José do Rio Preto

Av. América, 544 – Vila Diniz – São José do Rio Preto-SP – CEP 15013-310 – Telefone (17) 3214-4760.

E-mail: cfb.sjriopreto@sp.gov.br

Em caso de dúvidas ou necessidade de comparecimento, entrar em contato preferencialmente por e-mail.

Auto de Infração Ambiental n°: 20250328011686-2

Número Processo E.Ambiente: SEMIL.010033/2025-54

Autuado: LEANDRO NUNES DA SILVA

CPF: 124.360.556-10

Município da infração: ICÉM – SP

Atendimento Ambiental: Ponto 28 - São José do Rio Preto SP - Av. Gov. Adhemar Pereira de Barros, nº 2100 - vila Diniz. - 15013-250

COMPARECIMENTO AGENDADO PARA 17 DE JULHO DE 2025, ÀS 16 HORAS

CENTRO TÉCNICO REGIONAL VI - BAURU

COMUNICADO Nº 58/DVTR6, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização de Bauru (DvTR-6), da Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), faz publicar o Auto de Infração Ambiental 20240917010506-1, autuado JOSE DINALLI POLITA , CPF:444.459.468-34 , comunicando quê:

diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R$ 9.000,00 e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação

a ser retirada no prazo de trinta dias nesta DVTR6 Bauru. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da DvTR6 Bauru, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento desta notificação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria-Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

COMUNICADO

A Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização de Bauru (DvTR-6), da Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), faz publicar o Auto de Infração Ambiental 20240812007191-1, autuada

IVONE DOS SANTOS, CPF:110.639.828-98, comunicando quê:

a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa é de R$ 12.750,00, conforme decisão registrada em Ata da referida sessão de atendimento, e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação

a ser retirada no prazo de trinta dias nesta DVTR6 Bauru.. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria-Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

CENTRO TÉCNICO REGIONAL IX - RIBEIRÃO PRETO

COMUNICADO Nº 003/2025 DVTR9, DE 23 DE JUNHO DE 2025

A Divisão Técnica Regional de Ribeirão Preto (DvTR 9) da Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental (DPFA) da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) faz publicar a relação das notificações cujos autuados não foram localizados para entrega via Correios e/ou pela Polícia Militar Ambiental (PAmb). A Divisão Técnica Regional de Ribeirão Preto está localizada na Avenida Presidente Castelo Branco, 2100, Nova Ribeirânia – Ribeirão Preto/SP.

Auto de Infração Ambiental: 20250408010238-1

Autuado(a): MILTON FERREIRA DA SILVA NETO

CPF/CNPJ: 214.892.218-16

NOTIFICAMOS Vossa senhoria que foi agendado o "Atendimento Ambiental" referente ao AIA supracitado no dia 31/07/2025 às 09:00 horas. Portanto, nos termos do artigo 8º de 64.456 de 10 de Setembro de 2019, Vossa Senhoria deverá se apresentar na data agendada para o Atendimento, que será realizado no seguinte endereço: Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4511 Vila Imperador, cidade Franca, munido(a) de cópia de comprovante de renda, cópia do CPF/cartão de CNPJ, RG, cópia do comprovante de endereço e demais documentos que julgar necessários. Caso encaminhe procurador(a), este(a) deverá postar, além das cópias dos documentos referidos, procuração assinada. Eventualmente havendo dúvidas, entrar em contato através do telefone (16)2103-6350.

Auto de Infração Ambiental: 20250408010238-2

Autuado(a): MILTON FERREIRA DA SILVA NETO

CPF/CNPJ: 214.892.218-16

NOTIFICAMOS Vossa senhoria que foi agendado o "Atendimento Ambiental" referente ao AIA supracitado no dia 31/07/2025 às 10:00 horas. Portanto, nos termos do artigo 8º de 64.456 de 10 de Setembro de 2019, Vossa Senhoria deverá se apresentar na data agendada para o Atendimento, que será realizado no seguinte endereço: Av. Dr. Flávio Rocha, nº 4511 Vila Imperador, cidade Franca, munido(a) de cópia de comprovante de renda, cópia do CPF/cartão de CNPJ, RG, cópia do comprovante de endereço e demais documentos que julgar necessários. Caso encaminhe procurador(a), este(a) deverá postar, além das cópias dos documentos referidos, procuração assinada. Eventualmente havendo dúvidas, entrar em contato através do telefone (16)2103-6350.

Auto de Infração Ambiental n°: 20200531018310-1

Autuado: JOÃO CARLOS DA SILVA

CPF: 045.445.858-48

Município da infração: Restinga

Motivo de publicação: NOTIFICAÇÃO DvTR-9 nº 417/2025

Comunica-se que a documentação interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se preliminarmente pela necessidade de prestação de informações complementares pela Polícia Militar Ambiental, a qual se manifestou e o documento produzido (Termo de Vistoria Ambiental nº 31012025006847 emitido em 11/03/2025 pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo) foi juntado ao processo administrativo e está à disposição para análise e manifestação. O prazo para manifestação no processo administrativo é de 7 (sete) dias, contados a partir desta publicação, conforme §3º do art. 16 do Decreto Estadual 64456/2019. Essa manifestação deverá ser protocolada através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/.Transcorrido o prazo para manifestação a Comissão de Julgamento finalizará a análise e emitirá sua decisão. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Auto de Infração Ambiental nº.: 20240308010990-1

Autuado: TIAGO CARVALHO DE LIMA

RG/CPF/CNPJ: 339.120.288-26

Município da Infração: SERTÃOZINHO

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 016/2025

Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n° 0000048015, firmado em 05/06/2024, não foi cumprido, haja vista não ter sido apresentado a documentação que comprove a regularização da Infração Ambiental junto ao órgão responsável, conforme acordado no TCRA. O prazo para apresentação da referida regularização já expirou, logo, faz-se necessária a apresentação da documentação acima referida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/. Caso a solicitação de regularização junto ao órgão ambiental tenha sido indeferida, ou caso não haja mais o interesse de proceder com a regularização junto ao órgão competente, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da DvTR-9 por Telefone: (16) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20240228009782-2

Autuado: WILLIAM PEREIRA DOS SANTOS

RG/CPF/CNPJ: 225.542.938-13

Município da Infração: MORRO AGUDO

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 019/2025

Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n° 0000028459, firmado em 05/04/2024, não foi cumprido, haja vista não ter sido apresentado a documentação que comprove a regularização da Infração Ambiental junto ao órgão responsável, conforme acordado no TCRA. O prazo para apresentação da referida regularização já expirou, logo, faz-se necessária a apresentação da documentação acima referida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/. Caso a solicitação de regularização junto ao órgão ambiental tenha sido indeferida, ou caso não haja mais o interesse de proceder com a regularização junto ao órgão competente, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da DvTR-9 por Telefone: (16) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20230412012703-1

Autuado: JADER ANTONIO NUNES DOS SANTOS

RG/CPF/CNPJ: 356.643.508-22

Município da Infração: ITIRAPUÃ

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 023/202

Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n° 0000026355, firmado em 14/04/2023, não foi cumprido, haja vista não ter sido apresentado a documentação que comprove a regularização da Infração Ambiental junto ao órgão responsável, conforme acordado no TCRA. O prazo para apresentação da referida regularização já expirou, logo, faz-se necessária a apresentação da documentação acima referida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/. Caso a solicitação de regularização junto ao órgão ambiental tenha sido indeferida, ou caso não haja mais o interesse de proceder com a regularização junto ao órgão competente, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da DvTR-9 por telefone: (016) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do

processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20220618012248-3

Autuado: RAFAEL MEIRELES

RG/CPF/CNPJ: 408.866.238-55

Município da Infração: JARDINÓPOLIS

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 026/2025

Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n° 0000053013, firmado em 04/08/2022, não foi cumprido, haja vista não ter sido apresentado a documentação que comprove a regularização da Infração Ambiental junto ao órgão responsável, conforme acordado no TCRA. O prazo para apresentação da referida regularização já expirou, logo, faz-se necessária a apresentação da documentação acima referida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/. Caso a solicitação de regularização junto ao órgão ambiental tenha sido indeferida, ou caso não haja mais o interesse de proceder com a regularização junto ao órgão competente, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da DvTR-9 por telefone: (016) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Auto de Infração Ambiental nº.: 20211026016524-1

Autuado: LEANDRO VILHENA

RG/CPF/CNPJ: 257.807.368-63

Município da Infração: RESTINGA

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 029/2025

Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n° 0000024193, firmado em 14/04/2022, não foi cumprido, haja vista não ter sido apresentado a documentação que comprove a regularização da Infração Ambiental junto ao órgão responsável, conforme acordado no TCRA. O prazo para apresentação da referida regularização já expirou, logo, faz-se necessária a apresentação da documentação acima referida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/. Caso a solicitação de regularização junto ao órgão ambiental tenha sido indeferida, ou caso não haja mais o interesse de proceder com a regularização junto ao órgão competente, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da DvTR-9 por telefone: (16) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20190211011512-1

Autuado: Hamilton Aparecido Ferraz

RG/CPF/CNPJ: 071.395.078-13

Município da Infração: SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA

NOTIFICAÇÃO DvTR-9 n° 032/2025

Comunica-se que a documentação interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se pelo cancelamento do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos, decorrente ao falecimento do autuado. Entretanto, o dever de reparação do dano ambiental objeto deste AIA deve prevalecer e, este sim, atingir o espólio, que deve ser chamado a devida reparação. Fica, portanto o inventariante ciente da obrigação de agendar atendimento junta à Unidade da DvTR-9 por telefone: (16) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para a adoção de medidas visando a reparação da área. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido, informamos que implicará na cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado objetivando a reparação do dano ambiental. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20220715012815-1

Autuado: JULIO CESAR MARASEA

RG/CPF/CNPJ: 035.742.848-02

Município da Infração: ALTINÓPOLIS

NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 035/2025

Após análise do processo verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n° 0000056833, firmado em 18/08/2022, não foi cumprido, haja vista a CETESB ter indeferido a regularização. Devido o indeferimento o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da DvTR-9 por telefone: (16) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 155.887/2004

Autuado: ITAMAR SARTORATO

RG/CPF/CNPJ: 122.858-76

Município da Infração: SÃO JOAQUIM DA BARRA

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 008/2025

Comunica-se que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental 030/06 não foi cumprido integralmente, haja vista a necessidade de execução das seguintes medidas para a recuperação ambiental da área autuada: EFETUAR O PLANTIO DE 140 MUDAS NATIVAS DA REGIÃO, EM ESPAÇAMENTO DE 3X2 METROS, COM MÍNIMO 30 ESPÉCIES DIFERENTES DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 21/2001 E SMA 47/03, ACOMPANHADOS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICAS FEITA POR PROFISSIONAL HABILITADO E TODOS OS TRATOS CULTURAIS NECESSÁRIOS (ADUBAÇÃO DE PLANTIO E COBERTURA, CONTROLE DE FORMIGAS E GRAMÍNEA INVASORAS, REGAS FREQUENTES QUANDO NECESSÁRIO, REPOSIÇÃO DE MUDAS MORTAS, ETC.) POR UM MÍNIMO DE 2 ANOS APOS O PLANTIO E/OU ATÉ AS MUDAS ATINGIREM UMA ALTURA MEDIA DE 2 METROS. Novo relatório fotográfico deverá ser apresentado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias – contados da data desta publicação, comprovando a adoção de tais medidas. O protocolo de documentos relacionados a processos físicos deve ser realizado via Correios ou presencialmente nas unidades da DvTR-9 ou nas unidades da Polícia Militar Ambiental. O relatório fotográfico deve conter: nome do autuado; número do Auto de Infração Ambiental (AIA) e número do Termo de Compromisso de Reparação Ambiental (TCRA); endereço para correspondência com telefone do autuado e/ou do técnico que fez o relatório; croqui de acesso à propriedade com a indicação e a demarcação da área em recuperação; descrição das medidas de recuperação que foram executadas no período; fotografias da área em recuperação com legenda explicativa do que as fotos estão ilustrando; declaração de que as fotografias correspondem à área autuada e objeto da recuperação ambiental compromissada no TCRA. Salienta-se que o relatório fotográfico é instrumento para o acompanhamento do processo de recuperação da área autuada e caso o mesmo não seja apresentado no prazo determinado o referido TCRA poderá ser considerado como não cumprido. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para a cobrança da multa no valor integral, correspondente a R$ 1.053,64 (mil e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos), e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 335.135/2016

Autuado: VITAL ALVES PEREIRA & IRMAOS LTDA

RG/CPF/CNPJ: 64.521.156/0001-09

Município da Infração: SANTA CRUZ DA ESPERANÇA

NOTIFICAÇÃO DvTR-9 n° 475/2025

Após análise do auto, verificou-se que houve agendamento de Atendimento Técnico para o dia 02 de Abril de 2020, porém devido a pandemia o atendimento foi suspenso. Diante disso, é necessário o agendamento para vosso comparecimento (ou seu representante legal munido de procuração) nesta unidade da DPFA, para que seja firmado o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) referente ao AIA supracitado. O agendamento do comparecimento deverá ser realizado por meio de contato telefone: (16) 3603-8816 ou pelo e-mail: cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data desta publicação. Verificou-se em nosso sistema que ainda há pendência de pagamento da multa no valor R$ 18.720,00 (dezoito mil e setecentos e vinte reais). Desta forma deve ser solicitada, via e-mail cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data desta publicação, a guia de recolhimento para pagamento da referida multa. Caso o vencimento da guia de recolhimento ocorra entre o agendamento e o atendimento, esclarecemos que poderá ser solicitada sua substituição no momento do atendimento. Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada, o débito será incluído no valor integral no Sistema da Dívida Ativa, para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), assim como haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20190829003842-4

Autuado(a): AFRÂNIO GARCIA SOBRINHO

CPF: 012.149.716-01

Município da Infração: Rifaina

Motivo da Publicação: Após análise do processo verificou-se que parte das guias referentes ao parcelamento da multa não foram pagas. Sendo assim o parcelamento foi cancelado e uma nova guia foi emitida no valor total do débito pendente, acrescido de juros, resultando no valor de R$ 386,92 (trezentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos), a qual deverá ser solicitada no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, através do email cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa ou recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20180202011425-1

Autuado(a): RODRIGO PEREIRA BEZERRA

CPF: 215.161.328-31

Município da Infração: Ribeirão Preto

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 1.041/2023

Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de Recurso administrativo. O valor consolidado da multa é de R$13.650,00 (treze mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme decisão registrada em Notificação CRJ9 nº 199/2021, e o boleto deverá ser solicitado no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação através do email cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Auto de Infração Ambiental nº.: 20190704008614-1

Autuado(a): LEANDRO LUCIO LOPES

CPF: 225.824.398-00

Município da Infração: Restinga

Motivo da Publicação: NOTIFICAÇÃO CTR-9 n° 1.067/2023

Comunica-se que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de Recurso administrativo. O valor consolidado da multa é de R$6.000,00 (seis mil reais), conforme decisão registrada em Notificação CRJ9 nº134/2021, cujo boleto e deverá ser solicitado no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação através do email cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20200707003799-1

Autuado(a): WILSON DA SILVA

CPF: 144.789.786-20

Município da Infração: Ribeirão Preto

Motivo da Publicação: Após análise do processo verificou-se que parte das guias referentes ao parcelamento da multa não foram pagas. Sendo assim o parcelamento foi cancelado e uma nova guia foi emitida no valor total do débito pendente, acrescido de juros, resultando no valor de R$ 3.220,28 (Três mil, duzentos e vinte reais, e vinte e oito centavos), que deverá ser solicitada no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação através do email cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa ou recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental nº.: 20210131007901-1

Autuado(a): HARLEN HUMBERTO ALVES

CPF: 144.558.408-50

Município da Infração: Jardinópolis

Motivo da Publicação: Após análise do processo verificou-se que parte das guias referentes ao parcelamento da multa não foram pagas. Sendo assim o parcelamento foi cancelado e uma nova guia foi emitida no valor total do débito pendente, acrescido de juros, resultando no valor de R$ 274,15 (Duzentos e setenta e quatro reais e quinze centavos), que deverá ser solicitada no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação através do email cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa ou recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas doprocesso acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/

Auto de Infração Ambiental nº.: 20171121011999-1

Autuado(a): JOSE AUGUSTO LOPES BALDIN

CPF: 050.467.278-97

Município da Infração: Santa Cruz da Esperança

Motivo da Publicação: Após análise do processo verificou-se que a guia referente a multa não foi paga.Sendo assim uma nova guia foi emitida no valor total do débito pendente, acrescido de juros, resultando no valor de R$ 342,11 (trezentos e quarenta e dois reais, e onze centavos), que deverá ser solicitada no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação através do email cfb.ribeiraopreto@sp.gov.br. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa ou recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

CENTRO TÉCNICO REGIONAL XIII - UBATUBA

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

ADivisão Técnica Regional 13 – Ubatuba, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, faz publicar as notificações/ofícios cujos autuados não foram localizados, para o respectivo recebimento ou cujos autuados residem em zona rural não abrangida pelo serviço de entrega dos Correios. ADivisão Técnica Regional de Ubatuba – DvTR13, da Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental - DPFA, está localizada na Rua Antônio Marques do Vale, 241 – Bairro Silop – Ubatuba/SP, para atendimento é necessário o prévio agendamento, através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL:20250226009069-1

AUTUADO: Ruberval Souza da Silva

RG: 1336280271

CPF: 028.761.185-05

MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: São Sebastião

Comunica-se que, diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada na unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até a data de vencimento em 27/07/2025. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado, bem como assumir a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à

unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa, não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa, o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 64.456/2019. Ademais, caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20250212012361-1
AUTUADO: Erika Gouveia de Melo
RG: 54.526.558
CPF: 295.158.198-06
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: São Sebastião
Comunica-se que, diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R$ 73,08 (setenta e três reais e oito centavos) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada na unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até a data de vencimento em 15/07/2025. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa, não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa, o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 64.456/2019. Ademais, caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20250212007517-1
AUTUADO: Gilberto Amorim da Silva
RG: 14.150.630-01
CPF: 406.524.595-87
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: São Sebastião/SP
Comunica-se que, diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais) e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada na unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até a data de vencimento em 22/07/2025. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa, o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 64.456/2019. Ademais, caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20250212012361-1
AUTUADO: Bruno do Carmo Pereira
RG: 44.771.354
CPF: 388.236.078-09
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SÃO SEBASTIÃO/SP
Após análise do processo, verificou-se que parte das guias referentes ao parcelamento da multa não foram pagas. Sendo assim, o parcelamento foi cancelado e uma nova guia foi emitida no valor total do débito pendente, acrescido de juros, resultando no valor de R$ 402,00 (quatrocentos e dois reais) e deverá ser paga no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada na unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até a data de vencimento em 07/08/2025. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa ou recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 64.456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL:20240806010355-2
AUTUADO: Sidnei Gonçalves Manoel
RG:30.141.882
CPF:343.898.788-08
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO:SÃO SEBASTIÃO/SP
Após análise do processo, verificou-se que parte das guias referentes ao parcelamento da multa não foram pagas. Sendo assim, o parcelamento foi cancelado e uma nova guia foi emitida no valor total do débito pendente, acrescido de juros, resultando no valor de R$ 1.055,25 (hum mil e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e deverá ser paga no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada na unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até a data de vencimento em 07/08/2025. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa ou recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 64.456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL:20220311011180-1
AUTUADO: Claudio Francisco Gulli
RG:14.197.427
CPF:031.396.728-88
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: Ubatuba/SP
Comunica-se que, de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental número 0000021924, firmado em 05/04/2022, foi considerado cumprido integralmente, ficando a área objeto da autuação desembargada. Ressalta-se que, por ser considerada especialmente protegida pela legislação, novas intervenções na área autuada necessitam de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Considerando não haver pendências administrativas no âmbito deste processo, este será arquivado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL:20211013010109-1
AUTUADO: Renato Pereira Mendes
RG:38389137
CPF:300.929.338-07
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: São Sebastião/SP
Após análise do processo, verificou-se que o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 0000061017, firmado em 10/11/2021, não foi cumprido, haja vista o processo CETESB015253/2022-48 ter sido arquivado no dia 10/12/2024. O prazo para apresentação da referida regularização já expirou, logo, faz-se necessária a apresentação da documentação para a regularização do dano ambiental, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/. Caso a solicitação de regularização junto ao órgão ambiental tenha sido indeferida, ou caso não haja mais o interesse de proceder com a regularização junto ao órgão competente, o(a) autuado(a) fica ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido, serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64.456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20200912010948-1
AUTUADO: Fladis Moura de Souza
RG:26581525
CPF:193.573.098-37
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: Ubatuba/SP
Comunica-se que a defesa interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. O valor consolidado da multa é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e seu recolhimento deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada na unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir da data desta publicação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/. Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 64.456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.
AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20180808005809-1
AUTUADO: Rosimeire Maria Martins
RG: 39343405
CPF: 380.868.278-79
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: São Sebastião/SP
Comunica-se que, diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido e conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado, bem como assumir a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data desta publicação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa, não é mais possível a interposição de recurso. Caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.
AIA – AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20171002011592-1
AUTUADO: Osvaldo Candido Filho
RG: 21994706 - SSP/SP
CPF: 109.399.728-16
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: Ilhabela/SP
Comunica-se que, após análise do processo administrativo, foi constatado bis in idem (duplicidade), devendo um deles ser cancelado. Então, este Auto de Infração Ambiental será arquivado.
AIA – AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20200224005979-1
AUTUADO: Alexandro Rocha Melo
RG: 2000810985 - SSP/SP
CPF: 859.983.825-36
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: São Sebastião/SP
Comunica-se que será realizada, no dia 01/08/2025, às 10:00 horas, na sede do Pelotão da Polícia Militar Ambiental de Caraguatatuba, sito à Av. Horácio Rodrigues, nº 607, bairro Martim de Sá, cidade de Caraguatatuba – SP, nova sessão de atendimento ambiental referente ao Auto de Infração supracitado. Orienta-se contatar a unidade da Polícia Militar Ambiental indicada no Auto de Infração para confirmar a data, local e formas disponíveis (presencial ou à distância) para realização da sessão de atendimento. O Atendimento Ambiental, de acordo com o Decreto Estadual 64.456/2019, é a fase do procedimento administrativo destinada à resolução consensual das pendências ambientais do autuado. Nesta sessão, o Auto de Infração é analisado e, em sendo validado, são considerados os atenuantes e agravantes previstos, podendo as penalidades aplicadas serem anuladas, reduzidas, majoradas ou alteradas. Para tanto, é importante a apresentação dos seguintes documentos:
CPF e RG ou cartão do CNPJ do(a) autuado(a);
Em caso de representante, além dos documentos originais do(a) autuado(a), apresentar procuração devidamente assinada;
Comprovante de residência;
Documentos que comprovem a propriedade ou posse da área autuada ou do bem, quando couber;
Comprovante de rendimentos (carteira de trabalho, holerite, declaração de Imposto de Renda, comprovante de benefício de programas sociais);
Fotos, plantas e croquis.
Caso não haja interesse em comparecer à sessão de atendimento ambiental, solicita-se que seja informado, em até 05 (cinco) dias, contados a partir da data desta publicação, à unidade da Polícia Militar Ambiental indicada no Auto de Infração. Nesse caso, será lavrada Ata de não comparecimento à sessão de atendimento e aberto prazo para interposição de defesa. É possível efetuar vistas do processo, realizando cadastro de usuário pelo sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

AIA - AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL: 20241020008668-55
AUTUADO: Bruno do Carmo Pereira
RG: 44.771.354
CPF: 388.236.078-09
MUNICÍPIO DA INFRAÇÃO: SÃO SEBASTIÃO/SP
Após análise do processo, verificou-se que parte das guias referentes ao parcelamento da multa não foram pagas. Sendo assim, o parcelamento foi cancelado e uma nova guia foi emitida no valor total do débito pendente, acrescido de juros, resultando no valor de R$ 402,00 (quatrocentos e dois reais) e deverá ser paga no prazo indicado na Guia de Arrecadação a ser retirada na unidade CFB acima indicada ou solicitada através do e-mail cfb.ubatuba@sp.gov.br, até a data de vencimento em 10/08/2025. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa ou recurso, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto à Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual nº 64.456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio: https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

CENTRO TÉCNICO REGIONAL XIV - REGISTRO

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Divisão Técnica Regional XIV - Registro

COMUNICADO

A Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental XIV-Registro, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo faz publicar a relação de Autos de Infração Ambiental, cujos autuados não foram localizados pelos Correios, conforme preconiza o artigo 6°, inciso III, do Decreto Estadual n° 60.342/2014, sendo cientificados pelo presente publicação.

Diante do exposto, fica o autuado abaixo consignado intimado a se manifestar ou comparecer a Divisão Técnica Regional de Proteção e Fiscalização Ambiental localizada a Avenida Wild José de Souza, 456 – Vila Tupy – Registro/SP, Prédio Escritório Regional de Governo - Tel. (13) 2130-4023 ou 4024, e-mail: cfb.registro@sp.gov.br.

NOTIFICAÇÃO

Auto de Infração Ambiental - AIA nº: 20170618008436-1
Número Processo e.Ambiente: SMA.002139/2017-77
Autuado: JOSE VICENTE RODRIGUES – CPF 038.556.826-66

Comunica-se que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA número 0000100152, firmado em 07/11/2017, não foi cumprido no prazo estipulado no documento.
Diante disso, houve perda do desconto na multa, sendo necessário o pagamento do saldo restante, correspondente ao valor de R$ 7.005,36 (sete mil, cinco reais e trinta e seis centavos), que deverá ser feito em qualquer Agência do Banco do Brasil, no prazo que conta da guia de arrecadação.
Caso o débito não seja quitado, este será integralmente incluído no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme termos da legislação vigente.
Ressalta-se que o pagamento da multa não eximirá o autor da obrigação de cumprir as exigências do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental firmado, nos termos do artigo 225 parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81.
A motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da

Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

COMUNICADO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE DA SERRA

O Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, em cumprimento ao artigo 7º da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2024, faz publicar a relação dos Municípios Consorciados através do Consórcio Público Agência Ambiental do Vale do Paraíba aptos a exercerem as competências de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos de potencial impacto ambiental local, em conformidade com o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a", da Lei Complementar nº 140/2011:

- **Município de NATIVIDADE DA SERRA** se declara apto para exercer o licenciamento de alto impacto ambiental de âmbito local nos termos e moldes contidos na Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2024 e seus anexos.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA - REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024, ÀS 09HS

Local: Formato Híbrido. Presencialmente no Auditório do CONSEMA, Avenida Professor Frederico Hermann Jr. 345, Prédio 6 – São Paulo (sede da SEMIL) e, virtualmente, por meio da plataforma Teams e transmissão via *Youtube*.

Conselheiros presentes:

Conselheiros pelo segmento Estado:

Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;

Cristiano Kenji Iwai, Subsecretário de Recursos Hídricos e Saneamento Básico;

César Louvison, Coordenador de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH;

Sérgio Luiz Damiati, Secretaria da Educação;

Manoel Victor de Azevedo Neto, Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais;

Márcio Queiroz, Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

Rubens José Mario, representando a Secretaria da Saúde;

Denis Gerage Amorim e Augusto Olavo Leite, Subsecretaria de Logística e Transportes;

Eduardo Walmsley Soares Carneiro, Secretaria da Fazenda e Planejamento;

Hideo Augusto Dendini, Secretaria de Governo e Relações Institucionais;

Conselheiros pelo segmento Municípios:

Grupo 1: Vanderlon Gomes, PM de Salesópolis;

Grupo 2: Marcelo Manara, representando o Prefeito Anderson Farias Ferreira, PM São José dos Campos;

Grupo 3: Rui Smith, representando a Prefeita Raquel Auxiliadora Chini, PM de Praia Grande;

Grupo 5: Bárbara Medeiros, PM de Presidente Venceslau;

Grupo 10: Antonio Carlos de Oliveira, representando o Prefeito Antonio Duarte Nogueira, PM de Ribeirão Preto;

Grupo 11: José Carlos Quevedo, PM de Araçoiaba da Serra e Laerson Andia Jr, representando o Prefeito Rafael Piovezan, PM de Santa Bárbara d'Oeste.

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:

Usuários Industriais: Alexandre Vilella, CIESP;

Usuários Agroindustriais: André Elia Neto, ÚNICA;

Usuários Agrícolas: Renato Traballi Veneziani, FAESP;

Usuários de Abastecimento Público: Priscila Bezerra, ABCON; Luís Filipe Rodrigues, ASSEMAE;

Associações, Sindicatos e Entidades especializadas em Recursos Hídricos: Helífax Pinto de Souza, SINTAEMA e Francisca Adalgisa, APU; Mateus Simonato, ABGE;

Entidades Ambientalistas ou de Defesa de Interesses Difusos: Rodrigo Pedro de Abreu, Planeta Verde; Rui Brasil Assis, Rotary International e Amauri Pollachi, ONDAS.

Convidados com direito à voz:

Alexandra Facciolli Martins, MP;

Antonio Cezar Leal, UNESP;

Gisele Novack Diana, PGE;

Camila Rocha Cunha Viana, SP-ÁGUAS.

1. Abertura:

O Secretário Executivo do Conselho, César Louvison, saudou a todos os presentes e deu as boas-vindas à nova diretora-presidente da SP- ÁGUAS, Camila Viana, e ao novo Subsecretário, Cristiano Kenji Iwai.

2. Apreciação da ata da reunião de 30/10/2024:

Após dispensada sua leitura, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

3. Comunicações:

César Louvison comunicou a todos que, neste momento, ocorre a revisão do Manual de Procedimentos Operacionais de Custeio do FEHIDRO. Já houve uma devolutiva por parte da Consultoria Jurídica e, em breve, o material será disponibilizado aos Conselheiros para eventuais sugestões ao texto final.

4. Apresentações:

4.1 Acompanhamento do atendimento às metas de atualização do enquadramento em trechos do Rio Jundiaí Período 2021-2022

Rafael Leite, SP-Águas, fez a exposição aos presentes. Ao final de sua participação, a Secretária Natália Resende expressou sua gratidão pela presença de todos e manifestou o desejo de que o Conselho se reúna mais vezes no próximo ano. Na sequência, expressou seus parabéns à Camila Viana pela sua nomeação na SP-Águas, e estendeu seus cumprimentos ao novo Subsecretário, Cristiano Kenji. César Louvison, mediante requisição e concordância de todos, procedeu à inversão na ordem da pauta.

4.2 Boletim de Segurança de Barragens

Alessandra Gonzaga, Coordenadoria de Mineração, apresentou o documento elaborado pelo Comitê de Acompanhamento das Ações relacionadas à Segurança de Barragens – CASB. A Secretária Natália agradeceu pelo trabalho realizado e reiterou a importância do tema, sobretudo após as tragédias que ocorreram, há alguns anos, em Minas Gerais.

4.3 Esclarecimentos Cetesb sobre LO do reservatório Jaguari

A seguir, Fernanda Sobral, CETESB, fez esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental da Barragem do Jaguari. Em 2021 houve a transferência temporária de concessão da CESP para FURNAS, no entanto, hoje é administrada pela ELETROBRÁS. A previsão é que haja sua conclusão em 2025.

5. Deliberações:

5.1 Deliberação CRH nº 289: "Aprova o calendário eleitoral, os procedimentos para cadastramento, eleição e indicação dos representantes das entidades do segmento Sociedade Civil no CRH, para o período 2025-2027". Antes de abordar esta Deliberação, Marcelo Manara, P.M. São José dos Campos, pediu a palavra e apresentou algumas considerações. Parabenizou a presença do Coordenador César Louvison, representando a Secretária Natália Resende, na comemoração dos trinta anos do CBH-PS; a seguir homenageou o Sr. André Marques, que se desligou da AGEVAP, depois de ter desempenhado suas funções por mais de 10 anos. O último informe tratou da alta mortandade de peixes na bacia do Paraíba do Sul e, solicitou que fosse encaminhado ao Presidente da CETESB – Thomaz de Toledo – uma mensagem de agradecimento à toda a equipe da Companhia pela atuação impecável na investigação deste incidente ambiental na ETE-LAVAPÉS. Antes de findar sua participação, Manara requereu um posicionamento da SABESP sobre este caso. Prosseguindo a análise desta Deliberação, Flávia Braga, CRHi, observou que será enviado aos Comitês um comunicado, por e-mail, detalhando todo o processo para encaminhamento dos indicados a comporem o segmento da Sociedade Civil no CRH para o biênio 2025-2027. Amauri Pollachi, ONDAS, solicitou que houvesse uma revisão na forma de composição tanto nos CBHs do Estado de São Paulo, quanto neste próprio Conselho, replicando, assim, o formato empregado nos CBHs Federais e no CNRH. Ao comentar sobre o exposto pelo Conselheiro, César Louvison informou que estas questões vêm sendo discutidas amplamente dentro do Sistema, tanto é que o Estado de São Paulo conquistou, recentemente, sua representação no CNRH e na Presidência da Câmara Técnica de Assuntos Legais. A Secretária enfatizou que o assunto segue em discussão. A Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

5.2 Deliberação CRH nº 290: "Aprova indicação ao FEHIDRO de empreendimentos de abrangência estadual ou regional para o exercício de 2024. O Coordenador fez uma recapitulação geral sobre o assunto e destacou que, no presente ano, foram arrecadados aproximadamente 12 milhões de reais para serem divididos entre os seguintes empreendimentos: Levantamento de Cargas Poluidoras nos Reservatórios do Médio e Baixo Tietê, tomador CETESB; Modernização da Sala de Situação do Estado de São Paulo (SSSP), tomador SP-Águas. A Deliberação foi aprovada pelos presentes.

5.3 Deliberação CRH nº 291: "Aprova a programação para 2025, os desembolsos realizados no ano de 2024 com recursos da Fonte 5 – PROGESTÃO e a destinação de recursos financeiros para execução do Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos - Capacita-SIGRH e dá outras providências". Ricardo Mangabeira e Allan Alves da Silva, CRHi, apresentaram informações pormenorizadas sobre o Capacita-SIGRH, incluindo as propostas de cursos estipuladas para 2025. Ricardo destacou que, atualmente, o Programa é financiado exclusivamente com recursos do Progestão, no entanto, este é o último ano desta Certificação. Para evitar sua interrupção, pretende-se incluir aportes financeiros provenientes do Procomitês, no intuito de estender estas ações de capacitação ao longo dos próximos anos. Rui Brasil, Rotary International, destacou a relevância e a grande abrangência deste Programa dentre os integrantes do Sistema, contudo, o Conselheiro manifestou sua preocupação pelo não cumprimento da frequência estabelecida, por parte daqueles que se inscrevem nos cursos. Diante desta situação, foi solicitado ao Conselho a adoção de práticas que coíbam este comportamento inadequado. O Coordenador ressaltou que esta discussão é algo que já está em andamento e requereu ao setor competente a criação de um "Código de Adesão" que enfatize a responsabilidade que o aluno deve assumir ao se inscrever neste Programa. A Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

5.4 Deliberação CRH nº 292: "Altera o Anexo da Deliberação CRH nº 283, de 22 de abril de 2024, que aprova a Minuta de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos referente ao período 2024-2027 e os documentos técnicos do Plano". O Coordenador relembrou a todos que esta Deliberação havia sido retirada de pauta na última reunião do CRH, por solicitação dos Conselheiros, retornando agora para ser posta em discussão. Os presentes agradeceram a iniciativa da Secretária em ter propiciado a realização de amplos debates sobre este Anteprojeto. A Deliberação foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Professor Sadalla Domingos, representando a Escola Politécnica – USP, agradeceu a oportunidade por estar presente neste Conselho e ofereceu todo o suporte da Universidade para ajudar na realização deste importante trabalho de atualização do PERH. Posteriormente, o Professor da UNESP e presidente do CBH-SJD, Jefferson Nascimento de Oliveira, destacou o Programa ProfÁgua e, também, colocou a UNESP à disposição da equipe. Ricardo Mangabeira comunicou que com relação às águas subterrâneas, está em fase final de diagramação, para publicação, o documento intitulado "Instrumentos Legais – Possibilidades de Conservação e Proteção de Recuperação do Sistema do Aquífero Guarani", elaborado por Pilar Carolina Villar.

5.5 Deliberação CRH nº 293: "Aprova a minuta de Anteprojeto de Lei Específica que cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Alto Juquiá / São Lourenço – APRM AJ/SL". Não houve questionamentos contrários à aprovação desta Deliberação.

5.6 Deliberação CRH nº 294: "Aprova a minuta de Anteprojeto de Lei Específica que cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Jaguari – APRM-JAG e dá providências correlatas". Foi feita uma recapitulação acerca do desenvolvimento desta APRM. Marcelo Manara expressou seu agradecimento a todos os envolvidos neste projeto. Vanderlon Gomes, prefeito de Salesópolis, solicitou urgência na tramitação do projeto da APRM-Rio Guaió para que possa ser encaminhado o quanto antes a este Conselho. Amauri Pollachi, ONDAS, corroborou com a observação do prefeito e enfatizou a importância da celeridade na tramitação desta Minuta de Anteprojeto de Lei, sobretudo em uma eventual crise hídrica que venha a assolar novamente a região metropolitana de São Paulo. Camila Viana agradeceu a todos pela parceria ao longo deste tempo e desejou sucesso ao novo Subsecretário. Com relação à APRM-Rio Guaió, foi informado que durante a oitiva realizada no CONSEMA foi recomendando o desmembramento do Anteprojeto, acarretando, assim, uma nova reanálise por parte do CBH. Ricardo Mangabeira, CRHi, ressaltou que há a previsão de que se discuta, no início de janeiro do próximo ano, a devolução deste material ao Comitê incluindo as observações feitas pela CTPLAN. A Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

5.7 Deliberação CRH nº 295: "Retifica a Deliberação CRH nº 180, de 14 de dezembro de 2015, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores da cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para os usuários urbanos e industriais". César Louvison apresentou um panorama geral sobre a Deliberação. Ao final de sua explanação, Alexandre Vilella, CIESP, sugeriu uma pequena adequação ao texto. Em não havendo questões adicionais a serem debatidas, a Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

5.8 Deliberação CRH nº 296: "Referenda a proposta de revisão dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, no trecho paulista, contida na Deliberação CBH-PS nº 011/2024, de 06 de novembro de 2024". Renato Veneziani, congratulou a todos os envolvidos neste estudo e relembrou que o Comitê do Paraíba do Sul foi o primeiro que iniciou a cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo e, também, foi o primeiro CBH que logrou obter a revisão em seus parâmetros. Manara e diversos outros Conselheiros agradeceram aos que participaram e propiciaram que houvesse essa revisão. Rui Brasil, Rotary International, solicitou que houvesse uma renumeração na ordem das Deliberações, apresentadas na reunião de hoje, face a inversão na ordem de pauta. Alexandre Vilella manifestou posição divergente pois, em seu ponto de vista, um reajuste de 176%, embora parcelado no tempo, traria impactos negativos ao setor industrial. A seguir, Alexandre comentou sobre a sugestão apresentada pelo CBH-PCJ de alteração na forma de atualização dos valores, de reais para UFESP. Ao final, a Deliberação foi aprovada pelos presentes, com votos em contrário por parte dos representantes da CIESP e da ÚNICA.

6. Assuntos Gerais:

Dra. Gisele Novack, PGE-SP, cumprimentou a todos pelos consideráveis avanços em várias áreas obtidos na presente reunião. O prefeito de Araçoiaba da Serra e presidente do CBH-SMT, José Carlos Quevedo Júnior, pediu que houvesse mais debates em prol do fortalecimento e aperfeiçoamento da gestão dos CBHs no Estado de São Paulo.

7. Encerramento:

Em não havendo questões adicionais a serem tratadas, a Secretária Natália Resende agradeceu a presença de todos, desejou boas festas e deu por encerrada a reunião.

Natália Resende Andrade Ávila

Secretária de Estado

AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP-ÁGUAS

DIVISÃO DO PEIXE PARANAPANEMA

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DO PEIXE PARANAPANEMA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Declaração de Viabilidade de Implantação de Empreendimento

Tendo em vista o disposto na Portaria DAEE n. 1.630, de 30/05/2017, as declarações e as informações, apresentado por Viterra Bioenergia S.A., CPF/CNPJ 68.316.801/0001-02, na Diretoria de Bacia do Peixe Paranapanema, declaramos viável a concepção da interferência em recurso hídrico do empreendimento que a demanda, com a finalidade de industrial - sanitário , na Estrada Municipal Junqueirópolis à Salgado Filho, nº s/nº - CEP: 17.890-000, Junqueirópolis - SP , localizada no município de Junqueirópolis , conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (21°20'24.770") - Longitude O (51°21'57.900") - Volume Diário: 480,00 m³ - Prazo 24 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230029441-6JA. Processo SP-ÁGUAS 9403514 - Extrato DVI 127/2025.

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DO PEIXE PARANAPANEMA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Declaração de Dispensa de Outorga

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por Ricardo José de Andrade, CPF/CNPJ 369.397.868-99 e do parecer técnico contido no Processo SP-ÁGUAS n. 9419161, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Santa Cruz Do Rio Pardo, conforme abaixo:

- Reservatório de Acumulação - Córrego São Domingos - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°52'29.230") - Longitude O (49°38'13.920") - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20250014948-VYQ. ER-267-00274.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Peixe Paranapanema / n. 191/2025.

Tendo em vista o disposto nas Portarias DAEE n. 1.630 e n. 1.631, de 30/05/2017, as declarações e as informações constantes do requerimento, apresentado por CARUEME DISTRIBUIDORA DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA, CPF/CNPJ 36.115.397/0003-76 e do parecer técnico contido no Processo SP-ÁGUAS n. 9418883, declaramos dispensado(s) de outorga o(s) uso(s) e a(s) interferência(s), localizada(s) no município de Presidente Prudente, conforme abaixo:

- Captação Subterrânea - Aquífero Bauru - Coord. Geográfica(s) Latitude S (22°9'10.812") - Longitude O (51°23'23.406") - Volume Diário: 2,00 m³ - Prazo indeterminado; Solicitado pelo Requerimento 20250003185-41W. PO-177-00468.

Extrato DDO Diretoria de Bacia do Peixe Paranapanema / n. 192/2025.

PORTARIA DO CHEFE DE DIVISÃO DO PEIXE PARANAPANEMA, DE 26 DE JUNHO DE 2025

À vista do Código de Águas, da Lei Estadual n. 6.134 de 02/06/88, do Decreto Estadual n. 32.955 de 07/02/91, alterado pelo Decreto Estadual n. 63.261, de 09/03/2018, da Lei Estadual n. 7.663 de 30/12/91, do Decreto Estadual n. 63.262 de 09/03/18, da Portaria DAEE n. 1.630 de 30/05/17, reti-ratificada em 24/06/2020, e da Deliberação SP-ÁGUAS n. 06, de 30/05/2025.

Fica outorgada, em nome de RICARDO SWART, CPF/CNPJ 248.107.518-80, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de irrigação, no município de Itaí, conforme abaixo identificado:

- Captação Superficial - Afluente do Córrego do Boi Branco - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°29'49.025") - Longitude O (48°54'12.203") - Volume Diário: 4.200,00 m³ - Prazo 36 meses; Solicitado pelo Requerimento 20230036246-RXM. CA-314-00140. Processo DAEE 9414960 - Extrato de Portaria 61/25.

Fica outorgada, em nome de TAMBARA AGROPECUARIA EIRELI - EPP, CPF/CNPJ 17.262.188/0001-49, a autorização administrativa para a(s) interferência(s) em recursos hídricos superficiais, para fins de regularização de vazão, no município de Angatuba, conforme abaixo identificado:

- Barramento - Afluente do Rio Paranapanema - Coord. Geográfica(s) Latitude S (23°26'10.040") - Longitude O (48°38'26.550") - Volume útil 79.360,90 - Prazo 360 meses; Solicitado pelo Requerimento 20240022594-LYX. BA-315-00034. Processo DAEE 9412525 - Extrato de Portaria 62/25.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMUNICADO Nº DD 020/2025/C, DE 28 DE MARÇO DE 2025

Decisão de Diretoria originalmente publicada na Edição de 28 de abril de 2025, Caderno Executivo, Seção 3 - Atos de Gestão e Despesas. Republicada nesta data no Caderno Executivo Seção 1 - Atos Normativos. Ficam ratificados todos os atos praticados a partir da data de sua publicação original.

Anexo(s):
SEI_GESP - 0061870845 - CETESB Decisão de Diretoria.pdf

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHO DO PRESIDENTE

Nº do Processo: 139.00046383/2025-27
Interessado: RUITHER FRANCISCO DE MELO
Assunto: INDENIZAÇÃO PELOS DANOS CAUSADOS NO VEÍCULO ENVOLVIDO EM ACIDENTE DE TRANSITO

Diante dos elementos de instrução constantes deste processo, notadamente o parecer da Consultoria Jurídica do DER, as informações técnicas da Coordenadoria Geral Regional de São José do Rio Preto, que adoto como razão de decidir para no mérito, INDEFERIR o pedido formulado por Adilson Martins Pereira, por danos causados ao veículo Honda/Civic LXS, Placa: FNL-9I36 em decorrência de ocorrência na Rodovia SP 304, altura do km 413 + 500 m, do dia 27/01/2025, por ausência de nexo de causalidade entre o dano e a ação da Autarquia.

DESPACHO DO PRESIDENTE

Nº do Processo: 139.00059119/2025-53
Interessado: TRANSDATA ENGENHARIA E MOVIMENTAÇÃO LTDA
Assunto: CREDENCIAMENTO DE VEÍCULO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCOLTA

Diante dos elementos de instrução constantes da Nota Técnica, salientando-se as manifestações favoráveis da CFV – Coordenadoria de Fiscalização, Pedágios e Multas e da CFGV - Coordenadoria Geral de Fiscalização, bem como o disposto na Portaria SUP/DER nº 088, de 18/06/2021, DEFIRO o pedido formulado pela empresa TRANSDATA ENGENHARIA E MOVIMENTAÇÃO LTDA, ficando o veículo abaixo relacionado, habilitado a prestar serviços de escolta, para o transporte de cargas indivisíveis e ou excedentes em peso e ou dimensões, quando em circulação nas rodovias estaduais:

PLACA	MARCA	MODELO	VALIDADE
TKK1A58	FIAT	FIORINO ENDURANCE	09/06/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE

Nº do Processo: 139.00060327/2025-03
Interessado: NACIONAL ESCOLTA EIRELI
Assunto: CREDENCIAMENTO DE VEÍCULO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCOLTA

Diante dos elementos de instrução constantes da Nota Técnica, salientando-se as manifestações favoráveis da CFV – Coordenadoria de Fiscalização, Pedágios e Multas e da CFGV - Coordenadoria Geral de Fiscalização, bem como o disposto na Portaria SUP/DER nº 088, de 18/06/2021, DEFIRO o pedido formulado pela empresa NACIONAL ESCOLTA EIRELI, ficando o veículo abaixo relacionado, habilitado a prestar serviços de escolta, para o transporte de cargas indivisíveis e ou excedentes em peso e ou dimensões, quando em circulação nas rodovias estaduais:

PLACA	MARCA	MODELO	VALIDADE
FMX8J57	VW	GOL 1.0L MC4	14/05/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

Termo: 097/2025 – Processo - SEI: 139.00033613/2024-15 - Assinatura: 17/06/2025 – Valor: R$ 8.557,29 - Partes: DER e EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., Objeto: O presente Termo de Autorização de uso em caráter excepcional é para ocupação e utilização de linhas físicas aéreas de distribuição de energia elétrica na SP-036, km 33+317m (travessia)-D/E. com extensão total de 61,24 metros, e na Área Non Aedificandi, sendo 18,96m, no km 33+317m, T-LD, 18,06m, km 33+317m, T-LE, com extensão total de 37,02 metros, seguindo as mesmas Normas indicadas no presente Termo.

PORTARIA PR/DER-086/2025

Processo Sei nº 139.00009155/2024-95

Portaria PR/DER-086/2025

Revoga as Portarias que dispõe sobre a Comissão de Ética e o Código de Conduta Ética. (1.6) (1.6.1)

O Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP, em conformidade com os incisos I, III e IX do artigo 33 do Decreto n° 69.322, de 22 de janeiro de 2025,

Considerando a revogação dos seguintes dispositivos da Lei n° 10.294/99:

a) a alínea "b" do §1° do artigo 8°;

b) o artigo 10;

c) os incisos III e IV do artigo 30;

d) o artigo 1° das Disposições Transitórias; e

Considerando ainda aprovação do novo Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 69.328, de 22 de janeiro de 2025, que revogou o Decreto n° 60.428, de 8 de maio de 2014, Resolve:

Artigo 1º - Ficam revogadas:

I - a Portaria SUP/DER-097-08/10/2024, que Institui Comissão de Ética no DER/SP;

II - a Portaria SUP/DER-098-08/10/2024, que aprova o Código de Conduta Ética do Departamento de Estradas de Rodagem.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA PR/DER-087/2025

SEI nº 139.00056314/2025-21
Portaria PR/DER-087/2025
Delega competência específica para lavratura de escritura pública. (1.9)

O Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP), de conformidade com o Decreto Estadual nº 69.322, de 22/01/2025, artigo 33, incisos IV e XXVI.

Considerando a Nota Técnica nº 878/2025; e

Considerando o Parecer Jurídico- CJ/DER nº 304/2025, resolve:

Artigo 1º - Fica delegada a competência específica, sem prejuízo da autoridade delegante, aos Coordenadores Gerais Regionais para representar o DER/SP na formalização da lavratura de Escrituras Públicas.

Parágrafo único – A competência ora delegada aos Coordenadores Gerais Regionais fica circunscrita a sua respectiva área jurisdicional.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SUP/DER-088/2024

SEI – Processo nº 139.00060263/2025-32
Portaria SUP/DER-088/2025

Altera a composição da 18ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI/DER/SEDE. (1.6.3)

O Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP), de conformidade com o disposto nos incisos III e IX do artigo 33 do Decreto nº 69.322, de 28/01/1987, bem como no artigo 21 da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, resolve:

Artigo 1º - Fica assim redigido o artigo 1º da Portaria SUP/DER-139-20/12/2024:

"Artigo 1º - A 18ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI/DER/SEDE - passa a ter seguinte composição e acham-se os demais membros reconduzidos para o biênio 2025/2026:

TITULARES CPF
Presidente..... Alex Martins de Santana..... ***.970.***-02
Repres. Sociedade..... Admo Kanashiro Soares Cavalcanti.....***.241.***-37
Repres. DER.....Gianice Portilho Huez..... ***.392.***-10
SUPLENTES:
Presidente ..... Vinicius Nassor Borsatto Garcia..... ***.756.***-56
Repres. Sociedade..... ---------- ----------
Repres. DER..... ---------- ----------"

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SUP/DER-013-06/02/2025.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

DIVISÃO REGIONAL DE ASSIS

COMUNICADO

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO (TCA)

Termo de Compromisso e Autorização nº 116/CGR.7/2025
Interessado: Prefeitura Municipal de Bastos
Processo SEI nº 139.00041431/2025-91
Assunto: Câmeras de Monitoramento das Prefeituras nas faixas de domínio do DER/SP.

Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7

Despacho da Coordenadora Geral, de 27/05/2025

Termo de Compromisso e Autorização (TCA), onde o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia do Estado de São Paulo, CNPJ. nº 43.052.497/0001-02, com sede na Avenida do Estado, nº 777, cidade de São Paulo (SP), Autoriza por este instrumento a Prefeitura Municipal de Bastos, CNPJ. nº 45.547.403/0001-93, a executar as obras e serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem. Cláusula Primeira – Objeto: 1.1. O DER autoriza e o Interessado se compromete a executar as obras e serviços para implantação e instalação de equipamentos de detecção e identificação de placas veiculares, através de obtenção de imagens, medições e leitura, visando obter somente relatórios estatísticos de passagem de veículos, conforme projeto aceito pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7 e Coordenadoria Geral de Operação Viária - CGOV e suas concordâncias contidas no Processo SEI acima citado, bem como manifestação favorável da Coordenadoria de Desapropriação, Reassentamento e Faixa de Domínio (CDP), no seguinte local: Rodovia SP-457, na altura do km 98+400 metros, trecho: Bastos - Iacrí, Trevo de Bastos, Sentido Sul. Cláusula Segunda – Do Prazo e da Prorrogação: 2.1. Após a assinatura do Termo de Compromisso e Autorização a implantação deverá ser efetuada de acordo com o cronograma apresentado junto à Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7, seguindo os projetos constantes do protocolo aqui citado; 2.2. O Interessado deverá iniciar as obras de implantação no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias e finalizar a execução no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do presente Termo, sob pena de suspensão e/ou cancelamento da autorização até nova reavaliação do projeto pelo DER. 2.3. O início das obras tratadas neste Termo somente poderá ocorrer após a liberação da faixa de domínio pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7. 2.4. Na hipótese de o Interessado necessitar de um prazo maior para o início das obras em virtude de uma inevitável modificação nos projetos apresentados de modo a haver uma compatibilidade técnica, essa modificação deverá ser apresentada ao DER para reanálise, aprovação e ajustes de prazos. 2.5. Quando se verificar caso fortuito ou motivo devidamente justificado que impeça a implantação dentro do prazo estipulado, este poderá ser prorrogado a critério da Coordenadoria Geral Regional de Assis -CGR.7, mediante requerimento do Interessado, acompanhado de um novo cronograma de obras. 2.6. O Interessado deverá observar todas as disposições relativas e expressas neste Termo. Cláusula Terceira - Remuneração: 3.1. A referida ocupação está isenta de remuneração por se tratar de órgão da administração pública municipal, de acordo com o item "10" do Regulamento de Ocupação de Faixa de Domínio, devidamente aprovado pela Portaria SUP/DER nº 050, de 21/07/2009. Finalidade: Seguindo as mesmas Normas indicadas no presente Termo de Compromisso e Autorização. Confirmações:Continuam em vigor as demais cláusulas que não colidam com o presente TCA. Data da assinatura 23/06/2025.

COMUNICADO

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO (TCA)

Termo de Compromisso e Autorização nº 119/CGR.7/2025
Processo SEI nº 139.00041431/2025-91
Interessado: Prefeitura Municipal de Ribeirão do Sul
Assunto: Câmeras de Monitoramento das Prefeituras nas faixas de domínio do DER/SP.

Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7

Despacho da Coordenadora Geral, de 27/05/2025

Termo de Compromisso e Autorização (TCA), onde o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia do Estado de São Paulo, CNPJ. nº 43.052.497/0001-02, com sede na Avenida do Estado, nº 777, cidade de São Paulo (SP), Autoriza por este instrumento a Prefeitura Municipal Ribeirão do Sul, CNPJ. nº 46.211.702/0001-15, a executar as obras e serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem. Cláusula Primeira – Objeto: 1.1. O DER autoriza e o Interessado se compromete a executar as obras e serviços para implantação e instalação de equipamentos de detecção e identificação de placas veiculares, através de obtenção de imagens, medições e leitura, visando obter somente relatórios estatísticos de passagem de veículos, conforme projeto aceito pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7 e Coordenadoria Geral de Operação Viária - CGOV e suas concordâncias contidas no Processo SEI acima citado, bem como manifestação favorável da Coordenadoria de Desapropriação, Reassentamento e Faixa de Domínio (CDP), no seguinte local: Rodovia SP-321/387, na altura do km 3+640 metros, lado direito, trecho BR-153 - Ribeirão do Sul, sentido Oeste; Rodovia SP-321/387, na altura do km 3+680 metros, lado direito, trecho BR-153 - Ribeirão do Sul, sentido Oeste; Rodovia SP-321/387, na altura do km 3+680 metros, lado esquerdo, trecho Ribeirão do Sul - BR-153, sentido Leste. Cláusula Segunda – Do Prazo e da Prorrogação: 2.1. Após a assinatura do Termo de Compromisso e Autorização a implantação deverá ser efetuada de acordo com o cronograma apresentado junto à Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7, seguindo os projetos constantes do protocolo aqui citado; 2.2. O Interessado deverá iniciar as obras de implantação no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias e finalizar a execução no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do presente Termo, sob pena de suspensão e/ou cancelamento da autorização até nova reavaliação do projeto pelo DER. 2.3. O início das obras tratadas neste Termo somente poderá ocorrer após a liberação da faixa de domínio pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7. 2.4. Na hipótese de o Interessado necessitar de um prazo maior para o início das obras em virtude de uma inevitável modificação nos projetos apresentados de modo a haver uma compatibilidade técnica, essa modificação deverá ser apresentada ao DER para reanálise, aprovação e ajustes de prazos. 2.5. Quando se verificar caso fortuito ou motivo devidamente justificado que impeça a implantação dentro do prazo estipulado, este poderá ser prorrogado a critério da Coordenadoria Geral Regional de Assis -CGR.7, mediante requerimento do Interessado, acompanhado de um novo cronograma de obras. 2.6. O Interessado deverá observar todas as disposições relativas e expressas neste Termo. Cláusula Terceira - Remuneração: 3.1. A referida ocupação está isenta de remuneração por se tratar de órgão da administração pública municipal, de acordo com o item "10" do Regulamento de Ocupação de Faixa de Domínio, devidamente aprovado pela Portaria SUP/DER nº 050, de 21/07/2009. Finalidade: Seguindo as mesmas Normas indicadas no presente Termo de Compromisso e Autorização. Confirmações:Continuam em vigor as demais cláusulas que não colidam com o presente TCA. Data da assinatura 23/06/2025.

COMUNICADO

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO (TCA)

Termo de Compromisso e Autorização nº 120/CGR.7/2025
Processo SEI nº 139.00041431/2025-91
Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo
Assunto: Câmeras de Monitoramento das Prefeituras nas faixas de domínio do DER/SP.

Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7

Despacho da Coordenadora Geral, de 27/05/2025

Termo de Compromisso e Autorização (TCA), onde o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia do Estado de São Paulo, CNPJ. nº 43.052.497/0001-02, com sede na Avenida do Estado, nº 777, cidade de São Paulo (SP), Autoriza por este instrumento a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, CNPJ. nº 46.231.890/0001-43, a executar as obras e serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem. Cláusula Primeira – Objeto: 1.1. O DER autoriza e o Interessado se compromete a executar as obras e serviços para implantação e instalação de equipamentos de detecção e identificação de placas veiculares, através de obtenção de imagens, medições e leitura, visando obter somente relatórios estatísticos de passagem de veículos, conforme projeto aceito pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7 e Coordenadoria Geral de Operação Viária - CGOV e suas concordâncias contidas no Processo SEI acima citado, bem como manifestação favorável da Coordenadoria de Desapropriação, Reassentamento e Faixa de Domínio (CDP), no seguinte local: Rodovia SP-225, na altura do km 321+400 metrios, trecho Santa Cruz do Rio Pardo - Ipaussu, trevo de ac esso a Santa Cruz do Rio Pardo, sentido Sul; Rodovia SP-225, na altura do km 323, trecho Santa Cruz do Rio Pardo - Ipaussu, sentido Sul; Rodovia SP-225, na altura do km 325+700 metros, trecho Ipaussu - Santa Cruz do Rio Pardo, sentido Norte. Cláusula Segunda – Do Prazo e da Prorrogação: 2.1. Após a assinatura do Termo de Compromisso e Autorização a implantação deverá ser efetuada de acordo com o cronograma apresentado junto à Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7, seguindo os projetos constantes do protocolo aqui citado; 2.2. O Interessado deverá iniciar as obras de implantação no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias e finalizar a execução no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do presente Termo, sob pena de suspensão e/ou cancelamento da autorização até nova reavaliação do projeto pelo DER. 2.3. O início das obras tratadas neste Termo somente poderá ocorrer após a liberação da faixa de domínio pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7. 2.4. Na hipótese de o Interessado necessitar de um prazo maior para o início das obras em virtude de uma inevitável modificação nos projetos apresentados de modo a haver uma compatibilidade técnica, essa modificação deverá ser apresentada ao DER para reanálise, aprovação e ajustes de prazos. 2.5. Quando se verificar caso fortuito ou motivo devidamente justificado que impeça a implantação dentro do prazo estipulado, este poderá ser prorrogado a critério da Coordenadoria Geral Regional de Assis -CGR.7, mediante requerimento do Interessado, acompanhado de um novo cronograma de obras. 2.6. O Interessado deverá observar todas as disposições relativas e expressas neste Termo. Cláusula Terceira - Remuneração: 3.1. A referida ocupação está isenta de remuneração por se tratar de órgão da administração pública municipal, de acordo com o item "10" do Regulamento de Ocupação de Faixa de Domínio, devidamente aprovado pela Portaria SUP/DER nº 050, de 21/07/2009. Finalidade: Seguindo as mesmas Normas indicadas no presente Termo de Compromisso e Autorização. Confirmações:Continuam em vigor as demais cláusulas que não colidam com o presente TCA. Data da assinatura 23/06/2025.

COMUNICADO

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO (TCA)

Termo de Compromisso e Autorização nº 121/CGR.7/2025
Processo SEI nº 139.00041431/2025-91

Interessado: Prefeitura Municipal de Garça

Assunto: Câmeras de Monitoramento das Prefeituras nas faixas de domínio do DER/SP.

Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7

Despacho da Coordenadora Geral, de 27/05/2025

Termo de Compromisso e Autorização (TCA), onde o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia do Estado de São Paulo, CNPJ. nº 43.052.497/0001-02, com sede na Avenida do Estado, nº 777, cidade de São Paulo (SP), Autoriza por este instrumento a Prefeitura Municipal de Garça, CNPJ. nº 44.518.371/0001-35 a executar as obras e serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem. Cláusula Primeira – Objeto: 1.1. O DER autoriza e o Interessado se compromete a executar as obras e serviços para implantação e instalação de equipamentos de detecção e identificação de placas veiculares, através de obtenção de imagens, medições e leitura, visando obter somente relatórios estatísticos de passagem de veículos, conforme projeto aceito pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7 e Coordenadoria Geral de Operação Viária - CGOV e suas concordâncias contidas no Processo SEI acima citado, bem como manifestação favorável da Coordenadoria de Desapropriação, Reassentamento e Faixa de Domínio (CDP), no seguinte local: Rodovia SP-349, na altura do km 14+380 metros, lado direito, trecho Garça - Álvaro de Carvalho, sentido Norte; Rodovia SP-349, na altura do km 8+980 metros, lado direito, trecho Gália - Garça, sentido Norte. Cláusula Segunda - Do Prazo e da Prorrogação: 2.1. Após a assinatura do Termo de Compromisso e Autorização a implantação deverá ser efetuada de acordo com o cronograma apresentado junto à Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7, seguindo os projetos constantes do protocolo aqui citado; 2.2. O Interessado deverá iniciar as obras de implantação no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias e finalizar a execução no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do presente Termo, sob pena de suspensão e/ou cancelamento da autorização até nova reavaliação do projeto pelo DER. 2.3. O início das obras tratadas neste Termo somente poderá ocorrer após a liberação da faixa de domínio pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7. 2.4. Na hipótese de o Interessado necessitar de um prazo maior para o início das obras em virtude de uma inevitável modificação nos projetos apresentados de modo a haver uma compatibilidade técnica, essa modificação deverá ser apresentada ao DER para reanálise, aprovação e ajustes de prazos. 2.5. Quando se verificar caso fortuito ou motivo devidamente justificado que impeça a implantação dentro do prazo estipulado, este poderá ser prorrogado a critério da Coordenadoria Geral Regional de Assis -CGR.7, mediante requerimento do Interessado, acompanhado de um novo cronograma de obras. 2.6. O Interessado deverá observar todas as disposições relativas e expressas neste Termo. Cláusula Terceira - Remuneração: 3.1. A referida ocupação está isenta de remuneração por se tratar de órgão da administração pública municipal, de acordo com o item "10" do Regulamento de Ocupação de Faixa de Domínio, devidamente aprovado pela Portaria SUP/DER nº 050, de 21/07/2009. Finalidade: Seguindo as mesmas Normas indicadas no presente Termo de Compromisso e Autorização. Confirmações: Continuam em vigor as demais cláusulas que não colidam com o presente TCA. Data da assinatura 23/06/2025.

COMUNICADO

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO (TCA)

Termo de Compromisso e Autorização nº 123/CGR.7/2025

Processo SEI nº 139.00041431/2025-91

Interessado: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Piraju

Assunto: Câmeras de Monitoramento das Prefeituras nas faixas de domínio do DER/SP.

Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7

Despacho da Coordenadora Geral, de 27/05/2025

Termo de Compromisso e Autorização (TCA), onde o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia do Estado de São Paulo, CNPJ. nº 43.052.497/0001-02, com sede na Avenida do Estado, nº 777, cidade de São Paulo (SP), Autoriza por este instrumento a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Piraju, CNPJ. nº 46.223.699/0001-50, a executar as obras e serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem. Cláusula Primeira – Objeto: 1.1. O DER autoriza e o Interessado se compromete a executar as obras e serviços para implantação e instalação de equipamentos de detecção e identificação de placas veiculares, através de obtenção de imagens, medições e leitura, visando obter somente relatórios estatísticos de passagem de veículos, conforme projeto aceito pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7 e Coordenadoria Geral de Operação Viária - CGOV e suas concordâncias contidas no Processo SEI acima citado, bem como manifestação favorável da Coordenadoria de Desapropriação, Reassentamento e Faixa de Domínio (CDP), no seguinte local: Rodovia SP-287, na altura do km 31+400 metros, trecho Sarutaia - Piraju, trevo de Acesso a Piraju, sentido Sul; Rodovia SP-287, na altura do km 30+300 metros, trecho Sarutaia - Piraju, trevo de acesso a Piraju, sentido Norte; Rodovia SP-326/270, na altura do km 37, trevo de acesso perímetro urbano, sentido Leste. Cláusula Segunda – Do Prazo e da Prorrogação: 2.1. Após a assinatura do Termo de Compromisso e Autorização a implantação deverá ser efetuada de acordo com o cronograma apresentado junto à Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7, seguindo os projetos constantes do protocolo aqui citado; 2.2. O Interessado deverá iniciar as obras de implantação no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias e finalizar a execução no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura do presente Termo, sob pena de suspensão e/ou cancelamento da autorização até nova reavaliação do projeto pelo DER. 2.3. O início das obras tratadas neste Termo somente poderá ocorrer após a liberação da faixa de domínio pela Coordenadoria Geral Regional de Assis – CGR.7. 2.4. Na hipótese de o Interessado necessitar de um prazo maior para o início das obras em virtude de uma inevitável modificação nos projetos apresentados de modo a haver uma compatibilidade técnica, essa modificação deverá ser apresentada ao DER para reanálise, aprovação e ajustes de prazos. 2.5. Quando se verificar caso fortuito ou motivo devidamente justificado que impeça a implantação dentro do prazo estipulado, este poderá ser prorrogado a critério da Coordenadoria Geral Regional de Assis -CGR.7, mediante requerimento do Interessado, acompanhado de um novo cronograma de obras. 2.6. O Interessado deverá observar todas as disposições relativas e expressas neste Termo. Cláusula Terceira - Remuneração: 3.1. A referida ocupação está isenta de remuneração por se tratar de órgão da administração pública municipal, de acordo com o item "10" do Regulamento de Ocupação de Faixa de Domínio, devidamente aprovado pela Portaria SUP/DER nº 050, de 21/07/2009. Finalidade: Seguindo as mesmas Normas indicadas no presente Termo de Compromisso e Autorização. Confirmações:Continuam em vigor as demais cláusulas que não colidam com o presente TCA. Data da assinatura 23/06/2025.

RETIFICAÇÃO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7

Retificação do DO., de 23/06/2025

No Despacho da Coordenadora Geral, de 11/06/2025. Processo SEI nº 139.00062190/2024-32, onde se lê: Extrato de Compromisso e Autorização, leia-se: Extrato de Termo de Compromisso e Autorização, e onde se lê: Coordenadoria Geral Regional de Assis - CRG.7, leia-se: Coordenadoria Geral Regional de Assis - CGR.7 .

SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

GABINETE DO SECRETÁRIO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 006/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 006/2025

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A CONSTRUÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO CAMPOS ELÍSEOS

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, torna pública a realização da Concorrência Internacional nº 06/2025, da concessão administrativa para a construção, reforma, adequação, manutenção, conservação, gestão e operação do Centro Administrativo Campos Elíseos.

Os documentos da licitação (edital, contrato e anexos) estarão disponíveis para consulta no site da SPI, pelo sítio eletrônico https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/centro-administrativo-dos-campos-eliseos/ e no Data Room da concessão, a partir de 24 de junho de 2025. Os documentos também poderão ser fornecidos aos interessados que comparecerem à Rua Iaiá, nº 126, 12º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, Núcleo de Apoio Administrativo, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, no mesmo período indicado, mediante a apresentação de mídia gravável ou dispositivo equivalente, necessários para cópia do arquivo, com capacidade suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados.

Os interessados poderão apresentar pedidos de esclarecimentos até o dia 05 de setembro de 2025. Conforme regramento do edital, os pedidos deverão ser encaminhados para o e-mail editalpppcentroadm@sp.gov.br.

A Sessão Pública de entrega dos envelopes acontecerá no dia 06 de outubro de 2025, das 10h às 11h, na sede da B3 (Rua XV de Novembro, 275, Centro), em São Paulo.

A Sessão Pública de abertura das Propostas ocorrerá no dia 10 de outubro de 2025, a partir das 16h, na B3, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo/SP.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

SUPERINTENDÊNCIA RODOVIÁRIA - SUROD

COMUNICADO - PROCESSO SEI! Nº 134.00019823/2025-12 – EIXO SP Concessionaria de Rodovias S/A.

Intimação para ciência e eventual manifestação referente aos Relatórios 0071190176, 0071190349 e 0071190513 no prazo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação.

SUPERINTENDÊNCIA RODOVIÁRIA - SUROD

COMUNICADO - PROCESSO SEI! Nº 134.00020245/2025-59 – EIXO SP Concessionaria de Rodovias S/A.

Intimação para ciência e eventual manifestação referente ao Relatório 0071664955 no prazo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTES COLETIVOS: ABERTURA DE VISTAS E MANIFESTAÇÕES - AUTOS 6492/DER/70

AUTOS 6492/DER/70 – SEI nº 134.00007938/2025-56 – (Linha Rod. Mogi das Cruzes – Praia Grande) – VIAÇÃO COMETA S/A., Acha-se aberto prazo de 07 (SETE) DIAS para VISTAS E EVENTUAIS MANIFESTAÇÕES, quanto ao pedido de alteração operacional da tabela de horários e distâncias (doc. 0066133287). Para agendamento de vistas e encaminhamento de manifestações deverão ser enviadas por meio de peticionamento eletrônico ou pelo e-mail: vistas@artesp.sp.gov.br

CONSELHO DIRETOR

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 250, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00023616/2023-92.

Procedência: Diretor Diego Zanatto.

Interessado: Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Assunto: Avaliação da alteração da localização da implantação do SAU, inicialmente previsto para o km 96 da SP 065, para a nova localização no km 67+700, sentido sul, da SP 360.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

AUTORIZA a mudança do local de implantação do SAU previsto no item 02.03.02.12, do Cronograma Físico-Financeiro, para o km 67+700, sentido sul, da Rodovia SP 360;

HOMOLOGA o ajuste no Cronograma Físico-Financeiro para refletir apenas a alteração do local da execução do investimento item 02.03.02.12; e

RECONHECE que essa alteração não configura evento de desequilíbrio econômico-financeiro, mantida a alocação de riscos estabelecida no contrato de concessão.

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro

Diretora e em substituição ao

André Isper Rodrigues Barnabé

Diretor-Presidente[1]

Diego Albert Zanatto

Diretor

Santi Ferri

Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 251, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00006134/2023-78.

Procedência: Diretor Diego Zanatto.

Interessado: Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Assunto: Ajuste do Cronograma Investimentos do lote 28, diante da implantação do 17º SAU, situado na SP 330 - Remanescente km 373+000 Sul (antigo BSO - Base de Serviços Operacionais existente adequada pela Concessionária).

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

HOMOLOGA o ajuste no cronograma de investimentos para prever a implantação, por liberalidade da Concessionária, do 17º SAU, conforme item 0203020209 – SP 330 - Remanescente km 373+000 Sul (antigo BSO - Base de Serviços Operacionais existente adequado pela Concessionária) – "SAU 15", investimentos iniciados em 07/07/2020 e concluídos em 02/08/2021; e

RECONHECE que essa alteração não configura evento de desequilíbrio econômico-financeiro, mantida a alocação de riscos estabelecida no contrato de concessão.

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro

Diretora e em substituição ao

André Isper Rodrigues Barnabé

Diretor-Presidente[1]

Diego Albert Zanatto

Diretor

Santi Ferri

Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 252, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00007354/2023-19.

Procedência: Diretor Diego Zanatto.

Interessado: Concessionária Rodovias das Colinas S.A.

Assunto: Recurso administrativo interposto pela Concessionária, em face da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, realizada na 1013ª Reunião Ordinária, que reconheceu o evento de desequilíbrio decorrente da publicação da Resolução SLT nº 04/2018, especificamente seus efeitos nas receitas tarifárias do mês de março de 2019, discordando da metodologia de cálculo dos efeitos financeiros do desequilíbrio, que considerou "os dados de tráfego real" ao invés das projeções financeiras.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

CONHECE o recurso interposto pela Concessionária Rodovias das Colinas S.A., em conformidade com a Lei Estadual nº 10.177/98, contra a decisão deste Conselho Diretor.

NÃO PROVÊ o recurso apresentado pela Concessionária Rodovias das Colinas S.A., em face da deliberação proferida na 1013ª Reunião do Conselho Diretor, realizada em 14 de setembro de 2022 (fls. 115/117 - SEI! nº 2023892), ante a inexistência de fatos técnicos e argumentos novos, mantendo-se a decisão proferida.

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro

Diretora e em substituição ao

André Isper Rodrigues Barnabé

Diretor-Presidente[1]

Diego Albert Zanatto

Diretor

Santi Ferri

Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 253, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00000029/2024-74.

Procedência: Superintendência de Novos Investimentos - SUINV.

Interessado: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Assunto: Termo Aditivo e Modificativo Preliminar nº 22/2025 ao Contrato de Concessão nº 007/CR/1998.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais,

diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

a) APROVA a minuta final do **Termo Aditivo e Modificativo Preliminar nº 22/2025** (SEI! nº 0070340104), que tem o escopo incorporar, ao Contrato de Concessão 007/CR/1998, mediante futuro reequilíbrio contratual, a responsabilidade pela elaboração de todos os estudos e respectivos projetos, funcional e executivo, necessários para a futura construção e implantação de nova infraestrutura, visando à ampliação de capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes, para uma nova ligação entre o planalto e a baixada santista (3ª pista na Rodovia dos Imigrantes no trecho de serra);

b) AUTORIZA a celebração do Termo Aditivo e Modificativo Preliminar nº 22/2025;

c) RECONHECE, em observância ao item 39 do Parecer CJ/ARTESP nº 180/2024, a materialização de riscos que impactaram o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e para os quais ainda inexista um reconhecimento formal pela ARTESP, em virtude da impossibilidade de estabelecer, neste momento, o seu *quantum*, considerando o estágio do projeto de implantação da 3ª pista na Rodovia dos Imigrantes no trecho de serra; e

d) RATIFICA toda a instrução processual e **DETERMINAR** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 254, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00026367/2023-97.

Procedência: Superintendência Rodoviária - SUROD.

Interessado: Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Assunto: Postergação das datas de início e término de obra/item.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

HOMOLOGA a **POSTERGAÇÃO** das datas de início e término da obra/item - conforme Portaria ARTESP nº 02/2012, a seguir indicada:

- Item 01.05.02.01 - SP-065 Construção de paradas de cargas especiais Pista Norte - km135, no cronograma físico-financeiro do **Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, do Lote 07,** outorgado à **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.;** e

RECONHECE que de tal **POSTERGAÇÃO** de investimentos decorreu o desequilíbrio econômico-financeiro correspondente, em Valor Presente Líquido (VPL) a valores de julho de 2008 equivale a **R$ 491.857,08** (quatrocentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e oito centavos) **a ser reequilibrado a favor do Poder Concedente.**

Esse valor atualizado para o 16º ano do contrato e a valores de julho de 2024 equivale a **R$ 14.068.092,38** (quatorze milhões, sessenta e oito mil, noventa e dois reais e trinta e oito centavos). (Relatório SEI! nº 0050396590 e SEI! nº 0050397617).

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 255, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00009681/2024-96.

Procedência: Superintendência Rodoviária - SUROD.

Interessado: Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Assunto: Postergação das datas de início e término da obra/item.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

HOMOLOGA a **POSTERGAÇÃO** das datas de início e término da obra/item - conforme Portaria ARTESP nº 02/2012, a seguir indicada:

- Item 02.01.04.03.02 - SP-332 Implantação de marginais entre os km 121+120 ao 129+000, no cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, do Lote 07, outorgado à **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**; e

RECONHECE que de tal **POSTERGAÇÃO** de investimentos decorreu o desequilíbrio econômico-financeiro correspondente, em Valor Presente Líquido (VPL) a valores de julho de 2008 e a TIR contratual de 16,55703% ao montante de **R$ 11.796.903,84** (onze milhões, setecentos e noventa e seis mil, novecentos e três reais e oitenta e quatro centavos) **a ser reequilibrado a favor do Poder Concedente.**

Esse valor, atualizado para o 17º ano contratual e aos preços de julho de 2024 equivale a **R$ 393.280.848,42** (trezentos e noventa e três milhões, duzentos e oitenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos). (SEI! nº 0067073545 e SEI! nº 0067079922).

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 256, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00023963/2023-15.

Procedência: Superintendência Rodoviária - SUROD.

Interessado: Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Assunto: Postergação das datas de início e término de obra/item.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

HOMOLOGA a **POSTERGAÇÃO** das datas de início e término da obra/item - conforme Portaria ARTESP nº 02/2012, da obra a seguir indicada:

- Item 02.01.02.41 - SP-065 Estrada secundária com 180 m - km 44,600, no cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, do Lote 07, outorgado à **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**, e

RECONHECE que de tal **POSTERGAÇÃO** de investimentos decorreu o desequilíbrio econômico-financeiro correspondente, em Valor Presente Líquido (VPL) a valores de julho de 2008 e a TIR contratual de 16,55703% ao montante de **R$ 6.316,35** (seis mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos) **a ser reequilibrado a favor do Poder Concedente.**

Esse valor atualizado para o 16º ano do contrato e a valores de julho de 2024 equivalem a **R$ 180.660,32** (cento e oitenta mil, seiscentos e sessenta reais e trinta e dois centavos) - (SEI! nº 0047454254, SEI! nº 0047454400 e SEI! nº 0047457750).

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 257, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00012948/2025-11.

Procedência: Gabinete da Presidência.

Interessado: Concessionária Novo Litoral.

Assunto: Análise da minuta do Contrato de Administração de Contas (Apêndice D) do Contrato de Concessão Patrocinada nº 0540/ARTESP/2024.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

(i) APROVA a minuta final do Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas, Contrato de Concessão Patrocinada nº 0540/ARTESP/2024 - Lote Litoral Paulista, lote 32 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, que tem por objetivo disciplinar as CONTAS DA CONCESSÃO e as respectivas movimentações pelo BANCO DEPOSITÁRIO, conforme minuta no SEI! nº 0071725680, com a condição de que (i) a Concessionária apresente justificativa plausível quanto à autorização para abertura de conta de investimento, indicada no Anexo IV, uma vez que todo investimento realizado no âmbito das contas da concessão que não sejam realizados nos termos do Contrato de Administração de Contas, devem ser submetidos à aprovação da ARTESP; e (ii) a Concessionária inclua os valores indicados no Anexo III, que trata sobre a remuneração ao instrumento particular de contrato de administração de contas.

(ii) AUTORIZA a celebração do Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas, nos termos da minuta SEI! nº 0071725680, após atendimentos do quanto indicado no item (i).

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 258, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00019870/2025-58.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionárias dos Lotes da 1ª e 2ª fases do programa de Concessão e Rodoanel Trechos Oeste e Concessionária SPMar S.A(ii) Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. e (iii) Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Assunto: Publicação das tarifas de pedágio que serão aplicadas no exercício de 2025 para (i) às Concessionárias da 1ª e 2ª fases do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo, Rodoanel Oeste e Concessionária SPMar S.A. (ii) Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. e (iii) Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

HOMOLOGA e PUBLICA as tarifas de pedágio constantes do **Anexo 1 que deverão vigorar a partir das 00:00:00 hora de 1º de julho de 2025** para as Concessionárias: **Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - AUTOBAN, Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - INTERVIAS, Concessionária Rota das Bandeiras S.A., Renovias Concessionária S.A., Rodovias das Colinas S.A., Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A. - SPVias, Concessionária Rodovias do Tietê S.A., Concessionária Ecovias dos imigrantes S.A., Concessionária Ecovias do Leste Paulista S.A., Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., Concessionária SPMar S.A. e Rodovia dos Tamoios S.A.**, conforme os respectivos contratos de concessão e, se for o caso, aplicação de medidas cautelares de mitigação de desequilíbrios, nos termos da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023 por decisão da Secretaria de Parcerias em investimento, conforme Processos SEI! nº: 134.00015513/2025-11, 134.00015514/2025-65, 021.00001047/2023-92, 021.00000152/2023-12, 021.00001050/2023-14, 021.00001094/2023-36, 021.00001053/2023-40, 021.00001048/2023-37, 021.00001052/2023-03 e 021.00001056/2023-83.

HOMOLOGA e PUBLICA as tarifas de pedágio constantes do **Anexo 2 que deverão vigorar a partir das 00:00:00 hora de 06 de julho de 2025** para a **Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.**, conforme o contrato de concessão e aplicação de medida cautelar de mitigação de desequilíbrios, nos termos da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023 por decisão da Secretaria de Parcerias em investimento, conforme Processos SEI! nº: 134.00015512/2025-76, 021.00000150/2023-15 e 134.00029248/2024-77.

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

ANEXO 1 – Tabela de Tarifas das Praças de Pedágio/Pórticos

CONCESSIONÁRIAS E TAMOIOS

Vigência (Previsão): a partir da 00:00:00 de **01/07/2025**

PEDÁGIOS CONCEDIDOS COM TARIFA QUILOMÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025					
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - AUTOBAN		LOTE - 1 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO
Via Anhanguera	SP-330	PERUS	026+495	R$ 13,70	R$ 13,70
Via Anhanguera	SP-330	VALINHOS	082+000	R$ 13,60	R$ 13,60
Via Anhanguera	SP-330	VALINHOS	081+000	R$ 13,60	R$ 13,60
Via Anhanguera	SP-330	NOVA ODESSA	118+000	R$ 12,10	R$ 12,10
Via Anhanguera	SP-330	LIMEIRA	152+000	R$ 9,20	R$ 9,20
Rodovia dos Bandeirantes	SP-348	CAIEIRAS *	036+200	R$ 13,70	R$ 13,70
Rodovia dos Bandeirantes	SP-348	CAMPO LIMPO *	039+047	R$ 13,70	R$ 13,70

Rodovia dos Bandeirantes	SP-348	ITUPEVA	077+430	R$ 13,60	R$ 13,60
Rodovia dos Bandeirantes	SP-348	SUMARÉ	115+520	R$ 12,10	R$ 12,10
Rodovia dos Bandeirantes	SP-348	LIMEIRA	159+550	R$ 9,20	R$ 9,20
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - INTERVIAS		LOTE - 06 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO
Rodovia Sem Denominação	SP-147	MOGI MIRIM	052+000	R$ 11,10	R$ 11,10
Rodovia Engº João Tosello	SP-147	LIMEIRA	091+300	R$ 12,60	R$ 12,60
Rodovia Dep.Laércio Corte	SP-147	IRACEMÁPOLIS	127+200	R$ 8,60	R$ 8,60
Rodovia Wilson Finardi	SP-191	ARARAS	027+500	R$ 9,80	R$ 9,80
Rodovia Wilson Finardi	SP-191	RIO CLARO	059+000	R$ 5,00	R$ 5,00
Rodovia Doutor Paulo Lauro	SP-215	STA CRUZ PALMEIRAS	065+550	R$ 9,00	R$ 9,00
Rodovia Doutor Paulo Lauro	SP-215	DESCALVADO	104+400	R$ 9,20	R$ 9,20
Via Anhanguera	SP-330	LEME	181+760	R$ 11,20	R$ 11,20
Via Anhanguera	SP-330	PIRASSUNUNGA	215+000	R$ 11,20	R$ 11,20
Renovias Concessionária S.A.		LOTE - 11 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-340	JAGUARIÚNA	123+500	R$ 17,60	R$ 17,60
Rodovia Dep.Mário Beni	SP-340	ESTIVA GERBI	192+840	R$ 10,50	R$ 10,50
Rodovia Prof. Boanerges Nogueira de Lima	SP-340	CASA BRANCA	221+292	R$ 9,40	R$ 9,40
Rodovia Prof. José André de Lima	SP-340	MOCOCA	254+690	R$ 8,90	R$ 8,90
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-342	ESP. SANTO DO PINHAL	191+890	R$ 13,10	R$ 13,10
Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros	SP-342	ÁGUAS DA PRATA	240+000	R$ 6,30	R$ 6,30
Rodovia Dom Tomás Vaquero	SP-344	AGUAÍ	219+000	R$ 6,60	R$ 6,60
Rodovia Dom Tomás Vaquero	SP-344	S. J. DA BOA VISTA	230+440	R$ 7,40	R$ 7,40
Rodovia Dep.Eduardo Vicente Nasser	SP-350	ITOBI	252+140	R$ 13,40	R$ 13,40
Rodovia Prof. José André de Lima	SP-340	Pórtico Jaguariúna	123+500	R$ 8,80	R$ 8,80
Rodovia Prof. José André de Lima	SP-340	Pórtico Santo Antônio de Posse	147+030	R$ 8,80	R$ 8,80

PEDÁGIOS CONCEDIDOS COM TARIFA QUILOMÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025

Concessionária Rodovias das Colinas S.A.		LOTE - 13 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	INDAIATUBA	060+800	R$ 19,40	R$ 19,40
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	INDAIATUBA (BLOQUEIO)	062+000	R$ 19,40	R$ 19,40
Rodovia Fausto Santomauro	SP-127	RIO CLARO	012+625	R$ 8,80	R$ 8,80
Rodovia Cornélio Pires	SP-127	RIO DAS PEDRAS	058+650	R$ 14,20	R$ 14,20
Rodovia Pres.Castello Branco	SP-280	BOITUVA (BLOQUEIO)	110+800	R$ 13,80	R$ 13,80
Rodovia Pres.Castello Branco	SP-280	BOITUVA	111+300	R$ 13,80	R$ 13,80
Rodovia Dom Grabiel Paulino Bueno Couto	SP-300	ITUPEVA	076+680	R$ 10,60	R$ 10,60
Rodovia Marechal Rondon	SP-300	PORTO FELIZ	136+722	R$ 11,00	R$ 11,00
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Aeroporto (PaP)	66+700	R$ 1,50	R$ 1,50
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Bloqueio Indaiatuba (PaP)	62+000	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Campinas (PaP)	70+650	R$ 2,70	R$ 2,70
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Itu 1 (PaP)	26+750	R$ 4,30	R$ 4,30
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Itu 2 (PaP)	32+100	R$ 2,80	R$ 2,80
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Praça Indaiatuba (PaP)	60+800	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Salto 1 (PaP)	33+150	R$ 2,80	R$ 2,80
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Salto 2 (PaP)	43+350	R$ 4,30	R$ 4,30
Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado	SP-075	Pórtico Salto 3 (PaP)	44+400	R$ 4,30	R$ 4,30
Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A. - SPVias		LOTE - 20 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO
Rodovia Antônio Romano Schincariol	SP-127	MORRO DO ALTO (TATUÍ)	128+900	R$ 15,90	R$ 15,90
Rodovia Antônio Romano Schincariol	SP-127	MORRO DO ALTO (ITAPETININGA)	133+900	R$ 15,90	R$ 15,90
Rodovia Prof. Francisco da Silva Pontes	SP-127	GRAMADÃO	196+725	R$ 14,30	R$ 14,30
Rodovia João Mellão	SP-255	AVARÉ	240+300	R$ 10,80	R$ 10,80
Rodovia Francisco Alves Negrão	SP-258	BURI	250+145	R$ 15,40	R$ 15,40
Rodovia Francisco Alves Negrão	SP-258	ITARARÉ	326+670	R$ 9,90	R$ 9,90
Rodovia Raposo Tavares	SP-270	ALAMBARI	135+300	R$ 12,10	R$ 12,10
Rodovia Pres.Castello Branco	SP-280	QUADRA	158+300	R$ 19,40	R$ 19,40
Rodovia Pres.Castello Branco	SP-280	ITATINGA	208+400	R$ 19,40	R$ 19,40
Rodovia Pres.Castello Branco	SP-280	IARAS	278+000	R$ 13,20	R$ 13,20
Concessionária Ecovias dos imigrantes S.A.		LOTE - 22 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO
Rodovia Cônego Domênico Rangoni	SP-055	SANTOS	250+464	R$ 18,30	R$ 18,30
Rodovia Padre Manoel da Nóbrega	SP-055	SÃO VICENTE	279+950	R$ 10,90	R$ 10,90
Via Anchieta	SP-150	RIACHO GRANDE	031+106	R$ 38,70	R$ 38,70
Rodovia dos Imigrantes	SP-160	DIADEMA (BLOQUEIO)	015+917	R$ 3,10	R$ 3,10
Rodovia dos Imigrantes	SP-160	ELDORADO (BLOQUEIO)	020+100	R$ 5,70	R$ 5,70
Rodovia dos Imigrantes	SP-160	BATISTINI (BLOQUEIO)	025+579	R$ 9,10	R$ 9,10
Rodovia dos Imigrantes	SP-160	PIRATININGA	032+381	R$ 38,70	R$ 38,70

PEDÁGIOS CONCEDIDOS COM TARIFA QUILOMÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.		LOTE 7 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodovia Romildo Prado	SP-063	LOUVEIRA	010+370	R$ 3,90	R$ 3,90	R$ 1,95
Rodovia Dom Pedro I	SP-065	IGARATÁ	026+500	R$ 13,30	R$ 13,30	R$ 6,65
Rodovia Dom Pedro I	SP-065	ATIBAIA	079+900	R$ 10,60	R$ 10,60	R$ 5,30
Rodovia Dom Pedro I	SP-065	ITATIBA	110+100	R$ 15,30	R$ 15,30	R$ 7,65
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	PAULÍNIA A	135+500	R$ 12,00	R$ 12,00	R$ 6,00
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	PAULÍNIA B	132+550	R$ 16,70	R$ 16,70	R$ 8,35
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	ENGENHEIRO COELHO	159+700	R$ 9,20	R$ 9,20	R$ 4,60
Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra	SP-360	JUNDIAÍ	077+100	R$ 6,10	R$ 6,10	R$ 3,05
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	Paulínia Jd. Betel (PaP)	119+100	R$ 5,50	R$ 5,50	R$ 2,75
Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra	SP-360	Pórtico km 74 (PaP)	74+000	R$ 3,80	R$ 3,80	R$ 1,90
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	Pórtico Cosmópolis (PaP)	146+500	R$ 1,30	R$ 1,30	R$ 0,65
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	Pórtico Engº Coelho (PaP)	159+700	R$ 7,90	R$ 7,90	R$ 3,95
Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra	SP-360	Pórtico Jundiaí (PaP)	77+100	R$ 2,30	R$ 2,30	R$ 1,15
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	Pórtico Paulínia A (PaP)	135+500	R$ 6,50	R$ 6,50	R$ 3,25
Rodovia Professor Zeferino Vaz	SP-332	Pórtico Paulínia B (PaP)	132+550	R$ 5,70	R$ 5,70	R$ 2,85
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART		LOTE 16 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodovia Eng. João Baptista Cabral Renno	SP-225	PIRATININGA	251+900	R$ 10,20	R$ 10,20	R$ 5,10
Rodovia Eng. João Baptista Cabral Renno	SP-225	STA CRUZ DO RIO PARDO	300+930	R$ 9,90	R$ 9,90	R$ 4,95
Rodovia Raposo Tavares	SP-270	PALMITAL	413+490	R$ 12,20	R$ 12,20	R$ 6,10
Rodovia Raposo Tavares	SP-270	ASSIS	453+590	R$ 12,70	R$ 12,70	R$ 6,35
Rodovia Raposo Tavares	SP-270	RANCHARIA	512+300	R$ 10,40	R$ 10,40	R$ 5,20
Rodovia Raposo Tavares	SP-270	REGENTE FEIJÓ	541+540	R$ 10,40	R$ 10,40	R$ 5,20
Rodovia Raposo Tavares	SP-270	PRESIDENTE BERNADES	590+750	R$ 13,70	R$ 13,70	R$ 6,85
Rodovia Raposo Tavares	SP-270	CAIUÁ	639+000	R$ 10,30	R$ 10,30	R$ 5,15
Rodovia Orlando Quagliato	SP-327	OURINHOS	014+500	R$ 10,30	R$ 10,30	R$ 5,15
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.		LOTE 19 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	AVAÍ	367+767	R$ 8,50	R$ 8,50	R$ 4,25
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	PIRAJUÍ	400+833	R$ 8,00	R$ 8,00	R$ 4,00
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	PROMISSÃO	455+715	R$ 9,60	R$ 9,60	R$ 4,80
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	GLICÉRIO	497+912	R$ 10,60	R$ 10,60	R$ 5,30
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	RUBIÁCEA	562+008	R$ 9,10	R$ 9,10	R$ 4,55
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	LAVÍNIA	590+482	R$ 7,20	R$ 7,20	R$ 3,60
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	GUARAÇAÍ	621+270	R$ 7,00	R$ 7,00	R$ 3,50
Rodovia Marechal Rondon (OESTE)	SP-300	CASTILHO	655+485	R$ 5,20	R$ 5,20	R$ 2,60
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.		LOTE 21 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença	SP-101	MONTE MOR	029+700	R$ 10,10	R$ 10,10	R$ 5,05
Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença	SP-101	RAFARD	055+800	R$ 7,20	R$ 7,20	R$ 3,60
Rodovia Marechal Rondon (LESTE)	SP-300	CONCHAS	192+100	R$ 9,70	R$ 9,70	R$ 4,85
Rodovia Marechal Rondon (LESTE)	SP-300	ANHEMBI	228+200	R$ 11,00	R$ 11,00	R$ 5,50
Rodovia Marechal Rondon (LESTE)	SP-300	BOTUCATU	259+300	R$ 7,70	R$ 7,70	R$ 3,85
Rodovia Marechal Rondon (LESTE)	SP-300	AREIÓPOLIS	285+000	R$ 8,60	R$ 8,60	R$ 4,30
Rodovia Marechal Rondon (LESTE)	SP-300	AGUDOS	314+000	R$ 8,40	R$ 8,40	R$ 4,20
Rodovia do Açucar - Comendador Mário Dedini	SP-308	SALTO	109+300	R$ 4,90	R$ 4,90	R$ 2,45
Rodovia do Açucar - Comendador Mário Dedini	SP-308	RIO DAS PEDRAS	147+300	R$ 11,00	R$ 11,00	R$ 5,50
CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS		LOTE 23 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodovia Ayrton Senna da Silva	SP-070	ITAQUAQUECETUBA	032+900	R$ 5,70	R$ 5,70	R$ 2,85
Rodovia Ayrton Senna da Silva	SP-070	GUARAREMA	057+800	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodovia Governador Carvalho Pinto	SP-070	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	092+500	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodovia Governador Carvalho Pinto	SP-070	CAÇAPAVA	114+000	R$ 5,50	R$ 5,50	R$ 2,75

PEDÁGIOS CONCEDIDOS COM TARIFA QUILOMÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.		LOTE 24 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 1 - RAIMUNDO PEREIRA DE MAGALHÃES	000+360	R$ 3,50	R$ 3,50	Não Aplica

Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 2 - BANDEIRANTES (I) RAMO F	003+630	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 3 - BANDEIRANTES (E) RAMO A	003+050	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 4 - ANHANGUERA (I) RAMO F	007+000	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 5 - ANHANGUERA (I) RAMO E	006+790	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 6 - ANHANGUERA (E) RAMO A	006+210	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 7 - CASTELO BRANCO (I) RAMO E	015+610	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 8 - CASTELO BRANCO (E) RAMO A	014+290	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 9 - PADROEIRA (I) RAMO F	020+870	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 10 - PADROEIRA (E) RAMO A	019+460	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 11 - RAPOSO TAVARES (I) RAMO E	024+700	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 12 - RAPOSO TAVARES (E) RAMO A	024+000	R$ 3,50	R$ 3,50
Rodoanel Mário Covas - TRECHO OESTE	SP-021	PRAÇA 13 - OSASCO (E) - Régis Bittencourt	025+360	R$ 3,50	R$ 3,50

PEDÁGIOS CONCEDIDOS COM TARIFA QUILOMÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.		LOTE 25 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodoanel Mário Covas - TRECHO SUL	SP-021	PRAÇA 1 - TRECHO SUL / TRECHO OESTE (Pista Interna)	50+000	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodoanel Mário Covas - TRECHO SUL	SP-021	PRAÇA 2 - TRECHO SUL / IMIGRANTES (Pista Externa)	70+200	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodoanel Mário Covas - TRECHO SUL	SP-021	PRAÇA 3 - TRECHO SUL / IMIGRANTES (Pista Externa)	70+300	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodoanel Mário Covas - TRECHO SUL	SP-021	PRAÇA 4 - TRECHO SUL / IMIGRANTES (Pista Interna)	71+400	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodoanel Mário Covas - TRECHO SUL	SP-021	PRAÇA 5 - TRECHO SUL / VIA ANCHIETA (Pista Interna)	75+500	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodoanel Mário Covas - TRECHO SUL	SP-021	PRAÇA 6 - TRECHO SUL INTERSECÇÃO TRECHO LESTE (Pista Externa - P6E)	86+950	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70
Rodoanel Mário Covas - TRECHO SUL	SPA-086/021	PRAÇA 7 - TRECHO SUL / AV. PAPA JOÃO XXIII (Mauá)	0+300	R$ 5,40	R$ 5,40	R$ 2,70

PEDÁGIOS CONCEDIDOS COM TARIFA QUILOMÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025

CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.		LOTE 25 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodoanel Mário Covas - TRECHO LESTE	SP-021	Praça Leste 1 (Alça de Ligação) / Trecho Leste - Papa João XXIII	88+000	R$ 4,10	R$ 4,10	R$ 2,05
Rodoanel Mário Covas - TRECHO LESTE	SP-021	Praça Leste 2 (Pista Interna) / Trecho Leste - Trecho Sul	87+940	R$ 4,10	R$ 4,10	R$ 2,05
Rodoanel Mário Covas - TRECHO LESTE	SP-021	Praça Leste 5 e 6 (Alça Interna e Externa) / Trecho Leste - Ayrton Senna	124+740	R$ 4,10	R$ 4,10	R$ 2,05
Rodoanel Mário Covas - TRECHO LESTE	SP-021	Praça Leste 7 (Pista Externa) - Intersecção Trecho Leste com Via Dutra	127+485	R$ 4,10	R$ 4,10	R$ 2,05

PEDÁGIOS CONCEDIDOS COM TARIFA QUILOMÉTRICA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2025

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.		LOTE 27 PRAÇAS DE PEDÁGIO	LOCALIZAÇÃO (KM)	PASSEIO	COMERCIAL POR EIXO	MOTOS
Rodovia dos Tamoios	SP-099	P1 - Jambeiro	16+100	R$ 5,80	R$ 5,80	R$ 2,90
Rodovia dos Tamoios	SP-099	P2 - Paraibuna	59+300	R$ 12,30	R$ 12,30	R$ 6,15
Rodovia dos Tamoios	SPI 097/055	P3 - Caraguatatuba	13+500	R$ 5,50	R$ 5,50	R$ 2,75

ANEXO 2 – Tabela de Tarifas das Praças de Pedágio

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Vigência (Previsão): a partir da 00:00:00 de 06/07/2025

Tarifas em R$

Multiplicador	jul/25	SP 333 - Pongaí (km 234+555)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	11,50	10,92
2	CAT-2	23,10	21,94
3	CAT-3	34,60	32,87
4	CAT-4	46,10	43,79
5	CAT-5	57,70	54,81
6	CAT-6	69,20	65,74
1,5	CAT-7	17,30	16,43
2	CAT-8	23,10	21,94
0,5	CAT-9	5,80	5,51

Multiplicador	jul/25	SP 333 - Marília (km 315+150)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	12,90	12,25
2	CAT-2	25,80	24,51
3	CAT-3	38,70	36,76
4	CAT-4	51,70	49,11
5	CAT-5	64,60	61,37
6	CAT-6	77,50	73,62
1,5	CAT-7	19,40	18,43
2	CAT-8	25,80	24,51
0,5	CAT-9	6,40	6,08

Multiplicador	jul/25	SP 333 - Echaporã (km 354+727)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	11,20	10,64
2	CAT-2	22,30	21,18
3	CAT-3	33,50	31,82
4	CAT-4	44,70	42,46
5	CAT-5	55,90	53,10
6	CAT-6	67,00	63,65
1,5	CAT-7	16,80	15,96
2	CAT-8	22,30	21,18
0,5	CAT-9	5,60	5,32

Multiplicador	jul/25	SP 333 - Florínia (km 447+458)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	13,60	12,92
2	CAT-2	27,30	25,93
3	CAT-3	40,90	38,85
4	CAT-4	54,50	51,77
5	CAT-5	68,20	64,79
6	CAT-6	81,80	77,71
1,5	CAT-7	20,40	19,38
2	CAT-8	27,30	25,93
0,5	CAT-9	6,80	6,46

Multiplicador	jul/25	SP 322 - Pitangueiras (km 361+400)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	11,60	11,02
2	CAT-2	23,20	22,04
3	CAT-3	34,80	33,06
4	CAT-4	46,30	43,98
5	CAT-5	57,90	55,00
6	CAT-6	69,50	66,02
1,5	CAT-7	17,40	16,53
2	CAT-8	23,20	22,04
0,5	CAT-9	5,80	5,51

Multiplicador	jul/25	SP 322 - Sertãozinho (km 327+500)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	9,10	8,64
2	CAT-2	18,20	17,29
3	CAT-3	27,30	25,93
4	CAT-4	36,40	34,58
5	CAT-5	45,50	43,22
6	CAT-6	54,60	51,87
1,5	CAT-7	13,60	12,92
2	CAT-8	18,20	17,29
0,5	CAT-9	4,50	4,27

Multiplicador	jul/25	SP 330 - Sales Oliveira (km 350+100)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	14,30	13,58
2	CAT-2	28,50	27,07
3	CAT-3	42,80	40,66
4	CAT-4	57,10	54,24
5	CAT-5	71,30	67,73
6	CAT-6	85,60	81,32
1,5	CAT-7	21,40	20,33
2	CAT-8	28,50	27,07
0,5	CAT-9	7,10	6,74

Multiplicador	jul/25	SP 330 - Ituverava (km 405+000)	
	Tipo	Manual	AVI
1	CAT-1	17,30	16,43
2	CAT-2	34,60	32,87
3	CAT-3	51,90	49,30
4	CAT-4	69,20	65,74
5	CAT-5	86,60	82,27
6	CAT-6	103,90	98,70
1,5	CAT-7	26,00	24,70
2	CAT-8	34,60	32,87
0,5	CAT-9	8,60	8,17

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 259, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00015512/2025-76.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Assunto: Reajuste das Tarifas Quilométricas de Pedágio da, responsável pelo Lote 28 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

HOMOLOGA e PUBLICA as tarifas quilométricas de pedágio referentes ao 9º ano contratual do sistema rodoviário operado pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., com percentual de reajuste de 5,319794% de acordo com a variação acumulada do IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025 que passam a vigorar a partir da zero hora do dia 06/07/2025.

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 260, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00015513/2025-11.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionárias dos Lotes da 1ª e 2ª fases do programa de Concessão e Rodoanel Trechos Oeste, Sul e Leste.

Assunto: Reajuste Tarifário Ordinário Anual para o corrente ano de 2025 das Concessionárias dos Lotes da 1ª e 2ª fases do programa de Concessão e Rodoanel Trechos Oeste, Sul e Leste.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

HOMOLOGA e PUBLICA o reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica para os contratos firmados com as seguintes concessionárias: Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - AUTOBAN, Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - INTERVIAS, Concessionária Rota das Bandeiras S.A., Renovias Concessionária S.A., Rodovias das Colinas S.A., Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A., Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A. - SPVias, Concessionária Rodovias do Tietê S.A., Concessionária Ecovias dos imigrantes S.A., Concessionária Ecovias do Leste Paulista S.A., Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. e Concessionária SPMAR S.A. com percentual de 5,319794% baseados na variação do IPCA, entre junho/2024 e maio/2025, para vigorar a partir da zero hora de 1º de julho de 2025.

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 261, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00015514/2025-65.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Assunto: Reajuste Tarifário Anual para o corrente ano de 2025 da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., responsável pelo lote 27 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

HOMOLOGA e PUBLICA as tarifas básicas de pedágio das praças de Jambeiro (SP 099), Paraibuna (SP 099) e do Pórtico Free-Flow de Caraguatatuba (SPI 097-055) do sistema rodoviário operado pela **Concessionária Rodovias dos Tamoios S.A.**, com percentual de reajuste estimado de 5,3723% de acordo com a variação do IPCA no período, entre julho/2024 a junho/2025, para **vigorar a partir da zero hora de 1º de julho de 2025**.

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 262, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00001048/2023-37.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária Ecovias dos Imigrantes - Ecovias S.A.

Assunto: Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no contrato da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ecovias, responsável pelo Lote 22 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

APLICA novo acréscimo de **R$ 0,10** (dez centavos) por praça de pedágio nas tarifas do Contrato nº 007/CR/98, **Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ecovias**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149752, com fundamento no art. 2º, inciso III, alínea "e", da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023, em conjunto com o reajuste da Base Tarifária Quilométrica, com base na variação do IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025;

MANTÊM as medidas cautelares de mitigação do impacto dos desequilíbrios Contrato nº 007/CR/98 (Concessionária Ecovias), aplicadas em 1º de julho de 2023 e em 1º de julho de 2024, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI nº 0071149752, conforme **Ofícios nº1030345/2023-SPI-GSE** e **nº0027251246/2024-SPI-CT-ARTESP.**

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 263, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00001050/2023-14.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Renovias Concessionária S.A.

Assunto: Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no Contrato da Renovias Concessionária S.A., responsável pelo Lote 11 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

APLICA a variação acumulada do IGP-M (em vez do IPCA) entre junho de 2024 e maio de 2025 para reajuste da Base Tarifária Quilométrica das praças de pedágio do Contrato nº 004/CR/98 - **Renovias Concessionária S.A,** nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, nos termos do Despacho SEI! nº 0071149872**.**

O reajuste das tarifas de pedágio tem início de **vigência a partir das 00:00:00 de 1º de julho de 2025**;

MANTÊM as medidas cautelares de mitigação do impacto dos desequilíbrios econômico-financeiros correspondentes à aplicação do IPCA (em vez do IGP-M) nas tarifas da Renovias Concessionária S.A em 1º de julho de 2023 e em 1º de julho de 2024, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI nº 0071149872, conforme **Ofícios nº 1030922/2023-SPI-GSE** e **nº 0027251304/2024-SPI-CT-ARTESP.**

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 264, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00000150/2023-15.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Assunto: Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no contrato da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., responsável pelo Lote 28 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

APLICA novo acréscimo de R$ 0,10 (dez centavos) por praça de pedágio nas tarifas do Contrato 0352/ARTESP/2017, **Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071147222 (Processo 134.00029248/2024-77), com fundamento no art. 2º, inciso III, alínea "e", da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023, em conjunto com o reajuste da Base Tarifária Quilométrica, com base na variação do IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025;

MANTÊM a medida cautelar de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato de Concessão firmado com a Entrevias Concessionária de Rodovias (0352/ARTESP/2017), autorizada no âmbito da deliberação proferida na 183ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP correspondente a aplicação de **R$ 0,10** (dez centavos) nas tarifas de pedágio;

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 265, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00001052/2023-03.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Assunto: Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no contrato da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., responsável pelo Lote 24 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

APLICA novo acréscimo de R$ 0,10 (dez centavos) por praça de pedágio nas tarifas do Contrato nº 001/ARTESP/08, **Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149931, com fundamento no art. 2º, inciso III, alínea "e", da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023, em conjunto com o reajuste da Base Tarifária Quilométrica, com base na variação do IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025;

MANTÊM as medidas cautelares de mitigação do impacto dos desequilíbrios no Contrato nº 001/ARTESP/08, **Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI nº 0071149931, aplicadas em 1º de julho de 2023 e em 1º de julho de 2024, conforme **Ofícios nº 1031316/2023-SPI-GSE** e **nº0027251339/2024-SPI-CT-ARTESP.**

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 266, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00001053/2023-40.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária Rodovias Integradas do Oeste – SPVias S.A.

Assunto: Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no contrato da Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A - SPVias, responsável pelo Lote 20 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

APLICA novo acréscimo de R$ 0,10 (dez centavos) por praça de pedágio nas tarifas do Contrato nº 010/CR/00, **Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A - SPVIAS**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149997, com fundamento no art. 2º, inciso III, alínea "e", da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023, em conjunto com o reajuste da Base Tarifária Quilométrica, com base na variação do IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025;

MANTÊM as medidas cautelares de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato nº 010/CR/00, **Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A - SPVIAS**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149997, aplicadas em 1º de julho de 2023 e em 1º de julho de 2024, conforme **Ofícios nº 1031531/2023-SPI-GSE** e **nº0027251376/2024-SPI-CT-ARTESP.**

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 267, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00000152/2023-12.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária de Rodovias do Interior Paulista – Intervias S.A.

Assunto: Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no contrato da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista – Intervias S.A., responsável pelo Lote 06 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, **DELIBERA** nos seguintes termos:

APLICA novo acréscimo de R$ 0,10 (dez centavos) por praça de pedágio nas tarifas do Contrato nº 011/CR/00, **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - INTERVIAS**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149843, com fundamento no art. 2º, inciso III, alínea "e", da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023, em conjunto com o reajuste da Base Tarifária Quilométrica, com base na variação do IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025;

MANTÊM a medida cautelar de mitigação do impacto do desequilíbrio no Contrato nº 011/CR/00, **Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - INTERVIAS**, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI nº 0071149843, aplicada em 1º de julho de 2024, conforme **Documento SEI! nº 0030777089.**

Fica **RATIFICADA** toda a instrução processual e **DETERMINADA** a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 268, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00001094/2023-36.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária Rodovias das Colinas S.A.

Assunto:Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no Contrato Concessionária Rodovias das Colinas S.A., responsável pelo Lote 13 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

APLICA a variação acumulada do IGP-M (em vez do IPCA) entre junho de 2024 e maio de 2025 para reajuste da Base Tarifária Quilométrica das praças de pedágio do Contrato nº 012/CR/00 - Concessionária Rodovias das Colinas S.A, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149666.

O reajuste das tarifas de pedágio tem início de vigência a partir das 00:00:00 de 1º de julho de 2025;

MANTÊM as medidas cautelares de mitigação do impacto dos desequilíbrios econômico-financeiros correspondentes à aplicação do IPCA (em vez do IGP-M) nas tarifas da Concessionária Rodovias das Colinas S.A., em 1º de julho de 2023 e em 1º de julho de 2024, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149666, conforme Ofícios nº 1162437/2023-SPI-GSE e nº 0027251194/2024-SPI-CT-ARTESP.

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 269, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 021.00001047/2023-92.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. - AUTOBAN.

Assunto:Aplicação de medida cautelar de mitigação de eventos de desequilíbrio no contrato da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. – AUTOBAN, responsável pelo Lote 1 do Programa de Concessão Rodoviária do Estado de São Paulo.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

APLICA novo acréscimo de R$ 0,10 (dez centavos) por praça de pedágio nas tarifas do Contrato nº 005/CR/98, Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. – AUTOBAN, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI nº 0071149612, com fundamento no art. 2º, inciso III, alínea "e", da Resolução SPI nº 19, de 29 de maio de 2023, em conjunto com o reajuste da Base Tarifária Quilométrica, com base na variação do IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025;

MANTÊM as medidas cautelares de mitigação do impacto dos desequilíbrios econômico-financeiros do Contrato nº 005/CR/98, Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. – AUTOBAN, nos termos da decisão da Secretaria de Parcerias em Investimentos, Despacho SEI! nº 0071149612, aplicadas em 1º de julho de 2023 e em 1º de julho de 2024, conforme Ofícios nº1028280/2023-SPI-GSE e nº0027251131/2024-SPI-CT-ARTESP.

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 270, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00018799/2023-24.

Procedência: Superintendência de Regulação Econômica - SUREF.

Interessado: Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

Assunto: Escolta armada para o transporte de explosivos e acessórios.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

HOMOLOGA o evento de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da contratação de escolta armada para o transporte de explosivos e acessórios.

RECONHECE que da contratação de escolta armada para o transporte de explosivos e acessórios decorreu desequilíbrio econômico-financeiro correspondente, em Valor Presente Líquido (VPL) a valores de julho de 2013 e considerando a TIR de 8,04% a.a., ao montante de R$ 6.776.572,10 (seis milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais e dez centavos), a ser reequilibrado em favor da Concessionária, considerando o reequilíbrio por aporte de recursos na data de 30/06/2025.

Esse valor atualizado para o 11º ano contratual e a valores de julho de 2024 equivale a R$ 29.627.723,56 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos).

Fica RATIFICADA toda a instrução processual e DETERMINADA a adoção das medidas pertinentes.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

DELIBERAÇÃO ARTESP Nº 271, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1152ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor

Processo SEI! nº 134.00012138/2025-57.

Procedência: Superintendência de Administração Interna - SUADI.

Interessado: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP.

Assunto: Contratação de serviços de solução integrada de espaço colaborativo, através de Dispensa de Licitação, nos termos do inciso IX, do artigo 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis.

Ausência Justificada: André Isper Rodrigues Barnabé - Diretor-Presidente - Afastamento em caráter excepcional - SEI! nº 0068750144 e SEI! nº 0070788966.

Visto, relatado e discutido o assunto tratado nos autos do processo em tela, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, no uso de suas atribuições legais, diante dos elementos de instrução do feito, que fundamentam a presente, DELIBERA nos seguintes termos:

RATIFICAR o ato da Diretora em substituição ao Diretor-Presidente, que declarou dispensável a licitação, fundamentada no inciso IX, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 68.304, de 09 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis, e autorizou a despesa e a emissão da respectiva nota de empenho, com a finalidade da contratação direta da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, inscrita no CNPJ nº 62.577.929/0001-35, objetivando a contratação de serviços de solução integrada de espaço colaborativo, no valor total de R$ 3.247.419,60 (três milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos) para o período de 12 (doze) meses.

RATIFICA toda a instrução processual e determinar a adoção das medidas pertinentes, pelas áreas técnicas da ARTESP.

Houve aprovação dos presentes por unanimidade de votos.

PUBLIQUE-SE.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Raquel França Carneiro
Diretora e em substituição ao
André Isper Rodrigues Barnabé
Diretor-Presidente[1]
Diego Albert Zanatto
Diretor
Santi Ferri
Diretor

[1] Portaria ARTESP nº 68, de 10 de junho de 2025, Artigo 1º. - SEI! nº 0070554621.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) QUE CELEBRAM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E A NECTA GÁS NATURAL S/A

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) QUE CELEBRAM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E A NECTA GÁS NATURAL S/A

Objeto: Alteração do cronograma inicial para a conclusão das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, conforme estabelecido na Cláusula 2.3 da CLÁUSULA SEGUNDA do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre as partes, homologado no Diário Oficial do Estado em 24 de março de 2022.

Data da celebração do aditivo: 20/05/2025

Prazo de vigência: a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com eficácia jurídica retrocedendo à 25/10/2024, permanecendo em vigor até o ateste final ao cumprimento de todas as obrigações ajustadas.

Parecer Jurídico: CJ/ARSESP nº 44/2025

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER

GABINETE DA SECRETÁRIA

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 022.00000221/2025-13

Interessado: Chefia de Gabinete, Gabinete da Secretaria Executiva, Conselho Estadual da Condição Feminina

Assunto: 5ª Conferência de Políticas para a Mulher

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se, por meio eletrônico, reunião da Comissão Organizadora Estadual da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado de São Paulo, com o objetivo de deliberar sobre a aprovação do Regimento Interno da etapa estadual da referida conferência.

A reunião foi presidida pela Delegada Rosmary Corrêa, Presidente da Comissão Organizadora Estadual. Estiveram presentes as integrantes da Comissão, conforme Resolução n° 09, de 18 de junho de 2025, a saber:

Valéria Muller Ramos Bolsonaro - Secretária de Estado de Políticas para a Mulher
Rosmary Corrêa - Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina
Beatriz Feitosa Santos - Secretaria de Estado de Políticas para a Mulher
Kate Maciel Motta - Secretaria de Estado de Políticas para a Mulher
Camila Rodrigues Pessutti - Secretaria de Estado de Políticas para a Mulher
Jaqueline Augusta Nabor da Costa - Secretaria de Estado de Políticas para a Mulher
Marli Parada - Conselho Estadual da Condição Feminina
Elizabeth Valente - Conselho Estadual da Condição Feminina
Kátia Cristina Rodrigues Silva - Conselho Estadual da Condição Feminina
Pérola Monteiro dos Santos Quintiliano - Conselho Estadual da Condição Feminina

Durante a reunião, foram levantados alguns pontos para ajustes no texto do Regimento Interno, os quais foram devidamente debatidos, votados e acatados pelas integrantes da Comissão.

Encerradas as discussões e feitas as alterações consensuais, todas as presentes aprovaram, por unanimidade, o texto final do Regimento Interno da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, bem como a proposta de distribuição de vagas por município.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu, Beatriz Feitosa Santos, integrante da Comissão Organizadora Estadual, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e por todas as demais componentes.

Anexo(s):
Regimento_Interno_CEPM.pdf

SECRETARIA DA SAÚDE

COORDENADORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

GABINETE DO COORDENADOR

INSTITUTO DE SAÚDE

COMUNICADO, DE 24 DE JUNHO DE 2025

INSTITUTO DE SAÚDE
Comunicado
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Mestrado Profissional
Turma 7 agosto 2025 a julho 2027
Resultados de recursos da fase de pré-projetos.

A Comissão de Pós-Graduação do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo resolve que:

Nº Inscrição	Nome	RG	Recurso	Nota
036	Daniela Cristina de Assis dos Santos	29.396898-6	Deferido	17,5

CLASSIFICADOS

Nº Inscrição	Nome	RG	Nota
003	Marcos Augusto da Silva Braga	153.328.938-76	17,5
007	Giselly Cristina Rousseng Prates Tavares	32.122.877-7	20
010	Ricardo de Araujo Carvalho	41.062.725-2	18,50
011	Giovanna de Oliveira Gobbo	34.582.945-1	15
012	Alexandra Nunes Marques Furtado	34.375.155-0	15
014	Andre Rodrigues Morente	23.264120-01	17
015	Eduardo machado santinon	308.913.058-07	19
017	Janaina Cristiane Romaneli	27.030.096	17
018	Thais Machado Caetano de Figueiredo	35.329041-5	14,5
019	Mônica Lopes de Sousa	2.691.053	18,50
020	Cristiano de Oliveira	228.564.518-02	16,5
021	Alzira Bombonato de Melo Rios da Silva	16.465.500-1	14
022	Margareth de Almeida Franco Goulart dos Santos	28.259.167-9	17

023	Otávio de Oliveira Duarte	16.480.018	17,5
025	Nilvânia Carzola Iecks dos Anjos	15.420584-9	19
026	Tabhata Krystina Faria Corradi	22.900.586-X	15,50
029	Orjana Paula de Oliveira	M-915.316	16
030	Bianca Homem de melo Sanches	36.668.356-1	19
034	Luiz Henrique Barroso dos Santos	36.448.552-8	14
037	Melissa Nardini Vidilli	48.739.052-0	15
036	Daniela Cristina de Assis dos Santos	29.396898-6	13
038	Elisa Baptista de Souza	40.534.246-9	18
039	Juliana Bressani Ramos Cunha de Olivera	42.633.501-6	17,5
040	Aline Antonia Araujo Pugliesi	33.868.920-5	14
041	Juliana Ajonas de Negreiros	25.582.676-X	19,5
042	Bruna Coelho Pacheco	401.274.138-12	15
044	Carla Heleno Mollaco da Silva	24.564.609-7	20
046	Faggner Amaral	34.117.629-1	14
047	Cibely Pedroso Zenari	28.556.799-8	18
048	Josie Cristina Rocha Muniz	48.020.655-7	16
049	Oberdan Lopes Nogues Junior	30.613.705-7	17
052	Marcella Carolina Ribeiro de Andrade Chagas	229.562.008-28	17
053	Gabriel Glebocki	43.704538-9	20
054	Natália Portela Viana	38.309.579-7	15
055	Patricia de Amorim Teixeira	29.392.547-1	18,5
056	Rosimary Luz de Oliveira	18.210.354-7	14
057	Fernanda Nunes da Matta Carmo	30.339.743-3	18,5
059	Maria Aparecida Dias dos Santos	21.941.009-4	17,5
060	Mayla Pereira Donon	34.774.113-7	19,50
061	Carla Regina Feitosa Grosse de Andrade	48.272.511-4	18
062	Guilherme Martins de Carvalho	36.035.109-8	15
063	Elaine Soares da Silva	46.947.938-3	16,5
065	Priscila Ricci Camargo	33.666.484-9	17,5
067	Fernanda Boécio Ramos Barduco	27.294.167-0	19
068	Carla Cristina de Oliveira Andrade	30.324.248-6	18
069	Joana d arc Ricardo dos Santos	15.517.228-1	17
071	Bruna Benedito Veronez	49.743.371-0	19
072	Cristiane do Vale Andrade Kuroda	30.991.075-4	18
073	Juliana Santos de Carvalho	40.400.506-8	14
074	Elizangela Lopes de Assis	69.976.503-1	18
075	Fernanda Valerio Alves	33.638.602-3	16,5
076	Amanda Amaral de Almeida	54.586.928-6	17,5
079	Maiky Carneiro da SIlva Prata	35.396.175-9	17,5
080	Karla Jullyana Medeiros de Freitas	47.560.929-3	17
081	Vanessa Rocha Carvalho	34.812.001-1	17,5
082	Ana Paula Carvalho	28.984.508-7	17
085	Crislaine Silva Mendes	29-824-708-2	18
087	Vivian Guimarães Carvalho	56.972720-0	19
088	Tatiana Oliveira da SIlva	27.316.807-1	16,5
089	André Luiz Assuzene Corrêa	17.131.624-1	17,5
090	Anymary Aparecida Nunes Dini	20.810.880-4	16,5
091	Iani dos Santos Lippi	25.576.853-3	17
092	Ariane de freitas Bunhola	44.876.879-3	18
093	Lucas Rabelo Fabiano	37.859.081-9	17
095	Gustavo Sanches Santos	36.894.473-6	19
098	Gilmara Correia Azenha	28.371506-6	20
099	Victor Matheus Paes	45.675.451-9	16,5
100	Filipe Celso Santos de Jesus	13.048.594-28	18
102	Sarah Marquês de Souza Oliveira	47.934.715-3	19,5
103	Paulo Geovane de Almeida	34.830.368-3	20
106	Juliane Quinteiro Novo	42.278.126-5	19
107	Elisabete Cristina dos Santos Cordibelli	45.419.915-6	14,5
109	Priscila Pereira Paes	4.511.066	17
110	Emerson Santos da Silva	68.136.328-9	20
112	Tania Mara Porfirio de Faria Silva dos Santos	22.889.542-X	17,5
113	Gisele Campos de Almeida	54.533.125-0	17
114	Camila Fernanda Rodrigues	42.789.124-3	17,5
115	Gabriela Gomide dos Santos Ruiz	50.263.968-4	18
118	Patricia Regina Ribeiro Cruz Eschholz	24.752.296-X	19,5
120	Cintia Cristina Steffens Watanabe	66.069.437-2	18
121	Leidepaula da Rocha Belon	33.210.422-9	19
122	Ana Paula Bento Maia Lima	47.284.439-8	19
123	Janaina Costa Barreto	38.018.190-3	15
124	Carolina Jacob da Costa Lima	24.290.969-3	17,5
125	Édson do Nascimento Gomes	25.937.076-9	17
126	Tiago Alves da Cunha Cavalcanti	7774763	19
128	Mônica de Fátima Vieira Prado	35.069.606-8	18,5
131	Cintia de Oliveira Barbosa	40.887.146-5	18

DESCLASSIFICADOS

Nº Inscrição	Nome	RG	Nota
058	Suellen Naomi Yoshinaga	35.170.750-5	0
064	Raquel Cordeiro dos Reis	10.549.161-7	0
084	Michele Ribeiro Estebam de Souza	40.204.665-1	12,5
097	Vinicios Paccola Blanco	35.000069-4	0
104	Juciara de Souza Gimenes	32.378.673-X	0
108	Gyselle Iwie Oliveira de Araújo	103.342.134-01	12
127	Israel Gumiero	30.417.032-5	13,5

Os candidatos classificados deverão fazer o exame de proficiência em língua inglesa conforme item 2.4 do edital no período de 25/06/2025 a 02/07/2025.

O Cronograma de entrevistas será divulgado em 26/06/2025.

COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS

CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PROFESSOR ALEXANDRE VRANJAC

COMUNICADO Nº S/N, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Comunicado:

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO

PROCESSO Nº: 024.00001753/2023-50

PREGÃO N.º: 11/2021

CONTRATO Nº: 05/2021

CONTRATANTE: CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA "PROF. ALEXANDRE VRANJAC" - CVE

CONTRATADA: J&M COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA- EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA DIGITAL DE CANAIS DE NOTÍCIAS.

O PRESENTE TERMO ADITIVO TERÁ VIGÊNCIA DE **15 (QUINZE)** MESES, COM INÍCIO EM 24/06/2025 E TÉRMINO EM 23/09/2026.

CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GRUPO DE VIGILÂNCIA I A VI - CAPITAL

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária do Estabelecimento abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00050674/2025-34 de 07 de abril de 2025 - CEVS: 355030890-864-014234-1-0 - CNAE: 8640-2/20 LABORATÓRIOS CLÍNICOS - 088 ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA CLÍNICA/TIPO III

Razão Social: LABORATORIO EXAME EHRLICH SERVIÇOS DE ANALISES CLINICAS LTDA - CDA CENTRO DE DIAGNÓSTICOS E ANALISES.

CNPJ: 51.531.069/0003-44

Endereço: Rua Voluntários da Pátria Nº 2786 Santana- CEP: 02402-100 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Fernando Montanari Boni CPF: 049.858.288-40

Resp. Técnico: Fernando Montanari Boni CPF: 049.858.288-40 CBO: 221205 Biomédico Conselho Prof.: CRMB No. Inscr.: 1-0748 UF: SP

Resp. Técnico Substituto: ARLETE ZVEIBEL CPF: 083.206.768-78 CBO: 221205 Biomédico Conselho Prof.: CRMB No. Inscr.: 1-0936 UF: SP

Resp. Técnico Substituto: MAHMOD KADRI CPF: 010.318.468-67 CBO: 221205 Biomédico Conselho Prof.: CRMB No. Inscr.: 1-0706 UF: SP

Resp. Técnico Substituto: TELMA DA CRUZ FERREIRA CPF: 104.408.808-74 CBO: 221205 Biomédico Conselho Prof.: CRMB No. Inscr.: 1-1506 UF: SP

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária do Equipamento abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00060006/2025- 15 de 25 de abril de 2025 - CEVS: 355030890-861-013440-1-3 RAIO-X PARA TOMOGRÁFO MÉDICO, N/S: 5144771-HM3, GE - BRIGHT SPEED - 140KV 440MA

Razão Social: AMICO SAUDE LTDA - HOSPITAL DA LUZ - PRÉDIO 92

CNPJ: 51.722.957/0002-63

Endereço: Rua Azevedo Macedo nº 92 - Vila Mariana CEP: 04013-060 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Francileuda Lima Caminha Dias CPF: 295.514.338-31

Resp. Técnico: Marcello Silveira Rovella CPF: 311.995.658-90 CBO: 225320 -Médico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 140.420 UF: SP

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária do Equipamento abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00060014/2025-61 de 25 de abril de 2025 - CEVS: 355030890-861-013575-1-4 RAIO-X MÉDICO ATÉ 100MA, N/S: 01 JOFG805 SN 1019 - PHILIPS BV ENDURA, 125KV 80MA.

Razão Social: AMICO SAÚDE LTDA - HOSPITAL DA LUZ

CNPJ: 51.722.957/0005-06

Endereço: Rua Azevedo Machado Nº 113 - Vila Mariana CEP: 04013-060 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Ricardo Hajime Yoshio Watanabe CPF: 075.818.228-77

Resp. Técnico: Marcello Silveira Rovella CPF: 311.995.658-90 CBO: 225320- Médico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 140.420 UF: SP

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária do Equipamento abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00060674/2025-42 de 28 de abril de 2025 - CEVS: 355030890-864-014532-1-1- RAIO-X MÉDICO DE MAIS DE 500 MA - N/S: PADZQ06001 - PHILIPS - COMPACTO PLUS 600 - 140KV 630MA

Razão Social: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI - HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA

CNPJ: 55.401.178/0042-04

Endereço: Rua João Francisco de Moura Nº 251 - Vila Campo Grande CEP: 04455-170 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Daniel Bekhor CPF: 147.223.458-80

Resp. Técnico: Matheus Luis de Souza Silva CPF: 306.494.338-31 CBO: 225320- Médico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 129.359 UF: SP

Resp. Técnico Substituto: Fernanda da Rós Silva Manzini CPF: 052.988.767-30 CBO: 225320- Médico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 114.763 UF: SP

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária do Equipamento abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00060940/2025-37 de 28 de abril de 2025 - CEVS: 355030890-864-014467-1-1 RAIO-X PARA TOMÓGRAFO MÉDICO, N/S: 70388, SIEMENS - SOMATON SPIRIT - 130KV - 300MA.

Razão Social: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI - HOSPITAL MUNICIPAL DR. ARTHUR RIBEIRO SABOYA

CNPJ: 55.401.178/0038-28

Endereço: Rua Cruz das Almas nº 860 - Vila Campestre CEP: 04330-060 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Sergio Aron Ajzen CPF: 045.923.258-42

Resp. Técnico: Fernando Hideo Ueno CPF: 311.442.488-09 CBO: 225320 -Médico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 134.500 UF: SP

Resp. Técnico Substituto: Fabio Kenji Okamura CPF: 218.076.708-05 CBO: 225320 - Médico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 115.720 UF: SP

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária dos Equipamentos abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00051625/2025-19 de 08 de abril de 2025 - CEVS: 355030890-861-144535-1-7 RAIO-X MÉDICO MÓVEL N/S : 1170010579 - PHILIPS-AQUILA 300 PLUS - 125KV 300MA

Razão Social: HOSPITAL SANTA ISABEL S.A.

CNPJ: 43.808.692/0001-01

Endereço: Rua Dr. Cesário Mota Junior Nº 112 - Santa Cecília CEP: 01221-900 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Rogério Risso CPF: 187.131.108-02

Resp. Técnico: Angelo Chelotti Duarte CPF: 407.280.798-28 CBO: Médico Radiologista Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 192.032 UF: SP

Protocolo SEI nº 024.00051625/2025-19 de 08 de abril de 2025 - CEVS: 355030890-861-144539-1-6 RAIO-X MÉDICO DE MAIS DE 500MA - N/S: 391557 - PHILIPS DUO DIAGNOST - 130KV 850MA

Razão Social: HOSPITAL SANTA ISABEL S.A.

CNPJ: 43.808.692/0001-01

Endereço: Rua Dr. Cesário Mota Junior Nº 112 - Santa Cecília CEP: 01221-900 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Rogério Risso CPF: 187.131.108-02

Resp. Técnico: Angelo Chelotti Duarte CPF: 407.280.798-28 CBO: Médico Radiologista Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 192.032 UF: SP

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária dos Equipamentos abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00038491/2025-41 de 17 de Março de 2025 - CEVS: 355030890-861-143797-1-6 RAIO-X MÉDICO DE MAIS DE 500 MA - N/S : TS 20190224 - PHILIPS - DURA DIAGNOST F30 - 150 KV - 630MA.

Razão Social: SERRA MAYOR SERVIÇOS MÉDICOS S/A

CNPJ: 02.636.571/0001-42

Endereço: Estrada da Itapecerica Nº 4659 - Capão Redondo CEP: 05858-001 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. LEGAL: Simone Monteiro CPF: 048.733.708-50

Resp. Técnico: Lourivan Alves de Azevedo Neto CPF: 006.442.471-50 Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 159.416 UF: SP

Protocolo SEI nº 024.00038491/2025-41 de 17 de Março de 2025 - CEVS: 355030890-861-143570-1-1 RAIO-X MÉDICO ATÉ 100 MA - S/N: 40774HL2 - GE - EVER VIEW 7500 - 110 KV 75 MA

Razão Social: SERRA MAYOR SERVIÇOS MÉDICOS S/A

CNPJ: 02.636.571/0001-42

Endereço: Estrada da Itapecerica Nº 4659 - Capão Redondo CEP: 05858-001 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. LEGAL: Simone Monteiro CPF: 048.733.708-50

Resp. Técnico: Lourivan Alves de Azevedo Neto CPF: 006.442.471-50 Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 159.416 UF: SP

COMUNICADO

O Diretor Técnico do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital, COMUNICA o CANCELAMENTO de Licença Sanitária do Equipamento abaixo:

Protocolo SEI nº 024.00038431/2025-28 de 17 de Março de 2025 - CEVS: 355030890-861-014364-1-4 RAIO-X PARA MAMÓGRAFO SEM ESTÉRREOTAXIA S/N: 26130423 - FUGIFILM-AMULET MAM005 - 35KV - 600MA.

Razão Social: FUNDAÇÃO ANTÔNIO PRUDENTE - A.C. CAMARGO CÂNCER CENTER - UNIDADE ANTÔNIO PRUDENTE

CNPJ: 60.961.968/0001-06

Endereço: Rua Professor Antônio Prudente Nº 211 - Liberdade CEP: 01509-010 - SÃO PAULO - UF: SP

Resp. Legal: Raquel Marcondes Bussolotti CPF: 103.600.768-58

Resp. Técnico: Elvira Ferreira Marques CPF: 574.473.308-68 CBO: 225320- Médico Radiologista Conselho Prof.:CRM No. Inscr.: 32.797 UF: SP

Resp. Técnico Substituto: Juliana Alves de Souza CPF: 221.064.838-64 CBO: 225320- Médico Radiologista Conselho Prof.: CRM No. Inscr.: 112.393 UF: SP

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Licença Inicial : SEI nº 024.00215262/2024-75 - (SIAP: 05745/2025)

RAZÃO SOCIAL: CENTRO PAULISTA DE ONCOLOGIA S/A

CNPJ: 52.164.662/0014-15

END.: AV. ANGELICA, 2029 - CONSOLAÇÃO - SP - CEP: 01227-200

LTA: 08984/2025

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Processo Inicial: SEI 024.000208519/2024-32 - (SIAP: 005505/2024)

RAZÃO SOCIAL: HOSPITAL E MATERNIDADE MASTER CLIN LTDA

CNPJ: 02.396.119/0001-50

END.: RUA DR. GALVÃO GUIMARÃES, 72 - SÃO MATEUS - SP - CEP: 03970-040

LTA: 08957/2025

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Processo Inicial SEI Nº 024.00048033/2024-39 - (SIAP: 001380/2024)

RAZÃO SOCIAL: GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANÇA COM CANCER

CNPJ: 67.185.694/0001-50

END.: Rua Pedro de Toledo, 572 - CEP: 04039-001 - SP

LTA:08981/2025

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Processo Inicial: SEI Nº 024.00129552/2024-05 - (SIAP: 003242/2024)

RAZÃO SOCIAL: ORTOSINTESE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 48.240.709/0001-90

END.: RUA PROF. AFFONSO JOSE FIORAVANTI, 63 - CEP: 02998-010 - São Paulo - SP

LTA 08986/2025

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Processo Inicial: SEI Nº 024.00134693/2024-31 - (SIAP: 003409/2024)

RAZÃO SOCIAL: REDE D'OR SÃO LUIZ S/A

CNPJ: 06.047.087/0001-39

END.: RUA FRANCISCO MARENGO, 1312 - CEP: 03313-000 - SP
LTA: 08982/2025

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Licença Inicial : SEI nº 024.00027524/2025-27 (SIAP: 00875/2025)
RAZÃO SOCIAL: ZOE SAF INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS E ROUPAS DESCARTAVEIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 57.553.013/0001-05
END.: RUA AQUILES ESTACO, 91 - PEDREIRA - SP - CEP: 04459-330
LTA: 08980/2025

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Licença Inicial : SEI nº 024.00177674/2023-19 - (SIAP: 005485/2023)
RAZÃO SOCIAL: SES - HOSPITAL E PRONTO SOCORRO COMUNITARIO VILA IOLANDA
CNPJ: 53.636.015/0001-07
END.: RUA CABO JOSE TEIXEIRA, 189 - GUAIANASES - SP - CEP: 08451-010
LTA: 08975/2025

COMUNICADO

A Diretoria Técnica do Grupo de Vigilância Sanitária da Capital comunica a empresa abaixo que se encontra disponível para retirada o protocolo referente ao Laudo Técnico de Avaliação:

Processo Inicial: SEI 024.00119953/2024-49 - (SIAP: 02973/2024)
RAZÃO SOCIAL: ONCO STAR SP ONCOLOGIA LTDA
CNPJ: 28.290.788/0002-18
END.:AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 180 - CEP: 04543-000
LTA 08983/2025

GRUPO DE VIGILÂNCIA VIII - MOGI DAS CRUZES

DESPACHO Nº 136, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Coordenadoria do Controle de Doenças
Grupo Técnico de Vigilância Sanitária VIII - Mogi das Cruzes
Despachos nº 136 - 2025 da Diretora Técnica de Saúde II
Comunicado de DEFERIMENTO referente ao protocolo: 024.00046652/2025-70
Data de Protocolo: 01/04/2025
CEVS: 353060790-864-001336-1-2
Data de Validade: 23/06/2026
Razão Social: CENTRHO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MOGI DAS CRUZES LTDA
CNPJ/CPF: 54.787.338/0005-98
Endereço: RUA IPIRANGA, 797- Jardim Santista - Município: MOGÍ DAS CRUZES CEP: 08730-000 UF: SP.
Responsável Legal: LEILA MANFREDINI FEITOSA CPF: 04719633803
Responsável Técnico: LEILA MANFREDINI FEITOSA CPF: 04719633803 - CBO: 06124 - Conselho Profissional: CRM No. Inscrição: 42.087 UF: SP.
Responsável Técnico: JOSÉ RIBAMAR CAMPELO FEITOSA CPF: 88266613834
CBO: 223106 - Conselho Profissional: CRM No. Inscrição: 29.231 UF: SP.
O Diretor do GRUPO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA VIII MOGI DAS CRUZES.
Defere a Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento.

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento.

Mogi das Cruzes, segunda-feira, 23 de Junho de 2025.
Comunicado de DEFERIMENTO referente ao protocolo: 024.00072933/2025-88
Data de Protocolo: 20/05/2025
CEVS: 353060790-864-001368-1-6
Data de Validade: 23/06/2026
Razão Social: CENTRHO DE HEMAT. E HEMOTERAPIA DE MOGI DAS CRUZES LTDA
CNPJ/CPF: 54.787.338/0004-07
Endereço: RUA AFIF NACIF JAFET, 223 - Anexo 227 - Vila Industrial Município: MOGÍ DAS CRUZES CEP: 08770-060 UF: SP.
Responsável Legal: LEILA MANFREDINI FEITOSA CPF: 04719633803
Responsável Técnico: LEILA MANFREDINI FEITOSA CPF: 04719633803 CBO: 06124 - Conselho Profissional: CRM No. Inscrição: 42.087 UF: SP.
Responsável Técnico: JOSÉ RIBAMAR CAMPELO FEITOSA CPF: 88266613834
CBO: 223106 - Conselho Profissional: CRM No. Inscrição: 29.231 UF: SP.
O Diretor do GRUPO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA VIII MOGI DAS CRUZES.
Defere a Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento.

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento.

Mogi das Cruzes, segunda-feira, 23 de Junho de 2025.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXVI - SÃO JOÃO DA BOA VISTA

COMUNICADO

Tornando público o indeferimento da solicitação de Licença Sanitária do Equipamento de Raios X para Mamógrafo sem Estereotaxia, nº Série: 87417BU2 Marca/Modelo: GE SENOGRAPHE 600T, 100mA e 49Kv , registrada como SEI nº 024.00031736/2024-28 Razão Social: J. P. Diagnóstico por Imagem Ltda. CNPJ: 32.830.404/0004-41 Endereço: Praça Dr. Carvalho, nº 204, Centro Município: Casa Branca – SP Processo SEI nº 024.00031736/2024-28.

COMUNICADO

Tornando público a lavratura do Auto de Imposição de Penalidade de Advertência AIP nº 028117 referente ao Auto de Infração AIF nº 035826 Razão Social: Pronto Socorro Dr. Nezinho SSGrama CNPJ: 52.356.268/0007-50 Endereço: Praça José Roberto Magalhães Teixeira, nº 47 Centro Município: São Sebastião da Grama - SP Processo SEI nº: 024.00012755/2025-36.

GRUPO DE VIGILÂNCIA XXX - JALES

DESPACHO Nº 35/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

Nº do Processo: 024.00044695/2023-59
Interessado: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS
Assunto: Licença Sanitária - Hospital Geral

Comunicado de DEFERIMENTO referente HOSPITAL GERAL. Protocolo: 0069397568/2025 Data de Protocolo: 02/06/2025 CEVS: 351550990-861-000013-1-7 Data de Validade: 16/06/2026 Razão Social: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FERNANDÓPOLIS CNPJ: 47.844.287/0001-08 Endereço: AVENIDA AFONSO CÁFARO, 2630 JARDIM SANTISTA Município: FERNANDOPOLIS CEP:15601-012 UF: SP Resp. LEGAL: MARCUS VINICIUS PAÇO CHAER CPF: 40831780860 Resp. Técnico: VLADIMIR TARCÍSIO DELFINO DE OLIVEIRA CPF: 024.436.718-36 CBO: 223110 Conselho Prof.: CRM No. Inscr.:60554 UF:SP O Diretor da GRUPO ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA XXX JALES. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento.

Jales, Segunda-feira, 23 de Junho de 2025.

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

GRUPO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO

NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TERMOS Nº 1, DE 23 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO
Processo nº : 024.00061244/2025-48
Interessado : Coordenadoria de Serviços de Saúde
PERMITENTE : Secretaria de Estado da Saúde
PERMISSIONÁRIO: Ambulatório Médico de Especialidades de Piracicaba - AME Piracicaba, gerenciado pela Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI, qualificada como Organização Social de Saúde.

OBJETO : Termo de Permissão de Uso de bens móveis, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática relacionados no ANEXO III, de propriedade da PERMITENTE, com exclusiva finalidade de sua utilização pela PERMISSIONÁRIA na realização das atividades e serviços de saúde de assistência ambulatorial desenvolvidas pelo Ambulatório Médico de Especialidades de Piracicaba - AME Piracicaba, conforme consta do Contrato de Gestão firmado entre a PERMITENTE e a PERMISSIONÁRIA.

VIGÊNCIA: a partir de 18/06/2025 até a rescisão do Contrato de Gestão firmado entre as partes em 01/12/2024, ao qual está vinculado.

Processo nº : 024.00005791/2023-81
Interessado : Coordenadoria de Serviços de Saúde
PERMITENTE : Secretaria de Estado da Saúde
PERMISSIONÁRIO: Hospital de Transplante "Dr. Euryclides de Jesus Zerbini" - Hospital Brigadeiro, gerenciado pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, qualificada como Organização Social de Saúde.

OBJETO : Termo de Permissão de Uso de bens móveis, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática relacionados no ANEXO III, de propriedade da PERMITENTE, com exclusiva finalidade de sua utilização pela PERMISSIONÁRIA na realização das atividades e serviços de saúde de assistência ambulatorial desenvolvidas pelo Hospital de Transplante "Dr. Euryclides de Jesus Zerbini" - Hospital Brigadeiro, conforme consta do Contrato de Gestão firmado entre a PERMITENTE e a PERMISSIONÁRIA.

VIGÊNCIA: a partir de 16/06/2025 até a rescisão do Contrato de Gestão firmado entre as partes em 01/04/2025, ao qual está vinculado.

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO
Processo nº : 024.00005791/2023-81
Interessado : Coordenadoria de Serviços de Saúde
PERMITENTE : Secretaria de Estado da Saúde
PERMISSIONÁRIO: Hospital de Transplante "Dr. Euryclides de Jesus Zerbini" - Hospital Brigadeiro, gerenciado pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM, qualificada como Organização Social de Saúde.

OBJETO : 1º Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso de incorporação de bens móveis, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos de informática relacionados no ANEXO III, de propriedade da PERMITENTE, com exclusiva finalidade de sua utilização pela PERMISSIONÁRIA na realização das atividades e serviços de saúde, de assistência ambulatorial desenvolvidas na referida Unidade, conforme consta do Contrato de Gestão firmado entre a PERMITENTE e a PERMISSIONÁRIA.

VIGÊNCIA: a partir de 16/06/2025 até a rescisão do Contrato de Gestão firmado entre as partes em 01/04/2025, ao qual está vinculado.

HOSPITAL ESTADUAL ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DOUTOR FRANCISCO RIBEIRO ARANTES - ITU

PORTARIA Nº 012/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA nº 012/2025

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SAÚDE, do Hospital Estadual Especializado em Reabilitação Dr. Francisco Ribeiro Arantes, no uso de suas atribuições legais, retifica a Portaria nº 012/2025, referente a Nomeação de Comissão de Avaliação, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Edição de 23 de Junho de 2025, Caderno Executivo, Seção Atos Normativos, conforme segue:

Onde se lê:

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SAÚDE

Leia-se:

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DE SAÚDE, do Hospital Estadual Especializado em Reabilitação Dr. Francisco Ribeiro Arantes

Onde se lê:

O prazo de duração dos trabalhos será de 12 (meses), conforme a vigência do Edital mencionado no artigo 1º desta Portaria.

Leia-se:

O prazo de duração dos trabalhos será de 12 (meses), conforme a vigência do Edital mencionado nesta Portaria.

As demais disposições da Portaria permanecem inalteradas.

COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DA GRANDE SÃO PAULO

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO
Processo SEI nº: 024.00141948/2023-31
Contratante: Departamento Regional de Saúde da Grande São Paulo
Contratada: Centro Integrado Terapêutico São Judas Ltda.
CNPJ Nº: 20.155.443/0001-69

Objeto: Segundo Termo de Aditamento prorrogando o Contrato nº 011/2022, celebrado em 29/12/2022, objetivando a Prestação de Serviços de Tratamento de Paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos termos do Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Vigência: 15 (quinze) meses, com início em 29/06/2025 e término em 28/09/2026.

Valor Total Estimado: R$ 68.971,80 (sessenta e oito mil novecentos e setenta e um reais e oitenta centavos).

Classificação Orçamentária nº: 10302093048500000
Natureza da Despesa: 33903967
Data da Assinatura: 19/05/2025

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO
Processo SEI nº: 024.00141949/2023-86
Contratante: Departamento Regional de Saúde da Grande São Paulo
Contratada: Centro Integrado Terapêutico São Judas Ltda.
CNPJ Nº: 20.155.443/0001-69

Objeto: Terceiro Termo de Aditamento prorrogando o Contrato nº 014/2021, celebrado em 09/09/2021, objetivando a Prestação de Serviços Contínuos de Tratamento de Paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos termos do Artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Vigência: 15 (quinze) meses, com início em 09/06/2025 e término em 08/09/2026.

Valor Total Estimado: R$ 131.382,00 (cento e trinta e um mil trezentos e oitenta e dois reais).

Classificação Orçamentária nº: 10302093048500000
Natureza da Despesa: 33903967
Data da Assinatura: 19/05/2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DA BAIXADA SANTISTA

DESPACHO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DA BAIXADA SANTISTA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Termo Aditivo Nº 01/2025 ao Contrato Nº 03/2024
Processo SEI Nº 024.00108630/2023-49
Contratante: Departamento Regional de Saúde da Baixada Santista – DRS IV
Contratado: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO VIVA VIDA

Objeto: Contratação de Prestação de Serviços Especializado em Atendimento Multiprofissional em Regime “Day Care” (Centro Dia/Creche) – com Terapias Baseadas no Método Aba, para o paciente A.G.A.

Cláusula Terceira - Da Vigência e das Prorrogações

3.1 – O contrato será prorrogado por mais 15 (quinze) meses contados a partir de 04/06/2025 e término em 03/09/2026.

Todas as demais cláusulas, que não a expressamente modificada no presente Termo, ficam ratificadas.

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE - HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

DESPACHO DO GESTOR DE SUPRIMENTOS N° 99, DE 23 DE JUNHO DE 2025

À vista dos elementos de instrução constantes dos autos do processo SEI 269.00000366/2025-95, referente ao Pregão Eletrônico n.º 90041/2025, instaurado para a aquisição de item 01: 1306 (mil trezentos e seis) caixas com 100 unidades de luva nitrílica sem pó tamanho P; item 02: 4407 (quatro mil quatrocentos e sete) caixas com 100 unidades de luva nitrílica sem pó tamanho M; e item 03: 1120 (mil cento e vinte) caixas com 100 unidades de luva nitrílica sem pó tamanho G., em especial a manifestação do Jurídico de Suprimentos que acolho, nos termos da competência atribuída pela Portaria PRE FPS/HSP n.º 15/18 c/c Portaria PRE FPS/HSP n.º 10/22, DECIDO:

ADJUDICAR, com fundamento no artigo 71, IV, da Lei n° 14.133/2021, os itens 01 a 03, à empresa SUPERMED COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. pelos valores unitários do item 01: R$ 14,60 (quatorze reais e sessenta centavos), item 02: R$ 14,60 (quatorze reais e sessenta centavos) e item 03: R$ 14,60 (quatorze reais e sessenta centavos), e pelos valores totais do item 01: R$ 19.067,60 (dezenove mil sessenta e sete reais e sessenta centavos), item 02: R$ 64.342,20 (sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e vinte centavos) e item 03: R$ 16.352,00 (dezesseis mil trezentos e cinquenta e dois reais), e neste mesmo ato, HOMOLOGAR o presente procedimento Licitatório.

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP

INSTITUTO DA CRIANÇA PROFESSOR DR PEDRO DE ALCANTARA

PORTARIA DA DIRETORA EXECUTIVA DE 03/2024 DE 19 DE JUNHO DE 2024.

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DA CRIANÇA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HCFMUSP, no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 173, Inciso II, do Decreto nº 59.824, de 26 de novembro de 2013 combinado com o artigo 33, parte final, da instrução de Serviço nº

04/2003, com base no Relatório Final da Comissão de Apuração Preliminar, decide ARQUIVAR o processo de Apuração, instaurada pela Portaria nº 001/2023, publicada no DOE de 11 de janeiro de 2023. SEI 145.00001407/2023-22.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

ASSESSORIA TÉCNICO-POLICIAL

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO GSSP/ATP Nº 103/24 - RIBEIRÃO PRETO.

Processo: SEI 025.00004072/2025-87

Partes Convenentes: O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de Ribeirão Preto.

Objeto: transferência de recursos financeiros destinados exclusivamente à aquisição de 01 (um) veículo tipo SUV Grande 4x2 ou 4x4 zero quilômetro, destinados à Guarda Municipal.

Vigência: Prorrogado até 03 de junho de 2026.

Parecer CJ/SSP nº 648/25.

Data da Assinatura: 23/06/2025.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DR MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA

PORTARIA DGP-06, DE 20 DE MARÇO DE 2025(ALTERADA PELA PORTARIA DGP-21, DE 23 DE JUNHO DE 2025)

PORTARIA DGP nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2025
(alterada pela Portaria DGP -21, de 23 de junho de 2025)

Reorganiza e consolida as normas da Delegacia Geral de Polícia sobre capacitação, distribuição, porte, registro e uso de arma de fogo pelos policiais civis do Estado de São Paulo e dá outras providências.

O Delegado Geral de Polícia,

Considerando as disposições contidas na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e respectivo regulamento;

Considerando que é assegurado ao policial civil o registro e livre porte de arma de fogo com validade em todo o território nacional, nos termos do artigo 30, II da Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023;

Considerando que o artigo 55 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023,diz competir aos órgãos referidos no inciso II do caput do artigo 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (dentre os quais, as polícias civis), estabelecer, em normas próprias, os procedimentos relativos às condições para a utilização das armas de fogo de sua propriedade, ainda que fora de serviço;

Considerando a necessidade de rever, aperfeiçoar e compilar os atos normativos da Delegacia Geral de Polícia relacionados ao porte de arma de fogo pelos policiais civis, de modo a lhes emprestar segurança jurídica em consonância com as diretrizes estabelecidas em lei, decretos e atos normativos correlatos;

Considerando, por fim, que o artigo 15, inciso I, alínea *f*, do Decreto nº 39.948, de 8 de fevereiro de 1995, diz competir ao Delegado Geral de Polícia a função de superintender os serviços policiais civis do Estado, determinando, para tanto, providências necessárias para tal fim, podendo, com escora na alínea "*p*" do mesmo diploma, expedir atos destinados ao aprimoramento e boa execução dos serviços policiais;

Determina:

CAPÍTULO I
DA APTIDÃO PARA USO DE ARMA DE FOGO

Artigo 1º - A capacitação do policial civil para uso de arma de fogo será feita por meio de curso específico e prova prática disciplinados pelo Delegado de Polícia Diretor da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", observadas as diretrizes desta Portaria e na seguinte estruturação:

I -habilitação para emprego operacional (OP);

II -habilitação para emprego tático (TAT);

§ 1º - O nível de habilitação para emprego operacional (OP) capacita o policial civil para o uso de armas curtas e armas longas de alma lisa, a saber:

1. OP I: revólver;

2. OP II: espingarda;

3. OP III: pistola.

§ 2º - O nível de habilitação para emprego tático (TAT), que exige antecedente habilitação para emprego operacional III (OP III), capacita o policial civil para uso das seguintes armas de fogo:

1. TAT I: arma longa de alma raiada que utiliza munição de baixa velocidade;

2. TAT II: arma longa de alma raiada que utiliza munição de alta velocidade.

§ 3º - O nível de habilitação para emprego de arma longa de alma raiada que utilize munição de alta velocidade (TAT II) exige antecedente habilitação para emprego de arma longa de alma raiada que utilize munição de baixa velocidade (TAT I).

§ 4º - A especialização do policial civil como atirador designado (DESIG) ou estratégico (ESTRAT) com o uso de arma longa de alma raiada que utilize munição de alta velocidade, será objeto de curso de especialização específico, desenvolvido pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra".

§ 5º - A especialização do policial civil como atirador designado (DESIG) requer prévia habilitação para emprego de arma longa de alma raiada que utiliza munição de alta velocidade (TAT II) e a especialização do policial civil como atirador estratégico (ESTRAT) requer prévia especialização como atirador designado (DESIG).

Artigo 2º - A Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", discricionariamente e a qualquer tempo, ministrará cursos de treinamento nos níveis a que se referem os §§ 1º e 2º do artigo anterior,com vistas ao contínuo aperfeiçoamento e aferição psicofísica pertinente à habilitação do policial civil para o fiel desempenho das atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único.Para manter o nível de habilitação tática, o policial civil, facultativamente e a qualquer tempo, submeter-se-á a treinamento na Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", observada a disponibilidade de recursos.

Artigo 3º - Constatada falha no manuseio ou na utilização de arma de fogo que cause lesão ou perigo de dano em razão de imperícia, incumbe ao Delegado de Polícia superior imediato do policial civil ou ao responsável pela apuração disciplinar, observadas as regras descritas na Portaria DGP-24, de 1º de maio de 2010, comunicar o fato à Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", a fim de que o interessado seja submetido a um novo curso no nível de habilitação ao qual estava capacitado e correspondente ao tipo de arma de fogo com a qual foi imperito, visando à superação da deficiência técnica.

Artigo 4º - Os policiais civis que concluírem, com aproveitamento, o respectivo curso de formação técnico-profissional possuirão o nível de habilitação operacional III (OP III).

§ 1º - As habilitações obtidas através de cursos previstos pelas Portarias DGP-10, de 13 de abril de 1994; DGP-11, de 13 de setembro de 1999 e DGP-3, de 18 de março de 2008, asseguram ao policial civil o nível de habilitação operacional III (OP III).

§ 2º - A habilitação obtida através do curso previsto pela Portaria DGP-14, de 24 de abril de 2002, assegura ao policial civil o nível de habilitação TAT I.

§ 3º - A habilitação obtida através do curso previsto pela Portaria DGP-49, de 19 de julho de 2006, assegura ao policial civil o nível de habilitação TAT II.

§ 4º - O policial civil que possuir apenas habilitação para o uso de revólver, permanecerá com a respectiva autorização válida.

Artigo 5º - Os cursos ministrados por outras instituições públicas ou privadas reconhecidas no Brasil ou no exterior, para os fins de habilitação nos níveis TAT I e II e especialização como atirador designado ou estratégico, poderão ser aceitos pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", verificada a autenticidade junto à unidade de origem e o conteúdo mínimo necessário compatível.

CAPÍTULO II
DO PORTE DE ARMA DE FOGO
SEÇÃO I
DO PORTE DE ARMA DE FOGO POR POLICIAIS CIVIS EM ATIVIDADE

Artigo 6º - O policial civil, nos termos estabelecidos nesta Portaria e em razão da natureza de suas funções institucionais, é autorizado a possuir, portar, empregar e utilizar, no efetivo exercício da atividade policial ou fora do horário normal de trabalho, arma de fogo registrada de sua propriedade ou pertencente à Polícia Civil, em qualquer local público ou privado, mesmo havendo aglomeração de pessoas, em decorrência de evento de qualquer natureza, como no interior de igrejas, escolas, estádios desportivos e clubes, públicos e privados, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Para o exercício da prerrogativa descrita no caput, o policial civil deverá observar o disposto nesta Portaria e na legislação pertinente, devendo trazer sempre consigo:

I -carteira de identidade funcional expedida nos termos do artigo 132, § 2º da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979 e do artigo 3º do Decreto nº 62.945, de 17 de novembro de 2017, a qual serve como prova de identidade civil e, conforme o artigo 30, I da Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, possui validade em âmbito nacional;

II -em se tratando de carga pessoal definitiva, incluindo arma de fogo não brasonada, o respectivo registro expedido pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP;

III - em se tratando de carga tática, cópia do termo de cautela auferido junto à respectiva unidade para qual a arma de fogo foi originalmente atribuída;

IV -em se tratando de arma de fogo particular, o respectivo certificado de registro de arma de fogo válido, observado o disposto no artigo 15 desta Portaria.

Artigo 7º - No exercício contínuo da função, os Delegados de Polícia e demais policiais civis devem portar carteira de identidade funcional e, nos termos da Portaria DGP-15, de 24 de julho de 2023, o respectivo distintivo, além de arma de fogo e algemas fornecidas conforme o artigo 132 da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979.

Artigo 8º - O policial civil deverá portar a arma de fogo de forma discreta, especialmente nos locais onde haja aglomeração de pessoas, salvo se estiver em diligência ou operação policial e fazendo uso dos meios de identificação disciplinados pela Portaria DGP-15, de 24 de julho de 2023.

Artigo 9º - O policial civil, mesmo fora do horário normal de trabalho, é obrigado a intervir, direta ou indiretamente, em qualquer ocorrência policialque tenha tomado conhecimento, adotando, dentro da sua esfera de alternativas, à medida que o caso exigir.

§ 1º - A intervenção direta consiste no pronto enfrentamento quando as circunstâncias fáticas, estrategicamente, a viabilizarem.

§ 2º - A intervenção indireta consiste na movimentação abrigada e no imediato acionamento de apoio para subsidiar reação compatível com o grau de hostilidade ocasionalmente verificado.

Artigo 10 - Os condutores e ocupantes de viaturas policiais deverão estar armados obrigatoriamente, não podendo se eximir, nos termos do artigo anterior, de prestarem auxílio a quem dele necessitar, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. No deslocamento operacional de viaturas policiais deverá ser observado o disposto no artigo 294 da Consolidação das Normas de Serviço da Polícia Judiciária.

Artigo 11 - O policial civil que, em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto, pretender ingressar estando armado em local de acesso do público protegido por agente de segurança pública ou privada, deverá, de forma discreta, identificar-se exibindo a sua carteira de identidade funcional, sendo que a sua arma de fogo e a respectiva munição não poderão ser entregues aos referidos agentes.

§ 1º -Em caso de recalcitrância por parte dos agentes de segurança, o policial civil evitará coerções físicas ou intemperanças verbais e, na sequência, deverá, se necessário, providenciar apoio, além de identificar os implicados a fim de, em sendo o caso, comunicar os fatos à autoridade policial competente, a qual avaliará a natureza das providências a serem porventura adotadas.

§ 2º - Caso a obstrução, ainda que momentânea, possa implicar prejuízo à ação policial efetivamente em curso, deverá o policial civil, nos termos da lei, adotar as medidas necessárias para que a diligência oficial não se frustre.

Artigo 12 -O policial civil só poderá ser desarmado ou ter a sua arma de fogo recolhida nas seguintes hipóteses:

I - quando submetido à prisão;

II - durante audiência judicial, a critério exclusivo do Juiz de Direito presidente, a quem compete a polícia das audiências e sessões;

III - por determinação, ainda que verbal, de Delegado de Polícia ou policial civil superior hierárquico ao qual seja subordinado;

IV - por determinação de autoridade policial corregedora, sempre que tal medida se afigurar necessária;

V - nos eventos descritos no artigo 1º, § 3º, da Resolução SSP-75, de 31 de agosto de 2020, a qual disciplina, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, procedimentos a serem adotados na abordagem de um policial a outro policial;

VI - em caso de procedimento disciplinar em curso, quando houver conveniência para a instrução ou para o serviço policial, por ordem fundamentada do Delegado Geral de Polícia, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979;

VII - cautelarmente, nos casos previstos na Seção III deste Capítulo;

VIII - excepcionalmente, no embarque em aeronaves, em atenção as normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, observado, no que for cabível, o disposto no § 2º deste artigo;

IX - se autor de violência doméstica, em razão do mandamento previsto no artigo 18, inciso IV da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

X - se for surpreendido visivelmente embriagado ou sob efeito de substância psicoativa que determine dependência física ou psíquica ou, ainda, no caso de qualquer situação ocasional incompatível com a manutenção, mesmo que temporária, da arma de fogo ou munição, a ser razoável e motivadamente avaliada por autoridade policial ou superior hierárquico ao qual seja subordinado;

XI - durante os cursos ministrados na Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", quando as circunstâncias relativas à segurança assim o exigirem, a critério da direção ou do corpo docente, sendo assegurado ao aluno, nesse caso, a guarda do armamento e munição em local seguro.

§ 1º - No recinto interior de cadeia ou carceragem da Polícia Civil deve ser observado o artigo 270 da Consolidação das Normas de Serviço da Polícia Judiciária, sendo nele vedado o trânsito de pessoas armadas, inclusive policiais, salvo em operações específicas de controle ou retomada autorizadas pela autoridade policial competente.

§ 2º -Nos deslocamentos em aeronaves civis, opolicial civil, em atividade ou aposentado, que estiver portandoarma de fogo, observará as regras de embarque, conduta esegurança previstas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o disposto Programa Nacional de Segurança da Aviação Civilcontra Atos de Interferência Ilícita – PNAVSEC.

§ 3º - Para os fins desta Portaria, o ato de desarme ou recolha do artefato abrange a retirada da arma de fogo, munição e os respectivos acessórios, sejam eles institucionais ou particulares, incluindo os de uso autorizado em serviço.

§ 4º - As condições da restrição do ingresso de policial civil armado em dependência do Poder Judiciário demandarão, por regra de especificidade, a observância de diretrizes estabelecidas em ato normativo próprio do Juízo ou Tribunal, nos termos do artigo 13 da Resolução CNJ nº 291, de 23 de agosto de 2019.

§ 5º - Casos omissos deverão ser comunicados a autoridade policial competente ou ao respectivo superior hierárquico ao qual o policial civil estiver subordinado, os quais, ante a regra da razoabilidade e observado o interesse público, adotarão, respeitadas as suas escalas de atribuição, as providências cabíveis.

Artigo 13 - O policial civil poderá portar arma de fogo particular de uso permitido ou restrito que esteja cadastrada e registrada no órgão federal competente e na efetiva equivalência da sua habilitação técnica, observado o disposto no artigo 15 desta Portaria.

Artigo 14 - O porte de arma alcança, excepcionalmente, as armas de fogopertencentes a outros órgãos do Governo Estadual, da União, de outros Estados da Federação ou de Municípios utilizadas em face de contrato ou qualquer outra modalidade de cooperação, obedecidas as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Artigo 15 - O uso no efetivo exercício da atividade policial de arma de fogo particular será precedido de prévia autorização pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, quanto ao preenchimento dos requisitos estabelecidos pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal, mediante digitalização dos seguintes documentos junto ao Sistema de Gestão Policial Integrada - GPI:

I -requerimento do interessado, com expressa anuência do Delegado de Polícia titular da unidade a que estiver subordinado;

II - registro válido da arma de fogo no Cadastro Nacional de Armas – SINARM;

III - comprovação da equivalência de habilitação técnica.

§ 1º - No caso de policial civil lotado na Superintendência da Polícia Técnico-Científica, a anuência especificada no inciso I deverá partir do nível hierárquico ao qual o interessado estiver diretamente subordinado.

§ 2º - É vedada a utilização de munição particular em arma de fogo de propriedade da Polícia Civil.

§ 3º - Será obrigatório o emprego de munição operacional adquirida pela Polícia Civil nas armas de fogo particulares autorizadas para uso durante a atividade policial, se disponível.

§ 4º - A anotação do deferimento do uso em serviço de arma particular dar-se-á exclusivamente através do Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI, sem a emissão de carteira ou documento equivalente.

SEÇÃO II
DO PORTE DE ARMA DE FOGO POR POLICIAIS CIVIS APOSENTADOS

Artigo 16 - O policial civil, por ocasião de sua aposentadoria, conservará, nos termos do artigo 30, § 3º, da Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023, autorização de livre porte de arma de fogo válido em todo o território brasileiro, com validade em qualquer local público ou privado, ainda que haja aglomeração de pessoas, em virtude de evento de qualquer natureza, observando-se, no que for cabível, as disposições constantes da seção anterior.

Parágrafo único. O policial civil aposentado poderá portar arma de fogo particular de uso permitido ou restrito que esteja cadastrada e registrada junto ao Sistema Nacional de Armas – SINARM e na efetiva equivalência de sua habilitação técnica.

Artigo 17 - O policial civil aposentado responderá nas esferas competentes por eventuais excessos e deverá trazer sempre consigo:

I - carteira de identidade funcional atualizada;

II - certificado de registro de arma de fogo particular válido no Cadastro Nacional de Armas – SINARM;

III - autorização para porte de arma de fogo expedida pela Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC.

Artigo 18 - É requisito essencial para a conservação do porte de arma de fogo a submissão do policial civil aposentado, a cada 10 (dez) anos, aos testes de avaliação da aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, realizados pelo Núcleo Psicossocial da Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP ou pela Equipe Psicotécnica do Serviço Técnico de Apoio da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", sendo admitido o exame realizado por profissional particular credenciado pela Polícia Federal, cujo prazo de validade seguirá as normas por ela estabelecidas.

§ 1º - O policial civil, ao se aposentar, desde que ausente qualquer restrição para portar arma de fogo, terá expedida, pela Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, autorização para porte de arma de fogo com validade de 10 (dez) anos a contar da publicação da aposentadoria, dispensando-se a avaliação psicológica prevista no caput.

§ 2º - Após 10 (dez) anos contados da publicação da aposentadoria, exigir-se-á a realização de avaliação de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e, advindo resultado sem que haja restrição, a Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC expedirá nova autorização para porte de arma de fogo, válida por 10 (dez) anos.

§ 3º - O interessado poderá optar por realizar a avaliação da aptidão psicológica, às suas expensas, em clínica psicológica credenciada pela Polícia Federal, desde que comprovada a vigência do credenciamento, devendo juntar ao requerimento o respectivo laudo.

§ 4º - O requerimento de autorização para o porte deverá explicitar as razões da necessidade da expedição do documento e vir instruído com os seguintes documentos, apresentados por meio de cópias simples:

I - carteira de identidade funcional na qual conste a condição de aposentado;

II - registro válido da arma junto ao Sistema Nacional de Armas – SINARM;

III - comprovante de residência.

§ 5º - A dispensa da avaliação psicológica de que trata o § 1º não se aplica à aquisição e registro de arma de fogo no mesmo período.

Artigo 19 - A Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC deverá manter banco de dados dos policiais civis aposentados que tenham:

I - requerido expedição de autorização para porte de arma de fogo;

II - envolvimento em ocorrência com arma de fogo, após a inatividade;

III - sofrido restrição ao porte de arma de fogo ao se aposentarem.

Parágrafo único. As atualizações de informações cadastrais dos policiais civis aposentados serão realizadas pelas unidades administrativas dos Departamentos da Polícia Civil junto ao sistema GPI, em conformidade com o disposto na Portaria DGP-78, de 19 de setembro de 2019.

Artigo 20 - As autoridades policiais deverão comunicar diretamente à Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC qualquer ocorrência relativa a porte e posse de arma de fogo envolvendo policial civil aposentado.

Parágrafo único. O Delegado Divisionário da Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, considerando o teor da notícia recebida, determinará, se for o caso e motivadamente, a instauração de procedimento administrativo visando à cassação da autorização de porte de arma de fogo.

SEÇÃO III

DO RECOLHIMENTO CAUTELAR E DA SUSPENSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA

Artigo 20-A - Sem prejuízo das hipóteses previstas no artigo 12 desta Portaria, serão recolhidas as armas de fogo institucionais e particulares:

I - quando o policial civil apresentar sinais exteriores de falta de condição psicológica ou mental que, pela sua natureza, indique risco ou perigo no porte, manuseio ou posse da arma de fogo;

II - a partir da apresentação, por policial civil, de documento público ou particular emitido por profissional de saúde mental que indique risco ou perigo para o porte, manuseio ou posse da arma de fogo;

III - a partir da expedição da guia para perícia médica, quando motivada por suspeita de problemas relacionados à sua saúde mental ou psicológica, inclusive à dependência psíquica ou física de substâncias que afetem a compreensão da realidade ou da autodeterminação de seus atos;

IV - quando o policial civil estiver em tratamento médico de doença relacionada à dependência química, psicológica ou psíquica, devidamente confirmada por profissional de saúde competente;

V - quando o policial civil estiver impedido de exercer atividades que exijam alto desempenho intelectual, cognitivo ou motor, bem como possuir restrições funcionais diretamente relacionadas à atividade policial civil, atestadas pela Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Pauloou outro órgão de saúde ou apoio assistencial; e

VI - do policial civil que possuir laudo da Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Paulo ou relatório técnico de outro órgão de saúde ou apoio assistencial que contenha qualquer restrição à posse, porte, emprego ou utilização de arma de fogo.

§ 1º - Para os fins previstos no *caput*, o ato de recolha também abrange a munição e eventuais acessórios, sejam eles institucionais ou particulares, incluindo os de uso autorizado em serviço.

§ 2º - Na hipótese em que o policial civil não requerer a concessão de licença para tratamento de saúde, mas apresentar claros sinais de distúrbios de ordem mental, deverá o superior hierárquico ou autoridade corregedora, por meio de despacho fundamentado indicando elementos que confiram verossimilhança ao comportamento verificado, encaminhá-lo à perícia médica objetivando a verificação do seu real estado de saúde, sem prejuízo da imediata concessão de licença "ex officio" para tratamento de saúde, nos termos da Lei Estadual nº 10.261, de 20 de outubro de 1968 e dos artigos 12 a 14 do Decreto Estadual nº 69.234, de 28 de dezembro de 2024.

Artigo 20-B - Fica, nos termos do artigo anterior, suspensa a autorização para porte de arma fogo do policial civil a partir da expedição da guia para perícia médica motivada por suspeita de problemas relacionados a sua saúde mental, inclusive dependência psicológica ou física de substâncias que afetem a compreensão da realidade ou da autodeterminação de seus atos, ensejadoras de licença para tratamento de saúde, "ex officio" ou a pedido.

§ 1º - Na hipótese do *caput*, deverá o setor de pessoal de vinculação funcional do policial civil afastado anotar, junto ao Sistema GPI, a restrição ao porte de arma de fogo e a sua motivação, devendo, ainda, ser comunicado o Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil – CEPOL, o qual, para fins de consulta pela rede, manterá cadastro de policiais civis com suspensão de autorização para o porte de arma de fogo.

§ 2º - Nas ocorrências envolvendo policial civil, deverá a autoridade policial responsável pelo respectivo atendimento efetuar consulta eletrônica junto ao Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil - CEPOL, a fim de que verificar a eventual restrição quanto ao porte de arma de fogo.

§ 3º - Cessadas as causas da suspensão do porte de arma de fogo, nos termos do artigo 20-H desta Portaria, os cadastros relativos ao policial civil interessado, em tempo hábil, serão atualizados pelo respectivo setor de pessoal de vinculação funcional.

§ 4º - Aplica-se o disposto no § 1ºna hipótese de proibição do porte de arma determinada nos termos do artigo 86, inciso IV da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979, quando não houver cumulação com o inciso III.

Artigo 20-C- Havendo recusa por parte do policial civil em informar qual o motivo ensejador da solicitação de perícia médica ou da licença, deverá ele, excepcionalmente, ser apresentado ao Núcleo Médico da Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, órgão responsável pela saúde no âmbito da Polícia Civil, que informará, em caráter reservado e exclusivamente para os fins desta Portaria, tratar-se ou não de doença relacionada a transtorno mental.

Artigo 20-D - Por ocasião da expedição da guia de perícia médica, a pedido ou "ex officio", deverá o superior hierárquico certificar-se, junto aos sistemas adequados (SINESP, SINARM, entre outros), se o policial civil é possuidor de arma de fogo particular, seja na condição de adquirente com registro no SINARM ou na condição de caçador, atirador ou colecionador.

Parágrafo único. Em sendo positiva a pesquisa, deverá o policial civil ser instado a entregar todo o seu armamento, munição e assessórios, sendo que, na hipótese de recusa, deverá a Corregedoria Geral da Polícia Civil, nos termos do artigo 20-J desta Portaria, adotar as providências de polícia judiciária cabíveis de modo a dar concretude ao comando legal previsto no artigo 63 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, de que toda e qualquer arma de fogo da posse do integrante de órgão de segurança pública que apresente sinais de perda de condição psicológica lhe seja retirada.

Artigo 20-E - A partir da expedição da guia para perícia médica, a autoridade policial competente deverá adotar as medidas necessárias para cientificar seu subordinado sobre a consequente suspensão do porte de arma de fogo e, após a retirada do armamento, encaminhá-lo, em caso de arma institucional, à Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP ou, no caso de arma particular, à respectiva Divisão de Administração, para o devido acautelamento.

Artigo 20-F - Realizada a perícia médica indicada e concedido o afastamento motivado por problemas relacionados à saúde mental do policial civil, inclusive dependência psicológica ou física de substâncias que possam afetar seu comportamento cotidiano, permanecerá suspenso o porte de arma fogo pelo prazo da licença, observadas suas prorrogações.

Artigo 20-G - Na hipótese de enfermidade prolongada, a Polícia Federal deverá ser comunicada sobre o comprometimento da condição psicológica do policial civil, para fins de instauração do procedimento de cassação do CRAF, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023.

Parágrafo único. No caso do policial civil ser caçador, atirador ou colecionador, a comunicação aos órgãos oficiais deverá observar as regras estabelecidas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal.

Artigo 20-H - Terminado ou não concedido o afastamento, a nova autorização de porte de arma de fogo ficará condicionada a apresentação de documento médico público ou particular emitido por profissional credenciado que ateste a capacidade mental do interessado para possuir, portar, empregar ou utilizar arma de fogo, observado, no caso de concessão de nova carga, o disposto no artigo 40 desta Portaria.

Artigo 20-I - A Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil - DAP, dentro das suas atribuições legais, poderá solicitar diretamente à Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Paulo informações quanto ao número e qualificação dos funcionários da Polícia Civil em licença médica e quais as patologias envolvidas, ou outras informações médicas que julgar pertinentes para o desenvolvimento de suas atribuições, elaborando posteriormente a relação dos servidores licenciados por transtornos de saúde mental e por outras doenças, para as providências administrativas cabíveis, observado o sigilo legal pertinente.

Artigo 20-J - A Corregedoria Geral da Polícia Civil, inclusive por intermédio das suas Corregedorias Auxiliares, deverá, de ofício ou se provocada, adotar as providências necessárias nos casos previstos nesta Portaria em que o policial civil não apresentar ou recusar entregar o armamento, acessório ou munição particular ou de propriedade do Estado que estiver em sua posse, bem como nos casos de utilização de arma de fogo quando suspensa a autorização do porte.

Artigo 20-K - Para os fins desta Portaria, deverão ser considerados os transtornos mentais e comportamentais codificados de "F00" a "F99", "6B00" a "6B05"; "6B40" a "6B43"; "6A70" a "6A80" no Código Internacional de Doenças – CID, bem comooutras doenças diagnosticadas que tenham em suas descrições a diminuição da capacidade cognitiva do policial civil ou que indiquem comportamentos ou pensamentos incompatíveis com o uso seguro da arma de fogo, ou, ainda, quando os diagnósticos vierem acompanhados de tais afirmações devidamente atestadas por profissional de saúde mental.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO RELATIVO À AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO, REGISTRO DE ARMAS DE FOGO E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMA DE FOGO POR POLICIAIS CIVIS EM ATIVIDADE OU APOSENTADOS

SEÇÃO I

DO PROCEDIMENTO RELATIVO À AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO, REGISTRO E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMAS DE FOGO DE USO PERMITIDO

Artigo 21 - O procedimento para a aquisição, registro ou transferência de propriedade de armas de fogo de uso permitido, pelo policial civil em atividade ou aposentado, observará as disposições contidas na Seção II, do Capítulo III, do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, bem como as rotinas documentais formalmente estabelecidas pelo órgão emissor do ato.

SEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO RELATIVO À AUTORIZAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO, REGISTRO E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMAS DE FOGO DE USO RESTRITO POR POLICIAL CIVIL EM ATIVIDADE

Artigo 22 - O policial civil interessado em adquirir armade fogo de uso restrito para uso próprio, no número máximo de duas, deverá formular requerimento de autorização para aquisiçãoou transferência de arma de fogo de uso restrito, conforme as regras emanadas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal, endereçado ao Delegado Geral de Polícia.

§ 1º - Das armas de uso restrito de que trata o *caput*, o policial civil, quando em serviço ativo, poderá adquirir uma arma portátil, longa, de alma lisa ou raiada, vedadas:

I - armas automáticas de qualquer calibre;

II - armas portáteis, longas, de alma raiada, de repetição ou semiautomáticas, cuja munição comum tenha, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e setecentos e cinquenta Joules, conforme a Portaria Conjunta – C Ex/DG-PF nº 2, de 6 de novembro de 2023, ou norma posterior que a venha substituir e;

III - armas portáteis, longas, de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, cujo calibre nominal seja superior a doze gauges.

§ 2º - Os policiais civis que, nos termos descritos no *caput*, adquirirem armas de fogo quando em serviço ativo, manterão a propriedade ao entrarem na inatividade.

Artigo 23 - Para a aquisição da arma de fogo de uso restrito, o policial civil deverá preencher, com a anuência do órgão de vinculação, o requerimento estabelecido em norma administrativa do Exército Brasileiro e da Polícia Federal e, em seguida, providenciar o protocolo do pedido junto a esta última.

Parágrafo único. O requerimento descrito no *caput* deverá ser instruído com:

I -cópia da cédula de identidade funcional;

II -cópia do CPF;

III - cópia da Guia de Recolhimento da União – GRU; e

IV -comprovante de pagamento da taxa de aquisição de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro– PCE, conforme a Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003.

Artigo 24 - Para fins de análise quanto a anuência da Delegacia Geral de Polícia, deverão ser igualmente apresentados:

I -documento fornecido pelo órgão subsetorial de recursos humanos do Departamento em que estiver classificado o interessado, com informação sobre a inexistência de restrição médica, administrativa ou judicial quanto a posse ou porte de arma de fogo;

II -cópia simples da equivalente habilitação técnica para manuseio da arma de fogo de uso restrito, expedida pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra";

III - declaração do interessado, assumindo o compromisso de encaminhar a arma à Polícia Civil, com vistas a sua remessa à Polícia Federal, nas hipóteses de:

a) deixar de integrar os quadros da Instituição, ressalvada a hipótese de inatividade;

b) determinação administrativa ou judicial que lhe imponha a cassação do direito de portar ou de possuir quaisquer armas de fogo ou;

c) ausência de condições físicas e/ou mentais para portar arma de fogo;

IV - ciência do responsável pelo nível hierárquico ao qual o interessado estiver diretamente subordinado, no caso de policial civil lotado na Superintendência da Polícia Técnico-Científica.

§ 1º - A declaração prevista no inciso III deste artigo deverá conter manifestação expressa do policial civil esclarecendo que, em caso de seu falecimento, a arma deverá ser entregue àDivisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC.

§ 2º - Em caso de falecimento do policial civil, a unidade administrativa na qual estava classificado, desde que tenha conhecimento da aquisição da arma de fogo, deverá comunicar a Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPCe a Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento – DAP.

§ 3º - O Delegado de Polícia Titular da Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, ao tomar conhecimento de falecimento de policial civil, em atividade ou aposentado, notificará o herdeiro ou o administrador da herança para que entregue a arma e apresente no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do óbito, documento comprobatório da regularização ou transferência de propriedade a terceiro que indicar, desde que autorizada a aquisição.

§ 4º - Verificada qualquer hipótese do inciso III, o interessado poderá requerer, no ato da entrega da arma, que essa permaneça custodiada pela Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, enquanto for providenciada sua transferência a terceiro que indicar, desde que seja autorizado à aquisição, sendo que, decorrido o prazo sem efetivação da transferência, a arma será encaminhada à Polícia Federal nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

§ 5º - Na hipótese de não entrega da arma por parte do herdeiro ou administrador da herança, a autoridade de polícia judiciária competente deverá ser comunicada para as providências cabíveis.

Artigo 25 - Incumbirá a Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC o recebimento e o processamento do requerimento de que trata o artigo anterior.

§ 1º - O requerimento será analisado pela Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC e, na forma descrita no artigo 312 da Consolidação das Normas de Serviço de Polícia Judiciária, encaminhadoà Delegacia Geral de Polícia com manifestação conclusiva pelo deferimento ou não.

§ 2º - Instruído pela Delegacia Geral de Polícia, o procedimento será restituído ao requerente pela Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, a fim de que, no caso de concessão da anuência, o expediente, pelo próprio interessado, seja protocolado junto a Polícia Federal.

§ 3º - Esgotadas as etapas procedimentais competentes e em havendo autorização da Polícia Federal, caberá ao requerente efetuar as tratativas de compra diretamente com o fornecedor.

§ 4º - As regras para a transferência de arma de fogo seguem os parâmetros das normas emitidas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal.

§ 5º - A Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, com a anuência da Delegacia Geral de Polícia, poderá expedir regras complementaressobre as disposições contidas nesta Portaria, observadas as regras emanadas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal.

SEÇÃO III

DO PROCEDIMENTO RELATIVO À AUTORIZAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO, REGISTRO E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ARMAS DE FOGO DE USO RESTRITO POR POLICIAL CIVIL APOSENTADO

Artigo 26 - O policial civil aposentado interessado emadquirir até duas armas de fogo de uso restrito, deverá, nos termos da seção anterior, formularrequerimento de autorização para aquisição ou transferênciade arma de fogo de uso restrito endereçado ao DelegadoGeral de Polícia, conforme as regras emanadas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal.

Artigo 27 - O requerimento será instruído com:

I -cópia de habilitação técnica para manuseio de arma de fogo na equivalência da arma de uso restrito;

II - comprovação de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo;

III - comprovação da inexistência de restrição médica, administrativa ou judicial para a posse ou porte de arma de fogo e declaração do interessado assumindo o compromisso de encaminhar a arma à Polícia Civil, com vistas a sua remessa à Polícia Federal, nas seguintes hipóteses:

a)cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

b) determinação administrativa ou judicial que lhe imponha a cassação do direito de portar ou de possuir quaisquer armas de fogo;

c) se houver falta de condições físicas e/ou mentais para portar arma de fogo.

§ 1º - A habilitação técnica prevista no *caput* será comprovada mediante cópia da respectiva habilitação expedida pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" ou por instrutor de armamento e tiro credenciado pela Polícia Federal.

§ 2º - A avaliação da aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo será realizada pelo Núcleo Psicossocial da Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP ou pela Equipe de Psicotécnica do Serviço Técnico de Apoio da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", ou, se assim optar o interessado e às suas expensas, por avaliação em clínica psicológica credenciada pela Polícia Federal, desde que comprovada a vigência do credenciamento.

§ 3º - A comprovação da inexistência de restrição médica, judicial ou administrativa, para a posse ou porte de arma de fogo, far-se-á, respectivamente, por atestado médico e certidões expedidas, ainda que por meio eletrônico, pelo Poder Judiciário e pela Corregedoria Geral da Polícia Civil.

§ 4º - Ocorrendo o falecimento de policial civil aposentado,cabe ao herdeiro ou administrador da herança comunicar à Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, para que se providencie o recolhimento da arma de fogo.

§ 5º - O trâmite do requerimento seguirá, no que for aplicável, o disposto na seção anterior.

§ 6º - As regras para a transferência de arma de fogo, no que for cabível, seguirão os parâmetros estabelecidos pelo Exército Brasileiro e a Polícia Federal.

SEÇÃO IV

DA AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO

Artigo 28 - A aquisição de munição por policiais civisem atividade ou aposentados, para armas de uso restritosupramencionadas, será realizada nos termos do Estatuto doDesarmamento e seu regulamentoe das regras emanadas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA O REGISTRO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE ARMAS DE FOGO, ARMAS MENOS LETAIS, COLETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA E MUNIÇÕES DA POLÍCIA CIVIL

Artigo 29 - O registro, a distribuição e a contabilização de arma de fogo, arma menos letal, colete de proteção balística e munição de propriedade da Polícia Civil, serão realizados pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, observados os critérios de necessidade, racionalidade e eficiência na prestação do serviço policial civil, nos termos convencionados pelo Delegado Geral de Polícia.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput*, no que for cabível, aos instrumentos de menor potencial ofensivo.

SEÇÃO I

DO REGISTRO E DA DISTRIBUIÇÃO DAS ARMAS DE FOGO, ARMAS MENOS LETAIS E DOS COLETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA

Artigo 30 - As armas de fogo, as armas menos letais e os coletes de proteção balística de propriedade da Polícia Civil serão contabilizados no Sistema SIAFEM e registrados e distribuídos por meio do Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI.

§ 1º - Inclui-se como tarefa de controle no sistema descrito no *caput* o lançamento de evento relevante, assim considerado o roubo, a perda, o encontro, a substituição, a apreensão judicial ou administrativa, a restituição, o recolhimento ou qualquer outro evento merecedor de apontamento.

§ 2º - O registro contábil da arma de fogo e do colete de proteção balística será realizado à conta do SIAFEM UGE - 180119 - Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, independentemente do local de destinação e de utilização pelo Policial Civil.

§ 3º - As armas de fogo serão registradas e classificadas com base nos seguintes critérios:

I -carga pessoal definitiva: arma de fogo de porte do policial civil, mediante registro individual e expedição de documento de porte obrigatório, observadas as exigências relativas à prévia capacitação técnica conferida pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra";

II -carga tática: arma de fogo de porte (de emprego especial) e arma de fogo portátil (de emprego tático), atribuídas para uso de unidade policial;

III - carga de ensino: arma de fogo de porte ou portátil para fins didáticos, destinada exclusivamente à formação e treinamento de policiais civis e atribuível somente à Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" e Unidades de Ensino Policial - UEPs dos Departamentos de Polícia Judiciária do Interior – DEINTERs;

IV -carga de teste: arma de fogo de porte ou portátil para fins de testes e ensaios em materiais bélicos, conduzidos pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP ou em exames realizados pela Superintendência da Polícia Técnico-Científica – SPTC;

V -carga de coleção institucional: arma de fogo de porte ou portátil, acautelada na Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP ou na Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", para preservação do histórico institucional da Polícia Civil.

§ 4º - A transferência para outra unidade de uso de arma de fogo denominada carga tática ou carga de ensino dependerá de prévia autorização da Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, por meio do Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI, após análise da comunicação efetuada pela Delegacia Seccional de Polícia ou Divisão de Administração à qual a arma estava vinculada, acompanhada da anuência da unidade recebedora.

§ 5º - Os coletes de proteção balística, com classificação de carga pessoal definitiva, serão distribuídos de acordo com a logística estabelecida no artigo 34 desta Portaria.

§ 6º - Aplica-se o disposto no artigo 29 e seus parágrafos, no que for cabível, aos instrumentos de menor potencial ofensivo.

Artigo 31 - Ao policial civil será concedida uma única carga pessoal definitiva de arma de fogo.

§ 1º - AsDivisões e Delegacias Seccionais de Polícia poderão requerer, justificadamente, à Divisão de Serviços Diversos – DSD do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, a transferência das cargas táticas de porte para fornecimento, exclusivamente, aos policiais civis subordinados que exerçam função operacional especial ou tática ou emergencial e de risco.

§ 2º - Para os fins especificados no parágrafo anterior, considera-se função operacional especial ou tática aquela exercida pelos grupos descritos no artigo 2º da Portaria DGP-29, de 13 de novembro de 2023e, função emergencial e de risco, aquela exercida por unidade policial que, exclusivamente, exerça função de escolta, transporte e remoção de pessoas presas.

§ 3º - Casos excepcionais poderão ser analisados e, se houver anuência da Delegacia Geral de Polícia, a Divisão de Serviços Diversos – DSD do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP poderá, de forma motivada, autorizá-los.

Artigo 32 - O fornecimento de carga tática deverá observar a habilitação técnica do policial civil, conforme as regras previstas nesta Portaria.

SEÇÃO II

DO REGISTRO E DA DISTRIBUIÇÃO DE MUNIÇÕES

Artigo 33 - As munições serão contabilizadas, registradas e distribuídas pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, por meio do Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI.

Parágrafo único. Será lançado no sistema de controle, o evento relevante ou qualquer outro fato merecedor de apontamento.

Artigo 34 - Com a atribuição da carga pessoal definitiva de arma de fogo será fornecida munição correspondente ao calibre e à capacidade da arma, observada a disponibilidade do acervo e a efetiva necessidade do interessado.

§ 1º - As munições serão classificadas em:

I -dotação operacional: quantidade de munição fornecida ao policial civil para uso em serviço;

II -dotação estratégica: quantidade de munição estabelecida pelo cálculo de 10% a 20% do total de munições adquiridas para suprimento da dotação de serviço, obedecidos os seguintes critérios:

a) 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) permanecerão armazenados junto ao órgão hierárquico com nível de Delegacia Seccional de Polícia ou Divisão Policial e sede da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, e servirão como suprimento de demandas supervenientes das unidades e policiais civis subordinados;

b) 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) permanecerão acautelados na Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP e servirão como suprimento de demandas supervenientes da Polícia Civil;

III - dotação de treinamento: quantidade de munição adquirida para fins de treinamento de policiais civis (prioritariamente as solicitadas pelas unidades que exercem função operacional especial ou tática) e pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" para utilização em atividades de ensino;

IV -dotação para teste: quantidade de munição a ser utilizada exclusivamente pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP e pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra".

§ 2º - Os pedidos de munição suplementar deverão ser acompanhados da devida justificativa.

§ 3º - É vedada a utilização das munições classificadas nos incisos I e II do § 1º deste artigo para treino ou teste de arma de fogo, excetuados os casos ressalvados nesta Portaria.

§ 4º - Incumbirá à Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" o recolhimento, o armazenamento e a destinação final, quando prevista em contrato de aquisição, dos cartuchos deflagrados durante as atividades de ensino.

§ 5º - Na inexistência da previsão contratual aludida no parágrafo anterior, os cartuchos deflagrados serão encaminhados à Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP.

§ 6º - As unidades destinatárias das cargas táticas, a critério do Delegado de Polícia titular, poderá solicitar à Divisão de Administração ou à Delegacia Seccional de Polícia a disponibilização de uma fração da munição de dotação estratégica, não superior a 5% (cinco por cento), para a realização de colimação e ajustes de aparelhos de pontaria dos equipamentos, sendo que essas utilizações devem ser lançadas no Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI.

Artigo 35 - As munições serão entregues pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP diretamente às Divisões de Administração ou Delegacias Seccionais de Polícia dos Departamentos que integram a estrutura da Polícia Civil, as quais providenciarão:

I -a distribuição individualizada aos policiais civis a elas vinculados;

II -o lançamento das informações no Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI;

III - a digitalização do documento de recebimento e sua inclusão no Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI.

§ 1º - As munições de dotação operacional destinadas às cargas táticas serão fornecidas às respectivas unidades policiais autorizadas para a sua utilização, observadas as exigências constantes dos incisos I e II do *caput* do artigo.

§ 2º - As munições necessárias às cargas táticas acompanharão os respectivos armamentos, devendo ser anotada eventual redistribuição quando houver a troca de guarda ou de posse do referido material.

§ 3º - A redistribuição de munição de dotação estratégica entre as unidades policiais dependerá de prévia e expressa autorização da Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP.

§ 4º - A Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, poderá determinar o recolhimento, aos seus cofres, de parte ou de toda a munição de dotação estratégica das unidades policiais para fins de substituição, reequilíbrio de estoque ou redistribuição, quando houver justificada necessidade.

Artigo 36 - A reposição de munição para carga pessoal definitiva dependerá da anuência do Delegado de Polícia titular da unidade a que estiver subordinado o policial civil solicitante, sempre mediante restituição da munição anteriormente fornecida e que não foi utilizada em conformidade com a dotação a que se destinava.

§ 1º - A munição restituída, mesmo fora da validade, será recolhida e armazenada pelas Divisões de Administração e Delegacias Seccionais de Polícia, anotando-se, obrigatoriamente, o evento no Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI, podendo ser utilizada em treinamento, observadas as regras contidas nesta Portaria.

§ 2º - As Divisões de Administração e Delegacias Seccionais de Polícia que recolherem munições poderão, pelas vias hierárquicas competentes, solicitar à Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", para que seja disponibilizado treinamento para os policiais civis que lhes sejam subordinados, respeitados os prazos, disponibilidades e protocolos a serem estabelecidos por aquela Casa de Ensino.

§ 3º - O Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP fixará os critérios para testes em armas de fogo com as munições de que trata este artigo.

§ 4º - As unidades que exerçam função operacional especial ou tática poderão estabelecer protocolos próprios para seus treinamentos periódicos e testes em armas de fogo, sem necessidade de consulta à Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra".

§ 5º - Os treinamentos e testes de que trata este artigo deverão ocorrer em ambiente controlado e próprio para tais atividades, observados os protocolos fixados.

§ 6º - Os protocolos de treinamento periódico e de testes em armas de fogo serão obrigatoriamente encaminhados, por meio eletrônico, para conhecimento do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, que poderá determinar alterações se entender conveniente.

SEÇÃO III

DAS COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Artigo 37 - As incorporações de arma de fogo, arma menos letais, colete de proteção balística e munição originárias de outras entidades públicas ou provenientes de doações, após a autorização competente, serão cadastradas no Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI pela Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, observada a legislação de regência.

§ 1º - As solicitações de incorporações de materiais bélicos decorrentes de decisão judicial deverão ser dirigidas à Divisão de Serviços Diversos – DSD do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, que analisará o pedido e o submeterá à Delegacia Geral de Polícia, observando as regras do artigo 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e da Resolução SSP-42, de 27 de julho de 2022, que dispõe sobre a tramitação de solicitações de doação de armas de fogo, acessórios e munições.

§ 2º - A Delegacia Geral de Polícia encaminhará à Secretaria da Segurança Pública a relação de armas de fogo, acessórios e munições para fins de doação.

§ 3º - As munições incorporadas nos termos deste artigo só poderão ser utilizadas para treinamento ou testes, inclusive periciais.

Artigo 38 - Sem prejuízo das providências de polícia judiciária, as ocorrências envolvendo arma de fogo, carregador, arma menos letal, colete de proteção balística, munição, acessório de arma de fogo, ou equipamento de propriedade da Polícia Civil, serão imediatamente comunicadas, por meio eletrônico, à(ao):

I - Divisão de Serviços Diversos – DSD do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP;

II - Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil – CEPOL do Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL ou centro de comunicação local, que se encarregará de comunicar o primeiro;

III - Corregedoria Geral da Polícia Civil – CORREGEDORIA;

IV - Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos – DPCRD do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC.

Parágrafo único. Os documentos que compõem o registro informativo, inclusive o boletim de ocorrência, serão digitalizados e integrarão o procedimento de comunicação, preservando-se a integridade, a autenticidade, a legibilidade e o sigilo.

Artigo 39 - Nas hipóteses de aposentadoria, demissão, exoneração, licença sem vencimentos, falecimento, cessação do exercício da função pública, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 1.354, de 6 de março de 2020 (denominado código 100), ou de outra situação incompatível com a manutenção de arma de fogo, carregador, colete de proteção balística, munição, acessório de arma de fogo ou equipamento de propriedade da Polícia Civil, bem como carteira funcional e distintivo, o policial civil ou seu representante e/ou sucessor, observados os preceitos normativos,efetuará a entrega de todos os bens na unidade em que exerce ou exercia suas funções.

§ 1º - No ato de entrega, o policial civil ou seu representante firmará, sob pena de responsabilidade, declaração na qual conste a devolução de todo material pertencente à Polícia Civil.

§ 2º - O dirigente da unidade de exercício do policial civil zelará pelo cumprimento do disposto neste artigo, bem como emitirá recibo com a descrição dos objetos restituídos, providenciando, de imediato, o envio à Divisão de Serviços Diversos – DSD do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP ou à unidade a que pertençam os bens devolvidos.

Artigo 40 - Na hipótese de restrição de uso de arma de fogo ao policial civil, nova atribuição de carga pessoal definitiva ficará condicionada à prévia manifestação do Delegado de Polícia hierarquicamente superior, acompanhada, quando for o caso, de documento informativo quanto à cessação dos motivos que impuseram a medida administrativa, sem prejuízo da avaliação da Divisão de Serviços Diversos – DSD do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP.

Artigo 41 - As restrições administrativas e judiciais e seus eventos decorrentes, quando relacionados com o porte de arma de fogo e o uso de bens pertencentes à Polícia Civil, serão anotados no Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI:

I -pela Divisão de Informações Funcionais – DIF da Corregedoria Geral da Polícia Civil – CORREGEDORIA, em se tratando de infração penal e/ou administrativa, sem prejuízos de eventuais outras anotações;

II - pela Unidade de Pessoal das Divisões de Administração, das Delegacias Seccionais de Polícia e da Superintendência da Polícia Técnico-Científica – SPTC, em se tratando de licença motivada por problemas de saúde e situações correlatas, observadas as regras do Capítulo II, Seção III desta Portaria.

SEÇÃO IV

DOS PROVIDOS E EMPOSSADOS ORIUNDOS DA POLÍCIA CIVIL E DE OUTROS ÓRGÃOS POLICIAIS OU DE PROTEÇÃO MUNICIPAL PREVENTIVA

Artigo 42 - No prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do ato de provimento em cargo policial civil, deverá o Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP:

I - elaborar lista dos providos que, anteriormente, já ocupavam, de forma efetiva:

a) cargos de natureza policial e;

b) cargos de proteção municipal preventiva junto às Guardas Civis;

II - expedir, no ato da posse, a carteira de identidade funcional, a fim de que o direito ao porte funcional de arma de fogo que já lhes era assegurado não sofra solução de continuidade.

Artigo 43 - Os empossadosque já ocupavam cargos policiais civis no Estado de São Paulo e possuíam a habilitação operacional III (OP III), poderão manter consigo a carga de arma de fogo outrora cedida, sem prejuízo de sua eventual substituição, a critério da administração, ao término do respectivo curso de formação técnico-profissional.

Este documento pode ser verificado pelo código E.2025.06.24.1.77.1
em http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

§ 1º- A providência especificada no *caput* não impede ou dispensa que o policial civil aluno, durante o curso de formação, seja novamente capacitado para o consentâneo nível de habilitação operacional, ficando mantidas, de ofício, eventuais habilitações superiores outrora auferidas.

§ 2º - Os empossados que ocupavam cargos de natureza policial ou de proteção municipal preventiva em outras corporações deverão, quando da apresentação dos documentos necessários para matrícula e início do curso de formação técnico-profissional, fazer prova efetiva de que possuíam habilitação para o uso de arma de fogo.

§ 3º - Incumbirá à Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" determinar que osalunos policiais civis citados no parágrafo anterior, na hipótese de possuírem arma de fogo particular registrada no SINARM, encaminhem ao Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP a documentação exigida no artigo 15 desta Portaria.

Artigo 44 - Aplica-se o disposto nesta seção, no que couber, aos policiais civis alunos oriundos das Forças Armadas, desde quecomprovem, quando da data da posse, que eram militares com estabilidade assegurada ou oficiais em serviço ativo.

SEÇÃO V

DO ALUNO EM CURSO DE FORMAÇÃO

Artigo 45 - É vedado ao aluno de curso de formação técnico-profissional portar, de forma ostensiva e sem autorização, arma de fogo nas dependências da Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" ou das suas Unidades de Ensino e Pesquisa, observadas, ainda, as diretrizes estabelecidas em regulamento próprio.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 46 - O Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP elaborará termos de referência para definição dos critérios de aquisição de arma de fogo, munição, colete de proteção balística, arma menos letal, instrumento de menor potencial ofensivo ou qualquer outro produto controlado, podendo, pelas vias hierárquicas competentes, realizar consulta à Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" e aos demais Departamentos da Polícia Civil.

Artigo 47 - A Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" e o Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, mediante prévia autorização da Delegacia Geral de Polícia e atendidas as exigências legais e normativas, poderão receber arma, munição ou outro produto controlado da indústria nacional ou estrangeira para fins de teste e avaliação, desde que por período determinado e sem ônus para o Estado.

Parágrafo único. O resultado dos estudos poderá ser utilizado para a definição de especificações técnicas quando da elaboração de memorial descritivo para aquisição, considerando, dentre outros critérios, o desempenho, a manutenção, a assistência técnica e as garantias ofertadas.

Artigo 48 - A aquisição de material de uso estratégico, assim entendido como arma de fogo, munição, arma menos letal, colete de proteção balística e demais produtos controlados, bem como a prestação de serviços de manutenção dos bens e equipamentos, serão realizadasde forma centralizada pelo Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP.

§ 1º - Excepcionalmente, mediante autorização do Delegado Geral de Polícia, Unidade Gestora Executora – UGE diversa da do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP poderá realizar as atividades descritas no *caput*.

§ 2º - O material adquirido na forma do parágrafo anterior, após o registro contábil à conta da Unidade Gestora Executora – UGE adquirente, será transferido à conta do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, nos termos do artigo 29 desta Portaria.

Artigo 49 - A produção, tramitação, gestão e controle dos procedimentos relacionados com as regras estabelecidas nesta Portaria serão realizados exclusivamente por meio de plataforma corporativa digital, nos termos do Decreto n° 67.641, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre o uso do Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo – SEI/SP.

Artigo 50 - Os registros contábeis das armas de fogo e coletes de proteção balística eventualmente ainda constantes das contas contábeis das Unidades Gestoras Executoras serão transferidos à conta da Unidade Gestora Executora - 180119 - Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP.

§ 1º - As notas de lançamento serão apresentadas após a comprovação dos levantamentos físico/financeiro e a inserção dos dados dos detentores das respectivas cargas.

§ 2º - As transferências dos bens somente serão efetivadas com prévia autorização da Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP.

Artigo 51 - Nas hipóteses de extravio, furto, roubo ou perda de arma de fogo de uso restrito adquirida nos termos desta Portaria, a apreciação de requerimento de autorização para aquisição de nova arma de uso restrito ficará condicionada à resolução do procedimento investigatório em que não tenha havido reconhecimento de dolo ou culpa do interessado.

Artigo 52 -Revogado pela Portaria DGP-21, de 23 de junho 2025.

Artigo 53- A aquisição de acessório de arma de fogo considerado produto controlado pelo Exército Brasileiro e a transferência de arma de fogo entre sistemas observará as normas do Exército Brasileiro e da Polícia Federal.

Artigo 54 - O disposto nesta Portaria aplica-se ao efetivo policial civil lotado na Superintendência de Polícia Técnico-Científica – SPTC.

Artigo 55 - Casos omissos serão objeto de consulta formal às Divisões interessadas, cabendo à Delegacia Geral de Polícia, em última instância, esclarecer dúvidas relevantes ou dirimir eventuais conflitos negativos ou positivos suscitados.

Artigo 56 - Os dispositivos abaixo elencados, do Anexo da Portaria DGP-26, de 30 de outubro de 2023, passam a vigorar com seguinte redação:

"Artigo 216 - O procedimento de solicitação, no âmbito daSecretaria de Segurança Pública, de recursos vinculados a operações policiais de caráter reservado e respectivas prestações de contas, está disciplinado na Resolução SSP-7, de 13 de fevereiro de 2025.

(...)

Artigo 250 - O porte funcional e nacional de arma de fogo ao policial civil é garantido pelos artigos 6º, inciso II,§1º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e 30, inciso II, da Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023; regulamentado pelo artigo 55 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, e normatizado pela Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025(atualização operada pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025).

§ 1º -As condições do porte, desarme e aptidão para o uso da arma de fogo pelo policial civil em serviço ou fora dele, bem como, as regras sobre a obrigatoriedade de identificação, porte de algemas, cédula de identificação funcional e distintivo são disciplinados pela Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025, observado, no que for cabível aos meios usuais e complementares de identificação, a Portaria DGP-15, de 24 de julho de 2023 (atualização operada pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025).

§ 2º - O procedimento relativo à autorização para a aquisição de arma de fogo de uso restrito, o registro, a distribuição e a controle de armas de fogo, coletes de proteção balística e munições da Polícia Civil é estabelecido pela Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025(atualização operada pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025).

(...)

Artigo 280 -(...)

(...)

V - envolvendo autoridades e funcionários públicos, especialmente Magistrados, Promotores de Justiça, parlamentares, chefes do Poder Executivo Municipal, agentes diplomáticos ou consulares, militares das Forças Armadas, policiais civis, militares, federais e penais e guardas civis, mesmo que em inatividade;"

Artigo 57 - Incluir o artigo 303-A ao Anexo da Portaria DGP-26, de 30 de outubro de 2023, com a seguinte redação:

"Artigo 303-A - A designação excepcional de chefia em unidade ou serviço de classe imediatamente superior por integrante da carreira de Delegado de Polícia é disciplinada pela Portaria DGP-4, de 30 de janeiro de 2025."

Artigo 58 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhe forem contrárias, especialmente as Portarias DGP-28/94; DGP-19/97; DGP-34/08; DGP-30/10; DGP-55/11; DGP-51/12; DGP-40/14; DGP-101/18; DGP-35/15; DGP-40/16; DGP-61/21, DGP-11/24 e, para fins de readequação de redação, os §§ 3º a 12 do artigo 250 da Consolidação das Normas de Serviço da Polícia Judiciária (Portaria DGP-26/23).

PORTARIA DGP-20, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Portaria DGP- 20, de 23 de junho de 2025

Prorroga, por 120 (cento e vinte) dias, o prazo estipulado no art. 3º da Portaria DGP nº 4, de 30 de janeiro 2025.

O Delegado Geral de Polícia,

Considerando o andamento dos estudos em curso, voltados ao alinhamento de proposta de lei complementar às diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, instrumento que constitui marco regulatório para a Polícia Civil, contemplando, entre outros aspectos, normas sobre funcionamento, definição de classes, atribuições e organização estrutural da Polícia Civil do Estado de São Paulo;

Considerando, ainda, o disposto no artigo 15, inciso I, alínea "f", do Decreto nº 39.948, de 8 de fevereiro de 1995, que atribui ao Delegado Geral de Polícia a competência para superintender os serviços policiais civis no Estado de São Paulo;

DETERMINA:

Artigo 1º – Fica prorrogado, por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo estabelecido no artigo 3º da Portaria DGP nº 4, de 30 de janeiro de 2025, anteriormente prorrogado nos termos da Portaria DGP nº 5, de 28 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado em 5 de março de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artur José Dian

Delegado Geral de Polícia

PORTARIA DGP-21, DE 23 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA DGP nº 21, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Altera dispositivos das Portarias DGP-26, de 30 de outubro de 2023 (Institui a Consolidação das Normas de Serviço da Polícia Judiciária) e DGP-6, de 20 de março de 2025 (Reorganiza e consolida as normas da Delegacia Geral de Polícia sobre capacitação, distribuição, porte, registro e uso de arma de fogo pelos policiais civis do Estado de São Paulo) e dá outras providências.

O Delegado Geral de Polícia,

Considerando o disposto no artigo 4º da Portaria DGP-26, de 30 de outubro de 2023;

Considerando a necessidade de otimizar as providências tendentes a suspender o porte de arma de policial civil nos casos de licença motivada por problemas de saúde mental, mormente em razão do comando trazido pelos artigos 62 e 63 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023;

Considerando, por fim, o dever de aperfeiçoar a Consolidação das Normas de Serviços da Polícia Judiciária, originalmente publicada em 30 de outubro de 2023, bem como readequar os termos da Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025;

Determina:

Artigo 1º - Os dispositivos abaixo elencados, da Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025, passam a vigorar com seguinte redação:

"Artigo 1º - (...)

§ 1º - (...)

1. (...)
2. OP II: espingarda;
3. OP III: pistola.
(...)

§ 3º - O nível de habilitação para emprego de arma longa de alma raiada que utilize munição de alta velocidade (TAT II) exige antecedente habilitação para emprego de arma longa de alma raiada que utilize munição de baixa velocidade (TAT I).

(...)

Artigo 11 - O policial civil que, em qualquer circunstância ou sob qualquer pretexto, pretender ingressar estando armado em local de acesso do público protegido por agente de segurança pública ou privada, deverá, de forma discreta, identificar-se exibindo a sua carteira de identidade funcional, sendo que a sua arma de fogo e a respectiva munição não poderão ser entregues aos referidos agentes.

§ 1º - Em caso de recalcitrância por parte dos agentes de segurança, o policial civil evitará coerções físicas ou intemperanças verbais e, na sequência, deverá, se necessário, providenciar apoio, além de identificar os implicados a fim de, em sendo o caso, comunicar os fatos à autoridade policial competente, a qual avaliará a natureza das providências a serem porventura adotadas.

§ 2º - Caso a obstrução, ainda que momentânea, possa implicar prejuízo à ação policial efetivamente em curso, deverá o policial civil, nos termos da lei, adotar as medidas necessárias para que a diligência oficial não se frustre.

(...)

Artigo 12 - O policial civil só poderá ser desarmado ou ter a sua arma de fogo recolhida nas seguintes hipóteses:

(...)

II - durante audiência judicial, a critério exclusivo do Juiz de Direito presidente, a quem compete a polícia das audiências e sessões;

(...)

VI - em caso de procedimento disciplinar em curso, quando houver conveniência para a instrução ou para o serviço policial, por ordem fundamentada do Delegado Geral de Polícia, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979;

VII - cautelarmente, nos casos previstos na Seção III deste Capítulo;

(...)

X - se for surpreendido visivelmente embriagado ou sob efeito de substância psicoativa que determine dependência física ou psíquica ou, ainda, no caso de qualquer situação incompatível com a manutenção, mesmo que temporária, da arma de fogo ou munição, a ser razoável e motivadamente avaliada por autoridade policial ou superior hierárquico ao qual seja subordinado;

(...)

§ 3º - Para os fins desta Portaria, o ato de desarme ou recolha do artefato abrange a retirada da arma de fogo, munição e os respectivos acessórios, sejam eles institucionais ou particulares, incluindo os de uso autorizado em serviço.

§ 4º - As condições da restrição do ingresso de policial civil armado em dependência do Poder Judiciário demandarão, por regra de especificidade, a observância de diretrizes estabelecidas em ato normativo próprio do Juízo ou Tribunal, nos termos do artigo 13 da Resolução CNJ nº 291, de 23 de agosto de 2019.

§ 5º - Casos omissos deverão ser comunicados à autoridade policial competente ou ao respectivo superior hierárquico ao qual o policial civil estiver subordinado, os quais, ante a regra da razoabilidade e observado o interesse público, adotarão, respeitadas as suas escalas de atribuição, as providências cabíveis.

(...)

Artigo 21 - O procedimento para a aquisição, registro ou transferência de propriedade de armas de fogo de uso permitido, pelo policial civil em atividade ou aposentado, observará as disposições contidas na Seção II, do Capítulo III, do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, bem como as rotinas documentais formalmente estabelecidas pelo órgão emissor do ato.

(...)

Artigo 31 - (...)

§ 1º - As Divisões e Delegacias Seccionais de Polícia poderão requerer, justificadamente, à Divisão de Serviços Diversos – DSD do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, a transferência das cargas táticas de porte para fornecimento, exclusivamente, aos policiais civis subordinados que exerçam função operacional especial ou tática ou emergencial e de risco.

§ 2º - Para os fins especificados no parágrafo anterior, considera-se função operacional especial ou tática aquela exercida pelos grupos descritos no artigo 2º da Portaria DGP-29, de 13 de novembro de 2023 e, função emergencial e de risco, aquela exercida por unidade policial que, exclusivamente, exerça função de escolta, transporte e remoção de pessoas presas.

(...)

Artigo 41 - (...)

(...)

II - pela Unidade de Pessoal das Divisões de Administração, das Delegacias Seccionais de Polícia e da Superintendência da Polícia Técnico-Científica – SPTC, em se tratando de licença motivada por problemas de saúde e situações correlatas, observadas as regras do Capítulo II, Seção III desta Portaria.

(...)

Artigo 52 -Revogado pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025.

(...)

Artigo 58 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que lhe forem contrárias, especialmente as Portarias DGP-28/94; DGP-19/97; DGP-34/08; DGP-30/10; DGP-55/11; DGP-51/12; DGP-40/14; DGP-101/18; DGP-35/15; DGP-40/16; DGP-61/21, DGP-11/24 e, expressamente,para fins de readequação de redação, os §§ 3º a 12 do artigo 250 da Consolidação das Normas de Serviço da Polícia Judiciária (Portaria DGP-26/23)."

Artigo 2º - Incluir os dispositivos abaixo elencados à Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025:

"Artigo 1º - (...)

(...)

§ 4º - A especialização do policial civil como atirador designado (DESIG) ou estratégico (ESTRAT) com o uso de arma longa de alma raiada que utilize munição de alta velocidade, será objeto de curso de especialização específico, desenvolvido pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra".

§ 5º - A especialização do policial civil como atirador designado (DESIG) requer prévia habilitação para emprego de arma longa de alma raiada que utiliza munição de alta velocidade (TAT II) e a especialização do policial civil como atirador estratégico (ESTRAT) requer prévia especialização como atirador designado (DESIG).

(...)

CAPÍTULO II

(...)

SEÇÃO III
DO RECOLHIMENTO CAUTELAR E DA SUSPENSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA

Artigo 20-A - Sem prejuízo das hipóteses previstas no artigo 12 desta Portaria, serão recolhidas as armas de fogo institucionais e particulares:

I - quando o policial civil apresentar sinais exteriores de falta de condição psicológica ou mental que, pela sua natureza, indique risco ou perigo no porte, manuseio ou posse da arma de fogo;

II - a partir da apresentação, por policial civil, de documento público ou particular emitido por profissional de saúde mental que indique risco ou perigo para o porte, manuseio ou posse da arma de fogo;

III - a partir da expedição da guia para perícia médica, quando motivada por suspeita de problemas relacionados à sua saúde mental ou psicológica, inclusive à dependência psíquica ou física de substância que afete a compreensão da realidade ou da autodeterminação de seus atos;

IV - quando o policial civil estiver em tratamento médico de doença relacionada à dependência química, psicológica ou psíquica, devidamente confirmada por profissional de saúde competente;

V - quando o policial civil estiver impedido de exercer atividades que exijam alto desempenho intelectual, cognitivo ou motor, bem como possuir restrições funcionais diretamente relacionadas à atividade policial civil, atestadas pela Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Pauloou outro órgão de saúde ou apoio assistencial; e

VI - do policial civil que possuir laudo da Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Paulo ou relatório técnico de outro órgão de saúde ou apoio assistencial que contenha qualquer restrição à posse, porte, emprego ou utilização de arma de fogo.

§ 1º - Para os fins previstos no caput, o ato de recolha também abrange a munição e eventuais acessórios, sejam eles institucionais ou particulares, incluindo os de uso autorizado em serviço.

§ 2º - Na hipótese em que o policial civil não requerer a concessão de licença para tratamento de saúde, mas apresentar claros sinais de distúrbios de ordem mental, deverá o superior hierárquico ou autoridade corregedora, por meio de despacho fundamentado indicando elementos que confiram verossimilhança ao comportamento verificado, encaminhá-lo à perícia médica objetivando a verificação do seu real estado de saúde, sem prejuízo da imediata concessão de licença "ex officio" para tratamento de saúde, nos termos da Lei Estadual nº 10.261, de 20 de outubro de 1968 e dos artigos 12 a 14 do Decreto Estadual nº 69.234, de 28 de dezembro de 2024.

Artigo 20-B - Fica, nos termos do artigo anterior, suspensa a autorização para porte de arma fogo do policial civil a partir da expedição da guia para perícia médica motivada por suspeita de problemas relacionados à sua saúde mental, inclusive dependência psicológica ou física de substâncias que afetem a compreensão da realidade ou da autodeterminação de seus atos, ensejadoras de licença para tratamento de saúde, "ex officio" ou a pedido.

§ 1º - Na hipótese do caput, deverá o setor de pessoal de vinculação funcional do policial civil afastado anotar, junto ao Sistema GPI, a restrição ao porte de arma de fogo e a sua motivação, devendo, ainda, ser comunicado o Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil – CEPOL, o qual, para fins de consulta pela rede, manterá cadastro de policiais civis com suspensão de autorização para o porte de arma de fogo.

§ 2º - Nas ocorrências envolvendo policial civil, deverá a autoridade policial responsável pelo respectivo atendimento efetuar consulta eletrônica junto ao Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil - CEPOL, a fim de que verificar a eventual restrição quanto ao porte de arma de fogo.

§ 3º - Cessadas as causas da suspensão do porte de arma de fogo, nos termos do artigo 20-H desta Portaria, os cadastros relativos ao policial civil interessado, em tempo hábil, serão atualizados pelo respectivo setor de pessoal de vinculação funcional.

§ 4º - Aplica-se o disposto no § 1º na hipótese de proibição do porte de arma determinada nos termos do artigo 86, inciso IV da Lei Complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979, quando não houver cumulação com o inciso III.

Artigo 20-C - Havendo recusa por parte do policial civil em informar qual o motivo ensejador da solicitação de perícia médica ou da licença, deverá ele, excepcionalmente, ser apresentado ao Núcleo Médico da Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, órgão responsável pela saúde no âmbito da Polícia Civil, que informará, em caráter reservado e exclusivamente para os fins desta Portaria, tratar-se ou não de doença relacionada a transtorno mental.

Artigo 20-D - Por ocasião da expedição da guia de perícia médica, a pedido ou "ex officio", deverá o superior hierárquico certificar-se, junto aos sistemas adequados (SINESP, SINARM, entre outros), se o policial civil é possuidor de arma de fogo particular, seja na condição de adquirente com registro no SINARM ou na condição de caçador, atirador ou colecionador.

Parágrafo único. Em sendo positiva a pesquisa, deverá o policial civil ser instado a entregar todo o seu armamento, munição e assessórios, sendo que, na hipótese de recusa, deverá a Corregedoria Geral da Polícia Civil, nos termos do artigo 20-J desta Portaria, adotar as providências de polícia judiciária cabíveis de modo a dar concretude ao comando legal previsto no artigo 63 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, de que toda e qualquer arma de fogo da posse do integrante de órgão de segurança pública que apresente sinais de perda de condição psicológica lhe seja retirada.

Artigo 20-E - A partir da expedição da guia para perícia médica, a autoridade policial competente deverá adotar as medidas necessárias para cientificar seu subordinado sobre a consequente suspensão do porte de arma de fogo e, após a retirada do armamento, encaminhá-lo, em caso de arma institucional, à Divisão de Serviços Diversos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP ou, no caso de arma particular, à respectiva Divisão de Administração para o devido acautelamento.

Artigo 20-F - Realizada a perícia médica indicada e concedido o afastamento motivado por problemas relacionados à saúde mental do policial civil, inclusive dependência psicológica ou física de substâncias que possam afetar seu comportamento cotidiano, permanecerá suspenso o porte de arma fogo pelo prazo da licença, observadas suas prorrogações.

Artigo 20-G - Na hipótese de enfermidade prolongada, a Polícia Federal deverá ser comunicada sobre o comprometimento da condição psicológica do policial civil, para fins de instauração do procedimento de cassação do CRAF, nos termos do artigo 28 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023.

Parágrafo único. No caso de o policial civil possuir registro de caçador, atirador ou colecionador, a comunicação aos órgãos oficiais deverá observar as regras estabelecidas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal.

Artigo 20-H - Terminado ou não concedido o afastamento, a nova autorização de porte de arma de fogo ficará condicionada à apresentação de documento médico público ou particular emitido por profissional credenciado que ateste a capacidade mental do interessado para possuir, portar, empregar ou utilizar arma de fogo, observado, no caso de concessão de nova carga, o disposto no artigo 40 desta Portaria.

Artigo 20-I - A Divisão de Prevenção e Apoio Assistencial do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil - DAP, dentro das suas atribuições legais, poderá solicitar diretamente à Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Paulo informações quanto ao número e qualificação dos funcionários da Polícia Civil em licença médica e quais as patologias envolvidas ou outras informações médicas que julgar pertinentes para o desenvolvimento de suas atribuições, elaborando posteriormente a relação dos servidores licenciados por transtornos de saúde mental e por outras doenças, para as providências administrativas cabíveis, observado o sigilo legal pertinente.

Artigo 20-J - A Corregedoria Geral da Polícia Civil, inclusive por intermédio das suas Corregedorias Auxiliares, deverá, de ofício ou se provocada, adotar as providências necessárias nos casos previstos nesta Portaria em que o policial civil não apresentar ou recusar entregar o armamento, acessório ou munição particular ou de propriedade do Estado que estiver em sua posse, bem como nos casos de utilização de arma de fogo quando suspensa a autorização do porte.

Artigo 20-K - Para os fins desta Portaria, deverão ser considerados os transtornos mentais e comportamentais codificados de "F00" a "F99", "6B00" a "6B05"; "6B40"a"6B43"; "6A70"a"6A80" no Código Internacional de Doenças – CID, bem comooutras doenças diagnosticadas que tenham em suas descrições a diminuição da capacidade cognitiva do policial civil ou que indiquem comportamentos ou pensamentos incompatíveis com o uso seguro da arma de fogo ou, ainda, quando os diagnósticos vierem acompanhados de tais afirmações devidamente atestadas por profissional de saúde mental."

Artigo 3º -Os dispositivos abaixo elencados, do Anexo da Portaria DGP-26, de 30 de outubro de 2023, passam a vigorar com seguinte redação:

"Artigo 221 -(...)

I - (...)

II - observância do procedimento previsto na Resolução Conjunta SSP/SAP nº 1, de 12 de março de 2025. (alterado pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025)

III - revogado pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025.

(...)

Artigo 250 - O porte funcional e nacional de arma de fogo ao policial civil é garantido pelos artigos 6º, inciso II, § 1º da Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e 30, inciso II, da Lei Nº 14.735, de 23 de novembro de 2023; regulamentado pelo artigo 55 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, e normatizado pela Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025. (redação dada pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025)

§ 1º - As condições do porte, desarme, recolhimento cautelar e aptidão para o uso da arma de fogo pelo policial civil em serviço ou fora dele, bem como, as regras sobre a obrigatoriedade de identificação, porte de algemas, cédula de identificação funcional e distintivo são disciplinados pela Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025, observado, no que for cabível aos meios usuais e complementares de identificação, a Portaria DGP-15, de 24 de julho de 2023. (redação dada pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025)

§ 2º - O procedimento relativo à autorização para a aquisição de arma de fogo de uso restrito, o registro, a distribuição e a controle de armas de fogo, coletes de proteção balística e munições da Polícia Civil é estabelecido pela Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025. (redação dada pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025)

Artigo 4º - Incluir o dispositivo abaixo elencado ao Anexo da Portaria DGP-26, de 30 de outubro de 2023, com a seguinte redação:

"Artigo 250 -(...)

§ 3º - O uso de arma de fogo particular em serviço, o porte de arma interestadual do policial civil, o porte de arma de fogo por policial civil aposentado, o embarque armado de policial civil em aeronave e os demais pormenores sobre o porte de arma de fogo por policiais civis do Estado de São Paulo são disciplinados pela Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025. (incluído pela Portaria DGP-21, de 23 de junho de 2025)

Artigo 5º - No prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta Portaria, deverão as autoridades policiais competentes, em suas áreas de atribuição administrativa, efetuar um levantamento quanto a existência de policiais civis já afastados por enfermidade de ordem mental e que possam estar na posse de arma de fogo particular, de uso permitido ou restrito, mesmo na condição de caçador, atirador e colecionador, a fim de que sejam adotadas as medidas da Seção III do Capítulo III da Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025, previstas nos artigos 20-A até 20-K, especialmente quanto a comunicação aos órgãos competentes para fins de instauração de procedimento de cassação do Certificado de Registro de Arma de Fogo - CRAF, previsto no artigo 28 do Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023.

Artigo 6º - Incumbirá à Assistência Policial Judiciária da Delegacia Geral de Polícia Adjunta – DGPAD providenciar a imediata atualização da Consolidação das Normas de Serviço da Polícia Judiciária na sua versão online, bem como fazer publicar, na íntegra e já atualizada pela presente, a Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, a Portaria DGP-10, de 16 de março de 2007, os incisos II (atual) e III do artigo 221 da Consolidação das Normas de Serviço da Polícia Judiciária (anexo da Portaria DGP-26, de 30 de outubro de 2023), introduzidos/alterados pela Portaria DGP-1, de 6 de janeiro de 2025 e o artigo 52 da Portaria DGP-6, de 20 de março de 2025.

ARTUR JOSÉ DIAN
DELEGADO GERAL DE POLÍCIA

ACADEMIA DE POLÍCIA DR CORIOLANO NOGUEIRA COBRA

DELIBERAÇÃO Nº 001, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Deliberações da Congregação, de 17/06/2025
(Complementação da publicação de 23/06/2025)

Aprovando, o Plano de Ensino dos Cursos de **Especialização em Inteligência Artificial aplicada à Atividade de Polícia Judiciária, módulos I e II**, nos termos do artigo 22, II, do Decreto n. 60.930, de 2 de dezembro de 2014.

São Paulo, 23 de junho de 2025.

Márcia Heloísa Mendonça Ruiz
Delegada de Polícia Diretora da
Academia de Polícia

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 1 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CRUZEIRO

SETOR DE FINANÇAS

DECISÃO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE CRUZEIRO/SP

Pregão Eletrônico nº 90001/2025

ELAINE APARECIDA FERREIRA GOMES BENTO, CPF/CNPJ sob o nº 33.842.502/0001-19 vem, com fulcro no art. 164, da Lei nº 14.133/2021 e no item 13.1 Edital, apresentar, tempestivamente, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO até a

devida regularidade, com fulcro no exposto abaixo.

– DO CABIMENTO

Nos termos do item 13.1 do Instrumento Convocatório, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o certame por irregularidade na aplicação da legislação vigente, sendo esta impugnação protocolada dentro do prazo de três dias úteis anteriores à data da sessão pública.

- TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é plenamente tempestiva e se oferta observando a devida forma, atendendo ao que dispõe o art. 164, da Lei nº 14.133/2021 e no item 15, os quais estabelecem que qualquer pessoa poderá ofertar Impugnação aos termos do Edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para início da sessão pública de disputa.

Assim sendo, considerando-se que a sessão pública está marcada para ocorrer em 26/06/2025 (quinta-feira), tem-se que o termo final para apresentação de Impugnação corresponde ao dia 20/06/2025 (sexta-feira).

Isto posto, as razões apresentadas na presente data são tempestivas, razão pela qual merecem ser acolhidas.

- RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

- DO ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO COMUM E DA ILEGALIDADE APONTADA

O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa para a realização do serviço de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados apreendidos, serviço este classificado no próprio edital como comum, sendo o critério de julgamento o de menor preço global, conforme previsto na capa do edital e reiterado no corpo do instrumento convocatório.

Contudo, o edital estabelece, como requisito de qualificação técnico-operacional, a exigência de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, o que representa uma exigência desarrazoada, desproporcional e restritiva à competitividade do certame, principalmente se considerada a natureza do serviço licitado.

A própria Administração reconhece, ao longo do edital, tratar-se de serviço comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

Conforme jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, a exigência de experiência prévia em contratos de serviços comuns deve ser razoável, proporcional e compatível com a complexidade do objeto licitado, sendo vedado impor barreiras artificiais à livre concorrência, sob pena de violar os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Diante desse cenário, impõe-se a revisão do item 8.23.1 do Instrumento Convocatório, de modo a assegurar que a comprovação de qualificação técnico-profissional esteja compatível com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e equilíbrio econômico- financeiro, bem como a garantir a ampla participação de interessados, em consonância com os ditames constitucionais e legais que regem as licitações públicas.

DA INDEVIDA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE NO CERTAME

A estipulação de exigência relativa à comprovação de experiência mínima de três anos, por parte dos licitantes, configura-se como medida desproporcional e desarrazoada, extrapolando os limites da ampla competitividade. Tal exigência torna-se ainda mais questionável em procedimentos licitatórios cujo objeto se caracteriza pela simplicidade, rotina operacional e padronização na execução, circunstâncias que, por si sós, não justificam a restrição excessiva ao universo de possíveis competidores.

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, preconiza a necessidade de atenção e obediência ao princípio da isonomia, veja-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI. ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A fixação de um lapso temporal de três anos para demonstrar a qualificação técnico-profissional no edital, compromete de forma grave o princípio da isonomia no momento em que impede que empresas com menos tempo de mercado possam competir em igualdade de condições.

No caso em análise, observa-se que o instrumento convocatório não apresenta qualquer justificativa técnica fundamentada ou estudo prévio que demonstre, de maneira inequívoca, a imprescindibilidade da exigência de experiência mínima de três anos como critério de habilitação.

A ausência de motivação técnica específica e detalhada compromete a validade do ato administrativo, por afrontar o princípio da motivação, previsto no caput do art. 50 da Lei nº 9.784/1999, dessa forma, a exigência imposta carece de amparo legal e técnico, configurando-se como óbice indevido à participação de empresas igualmente potencialmente aptas, em prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Diante do exposto, impõe-se a reavaliação da exigência contida, de modo a contemplar uma abordagem mais realista e juridicamente equilibrada, que permita o adequado cumprimento das obrigações contratuais sem comprometer a segurança jurídica e a efetividade da prestação dos serviços públicos.

– DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, requer a recorrente:

A reformulação do edital, com revisão do item 8.23.1 com a reavaliação da exigência, por afrontar os princípios da isonomia, competitividade e proporcionalidade, o que prejudica a integridade da licitação;

Caso não seja possível a continuidade do certame nos termos ajustados, conforme o esperado, a publicação de novo edital de licitação, a fim de garantir a observância dos princípios da legalidade e isonomia.

III.4 – A concessão de efeito suspensivo, suspendendo-se o certame até a decisão definitiva sobre as irregularidades apontadas nesta Impugnação.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

VINHEDO/SP, 20 de junho de 2025.

ELAINE APARECIDA FERREIRA GOMES BENTO

Assinado de forma digital

CPF/CNPJ sob o nº 33.842.502/0001-19

Boa tarde,

Em resposta a impugnação feita por ELAINE APARECIDA FERREIRA GOMES BENTO CNPJ: 33.842.502/0001-19:

Lei 14.133/21

Art. 67 A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º - A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º - Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 5º - Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

A comprovação a que se refere o § 5º, do Art. 67, da Lei 14.133/2021, poderá ser efetuada pela somatória das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, apresentados em nome da matriz ou da filial.

O cerne da questão reside em aferir a legalidade/ ilegalidade da inclusão da apresentação de atestado específico para habilitação técnica como requisito de qualificação técnico-operacional, a exigência de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos. Toda a justificativa encontra-se no processo administrativo originário do Edital e de amplo conhecimento dos interessados, que são anexos ao edital.

As exigências relativas à qualificação técnica foram interpretadas em consonância com o art. 37, inciso XXI da CF, juntamente com os demais princípios administrativos, na busca do cumprimento da obrigação pelo maior número possível de competidores interessados em contratar serviço de brigada de incêndio com a Administração Pública.

E não constitui, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações realizadas pelo Poder Público, como afirmado pela Impugnante, e sim, presta-se a assegurar que a contratada possui aptidão mínima para gerenciar contratos para a execução do serviço contratado.

Portanto, a lei atribui ao gestor público a prerrogativa de escolher os critérios que melhor se adequem as características do objeto, tendo observado aqui os parâmetros fixados, bem como, os princípios relativos às licitações, sempre na busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Na verdade, trata-se de a condição de habilitação de capacidade compatível com a finalidade do certame e não capacidade específica.

Ora, não basta um perfeito procedimento administrativo ancorado no princípio da isonomia e da mais ampla competitividade para que se tenha um certame licitatório eficiente. Ao contrário, o imperioso é que a proposta seja a mais vantajosa para a Administração dentro do que ela deseja contratar.

Por isso, a exigência do Atestado de Capacidade Técnica na forma constante do Edital tem como fundamento atestar que a licitante é capaz de cumprir o objeto da licitação, com aquisição de serviço já testado e aprovado, que tenha infraestrutura mínima, experiência compatível, aparelhamento necessário, evitando serviços de baixa qualidade e que não atendam os requisitos necessários para a contratação.

Diferentemente do que quer fazer crer a Impugnante, a tentativa de flexibilizar esta cláusula denota uma possível falta de capacidade técnica que pode vir a prejudicar serviços, e por isso deve ser observado o princípio da supremacia do interesse púbico sobre o privado, afastando-se alegação de restrição à competitividade.

Conforme Acórdão nº 914/2019-Plenário do Tribunal de Contas da União, no que se refere aos parâmetros estabelecidos para a comprovação da qualificação técnica estes devem ser objetivos para análise da qualificação técnica cuja comprovação deve se dar por meio atestados de capacidade técnico-operacional de que a licitante já tenha prestados os serviços objeto do presente Pregão Eletrônico:

"9.3.2. estabeleça no edital da nova licitação, de forma clara e objetiva, os requisitos de qualificação técnica que deverão ser demonstrados pelos licitantes, os quais deverão estar baseados em estudos técnicos os quais evidenciem que as exigências constituem o mínimo necessário à garantia da regular execução contratual, ponderados seus impactos em relação à competitividade do certame;"

Conclui-se, assim, que a Impugnante carece de razão em suas alegações, uma vez que não há ilegalidade, inconstitucionalidade ou invalidade do Edital do Pregão Eletrônico, razão pela qual NÃO subsistem motivos para qualquer alteração do Edital e sua republicação.

Pelos motivos elencados, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa ELAINE APARECIDA FERREIRA GOMES BENTO CNPJ: 33.842.502/0001-19, por atender os requisitos de admissibilidade e tempestividade, para no mérito NEGAR-LHE provimento, mantendo-se os termos do Edital em comento.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 2 - CAMPINAS

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE JUNDIAÍ

COMUNICADO Nº 90005, DE 23 DE JUNHO DE 2025

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO 90005/2025

Processo DSPJ 058.00016403/2025-35

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90005/2025

PARECER JURÍDICO N. CJ/SSP n.º 33/2024

CONTRATANTE – UGE 180130 – Delegacia Seccional de Polícia de Jundiaí

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00206

CONTRATADO:- ANDREAS HENRIQUE SCHLEGEL, inscrita no CNPJ n. 60.835.351/0001-44.

OBJETO- 1 - ADAPTADOR DE CONECTOR, HUB USB COM 01 PORTA DE ENTRADA (USB 3.0) E 04 PORTAS DE SAIDA (USB 3.0), TIPO USB 3.0 COM CABO CONECTOR EMBUTIDO; 2 - SWITCH, COMUTADOR DE REDE LOCAL, TIPO WORKGROUP, COM 8 PORTAS GIGABIT ETHERNE T 10/100/1000 BASE-T RJ45, ETHERNET, WIN 98, XP E LINUX, LEDS DE SINALIZACAO PARA ENERGIA, ATIVIDADE, FULL-ALF DUPLEX, COLISAO, GARANTIA DE 1 ANO, BALCAO. ACOMPANHADO DE MANUAIS DE OPERACAO.

Valor total do contrato – R$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903061

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00207

CONTRATADO:- ANDREAS HENRIQUE SCHLEGEL, inscrita no CNPJ n. 60.835.351/0001-44.

OBJETO- 1 - ADAPTADOR P/ TOMADA, DE TERMOPLASTICO (TIPO PLUGUE BOB ESPONJA),ACEITA O NOV O PADRAO DE TOMADA NBR 14136. ENTRADAPARA TOMADAS DE 10A E 20A 250V, NA COR B RANCO, COM SAIDE DE DOIS PINOS DE LATAO OU COBRE MACICO, PARA COLOCACAO DE AP ARELHOS ELETRICOS

Valor total do contrato – R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903054

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00208

CONTRATADO:- BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRONICA ME, inscrita no CNPJ n. 17.055.604/0001-38.

OBJETO- 1 – BATERIA BOTAO, CR2032, 3V, LITIO, DIAMETRO: 20MM, ESPESSURA: 3,2MM, CONFORME IEC 60086, E RESOLUCAO CONAMA 401/2008.

Valor total do contrato – R$ 100,00 (cem reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903050

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00209

CONTRATADO:- V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME, inscrita no CNPJ n. 05.808.979/0001-42.

OBJETO- 1 - CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA, LEXMARK, REFERENCIA: 52DBHOO, COM CAPACIDA DE PARA IMPRIMIR25.000 PAGINAS, SERIES: MS810, MS811, MS812, NA COR PRETA, OR IGINAL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM COMPONENTES 100% NOVOS, COM VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, COM IDENTIFICACAO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM

Valor total do contrato – R$ 1.484,85,00 (mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903060

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00210

CONTRATADO:- V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA ME, inscrita no CNPJ n. 05.808.979/0001-42.

OBJETO- 1 - CILINDRO/FOTOCONDUTOR PARA IMPRESSORA, LEXMARK, REF.: 56FOZOO, SERIE: MS321, MS421, MS521, MS621, MS622, MX321, MX421, MX521, MX522, MX622, ORIGINAL DO FA BRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM COMPONENTES 100% NOVOS, RENDIMENTO DE APROXIMADA MENTE 60,000 PAGINAS

Valor total do contrato – R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903061

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00211

CONTRATADO:- B.N.B. COM DE EQUIP DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n. 08.692.456/0001-71.

OBJETO- 1 - CILINDRO/FOTOCONDUTOR PARA IMPRESSORA, LEXMARK, REF.: E260X22G, RENDIMENTO MI NIMO 30.000 COPIAS, SERIE: E260/360/460/X264, ORIGINAL DO FABRICANTE DO EQUIP AMENTO, COMPONENTES 100% NOVOS, GARANTIA MINIMA 12 MESES; 2 - CILINDRO/FOTOCONDUTOR PARA IMPRESSORA, LEXMARK, REF.: 52DOZOO, SERIE: MS811DN, ORIGINAL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COMPONENTES 100% NOVOS, PRETA, PARA 100.000 PAGINAS

Valor total do contrato – R$ 992,45 (novecentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903061

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00213

CONTRATADO:- LEC COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ n. 46.491.524/0001-23.

OBJETO- 1 - FONTE DE ALIMENTACAO, COMPATIVEL ATX CLASSIFICACAO DE EFICIENCIA 80 PLUS STAN DARD,TAMANHO DO VENTILADOR 120 MM, TIPO DE PFC ATIVO, TENSOES DE ENTRADA: 110 V, 220V, TENSOES DE SAIDA: +3.3V/+5V/+12V/-12V/+5VSB, COM POTENCIA REAL 500W, CONEXOES: 24 PINOS 1, EPS 8 PINOS 1, PCI, E 6+2 2, SATA 15 PINOS 5, MO LEX 4 PINOS 2, FDD 4 PINOS 1

Valor total do contrato – R$ 6.000,00 (seis mil reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903054

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00214

CONTRATADO:- STAR MIX COMÉRCIO DE VARIEDADE LTDA, inscrita no CNPJ n. 56.385.366/0001-80.

OBJETO- 1 – REFIL PARA CARTUCHO DE IMPRESSORA, EPSON, SERIE: ECOTANK L4150, REF. T504120A L, NA COR PRETO, FRASCO COM 127ML, ORIGINAL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COMPONENTES 100% NOVOS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES DA DATA DE ENTREGA.

Valor total do contrato – R$ 126,00 (cento e vinte e seis reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903060

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00215

CONTRATADO:- MAIS ENERGIA COMPONENTES ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ n. 29.646.786/0001-09.

OBJETO- 1 – TRANSFORMADORES, TENSAO DE ENTRADA 110/220V, TENSAO DE SAIDA PARA 110/220V, D E 3000VA

Valor total do contrato – R$ 1.752,00 (mil, setecentos e cinquenta e dois reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903061

Data do empenho – 18/06/2025.

NOTA DE EMPENHO – 2025NE00216

CONTRATADO:- C&M SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, inscrita no CNPJ n. 48.098.459/0001-04.

OBJETO- 1 – UNIDADE FUSORA, PARA IMPRESSORA LEXMARK, REFERENCIA 41X1178, 110 VOLTS, SERIE: MS321 MS421 MS521, MX522, MX321, ORIGINAL DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM COMPONENTES 100% NOVOS, GARANTIA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, CO M IDENTIFICACAO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM; 2 - UNIDADE FUSORA, PARA IMPRESSORA LEXMARK, REFERENCIA 40X8420, 110 VOLTS, SERIE S: MS810DN, MS810DTN, MS810DE, MS811DN, MS811DTN, MX710DHE. ORIGINAL DO FABRI CANTE DO EQUIPAMENTO, COM COMPONENTES 100% NOVOS, GARANTIA DE 12 MESES A PART IR DA DATA DA ENTREGA, COM IDENTIFICACAO DO FORNECEDOR NA EMBALAGEM

Valor total do contrato – R$ 13.580,00 (treze mil, quinhentos e oitenta reais)

Classificação dos recursos- PTRES 180205, natureza de despesa 33903061

Data do empenho – 18/06/2025.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 4 - BAURU

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE MARÍLIA

SETOR DE FINANÇAS

EXTRATO DE DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

DECISÃO

Pregão Eletrônico DSPM 90007/25 - UGE 180121

PNCP 46377800000127-1-002327/2025

Processo SEI 058.00010090/2025-10

Em análise ao pedido de impugnação interposto por Pessoa Jurídica (identidade protegida), tempestivamente protocolado, referente ao Edital do Pregão Eletrônico supra, que alega que o item 7.25 do Termo de Referência que alicerça o referido certame consubstancia exigência ilegal e que implica na restrição à competitividade do mesmo.

Entendeu-se que a exigência impugnada decorre de norma padronizada de observância obrigatória pelos órgãos da Administração Pública do Estado de São Paulo, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 62.867/2017, que determina o processamento dos pagamentos exclusivamente por meio do Banco do Brasil S/A. Ademais, a condição imposta refere-se à fase de contratação, não constituindo critério de habilitação ou fator de restrição à participação no certame.

Não foram identificadas irregularidades ou afronta aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade ou economicidade. Ressalta-se, ainda, que o edital e seus anexos foram aprovados pela Consultoria Jurídica da SSP/SP.

Isto posto, de comum acordo com a Equipe de Apoio do presente certame, INDEFIRO a impugnação, com fundamento no art. 9º, IV, "a", do Decreto Estadual nº 68.220/2023.

EXTRATO DE DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

DECISÃO

Pregão Eletrônico DSPM 90007/25 - UGE 180121

PNCP 46377800000127-1-002327/2025

Processo SEI 058.00010090/2025-10

Em análise ao pedido de impugnação interposto por Pessoa Física (identidade protegida), tempestivamente protocolado, referente ao Edital do Pregão Eletrônico supra, no mérito o impugnante alega que: I - a aglutinação de serviços distintos e de naturezas diferentes em lote único causaria prejuízo à competitividade, isonomia e vantajosidade; II - a exigência de visita técnica obrigatória como condição de habilitação seria desnecessária e restringiria a competitividade; III - o valor estimado seria incompatível e inexeqüível com o serviço pretendido; IV - o Edital não delimitaria claramente o alcance e a forma de aplicação do tratamento favorecido para Microempresas e Empresas e Pequeno Porte; V - a exigência de conta bancária junto ao Banco do Brasil como condição de participação ou para recebimento de pagamentos, afrontaria os princípios da isonomia, livre concorrência e ampla participação; VI – que as empresas participantes estejam com situação cadastral ativa e regular perante a Receita Federal, SICAF e outros, de modo a que não ocorra a habilitação de empresa formalmente extinta.

Após análise técnica e jurídica, restou demonstrada a regularidade do Edital, com justificativa para o lote único e exigência de visita técnica; comprovação da compatibilidade dos valores estimados; previsão expressa do tratamento favorecido às ME/EPP; fundamentação legal para exigência de conta bancária junto ao Banco do Brasil; e quanto à vedação de participação por empresa com situação cadastral baixada, o regramento e exigências cadastrais para a participação na presente licitação se encontra estampada no Item 3 do Edital.

Não foram identificadas irregularidades ou afronta aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade ou economicidade. Ressalta-se, ainda, que o edital e seus anexos foram aprovados pela Consultoria Jurídica da SSP/SP.

Isto posto, de comum acordo com a Equipe de Apoio do presente certame, INDEFIRO a impugnação, com fundamento no art. 9º, IV, "a", do Decreto Estadual nº 68.220/2023.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 6 - SANTOS

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE ITANHAÉM

SETOR DE FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO

DEINTER 6 - Delegacia Seccional de Polícia de Itanhaém

PROCESSO SEI 058.00062862/2025-91

Dispensa de Licitação N.º 90007/2025

Contratante: Delegacia Seccional de Polícia de Itanhaém/SP.

Contratada: RR Locações e Transporte Ltda. CNPJ 59.703.389/0001-84

Contrato nº 03/2025.

Objeto: Fornecimento de garrafões de água mineral com entrega parcelada.

Prazo de Vigência: 11/06/2025 até 31/12/2025. Valor total: R$ 11.529,70 (onze mil quinhentos e vinte e nove reais e setenta centavos).

Programa de Trabalho Resumido - PTRES 180225 –elemento de despesa 33903010.

Fonte do Tesouro do Estado 150010001.

EXTRATO NOTA DE EMPENHO

DEINTER 6 - Delegacia Seccional de Polícia de Itanhaém

Processo Administrativo n.º 058.00040552/2025-15

Pregão Eletrônico nº 90001/2025

Objeto: Aquisição de envelopes plásticos para evidências.

Nota de Empenho nº. 2025NE00129;

Contratada: RAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS EM GERAL LTDA CNPJ 23.749.598/0001-11

Item 1: ENVELOPE PLASTICO PARA LABORATORIO, EM POLIETILENO TRANSPARENTE 100mm x 150mm

Quantidade: 3150 unidades

Valor Total: R$ 25.200,00

Item 2: ENVELOPE PLASTICO PARA LABORATORIO, EM POLIETILENO TRANSPARENTE 200mm x 250mm

Quantidade: 2480 unidades

Valor Total: R$ 29.016,00

Item 3: ENVELOPE PLASTICO PARA LABORATORIO, EM POLIETILENO TRANSPARENTE 400mm x 600mm

Quantidade: 1520 unidades

Valor Total: R$ 30.172,00

Item 4: ENVELOPE PLASTICO PARA LABORATORIO, EM POLIETILENO TRANSPARENTE 400mm x 900mm

Quantidade: 2250 unidades

Valor Total: R$ 45.225,00

Total do Empenho: R$ 129.613,00 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e treze reais)

PTRES: 180205; Programa de Trabalho: 06181180149890000

Fonte de Recurso: 150010001; Natureza de Despesa: 33903032

Data da emissão: 18/06/2025.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 7 - SOROCABA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BOTUCATU

PORTARIA Nº 9/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

PORTARIA 09/2025

Portaria do Delegado Seccional de Polícia de Botucatu, declarando, nos termos do artigo 1º, da LC 1.020, de 23.10.2007, regulamentada pelos Decretos 53.317/08 e 57.669/11, que as Autoridades Policiais abaixo relacionadas fazem jus à Gratificação por Acúmulo de Titularidade – GAT, por responderem cumulativamente: pela Assistência Policial da Delegacia Seccional de Polícia de Botucatu e Núcleo Correicional – 7ª. Corregedoria Auxiliar da Polícia Civil – Sorocaba, Assistência Policial da Delegacia Seccional de Botucatu e Núcleo Especial Criminal (Necrim) – Botucatu, por mais de uma Unidade Policial durante os plantões diurnos, noturnos e aos finais de semana e feriados junto ao Plantão Policial Permanente da Delegacia Seccional de Polícia de Botucatu, Delegacia Eletrônica e pela Delegacia Seccional de Polícia de Botucatu e Unidade de Gestão e Execução – UGE 180.146.

Necrim Botucatu:

Delegacia Eletrônica:

Luís Fernando Pompermayer Ayres – 01 a 31/07/2025

Plantão da Delegacia Seccional de Polícia de Botucatu:

José Sérgio Palmieri Júnior – 01 a 31/07/2025

Renzo Santi Barbin – 01 a 31/07/2025

Valdir Rosa - 01 a 31/07/2025

Núcleo Correicional – 7ª Corregedoria Auxiliar da Polícia Civil – Sorocaba:

Jonas Petillo – 01 a 31/07/2025

Mauro Sérgio Rodrigues dos Santos – 01 a 31/07/2025

Unidade de Gestão e Execução – UGE 180.146

Botucatu, 23 de junho de 2025

JONAS PETILLO

Delegado Seccional de Polícia

em exercício

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 8 - PRESIDENTE PRUDENTE

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO - DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA Nº 90002/25, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO:

DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA 90002/25

PROCESSODSP 04/25; SIAFEM nº 20250458171; SEI 058.00005156/2025-41;CONTRATANTE: Delegacia Seccional de Polícia de Presidente Prudente; CONTRATADO: BL ENGENHARIA, CONSULTORIA E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.939.587/0001-01; FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023; Parecer Jurídico: Parecer Referencial nº 07/24 CJ/SSP; OBJETO: prestação de serviços para obtenção do AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e do CLCB – Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros, no cumprimento do Decreto nº 69.118, de 09 de dezembro de 2024 e Instrução Técnica 42/2020. CONVOCO o representante legal da empresa BL ENGENHARIA, CONSULTORIA E SERVICOS LTDA, Sr. Bruno Cesar Pedro Longo, com fundamento no item 10 – "da Contratação" item 10.2 do Aviso de Contratação nº 90002/2025, para no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar de 24/JUN/2025 a comparecer a Delegacia Seccional de Polícia, sito a Rua Dr. Gurgel nº 720 - centro, na cidade de Presidente Prudente, para assinatura do termo de contrato, apresentando para tanto comprovante da conta bancária no Banco do Brasil.

Data da Assinatura: 23 de junho de 2025.

IEDA MARIA CAVALLI DE AGUIAR FILGUEIRAS

Delegada Seccional de Polícia de Presidente Prudente

Ordenadora de Despesas UGE 180112

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO INTERIOR 9 - PIRACICABA

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE PIRACICABA

APOSTILA REAJUSTE ELEVADOR

CONTRATANTE:- O ESTADO DE SÃO PAULO – SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA DE PIRACICABA

CONTRATADA:- ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

OBJETO:- SERVICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADOR COM FORNESCIMENTO DE PEÇAS PARA A UNIDADE DE POLICIA JUDICIARIA AGRUPADA DE PIRACICABA

ASSUNTO:- Reajuste do Valor Mensal do Serviço

A P O S T I L A

(artigo 65, § 8º, Lei n.º 8666/93)

O Dr AMÉRICO SIDNEI RISSATO DD. Delegado Seccional de Polícia , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 33, do Decreto n.º 42.815, de 19 de janeiro de 1998, considerando o disposto no artigo 65, § 8º da Lei n.º 8666/93, tendo em vista a instrução levada a efeito, CONCEDE REAJUSTE à empresa **Elevadores Atlas Schindler S/A-CNPJ nº 00.028.986/0057-62,** com sede na Rua Professor Luiz Curiacos nº 251, Piracicaba/SP , contratada como Prestadora de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de elevador com fornecimento de Peças , a partir de maio 2025, o valor do contrato mensal passa de **R$ 453,05** para R$ 477,01, em virtude da aplicação do índice de reajuste ora concedido de **5,29 %** respeitando os valores máximos referenciais a serem pagos. O reajuste está sendo concedida em cumprimento ao disposto na Cláusula Sétima do Contrato nº. 03/2021-Processo nº DSPP 11/2021 e os correlatos cálculos foram efetuados com base no índice conforme IPC Fipe. Ficam ratificadas as demais cláusulas, itens e subitens do Contrato n.º 03/2021.

Piracicaba, 10 junho de 2025

Américo Sidnei Rissato

Delegado Seccional de Policia

SETOR DE FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

DEINTER 09 - Piracicaba

Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba

Extrato de Contrato

Contrato nº 01/2025

Processo DSPP 26/2025 – SEI: 058.00054831/2025-66

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 90004/2025

Contratante: Delegacia Seccional de Polícia de Piracicaba – CNPJ: 04.236.548/0045-07

Contratada: Delícias do Cheff Alimentos e Bebidas LTDA – CNPJ: 27.411.162/0001-79

Objeto: Aquisição de Água Mineral Com e Sem Gás

PTRES: 180205 - Natureza de Despesa: 33903010

Vigência: 06/06/2025 a 31/12/2025.

Valor Total: R$ 46.200,00

PORTARIA GESTOR DE CONTRATO

Portaria Gestor Contrato

PORTARIA Nº 17 /2025

Pregão Eletrônico nº 900004/2025

SEI: 058.00054831/2025-66

Código Único: 20250453932

Contrato: 01/2025

Objeto: Aquisição de água mineral com e sem gás

Assunto: Designação gestor de contrato

O Dr. AMÉRICO SIDNEI RISSATO, Delegado Seccional de Polícia, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Art.75 da Lei Licitação nº 14.133 e Decreto Federal nº 11.871/2023, resolve: Designar como gestor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato 01/2025, firmado entre a Unidade Gestora Executora 180131 e a empresa Delícias do Cheff Alimentos e Bebidas Ltda, CNPJ: 27.411.162/0001-79, tendo por objeto aquisição de material de consumo agua Mineral com e Sem Gás para consumo da Delegacia Seccional de Policia de Piracicaba e suas unidades subordinadas, o gestor abaixo como segue:

ROSANGELA CASALI, Escrivã de Policia, fica designada para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços de entrega das aquisições do referido contrato 01/2025 no presente exercício.

CORREGEDORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

CARTÓRIO CENTRAL

EDITAL 02/2025

O Excelentíssimo Senhor Doutor ***EVERSON APARECIDO CONTELLI****, MD. Delegado Seccional de Polícia da Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, etc...*

FAZ SABER que, com relação à Correição Ordinária, relativo ao **corrente ano**, que iria ocorrer em 26 de junho de 2025 às 9h da manhã, no **Núcleo do 1º, 2º e 5º Distritos de São José do Rio Preto/SP**, foi **ADIADA**, para o dia **03 de Julho de 2025**, no mesmo horário.

Ficam para tanto, convocadas todas as Autoridades Policiais e Funcionários a ela sujeitos. Ao povo em geral será facultado prestar queixas ou sugestões referentes ao serviço ou sobre a conduta dos funcionários.

REGISTRE-SEe **PUBLIQUE-SE**

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

COMANDO GERAL

DIRETORIA DE LOGÍSTICA

CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

O Dirigente da UGE 180195-CMM, Ten Cel PM Demetrius Gomes Lopes, torna pública a abertura da licitação na modalidade Pregão - Eletrônico, objetivando aquisição de materiais elétricos e de construção a manutenção do Centro de Motomecanização.

A sessão pública será realizada no dia **10/07/2025**, às **09:00 horas**, através da plataforma compras.gov.br. Os interessados em participar do certame deverão acessar o Edital a partir de **25/06/2025** no site www.gov.br/compras. O Edital Eletrônico poderá ser consultado também no site www.imprensaoficial.com.br. Informações pelo telefone (11) 2221-1022 – Ramal 2246.

Anexo(s):
7 - NOTA PARA DOE ..pdf

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO

COMUNICADO Nº 17, DE 23 DE JUNHO DE 2025

INTIMAÇÃO

Referência: Processo de Desligamento – Julgamento de Recurso Administrativo – Indeferimento.

Interessado: Al Of PM 211500-0 Anderson Souza de Lima.

1. Na qualidade de Chefe da Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, incumbiu-me o Comandante desta Organização Policial Militar de intimar o Dr. Victor Paulo de Matos, OAB/SP Nº 447.767, defensor constituído do Al Of PM 211500-0 Anderson Souza de Lima, visando a ciência formal acerca do julgamento proferido pelo Subcomandante PM mediante o Despacho Nº CAJ-004/400/25, de 26/05/2025, quanto ao recurso administrativo, datado de 13/11/2024, impetrado em face da decisão exarada pelo Diretor de Educação e Cultura da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de modo que não houve decisão contraria, conforme fundamentação contida na ementa, transcrita a seguir:

2. Ementa: "INDEFERINDO, com fundamento no § 2º do artigo 32 do Decreto nº 54.911/09 c.c. o § 5º do artigo 98 da D-5-PM, o recurso administrativo formulado pelo Al Of PM 211500-0 Anderson Souza, da APMBB, contra ato de desligamento do Curso Superior de Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública (CBCPSOP) (Processo de Desligamento – Memorando nº APMBB-072/16/24), acolhendo integralmente, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pelo Dir Educ Cult (fls. 62-63 e 68-69) (Despacho CAJ-004/400/25 – Pr. 004/400/25)."

3. Destarte, informo que o capeado se encontra à disposição para vistas, na Seção de Administração Escolar da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, situada na Av. Água Fria, 1923, Tucuruvi, São Paulo/SP.

São Paulo, 23 de junho de 2025.

ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS JÚNIOR

1º Ten PM Ch Seç Pol Jud Mil Disc Interino

COMUNICADO Nº 18/16/25, DE 23 DE JUNHO DE 2025

DESPACHO

REFERÊNCIA: PAE Nº DP-64/423/21.

ESTAGIÁRIO: AL OF PM 193314-A VICTOR GABRIEL M. DOS SANTOS.

Considerando a solicitação apresentada pela defensora constituída, Sra. Bruna Guerra Calado Ligieri Sons – OAB/SP 442.554, no PAE Nº DP-64/423/21, instaurado em desfavor do estagiário Al Of PM 193314-A Víctor Gabriel Mosca dos Santos, após detida análise, defiro o pedido de dilação de prazo para entrega de memoriais, em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Fica, portanto, prorrogado o prazo por mais 10 (dez) dias úteis, com início em 24 de junho de 2025.

São Paulo, 23 de junho de 2025.

CAMILA FERNANDES

1º Ten PM Encarregado

COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL CORONEL PM JOSÉ HERMÍNIO RODRIGUES

CONSELHO PERMANENTE DE DISCIPLINA 2

DESPACHO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CONSELHO DE DISCIPLINA Nº CPC-002/62/24

ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO - 59/62/25

Às **10h00min** do dia **23/06/2025**, neste Conselho Permanente de Disciplina II, sito à Rua Ribeiro de Lima, 140, 2º andar - Bom Retiro - São Paulo/SP, na sede do CPC para a sessão do Conselho de Disciplina nº CPC-02/62/24, onde estavam presentes o Presidente do Processo, Maj PM Edson da Costa Meira, o Cap PM Roges Bispo Severo e o Cap PM Leandro Valter Rodrigues Motoso, Oficial Interrogante e Relator, respectivamente.

Ausente o defensor constituído Dr. João Carlos Campanini OAB/SP 258.168, mas compareceu o defensor *ad hoc*, Dr. Vinicius Faria Santos OAB/SP 365.579 integrante do Escritório de Advocacia Oliveira Campanini.

Presentes os defensores Dr. Hamilton Vale da Silva, OAB/SP 447.165 e Dr. Marcio Antônio Souza Ferreira da Silva, OAB/SP 491.570.

Ausente o Defensor Dr. Ivândaro Alves da Silva, sendo representado pelo Dr. Hamilton Vale da Silva.

Ausente o acusado **Cb PM 107862-3 Luís Augusto dos Santos Danioti, Sd PM 190910-0 Emerson Venturim da Silva, Subten PM 964212-9 Eliseu Ferreira de Lira** (inativo) e **Sd PM 195087-8 Leonardo Dias da Silva**.

Após lida a portaria iniciou-se audiência para interrogatório do **Sd PM 190228-8 Eduardo Campos da Silva,** o que foi feito sem intercorrência.

Não houve requerimentos por parte dos nobres Defensores presentes.

A próxima audiência será realizada em **30/06/25 às 09h30** para interrogatório do **Subten PM 964212-9 Eliseu Ferreira de Lira** (inativo).

Ao Escrivão:

Publique-se em DOE o teor da presente Ata.

Demais medidas de praxe.

A presente sessão encerrou-se às **11h40**.

CONSELHO PERMANENTE DE DISCIPLINA 4

ATA, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CONSELHO DE DISCIPLINA Nº CPC-09/64/24

ATA DE AUDIÊNCIA

Em **23/06/2025**, às **14h40min**, na sede do CPC, situado na Rua Ribeiro de Lima, 140, 2º andar – Bom Retiro – São Paulo/SP, presente o Maj PM Fábio da Costa e Silva Becker, Oficial Presidente, juntamente com o Cap PM Jonatha de Farias e o Cap PM Ysabelle Almeida Gonçalves de Souza, Oficial Interrogante e Relator respectivamente. Presente o acusado Sd PM 146809-0 Jefferson Busch Louzada, do 3º BPM/M, acompanhado de sua defensora constituída Dr.ª Karen Ornellas Riccetti - OAB/SP Nº 227.174.

O Presidente abriu a audiência para o Interrogatório do acusado, o que foi feito.

Defiro pedido de prazo de **5 (cinco) dias** para apresentação de **diligências** (finais) nos termos do **Art. 164, das I-16-PM**, que passando *in albis*, será precluso esse prazo, impulsionando-se o processo adiante e avançar à fase de apresentação de alegações finais de defesa, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 165, *caput*, das I-16-PM, a contar da publicação desta Ata em DOE.

A audiência foi encerrada às **15h50min**.Eu, 2º Sgt PM Daniele da Silva, escrivã compromissada que digitei, _____ , subscrevendo os demais.

DESPACHO

CONSELHO PERMANENTE DE DISCIPLINA IV

Ref.: CD Nº CPC-9/64/24

1.Este Oficial Presidente intima a Drª. Karem Ornellas Riccetti, OAB n° 227.174, defensora constituído do Sd PM 146809-0 Jefferson Busch Louzada, e a Drª. Lorena Montanari Millam, OAB/SP 261.068 defensora do Sd PM 155796-3 Marcos Fernando de Godoi Rhein, acusados no processo regular em epígrafe, para tomar conhecimento de que:

1.1.Tendo em vista que, em 26/05/25, o ex Sd PM 155796-3 Marcos Fernando de Godoi Rhein foi expulso, conforme publicado no DOE, será extraída cópia integral do processo regular originário até este ato e sua publicação em D.O.E., que fica suspenso e será remetido à Autoridade Instauradora, tudo conforme comando normativo dos §§ 8º, 9º e 11 do artigo 130 das I-16-PM, tendo em vista que não há provas consideradas urgentes a serem produzidas.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 1 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

NOTIFICAÇÃO DE DEFENSOR PD N°1BPMI-005/103/25

O Presidente do Procedimento Disciplinar nº 1BPMI-005/103/25, notifica o Dr. Leonardo França Medeiros OAB/SP nº 377.368, que após concluída a Investigação Preliminar nº 1BPMI-9/103/25 foi instaurado o referido PD, de modo que a Audiência de Instrução e Julgamento ocorrerá na data de 02 de julho de 2025 às 09h30min, na Seção de Polícia Judiciária Militar e Disciplina do 1º BPM/I, sito à Rua Genésia Berardinelli Tarantino nº 1000, Jd. Augusta São José dos Campos/SP, onde os autos se encontram à disposição.

23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR - LORENA

NOTIFICAÇÃO Nº 23BPMI-024/103/25

Referência: IPM Nº 23BPMI-06/103/25

Investigado: CB PM 171845-2 RAFAEL AUGUSTO FERREIRA DA SILVA.

Testemunhas: 1) Eduardo Frederico Simões Junior;

2) Luís Gustavo Isidoro dos Santos;

3) Tatiana Cristina Aguirre Pinto.

O Encarregado do IPM em referência, **NOTIFICA** o advogado, Dr. João Carlos Campanini, inscrito na OAB/SP sob o nº 258.168, que a audiência para inquirição das testemunhas elencadas, será realizada, em **25 de junho de 2025, a partir das 09h**, a qual será realizada de forma híbrida, na sede da 3ª Companhia da Polícia Militar do 23º Batalhão de Polícia Militar do Interior, situada na Rua Benedito Salles Vieira, nº 800, Manto Azul, Aparecida/SP.

Quartel em Aparecida, 23 de junho de 2025.

MARCELO HENRIQUE LOURENCO MENDES

CAPITÃO PM ENCARREGADO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 2 - CAMPINAS

26º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR - MOGI GUAÇU

DESPACHO Nº 26BPMI-024/300.6/25, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CONSELHO DE DISCIPLINA Nº 26BPMI-001/06/25

1. Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no município de Itapira/SP, na sede da 3ª Cia PM do 26º BPM/I, às 14h32min, foi aberta a 3ª Sessão do Conselho de Disciplina pelo Senhor Presidente, estando presentes os acusados, Cb PM 143964-2 Maicon Vinicius Scabora, CPF 365.590.068-67, e Cb PM 180808-7 Rafael Brandino, acompanhados, respectivamente, pelos defensores Dr. Giovanne Campos Ferreira, OAB/SP nº 387.294 e Drª. Joice Vanessa dos Santos, OAB/SP nº 338.189, sendo que estes participam por videoconferência, e demais membros do Conselho.

2. Após a abertura da Sessão, foi lida aos presentes à base acusatória, conforme consta da Portaria do Conselho de Disciplina nº 26BPMI-001/06/25.

3. Conforme registrado em Ata no dia 11/06/2025, a qual foi publicada na edição de 12 de junho de 2025, do Diário Oficial do Estado de São Paulo, foi concedido ao defensor do Cb PM Scabora a possibilidade de apresentar os dados completos para a localização das duas novas testemunhas, conforme solicitado em audiência realizada em 27/05/25, porém, mesmo após ser notificado em 04/06/25, via Diário Oficial, e 12/06/25, para que, apresentasse os dados, não o fez. O defensor informou que por hora não será necessário à inquirição de outras testemunhas.

4. Na sequência, foi realizada a oitiva da civil Caroline Victória Mosca Corazin, RG nº 50.750.668-6, arrolada pela defesa do Cb PM Scabora. A testemunha compareceu, por meio de videoconferência, regularmente intimada, foi qualificada e ouvida, na condição de informante, em razão do vínculo pessoal com o acusado, pelo Conselho e defensores.

5. Fica determinado a 4ª Sessão do Conselho de Disciplina para o **dia 03 de julho de 2025, às 14h30**, na Sede da 3ª Cia do 26º BPM/I, localizada na Rua Duque de Caxias, 727, Santa Cruz – Itapira/SP, ocasião em que os acusados serão interrogados.

6. O Dr. Giovanne solicitou que todas às intimações sejam publicadas em nome de João Carlos Campanini.

7. Às 15h36 encerrou-se a presente sessão.

8. Intimo o Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP 258.168 e a Drª Joice Vanessa dos Santos, OAB/SP nº 338.189, os quais, conforme solicitado, participarão da 4ª Sessão do Conselho por videoconferência com link a ser enviado aos e-mails constantes nas respectivas petições.

9. Caso ocorra o não comparecimento injustificado dos defensores, nos termos do artigo 21 das I-16-PM, será nomeado defensor ad hoc.

Quartel em Itapira, 23 de junho de 2025.

CARLOS ANTUNES DOS SANTOS JUNIOR

Cap PM Presidente

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 3 - RIBEIRÃO PRETO

COMUNICADO Nº 000123062025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS CPI-3

UGE - 180158

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: UASG 180158 - COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS.

CONTRATADA:**PEGASUS SERVIÇOS OPERACIONAIS LTDA- ME**

CNPJ: **16.980.176/0001-97**.

CONTRATO Nº CPI3-023/41/25.

OBJETO: Prestação de Serviço de limpeza, asseio e conservação predial da Sede do 13ºBPM/I.

VALOR: R$ **18.524,80** (dezoito mil e quinhentos e vinte quatro reais e oitenta centavos). Valores mensais, perfazendo o montante de R$ 277.872,00(duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e dois reais)

ENQUADRAMENTO DA DESPESA: 33903796- PTRES 180402.

VIGÊNCIA: 15 meses.

DATA DE ASSINATURA: 23/06/2025.

GESTOR:**RENATO LUIZ GRANZOTTO**

FISCAL: **THIAGO MACHIONI**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: UASG 180158 - COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS.

CONTRATADA:**CRV FACILITES E SERVIÇOS LTDA - ME**

CNPJ: **31.188.368/0001-59**.

CONTRATO Nº CPI3-024/41/25.

OBJETO: Prestação de Serviço de limpeza, asseio e conservação predial da UIS Médica do 13ºBPM/I.

VALOR: R$ **4.195,09** (quatro mil e cento e noventa e cinco reais e nove centavos). Valores mensais, perfazendo o montante de R$ 62.926,35(sessenta e dois mil, novecentos e vinte seis reais, trinta e cinco centavos)

ENQUADRAMENTO DA DESPESA: 33903796- PTRES 180402.

VIGÊNCIA: 15 meses.

DATA DE ASSINATURA: 23/06/2025.

GESTOR:**RENATO LUIZ GRANZOTTO**

FISCAL: **THIAGO MACHIONI**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: UASG 180158 - COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR TRÊS.

CONTRATADA:**INNOVARE SERVIÇOS LTDA- ME**

CNPJ: **34.204.892/0001-64**.

CONTRATO Nº CPI3-025/41/25.

OBJETO: Prestação de Serviço de limpeza, asseio e conservação predial da Sede da 5ª Cia do 13ºBPM/I.

VALOR: R$ **4.326,52** (quatro mil e trezentos e vinte seis reais e cinquenta e dois centavos). Valores mensais, perfazendo o montante de R$ 64.897,80(sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais, oitenta centavos)

ENQUADRAMENTO DA DESPESA: 33903796- PTRES 180402.

VIGÊNCIA: 15 meses.

DATA DE ASSINATURA: 23/06/2025.

GESTOR:**ROGÉRIO FERREIRA GOMES**

FISCAL: **CRISTIANO VERÍSSIMO**

DESPACHO Nº 207, DE 23 DE JUNHO DE 2025

NOTIFICAÇÃO

O Cap PM 103663-7 Leonardo Regis Ramos, na qualidade de Presidente do Procedimento Disciplinar nº 38BPMI-14/08/25, nos termos do § 7º do Artigo 3º, da Portaria do Comandante Geral CORREGPM-1/360/13, NOTIFICA o 1º Sgt PM 131969-8 Alexsandro Roberto Divino e sua defensora, Dra. Joice Vanessa dos Santos, OAB/SP nº 338.189, com escritório sito a Rua Dr. Fuas de Mattos Sabino, nº 14-03, Jardim América, Bauru/SP, a participar da Audiência de Instrução e Julgamento redesignada para o dia 02JUL25 às 14h30, na Sessão de Policia Judiciária Militar e Disciplina, situada na Av. Gal Álvaro de Goes Valleriani, 1021 – Jardim Aeroporto – Porto Ferreira/SP. Registre-se que os autos e o link da audiência virtual serão disponibilizados a defensora no e-mail administrativo@jvadvocaciamilitar.com.br conforme requerido nos autos.

23JUN25 – Notificação – PD nº 38BPMI-14-08-25 - 1º Sgt PM 131969-8 Alexsandro Roberto Divino - 207

DESPACHO Nº 208, DE 23 DE JUNHO DE 2025

CONSELHO DE DISCIPLINA Nº 13BPMI-001/090/25 – Realização da 1ª sessão

Eu, Cap PM RICHARD BRAGA DE OLIVEIRA TONN, na qualidade de Presidente do Conselho de Disciplina nº 13ºBPMI-001/090/25, o qual responde o Cb PM 136041-8 RODINEI FRANCISCO DA SILVA, INTIMO o acusado e seus defensores constituídos, Dra. Roberta Cedran Couto (OAB/SP nº 209.678), Dr. Rud do Carmo Urban (OAB/SP nº 425.016) e Dr. Valdir Aparecido Barelli (OAB/SP nº 236.502) com escritório profissional

na Rua Duque de Caxias, nº 174, CEP 15.900-0017, Centro, Taquaritinga/SP, para comparecerem em 30 de junho de 2025 às 09:30 horas, à sede Av. João Di Jorge, nº 111, Bairro Vila Rosa, Taquaritinga/SP - CEP: 15.900-102 para a participarem da primeira sessão, ocasião em que serão ouvidas testemunhas arroladas pela Administração, 2º Sgt PM 991721-7 Márcio Rogerio dos Santos Boaro, Sra. Juliana Rafaela Narducci – RG 44.630.682, Sr. Sérgio Henrique Hossaki – RG 46.659.784 e Sr. Claudenir Delvaz – RG 8.665.666 e Sr. Eduardo Aguiar Montroze RG13.162.511. Informo que a audiência no Processo Administrativo Disciplinar será realizada de forma hibrida por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, cujo link será enviado posteriormente.

DESPACHO Nº 209, DE 23 DE JUNHO DE 2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº CPI3-001/13/25

Despacho nº CPI3-011/43.1/25

Designação de audiência para inquirição de testemunhas da administração

Acusado: Sd PM 192952-6 Rodrigo Alves Ferreira Gomes, do CPI-3

Defensor: Dr. Bruno Salla Rodrigues, OAB/SP nº 274.270

Acusado: Sd PM 190164-8 Paulo Rodney Ribeiro Silva, do CPI-3

Defensor: Dr. Marcio Antônio Sousa Ferreira da Silva, OAB/SP nº 491.570

Acusado: Sd PM 182323-0 Guilherme Antônio Pereira Barbosa, do CPI-3

Defensor: Dra. Joice Vanessa dos Santos, OAB/SP nº 338.189

1. Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede do Comando de Policiamento do Interior – Três, eu, 1º Ten PM Adriel Nunes da Silva, na qualidade de Presidente do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR instaurado sob PORTARIA Nº CPI3-001/13/25, após analisar e compulsar os autos do supramencionado Processo, decido redesignar para o dia 03 de julho de 2025, às 09h30min, a audiência de inquirição das seguintes testemunhas da administração:

1.1. Civil Pedro Henrique Viana Reis, RG 64.779.049;

1.2. Cb PM 127991-2 Danilo Moraes Luz, do 27º BPM/M.

2. Assim, esclareço que a sessão de inquirição das testemunhas acima indicadas será realizada no molde de videoconferência, à inteligência do inciso I, do parágrafo 4º, do artigo 57, das I-16-PM (redação acrescentada pela Portaria nº CorregPM – 004/330/21, publicada no Boletim Geral PM nº 101, de 03 de junho de 2021), haja vista que as aludidas testemunhas residem fora do município de Ribeirão Preto/SP.

3. Destarte, quanto o endereço de e-mail para o qual será encaminhado o *link* de convite da audiência em questão, a fim de procedermos com as tramitações de praxe.

4. Ademais, na hipótese de a defesa optar em participar da aludia audiência presencialmente, cumpre esclarecer que tal sessão será realizada/transmitida da Seção de Logística do Comando de Policiamento do Interior – Três, situado na Avenida Cavalheiro Paschoal Innechi, nº 1538, Jardim Independência, Ribeirão Preto/SP, telefone (16) 3969-9954 (Seção de Logística), (16) 3969-9999 (CPI-3) – ramal 2041/2043 respectivamente.

5. Os autos do Processo, em comento, estão disponíveis neste cartório, caso a defesa queira fazer a carga, à inteligência do inciso II, do artigo 40, do Código de Processo Civil, combinado com o inciso XV do artigo 7.º, da Lei Federal nº 8.906/94:

5.1. cabe esclarecer que os autos do Processo atualizados, estão disponíveis via plataforma digital, ou conforme solicitação do defensor.

6. De mais a mais, ressalto que o não atendimento injustificado da presente notificação acarretará na adoção de medidas para prosseguimento do processo à revelia com a constituição de defensor *Ad hoc*.

7. Determino ao Escrivão do Processo Administrativo Disciplinar que:

7.1. providencie a ciência do presente expediente aos defensores devidamente constituídos aos autos, por intermédio de publicação em Diário Oficial.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 5 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

17º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR – RECURSO HIERÁRQUICO – ATO DO CMT DO CPI–5:

À vista do que foi apurado no PD Nº 17BPMI-042/12/24, decido pela nulidade absoluta do presente procedimento disciplinar, a partir do termo acusatório, conforme previsto no prescrito no § 3º do artigo 9º da Portaria Cmt G nº CorregPM-1/360/13 e, decido pela realização de nova instrução deste procedimento disciplinar, a fim de que a defesa possa exercer, em sua plenitude, o direito constitucional de ampla defesa e contraditório.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 6 - SANTOS

INTIMAÇÃO

Comando de Policiamento do Interior Seis – Santos, SP

Conselho Permanente de Disciplina

INTIMAÇÃO

Referência: Processo Administrativo Disciplinar nº CPI6-002/70/25

O Presidente do processo regular referenciado, Cap PM 127673-5 Diogo dos Santos Rodrigues, INTIMA o Dr. Antonio Carlos dos Santos. OAB/SP n° 437.293 e o Dr. Alexandre de Alencar, OAB/SP n° 473.269, com escritório na Rua Goitacazes, n° 06 - 5º andar - Conjunto 53, Gonzaga, Santos, SP, defensores constituídos pelo Sd PM 195367-2 Gabriel Roberto de Oliveira Pereira, do 21° BPM/I, para a audiência presencial de instrução, na sede do Comando de Policiamento do Interior Seis, sito à Avenida Coronel Joaquim Montenegro, 282, bairro Ponta da Praia, Santos, SP, no Conselho Permanente de Disciplina, agendada para o dia 16 de julho de 2025 às 09h30min, oportunidade em que será finalizado o depoimento das testemunhas arroladas pela defesa e serão iniciados os depoimentos das testemunhas referidas da defesa. Em caso de injustificada impossibilidade de comparecimento por parte do defensor, o Presidente nomeará um defensor 'ad hoc' para realização do ato. Eventuais dúvidas, abre-se contato através do telefone (13) 3227-5858, ramal 2033, ou via endereço eletrônico cpi6cpd@policiamilitar.sp.gov.br.

21º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR - GUARUJÁ

NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO EXONERATÓRIO Nº DP-047/423/24

O Presidente do Processo Administrativo Exoneratório nº DP-047/423/24, 1º TEN PM MARCOS HENRIQUE EMERENCIANO DE SOUSA, NOTIFICA o defensor do Sd PM 2ª Cl 221083-5 Francisco de Paulo Silva Frank, na pessoa do Dr. Luiz P. Nakaharada, para que apresente a defesa no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento desta notificação, reiterando que o processo encontra-se aberto para vistas na Sede da 1ª Cia PM, na Rua Mário Ribeiro, nº 971 - Centro - Guarujá/SP.

MARCOS HENRIQUE EMERENCIANO DE SOUSA

1º TEN PM - PRESIDENTE

PD Nº 21BPMI-112/57/24 PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE ATO ¿ DEFERIMENTO PARCIAL

Procedimento Disciplinar – Pedido de Reconsideração de Ato – Ato do Cmt do 21º BPM/I:

À vista do que foi apurado nos autos do PD Nº 21BPMI-112/57/24, o pedido de reconsideração de ato foi parcialmente deferido apenas quanto à dosimetria, entendo ser adequado e proporcional à falta praticada, aplicar a sanção de 01 (um) dia de Permanência Disciplinar *(Adv. Dr. Emerson Lima Tauyl – OAB/SP nº 362.139).*

45º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR - PRAIA GRANDE

DESPACHO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Notificação – Procedimento Disciplina nº 29BPMI-12/307/25, na qualidade de Presidente do Procedimento Disciplinar Nº 29BPMI-12/307/25, NOTIFICO o Dr. Ricardo Gonçalves de Souza, OAB Nº 451.790, com escritório à Av. Rui Barbosa, nº 688, sala 02, térreo, Centro, Itanhaém/SP, CEP: 11.740-000, defensor constituído pelo acusado o Cb PM 134011-5 Fernando Souza dos Santos, da 3ª Cia do 29ºBPM/I, que verificou-se pela existência da transgressão disciplinar determinando a aplicação da sanção disciplinar de 01 (um) dia de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR e aprovado pelo Sr. Cmt do 29º BPMI. Os autos permanecem pela SPJMD da 3ª Cia do 29º BPMI, sito a Avenida Rio de Janeiro, nº 330, Stella Maris, Peruíbe/SP, pelo prazo de 05 (cinco) dias para eventual interposição de recurso a contar da publicação.

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 7 - SOROCABA

50º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO INTERIOR - ITU

DESPACHO Nº 50ºBPMI 014/44/25, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Procedimento Administrativo Disciplinar de Portaria nº 50BPMI-001/14/24

Ato do Presidente do Procedimento Administrativo Disciplinar

Acusado: Sd PM 194712-5 Adeilson de Jesus Souza.

Advogado: Dr.ª Simone Isac OAB/SP 351.322 e Dr.º Tiago Pereira Chambo de Souza AOB/SP414.660

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de petição apresentada pela defesa requerendo o saneamento dos autos, sob o argumento de que, na transcrição da audiência, teriam sido inseridas perguntas supostamente não formuladas, o que violaria o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 15 da Lei Federal nº 13.869/2019.

Contudo, verifica-se que a defesa não demonstrou de forma concreta qual o efetivo prejuízo processual suportado pela parte em decorrência do conteúdo da transcrição mencionada. A mera alegação de divergência entre o que foi transcrito e o que ocorreu na audiência, desacompanhada da demonstração clara de prejuízo, não é suficiente para ensejar o acolhimento do pedido.

Neste caso, aplica-se o princípio do *"pas de nullité sans grief"*, segundo o qual, um ato processual, mesmo que tenha algum defeito, só será nulo se esse defeito causar um prejuízo real à parte que alega a nulidade, ou seja, não há nulidade sem demonstração de prejuízo.

Além disso, o referido documento se encontra em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 139 das I-16-PM, que assim estabelece:

"Artigo 139 – Antes de iniciar o interrogatório, o interrogante informará ao militar do Estado acusado que não está obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, respeitando o direito constitucional de permanecer em silêncio. Parágrafo único – Consignar-se-ão as perguntas que o acusado deixar de responder e as razões que invocar para assim proceder."

Ademais, foi disponibilizado a defesa acesso à mídia contendo a gravação integral da audiência, disponibilizada por meio de link no Google Drive em 16 de junho de 2025, não tendo apontado qualquer irregularidade até a presente data — 23 de junho de 2025 — último dia do prazo para apresentação dos memoriais. Tal circunstância evidencia o caráter manifestamente protelatório do pedido.

Dessa forma, INDEFIRO o pedido formulado, por ausência de demonstração de prejuízo à ampla defesa e ao contraditório. E por estar em consonância com o que preconiza o parágrafo único do artigo 139 das I-16-PM. Diante do indeferimento, esclareço ao defensor que o prazo não será suspenso.

Quartel em Itu, 23 de junho de 2025.

GUSTAVO ROLDÃO DE OLIVEIRA

1º Ten PM Presidente

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 9 - PIRACICABA

COMUNICADO Nº CD 24BPMI 2/16/25, DE 23 DE JUNHO DE 2025

1.Este Oficial Presidente do Conselho de Disciplina instaurado mediante Portaria N° 24BPMI-2/16/25, notifica o Dr. João Carlos Campanini, OAB/SP Nº 258.1680, defensor constituído do ex-Sd PM 147156-2 Gilmarcos de Freitas Basilato, tendo como última unidade o 24º BPM/I, e o do Cb PM 134931-7 Pedro Borges Terto da Cruz, do 24º BPM/I, a tomar conhecimento do seguinte despacho:

2.Tendo em vista que, em 18/06/25, o ex-Sd PM 147156-2 Gilmarcos de Freitas Basilato foi exonerado a pedido, conforme publicado no DOE Nº 120/2025, fica separado o presente Conselho de Disciplina, na seguinte conformidade:

2.1.em relação ao acusado do Cb PM 134931-7 Pedro Borges Terto da Cruz, o Conselho de Disciplina Nº 24BPMI-2/16/25 prosseguirá sua marcha processual normalmente, por força dos §§ 8º e 11 do artigo 130 das I-16-PM;

2.2.em relação ao ex-Sd PM 147156-2 Gilmarcos de Freitas Basilato, tendo como última Unidade o 24° BPM/I, remanescerá o Conselho de Disciplina Nº 24BPMI-2/16/25-A, composto pela cópia integral do processo regular originário até este ato e sua publicação em D.O.E., tudo conforme comando normativo dos §§ 8º, 10 e 11 do artigo 130 das I-16-PM.

3.Insta salientar que, em relação ao Conselho de Disciplina Nº 24BPMI-2/16/25-A, no qual figura como acusado o ex-Sd PM 147156-2 Gilmarcos de Freitas Basilato, os autos serão encaminhados para a Autoridade Instauradora, para que sejam adotadas as providências constantes nos termos do § 9º do artigo 130 das I-16-PM, tendo em vista que não há provas consideradas urgentes a serem produzidas.

Quartel em São João da Boa Vista, 23 de junho de 2025.

COMUNICADO Nº PD Nº 37BPMI044/111/24, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Procedimento Disciplinar – Recurso Hierárquico - Ato do Cmt do CPI-9.

À vista do que foi analisado nos autos do Procedimento Disciplinar Nº 37BPMI-044/111/24, o Recurso Hierárquico foi indeferido (Adv. Dr Rogério Augusto Dini Duarte – OAB/SP 261.795).

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR 10 - ARAÇATUBA

COMUNICADO Nº PD Nº 28BPMI-027/12/24, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Ato da Cmt do CPI-10 – Recurso Hierárquico – Indeferimento.

Ao Cb PM 125629-7 Fabricio César de Assis, do 28º BPM/I, à vista do que foi apurado nos autos do PD Nº 28BPMI-027/12/24, o pedido de Recurso Hierárquico foi indeferido. (Adv. Dr. Gabriel dos Santos Gomes OAB/SP nº 467.149).

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Ato do Cmt Pol Int-10 – Reconsideração de Ato – Indeferimento.

A Sd PM 156710-1 Ana Carolina Gomes Fadil, do CPI-10, à vista do que foi apurado nos autos do PD Nº CPI10-004/12/25, o pedido de Reconsideração de Ato foi indeferido. (Adv. Dra. Juliana Galera Lacerda OAB/SP nº 380.494).

CORPO DE BOMBEIROS

COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS

ADMINISTRAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

COMUNICADO Nº JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA PARECER TÉCNICO Nº 4550167 , DE 23 DE JUNHO DE 2025

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA

PARECER TÉCNICO Nº 4550167

O Corpo de Bombeiros, fundamentado no Artigo 14, do Decreto Estadual nº 63.911 de 10 de Dezembro de 2018 - Regulamento de Segurança contra Incêndios das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo combinado com a Instrução Técnica nº 01 de 2019 - Procedimentos administrativos, publica a conclusão da Junta Técnica de Última Instância nº 4550167, do processo abaixo:

1. DADOS GERAIS:

1.1. Projeto: 395295/3550308/2016 - Processo Infracional: FSC-2036653-F/2020;

1.2. Endereço: RUA NAPOLEAO DE BARROS, 715;

1.3. Bairro: VILA MARIANA;

1.4. Município: SAO PAULO;

1.5. Proprietário: SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA;

1.6. Responsável pelo uso: SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA;

1.7. Responsável técnico: OTHON FERNANDES DE OLIVEIRA E SILVA JUNIOR;

1.8. CREA nº: A85055-1;

1.9. Área existente ou a construir: 53838,46;

1.10. Ocupação: Hospital e assemelhado;

1.11. Carga de Incêndio: Médio;

1.12. Altura: 55,00.

2. DOS DADOS DO REQUERIMENTO:

Data do Protocolo de Requerimento: 03/04/2025

Houve requerimento de prorrogação: Não

Infrações Graves

3.25-Edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros.

Contestação: De acordo com o Relatório Técnico de Fiscalização, trata-se de Edificação Hospitalar (Hospital São Paulo) sem licença do CBPMESP na forma Decreto Estadual n. 63.911/2018, com penalidade de Multa em Dobro, com fundamento no artigo 27 da Lei Complementar 1.257/15, c/c artigo 39 do Decreto Estadual nº 63.911/18.

Contudo, conforme defesa protocolada em 21/02/2025, relativo ao Protocolo N° 428339-D/2025, o cronograma de obtenção do AVCB continua em andamento, na medida em foi necessária a realização de alterações no projeto técnico na emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) por meio do FAT (Formulário para Atendimento Técnico), para adequação das exigências previstas na Lei Complementar Estadual nº 1.257/15 e Decreto Estadual nº 63.911/18.

Nesse sentido, foram apresentadas respostas dos formulários de atendimento - DAT (anexos) os quais é possível verificar que se encontra em curso medidas para obtenção da AVCB:

- A resposta a solicitação nº 263828-3_2024_deferida, no qual trata do deferimento do CB para atualização do projeto de AVCB constando a alteração na área da Radioterapia. Esta área foi reformada entre 2022 e 2024 e está concluída.

- Em relação a resposta solicitação nº 253524-3_2024_deferida, no qual trata do deferimento do CB para atualização do projeto de AVCB constando alterações aplicadas na reforma de dois pavimentos do Ed Jairo Ramos (referente a Unidade de Emergência adulto e infantil recém-inauguradas).

Assim, o projeto encontra-se em curso, e apesar dos esforços empenhados, obtivemos a área correspondente a unidade de emergência adulto e infantil (recém inauguradas), que compreende 3200m², que corresponde cerca de 6% do total da área citada em projeto (53.838,45m²), está aderente ao projeto aprovado e retificado, sendo um grande avanço nas atividades para obtenção do AVCB.

Não obstante, cumpre não olvidar que o Hospital São Paulo, assim como inúmeras entidades que prestam serviços ao SUS, enfrenta sérias dificuldades financeiras em razão da insuficiência no repasse de recursos públicos, seja pela ausência de reajustes ou por cortes em orçamento, situação financeira seriamente agravada em

razão da pandemia do COVID-19.
Sendo estas as atualizações, solicitamos a reavaliação quanto ao indeferimento da contestação do Auto de Infração, cancelamento da multa bem como prorrogação do prazo para regularização.
Parecer: A JTUI decide pelo INDEFERIMENTO da solicitação, uma vez que o Auto de Infração atende aos requisitos legais e regulamentares, recomendando-se, portanto, a manutenção da multa aplicada. A presente decisão fundamenta-se no fato de que, no momento das fiscalizações realizadas pelos agentes do Corpo de Bombeiros, a edificação encontrava-se sem a devida licença do CB, configurando infração à legislação estadual vigente de segurança contra incêndio.
3. DA CONCLUSÃO DA JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA:
1. Dados da edificação:
1.1. endereço: RUA NAPOLEAO DE BARROS, 715, VILA MARIANA, SAO PAULO;
1.2. ocupação: Hospital e assemelhado - UPA (H-3);
1.3. área: 53.838,46m².
2. Situação da Edificação: Edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
2.1. possui Projeto Técnico aprovado Nº 395295/3550308/2016;
2.2. não possui Licença do Corpo de Bombeiros.
3. Alegações do interessado:
3.1. que o cronograma de obtenção do AVCB continua em andamento, na medida em que foi necessária a realização de alterações no projeto técnico na emissão do AVCB, por meio de FAT, para adequação das exigências previstas nas normas estaduais de SCI. Foram apresentadas respostas dos FAT, a fim de demonstrar a regularização do AVCB em curso. E justifica que o Hospital São Paulo, assim como inúmeras entidades que prestam serviços ao SUS, enfrenta dificuldades financeiras. E contesta o Auto de Infração, solicita o cancelamento da multa bem como prorrogação do prazo para regularização.
4. Diante das alegações cumpre considerar:
4.1. primeira fiscalização em 6 de agosto de 2020, sob o protocolo 159988-C/2020, constatado: edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros, sendo entregue ao responsável o Auto de Infração, alertado que poderia incorrer na penalidade de advertência por escrito e estipulado o prazo máximo para regularização da edificação até 02 de fevereiro de 2021, não houve interposição de defesa;
4.2. segunda fiscalização em 3 de março de 2022, sob o protocolo 019510-C/2022, constatado: edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros, sendo entregue ao responsável o Auto de Infração, alertado que poderia incorrer na penalidade de advertência por escrito e estipulado o prazo máximo para regularização da edificação até 30 de agosto de 2022, não houve interposição de defesa;
4.3. terceira fiscalização em 12 de julho de 2023, sob o protocolo 268739-C/2022, constatado: edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros, sendo entregue ao responsável o Auto de Infração, alertado que poderia incorrer na penalidade de multa e estipulado o prazo máximo para regularização da edificação até 08 de janeiro de 2024, com a finalidade de se evitar nova fiscalização;
4.3.1 o responsável pela edificação realizou a defesa em Junta Técnica de Primeira Instância (JTPI) nº 228937-D/2023, em 11 de agosto de 2023, alegando o mesmo teor disposto no subitem 3.1. A JTPI, face das argumentações apresentadas, decidiu pelo INDEFERIMENTO, do pedido de cancelamento do auto de infração, uma vez que a edificação ainda se encontrava irregular, gerando a primeira multa;
4.4. quarta fiscalização ocorreu em 22 de janeiro de 2024, sob o protocolo 005240-C/2024, constatado: edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros, sendo entregue ao responsável o Auto de Infração, alertado que poderia incorrer na penalidade de multa em dobro estipulado o prazo máximo para regularização da edificação até 19 de julho de 2024, com a finalidade de se evitar nova fiscalização;
4.4.1. o responsável pela edificação realizou a defesa em JTPI 046672-D/2024, contestando o processo de fiscalização, a JTPI decidiu pelo INDEFERIMENTO da solicitação, uma vez que há ainda infração a ser corrigida, devendo o responsável pela edificação buscar a regularização e licenciamento, evitando assim novas penalidades;
4.5. quinta fiscalização ocorreu em 25 de julho de 2024, sob o protocolo 208084-C/2024, constatado: edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros, sendo entregue ao responsável o Auto de Infração, alertado que poderia incorrer na penalidade de nova multa em dobro estipulado o prazo máximo para regularização da edificação até 20 de janeiro de 2025, com a finalidade de se evitar nova fiscalização, não houve interposição de defesa;
4.6. sexta fiscalização ocorreu em 22 de janeiro de 2025, sob o protocolo 391728-C/2025, constatado: edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros, sendo entregue ao responsável o Auto de Infração, alertado que poderia incorrer na penalidade de nova multa em dobro estipulado o prazo máximo para regularização da edificação até 21 de julho de 2025, com a finalidade de se evitar nova fiscalização, com a possibilidade de penalização por multa em dobro;
4.6.1. o responsável pela edificação realizou a defesa em Junta Técnica de Primeira Instância (JTPI) nº 428339-D/2025, em 21 fevereiro de 2025, alegando que o cronograma de obtenção do AVCB continua em andamento, na medida em foi necessária a realização de alterações no projeto técnico na emissão do AVCB, por meio do FAT, para adequação das exigências previstas nas normas de SCI. A JTPI, face das argumentações apresentadas decidiu pelo INDEFERIMENTO, uma vez que há ainda infração a ser corrigida, devendo o responsável pela edificação buscar a regularização e licenciamento, evitando assim novas penalidades;
4.6.2. foi realizado o pedido de recurso em Junta Técnica de Última Instância (JTUI) nº 471463-E/2025, em 03 de abril de 2025, com os mesmos argumentos apresentados à JTPI. Dessa forma, a JTUI decide pelo INDEFERIMENTO da solicitação, uma vez que o Auto de Infração atende aos requisitos legais e regulamentares, recomendando-se, portanto, a manutenção da multa aplicada. A presente decisão fundamenta-se no fato de que, no momento das fiscalizações realizadas pelos agentes do Corpo de Bombeiros, a edificação encontrava-se sem a devida licença do CB, configurando infração à legislação estadual vigente de segurança contra incêndio, notadamente a Lei Complementar nº 1.257, de 6 de janeiro de 2015, e o Decreto nº 69.118, de 9 de dezembro de 2024. Ressalte-se, ainda, que todas as edificações e áreas de risco incluídas no rol de abrangência do Regulamento de Segurança Contra Incêndio estão sujeitas à fiscalização a qualquer tempo, sendo exigido, para evitar as penalidades legais, que o responsável providencie, primeiramente, a regularização da edificação mediante obtenção da licença do Corpo de Bombeiros e, em seguida, mantenha em pleno funcionamento as medidas de segurança contra incêndio previstas na legislação.
4. DA HOMOLOGAÇÃO:
O Comandante/Chefe homologou a conclusão de Junta Técnica de Última Instância de Nº 4550167.

COMUNICADO Nº JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA PARECER TÉCNICO Nº 4604480 , DE 23 DE JUNHO DE 2025

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA
PARECER TÉCNICO Nº 4604480
O Corpo de Bombeiros, fundamentado no Artigo 14, do Decreto Estadual nº 63.911 de 10 de Dezembro de 2018 - Regulamento de Segurança contra Incêndios das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo combinado com a Instrução Técnica nº 01 de 2019 - Procedimentos administrativos, publica a conclusão da Junta Técnica de Última Instância nº 4604480, do processo abaixo:
1. DADOS GERAIS:
1.1. Projeto: CONSULTIVO - Processo Infracional: FSC-2690125-F/2022;
1.2. Endereço: Rodovia Flávio de Carvalho, 2870;
1.3. Bairro: JARDIM SÃO PAULO;
1.4. Município: VALINHOS;
1.5. Proprietário: ;
1.6. Responsável pelo uso: ;
1.7. Responsável técnico: ;
1.8. CREA nº: ;
1.9. Área existente ou a construir: 0;
1.10. Ocupação: ;
1.11. Carga de Incêndio: ;
1.12. Altura: 0,00.
2. DOS DADOS DO REQUERIMENTO:
Data do Protocolo de Requerimento: 20/05/2025
Houve requerimento de prorrogação: Não
Infrações Graves
3.25-Edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros.
Contestação: Recurso de reanálise juntado no upload de documentos
Parecer: Diante do exposto – e considerando que os argumentos recursais não trouxeram fundamentos suficientes para descaracterizar a infração – a Junta Técnica decide pelo INDEFERIMENTO do pedido, mantendo-se a penalidade de multa aplicada.
3. DA CONCLUSÃO DA JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA:
1. Dados da edificação
1.1 Endereço: Rodovia Flávio de Carvalho, nº 2870 – pertencente ao Departamento de Água e Esgoto de Valinhos (DAEV);
1.2 Ocupação: Local destinado à prestação de serviços profissionais ou à condução de negócios;
1.3 Área construída: 2.135,44 m².
2. Situação da edificação
2.1 Possui Projeto Técnico aprovado sob o nº 158965/3556206/2023;
2.2 Não possui Licença do Corpo de Bombeiros (AVCB).
3. Alegações do interessado
3.1 Alega que a última fiscalização não respeitou o prazo de regularização fixado em 01/06/2025, o que, segundo o interessado, difere das fiscalizações anteriores nas quais os prazos foram observados. Sustenta que tal conduta caracteriza violação ao artigo 43 do Decreto Estadual nº 63.911/2018.
4. Histórico de fiscalizações e manifestações administrativas
4.1 Primeira fiscalização – 23/06/2022 – Protocolo 174653-C/2022
• Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
• Parecer: Notificada;
• Penalidade: advertência escrita;
• Prazo máximo de regularização: 19/12/2022.
4.1.1 Não houve apresentação de defesa ou recurso.
4.2 Segunda fiscalização – 19/01/2023 – Protocolo 016141-C/2023
• Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
• Parecer: Notificada;
• Penalidade: multa;
• Prazo máximo de regularização: 18/07/2023.
4.2.1 Não houve apresentação de defesa ou recurso.
4.3 Terceira fiscalização – 02/08/2023 – Protocolo 217138-C/2023
• Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
• Parecer: Notificada;
• Penalidade: multa em dobro;
• Prazo máximo de regularização: 29/01/2024.
4.3.1 Defesa – JTPI nº 264042-D/2023:
– Alegações: trata-se de autarquia municipal, o que demanda maior tempo; complexidade da edificação; desafios operacionais e estruturais; aumento de custos e dificuldades financeiras.
4.3.2 Decisão da JTPI nº 264042-D/2023 – INDEFERIDO
– Motivo: manutenção da situação irregular da edificação, sem a devida licença do Corpo de Bombeiros.
4.4 Quarta fiscalização – 12/04/2024 – Protocolo 085679-C/2024
• Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
• Parecer: Notificada;
• Penalidade: multa em dobro;
• Prazo máximo de regularização: 09/10/2024.
4.4.1 Não houve apresentação de defesa ou recurso.
4.5 Quinta fiscalização – 05/12/2024 – Protocolo 314128-C/2024
• Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
• Parecer: Notificada;
• Penalidade: multa em dobro;
• Prazo máximo de regularização: 01/06/2025.
4.5.1 Defesa – JTPI nº 401960-D/2025
– Alegações: requer a suspensão da multa aplicada no Auto de Infração nº 35536-4363264-3, argumentando que houve antecipação da fiscalização, esvaziando o prazo de regularização previsto no Relatório de Fiscalização – Auto de Vistoria nº 217856-2/2024.
4.5.2 Decisão da JTPI nº 401960-D/2025 – INDEFERIDO
– Motivo: o prazo mencionado (01/06/2025) é conferido exclusivamente para que o responsável promova a correção da infração, a fim de evitar nova fiscalização e penalidade. Considerando que já foram realizadas cinco fiscalizações na mesma edificação, todas apontando a mesma infração, e que, até o presente momento, a regularização não foi efetivada, não há justificativa plausível para o não cumprimento do prazo estabelecido no relatório de fiscalização nº 217856-2/2024. A primeira fiscalização com penalidade de advertência escrita ocorreu em 23/06/2022, evidenciando a mora prolongada na obtenção da licença.
4.5.3 Recurso – JTUI nº 517609-E/2025 (21/05/2025)
– Alegações: reitera que a fiscalização antecipou-se ao prazo limite de regularização (01/06/2025), violando, segundo seu entendimento, o artigo 43 do Decreto Estadual nº 63.911/2018.
5. Parecer deste membro da JTUI
Em face do recurso interposto pelo procurador do responsável pela edificação, cabe esclarecer que a interpretação apresentada quanto aos prazos é equivocada. A quinta fiscalização, objeto deste recurso, foi conduzida em conformidade com os prazos e disposições normativas. O prazo mencionado pelo recorrente, 01/06/2025, constitui o limite final para regularização da edificação com o objetivo de evitar nova infração e consequente penalidade em caso de sexta fiscalização.
Diante do exposto – e considerando que os argumentos recursais não trouxeram fundamentos suficientes para descaracterizar a infração – a Junta Técnica decide pelo INDEFERIMENTO do pedido, mantendo-se a penalidade de multa aplicada.
O Auto de Infração lavrado na quinta fiscalização observou integralmente os requisitos legais e regulamentares, sendo que, à época da autuação, a edificação permanecia sem a necessária Licença do Corpo de Bombeiros, em descumprimento à legislação estadual de segurança contra incêndio, especialmente a Lei Complementar nº 1.257, de 6 de janeiro de 2015, e o Decreto nº 69.118, de 9 de dezembro de 2024.
Ressalta-se que todas as edificações e áreas de risco abrangidas pelo Regulamento de Segurança Contra Incêndio estão sujeitas à fiscalização a qualquer tempo, cabendo ao responsável:
a) obter previamente a Licença do Corpo de Bombeiros; e
b) manter em pleno funcionamento as medidas de segurança contra incêndio previstas na legislação vigente, a fim de evitar novas sanções legais.
4. DA HOMOLOGAÇÃO:
O Comandante/Chefe homologou a conclusão de Junta Técnica de Última Instância de Nº 4604480.

COMUNICADO Nº JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA PARECER TÉCNICO Nº 4607334 , DE 23 DE JUNHO DE 2025

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA
PARECER TÉCNICO Nº 4607334
O Corpo de Bombeiros, fundamentado no Artigo 14, do Decreto Estadual nº 63.911 de 10 de Dezembro de 2018 - Regulamento de Segurança contra Incêndios das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo combinado com a Instrução Técnica nº 01 de 2019 - Procedimentos administrativos, publica a conclusão da Junta Técnica de Última Instância nº 4607334, do processo abaixo:
1. DADOS GERAIS:
1.1. Projeto: 265889/3500501/2022 - Processo Infracional: FSC-3425445-F/2024;
1.2. Endereço: RUA JABOTICABAL, 0;
1.3. Bairro: Jaboticabal;
1.4. Município: AGUAS DE LINDOIA;
1.5. Proprietário: Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia;
1.6. Responsável pelo uso: Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia;
1.7. Responsável técnico: Juliano Forti;
1.8. CREA nº: 5061580685;
1.9. Área existente ou a construir: 406,00;
1.10. Ocupação: Pré-escola;
1.11. Carga de Incêndio: Baixo;
1.12. Altura: 0,00.
2. DOS DADOS DO REQUERIMENTO:
Data do Protocolo de Requerimento: 22/05/2025
Houve requerimento de prorrogação: Não
Infrações Graves
3.25-Edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros.
Contestação: Assunto: Defesa – Solicitação de cancelamento da penalidade de multa
Senhores Membros da Junta Técnica,
A Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia, na qualidade de responsável pela edificação pública situada à Rua Jaboticabal, S/Nº, onde funciona a EMEIEF Prof. Ivan Galvão de França, vem, respeitosamente, apresentar defesa administrativa no âmbito do Processo Infracional nº FSC-374285-C/2024, pelos fundamentos abaixo expostos:
1. Dos esforços empreendidos e da regularização da edificação
A Prefeitura Municipal adotou, as medidas necessárias para a regularização da edificação junto ao Corpo de Bombeiros, o que incluiu:
• Solicitação formal de vistoria, registrada sob protocolo nº 410387-2/2025, solicitação nº 4477545;
• Realização dos ajustes exigidos no local para atender às exigências legais de segurança contra incêndio;
• Obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) nº 760012, atualmente válido, comprovando a regularidade da edificação.
As providências foram adotadas com celeridade e responsabilidade pela Administração Municipal, a fim de garantir a segurança da comunidade escolar e a conformidade legal da unidade.
2. Do pedido de cancelamento da penalidade
Diante da regularização já concluída e da emissão do AVCB, resta demonstrado que a finalidade da norma foi plenamente atendida, tornando a penalidade de multa desnecessária e desproporcional.
Cumpre destacar que a Prefeitura vem atuando de forma diligente e transparente, buscando atender a todas as exigências legais, mesmo diante de limitações operacionais e orçamentárias inerentes à gestão pública.
Assim, requer-se, com base nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade administrativa, a anulação da penalidade de multa aplicada no Processo Infracional nº FSC-374285-C/2024, reconhecendo-se os esforços empreendidos pela Administração e a efetiva regularização da edificação.
Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.
Parecer: Diante da ausência de argumentos capazes de afastar a infração, a JTUI decide pelo INDEFERIMENTO do recurso, mantendo-se a multa aplicada. O Auto de Infração atende aos requisitos legais, uma vez que, no momento da fiscalização, a edificação estava sem licença válida do Corpo de Bombeiros, em desacordo com a Lei Complementar nº 1.257/2015 e o Decreto nº 69.118/2024. Destaca-se que todas as edificações sujeitas ao Regulamento de Segurança Contra Incêndio podem ser fiscalizadas a qualquer tempo, cabendo ao responsável obter a licença previamente e manter as medidas de segurança em pleno funcionamento, sob pena de sanções.
3. DA CONCLUSÃO DA JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA:

1. Dados da edificação
1.1 Endereço: Rua Jaboticabal, S/Nº - Jaboticabal - AGUAS DE LINDOIA/SP;
1.2 Ocupação: Educacional e cultura física - Pré-escola (E-1);
1.3 Área construída: 406,00 m².
2. Situação da edificação
2.1 Possui Projeto Técnico aprovado sob o nº 265889/3500501/2022;
2.2 possui AVCB nº 760012, emitido em 28/03/2025, com validade até 27/03/2028, através do novo Projeto Técnico nº 292702/3500501/2025.
3. Histórico
3.1 Primeira fiscalização – 27/06/2024 – Protocolo 179557-C/2024
· Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
· Parecer: Notificada;
· Penalidade: advertência escrita;
· Prazo máximo de regularização: 24/12/2024.
3.1.1 Não houve apresentação de defesa ou recurso.
3.2 Segunda fiscalização – 16/01/2025 – Protocolo 374285-C/2024
· Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
· Parecer: Notificada;
· Penalidade: multa;
· Prazo máximo de regularização: 15/07/2025.
3.2.1 Defesa – JTPI nº 420814-D/2025 (14/02/2025):
3.2.1.1 Alegações: solicitando a prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias, como um período suficiente para a realização da vistoria solicitada e a emissão do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB) da referida unidade escolar.
3.2.1.1.1 Decisão JTPI: nº 420814-D/2025 – INDEFERIDO o pedido de prorrogação de prazo, visto que o fiscalizado já possuíra a regularização da edificação, conforme foi apresentado o pedido de vistoria nº 410387-2/2025, solicitação nº 4477545 e licença de nº 760012.
3.2.2 Recurso – JTUI nº 520067-E/2025 (22/05/2025)
3.2.2.1 Alegações: A parte alega ter sanado todas as irregularidades apontadas no Processo Infracional nº FSC-374285-C/2024, obtendo o AVCB nº 760012, atualmente válido, por meio do Projeto Técnico nº 292702/3500501/2025. Diante disso, solicita a anulação da multa aplicada, em razão dos esforços empreendidos pela Administração e da regularização efetiva da edificação.
4. Parecer da JTUI
Diante da ausência de argumentos capazes de afastar a infração, a JTUI decide pelo INDEFERIMENTO do recurso, mantendo-se a multa aplicada. O Auto de Infração atende aos requisitos legais, uma vez que, no momento da fiscalização, a edificação estava sem licença válida do Corpo de Bombeiros, em desacordo com a Lei Complementar nº 1.257/2015 e o Decreto nº 69.118/2024. Destaca-se que todas as edificações sujeitas ao Regulamento de Segurança Contra Incêndio podem ser fiscalizadas a qualquer tempo, cabendo ao responsável obter a licença previamente e manter as medidas de segurança em pleno funcionamento, sob pena de sanções.
4. DA HOMOLOGAÇÃO:
O Comandante/Chefe homologou a conclusão de Junta Técnica de Última Instância de Nº 4607334.

COMUNICADO Nº JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA PARECER TÉCNICO Nº 4600337, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA
PARECER TÉCNICO Nº 4600337
O Corpo de Bombeiros, fundamentado no Artigo 14, do Decreto Estadual nº 63.911 de 10 de Dezembro de 2018 - Regulamento de Segurança contra Incêndios das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo combinado com a Instrução Técnica nº 01 de 2019 - Procedimentos administrativos, publica a conclusão da Junta Técnica de Última Instância nº 4600337, do processo abaixo:
1. DADOS GERAIS:
1.1. Projeto: CONSULTIVO - Processo Infracional: FSC-3090674-F/2023;
1.2. Endereço: Rodovia Raposo Tavares, 421;
1.3. Bairro: Rural;
1.4. Município: PALMITAL;
1.5. Proprietário: ;
1.6. Responsável pelo uso: ;
1.7. Responsável técnico: ;
1.8. CREA nº: ;
1.9. Área existente ou a construir: 0;
1.10. Ocupação: ;
1.11. Carga de Incêndio: ;
1.12. Altura: 0,00.
2. DOS DADOS DO REQUERIMENTO:
Data do Protocolo de Requerimento: 16/05/2025
Houve requerimento de prorrogação: Não
Infrações Graves
3.25-Edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros.
Contestação: Prezados,
Em atenção à notificação sobre a ausência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da unidade da Tereos Amido e Adoçantes Brasil, apresentamos solicitação de reconsideração da penalidade aplicada, em especial quanto à multa em dobro.
A segurança sempre foi prioridade para a empresa. No entanto, a edificação apresenta complexidade elevada por possuir ocupação mista (indústria e depósito), o que exigiu soluções técnicas específicas, aumentando a complexidade do projeto e do cronograma de execução.
Adicionalmente, fatores como alta nos custos de materiais e serviços, paralisações parciais de setores produtivos para implantação das medidas de segurança, e atrasos burocráticos na liberação de documentos e equipamentos impactaram diretamente no processo.
Cabe destacar que, durante a condução do processo de regularização, foram identificadas falhas operacionais e técnicas por parte da equipe interna inicialmente responsável. Diante disso, a empresa optou pela substituição completa desses colaboradores por uma equipe técnica especializada, o que exigiu tempo adicional para retomada das ações com eficiência. Essa medida foi necessária para garantir que os próximos passos fossem conduzidos de forma profissional e conforme as exigências normativas.
Atualmente, o projeto técnico de segurança contra incêndio encontra-se aprovado, com as adequações em fase final de execução. A previsão é de que o AVCB seja emitido nos próximos meses.
Diante desse contexto, solicitamos a reconsideração da penalidade e a suspensão da multa por 180 dias, prazo estimado para conclusão das adequações e emissão do AVCB.
Reforçamos o compromisso da Tereos com a segurança e com o cumprimento integral das exigências legais.
Atenciosamente,
Parecer: Diante do exposto – e considerando que as razões recursais não trouxeram elementos capazes de afastar a infração –, a Junta técnica decide pelo INDEFERIMENTO do pedido, mantendo-se a multa aplicada.
3. DA CONCLUSÃO DA JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA:
1. Dados da edificação
1.1 Endereço: Rodovia Raposo Tavares, 421 – Tereos Amido e Adoçantes Brasil – Zona Rural – CEP 19970-050;
1.2 Ocupação: Indústria;
1.3 Área construída: 25 865,07 m².
2. Situação da edificação
2.1 Possui Projeto Técnico aprovado sob o nº 010144/3535309/2018;
2.2 Não possui Licença do Corpo de Bombeiros (AVCB).
3. Alegações do interessado
3.1 Em atenção à notificação relativa à ausência do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) na unidade da Tereos Amido e Adoçantes Brasil, solicita-se a reconsideração da penalidade aplicada, especialmente quanto à multa em dobro.
a) A empresa afirma priorizar a segurança; contudo, a edificação apresenta elevada complexidade por ter ocupação mista (indústria e depósito), demandando soluções técnicas específicas e prolongando o cronograma de execução.
b) Fatores como aumento de custos de materiais e serviços, paralisações parciais de setores produtivos para instalação das medidas de segurança e atrasos burocráticos na liberação de documentos e equipamentos impactaram diretamente o processo.
c) Durante a regularização foram identificadas falhas operacionais e técnicas da equipe interna inicialmente responsável, motivo pelo qual houve sua substituição por equipe técnica especializada, acarretando necessidade de prazo adicional.
d) O Projeto Técnico de Segurança Contra Incêndio encontra-se aprovado e as adequações estão em fase final de execução, com previsão de emissão do AVCB nos próximos meses.
Diante desse contexto, requer-se a suspensão da multa por 180 dias, prazo estimado para a conclusão das adequações e emissão do AVCB, reafirmando o compromisso da empresa com a segurança e a legislação vigente.
4. Histórico de fiscalizações e manifestações administrativas
4.1 Primeira fiscalização – 01/08/2023 – Protocolo 212500-C/2023
· Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
· Parecer: Notificada;
· Penalidade: advertência escrita;
· Prazo de regularização: 01/11/2023.
4.1.1 Defesa – JTPI Protocolo 267625-D/2023
– Alegações: existência de equipe de Segurança do Trabalho, SESMT e brigadistas treinados.
4.1.2 Decisão JTPI 267625-D/2023 – INDEFERIDO
– Motivo: ausência de justificativa quanto à falta de AVCB e inexistência de pedido de prorrogação de prazo.
4.2 Segunda fiscalização – 06/05/2024 – Protocolo 117075-C/2024
· Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
· Parecer: Notificada;
· Penalidade: multa;
· Prazo de regularização: 08/07/2024.
4.2.1 Não houve apresentação de defesa ou recurso.
4.3 Terceira fiscalização – 20/02/2025 – Protocolo 423280-C/2025
· Constatação: edificação/área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
· Parecer: Notificada;
· Penalidade: multa em dobro;
· Prazo de regularização: 22/03/2025.
4.3.1 Defesa – JTPI nº 454738-D/2025 (23/03/2025)
– Alegações: complexidade da edificação; desafios operacionais e estruturais; aumento de custos e dificuldades financeiras.
4.3.2 Decisão JTPI 454738-D/2025 – INDEFERIDO
– Motivo: permanência da edificação sem a licença do Corpo de Bombeiros.
4.3.3 Recurso – JTUI nº 513923-E/2025 (16/05/2025)
– Reitera as mesmas alegações apresentadas na JTPI nº 454738-D/2025.
5. Parecer deste membro da JTUI
Diante do exposto – e considerando que as razões recursais não trouxeram elementos capazes de afastar a infração –, a Junta técnica decide pelo INDEFERIMENTO do pedido, mantendo-se a multa aplicada.
O Auto de Infração observa todos os requisitos legais e regulamentares, pois, à época das fiscalizações, a edificação encontrava-se sem a devida licença do Corpo de Bombeiros, em afronta à legislação estadual de segurança contra incêndio, notadamente a Lei Complementar nº 1 257, de 6 de janeiro de 2015, e o Decreto nº 69 118, de 9 de dezembro de 2024.
Ressalte-se que todas as edificações e áreas de risco abrangidas pelo Regulamento de Segurança Contra Incêndio estão sujeitas à fiscalização a qualquer tempo, cabendo ao responsável:
a) obter previamente a Licença do Corpo de Bombeiros; e
b) manter em pleno funcionamento as medidas de segurança contra incêndio previstas na legislação, evitando, assim, as sanções legais.
4. DA HOMOLOGAÇÃO:
O Comandante/Chefe homologou a conclusão de Junta Técnica de Última Instância de Nº 4600337.

COMUNICADO Nº JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA PARECER TÉCNICO Nº 4607078, DE 23 DE JUNHO DE 2025

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA
PARECER TÉCNICO Nº 4607078
O Corpo de Bombeiros, fundamentado no Artigo 14, do Decreto Estadual nº 63.911 de 10 de Dezembro de 2018 - Regulamento de Segurança contra Incêndios das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo combinado com a Instrução Técnica nº 01 de 2019 - Procedimentos administrativos, publica a conclusão da Junta Técnica de Última Instância nº 4607078, do processo abaixo:
1. DADOS GERAIS:
1.1. Projeto: CONSULTIVO - Processo Infracional: FSC-3423878-F/2024;
1.2. Endereço: NAÇÕES UNIDAS, 1190;
1.3. Bairro: CENTRO;
1.4. Município: AGUAS DE LINDOIA;
1.5. Proprietário: ;
1.6. Responsável pelo uso: ;
1.7. Responsável técnico: ;
1.8. CREA nº: ;
1.9. Área existente ou a construir: 0;
1.10. Ocupação: ;
1.11. Carga de Incêndio: ;
1.12. Altura: 0,00.
2. DOS DADOS DO REQUERIMENTO:
Data do Protocolo de Requerimento: 22/05/2025
Houve requerimento de prorrogação: Não
Infrações Graves
3.25-Edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros.
Contestação: À Junta Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo.
Senhores Membros da Junta Técnica,
A Prefeitura da Estância de Águas de Lindóia, por meio desta, apresenta sua defesa e solicita a anulação da penalidade de multa aplicada no âmbito do Processo Infracional nº FSC-3423878-F/2024, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.
Do contexto e da boa-fé administrativa
No momento da lavratura da autuação, já estava em curso o processo de regularização da edificação, fato esse devidamente documentado e anteriormente demonstrado à corporação, inclusive em defesa anterior.
A Prefeitura sempre atuou com boa-fé e transparência no intuito de garantir a regularização das condições de segurança do imóvel autuado, tendo inclusive elaborado e submetido ao Corpo de Bombeiros o Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, atendendo às exigências da legislação vigente.
Dos esforços concretos realizados
A Administração Pública municipal elaborou a planilha orçamentária necessária à execução do projeto aprovado e abriu o devido processo licitatório para a contratação da empresa responsável pela execução dos serviços. Ressalta-se que tal processo segue estritamente os trâmites legais previstos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), o que naturalmente demanda tempo, dada a necessidade de observância aos princípios da publicidade, isonomia, legalidade e eficiência.
Importante registrar que, em 08 de maio de 2025, foi efetivamente emitida a ordem de serviço para início das obras de adequação às normas de segurança contra incêndio, com reserva orçamentária já garantida. Tais providências evidenciam o comprometimento desta municipalidade com a resolução definitiva da situação.
Da razoabilidade e da finalidade da norma
É de se destacar que a finalidade precípua da norma de segurança contra incêndio é garantir a integridade física dos usuários e do patrimônio público, objetivo que está sendo plenamente atendido por meio dos esforços e providências já em curso. A aplicação da penalidade, nesse contexto, mostra-se desproporcional e em desacordo com o princípio da razoabilidade, uma vez que ignora as medidas administrativas já adotadas e o efetivo comprometimento da Prefeitura.
Do pedido
Diante de todo o exposto, requer-se a essa Junta Técnica:
O reconhecimento do empenho administrativo e da regularização em curso;
A anulação da penalidade de multa aplicada no Processo Infracional nº FSC-3423878-F/2024.
Parecer: Diante da avaliação das argumentações do responsável, em não havendo amparo normativo para o pleiteado, a Junta técnica decide pelo INDEFERIMENTO da solicitação de "anulação da multa aplicada no processo infracional", com base no Regulamento de Organização do Serviço de Segurança Contra Incêndio - Parte 3, Decreto Estadual nº 69.118/24.
Pelo exposto, há ainda infração a ser corrigida, devendo o responsável pela edificação buscar a regularização e licenciamento dentro do prazo deferido pela Junta Técnica de Primeira Instância nº 421266-D/2025, evitando assim novas penalidades.
3. DA CONCLUSÃO DA JUNTA TÉCNICA DE ÚLTIMA INSTÂNCIA:
1. Dados da Edificação:
1.1. endereço: Avenida das Nações Unidas, nº 1190, Centro – Águas de Lindóia-SP. Secretaria Municipal de Educação;
1.2. área: Estimada entre 750 a 1500 m²
2. Situação da Edificação:
2.1. não possui Licença do Corpo de Bombeiros (AVCB).
3. Alegações do interessado:
3.1. alega que agiu de boa-fé e com transparência ao tentar regularizar a edificação, inclusive elaborando e submetendo um projeto de segurança contra incêndios ao Corpo de Bombeiros. Ela também elaborou a planilha orçamentária, iniciou o processo licitatório de forma legal e, em 8 de maio de 2025, autorizou o início das obras de adequação às normas de segurança, com recursos garantidos. Essas ações demonstram o compromisso da administração com a resolução do problema.
3.2. solicita que esta Junta reconheça o empenho administrativo e a regularização em curso, e que anule a multa aplicada no processo infracional.
4. Diante das alegações e informações apresentadas, faz-se necessário tecer as seguintes considerações:
4.1. houve a primeira fiscalização em 27 de junho de 2024, sob o protocolo 177923-C/2024e foi constatada a seguinte infração:
4.1.1. edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
4.1.2. ao final da fiscalização, foi entregue ao responsável o Auto de Infração, que foi devidamente assinado, sendo informado a partir daquele momento que o fiscalizado poderia incorrer na penalidade de Advertência por Escrito;
4.1.3. o agente fiscalizador estipulou o prazo máximo para a regularização da edificação até a data limite de 25 de dezembro de 2024;
4.1.4. ressalta-se que o prazo concedido é somente para que se efetue a correção da infração cometida e que se evite nova fiscalização com a possibilidade de penalização por multa.
4.2. a segunda fiscalização na edificação foi realizada em 16 de janeiro de 2025, sob protocolo nº 374277-C/2024 e foi constatada a seguinte infração:
4.2.1. edificação ou área de risco sem Licença do Corpo de Bombeiros;
4.2.2. ao final da fiscalização, foi entregue ao responsável o Auto de Infração, que foi devidamente assinado, sendo informado a partir daquele momento que o fiscalizado poderia incorrer na penalidade de Multa em dobro;

4.2.3. o agente fiscalizador estipulou o prazo máximo para a regularização da edificação até a data limite de 16 de julho de 2025.
4.3. O responsável pela edificação impetrou o pedido de defesa de Junta Técnica de Primeira Instância nº 421266-D/2025, em 17 de fevereiro de 2025, conforme artigo 52 do Decreto Estadual 69.118/24, solicitando a prorrogação do prazo por mais 180 dias.
4.3.1. a JTPI foi deferida para a prorrogação do prazo de 180 dias para a regularização, visto que o fiscalizado apresentou medidas para sanar.
4.4. O responsável pela edificação impetrou o pedido de recurso em Junta Técnica de Última Instância nº 519845-E/2025 em 22 de maio de 2025, conforme artigo 52, parágrafo 1º, do Decreto Estadual 69.118/24, apresentando as alegações no item "3" desta Junta.
5. Em face das argumentações, informações e considerações apresentadas e diante das fiscalizações e multas emitidas, é importante pontuar:
5.1. conforme o artigo 34 do Decreto Estadual nº 69.118/24, a fiscalização das edificações e áreas de risco, é realizada por meio de vistorias técnicas com o objetivo de verificar o cumprimento das medidas de segurança contra incêndios e emergências nas edificações e áreas de risco;
5.2. não há amparo normativo na Parte 3 do Regulamento de Organização do Serviço de Segurança Contra Incêndio, bem como nas demais legislações que tratam do tema, para que sejam anuladas as penalidades, considerando que todo o tramite legal foi devidamente adotado, sendo fornecidos os devidos prazos para defesa e recurso, bem como não havendo outros vícios de ordem formal, ressaltando que as argumentações apresentadas não podem ser consideradas para efeito de cancelamento do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) gerado pela Secretaria da Fazenda.
6. Diante da avaliação das argumentações do responsável, em não havendo amparo normativo para o pleiteado, a Junta técnica decide pelo INDEFERIMENTO da solicitação de "anulação da multa aplicada no processo infracional", com base no Regulamento de Organização do Serviço de Segurança Contra Incêndio - Parte 3, Decreto Estadual nº 69.118/24.
7. Pelo exposto, há ainda infração a ser corrigida, devendo o responsável pela edificação buscar a regularização e licenciamento dentro do prazo deferido pela Junta Técnica de Primeira Instância nº 421266-D/2025, evitando assim novas penalidades.
8. Esta decisão não restringe o Corpo de Bombeiros de realizar novas fiscalizações na edificação, a fim de se constatar novas infrações (ou a permanência das infrações constatadas anteriormente), conforme o anexo B do Decreto Estadual nº 69.118/24.
4. DA HOMOLOGAÇÃO:
O Comandante/Chefe homologou a conclusão de Junta Técnica de Última Instância de Nº 4607078.

COMANDO DE BOMBEIROS DO INTERIOR

14º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS - PRESIDENTE PRUDENTE

PORTARIA Nº 14GB-001/600/25

1. Considerando a necessidade de designação de comissão responsável por conduzir o processo de responsabilização, Portaria Nº 14GB-001/600/25, nomeio os seguintes policiais militares, delegando-lhes poderes para realizar a citação e demais atos ulteriores, a fim de emitir um relatório para subsidiar a decisão deste Dirigente, conforme segue:
1.1. 1º Ten 107765-1 Wellington Handerson Tudisco (Presidente);
1.2. 2º Sgt PM 128680-3 Anderson Pereira da Mota Silva (1º Membro);
1.3. Cb PM 101773-0 Márcio Roberto Navarro (2º Membro);
1.4. 1º Ten PM 146989-4 Guilherme Minoru Hakamata de Souza (Suplente Presidente);
1.5. Cb PM 148106-1 Fábio Antonio Zafani (Suplente 1º Membro);
1.6. Sd PM 162233-1 Amanda Barroso Silva Molina (Suplente 2º Membro).
CLAUDIO ARANDA SELVERIO
Major PM Dirigente da UGE 180.212

Anexo(s):
PORTARIA.pdf

CENTRO DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Ato do Presidente PAD Nº1/60/25.
Nomeação de Defensor Dativo
1. Em 09JUN25, o acusado Sd PM 155849-8 Leonardo André Silva foi citado pessoalmente.
2. Não apresentou defesa preliminar, nem mesmo constituiu defensor até a data de 19JUN25 — o prosseguimento do processo seguirá à revelia (conforme artigo 54, § 5º da 1-16-PM);
3. O processo administrativo é regido por alguns princípios basilares, os quais buscam não só resguardar direitos do acusado, mas também, desonerar a máquina pública de demandas protelatórias e tumultuarias.
4. A inércia do acusado tem deixado de lado a questão combativa e argumentativa de defesa e pode retardar o andamento processual por motivo incerto e não sabido.
5. Em respeito ao princípio da celeridade processual e buscando garantir ao acusado a ampla defesa e ao contraditório, a fim de que o processo perdure somente pelo tempo em que for necessário para a devida e regular instrução, nos termos do artigo 19 c/c o § 3º do artigo 134, ambos das I-16-PM, nomeio como defensor dativo a 3º Sgt PM 154917-A Natalia Cristina Porcel Pinheiro, do COPOM, a qual foi cientificada pessoalmente do feito em 19JUN25, inclusive do prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de Defesa Preliminar.
6. A nomeação é inicialmente realizada para fins de apresentação da defesa preliminar, porém, na ausência de defensor constituído nos demais atos processuais, o graduado seguirá como defensor dativo, seja quando necessário o acompanhamento de atos instrutórios, seja nos casos de não manifestação em prazos regulamentares ou estabelecidos.
7. Os autos seguem à disposição para visitas em cartório e/ou carga digitalizada.

SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

TERMOS Nº 04, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Termo de Aditamento
4º Termo de Aditamento ao Convênio – DADETUR nº 128/2016 - Parecer Referencial CJ/ST nº 5/2024 - Convenentes - Secretaria de Turismo e Viagens e o Município de Guarujá - Proc. ST/DADETUR nº 009/2016. Objeto: Reestruturação Turística da Orla Marítima Guarujá – 3ª Fase. - Alteração da redação das Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta e Nona – O valor do presente Convênio é de R$3.010.034,84, sendo o valor de R$2.631.745,67 de responsabilidade do Estado, R$353.587,64 referente a rendimentos e R$24.701,53 e/ou o que exceder, de responsabilidade do município. O prazo de vigência do presente convênio é de 3.720 dias, contados da assinatura do convênio ocorrida em 03/06/2016, com vencimento em 10/08/2026. Data da assinatura do Termo de Aditamento: 23/06/2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS

PORTARIAS DE 23/06/2025 A - SUBPROCURADORIAS

Designando:
Republicadas:
nº 5164/2025 - Karina Yukime Ichikawa Vicenzotto, 2º Promotor de Justiça de Tietê, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar emergencialmente no exercício das funções do 57º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Civel, sem ônus nos termos do artigo 185 da Lei Complementar Estadual nº 734/93, no período de 17 a 27 e 29 a 31 de maio de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 07/05/2025)
nº 6494/2025 - Lilian Fruet, 1º Promotor de Justiça de Jandira, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar emergencialmente no exercício das funções do 22º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, sem ônus nos termos do artigo 185 da Lei Complementar Estadual nº 734/93, no período de 16 a 25 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 04/06/2025)
nº 6527/2025 - Patricia Soares de Souza, 4º Promotor de Justiça de Birigui, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar emergencialmente no exercício das funções do 90º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, sem ônus nos termos do artigo 185 da Lei Complementar Estadual nº 734/93, no período de 16 a 29 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 04/06/2025)
nº 6528/2025 - Paula Quaggio, 1º Promotor de Justiça de Ribeirão Pires, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar emergencialmente no exercício das funções do 33º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, sem ônus nos termos do artigo 185 da Lei Complementar Estadual nº 734/93, no período de 1 a 12 e 14 e 15 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 04/06/2025)
nº 6809/2025 - Persio Ricardo Perrella Scarabel, 4º Promotor de Justiça de Sumaré, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar emergencialmente no exercício das funções do 39 Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça da Infância e Juventude, sem ônus nos termos do artigo 185 da Lei Complementar Estadual nº 734/93, no período de 16 a 26 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 17/06/2025)
Cessando os efeitos:
nº 6793/2025 - a partir de 16 de junho de 2025, da portaria nº 11127/2019 que designou Arlete Del Mastro, 1º Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, para, com prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar junto à Equipe de Procuradores de Justiça que atua perante a Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, a partir de 1 de agosto de 2019.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 17/06/2025)

PORTARIAS DE 23/06/2025 B - SECRETARIAS

Designando:
nº 6885/2025 - Alexandre Mourao Tieri, 1º Promotor de Justiça Criminal de Pinheiros - Assessor PGJ, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e anteriores designações, responder pelo expediente da Chefia de Gabinete Executiva da Procuradoria-Geral de Justiça, no período de 2 a 16 de julho de 2025. (Proc. SEI nº 29.0001.0074159.2025-65)
nº 6886/2025 - Leonardo Leonel Romanelli, 4º Promotor de Justiça de Araraquara, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e anteriores designações, participar como palestrante no Simpósio a ser realizado pelo Consulado dos EUA, na cidade de Porto Alegre/RS, no dia 18 de junho de 2025. (Proc. SEI nº 29.0001.0063534.2025-14)

PORTARIAS DE 23/06/2025 C - ASSESSORIA

Tornando sem efeito:
nº 6887/2025 - a portaria nº 5757/2025 que designou Leticia Rosa Ravacci, 1º Promotor de Justiça de Taboão da Serra, para acumular o exercício das funções do 8º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social, de 2 a 13 de junho de 2025.
nº 6888/2025 - a portaria nº 6002/2025 que designou Marcelo Alexandre de Oliveira, 1º Promotor de Justiça do IV Tribunal do Júri, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Mairiporã, de 19 a 30 de junho de 2025.
nº 6889/2025 - a portaria nº 6581/2025 que designou o 20º Promotor de Justiça de São José dos Campos, em exercício, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiar nos autos nº 1501007-42.2023.8.26.0617, em trâmite pelo Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de São José dos Campos, para prosseguir no feito em seus ulteriores termos.
nº 6890/2025 - a portaria nº 6837/2025, que designou Filipe Viana de Santa Rosa, 5º Promotor de Justiça de Cotia, para acumular o exercício das funções do 59º Promotor de Justiça Criminal, no dia 30 de junho de 2025.
nº 6891/2025 - a portaria nº 6838/2025, que designou Lilian Fruet, 1º Promotor de Justiça de Jandira, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 59º Promotor de Justiça Criminal, no dia 30 de junho de 2025.
Designando:
nº 6892/2025 - os integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado GAECO VI - Núcleo Franca, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e em conjunto com o Promotor de Justiça natural, oficiarem nos autos nº 1006315-84.2024.8.26.0196, perante a 3ª Vara Criminal da Comarca de Franca, a partir de 10 de junho de 2025. (SEI nº 29.0001.0073689.2025-48)
nº 6893/2025 - Horival Marques De Freitas Junior, 12º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e nos termos da Resolução nº 684/2011, auxiliar no exercício das funções das Promotorias de Justiça de Nova Granada, Avaré e Itajobi, de 1 a 30 de junho de 2025.
nº 6894/2025 - Leonardo Romano Soares, 2º Promotor de Justiça de Santa Bárbara D´Oeste, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e nos termos da Resolução nº 684/2011, auxiliar no exercício das funções das Promotorias de Justiça de Igarapava, Itararé, Itupeva, José Bonifácio, Louveira, Mairiporã, Mirandópolis, Monte Alto e Monte Azul Paulista, de 1 a 30 de junho de 2025.
nº 6895/2025 - Lafaiete Ramos Pires, 1º Promotor de Justiça Cível de Vila Prudente, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça Cível de Vila Prudente, de 23 a 30 de junho de 2025.
nº 6896/2025 - Marcel Del Bianco Cestaro, 4º Promotor de Justiça Militar, para acumular o exercício das funções do 6º Promotor de Justiça Militar, no dia 30 de junho de 2025.
nº 6897/2025 - Rita de Cassia Bergamo, 6º Promotor de Justiça de Falências, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Falências, no dia 30 de junho de 2025.
nº 6898/2025 - Adinan Aparecido de Oliveira, 4º Promotor de Justiça de Jaboticabal, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Jaboticabal, de 9 a 18 de junho de 2025.
nº 6899/2025 - Allyson Fernando Venega Coradini, 2º Promotor de Justiça de Espírito Santo do Pinhal, para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de São João da Boa Vista, de 25 a 30 de junho de 2025.
nº 6900/2025 - Carlos Alberto Pereira Leitao Junior, 8º Promotor de Justiça de Enfrentamento À Violência Doméstica, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Descalvado, no dia 17 de junho de 2025.
nº 6901/2025 - Carlos Alberto Pereira Leitao Junior, 8º Promotor de Justiça de Enfrentamento À Violência Doméstica, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 7º Promotor de Justiça de Itaquaquecetuba, no dia 18 de junho de 2025.
nº 6902/2025 - Carlos Gilberto Menezello Romani, 5º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, para acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, de 27 a 30 de junho de 2025.
nº 6903/2025 - Dorio Sampaio Dias, 5º Promotor de Justiça de Birigui, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Buritama, de 16 a 30 de junho de 2025.
nº 6904/2025 - Eliana Komesu Lima, 2º Promotor de Justiça de Promissão, para acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Lins, no dia 30 de junho de 2025.
nº 6905/2025 - Gilson Cesar Augusto da Silva, 8º Promotor de Justiça de Marília, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Pompéia, no dia 30 de junho de 2025.
nº 6906/2025 - Jamile Tavares, 4º Promotor de Justiça de Dracena, para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Dracena, no dia 30 de junho de 2025.
nº 6907/2025 - Jordana Calixto Porto, 3º Promotor de Justiça de Francisco Morato, para acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Francisco Morato, de 23 a 30 de junho de 2025.
nº 6908/2025 - Jose Marcio Rossetto Leite, 19º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Itaberá, no dia 18 de junho de 2025.
nº 6909/2025 - Jose Marcio Rossetto Leite, 19º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Queluz, no dia 17 de junho de 2025.
nº 6910/2025 - Jose Mario Buck Marzagao Barbuto, 1º Promotor de Justiça de Santos, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 6º Promotor de Justiça de Praia Grande(ESAJ), no dia 17 de junho de 2025.
nº 6911/2025 - Jose Silvio Codogno, 1º Promotor de Justiça de Mirassol, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Monte Aprazível, de 27 a 30 de junho de 2025.
nº 6912/2025 - Juliana Amelia Gasparetto de Toledo Silva Donato, 1º Promotor de Justiça de São José do Rio Pardo, para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de São José do Rio Pardo, de 23 a 30 de junho de 2025.
nº 6913/2025 - Marcel Zanin Bombardi, 8º Promotor de Justiça de Araraquara, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Pirangi, de 6 a 30 de junho de 2025.
nº 6914/2025 - Marcelo Brandao Fontana, 4º Promotor de Justiça de Tupã, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 5º Promotor de Justiça de São Vicente, no dia 18 de junho de 2025.
nº 6915/2025 - Paulo Augusto Radunz Junior, 1º Promotor de Justiça de Taquaritinga, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Pirangi, de 6 a 30 de junho de 2025.
nº 6916/2025 - Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira, 1º Promotor de Justiça de Tupã, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 7º Promotor de Justiça de Praia Grande, no dia 18 de junho de 2025.
nº 6917/2025 - Rodrigo Nunes Laureano, Promotor de Justiça de Getulina, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Guariba, no dia 18 de junho de 2025.
nº 6918/2025 - Rodrigo Nunes Laureano, Promotor de Justiça de Getulina, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Barretos, no dia 17 de junho de 2025.
nº 6919/2025 - Silvio Fernando de Brito, 6º Promotor de Justiça de Botucatu, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Barra Bonita, de 11 a 12 de junho de 2025.
nº 6920/2025 - Waleska Bueno Sanches Buratto, 2º Promotor de Justiça de Vinhedo, para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Vila Mimosa - Campinas, de 21 a 28 de junho de 2025.
nº 6921/2025 - Washington Luiz Rodrigues Alves, 1º Promotor de Justiça de São Roque, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de São Roque, de 16 a 27 de junho de 2025.
Republicadas:
nº 16947/2024 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, 30 dias de férias, referentes ao período de 2 A 31 DE JANEIRO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Excluam-se:
Carlos Alberto Carmello Junior
Daniel Azadinho Palmezan Calderaro
Eduardo Francisco Dos Santos Junior
Flavia Cristina Merlini
Flavia Mendes Pereira Rivelli Caçador
Igor Volpato Bedone
Jose Guilherme Silva Augusto
Julio Cesar Rocha Palhares
Luciane Cristina Nogueira Lucas Lo Re
Marcelo Gonçalves Saliba
Maria Carolina Heloisa De Castro Andrade E Souza
Maria Fernanda De Castro Marques
Mauricio Salvadori
Osias Daudt
Raphael Barbosa Braga
Reginaldo Garcia
Rodrigo Nery
Sidney Alves De Mattos
Thaisa Seto Vasconcelos E Souza
(Republicada por necessidade de retificação DOE de 10/12/2024)
nº 16948/2024 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, as férias, no período mencionado do mês de JANEIRO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Excluam-se:
Fabio Jose Mattoso Miskulin - 2 A 16

Fatima Liz Bardelli - 2 A 16
Joao Guimaraes Cozac - 17 A 31
(Republicada por necessidade de retificação DOE de 10/12/2024)

nº 231/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, 30 dias de férias, referentes ao período de 1 DE FEVEREIRO A 02 DE MARÇO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Incluam-se:
Carlos Alberto Carmello Junior
Daniel Azadinho Palmezan Calderaro
Flavia Cristina Merlini
Igor Volpato Bedone
Jose Guilherme Silva Augusto
Julio Cesar Rocha Palhares
Luciane Cristina Nogueira Lucas Lo Re
Maria Fernanda De Castro Marques
Mauricio Salvadori
Osias Daudt
Raphael Barbosa Braga
Reginaldo Garcia
Rodrigo Nery
Sidney Alves De Mattos
Thaisa Seto Vasconcelos E Souza
Exclua-se:
Alan Carlos Reis Silva
(Republicada por necessidade de retificação DOE 17/01/2025)

nº 232/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, as férias, no período mencionado do mês de FEVEREIRO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Exclua-se:
Susana Henriques Da Costa 16/02 a 2/03
(Republicada por necessidade de retificação DOE 17/01/2025)

nº 2374/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, 30 dias de férias, referentes ao período de 2 A 31 DE MARÇO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Incluam-se:
Eduardo Francisco Dos Santos Junior
Flavia Mendes Pereira Rivelli Caçador
Marcelo Gonçalves Saliba
Maria Carolina Heloisa De Castro Andrade E Souza
Exclua-se:
Luciana De Paula Leite Rocha Del Campo
(Republicada por necessidade de retificação DOE 26/02/2025)

nº 2375/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, as férias, no período mencionado do mês de MARÇO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Incluam-se:
Fatima Liz Bardelli - 1 A 15
Joao Guimaraes Cozac - 1 A 15
Fabio Jose Mattoso Miskulin - 2 A 16
(Republicada por necessidade de retificação DOE 26/02/2025)

nº 3615/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, 30 dias de férias, referentes ao período de 1 A 30 DE ABRIL DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Incluam-se:
Alan Carlos Reis Silva
Luciana De Paula Leite Rocha Del Campo
Hilton Mauricio De Araujo Filho
Exclua-se:
Guilherme Silveira De Portella Fernandes
(Republicada por necessidade de retificação DOE 27/03/2025)

nº 3616/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, as férias, no período mencionado do mês de ABRIL DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Excluam-se:
Fernanda Beatriz Gil Da Silva Lopes 16 A 30
Vanderlei Cesar Honorato 1 A 15
(Republicada por necessidade de retificação DOE 27/03/2025)

nº 5021/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, 30 dias de férias, referentes ao período de 2 A 31 DE MAIO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Inclua-se:
Cesar Bocuhy Bonilha
(Republicada por necessidade de retificação DOE 30/04/2025)

nº 5022/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, as férias, no período mencionado do mês de MAIO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Incluam-se:
Fernanda Beatriz Gil Da Silva Lopes 17 A 31
Vanderlei Cesar Honorato 2 A 16
Guilherme Augusto Azevedo Palu 17 A 31
Marcelo Da Silva Martins Pinto Gonçalves 2 A 16
Exclua-se:
Mirella De Carvalho Bauzys Monteiro 2 A 16
(Republicada por necessidade de retificação DOE 30/04/2025)

nº 5900/2025 - Fernanda Klinguelfus Lorena de Mello, 2º Promotor de Justiça de Itatiba, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 6º Promotor de Justiça de Limeira, de 1 a 4 e 7 a **29** de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 18/06/2025)

nº 6015/2025 - Marcelo Sorrentino Neira, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Araçatuba, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 10º Promotor de Justiça de Araçatuba, de 1 a **29** de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 29/05/2025)

nº 6016/2025 - Marcelo Sorrentino Neira, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Araçatuba, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Araçatuba, de 1 a **29** de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 29/05/2025)

nº 6017/2025 - Marcelo Sorrentino Neira, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Araçatuba, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Araçatuba, de 1 a **29** de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 29/05/2025)

nº 6018/2025 - Marcelo Sorrentino Neira, 2º Promotor de Justiça Auxiliar de Araçatuba, para, sem prejuízo de suas atribuições normais e sem ônus para o Ministério Público, auxiliar no exercício das funções do 6º Promotor de Justiça de Araçatuba, de 1 a **29** de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 29/05/2025)

nº 6146/2025 - Sergio Clementino, 4º Promotor de Justiça de São José do Rio Preto, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Monte Aprazível, de 1 a **26** de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 29/05/2025)

nº 6170/2025 - Vitor Petri, 6º Promotor de Justiça de Barueri, para acumular o exercício das funções do 12º Promotor de Justiça de Guarulhos, de 1 a **5 e 7** a 30 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 29/05/2025)

nº 6219/2025 - Eliel Raimundo Alves, 3º Promotor de Justiça Substituto da 39ª Circunscrição Judiciária (Batatais), para assumir o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Batatais, de 1 a 18 de junho, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça que atua perante o Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim) da 6ª Região Administrativa Judiciária – Ribeirão Preto, de 1 a 30 de junho, auxiliar no exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Cruzeiro, no dia 05 de junho, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Ubatuba, no dia 05 de junho, auxiliar no exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Barretos, no dia 12 de junho **e auxiliar no exercício das funções do 20º Promotor de Justiça de Sorocaba (Esaj), de 23 a 30 de junho** de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação DOE de 13/06/2025)

nº 6247/2025 - Lucas de Mello Schaefer, 3º Promotor de Justiça Substituto da 37ª Circunscrição Judiciária (Andradina), para assumir o exercício das funções do 19º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude e acumular o exercício das funções do 26º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Capital, de 1 a 15 e 19 a 30 de junho, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Descalvado, no dia 03 de junho, auxiliar no exercício das funções do 72º Promotor de Justiça Criminal, no dia 04 de junho, auxiliar no exercício das funções do 8º Promotor de Justiça de Rio Claro, no dia 11 de junho **e acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Mairiporã, no dia 23 de junho** de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação DOE de 17/06/2025)

nº 6270/2025 - Monique Campos Ratton Ferreira, 1º Promotor de Justiça Substituto da 39ª Circunscrição Judiciária (Batatais), para assumir o exercício das funções do 6º Promotor de Justiça de Diadema, de 1 a 15 de junho, acumular o exercício das funções do 7º Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo (ESAJ), de 2 a 15 de junho, assumir o exercício das funções do Promotor de Justiça de Viradouro, de 16 a 30 de junho, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Rio Grande da Serra (ESAJ), no dia 10 de junho, auxiliar no exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Descalvado, no dia 12 de junho **e auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Mairiporã, de 23 a 30 de junho** de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 13/06/2025)

nº 6273/2025 - Nathalia Merli, 6º Promotor de Justiça Substituto da 36ª Circunscrição Judiciária (Araçatuba), para auxiliar no exercício das funções do 20º Promotor de Justiça de Sorocaba (ESAJ), de 1 a **22** de junho e auxiliar no exercício das funções do 10º Promotor de Justiça de Limeira (ESAJ), no dia 04 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação DOE de 09/06/2025)

nº 6310/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, 30 dias de férias, referentes ao período de 1 A 30 DE JUNHO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Excluam-se:
Cesar Bocuhy Bonilha
Elias Francisco Baracat Chaib
Guilherme Augusto Azevedo Palu
Hilton Mauricio De Araujo Filho
Larissa Buentes Frazao
Marcelo Da Silva Martins Pinto Gonçalves
Mariana Ueshiba Da Cruz Gouveia
Renata Masagao Romero Antunes
Tania Regina Golmia Camilles
(Republicada por necessidade de retificação DOE 29/05/2025)

nº 6311/2025 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, as férias, no período mencionado do mês de JUNHO DE 2025, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, tendo em vista o número de cargos vagos e o elevado número de saídas voluntárias e involuntárias, nos termos do artigo 205, "caput", da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo e artigo 5º da Resolução nº 407-PGJ, de 21/09/2005, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:
Incluam-se:
Susana Henriques Da Costa 16 A 30
Mirella De Carvalho Bauzys Monteiro 2 A 16
Guilherme Augusto Azevedo Palu 1 A 15
Mariana Ueshiba Da Cruz Gouveia 16 A 30
Renata Masagao Romero Antunes 1 A 15
Tania Regina Golmia Camilles 16 A 30
(Republicada por necessidade de retificação DOE 29/05/2025)

Nº: 6713/2025 - Rubia Prado Motizuki, 1º Promotor de Justiça de Andradina, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Pereira Barreto **(ESAJ),** no dia 10 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação DOE de 11/06/2025)

Nº: 6768/2025 - Patricia Dosualdo Pelozo, 2º Promotor de Justiça de Tanabi, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Novo Horizonte **(Esaj),** no dia 10 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação DOE de 11/06/2025)

nº 6871/2025 - os integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado GAECO VI - Núcleo Franca, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, oficiarem, exclusivamente, nos autos medida cautelar judicial de nº 1003397-73.2025.8.26.0196 (autos Procedimento Investigatório Criminal nº SIS-MP Digital 0664.0000029/2024), perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Franca, a partir de 18 de junho de 2025. (SEI nº 29.0001.0072897.2025-92)
(Republicada por necessidade de retificação – doe de 23/06/2025)

nº 6874/2025 - Flavia Alice Cherubini Fogaça Braga, 107º Promotor de Justiça Criminal, para acumular, Carlos Cesar de Faria Bernardi, 3º Promotor de Justiça Criminal, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do **14º Promotor de Justiça Criminal**, de 24 a 30 de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 23/06/2025)

nº 6845/2025 - Marcela Figueiredo Bechara Ferro, 3º Promotor de Justiça de Mairiporã, para acumular o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Mairiporã, de 16 a **22 e 24 a 30** de junho de 2025.
(Republicada por necessidade de retificação - doe de 17/06/2025)

AVISOS

AVISO Nº 464/2025 - PGJ-2ª INSTÂNCIA, DE 17/06/2025

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, convida os integrantes da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais para a **Reunião Ordinária Virtual - via Microsoft Teams, a ser realizada no dia 25 de junho de 2025, quarta-feira, às 11h,** com a seguinte pauta:
1. Relatório das distribuições do mês de junho;
2. Comunicações do Secretário Executivo;
3. Outros assuntos de interesse da Procuradoria de Justiça.

AVISO Nº 467/2025 - PGJ-CAOCR, DE 23/06/2025

A Procuradoria-Geral de Justiça, a pedido do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM), comunica aos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo a oferta de vagas para participação em cursos presenciais sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, promovidos pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), com previsão de realização no mês de agosto de 2025, entre os dias 06 e 15, em Brasília/DF. A seleção dos participantes observará os seguintes critérios: atuação especializada nas temáticas abordadas, representatividade geográfica e paridade de gênero. A ESMPU não arcará com despesas de passagens e diárias, cabendo tais custos aos órgãos de origem. Os interessados deverão encaminhar suas indicações até o dia 1º de julho de 2025, para o e-mail cursosinteramericano.esmpu@mpf.mp.br, com as seguintes informações: nome completo, cargo/função, local de exercício e CPF. Dúvidas pedagógicas poderão ser esclarecidas com o orientador responsável, Tiago Paroian, pelo e-mail tiagoparoian@aos.org.br ou WhatsApp (61) 99699-0575

AVISO Nº 468/2025 - PGJ-CPJ, DE 23/06/2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, **AVISA** aos Senhores Membros do Egrégio Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça que será realizada **REUNIÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA,** (Presencial e via Teams), às 14 (quatorze) horas, do dia 02 (dois) de julho de 2025, no Auditório Tilene Almeida de Morais, no prédio sede do Ministério Público do Estado de São Paulo, localizado na Rua Riachuelo, 115, 9º andar.

AVISO Nº 469/2025 - PGJ-CAT, DE 23/06/2025

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, AVISA aos membros e servidores do Ministério Público e ao público em geral que, nos dias 17 e 18 de junho de 2025, ficam suspensos o expediente forense presencial e os prazos dos procedimentos extrajudiciais físicos em curso na Promotoria de Justiça de Tietê, localizada na Avenida Onze de Agosto, 130 - Tietê - SP, em razão de reforma hidráulica no edifício do fórum local.
Avisa, outrossim, que, na referida data, as atividades se regerão pelas regras estabelecidas no Comunicado Conjunto n. 1351/2020, referente ao trabalho remoto.
(SEI n. 29.0001.0066932.2025-30)

EMENTAS

EMENTAS CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO A CRIMINAL / B CÍVEL, DE 23/06/2025

SIS nº 0008.0000333/2025
Promotoria de Justiça de Repressão à Sonegação Fiscal
Decisão: DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO
SIS nº 0719.0000865/2025
Promotoria de Justiça de São José dos Campos
Decisão: DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO
SIS nº 1618.0000163/2025
Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância - GECRADI
Decisão: DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO
SIS nº 0007.0001822/2025
Promotoria de Justiça de Repressão à Sonegação Fiscal
Decisão: DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO
B - Cível
Protocolado SIS n. 0382.0000122/2025
Conflito de Atribuições
Suscitante: 4º Promotor de Justiça de Santa Cruz do Rio Pardo
Suscitado: 1º Promotor de Justiça de Piraju

Conflito negativo de atribuições. Notícia de fato. Patrimônio Público. Possível omissão do Município de Timburi de convocar aprovados em concurso público. Eventual ilícito que é imputável a agentes públicos do Município. Atribuição do Promotor de Justiça suscitado. Conflito conhecido e provido.

1. Notícia de fato anônima consistente em suposta omissão do Município de Timburi (Comarca de Piraju) de convocar aprovados em concurso público.

2. Elementos concretos até aqui colhidos que indicam que eventual ilícito funda-se em condutas administrativas de agentes públicos do Município de Timburi, ainda que tenham eles se utilizado do vínculo entre o Município e consórcio intermunicipal para a concretizá-los.

3. Conflito conhecido e dirimido, cabendo ao 1º Promotor de Justiça de Piraju prosseguir na investigação.

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 214/2025 - CSMP - EDITAL, DE 13/06/2025

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que se acham abertas até o próximo dia **25.06.2025** (cf. LCE nº 734/93, art. 144, caput e parágrafo único) as inscrições ao concurso para os cargos vagos, adiante indicados.

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
PROMOÇÃO ANTIGUIDADE
4º Promotor de Justiça de Caçapava
2º Promotor de Justiça de Ibiúna
3º Promotor de Justiça de Itapira
3º Promotor de Justiça de Penápolis
1º Promotor de Justiça de Valinhos
3º Promotor de Justiça Regional de Campinas
4° Promotor de Justiça de Arujá
2º Promotor de Justiça Auxiliar de Campinas
1° Promotor de Justiça de Embu-Guaçu
1° Promotor de Justiça de Ibiúna
2° Promotor de Justiça de Mairiporã
4° Promotor de Justiça de Mirassol
4° Promotor de Justiça de Penápolis
2° Promotor de Justiça de Peruíbe
4° Promotor de Justiça de Peruíbe
5° Promotor de Justiça de Ubatuba
PROMOÇÃO MERECIMENTO
1º Promotor de Justiça de Caçapava
2º Promotor de Justiça de Itapira
1º Promotor de Justiça de Monte Mor
1º Promotor de Justiça de Presidente Venceslau
2º Promotor de Justiça Regional de Campinas
3° Promotor de Justiça de Arujá
2° Promotor de Justiça de Caieiras
6° Promotor de Justiça de Cubatão
2° Promotor de Justiça de Embu-Guaçu
1° Promotor de Justiça de Mairinque
2° Promotor de Justiça de Matão
2° Promotor de Justiça de Mococa
6° Promotor de Justiça de Penápolis
3° Promotor de Justiça de Peruíbe
4° Promotor de Justiça de São Sebastião

4° Promotor de Justiça de Valinhos

AS INSCRIÇÕES SERÃO REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE POR INTERMÉDIO DO ATENDIMENTO AO INTEGRANTE (RH DIGITAL, DENTRO DO SIS MP INTEGRADO - SOLICITAÇÕES - PROVIMENTO DE CARGOS).

AVISO Nº 221/2025 - CSMP, DE 18/06/2025

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, AVISA aos interessados que a ordem do dia da sessão pública administrativa a se realizar no dia 24/06/2025, é a seguinte:

I. LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA

Sessão Administrativa:

1. Promotor(a) de Justiça no Conselho Superior - Apresentação do Doutor Oriel da Rocha Queiroz, 2º Promotor de Justiça de Marília - Tema: "Coleta seletiva";

2. Apresentação de tese de Doutorado. Interessado: Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira, 1º Promotor de Justiça de Tupã (SEI! nº 29.0001.0009652.2023-28 – Relator Conselheiro Doutor Delton Pastore);

3. Pedidos de autorização para residir fora da Comarca. Interessados: 3.1. Doutor Glauco Souza Azevedo, 2º Promotor de Justiça de Amparo (SEI! nº 29.0001.0065189.2025-46 – Relator Conselheiro Doutor Delton Pastore); 3.2. Doutor Tiago Antonio de Barros Santos, 6º Promotor de Justiça de Pindamonhangaba (SEI! nº 29.0001.0067449.2025-39 – Relatora Conselheira Doutora Nathalie Malveiro).

Sessão Plenária e de Turmas:

4. Julgamento dos protocolados publicados nos AVISOS respectivos da Secretaria Executiva do Conselho Superior.

II. COMUNICAÇÕES SOBRE MOVIMENTO DA SECRETARIA

AVISO ARTIGO 208-RI:

418 protocolados publicados em 17.06.2025.

DISTRIBUIÇÕES:

713 protocolados distribuídos até 18.06.2025.

(Republicado por necessidade de retificação – DOE de 23.06.2025)

AVISO Nº 227/2025 - CSMP, DE 23/06/2025

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO avisa nos termos do artigo 208 de seu Regimento Interno, e para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que se encontram, virtualmente, à disposição das associações legitimadas, mediante peticionamento eletrônico através do e-mail expediente.conselho@mpsp.mp.br, pelo prazo de 10(dez) dias, os seguintes procedimentos:

FUNDAÇÃO
Nº MP: 43.0156.0000725/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: MARIA SECONI MOMENTI ANTUNES, Jorge Augusto Roque Souza , Funtec Comercio e Servicos Em Metais Ltda e ISAAC DALCOL ANTUNES
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0156.0000747/2022-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: ANÔNIMO e ROBSON DA SILVA DIAS
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0156.0001892/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: CORREGEDORIA MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0156.0004149/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: LUCIANA BULLAMAH STOLL e PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO
Tema: FLORA e UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9985/2000)
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0156.0004887/2024-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: ANA CAROLINA MUNHOZ DA SILVA DIAS e Ana Carolina Munhoz da Silva Dias
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0156.0004896/2023-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: Fernando Mil Homens Moreira
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA URBANA (INCLUI PARCELAMENTO DO SOLO E APP URBANOS)
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0156.0006800/2019-8 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0156.0007273/2021-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: Ana Carolina Paccagnella
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0000143/2025-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados:
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0161.0000605/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados:
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0161.0001447/2024-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região e Avdv Estetica Ltda
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0161.0001562/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados: Tim S A e Beatrice Victoria Marchi Dolce Fachini Ciferri Guedes
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0167.0000060/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Bernardo do Campo
Interessados: João Antonio Machado Cardoso Filho e DANILO LIMA
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0167.0000285/2022-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Direitos Humanos
Interessados: PABLO CAUÃ SILVESTRE BATISTA DA SILVA e ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PRO-SOCIAL NASCER DE NOVO
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e SAÚDE MENTAL
Assunto: IRREGULARIDADES NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0167.0001540/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Bernardo do Campo
Interessados: Francisco Carlos Amaro
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0182.0000228/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Adamantina
Interessados: CARLOS VINICIUS FERMINO RODRIGUES
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0182.0000548/2024-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Adamantina
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0187.0000473/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Americana
Interessados: MARCELO MASOCA
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 14.0192.0000217/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Aparecida
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0197.0000117/2022-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Arujá
Interessados: CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ, ROBERTO DANIEL DUARTE, UELTON DE SOUZA ALMEIDA, INSTITUTO DESPORTIVO CÍCERO DEMÉTRIO DA SILVA e PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARUJÁ
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0205.0000087/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Barretos
Interessados: Patrícia Souza Viana, Marcelo da Cunha Borges, Servico Autonomo de Agua e Esgoto de Barretos e Andreia Cristina Lopes
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0205.0000115/2025-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Barretos
Interessados: Camara Municipal de Barretos, Municipio da Estancia Turistica de Barretos e Renato Barbosa Pim Pereira
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0205.0001868/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Barretos
Interessados: Santa Casa de Misericordia de Barretos
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0206.0000677/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados: Perfect Pay Tecnologia, Servicos e Intermediacao Ltda
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0208.0000210/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Bebedouro
Interessados:
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0214.0000011/2025-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Botucatu
Interessados: Maria Aparecida Gomes
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0215.0000262/2019-7 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Bragança Paulista
Interessados: REINALDO PELUSO SPERANDIO e ILE DE FRANCE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0219.0000024/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Buritama
Interessados: Prefeitura de Buritama e Ferdinando Galera
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0220.0000326/2024-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Caçapava
Interessados: Municipio de Cacapava, Douglas Messias de Oliveira e Adega Original - Moisés Simão Costa
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0222.0000007/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Caconde
Interessados: José Afonso de Paiva
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0223.0000168/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cafelândia
Interessados: PREFEITURA CAFELANDIA
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0223.0000244/2024-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cafelândia
Interessados:
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0229.0000051/2025-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cananéia
Interessados: Diretor do Departamento de Saude
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0231.0000140/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Capão Bonito
Interessados: Associação Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Capão Bonito
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0233.0000026/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Caraguatatuba
Interessados: SOCIEDADE AMIGOS DA BANDA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE CARAGUATATUBA e TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0233.0000282/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Caraguatatuba
Interessados: Luana Katarine R. de Souza e Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0233.0000517/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Caraguatatuba
Interessados: VALERIA SOARES, PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA e ADEV ORGANIZAÇÃO SOCIAL AMIGOS EM DEFESA DA VIDA
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0235.0000111/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cardoso
Interessados: WELLINGTON CARLOS DE OLIVEIRA
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0236.0000008/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Casa Branca
Interessados: ROHR INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A e Municipio de Casa Branca
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/INCLUSÃO SOCIAL
Nº MP: 14.0245.0000787/2024-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cotia
Interessados: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COTIA e SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COTIA
Tema: SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PÚBLICA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0247.0000631/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cruzeiro
Interessados: Santa Casa de Misericordia de Cruzeiro
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0247.0001657/2023-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cruzeiro
Interessados: FLAVIANI FONSECA GARCIA
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0247.0002276/2023-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cruzeiro
Interessados: Antonio Carlos Marciano
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0247.0002711/2023-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cruzeiro
Interessados: Servico Autonomo de Agua e Esgoto e Delma Lucia Ferraz
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0257.0000078/2012-4 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Embu-Guaçu
Interessados: DELSERVICE AUTOPEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA-ME, RONALDO APARECIDO BUENO, CLODOALDO LEITE DA SILVA e MUNICIPIO DE EMBU GUAÇU
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0258.0000076/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Espírito Santo do Pinhal
Interessados: Municipio de Espirito Santo do Pinhal, Aptiv Manufatura e Servicos de Distribuicao Ltda. e TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0263.0000045/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Fartura
Interessados:
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 42.0268.0000227/2023-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franco da Rocha
Interessados: JURANDIR LIMA DE SOUZA
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA
Assunto: ÁGUA
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0268.0000298/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franco da Rocha
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA e TRANSPORTE
Assunto: ÔNIBUS
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0269.0000157/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Gália
Interessados: EBER ROGERIO ASSIS e Luciana Rodrigues Andery Amorim
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0277.0001229/2023-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Guariba
Interessados:
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO

Nº MP: 14.0279.0000254/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo
Interessados: Alessandra Guedes dos Santos
Tema:
Assunto:
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
Nº MP: 14.0282.0000036/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Iepê
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0283.0000113/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Igarapava
Interessados: FUNDAÇÃO FAFIPA
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0283.0000199/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Igarapava
Interessados: Edson dos Santos Filho, Daniel Flauzino Gomes e Municipio de Buritizal
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0284.0000009/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Iguape
Interessados: CONFIATTA CONSULTORIA E GESTÃO LTDA EPP, ARVPLAN CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL e Gestão Pública, Auditoria Contábil, Assessoria e Consultoria em Administração Municipal S/S LTDA - EPP (GEPAM)
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0284.0000193/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Iguape
Interessados: MARA CRISTINA DE SOUZA SANTOS
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 42.0284.0000286/2023-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Iguape
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0286.0000117/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ilhabela
Interessados: Municipio de Ilhabela, Dp Barros - Pavimentacao e Construcao Ltda, Antonio Luiz Colucci e Luis Henrique Homem Alves
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0286.0000441/2021-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ilhabela
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO e PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: LICITAÇÃO / IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0295.0000560/2023-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Itapeva
Interessados: Alessandra Godoy dos Santos Pimentel e Municipio de Itapeva
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0303.0000026/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Itariri
Interessados: Marcos e Dalea
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0303.0000085/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Itariri
Interessados:
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0306.0000448/2023-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Itu
Interessados: OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, JARDIM MONTE REI EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA e PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU
Tema: INFRAESTRUTURA URBANA e PODER PÚBLICO E OBRAS / SERVIÇOS IRREGULARES
Assunto: LICENCIAMENTO EM PARCELAMENTO DE SOLO/IRREGULARIDADES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0308.0000226/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Jaboticabal
Interessados: Vanessa Goncalves, Servico de Apoio As Micro e Peq Empresas de Sao Paulo e Marisa Madalena Caldana
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0308.0000265/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Jaboticabal
Interessados: Leonel Augusto Goncalves da Silva
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0308.0000366/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Jaboticabal
Interessados: Municipio de Taiuva
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0316.0000112/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de José Bonifácio
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0316.0000180/2024-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de José Bonifácio
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0319.0000070/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Laranjal Paulista
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA, Marcio Jose Garpelli e VERA LUCIA MARIOSI VENTRIS
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 43.0321.0000085/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista
Interessados: Regiane Maria Soares
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0324.0000225/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Lorena
Interessados:
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0324.0001378/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Lorena
Interessados:
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0324.0001427/2024-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Lorena
Interessados: JORGE LUIS CARNEIRO JUNIOR
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0325.0000338/2024-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Lucélia
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0328.0000010/2019-0 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mairiporã
Interessados: ERIK DE MATTOS e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0328.0000138/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mairiporã
Interessados: LAR SÃO VICENTE DE PAULO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0328.0000401/2021-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mairiporã
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÃ, SECRETARIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA e EDUARDO MEDEIROS TRANSPORTE LTDA
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0334.0000553/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mauá
Interessados: Prefeitura de Mauá e ANONIMO
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0334.0000650/2024-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mauá
Interessados: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Câmara Municipal de Mauá e Prefeitura Municipal de Mauá
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0335.0000104/2014-9 - 2 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Miguelópolis
Interessados: USINA ALTA MOGIANA
Tema: FLORA
Assunto: SUPRESSÃO OU DANOS À VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA RURAL (FORA DE APP)
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.0341.0000248/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mogi das Cruzes
Interessados: Renan dos Santos Carvalho
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.0341.0000702/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mogi das Cruzes
Interessados:
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0342.0000322/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mogi Guaçu
Interessados: AJ Funilaria
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 66.0342.0000770/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mogi Guaçu
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0343.0000298/2024-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mogi Mirim
Interessados: CLAUDIO BARATELLA e MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 43.0346.0000147/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Monte Aprazível
Interessados: Municipio de Monte Aprazivel
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0346.0000182/2025-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Monte Aprazível
Interessados: Prefeitura de Monte Aprazível
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 42.0346.0000625/2024-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Monte Aprazível
Interessados: Joao Carlos Bignotti
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0350.0000010/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Nhandeara
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0351.0000055/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Nova Granada
Interessados: ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0351.0000133/2016-3 - 5 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Nova Granada
Interessados: ANA CÉLIA RIBEIRO ARROYO SALVADOR e REJANE HENRIQUE CARVALHO
Tema: SANEAMENTO - ÁGUA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0358.0000314/2023-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ourinhos
Interessados: Cristina de Oliveira Correa, LUCAS POCAY ALVES DA SILVA e LUCAS SHOITI PINHEIRO SUZUKI
Tema: SERVIDOR PÚBLICO E AGENTE POLÍTICO
Assunto: AGENTE PÚBLICO / DIREITOS / DEVERES / PROIBIÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0364.0000019/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Paraguaçu Paulista
Interessados: Santa Casa de Misericordia de Paraguacu Paulista
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0364.0000111/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Paraguaçu Paulista
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0364.0000266/2024-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Paraguaçu Paulista
Interessados: Usina Ibéria
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0367.0000047/2022-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Patrocínio Paulista
Interessados: MARIA FÁTIMA MARQUES e RENATA PIMENTA DE SOUZA
Tema: FLORA
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0370.0000766/2017-8 - 4 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Pederneiras
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS e 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDERNEIRAS
Tema: PARCELAMENTO DO SOLO
Assunto: LOTEAMENTO IRREGULAR
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0379.0000030/2025-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Piquete
Interessados: Luiz Humberto Leite da Silva, Romulo Kazimierz Luszczynski e Pedro Messias da Silva
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0379.0000036/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Piquete
Interessados: LUCAS EVANGELISTA DO PRADO LEAL, CLAUDINEI LUIZ DE MORAES, Romulo Kazimierz Luszczynski, CHRISTIANE FRANCO DA SILVA e ANDRÉ LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS UCHOAS
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0379.0000376/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Piquete
Interessados: Luiz Humberto Leite da Silva, Romulo Kazimierz Luszczynski e Sandro Willians Ribeiro da Silva
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0379.0000412/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Piquete
Interessados: Romulo Kazimierz Luszczynski
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0383.0000227/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Pirajuí
Interessados: Prefeitura Municipal de Reginópolis e Jefferson Augusto Rodrigues Buava
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/INCLUSÃO SOCIAL
Nº MP: 43.0385.0000074/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Pirassununga
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0387.0000083/2024-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Pitangueiras
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0387.0000260/2023-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Pitangueiras
Interessados: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0395.0000667/2024-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Praia Grande
Interessados: ALEXANDRE JOSÉ DOS SANTOS e Município de Praia Grande
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0402.0000078/2022-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Queluz
Interessados: Jairo Felipe Felix dos Santos e Municipio de Areias
Tema: PATRIMÔNIO HISTÓRICO / CULTURAL (BEM TOMBADO OU NÃO)
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0404.0000051/2020-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Regente Feijó
Interessados: LUCIA INEZ ROSSETO, VAUTEMI CHAVES CAMELO DE FREITAS e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema: FLORA

Assunto: INTERVENÇÕES EM ÁREA RURAL COM OU SEM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0404.0000104/2024-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Regente Feijó
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0406.0000245/2022-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Bonito
Interessados: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SAO PAULO e PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO BONITO
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA e IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CONCURSO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0411.0000080/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Rosana
Interessados: Claudemir Peres Francisco de Oliveira e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0417.0000368/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Santa Bárbara d'Oeste
Interessados: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO e Municipio de Santa Barbara D'oeste
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0420.0000296/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Rio Pardo
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0422.0001013/2018-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Santa Isabel
Interessados: AUTO VIAÇÃO SUZANO LTDA , ALEXANDRE MORAIS DE PAULA e PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL
Tema: IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS - NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO (LEI 7347/1985)
Assunto: CONTRATAÇÃO / DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0431.0000043/2025-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Joaquim da Barra
Interessados:
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 43.0431.0000106/2025-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Joaquim da Barra
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0437.0000127/2022-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Miguel Arcanjo
Interessados: VOLTA PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo e CARLOS SOGUMO
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0439.0000281/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Roque
Interessados: CLARICE VERALDI DE TOLEDO, andrea rondinelli campos de toledo e Prefeitura do Municipio de São Roque
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0444.0000799/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Vicente
Interessados: JEOCAZ DE JESUS SILVA e INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL IBAM
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 43.0446.0000070/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Serrana
Interessados: Município de Serrana
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.0446.0000124/2024-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Serrana
Interessados: Conselho Tutelar de Serrana
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0446.0000145/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Serrana
Interessados: Irmandande Santa casa e alguns funcionários
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0447.0000135/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Sertãozinho
Interessados:
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 43.0450.0000110/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Sumaré
Interessados: CRISTIAN SCHIBELSKY
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0450.0000137/2024-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Sumaré
Interessados: Gilvanilso gonçalves e CPFL
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0453.0000068/2024-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
GAEMA - Núcleo Pardo
Interessados: Municipio de Tambau
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0454.0000067/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Tanabi
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0457.0000006/2024-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Tatuí
Interessados: JORGE LUIZ DE MORAES
Tema: FLORA
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0461.0000095/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Tremembé
Interessados: Clemente Antonio Lima Neto e Adriano dos Santos
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000018/2023-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados: Isael da Silva Lanchonete e ADVOGADA - TATIANA DE ALBURQUEQUE RODRIGUES
Tema: POLUIÇÃO SONORA
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0482.0000098/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados: Bar Boto Eletrico Ltda
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0482.0000270/2023-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000484/2019-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados:
Tema: SANEAMENTO - RESÍDUOS
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000542/2023-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000751/2024-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados: SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Sigiloso
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0482.0000760/2024-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados: Kelly Cristina Cavalcante
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0555.0005506/2022-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Osasco
Interessados:
Tema: ÁREA DE RISCO, CIRCULAÇÃO, INFRAESTRUTURA URBANA e SEGURANÇA
Assunto: EM EDIFICAÇÕES
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0609.0000080/2025-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Iacanga
Interessados: Juliana Batista de Camargo, Edna Mara Gil dos Santos e Osvaldo Lopes Barbosa
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 43.0612.0000086/2025-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Itajobi
Interessados: Sidiomar Ujaque
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 14.0616.0000165/2023-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Paranapanema
Interessados: Município da Estância Turística de Paranapanema
Tema: MEDIDAS DE PROTEÇÃO
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0665.0000086/2023-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Nazaré Paulista
Interessados: OXITENO S.A. IND. E COM., QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA. e SUN BAD ESPECIALIDADES QUÍMICAS
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0665.0000165/2023-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Nazaré Paulista
Interessados: MARA ALVES DA SILVA (EX-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO) e PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES, BENEDITO RODRIGUES DA SILVA FILHO (PREFEITO)
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0670.0000478/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Jundiaí
Interessados: Cleber Raimundo de Oliveira e Conselho municipal de saúde
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 42.0670.0004655/2024-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Jundiaí
Interessados: Cleide medea
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0674.0000687/2022-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Caetano do Sul
Interessados: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL e MUNICIPIO DE SÃO CAETANO DO SUL
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA e IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS - ART. 11 DA LIA
Assunto: AGENTE PÚBLICO / CARGO COMISSIONADO
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0678.0002169/2023-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Taubaté
Interessados: Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Jacques Felix, E.R. Serviços Operacionais Ltda e RB Manutenção Industrial
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000324/2025-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: ASSOCIAÇÃO GUARUJÁ VIVA, COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP) e ASSOCIAÇÃO GUARUJÁ VIVA (AGUAVIVA)
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000339/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS (CPTM), COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM e LUCAS FERREIRA BORGES
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000410/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: Ricardo Luis Reis Nunes, TABATA CLÁUDIA AMARAL DE PONTES (Deputada Federal), CAIO RICCIOPPO AZEVEDO e PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PGM/SP)
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0695.0000461/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: SIGILOSO e SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0000959/2023-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Caieiras
Interessados: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e SHEILA ADRIANA PALASTHY
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0695.0001053/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO e FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0695.0001106/2024-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: INSTAURADO DE OFÍCIO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO e SEPAT MULTI SERVICE LTDA.
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0702.0000043/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
GAEMA - Núcleo Pardo
Interessados: Municipio de Ribeirao Preto
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0704.0000008/2024-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Jacupiranga
Interessados: AGENARIO CALISTO BARBOSA
Tema: FLORA
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PROTEÇÃO AO IDOSO
Nº MP: 43.0710.0000643/2025-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Diadema
Interessados: Eva Gomes Gaspar
Tema:
Assunto:
SEGURANÇA PÚBLICA
Nº MP: 43.0710.0000663/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Diadema
Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 43.0711.0000096/2025-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Santo André
Interessados: Djalma de França Junior e 57.513.590/0001-73
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0712.0005546/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Sorocaba
Interessados: JÉSSICA RAFAELI AMARAL FERMINO e FELIPE SANTANA GODOI
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0714.0000190/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Carlos
Interessados: SAAE SAO CARLOS e Eric Fernando Teixeira
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0714.0000322/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Carlos
Interessados: Servico Autonomo de Agua e Esgoto e VALTER GOMES CORREA
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 42.0714.0000444/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Carlos
Interessados: CEVS - MARTINEZ ESTRELA DA MANHÃ LTDA. e VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE SÃO CARLOS - VISAM
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 43.0715.0000392/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Bauru
Interessados: Ariani Queiroz Sa
Tema:
Assunto:
CÍVEL
Nº MP: 43.0715.0001149/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Bauru
Interessados: C. R. Salotti Assessoria Condominial, e ALINE CAMARGO MAIA
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 14.0715.0002937/2024-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Bauru

Interessados: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU/SP
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0716.0000131/2025-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Marília
Interessados: Joao da Silva e Maria Nathalina Vieira da Silva
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 66.0717.0000784/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São José do Rio Preto
Interessados: SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA/SDA
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 43.0719.0000567/2025-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São José dos Campos
Interessados: Márcia Maria Boschi
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0719.0000993/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Taubaté
Interessados: 1ª Corregedoria Auxiliar de São José dos Campos – Policia Civil e Fernando Hélio da Silva de Oliveira
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0720.0000960/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Presidente Prudente
Interessados: Carolina Manzoni Luz
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 14.0720.0003184/2024-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Presidente Prudente
Interessados: APEOESP - SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SP, SEDUC, Diretoria de Ensino Região de Presidente Prudente e APEOESP
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 43.0720.0007177/2024-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Presidente Prudente
Interessados: Consorcio Intermunicipal do Oeste Paulista e Municipio de Presidente Prudente
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0722.0000115/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franca
Interessados: Maria Jose de Souza Silva e Guarda Civil Municipal de Franca
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0722.0000632/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franca
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0722.0000664/2024-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franca
Interessados: Polícia Militar Ambiental e Leonildo Fernando de Souza
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0722.0000836/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franca
Interessados: Guarda Civil Municipal de Franca e Liomarque Xavier de Sousa
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 42.0722.0001014/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franca
Interessados: TJSP - DEPRE e Município de São José da Bela Vista
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0722.0001139/2024-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Franca
Interessados: Polícia Militar Ambiental, Cicero Fabiano Rodrigues da Silva, Abrao Santos da Silva, Luiz Carlos da Silva, Jose Fernandes de Souza e Priscila Abrao Silva
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0725.0000268/2017-2 - 3 Volume(s) - 1 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: HOSPITAL DAS CLÍNICAS, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO e FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 42.0738.0000030/2024-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Grupo de Atuação Especial de Educação - GEDUC - Núcleo São Paulo
Interessados: SÂMIA DE SOUZA BOMFIM
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 42.0738.0000036/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Grupo de Atuação Especial de Educação - GEDUC - Núcleo São Paulo
Interessados: Fabiana Quartarollo Martins
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 43.0738.0000311/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Grupo de Atuação Especial de Educação - GEDUC - Núcleo São Paulo
Interessados: Céu guarapiranga e MIRIAN CAMPOS DE MATOS
Tema:
Assunto:
EDUCAÇÃO
Nº MP: 43.0738.0000313/2025-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Grupo de Atuação Especial de Educação - GEDUC - Núcleo São Paulo
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.0738.0000530/2024-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados: Municipio de Sao Paulo
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0739.0001956/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São José dos Campos
Interessados: Bar do fumaça
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 66.0739.0003424/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados: Lirius Suplementos Ltda e José Ricardo Ferreira Lima
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 14.0739.0007688/2021-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Direitos Humanos
Interessados: PREVENT SENIOR
Tema: HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0739.0011103/2025-5 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Bernardo do Campo
Interessados: Subinspetor Martins
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.0739.0016496/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Diadema
Interessados: Grupo Versati Versati Incorporadora e Construtora LTDA
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 43.0739.0018078/2023-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo
Interessados: JOANA TRINDADE MEIRA e CDHU
Tema: SEGURANÇA EM EDIFICAÇÕES
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0739.0018374/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de São Carlos
Interessados: LEANDRO D AGOSTINO AMARAL CONTI
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 14.0739.0019143/2023-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados: Ameplan Assistencia Medica Planejada Ltda., Julia Silva Queiroz e PROTOCOLO 1960505
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0739.0021010/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados: Foco Aluguel de Carros S/a e LEONCIO BARBOSA
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.0739.0021966/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: SANDRA TADEU, RICARDO LUÍS REIS NUNES, Vereadora Sandra Tadeu e Prefeito Ricardo Nunes e SIGILOSO
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.0739.0021982/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Cível de Campinas
Interessados: ZORA NEUSA GIMENES ALVARES e Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.0739.0026936/2025-3 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Mairinque
Interessados: CAMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.0739.0032188/2020-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Conchas
Interessados:
Tema: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PREJUÍZO AO ERÁRIO - ART. 10 DA LIA
Assunto:
SEGURANÇA PÚBLICA
Nº MP: 42.1181.0000074/2024-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Cesário Lange
Interessados: Ronaldo pães de Camargo e Adilson trentin
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/SAÚDE PÚBLICA
Nº MP: 66.1599.0005100/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto
Interessados: Ministério Público Federal PRSP
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.2443.0000091/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Cível de Araçatuba
Interessados: Solange Nery Rodrigues e MARCO ANTONIO SERELEPE FERREIRA
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.2447.0000107/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Cível de Campinas
Interessados: MUNICÍPIO DE CAMPINAS, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS e MARIANA CONTI TAKASHI
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.2447.0000141/2025-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Cível de Campinas
Interessados: LAR DOS VELHINHOS DE CAMPINAS
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 14.2447.0000157/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Cível de Campinas
Interessados: Marcelo Pelegrini Barbosa, Fabrício André Mendes Alvarenga, Companhia de Habitacao Popular de Campinas Cohab e Igecs - Instituto de Gestao de Cidades
Tema:
Assunto:
CONSUMIDOR
Nº MP: 43.2447.0000785/2025-1 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Consumidor
Interessados: PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA e Real Expresso Limitada
Tema:
Assunto:
HABITAÇÃO E URBANISMO
Nº MP: 66.2472.0000194/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Cível de Santos
Interessados: DANIEL WAGNER HADDAD
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.2472.0000366/2025-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Cível de Santos
Interessados: MUNICÍPIO DE SANTOS e OSC MAPAN
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 66.2580.0000023/2025-2 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital - Setor de Interesses Difusos e Coletivos
Interessados: A & D Web Eireli
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 43.2580.0000163/2025-0 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social
Interessados: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC), SIGILOSO, SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE SÃO PAULO e Fundação Carlos Chagas (FCC)
Tema:
Assunto:
INFÂNCIA E JUVENTUDE
Nº MP: 42.2580.0000389/2024-7 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Capital - Setor de Interesses Difusos e Coletivos
Interessados:
Tema:
Assunto:
PATRIMÔNIO PÚBLICO
Nº MP: 66.2606.0000028/2025-9 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica - Competência Originária Patrimônio Público
Interessados: Alexandre Rodrigues Ferreira
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 43.2617.0000005/2025-4 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente do Tietê/Sorocaba
Interessados:
Tema:
Assunto:
MEIO AMBIENTE
Nº MP: 14.2618.0000038/2023-8 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça do Meio Ambiente
Interessados: Sheila Maria de Sousa Feitosa 46442473830
Tema:
Assunto:
DIREITOS HUMANOS/PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Nº MP: 43.2618.0000190/2025-6 - 1 Volume(s) - 0 apenso(s)/anexo(s)
Promotoria de Justiça de Direitos Humanos - Pessoa com Deficiência
Interessados: GILBERTO BUSQUET DE SOUZA e Prefeitura de Sao Paulo
Tema:
Assunto:

AVISO Nº 228/2025 - CSMP, DE 23/06/2025

O Secretário do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Dr. Arthur Pinto de Lemos Júnior, nos termos do artigo 9º, incisos V e VI, § 3º, do Regimento Interno do CEAF, FAZ PÚBLICA a lista dos membros interessados na indicação de lista tríplice, de primeira e segunda Instâncias, para comporem o Conselho Curador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF/ESMP, em conformidade com o artigo 57, §3º da Lei Complementar 734/93, Biênio 2025-2027, já consideradas as desistências:

Lista	Class	Nome	Residência	Cargo	Início na Residência	Início na Carreira	Início no Cargo
II	233	Victor Eduardo Rios Gonçalves	Presidente	89º Procurador de Justiça Criminal	01/09/2019	29/12/1981	01/09/2019
II	649	José Roberto Furnach Júnior	Fiscal	47º Promotor de Justiça Criminal	01/03/2010	20/05/1996	01/03/2010
II	760	Jaime Meira do Nascimento Júnior	Fiscal	5º Promotor de Justiça de Pindamonhangaba	01/11/2017	09/08/2007	01/11/2017
III	26	Cláudia Maria Lico Habib Tofano	Intermediário	1º Promotor de Justiça de Serrãozinho	01/09/2005	02/12/1987	01/09/2005
IV	799	Gregório Edoardo Guarda Raphael Selingardi Guarda	Inicial	1º Promotor de Justiça de Tietê	01/11/2019	20/01/2015	01/08/2024

DIRETORIA GERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL, DE 25/06/2025

Processo nº: 008/2025 - CE - Código Único: 2025065853-7
Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Adiantamento - Despesas miúdas e de pronto pagamento Responsável: Erika Sola

AUTORIZO, com fundamento no item 3 da alínea "b" do inciso III do artigo 75 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, a despesa e a emissão da competente Nota de Empenho, no subelemento 339039.92, para os meses de julho a dezembro de 2025, em nome de Erika Sola, matrícula nº 3286, objetivando o pagamento de despesas miúdas e de pronto pagamento em regime de adiantamento, com prazo de aplicação a contar da data de emissão da Nota de Empenho até o último dia do mês para o qual foi concedido, nos termos do inciso XX do artigo 39 combinado com o artigo 42, ambos da Lei nº 10.320/68, observados os dispositivos legais em vigor.

CENTRO DE GESTÃO DE PESSOAS

CENTRO DE GESTÃO DE PESSOAS, DE 23/06/2025

Procuradoria-Geral de Justiça
Portaria do Procurador-Geral de Justiça de 17-6-2025

Concedendo aposentadoria, com fundamento no art. 40, §§ 1º, III e 3º da Constituição Federal de 1988, c.c. a Constituição Estadual de 1989, c.c. o art. 11, I, II, III, IV e V da L.C. 1.354/20, c.c. o art. 201, § 9º da Constituição Federal de 1988 e L.C. 269/81, a Valmir Gimenes, matr. 2137, Oficial de Promotoria I, Carreira II, Padrão C-12, do QPMPESP, fazendo jus aos proventos mensais integrais e com paridade aos servidores da ativa, nos termos do art. 11, §§ 2º, item 1 e 3º, item 1 da L.C. 1.354/20, correspondente a: Vencimento básico e Gratificação de Promotoria, prevista na L. 8.799/94, c.c. o art. 22 da L.C. 1.118/10, alterado pelo art. 8º da L.C. 1.302/17, calculada de acordo com o anexo II do Ato PGJ 121/17; revalorizada por despachos do PGJ, publicados nos D.O.s de 27/11/2019, 24/3/2022, 18/4/2023, 25/4/2024 e 13/5/2025; acrescidos de adicionais por tempo de serviço (5), a que se refere o art. 19, I, da L.C. 1.118/10 e sexta-parte dos vencimentos, prevista no art. 129 da Constituição Estadual de 1989, conforme consta do Processo CRH/MP 742/98.

Diretoria-Geral

Relação dos cargos e funções de Direção, Chefia e de Funções Gratificadas, organizada de acordo com o art. 80, do R.G.S., c.c. o art. 80, da L.C. 180/78, com a indicação devidamente aprovada de seus substitutos:

Unidade Administrativa - nº de ordem – Cargo ou Função – Referência – Nome do Titular do Cargo ou Função – Quadro-Substitutos: Nome – Cargo ou Função – Fundamento legal da organização do Órgão ou da criação do cargo ou função.

Alteração

Diretoria Regional da Capital

139. Subárea de Apoio Administrativo - Promotoria de Justiça de Direitos Humanos. Oficial de Promotoria Chefe, FC-04, Cargo vago, 1) Erika Kaori Miyagi Banno, matr. 10657, Oficial de Promotoria I, 2) Adriana Cipolla de Almeida, matr. 1858, Oficial

de Promotoria I, regulamentado pela Resolução 1.320/21 - PGJ e suas alterações. "Válida de 4/6/2025 a 3/7/2025".

Despachos do Diretor-Geral de 11-6-2025

Certidão de Tempo de Contribuição, para fins de Aposentadoria. Ratificação: Valmir Gimenes, matr. 2137. Ratifico a Certidão de Tempo de Contribuição 100/2025;

de 13-6-2025

Autorizando o cômputo dos tempos prestados por:

Amanda de Araujo Guimaraes, matr. 12831, nos períodos de 12/9/2011 a 31/7/2012, num total de 322 dias e 23/8/2013 a 2/6/2024, num total de 3.930 dias; Cauã Nogueira de Araujo, matr. 11384, nos períodos de 8/5/2013 a 17/7/2014 e 30/11/2014 a 30/12/2014, num total de 467 dias e 31/12/2014 a 7/5/2015, num total de 60 dias; Danielle Castanheira de Lima Rocha, matr. 11360, no período de 3/9/2012 a 16/5/2013, num total de 256 dias; Flavia Lias Sgobi, matr. 8531, no período de 5/5/2004 a 27/6/2005, num total de 419 dias; Gabriel de Moura Bahls, matr. 12837, nos períodos de 21/11/2016 a 19/12/2017, num total de 394 dias, 24/1/2018 a 25/12/2018, num total de 336 dias e 12/4/2019 a 30/11/2020 e 14/12/2020 a 15/2/2021, num total de 663 dias;

de 17-6-2025

Autorizando o cômputo dos tempos prestados por:

Bruna Bianca Brandalise Piva, matr. 11770, nos períodos de 24/10/2016 a 22/2/2018, num total de 483 dias e 3/8/2020 a 2/8/2022, num total de 730 dias; Felipe de Sousa Almeida, matr. 11547, no período de 10/9/2014 a 8/9/2016, num total de 727 dias; Flavio Antonio Rodrigues de Mello Filho, matr. 10174, no período de 8/2/2011 a 15/1/2013, num total de 707 dias; Maria Luisa Pressuto Capello, matr. 12571, no período de 10/8/2011 a 8/8/2013, num total de 730 dias; Marianne Rugno Oliveira, matr. 11553, nos períodos de 30/7/2014 a 28/7/2016, num total de 729 dias e 12/12/2016 a 25/8/2021, num total de 1.714 dias; Nayla Eloy da Cruz, matr. 11889, nos períodos de 13/9/2013 a 10/5/2015, num total de 596 dias e 13/1/2022 a 26/3/2023, num total de 435 dias;

Autorizando a rerratificação do despacho de 8, publicado no D.O. de 21/11/2024, que averbou o cômputo do tempo prestado por Bruno César Antunes Maranho, matr. 12282, no período de 17/6/2013 a 22/4/2015, num total de 675 dias, para constar nos termos do Assento 46-PGJ (Aviso 54/2025-PGJ, de 29/1/2025), e não como constou;

Indeferindo, por não atender à decisão exarada no Assento 42-PGJ (Aviso 419/2024-PGJ, de 3/7/2024), o cômputo do tempo prestado por Amanda Orsolon Machado dos Anjos, matr. 11008, no período de período de 1/8/2007 a 14/12/2017;

Indeferindo, por não atender ao disposto na Portaria MTP 1.467/22, o cômputo do tempo prestado por Amanda Orsolon Machado dos Anjos, matr. 11008, no período de 13/11/2014 a 27/11/2015;

Certidão de Tempo de Contribuição, para fins de Aposentadoria. Ratificação: William Paes Paulino, matr. 1936. Ratifico a Certidão de Tempo de Contribuição 111/2025;

de 18-6-2025

Autorizando os pedidos dos servidores para morar fora da comarca de unidade de lotação, protocolados SEI:

Juliana Gerbelli, 29.0001.0067081.2025-81; Regianne Aparecida Araujo de Sá, 29.0001.0068517.2025-12;

Deferindo o solicitado no processo SEI 29.0001.0069434.2025-85, nos termos do despacho exarado.

Centro de Gestão de Pessoas

Portarias da Diretora de 2-6-2025

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse no cargo de Analista Jurídico do Ministério Público, por 30 dias:

Aline de Oliveira Cabral, CPF ******607**; Amarilis Missako Eto Kobayashi, CPF ******548**; Ana Luiza Vasconcellos Coelho de Araujo, CPF ******374**; Artur Kim, CPF ******678**; Camila Barros Pessin, CPF ******218**; Cristiane de Oliveira Monteiro, CPF ******316**; Fernanda Duarte Oliveira, CPF ******257**; Gabriela Rasso Capoani, CPF ******059**; Gabriela Rudge Machado, CPF ******758**; Marilha Cannizza Bernardes da Rosa, CPF ******668**; Marilia Camargo Miyashiro, CPF ******128**;

de 9-6-2025

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse no cargo de Analista Jurídico do Ministério Público, por 30 dias:

Adriano Abdalla Abrahao, CPF ******118**; Alex Alves Bernardino, CPF ******278**; Allan Barsotti Alves, CPF ******838**; Ana Carolina Marques, CPF ******318**; Andreia Martins Teza Macedo, CPF ******438**; Barbara Ortega de Marco, CPF ******508**; Camila Pereira Silvestre, CPF ******798**; Cassiano Queiroz Avelar Silveira, CPF ******696**; Cesar Maximiano Duarte, CPF ******508**; Daniel Lemos de Oliveira Mattosinho, CPF ******908**; Debora Formenti Carvalho Ferro, CPF ******548**; Felipe Martins Donzelli, CPF ******248**; Flavia Luisa Ablas, CPF ******348**; Jessica Marques Tobal, CPF ******898**; Joao Paulo Amado Godoy, CPF ******508**; Marcela Vieira Marconi, CPF ******228**; Mateus Prandini Bianchi, CPF ******828**;

de 13-6-2025

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse no cargo de Analista Jurídico do Ministério Público, por 30 dias:

Adriano Soares Loes, CPF ******466**; Flavia Queiroz Barbosa, CPF ******986**; Gabriel Moura Aguiar, CPF ******578**; Gabriela Regina Silva Aguiar, CPF ******638**; Gabrieli Pinheiro Marques da Silva, CPF ******129**; Giedre Toledo Martins de Paula Campos, CPF ******058**; Hilario Roberto Comar de Souza, CPF ******018**; Igor Daniel Lima de Souza, CPF ******668**; Leticia Soares Padoan, CPF ******108**;

de 18-6-2025

Autorizando os pedidos dos servidores para morar fora da comarca de unidade de lotação, protocolados SEI:

Juliana Gerbelli, 29.0001.0067081.2025-81; Regianne Aparecida Araujo de Sá, 29.0001.0068517.2025-12;

Deferindo o solicitado no processo SEI 29.0001.0069434.2025-85, nos termos do despacho exarado.

Centro de Gestão de Pessoas

Portarias da Diretora de 2-6-2025

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse no cargo de Analista Jurídico do Ministério Público, por 30 dias:

Aline de Oliveira Cabral, CPF ******607**; Amarilis Missako Eto Kobayashi, CPF ******548**; Ana Luiza Vasconcellos Coelho de Araujo, CPF ******374**; Artur Kim, CPF ******678**; Camila Barros Pessin, CPF ******218**; Cristiane de Oliveira Monteiro, CPF ******316**; Fernanda Duarte Oliveira, CPF ******257**; Gabriela Rasso Capoani, CPF ******059**; Gabriela Rudge Machado, CPF ******758**; Marilha Cannizza Bernardes da Rosa, CPF ******668**; Marilia Camargo Miyashiro, CPF ******128**;

de 9-6-2025

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse no cargo de Analista Jurídico do Ministério Público, por 30 dias:

Adriano Abdalla Abrahao, CPF ******118**; Alex Alves Bernardino, CPF ******278**; Allan Barsotti Alves, CPF ******838**; Ana Carolina Marques, CPF ******318**; Andreia Martins Teza Macedo, CPF ******438**; Barbara Ortega de Marco, CPF ******508**; Camila Pereira Silvestre, CPF ******798**; Cassiano Queiroz Avelar Silveira, CPF ******696**; Cesar Maximiano Duarte, CPF ******508**; Daniel Lemos de Oliveira Mattosinho, CPF ******908**; Debora Formenti Carvalho Ferro, CPF ******548**; Felipe Martins Donzelli, CPF ******248**; Flavia Luisa Ablas, CPF ******348**; Jessica Marques Tobal, CPF ******898**; Joao Paulo Amado Godoy, CPF ******508**; Marcela Vieira Marconi, CPF ******228**; Mateus Prandini Bianchi, CPF ******828**;

de 13-6-2025

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse no cargo de Analista Jurídico do Ministério Público, por 30 dias:

Adriano Soares Loes, CPF ******466**; Flavia Queiroz Barbosa, CPF ******986**; Gabriel Moura Aguiar, CPF ******578**; Gabriela Regina Silva Aguiar, CPF ******638**; Gabrieli Pinheiro Marques da Silva, CPF ******129**; Giedre Toledo Martins de Paula Campos, CPF ******058**; Hilario Roberto Comar de Souza, CPF ******018**; Igor Daniel Lima de Souza, CPF ******668**; Leticia Soares Padoan, CPF ******108**;

de 18-6-2025

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse nos referidos cargos, por 30 dias:

Analista Jurídico do Ministério Público: Cintia Biaforo Jyo, CPF ******268**; Fernanda Gasque Coutinho, CPF ******238**; Fernanda Mendes Piovesan, CPF ******578**; Gabriel Carrilho, CPF ******188**; Haissa Vivi Zangali, CPF ******458**; Helder Koji Uchiyama, CPF ******358**; Jessica Gardim da Silva, CPF ******278**; Joao Felipe Bercot dos Santos Casado, CPF ******918**; Julio Cesar Graton Pagnosi, CPF ******668**; Livia Costa Barbosa Iotti, CPF ******741**; Marcio Carlini Pereira, CPF ******566**; Matheus Francisco Benevides Pereira, CPF ******688**; Max Allan da Silva Manso Gomes, CPF ******441**; Melina Kana Nishikawa, CPF ******688**; Monique Hiromi Bernhardt Hayashi, CPF ******539**; Mylena Goncalves, CPF ******698**; Natalia Lopes de Oliveira, CPF ******888**; Nicole Santos Sahao, CPF ******029**; Olenka Neuza Serrao Colares, CPF ******062**; Paola Jardim de Oliveira e Silva, CPF ******028**; Patricia Goes Goncalves, CPF ******918**; Pedro Bevilaqua Moreira Pereira Silva, CPF ******308**; Pedro Paulo Gonzaga dos Santos, CPF ******266**; Rafael Campos de Oliveira, CPF ******498**; Renata Andressa Pimenta Dutra, CPF ******586**; Renata Leal Nogueira Rego, CPF ******783**; Simone Christina Carvalho de Oliveira, CPF ******318**; Thiago de Avila Pinto Coelho Fagundes, CPF ******466**; Vanessa Cristina dos Santos, CPF ******588**; Vinicius Goncalves Borges, CPF ******098**; Vitoria Cepera Rufino, CPF ******258**; Oficial de Promotoria I: Amanda Ferreira Borges, CPF ******178**; Artur Selverio Marques do Rosario, CPF ******498**; Daniel da Silva Arnau, CPF ******029**; Diego Giollo Brugnerotto, CPF ******038**; Isadora Thomaz Ribeiro, CPF ******558**; João Vittor Bezerra da Costa, CPF ******928**; Lucas Felipe de Oliveira, CPF ******548**; Mycke Henrique Barros Soares, CPF ******109**;

de 23-6-2025

Exonerando, nos termos do art. 58, I, § 1º, item 1, da L.C. 180/78, a pedido e a partir de 23/6/2025, Andreza Grisi Macedo de Almeida, matr. 12212, do cargo de Analista Jurídico do Ministério Público, do QPMPESP, em virtude de ter sido nomeada para outro cargo público;

Prorrogando, nos termos do art. 52, § 1º, da L. 10.261/68, c.c. o art. 11, da L.C. 1.118/10, e à vista dos requerimentos apresentados pelos candidatos, conforme publicação no D.O. de 26/5/2025, o prazo para posse nos referidos cargos, por 30 dias:

Analista Jurídico do Ministério Público: Rafael Alexandre de Sousa, CPF ******508**; Oficial de Promotoria I: Luiz Gustavo Silva Vieira, CPF ******856**;

Declarando sem efeito, nos termos do art. 52, § 3º, da L. 10.261/68, a portaria de 14, publicada no D.O. de 16/4/2025, na parte em que nomeou para Área Regional da Capital e Grande São Paulo, Felipe de Oliveira Taddei, CPF ******668**, constante da Lista Geral de Classificação, para exercer em caráter efetivo e em Jornada Completa de Trabalho o cargo de Auxiliar de Promotoria I (Administrativo), Padrão A-01, Carreira III, a que se refere o art. 5º, da L.C. 1.118/10, alterada pela L.C. 1.302/17, do QPMPESP, classificado na Procuradoria-Geral de Justiça, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal.

Apostila da Diretora de 18-6-2025

Lavrada no título de nomeação de Odacir de Mattos Filho, RG ****580, alterando o número de sua Cédula de Identidade para ****580-9.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

ATO NORMATIVO DPG Nº 296, DE 10 DE ABRIL DE 2025

Institui o "Comitê para estudos sobre padronização e expansão do atendimento prestado pela Defensoria Pública de São Paulo para as mulheres vítimas de violência doméstica" com o intuito de sistematizar as práticas já existentes de atendimento pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, bem como sugerir uniformização e melhorias.

CONSIDERANDO que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo tem como função institucional, dentre outras, exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, conforme artigo 4º, inciso XI da Lei complementar 80/94;

CONSIDERANDO que a mulher em situação de violência doméstica e familiar encontra-se em vulnerabilidade social extrema, com o aumento de 9,8% de casos de violência doméstica e a ocorrência de um feminicídio a cada 6 horas, conforme 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho de 2024, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública;

CONSIDERANDO que essa vulnerabilidade social extrema enseja estratégias e fluxos especializados para o atendimento rápido e eficiente;

e CONSIDERANDO ainda a existência de atendimentos especializados em funcionamento na Defensoria Pública que necessitam ser uniformizados, avaliados e aprimorados;

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, com fundamento no artigo 19, incisos II, III e IV da Lei Complementar Estadual º 988/2006, RESOLVE:

Art. 1° Instituir, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, o Comitê para estudos sobre padronização e expansão do atendimento prestado pela Defensoria Pública de São Paulo para as mulheres vítimas de violência doméstica com as seguintes atribuições:

I – sistematizar as iniciativas e atendimentos especializados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar já existentes;

II – promover a análise dessas iniciativas e propor o aprimoramento e uniformização do atual fluxo de agendamentos e atendimentos jurídico e multidisciplinar desses casos;

III – propor eventuais melhorias no sistema DOL e agendas, tendo em vista as especificidades e vulnerabilidades inerentes ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

IV – analisar os materiais institucionais e informativos já produzidos a respeito, atualizando-os e consolidando-os;

V – propor capacitações e treinamentos a respeito da temática.

§1° O Comitê funcionará pelo prazo de 03 (três) meses, prorrogável por igual período.

§2° O Comitê estabelecerá cronograma de realização das atividades, cujo resultado será a elaboração de relatório conclusivo que será submetido à Defensoria Pública-Geral.

Art. 2° O Comitê será composto por 1 (um/a) representante dos seguintes órgãos e áreas de atuação:

I – da Chefia de Gabinete;

II – da Primeira Subdefensoria Pública-Geral;

III – da Segunda Subdefensoria Pública-Geral;

IV – da Terceira Subdefensoria Pública-Geral;

V – do Conselho Superior da Defensoria Pública;

VI – da Corregedoria-Geral;

VII – da Ouvidoria-Geral;

VIII – da Assessoria Cível;

IX – da Assessoria da Qualidade de Atendimento;

X – da Assessoria da Equidade de Gênero;

XI – do Grupo de Apoio Interdisciplinar;

XII – da Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

XIII – do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa do Direito das Mulheres (NUDEM);

XIV – da Divisão de Atendimento Inicial Criminal (DAIC);

XV – da Divisão de Atendimento Inicial Especializado ao Público (DAIEP);

XVI – dos/as Defensores/as Públicos/as da Capital com atribuição em violência doméstica e familiar contra a mulher;

XVII – dos/as Defensores/as Públicos/as da Capital com atribuição em família;

XVIII – dos/as Defensores/as Públicos/as da Região Metropolitana com atribuição em violência doméstica e familiar contra a mulher;

XIX – dos/as Defensores/as Públicos/as Região Metropolitana com atribuição em família;

XX – dos/as Defensores/as Públicos/as do Interior com atribuição em violência doméstica e familiar contra a mulher;

XXI – dos/as Defensores/as Públicos/as do Interior com atribuição em família;

XXII – dos/as Defensores/as Públicos/as com atribuição cível e/ou cível/família e/ou infância cível/;

XXIII – dos/as Defensores/as Públicos/as com atribuição criminal e/ou infância infracional;

XXIV – do Ministério das Mulheres do Governo Federal;

XXV – da Secretaria Estadual de Políticas para a Mulher;

XXVI – da Coordenação de Políticas para Mulheres da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Cidade de São Paulo;

§1° A composição do Comitê deverá resguardar a representatividade de gênero, observando-se também as diversidades existentes no quadro de integrantes da Instituição;

§2° Os integrantes previstos nos incisos XVI a XXI serão designados pela Defensora Pública-Geral, com indicação prévia do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa do Direito das Mulheres, a indicação levará em consideração os estudos, trabalhos e experiências com a temática apresentadas pelos interessados/as, além da observância do disposto no parágrafo anterior;

§ 3º Os integrantes previstos nos incisos XXII e XXIII serão designados pela Defensoria Pública-Geral, após abertura prévia de inscrições e seleção realizada pelas/os integrantes do Comitê. A seleção observará o disposto no parágrafo anterior quanto às indicações.

Art. 3° Compete à Chefia de Gabinete a presidência dos trabalhos do Comitê, bem como a convocação de reuniões entre seus membros.

§1° As reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas mensalmente, preferencialmente por meio de videoconferência.

§2° Faculta-se ao Comitê a realizações de reuniões extraordinária, grupos de trabalho, bem como oficinas em caráter ampliado, com a participação de Defensores/as Públicos/as e servidores/as interessados/as, EDEPE, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e usuários/as da Defensoria Pública.

Art. 4° A Primeira Subdefensoria Pública-Geral será responsável pela coordenação administrativa do Comitê, devendo disponibilizar servidor/a para secretariar as reuniões e redigir as atas.

Art. 5° A Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE atuará como órgão observador no Comitê instituído por este Ato Normativo, podendo participar das reuniões, acompanhar as atividades e oferecer subsídios técnicos e pedagógicos voltados à formação e capacitação sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 6° O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, será incluído também como órgão observador a ser representado por membro analista de gênero e raça.

Art. 7° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

(Republicado por haver incorreções)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

COMUNICADO Nº 001, DE 23 DE JUNHO DE 2025

FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO - USP

Comunicado FMRP

A Diretoria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, à vista do artigo 222 do Regimento Geral da USP e seus parágrafos, comunica a homologação e torna público o resultado da eleição realizada para a representação discente (Graduandos) junto aos Colegiados desta Faculdade (Portaria D-10, de 16-04-2025, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 17-04-2025), como segue: ***Conselho do Departamento de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço:*** *Chapa eleita: Karine Eyng da Silva como representante e Livia Luiza Pinaso como suplente.* ***Conselho do Departamento de Puericultura e Pediatria: Chapa eleita:*** *Isabella Pacheco Ferreira como representante e Luana Gerace Alves como suplente, todas e todos com mandato de 01 ano, a contar de 03 de julho de 2025.*

FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS

PORTARIA FZEA Nº 33, DE 18 DE JUNHO DE 2025, DE 24 DE JUNHO DE 2025

Portaria FZEA Nº 33, de 18 de JUNHO de 2025

O Diretor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Carlos Eduardo Ambrósio, no uso de suas atribuições legais, baixa a seguinte portaria:

Art. 1º. Designar os agentes públicos abaixo relacionados, para comporem a **Comissão de Contratação,** Modalidade Concorrência, referente ao processo SEI nº 154.0000.5843/2025-23 que trata da contratação da obra de Ampliação do Hospital Veterinário – HOVET/FZEA (Sala de Tomografia), conforme previsto no artigo 8º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, no artigo 7º do Decreto Estadual nº 68.220/2023 e demais disposições pertinentes.

Agentes de Contratação

Cláudio Silva Cardoso – Nº Funcional: 3589340

Jean Lucas Velloso (Presidente) – N° Funcional: 15730614

Ricardo Siqueira Lopes – Nº Funcional: 2027337

Agentes de Contratação (substitutos):

Aristeu Ferreira Barros – N° Funcional: 250891

Alessandra Cristina das Neves Boldrini – N° Funcional: 2503085

Art. 2º. Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a **Equipe de Apoio,** conforme disposto no artigo 10 do Decreto Estadual nº 68.220/2023.

Equipe de Apoio:

César Ramos da Costa – N° Funcional: 5245020

Elias Manoel Neto – N° Funcional: 2992321

Marcus Antônio Rossi Feliciano – N° Funcional: 11941101

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, 18 de junho de 2025.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ambrósio

Diretor de Unidade de Ensino

PORTARIA FZEA Nº 34, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Portaria FZEA Nº 34, de 23 de JUNHO de 2025

Processo USP: 154.0000.5843/2025-23.

Dispõe sobre a designação dos "Gestores e Fiscais do Contrato" tratada no Artigo 13º da Portaria GR nº 8368/2024, no âmbito da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos/USP.

O Prof. Dr. Carlos Eduardo Ambrósio, Diretor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições legais nos termos do inciso I, alínea "b" da Portaria GR nº 8321/2024, baixa a seguinte

PORTARIA

Artigo 1º – Ficam designados os servidores, a seguir relacionados, para atuarem como **Gestores e Fiscais do Contrato**, nos termos do Artigo 13º da Portaria GR nº 8368/2024:

Gestores do Contrato

Maria Conceição Roldão - Nº Funcional: 3420672

Substituto: Nathalia Thays Frasse Malaman - Nº Funcional: 5244471

Fiscais Técnicos do Contrato

Wellington Massayuki Kanno - Nº Funcional: 3147333
Substituto: Felipe Rodrigues da Silva - Nº Funcional: 15166880
Fiscais Administrativos do Contrato
Luan de Oliveira - Nº Funcional: 7046373
Substituto: Layla Denófrio - Nº Funcional: 5821158
Ricardo Siqueira Lopes - Nº Funcional: 2027377
Substituto: César Ramos da Costa - Nº Funcional: 5245020
Gilberto Sanitá Junior - Nº Funcional: 5109257
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.
Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, 23 de junho de 2025.
Prof. Dr. Carlos Eduardo Ambrósio
Diretor FZEA/USP

RETIFICAÇÃO Nº 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO, DE 24 DE JUNHO DE 2025

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS- USP
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO - RETIFICAÇÃO
CONTRATO Nº 014/2025 – FZEA – USP
LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025
PROCESSO SEI Nº 154.00003238/2025-18
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS - FZEA, E A EMPRESA BRUNO EDUARDO MARTINI PION CONSTRUÇÕES - ME, OBJETIVANDO CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE ÁREA AO ENTORNO DA FUTURA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGARÁ A EXPANSÃO DA BIBLIOTECA.
Ao(s) 12 (doze) dia(s) do mês de junho do ano de 2025, a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por intermédio da FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS – FZEA – USP, inscrita no C.N.P.J. sob nº 63.025.530/0097-56, localizada na Av. Duque de Caxias Norte, nº.225, Jd. Elite, Pirassununga – SP, CEP 13.635-900, neste ato representada por seu Diretor de Unidade de Ensino, Prof. Dr. Carlos Eduardo Ambrósio, por delegação de competência, nos termos da Portaria GR nº 8321/2024 e alterações posteriores, na Universidade de São Paulo, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa BRUNO EDUARDO MARTINI PION CONSTRUÇÕES – ME, CNPJ nº 41.862.961/0001-92, sediada à Rua Siqueira Campos, nº 861, Sala 02, Centro, Pirassununga – SP, CEP 13.630-085, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas aplicáveis e normativas referidas no presente contrato, vigentes no âmbito da Universidade de São Paulo, resolvem celebrar o presente PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO - RETIFICAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RETIFICAÇÃO DO CONTRATO
O objeto do presente instrumento é a RETIFICAÇÃO DO PREÃMBULO DO CONTRATO, devido a constatação de erro material de digitação do texto, que constou em seu conteúdo o seguinte:
MINUTA DE CONTRATO Nº.014/2025 – FZEA – USP;
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS - FZEA, E A EMPRESA BRUNO EDUARDO MARTINI PION CONSTRUÇÕES - ME, OBJETIVANDO CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE ÁREA AO ENTORNO DA FATURA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGARÁ A EXPANSÃO DA BIBLIOTECA.
Considerando a correção dos dados, LEIA-SE CORRETO O PREÂMBULO DO CONTRATO, na forma do seguinte texto:
CONTRATO Nº.014/2025 – FZEA – USP;
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS - FZEA, E A EMPRESA BRUNO EDUARDO MARTINI PION CONSTRUÇÕES - ME, OBJETIVANDO CONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE ÁREA AO ENTORNO DA FUTURA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGARÁ A EXPANSÃO DA BIBLIOTECA.
AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO E TERMO DE REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS.
Pirassununga, 18 de junho de 2025.
Prof. Dr. Carlos Eduardo Ambrósio
Diretor de Unidade de Ensino
CONTRATANTE
Bruno Eduardo Martini Pion
Proprietário
CONTRATADA

Anexo(s):
10 - 1º ADIT RETIF CONTRATO Nº 014-2025 - BRUNO PION (1) assinado.pdf

INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOFÍSICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS

PORTARIA Nº IAG D 028/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre a Subdelegação de Competência nos termos da Portaria GR nº 8321, de 19/01/2024.
O Diretor do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto nas alíneas "a", "d" e "i", pertinentes ao inciso II, Artigo 1º da Portaria GR n.º 8321, de 19/01/2024, baixa a seguinte
PORTARIA:
Artigo 1º - Fica subdelegada ao servidor Moacir Lopes de Macedo, Chefe de Divisão Financeira, número funcional 3392702, a competência para:
a) Autorizar a concessão de adiantamento de fundos a servidor da Unidade;
b) Autorizar despesas com viagens e diárias de servidores pertencentes ao quadro da Unidade, nos limites fixados pela legislação e pelas normas da USP, observado ainda o limite de uma viagem (ida e volta) internacional, ao ano civil, por servidor;
c) Assinar notas de empenho.
Artigo 2º - Na ausência do referido servidor, as mesmas tarefas serão exercidas pela servidora Ivani Francisco, Analista Contábil-Financeira, número funcional 2480772.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria IAG-D 02/2024.
São Paulo, 23 de junho de 2025.
(assinado digitalmente)
Edmilson Dias de Freitas
Diretor

INSTITUTO DE FÍSICA

PORTARIA Nº IF 15/2025

INSTITUTO DE FÍSICA
Dispõe sobre a eleição do Delegado do Instituto de Física da Universidade de São Paulo para a eleição dos Antigos Alunos junto ao Conselho Universitário da USP.
O Prof. Dr. Cristiano Luis Pinto de Oliveira, Vice-Diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo baixa a seguinte
PORTARIA: DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 1º - A escolha do *Delegado do Instituto de Física da Universidade de São Paulo para a eleição dos Antigos Alunos junto ao Conselho Universitário da USP* (um titular e um suplente) será realizada em duas fases, nos termos da Portaria GR 8869,de 12/06/2025, sendo a primeira fase realizada em cada Unidade, via sistema eletrônico de votação e totalização de votos (Helios Voting).
Artigo 2º – No dia 14 de julho de 2025, das 9h às 12h, os antigos alunos da Unidade elegerão um delegado titular e seu suplente.
§ 1º – O antigo aluno votará pela Unidade onde cursou parte preponderante de seu currículo; aquele que for diplomado em mais de uma Unidade, votará apenas por uma delas.
§ 2º – O antigo aluno de curso de graduação da USP, que estiver matriculado em programa de pós-graduação desta Universidade, poderá votar e ser votado como delegado.
§ 3º – Ao antigo aluno, que é servidor técnico e administrativo ou docente da USP, fica garantido o direito de votar e ser votado como delegado.
Artigo 3º – Os delegados referidos no artigo 2º formarão o Colégio Eleitoral da segunda fase, que elegerá o representante dos antigos alunos junto ao Conselho Universitário.
DA INSCRIÇÃO
Artigo 4º - O pedido de inscrição individual de candidatos será feito medianterequerimento endereçado à Diretoria do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, com a indicação de candidatura para TITULAR OU SUPLENTE, em formuláriodisponívelno site https://portal.if.usp.br/ataac/pt-br/comunicados/todos, que deve ser encaminhado ao e-mailataac@if.usp.br,a partir dadata de publicação desta Portariaaté às16horasdodia01/07/2025.
§1º–As inscrições deverão ser acompanhadas de documento(s) de identificação com foto do(a) candidato(a).
§2º – O quadro das candidaturas deferidas será divulgado no dia 02/07/2025, no site da Divisão Acadêmica, no endereço https://portal.if.usp.br/ataac/pt-br/comunicados/todos.
§3º – Recursos sobre indeferimentos serão recebidos por e-mail, mediante o envio de mensagem para ataac@if.usp.br, até às 14h do dia 07/07/2025, e decididos pela Diretora, para divulgação nosite https://portal.if.usp.br/ataac/pt-br/comunicados/todos, até o dia 09/07/2025.
DO COLÉGIO ELEITORAL
Artigo 5º - Serão considerados e-mails válidos para a votação eletrônica osendereçoseletrônicos:
I - dos antigos alunos que estiverem cadastrados, até 10/07/2025, na Plataforma Alumni USP, disponível no link http://www.alumni.usp.br.
II - dos antigos alunos que, não tendo se cadastrado na Plataforma Alumni USP conforme mencionado no item I, solicitarem até o dia 10/07/2025, através do email ataac@if.usp.br, o cadastro ou aatualização de seus endereços de *e-mail*, mediante confirmação de seus dados de identificação como antigo aluno, devendo para tanto, encaminhar cópia digital de documento de identificação com foto, e informar o curso e ano de formação.
DA VOTAÇÃO E TOTALIZAÇÃO ELETRÔNICA
Artigo 6º - A Divisão Acadêmica encaminhará aos eleitores, até o dia 11/07/2025, em seu email, o endereço eletrônico do sistema de votação e a senha de acesso com a qual o eleitor poderá exercer seu voto.
Artigo 7º - O sistema eletrônico contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade.
Parágrafo único – Cada eleitor poderá votar em apenas um nome, tanto para titular quanto para suplente.
DOS RESULTADOS
Artigo 8º - A totalização dos votos da eleição será divulgada na página da Unidade, até às 17h do dia 14/07/2025.
Artigo 9º – Será considerado eleito o candidato que obtiver maior número de votos.
§ 1º – Em caso de empate, serão adotados como critérios sucessivamente:
I – maior tempo decorrido desde a conclusão do curso na USP;
II – de idade, recaindo a escolha no mais idoso.
§ 2º – Os casos omissos na primeira fase serão resolvidos pela Diretora da Unidade.
DISPOSIÇÕES FINAIS
Artigo10 - A eleição será acompanhadade uma Ata de abertura e encerramento dos trabalhos assinada por funcionário da DivisãoAcadêmica, baseada no relatório emitido pelo sistema de votação online, da qual constará data da eleição, número de eleitores e votantes, bem como quaisquer ocorrências que devam ser registradas.
Artigo 11 - Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Diretora.
Artigo12-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Paulo, 23 de junho de 2025.

INSTITUTO DE QUÍMICA

COMUNICADO, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Assistência Financeira – IQ/USP
Serviço de Materiais
EXTRATO DE ADITAMENTO
8º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO
CONTRATO Nº 005/2021 – IQ
PROCESSO USP: 2021.1.156.46.1
MODALIDADE DE LICITAÇÃO – PREGÃO
CONTRATANTE: INSTITUTO DE QUIMICA USP
CONTRATADA: COELHO E BATISTA AMBIENTAL LTDA
VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO R$ 147.696,47
PRAZO DE PRORROGAÇÃO – 12 MESES
PRAZO DE VIGÊNCIA : 27/06/2026
EMBASAMENTO LEGAL: ARTIGO 57 da Lei 8666/93

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

REITORIA

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO COTIL 2026, DE 18 DE JUNHO DE 2025

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO COTIL 2026
O Colégio Técnico de Limeira, da Universidade Estadual de Campinas, por meio deste edital, torna público os procedimentos que regulamentam o Processo Seletivo Público COTIL 2026, para ingresso nos Cursos Técnicos de nível médio, integrados e concomitantes/subsequentes ao Ensino Médio oferecidos pelo COTIL.
1. CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
1.1 Calendário do Processo Seletivo Público COTIL 2026:

1	Solicitação de PRPTI (Programa de Redução Parcial da Taxa de Inscrição - 50%)	12 de agosto a 01 de setembro de 2025
2	Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	12 de agosto a 01 de setembro de 2025
3	Divulgação do resultado de PRPTI e de Isenção da Taxa de Inscrição (depois das 16h)	09 de setembro de 2025
4	Inscrição	12 de agosto a 06 de outubro de 2025
5	Recolhimento da taxa de Inscrição	até 07 de outubro de 2025
6	Divulgação dos locais de prova de acordo com a cidade de opção (depois das 16h)	13 de outubro de 2025
7	Prova	19 de outubro de 2025
8	Recursos contra questões da Prova	20 a 22 de outubro de 2025
9	Averiguação fenotípica dos candidatos optantes pelas cotas étnico-raciais (pretos e pardos)	24 a 28 de novembro de 2025
10	Convocados para Matrícula (depois das 16h) e divulgação do Calendário de Matrícula e as orientações para a matrícula	12 de dezembro de 2025

1.2 Os itens 1, 2 e 4 são realizados por meio de preenchimento eletrônico.
2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2.1 O planejamento e a coordenação deste processo seletivo estão sob responsabilidade do Colégio Técnico de Limeira e da Comissão Executiva do Processo Seletivo.
2.2 É obrigatório ao candidato, ao seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal, tomar conhecimento de todas as normas e procedimentos indicados neste Edital e nas demais publicações pertinentes, sendo que a inscrição implicará a aceitação das normas definidas, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.
2.3 É obrigatório ao candidato, ao seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal, tomar conhecimento da Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020, que dispõe sobre a política de ingresso no Processo Seletivo dos Colégios Técnicos da Unicamp, adaptando o ingresso à adoção de cotas étnico-raciais e sociais a partir de 2021.
2.4 Todas as informações referentes a este processo seletivo público estarão disponíveis no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br.
2.5 Todas as comunicações oficiais entre a Comissão Executiva do Processo Seletivo e o candidato se dará por meio de seu e-mail pessoal cadastrado no ato da inscrição eletrônica. O candidato, seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal deverá informar corretamente o e-mail, bem como acessá-lo regularmente para o conhecimento de eventuais comunicações da Comissão Executiva do Processo Seletivo.
2.6 Em caso de dúvidas ou outras informações, enviar e-mail para vestibulinho@cotil.unicamp.br
3. CURSOS OFERECIDOS, PERÍODOS, DURAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS
3.1 Serão oferecidos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio, para candidatos que possuem o Ensino Fundamental completo ou estejam concluindo o 9ª ano. Esses cursos são destinados, exclusivamente, para candidatos que não possuem o Ensino Médio completo, conforme item 15.3. Os cursos e as vagas disponíveis nesta modalidade constam da tabela abaixo:

Número do Curso	Curso Técnico integrados ao Ensino Médio	Período	Duração do curso	Vagas	Reserva cotas étnico-raciais (PPI)	Reserva cotas sociais (EPU)	Vagas ampla concorrência (AC)
01	Desenvolvimento de Sistemas	diurno	3 anos	40	14	14	12
02	Edificações	diurno	3 anos	40	14	14	12
03	Enfermagem*	diurno	3 anos	40	14	14	12
04	Agrimensura	diurno	3 anos	40	14	14	12
05	Mecânica	diurno	3 anos	40	14	14	12
06	Qualidade	diurno	3 anos	40	14	14	12
11	Desenvolvimento de Sistemas	noturno	4 anos	40	14	14	12
15	Mecânica	noturno	4 anos	40	14	14	12
16	Qualidade	noturno	3 anos	40	14	14	12
18	Administração	noturno	3 anos	40	14	14	12

*Curso 03 – Enfermagem: o estágio obrigatório será concomitante.
3.2 Serão oferecidos Cursos Técnicos concomitantes/subsequentes ao Ensino Médio para os candidatos que estiverem cursando o Ensino Médio em outro período ou já o tenham concluído. Os cursos e as vagas disponíveis nesta modalidade constam da tabela abaixo:

Número do Curso	Curso Técnico concomitante/subsequente ao Ensino Médio	Período	Duração do curso	Vagas	Reserva cotas étnico-raciais (PPI)	Reserva cotas sociais (EPU)	Vagas ampla concorrência (AC)
21	Desenvolvimento de Sistemas	noturno	2 anos	40	14	14	12
22	Edificações	noturno	2 anos	40	14	14	12
23	Enfermagem*	tarde	2 anos	40	14	14	12
24	Agrimensura	noturno	2 anos	40	14	14	12
25	Mecânica	noturno	2 anos	40	14	14	12
26	Qualidade	noturno	2 anos	40	14	14	12
27	Prótese Dentária**	noturno	2 anos	30	11	11	8

*Curso 23 – Enfermagem: para quem estiver cursando a partir da 2ª série do Ensino Médio em outro período, em 2026, ou já o tenha concluído. Nesse curso, o estágio obrigatório será concomitante.
**Curso 27 – Curso com estágio obrigatório.
3.3 As aulas dos cursos técnicos oferecidos pelo COTIL no período diurno (cursos 01, 02, 03, 04, 05 e 06) serão ministradas de segunda a sexta-feira, das 7h45 às 12h50 e das 13h10 às 17h15, dependendo da distribuição de aulas. Aos sábados, poderão ser realizados simulados, reposição de aulas, visitas técnicas, oficinas e palestras.

3.4 As aulas do curso Técnico em Enfermagem concomitante/subsequente ao Ensino Médio (curso 23), serão ministradas de segunda a sexta-feira, das 13h10 até às 18h.

3.5 As aulas dos cursos técnicos oferecidos pelo COTIL no período noturno (cursos 11, 15, 16, 18, 21, 22, 24, 25, 26 e 27) serão ministradas de segunda a sexta-feira, das 19h às 23h, e aos sábados, no período da manhã e/ou à tarde, de acordo com a atribuição das aulas.

3.6 Não haverá dispensa de alunos com base em princípios filosóficos ou políticos, ou por motivo de trabalho.

3.7 Casos excepcionais, por motivos religiosos, serão analisados de acordo com a legislação vigente.

3.8 Todos os cursos são apresentados no **Catálogo de Cursos**, disponível no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br.

4. INSCRIÇÃO

4.1 A inscrição envolve **cinco momentos obrigatórios**:

a) Leitura deste edital;

b) Criação do cadastro no Portal do Candidato;

c) Preenchimento eletrônico do Formulário de Dados Pessoais e do Questionário Socioeconômico;

d) Inscrição nos cursos desejados;

e) Pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário.

4.2 Cada candidato poderá efetivar uma única inscrição neste processo e optar por até dois cursos.

5. CADASTRO E PREENCHIMENTO ELETRÔNICO DA INSCRIÇÃO

5.1 O candidato deverá fazer o cadastro no Portal do Candidato, disponível no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, de 12 de agosto a 06 de outubro de 2025, criando login e senha que darão acesso ao processo de inscrição e acompanhamento de sua inscrição.

5.2 No Portal do Candidato, o solicitante terá um único cadastro para gerenciar a sua inscrição. Quando o candidato menor de idade indica um responsável, este também pode gerenciar a inscrição.

5.3 Durante a inscrição, **será obrigatório informar o número do CPF e o documento de identidade do próprio candidato**. Não poderão ser utilizados número do CPF e documento de identidade dos pais ou responsáveis.

5.4 Para se cadastrar no Portal do Candidato, é **OBRIGATÓRIO** que o candidato possua conta pessoal de e-mail ativa e o número do CPF, pois são imprescindíveis para a ativação do cadastro e o resgate da senha de acesso. **Não será permitido alterar o CPF e e-mail após a confirmação do cadastro**.

5.5 O preenchimento dos dados da Inscrição é de responsabilidade exclusiva do candidato, de seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal. Desse modo, antes de iniciar o seu preenchimento, o candidato, seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal deverá conhecer todas as normas e todos os procedimentos indicados neste edital.

5.6 As etapas para a Criação do Cadastro são:

a) Acessar o endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br e, no menu superior, escolher a opção **Entrar**;

b) No formulário de acesso ao sistema, escolher a opção **Quero me cadastrar**;

c) Preencher corretamente os dados solicitados, conferir e escolher **Cadastrar**;

d) Uma mensagem com um link de ativação será enviada no e-mail informado no cadastro. O candidato deverá **ativar sua conta acessando o link recebido no e-mail**. Caso a mensagem de ativação não esteja na caixa de entrada do e-mail informado, ou na caixa de SPAM, o candidato deverá aguardar por pelo menos 1 hora para refazer seu cadastro, conferindo se os dados informados estão corretos, principalmente a conta de e-mail.

5.7 Ao acessar pela primeira vez sua conta, o candidato deverá preencher o formulário de Dados Pessoais e o Questionário Socioeconômico, de acordo com as instruções. Deverá também ler atentamente as informações. A inscrição não poderá ser efetuada antes do preenchimento desses dados.

5.8 Após preenchimento do formulário de Dados Pessoais e Questionário Socioeconômico, será solicitada ao candidato a confirmação dos dados preenchidos. Se necessário, poderá corrigi-los e, em seguida, marcar os campos **Declaro que li e concordo com o edital do Processo Seletivo Público COTIL 2026 e Declaro que os dados fornecidos por mim são verdadeiros** e, então, escolher **Salvar**. Durante o período de inscrições, os dados fornecidos nesta etapa poderão ser consultados e alterados pelo candidato acessando sua área restrita.

5.9 As etapas para a realização da Inscrição são:

a) Acessar o endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br e, no menu superior, escolher a opção **Entrar**;

b) Preencher corretamente o CPF e a senha, e clicar **Acessar o sistema**;

c) Se os dados pessoais já estiverem preenchidos, será apresentada a caixa de opção Inscrição, com o botão **Acessar**. Deve-se clicar nesse botão;

d) Neste momento, será solicitado que escolha os cursos nos quais deseja se inscrever e a cidade em que deseja realizar a prova (**Limeira ou Campinas**);

e) Preencha corretamente os dados solicitados e envie o formulário clicando em **Efetuar Inscrição**.

5.10 Efetuada a inscrição, a área **Pagamento** será disponibilizada com o botão Gerar Boleto. Para tornar válida a inscrição, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de R$120,00 (cento e vinte reais) até o dia 07 de outubro de 2025, em qualquer agência bancária, lotérica, ou via internet. Para sua segurança, guarde o comprovante de pagamento. **É recomendável que o candidato guarde o comprovante de pagamento para sua segurança. A inscrição somente será confirmada após a compensação bancária, inclusive nos casos de pagamento agendado. O candidato é responsável por acompanhar a efetivação da transação. O COTIL não se responsabiliza por pagamentos não processados devido à insuficiência de saldo ou por qualquer outro motivo.**

5.11 A Comissão Executiva do Processo Seletivo poderá solicitar o encaminhamento do comprovante de pagamento a qualquer tempo, caso o banco, por qualquer motivo, não identifique e confirme o pagamento.

5.12 No boleto, constarão o número de inscrição, nome, CPF e endereço do candidato.

5.13 Durante o período de inscrições, os dados fornecidos no item 5.9 poderão ser alterados pelo candidato, seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal, sendo válida a última informação salva.

5.14 Após o período de inscrição, não será possível alterar as informações fornecidas.

5.15 O candidato, seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal são os **únicos e exclusivamente responsáveis** pela veracidade das informações apresentadas no formulário de inscrição.

5.16 Serão anuladas, a qualquer tempo, as inscrições/matrículas que não obedecerem às determinações contidas neste edital.

5.17 Na inscrição o candidato deve optar por **até dois cursos** em que deseja se inscrever, **facultada a inscrição em mais de um curso**.

5.18 O COTIL não se responsabiliza pelo não preenchimento da inscrição por motivo de ordem técnica referente aos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e documentos. Não se responsabiliza, ainda, por qualquer tipo de problema ou crime cibernético, que resulte na não efetivação da inscrição.

5.19 Em hipótese alguma, serão aceitas inscrições ou alterações dos dados após o término do prazo estipulado no item 5.1.

5.20 A inscrição só estará concluída após o pagamento da taxa e a confirmação pelo banco. Não haverá devolução da taxa de inscrição.

6. PROGRAMA DE REDUÇÃO PARCIAL DA TAXA DE INSCRIÇÃO - PRPTI

6.1 O Programa de Redução Parcial da Taxa de Inscrição - PRPTI - promove a participação de candidatos que, por motivos financeiros, não poderiam participar deste Processo Seletivo Público COTIL 2026, conforme Lei Estadual nº. 12782, de 20 de dezembro de 2007.

6.2 No período de 12 de agosto a 01 de setembro de 2025, estará disponível, no Portal do Candidato, endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, a declaração de interesse de redução parcial de 50% da taxa de inscrição do processo de seleção, no valor de R$ 60,00 (sessenta reais), nos termos da Lei Estadual nº. 12782, de 20 de dezembro de 2007, para os candidatos que preencham, **cumulativamente**, os requisitos descritos nos itens 6.2.1 e 6.2.2:

6.2.1 Sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em:

a) uma das séries do ensino fundamental ou médio;

b) curso pré-vestibular;

c) curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

6.2.2 Recebam remuneração mensal inferior a dois salários mínimos: R$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais) ou estejam desempregados.

6.3 As regras e requisitos do PRPTI aplicam-se a candidatos maiores de 18 anos, ou a pais/responsáveis dos candidatos menores de 18 anos.

6.4 Os candidatos que preencheram a declaração de interesse pela redução parcial da taxa deverão **anexar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP) frente e verso**, a documentação comprobatória, conforme especificado nos itens 6.4.1, 6.4.2 e 6.4.3:

6.4.1 Quanto à comprovação da condição de estudante, será aceito um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração de matrícula, expedida por instituição de ensino, pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino, pública ou privada, ou por entidades de representação discente.

6.4.2 Quanto à comprovação de renda, será aceito um dos seguintes documentos:

a) contracheque ou recibo de pagamento por serviços prestados, ou envelope de pagamento, ou declaração do empregador;

b) extrato de rendimentos fornecidos pelo INSS ou outras fontes, referente à aposentadoria, auxílio-doença, pensão, pecúlio, auxílio-reclusão e previdência privada. Na falta deste, o extrato bancário identificado com o valor do crédito do benefício;

c) recibos de comissões, aluguéis, pró-labores e outros;

d) comprovante de recebimento de pensão alimentícia. Na falta deste, o extrato ou declaração de quem a concede, especificando o valor;

e) comprovantes de benefícios concedidos por programas sociais, como Bolsa-Escola, Auxílio Brasil, Bolsa-Família e Cheque-Cidadão.

6.4.3 Quanto à comprovação da condição de desempregado, será aceito um dos seguintes documentos:

a) recibos de seguro desemprego e do FGTS;

b) documentos de rescisão do último contrato de trabalho, mesmo que temporário. No caso de contrato em Carteira de Trabalho, anexar as cópias das páginas de identificação.

6.5 Será considerado desempregado o candidato ou seu responsável que estiver sem trabalho no período de inscrição.

6.6 A falta de qualquer um dos documentos solicitados exclui o candidato do PRPTI.

6.7 A responsabilidade total sobre a legibilidade (resolução) dos documentos comprobatórios anexados é do candidato, de seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal. Não serão aceitos documentos enviados após o prazo para solicitação de redução da taxa de inscrição.

6.8 A lista dos candidatos beneficiados pela redução parcial da taxa de 50% será disponibilizada no dia 09 de setembro de 2025, após às 16h, na página do Processo Seletivo Público COTIL 2026 na internet (www.exame.cotil.unicamp.br).

6.9 O candidato beneficiado deverá preencher a inscrição no Processo Seletivo Público COTIL 2026 diretamente no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, até 06 de outubro de 2025, e gerar o boleto para pagamento. Para tornar válida a inscrição, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de R$ 60,00 (sessenta reais) até o dia 07 de outubro de 2025, em qualquer agência bancária, ou lotérica, ou via internet. **É recomendável que o candidato guarde o comprovante de pagamento para sua segurança. A inscrição somente será confirmada após a compensação bancária, inclusive nos casos de pagamento agendado. O candidato é responsável por acompanhar a efetivação da transação. O COTIL não se responsabiliza por pagamentos não processados devido à insuficiência de saldo ou por qualquer outro motivo**.

6.10 A Comissão Executiva do Processo Seletivo poderá solicitar o encaminhamento do comprovante de pagamento a qualquer tempo, caso o banco, por qualquer motivo, não identifique e confirme o pagamento.

6.11 A inscrição do Processo Seletivo Público COTIL 2026, com redução parcial de 50% da taxa, somente se efetivará com a realização do pagamento do valor correspondente a R$ 60,00 (sessenta reais).

7. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 A isenção de pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Público COTIL 2026 será oferecida em duas modalidades:

a) alunos(as) oriundos(as) de escolas públicas que recebam remuneração mensal inferior a 1,5 salário mínimo - R$ 2.277,00 (dois mil, duzentos e setenta e sete reais) ou estejam desempregados(as);

b) servidor(a) ou filho(a) de servidor(a) da UNICAMP, funcionário(a) ou filho(a) de funcionário(a) da FUNCAMP e funcionário(a) ou filho(a) de funcionário(a) de empresas terceirizadas prestadoras de serviço à Universidade.

7.2 No período de 12 de agosto a 01 de setembro de 2025, estará disponível, no Portal do Candidato, endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, a declaração de interesse na isenção de pagamento da taxa de inscrição do Processo de Seleção, para os candidatos que se enquadram em uma das modalidades descritas no item 7.1.

7.3 Os candidatos que preencheram a declaração de interesse pela isenção de pagamento da taxa deverão **anexar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP) frente e verso**, a documentação comprobatória, conforme especificado nos itens 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3 e 7.3.4:

7.3.1 Quanto à comprovação da condição de estudante oriundo de escola pública, será aceita certidão ou declaração de matrícula, expedida por instituição de ensino pública.

7.3.2 Quanto à comprovação de renda, será aceito um dos seguintes documentos:

a) contracheque ou recibo de pagamento por serviços prestados, ou envelope de pagamento, ou declaração do empregador;

b) extrato de rendimentos fornecidos pelo INSS ou outras fontes, referente à aposentadoria, auxílio-doença, pensão, pecúlio, auxílio-reclusão e previdência privada. Na falta deste, extrato bancário identificado com o valor do crédito do benefício;

c) recibos de comissões, aluguéis, pró-labores e outros;

d) comprovante de recebimento de pensão alimentícia. Na falta deste, extrato ou declaração de quem a concede, especificando o valor;

e) comprovantes de benefícios concedidos por programas sociais, como Bolsa-Escola, Auxílio Brasil, Bolsa-Família e Cheque-Cidadão.

7.3.3 Quanto à comprovação da condição de desempregado, será aceito um dos seguintes documentos:

a) recibos de seguro desemprego e do FGTS;

b) documentos de rescisão do último contrato de trabalho, mesmo que temporário. No caso de contrato em Carteira de Trabalho, anexar as cópias das páginas de identificação.

7.3.4 Quanto à comprovação da condição de servidor(a) ou filho(a) de servidor(a) da UNICAMP e de funcionário(a) ou filho(a) de funcionário(a) da FUNCAMP e de empresas terceirizadas prestadoras de serviço à Universidade, serão aceitos os seguintes documentos:

a) holerite ou declaração atualizada de vínculo de trabalho, no caso de servidor(a) UNICAMP e funcionário(a) FUNCAMP;

b) declaração atualizada de vínculo de trabalho, no caso de funcionário(a) de empresa terceirizada prestadora de serviço à Universidade;

c) certidão de nascimento e holerite ou declaração atualizada de vínculo de trabalho, no caso de filho(a) de servidor(a) da UNICAMP, de funcionário(a) da FUNCAMP ou de funcionário(a) de empresas terceirizadas prestadoras de serviço à Universidade.

7.4 Será considerado desempregado o candidato ou seu responsável que estiver sem trabalho no período de inscrição.

7.5 As regras e requisitos para solicitação de isenção da taxa de inscrição aplicam-se a candidatos maiores de 18 anos, ou a pais/responsáveis dos candidatos menores de 18 anos.

7.6 A falta de qualquer um dos documentos solicitados na modalidade pleiteada, exclui o candidato do pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição.

7.7 A responsabilidade total sobre a legibilidade (resolução) dos documentos comprobatórios anexados é do candidato, de seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal. Não serão aceitos documentos enviados após o prazo para solicitação de redução da taxa de inscrição.

7.8 A lista dos candidatos beneficiados pela isenção de pagamento da taxa de inscrição será disponibilizada no dia 09 de setembro de 2025, após às 16h, na página do Processo Seletivo Público COTIL 2026 na internet (www.exame.cotil.unicamp.br).

7.9 O candidato beneficiado deverá preencher a inscrição no Processo Seletivo Público COTIL 2026 diretamente no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, até 06 de outubro de 2025.

8. PROGRAMA DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS E SOCIAIS

8.1 O programa de cotas étnico-raciais e sociais segue o disposto na Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020.

8.2 O ingresso por meio do programa de cotas étnico-raciais e sociais é opcional. O candidato, seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal deverá estar ciente que, caso queira concorrer às vagas reservadas para o programa de cotas étnico-raciais e sociais, disposto na Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020, deverá fazer a opção pelo programa durante o período de inscrições, até dia 06 de outubro de 2025.

8.3 As etapas para a opção pelo programa de cotas étnico-raciais e sociais são:

a) Acessar o endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br e, no menu superior, escolher a opção **Entrar**;

b) Preencher corretamente o CPF e a senha, e clicar **Acessar o sistema**;

c) Abra a caixa de opção **Cotas** e escolha, caso queira, marque **a(s) opção(ões) de cota(s) oferecida(s), conforme item 8.4**.

d) Após a escolha, será apresentado o botão **Download de Declaração**, clique para fazer o *download*, imprima e assine;

e) Em seguida, **anexe, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP) a declaração devidamente assinada**;

f) Clique no botão **Enviar**.

8.4 O sistema de classificação contemplará a ampla concorrência e percentuais mínimos para:

a) cotas étnico-raciais voltadas a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, oriundos de escolas públicas brasileiras.

b) cotas sociais voltadas a estudantes que cursaram o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano - antiga 5ª a 8ª série) **integralmente** na escola pública brasileira.

8.4.1 Os candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que não cursaram o Ensino Fundamental II integralmente em escola pública brasileira poderão concorrer às vagas remanescentes das cotas étnico-raciais, desde que optem pelo programa.

8.4.2 As escolas do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac), Instituto Ayrton Senna, Fundação Romi, Fundação Bradesco, entre outras, não pertencem à Rede Pública de Ensino. Portanto, candidatos que tenham cursado o Ensino Fundamental II nessas instituições não têm direito às vagas reservadas para o programa de cotas étnico-raciais e sociais, disposto na Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020.

8.4.3 Candidatos que tenham cursado o Ensino Fundamental II em escolas particulares, com bolsa de estudo parcial ou integral, não têm direito às vagas reservadas para o programa de cotas étnico-raciais e sociais, disposto na Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020.

8.5 As vagas previstas neste Processo Seletivo Público COTIL 2026 serão distribuídas da seguinte forma:

a) **Grupo 1** - 35% das vagas de cada curso oferecido serão preenchidas por estudantes pretos, pardos e indígenas que tenham cursado todo o Ensino Fundamental II em escola pública brasileira (PPI+EPU);

b) **Grupo 2** - 35% das vagas de cada curso oferecido serão preenchidas por estudantes que tenham cursado todo o Ensino Fundamental II em escola pública brasileira (EPU);

c) **Grupo 3** - 30% das vagas de cada curso oferecido serão preenchidas por ampla concorrência. Concorrem às vagas de ampla concorrência todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida no Processo Seletivo COTIL 2026 inclusive os candidatos que optaram pelo programa de cotas étnico-raciais e sociais e que não foram convocados para matrícula nas vagas reservadas pelo programa.

8.6 O preenchimento das vagas reservadas para os grupos 1 (PPI+EPU) e 2 (EPU) será feito, primeiramente, com os candidatos que se enquadram nos respectivos grupos. No caso de as vagas não serem preenchidas, serão convocados os candidatos de acordo com o descrito no item 12.5.

8.7 Caso a aplicação dos percentuais para os grupos PPI+EPU e EPU resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

8.8 Disputarão as vagas pelo programa de cotas étnico-raciais apenas os candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que cursaram integralmente o Ensino Fundamental II em escola pública brasileira, **que expressamente optarem pelo programa no ato da inscrição (conforme item 8.3, alínea "c")**, e que **enviarem a declaração, conforme modelo indicado no ANEXO I deste edital**, conforme abaixo:

a) Candidatos maiores de 18 (dezoito) anos - fazer o download da declaração, imprimir, assinar e **enviar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP)**, o **ANEXO I - DECLARAÇÃO COTA PPI+EPU** preenchido e assinado pelo próprio candidato.

b) Candidatos menores de 18 (dezoito) anos - fazer o download da declaração, imprimir, assinar e **enviar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP)**, o **ANEXO I - DECLARAÇÃO COTA PPI+EPU** preenchido e assinado pelos pais ou responsáveis.

8.9 Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que não cursaram o Ensino Fundamental II **integralmente** em escola pública brasileira concorrerão às vagas remanescentes reservadas para o Grupo 1 (item 8.5, alínea "a"), se **optarem pelo programa de cotas étnico-raciais** e **enviarem a declaração conforme modelo indicado no ANEXO II deste edital**, conforme abaixo:

a) Candidatos maiores de 18 (dezoito) anos - fazer o download da declaração, imprimir, assinar e **enviar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP)**, o **ANEXO II - DECLARAÇÃO COTA PPI** preenchido e assinado pelo próprio candidato.

b) Candidatos menores de 18 (dezoito) anos - fazer o download da declaração, imprimir, assinar e **enviar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP)**, o **ANEXO II - DECLARAÇÃO COTA PPI** preenchido e assinado pelos pais ou responsáveis.

8.10 Disputarão as vagas pelo programa de cotas sociais apenas os candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental II em escola pública brasileira, que **expressamente optarem pelo programa no ato da inscrição (conforme item 8.3, alínea "c")**, e que **enviarem a declaração, conforme modelo indicado no ANEXO III deste Edital**, conforme abaixo:

a) Candidatos maiores de 18 (dezoito) anos - fazer o download da declaração, imprimir, assinar e **enviar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP), o ANEXO III - DECLARAÇÃO COTA EPU** preenchido e assinado pelo próprio candidato.

b) Candidatos menores de 18 (dezoito) anos - fazer o download da declaração, imprimir, assinar e **enviar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP), o ANEXO III - DECLARAÇÃO COTA EPU** preenchido e assinado pelos pais ou responsáveis.

8.11 A responsabilidade total sobre a legibilidade (resolução) da declaração anexada é do candidato, de seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal. Não serão aceitos documentos enviados após o período de inscrições.

8.12 A adoção da reserva de vagas (cotas) contempla todos os cursos oferecidos e em todos os turnos.

8.13 Para ter direito à ação afirmativa por cotas étnico-raciais, os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos deverão possuir traços fenotípicos que os caracterizem como negros, de cor preta ou parda, e deverão anexar a declaração no ato da inscrição eletrônica, conforme itens 8.8 e 8.9.

8.14 Os candidatos optantes pelas cotas étnico-raciais serão submetidos a uma Comissão de Averiguação, designada pela Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da UNICAMP, a qual utilizará **exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada** pelo candidato à vaga reservada, conforme previsto na Resolução (UNICAMP) GR nº 74/2020, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos).

8.15 A validação da declaração, apresentada pelos candidatos optantes pelas cotas étnico-raciais, somente ocorrerá após a validação do fenótipo realizada pela Comissão de Averiguação, ficando a matrícula condicionada à aprovação nesta avaliação, conforme previsto na Resolução (UNICAMP) GR nº 74/2020.

8.16 Caso o candidato tenha sua declaração étnico-racial indeferida pela Comissão de Averiguação, perderá o direito à esta cota e seguirá no Processo Seletivo Público COTIL 2026 sem os benefícios por ela concedidos.

8.17 O candidato optante pelo programa de cotas sociais (EPU) que, convocado para a matrícula utilizando-se das vagas reservadas pelo programa, não conseguir comprovar a(s) condição(ões) declarada(s) será desclassificado do Processo Seletivo COTIL 2026, independente de sua classificação nas vagas reservadas para ampla concorrência.

8.18 O candidato, seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal, ao optar por participar pelo benefício de cotas por critério étnico-racial (PPI) não poderá alegar desconhecimento sobre o processo de avaliação de fenótipo que será realizado pela Comissão de Averiguação.

8.19 Os candidatos optantes pelas cotas étnico-raciais que se autodeclararem indígenas deverão comprovar que pertencem a uma das etnias indígenas do território brasileiro, apresentando um dos seguintes documentos:

a) Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI;

b) Carteira de Identidade, desde que nesta conste a origem e etnia do candidato;

c) Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena (conforme modelo indicado no **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ETNIA E DE VÍNCULO COM COMUNIDADE INDÍGENA)**, na qual será obrigatório:

I. informar se o(a) candidato(a) reside na terra ou comunidade indígena à qual declara estar vinculado;

II. apresentar justificativa de como seu vínculo com essa terra ou comunidade indígena pode ser comprovado, caso indique não residir na terra ou comunidade indígena;

III. indicar o nome completo das três lideranças indígenas diferentes que assinarão a Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena à qual o(a) candidato(a) declara pertencer e vincular-se;

IV. informar dados de contato das mesmas três lideranças indígenas (telefone, e-mail ou outra informação por meio da qual seja possível identificar ou contatar essas lideranças);

V. indicar nome do órgão regional da Funai cujo representante poderá atestar a existência e a localização da comunidade indígena à qual o(a) candidato(a) afirma estar vinculado(a).

8.20 O processo de averiguação étnico-racial se dará de acordo com os critérios dispostos na Resolução (UNICAMP) GR nº 74/2020, de forma independente da Comissão Executiva do Processo Seletivo 2026.

9. REQUERIMENTO DE USO DO NOME SOCIAL

9.1 Fica assegurado o uso do nome social, tendo em vista atender à Resolução CNE/CP nº1, de 19 de janeiro de 2018 e à Resolução (UNICAMP) GR-005/2020, de 13 de janeiro de 2020.

9.2 O candidato deverá indicar se deseja que seu nome social seja impresso nos documentos oficiais do Processo Seletivo Público COTIL 2026, no campo específico do Formulário de Inscrição, e preencher o requerimento disponível no **ANEXO V - REQUERIMENTO DE USO DO NOME SOCIAL**, até dia 06 de outubro de 2025, conforme abaixo:

a) Candidatos maiores de 18 (dezoito) anos - **anexar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP)**, no Portal do Candidato, o requerimento preenchido com firma reconhecida do próprio candidato.

b) Candidatos menores de 18 (dezoito) anos - **anexar, em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP)**, no Portal do Candidato, requerimento preenchido com firma reconhecida dos pais ou responsáveis.

9.2.1 A inclusão do nome social se dará por meio da substituição do prenome constante no registro civil pelo nome social, acrescido do sobrenome civil.

9.3 O nome social só será impresso nos documentos oficiais do Processo Seletivo Público COTIL 2026, mediante o envio do requerimento no prazo estabelecido no item 9.2.

10. SELEÇÃO

10.1 A seleção dos candidatos será realizada em 19 de outubro de 2025 (domingo), às 14h, por meio de prova no formato presencial.

10.2 A relação dos locais e das salas onde cada candidato fará sua prova será divulgada no dia 13 de outubro de 2025, após às 16h, na página do Processo Seletivo Público COTIL 2026 na internet (www.exame.cotil.unicamp.br) e no Portal do Candidato.

10.3 O candidato não poderá realizar sua prova em local diferente daquele divulgado conforme item 10.2.

10.4 A prova será composta por duas partes: a prova objetiva, de caráter apenas classificatório, composta por 48 questões de múltipla escolha, e a redação, de caráter eliminatório e classificatório, conforme disposto na Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020.

10.4.1 Cada questão de múltipla escolha da prova objetiva será composta por 04 (quatro) alternativas de resposta, sendo apenas uma correta.

10.4.2 A prova objetiva será composta por 12 (doze) questões de Língua Portuguesa, 12 (doze) questões de Matemática, 8 (oito) questões de Ciências da Natureza, 08 (oito) de História e 08 (oito) questões de Geografia.

10.4.3 O programa de estudos para a prova objetiva está descrito no **ANEXO VI - PROGRAMA DE ESTUDOS**.

10.4.4 A redação deverá ter no mínimo 8 (oito) linhas e no máximo 12 (doze) linhas. Redações que contenham menos 8 (oito) linhas, identificação pessoal, desenhos, mensagens ofensivas e/ou desconectadas do tema serão ANULADAS.

10.5 As questões de múltipla escolha deverão ser respondidas em ficha de resposta específica entregue pelos fiscais de sala, exclusivamente com caneta esferográfica azul ou preta. A correção da ficha de resposta será realizada por leitor óptico.

10.5.1 Caso sejam assinaladas, na ficha de resposta, para uma mesma questão mais de uma alternativa ou houver rasura, a questão será ANULADA.

10.6 A redação deverá ser desenvolvida em folha de redação específica entregue pelos fiscais de sala, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.

10.7 Em nenhuma hipótese haverá vista ou revisão da ficha de resposta ou da folha de redação.

10.8 No dia da prova, o candidato deverá portar um documento de identificação original com foto recente, comprovante de inscrição, bem como caneta esferográfica azul ou preta, lápis e apontador ou lapiseira, e borracha.

10.9 A partir das 12h30 (doze horas e trinta minutos) os portões serão abertos e o candidato deverá encaminhar-se à sala designada.

10.10 Pais e acompanhantes dos candidatos não poderão permanecer no interior dos locais de prova.

10.11 Às 13h30 (treze horas e trinta minutos), os acessos aos locais de prova serão fechados e terá início a prova às 14h (quatorze horas). Não será admitido, em hipótese alguma, acesso de pessoas externas às Comissões do Processo Seletivo aos locais de prova após às 13h30 (treze horas e trinta minutos).

10.12 A duração da prova será de 3h30 e o candidato só poderá deixar a sala após decorridos 90 (noventa) minutos do início da prova.

10.13 Durante a realização da prova, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade indicado no formulário de inscrição e da coleta da assinatura, impressões digitais e/ou identificação facial.

10.14 Ao final da prova, os candidatos deverão entregar ao fiscal da sala a sua ficha de respostas referente à prova objetiva e sua folha de redação. O candidato poderá levar consigo apenas o caderno de questões.

10.15 É proibida a utilização de celular, smartphone, smartwatch, tablet, relógio eletrônico, calculadora ou outro dispositivo de cálculo, processamento ou comunicação; boné ou similar; corretivo líquido ou de fita.

10.16 O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia 19 de outubro de 2025, a partir das 18h, no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br.

10.17 Eventuais objeções a alguma questão da prova deverão ser encaminhadas à Comissão Executiva do Processo Seletivo por remetente identificado, apresentadas por e-mail para vestibulinho@cotil.unicamp.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis após a divulgação do gabarito da prova objetiva e serão analisadas, desde que devidamente embasadas. O resultado do recurso/impugnação será comunicado exclusivamente ao(à) interessado(a), através de correio eletrônico. A anulação de questão ou retificação de gabarito, quando acatados pela Comissão, terá seu efeito estendido a todos os candidatos submetidos ao processo seletivo, independentemente de o candidato ter ou não interposto recurso.

11. CORREÇÃO DA PROVA E CLASSIFICAÇÃO

11.1 Conforme disposto na Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020, o processo de correção das provas será composto por duas etapas:

I. correção dos gabaritos da prova objetiva;

II. correção da redação.

11.2 Cada uma das questões de múltipla escolha da prova objetiva, quando a alternativa marcada pelo candidato é a correta, valerá 01 (um) ponto. Em caso de anulação de alguma questão da prova, por qualquer que seja a razão, seu respectivo valor será atribuído a todos os candidatos.

11.3 Na segunda etapa, o número de provas de redação corrigidas corresponderá ao máximo de 04 (quatro) vezes o número de vagas no curso, considerando as maiores notas obtidas na prova objetiva, em ordem decrescente, dos candidatos que optaram pelo curso, independentemente da ordem da opção.

11.3.1 O candidato permanecerá concorrendo apenas aos cursos de opção, nos quais tiver obtido classificação na primeira etapa.

11.4 A redação corrigida receberá uma nota de até 10 (dez) pontos.

11.4.1 Os candidatos que obtiverem nota 0 (zero) na redação serão desclassificados do Processo Seletivo Público COTIL 2026, uma vez que a redação tem caráter eliminatório e classificatório.

11.5 Após determinar a pontuação de cada candidato, somando-se a pontuação obtida no critério de múltipla escolha e na redação, os candidatos serão classificados em ordem decrescente de notas.

11.6 Os critérios de desempate obedecerão a seguinte ordem:

I. maior nota obtida na redação;

II. maior nota de Matemática obtida na prova objetiva;

III. maior nota de Português obtida na prova objetiva;

IV. maior nota de Ciências da Natureza obtida na prova objetiva;

V. maior nota de História obtida na prova objetiva;

VI. maior nota de Geografia obtida na prova objetiva;

VII. maior idade (data e, se persistir o empate, hora do nascimento).

11.7 A guarda da documentação e das provas dos candidatos ao Processo Seletivo Público COTIL 2026 dar-se-á pelo período de 06 (seis) meses a contar da data da última chamada para matrícula. Para efeito de guarda, consideram-se exclusivamente as folhas de respostas nas quais os (as) candidatos (as) preenchem a alternativa escolhida (ficha de correção com leitura ótica). Os cadernos de questões serão eliminados imediatamente após a aplicação da prova.

12. CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA

12.1 A 1ª Chamada para a matrícula será divulgada a partir das 16h, de 12 de dezembro de 2025, no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, obedecerá à divisão de vagas constante no item 8.5 e conterá o número da inscrição e o nome dos candidatos selecionados por curso, de acordo com o número de vagas ofertadas.

12.2 O mesmo candidato poderá ser classificado e convocado para mais de um curso, dentre suas opções. Ao ser convocado para matrícula, em qualquer chamada, o candidato deverá optar exclusivamente por uma única vaga, com as seguintes alternativas, ambas irreversíveis e irrevogáveis.

a) Efetuar a matrícula no curso para o qual foi convocado, ciente de que essa escolha implica a desistência de convocação futura em outro curso de sua escolha;

b) Optar por não realizar a matrícula no curso para o qual foi convocado, mantendo, assim, o direito de continuar concorrendo por uma vaga no outro curso de sua opção, caso tenha se classificado em dois cursos.

12.3 Caso um candidato tenha sido convocado em cursos diferentes, na mesma chamada, ele deverá optar e se matricular em apenas um curso, como consentimento de sua deliberada escolha, permitindo que sejam convocados(as) outros(as) candidatos(as) nas chamadas seguintes.

12.4 A convocação se dará por uma lista única dos candidatos classificados de acordo com suas notas, em ordem decrescente, identificando-se os candidatos PPI e EPU que fizeram opção de reserva pelas respectivas vagas (cotas étnico-raciais e sociais).

12.5 Para o preenchimento das vagas de cada curso, as convocações obedecerão ao seguinte descrito:

a) **Grupo 1** - serão convocados, a cada chamada, os próximos da lista que sejam pretos, pardos ou indígenas de escolas públicas brasileiras - marcados como PPI e como EPU - ainda não convocados, até se completarem as vagas previstas no item 8.5, alínea "a". Havendo vagas remanescentes (não ocupadas) do grupo 1, serão convocados os próximos candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que não cursaram o Ensino Fundamental II **integralmente** em escola pública brasileira e que **optaram pelo programa**.

b) **Grupo 2** - serão convocados, a cada chamada, os próximos da lista oriundos de Escola Pública Brasileira marcados como EPU ainda não convocados, independente da declaração étnico-racial, até se completarem as vagas previstas no item 8.5, alínea "b". Havendo vagas remanescentes (não ocupadas) do grupo 2, serão convocados os próximos candidatos de ampla concorrência.

c) **Grupo 3** - serão convocados, a cada chamada, os próximos da lista ainda não convocados, até se completarem as vagas reservadas para a ampla concorrência. Concorrem às vagas de ampla concorrência todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida no Processo Seletivo Público para Ingresso no COTIL 2026, inclusive os candidatos que optaram pelo programa de cotas étnico-raciais (PPI) e sociais (EPU) e que não foram convocados para matrícula nas vagas reservadas pelo programa.

12.6 Primeiramente serão convocados os candidatos classificados dentro dos grupos 1 e 2, de acordo com a classificação obtida. Posteriormente serão convocados os candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas para ampla concorrência (grupo 3). Caso as vagas reservadas para o grupo 1 não sejam preenchidas, serão convocados os próximos PPI da lista oriundos da ampla concorrência – marcados apenas como PPI.

12.7 As vagas não preenchidas pelos grupos de convocação 1 e 2 serão transferidas para a ampla concorrência de vagas (grupo 3) do Processo de Seleção.

12.8 Os candidatos não convocados na 1ª Chamada deverão acompanhar, no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, as listas de convocados das próximas chamadas, conforme o Calendário de Matrículas (item 13.3).

12.9 É responsabilidade do candidato informar-se sobre as listas das chamadas, periodicamente, no Portal do candidato e no site do Processo Seletivo do COTIL 2026, inclusive de eventuais chamadas extras, observando prazos, procedimentos e documentos exigidos para matrícula.

13. MATRÍCULAS

13.1 As matrículas obedecerão à convocação dos candidatos.

13.1.1 O cancelamento da matrícula é irreversível e expressa a desistência do(a) candidato(a) à vaga para a qual havia sido convocado(a), permitindo que convoque

outros(as) candidatos(as) para essa vaga.

13.1.2 O cancelamento da matrícula é irreversível e expressa a desistência do(a) candidato(a) à vaga para a qual havia sido convocado(a), permitindo que convoque outros(as) candidatos(as) para essa vaga.

13.2 As listas de candidatos convocados para matrícula serão divulgadas no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br.

13.3 O Calendário de Matrículas e as orientações para matrícula serão divulgados em 12 de dezembro de 2025, no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br.

13.4 É responsabilidade do candidato, seu responsável (pai, mãe, curador ou tutor) ou representante legal informar-se sobre o Calendário de Matrículas e as orientações para matrícula.

14. VAGAS REMANESCENTES

14.1 Vaga remanescente refere-se à vaga oferecida no Processo Seletivo Público COTIL 2026 não ocupada após a convocação para a matrícula de todos os classificados (quatro vezes o número de vagas do curso).

14.2 Havendo vagas remanescentes dos cursos oferecidos, será divulgado Calendário específico para preenchimento dessas vagas.

14.3 Poderão se inscrever no processo de preenchimento de vagas remanescentes, os candidatos inscritos e classificados (quatro vezes o número de vagas do curso) no Processo Seletivo Público COTIL 2026 e que não foram convocados para a matrícula no curso escolhido no ato da inscrição.

14.4 Todos os candidatos inscritos no processo de preenchimento de vagas remanescentes participarão por ampla concorrência, não sendo considerada a opção de cotas no ato da inscrição.

14.5 As etapas para a realização da Inscrição são:

a) Acessar o Portal do Candidato pelo endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br e, no menu superior, escolher a opção **Entrar**;

b) Preencher corretamente o CPF e a senha pessoal, e clicar **Acessar o sistema**;

c) Assinalar a opção em que declara interesse em participar do processo de preenchimento das vagas remanescentes;

d) Neste momento, será solicitado que escolha o curso no qual deseja concorrer às vagas remanescentes;

e) Enviar o formulário clicando em **Efetuar Inscrição**.

14.6 Cada candidato poderá efetivar inscrição para vagas remanescentes de um **único curso**.

14.7 Em hipótese alguma serão aceitas inscrições após o término do prazo estipulado no Calendário de vagas remanescentes.

14.8 A seleção dos candidatos será realizada com base na sua nota final no Processo Seletivo Público COTIL 2026.

14.9 Os candidatos inscritos no processo de preenchimento de vagas remanescentes serão classificados de acordo com sua nota final no processo seletivo.

14.10 Os critérios de desempate obedecerão os mesmos do edital do Processo Seletivo Público COTIL 2026, conforme item 11.6.

14.11 Será divulgada lista única com os nomes dos candidatos classificados em cada curso com vagas remanescentes, com as respectivas notas finais, em ordem decrescente, no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, em data estipulada no Calendário de vagas remanescentes.

14.12 A 1ª Chamada para a matrícula de vagas remanescentes será divulgada em data estipulada no Calendário de vagas remanescentes, no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, e conterá o número da inscrição e o nome dos candidatos selecionados por curso com vagas remanescentes, de acordo com o número de vagas disponíveis.

14.13 Os candidatos não convocados na 1ª Chamada para a matrícula de vagas remanescentes deverão acompanhar, no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, as listas de convocados das próximas chamadas, conforme o Calendário de vagas remanescentes.

14.14 É responsabilidade do candidato informar-se sobre as listas das chamadas.

14.15 As matrículas obedecerão à convocação dos candidatos e seguirão o disposto nas orientações para matrícula (item 13.3).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A prestação de informação falsa pelo candidato, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

15.2 A declaração falsa ou a não comprovação de qualquer informação do formulário de inscrição, apurado a qualquer momento do processo seletivo ou de seu vínculo acadêmico com a instituição, acarretará a desclassificação do candidato e, consequentemente, a perda da vaga e/ou cancelamento da matrícula.

15.3 A matrícula na modalidade de cursos técnicos integrados ao ensino médio é vedada ao candidato que já possui o Ensino Médio completo. Apurado, a qualquer momento do seu vínculo acadêmico com a instituição, que o candidato já concluiu o ensino médio, sua matrícula será cancelada.

15.4 Os resultados deste Processo Seletivo Público serão válidos apenas para o ano letivo de 2026.

15.5 No endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br serão divulgados, sempre que necessário, editais, normas complementares e avisos oficiais sobre este Processo Seletivo, sendo responsabilidade do candidato o acompanhamento das informações, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

15.6 Todos os dados e as informações de cada candidato e o resultado deste processo serão divulgados no endereço eletrônico www.exame.cotil.unicamp.br, garantindo a necessária transparência ao Processo Seletivo Público COTIL 2026.

15.7 Os casos omissos serão decididos pela Comissão Executiva do Processo Seletivo.

ANEXO I

DECLARAÇÃO - COTA PPI+EPU

Eu,

_____, de nacionalidade _____, nascido em ____/____/_____, portador(a) da cédula de identidade (RG) nº _____, expedida em ____/____/_____, candidato do Processo Seletivo COTIL 2026, declaro, sob as penas da lei, que, caso seja classificado (quatro vezes o número de vagas do curso), estou ciente de que:

I. ao optar por participar do Processo Seletivo COTIL 2026 pelo Programa de Cotas Étnico-Raciais e Sociais - Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020, terei que, no ato da matrícula, apresentar os documentos comprobatórios de que cursei o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano - antiga 5ª a 8ª série) integralmente em escola pública brasileira, conforme o edital. Tenho ciência de que, se convocado para a matrícula utilizando as vagas EPU ou EPU+PPI e não comprovar esta condição, estarei desclassificado do Processo Seletivo COTIL 2026, independente de minha classificação nas vagas reservadas para ampla concorrência, conforme o edital;

II(a). ao também me declarar preto ou pardo (cota PPI), deverei participar do processo de heteroidentificação, realizado por uma Comissão de Averiguação, que utilizará exclusivamente o critério fenotípico, conforme o edital, ou;

II(b). ao também me declarar indígena (cota PPI), deverei comprovar que pertenço a uma das etnias indígenas do território brasileiro, no ato da matrícula, apresentando um dos seguintes documentos: (a) Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI; (b) Carteira de Identidade, desde que nesta conste a origem e etnia do candidato; ou (c) Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena (ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ETNIA E DE VÍNCULO COM COMUNIDADE INDÍGENA), conforme o edital;

III. estou de acordo que, caso minha declaração de étnico-racial seja indeferida pela Comissão de Averiguação, perderei o direito à esta cota e seguirei no Processo Seletivo Público COTIL 2026 sem os benefícios concedidos pela cota PPI.

Limeira, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do Candidato

_____

Nome, RG e assinatura do pai, da mãe ou do responsável legal, no caso de candidato menor de idade

*O Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Este documento deverá ser salvo em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP) antes de ser anexado no Portal do Candidato.

ANEXO II

DECLARAÇÃO - COTA PPI

Eu,

_____, de nacionalidade _____, nascido em ____/____/_____, portador(a) da cédula de identidade (RG) nº _____, expedida em ____/____/_____, candidato do Processo Seletivo COTIL 2026, declaro, sob as penas da lei, que, caso seja classificado (quatro vezes o número de vagas do curso), estou ciente de que:

I(a). ao me declarar preto ou pardo (cota PPI), deverei participar do processo de heteroidentificação, realizado por uma Comissão de Averiguação, que utilizará exclusivamente o critério fenotípico, conforme o edital, ou;

I(b). ao me declarar indígena (cota PPI), deverei comprovar que pertenço a uma das etnias indígenas do território brasileiro, no ato da matrícula, apresentando um dos seguintes documentos: (a) Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI; (b) Carteira de Identidade, desde que nesta conste a origem e etnia do candidato; ou (c) Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena (ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ETNIA E DE VÍNCULO COM COMUNIDADE INDÍGENA), conforme o edital;

II. estou de acordo que, caso minha declaração de étnico-racial seja indeferida pela Comissão de Averiguação, perderei o direito à esta cota e seguirei no Processo Seletivo Público COTIL 2026 sem os benefícios por ela concedidos, passando a concorrer apenas em ampla concorrência.

Limeira, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do Candidato

_____

Nome, RG e assinatura do pai, da mãe ou do responsável legal, no caso de candidato menor de idade

*O Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Este documento deverá ser salvo em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP) antes de ser anexado no Portal do Candidato.

ANEXO III

DECLARAÇÃO - COTA EPU

Eu,

_____, de nacionalidade _____, nascido em ____/____/_____, portador(a) da cédula de identidade (RG) nº _____, expedida em ____/____/_____, candidato do Processo Seletivo COTIL 2026, declaro, sob as penas da lei, que cursei o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano - antiga 5ª a 8ª série) integralmente em escola pública brasileira e estou ciente de que:

I. ao optar por participar do Processo Seletivo COTIL 2026 pelo Programa de Cotas Étnico-Raciais e Sociais - Deliberação (UNICAMP) CONSU-A-21, de 02 de junho de 2020, terei que, no ato da matrícula, apresentar os documentos comprobatórios de que cursei o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano - antiga 5ª a 8ª série) integralmente em escola pública brasileira, conforme o edital;

II. se convocado para a matrícula em vaga EPU e não comprovar essa condição, estarei desclassificado do Processo Seletivo COTIL 2026, independente de minha classificação nas vagas reservadas para ampla concorrência;

III. em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

Limeira, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do Candidato

_____

Nome, RG e assinatura do pai, da mãe ou do responsável legal, no caso de candidato menor de idade

*O Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade Ideológica

Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Este documento deverá ser salvo em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP) antes de ser anexado no Portal do Candidato.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ETNIA E DE VÍNCULO COM COMUNIDADE INDÍGENA

Eu,

_____, portador da Cédula de Identidade nº _____, UF _, DECLARO, para fins de inscrição no Processo Seletivo Público COTIL 2026 PARA INGRESSO DE CANDIDATOS INDÍGENAS, que sou da etnia _____.

( ) resido em terra indígena: ( ) resido em área urbana:

Nome do local de residência / Endereço: _____

_____

Telefone(s) para contato: DDD( ) _____ DDD( ) _____

Por ser a expressão da verdade, assino esta declaração.

_____

Cidade e data Assinatura do(a) candidato(a)

Atenção: é obrigatório coletar nos quadros abaixo a assinatura, devidamente identificada, de 3 (três) Lideranças Indígenas diferentes:

DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE REGIONAL DA FUNAI:

ATENÇÃO: A falta do preenchimento por parte do representante da FUNAI nos respectivos espaços abaixo sinalizados, do NOME DO ESTUDANTE, do NOME DA COMUNIDADE INDÍGENA e da respectiva LOCALIZAÇÃO, bem como a falta da ASSINATURA do representante, resultarão no INDEFERIMENTO do pedido de inscrição, situação que NÃO poderá ser revertida.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, na sua missão institucional de promover e defender os direitos indígenas, nos termos do que dispõe a lei 5.371/1967, ATESTA, para fins de inscrição no processo seletivo destinado a candidatos(as) indígenas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que o(a) estudante _____

compareceu a esta unidade e declarou ser de etnia indígena brasileira e que possui vínculo com comunidade indígena. A comunidade indígena _____, à qual declarou pertencer, está localizada no endereço: _____

_____.

_____, _____de _____ de 2025.

_____

Assinatura

ANEXO V

REQUERIMENTO DE USO DO NOME SOCIAL NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO COTIL 2026

Tendo em vista atender à Resolução CNE/CP nº1, de 19 de janeiro de 2018, e Resolução (UNICAMP) GR-005/2020, de 13 de janeiro de 2020, o estudante deverá indicar se deseja que os documentos oficiais do Processo Seletivo Público COTIL 2026 sejam impressos com o nome social acrescido do sobrenome civil.

? sim, quero que nos documentos oficiais conste meu nome social, acompanhando o sobrenome civil.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Limeira, _____ de _____ de 2025.

_____ _____

Assinatura do Candidato Assinatura do Responsável

Este documento deverá ser salvo em formato PDF ou formato de imagem (PNG, JPEG ou BMP) antes de ser anexado no Portal do Candidato.

ANEXO VI

PROGRAMA DE ESTUDOS

PORTUGUÊS

Reflexão sobre textos da norma culta da língua, com base no conhecimento dos conteúdos gramaticais listados abaixo.

Gênero textuais.

Acentuação.

Ortografia.

Estrutura e formação das palavras.

Pontuação.

Classes de palavras.

Período simples e composto: relações de sentido.

Concordâncias nominal e verbal.

Regências nominal e verbal.

Figuras de linguagem.

Variações linguísticas.

MATEMÁTICA

Números naturais, inteiros, racionais e irracionais.

Potenciação, radiciação.

Expressões algébricas.

Produtos notáveis e fatorações.

Razões e proporções.

Porcentagem.

Equações de 1º e 2º graus.

Sistemas de equações de 1º grau.

Elementos fundamentais da geometria plana e semelhança de figuras planas.

Relações métricas e trigonométricas no triângulo retângulo.

Áreas de figuras planas.

Noções de estatística.

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Cinemática: Movimento uniforme, movimento uniformemente variado e movimento circular uniforme.

Dinâmica de Newton.

Energia mecânica e Transferência de energia.

Energia térmica: Temperatura e Conceitos de equilíbrio térmico.

Fisiologia do som.

Princípios de astronomia.

Magnetismo terrestre.

Propriedades da matéria: Gerais / Específicas / Mudanças do estado físico da matéria.

Constituição da matéria: O átomo / Prótons, nêutrons e elétrons: massas / Número atômico e Número de massa.

Elemento químico: Simbologia e representação.

Ligações químicas: Substâncias simples e substâncias compostas.

Misturas: Processos de separação de misturas homogêneas e heterogêneas.

Reações químicas: Equação química / Balanceamento.

Corpo Humano: Organização celular / Organização e funcionamento dos sistemas do corpo humano.

Programas de Saúde: Doenças sexualmente transmissíveis: contágio, consequências e prevenção / Nutrição e saúde: alimentação equilibrada / Consumo de drogas e suas consequências.

Biodiversidade e evolução em: Bactérias, fungos, protozoários, vírus, animais vertebrados e invertebrados e vegetais.

Meio Ambiente: Organização do ecossistema / Relações ecológicas entre os seres vivos / Interação homem e meio ambiente: importância da qualidade da água, tratamento de lixo, resíduos e esgoto, poluição, desmatamento e seus impactos.

HISTÓRIA

Tempo, espaço e formas de registros – processos de hominização e sedentarização / A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades – O mundo antigo / Lógicas de organização política – cidades – estado e passagem ao medievo / Trabalho e formas de organização social e cultural – servidão e mundo cristão / O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias / Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo / A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano – dominação, conflitos e resistências indígenas / Lógicas comerciais e mercantis da modernidade – escravização autóctone, africana e emergência do capitalismo / O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise – Iluminismo, revoluções e revoltas / Os processos de independência nas Américas / O Brasil no século XIX / Configurações do mundo no século XIX – nacionalismos e imperialismos / O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX/ Totalitarismos e conflitos mundiais / Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946. / A história recente – revoluções, pluralidades e conflitos contemporâneos.

GEOGRAFIA:

Cartografia: Representações da Paisagem e Cartográfica / Escalas / Linguagens dos Mapas / Cartografia e Poder.

Geografia Econômica e Meio Ambiente: Ciclos da natureza e a sociedade / Atividades econômicas e o espaço geográfico / Patrimônio ambiental e a sua conservação / Crise ambiental / Produção e consumo de energia / A produção do espaço geográfico global.

Território Brasileiro: Regionalização / Domínios naturais do Brasil / Brasil: população e economia / Redes urbanas e sociais.

Geopolítica: Globalização; A nova "desordem" mundial e o mundo contemporâneo.

2

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

FINANÇAS

COMUNICADO Nº 28, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Universidade Estadual de Campinas informa a alteração da ordem cronológica de pagamento referente à Nota de Liquidação da Despesa nº 21606/2025, vinculada a Carta contrato UEC nº 45-2023, cujo credor é a empresa Sigma-Aldrich Brasil Ltda., inscrita no CNPJ nº 68.337.658/0001-27. A despesa refere-se à aquisição de TERC-BUTIL METIL ÉTER, 99+%, REAGENTE A. C. S.

O pagamento, originalmente previsto para o dia 07/07/2025, foi antecipado para 23/06/2025, considerando o iminente encerramento do convênio que disponibiliza os recursos necessários à quitação da despesa.

A autorização para a alteração da data de pagamento é parte do Processo UEC nº 01-P-20419/2023.

COMUNICADO Nº 29, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Universidade Estadual de Campinas informa a alteração da ordem cronológica de pagamento referente à Nota de Liquidação da Despesa nº 21603/2025, vinculada a Carta contrato UEC nº 45-2023, cujo credor é a empresa Sigma-Aldrich Brasil Ltda. inscrita no CNPJ nº 68.337.658/0001-27. A despesa refere-se à aquisição de TERC-BUTIL METIL ÉTER, 99+%, REAGENTE A. C. S.

O pagamento, originalmente previsto para o dia 07/07/2025, foi antecipado para 23/06/2025, considerando o iminente encerramento do convênio que disponibiliza os recursos necessários à quitação da despesa.

A autorização para a alteração da data de pagamento é parte do Processo UEC nº 01-P-8770/2024.

COMUNICADO Nº 30, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Universidade Estadual de Campinas informa a alteração da ordem cronológica de pagamento referente à Nota de Liquidação da Despesa nº 21627/2025, vinculada a Carta contrato UEC nº 17-2024, cujo credor é a empresa Sigma-Aldrich Brasil Ltda. inscrita no CNPJ nº 68.337.658/0001-27. A despesa refere-se a aquisição de reagentes químicos controlados.

O pagamento, originalmente previsto para o dia 18/07/2025, foi antecipado para 23/06/2025, considerando o iminente encerramento do convênio que disponibiliza os recursos necessários à quitação da despesa.

A autorização para a alteração da data de pagamento é parte do Processo UEC nº 01-P-8770/2024

COMUNICADO Nº 31, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Universidade Estadual de Campinas informa a alteração da ordem cronológica de pagamento referente à Nota de Liquidação da Despesa nº 21634/2025, vinculada a Carta contrato UEC nº 80-2023, cujo credor é a empresa Merck S.A, inscrita no CNPJ nº 33.069.212/0008-50. A despesa refere-se à aquisição de reagentes químicos controlados.

O pagamento, originalmente previsto para o dia 14/07/2025, foi antecipado para 23/06/2025, considerando o iminente encerramento do convênio que disponibiliza os recursos necessários à quitação da despesa.

A autorização para a alteração da data de pagamento é parte do Processo UEC nº 01-P-25977/2023

COMUNICADO Nº 32, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Universidade Estadual de Campinas informa a alteração da ordem cronológica de pagamento referente à Nota de Liquidação da Despesa nº 21637/2025, vinculada a Carta contrato UEC nº 80-2023, cujo credor é a empresa Merck S.A, inscrita no CNPJ nº 33.069.212/0008-50. A despesa refere-se a aquisição de reagentes químicos controlados.

O pagamento, originalmente previsto para o dia 18/07/2025, foi antecipado para 23/06/2025, considerando o iminente encerramento do convênio que disponibiliza os recursos necessários à quitação da despesa.

A autorização para a alteração da data de pagamento é parte do Processo UEC nº 01-P-25977/2023

COMUNICADO Nº 33, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Universidade Estadual de Campinas informa a alteração da ordem cronológica de pagamento referente à Nota de Liquidação da Despesa nº 21870/2025, vinculada a Carta contrato UEC nº 43/2023, cujo credor é a empresa Controllab Controle de Qualidade para Laboratórios Ltda., inscrita no CNPJ nº 29.511.607/0001-18. A despesa refere-se à contratação de empresa para prestação de serviço de ensaio de proficiência em análise clínicas, para a Faculdade de Ciências Médicas.

O pagamento, originalmente previsto para o dia 10/01/2025, foi programado para 23/06/2025, considerando o iminente encerramento do convênio que disponibiliza os recursos necessários à quitação da despesa.

Em cumprimento ao artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/1993, justificamos o atraso no pagamento acima, tendo em vista que não houve tempo hábil para tramitação dos documentos dentro do prazo, conforme informação da Faculdade de Ciências Médicas juntada aos autos.

A autorização para a alteração da data de pagamento é parte do Processo UEC nº 01-P-46296/2023.

COMUNICADO Nº 34, DE 23 DE JUNHO DE 2025

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Universidade Estadual de Campinas informa a alteração da ordem cronológica de pagamento referente à Nota de Liquidação da Despesa nº 21951/2025, vinculada a Carta contrato UEC nº 45/2023, cujo credor é a empresa Sigma-Aldrich Brasil Ltda. inscrita no CNPJ nº 68.337.658/0001-27. A despesa refere-se a à aquisição de TERC-BUTIL METIL ÉTER, 99+%, REAGENTE A. C. S.

O pagamento, originalmente previsto para o dia 07/04/2025, foi programado para 23/06/2025, considerando o iminente encerramento do convênio que disponibiliza os recursos necessários à quitação da despesa.

Em cumprimento ao artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/1993, justificamos o atraso no pagamento acima, tendo em vista que não houve tempo hábil para tramitação dos documentos dentro do prazo, conforme informação da Faculdade de Ciências Médicas juntada aos autos.

A autorização para a alteração da data de pagamento é parte do Processo UEC nº 01-P-8770/2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

REITORIA

PORTARIA UNESP Nº 86, DE 18 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes para a operacionalização do processo sancionatório, com vistas à aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Unesp.

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 24 do Regimento Geral e considerando que, temporariamente, não há como operacionalizar o processo sancionatório, uma vez que o sistema E-sanções não foi atualizado para atender à Lei Federal nº 14.133/2021, expede a seguinte PORTARIA:

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes para operacionalizar o processo sancionatório, com vistas à aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Unesp, visando atender à Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do anexo desta Portaria.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo nº 1723/2021 - RUNESP).

ANEXO À PORTARIA UNESP Nº 86/2025

Roteiro do processo sancionatório no âmbito da Unesp

Procedimentos sancionatórios – Impedimento de Licitar e Contratar

Impedimento de Licitar e Contratar - inciso III do artigo 156 da LF 14.133/2021 e Portarias Unesp nºs 135 e 136/2023:

Este tipo de sanção pode ser aplicado à empresa que cometer as infrações previstas nos incisos II a VII do artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a empresa de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Roteiro do processo

1. FISCALIZAÇÃO OU ÁREA COMPETENTE, PREGOEIRO, AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO DE LICITAÇÃO – RELATA OCORRÊNCIA

1.1. No caso de infrações em tempo de execução contratual (incisos II, III, e VII do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021): o responsável pela fiscalização ou o setor competente deve comunicar a irregularidade por meio de um documento formal, que deve reunir informações sobre a infração, relatando o que de fato ocorreu e, se possível, juntando evidências e documentos, enviando-os à Gestão do Contrato.

1.2. No caso de infrações em tempo de licitação (incisos IV, V e VI do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021): o pregoeiro ou o agente de contratação/comissão de contratação deve comunicar a irregularidade por meio de documento formal, que deve reunir informações sobre a infração, relatando o que de fato ocorreu e, se possível, juntando evidências e documentos, enviando-os ao Supervisor da Seção Técnica de Materiais (STM).

2. STM/GESTOR DO CONTRATO – ABERTURA E INSTRUÇÃO DO EXPEDIENTE

2.1. Aponta a necessidade de abertura de expediente para possível Processo de Responsabilização (PAR) nos termos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, juntando aos autos as cópias de todos os documentos pertinentes à licitação (Edital, etc.), celebração e execução (Contrato, Termos Aditivos, Termo de Rescisão, Ato da Autoridade, Laudos, etc.), caso o contrato já tenha sido firmado, irregularidades apontadas e demais documentos que se fizerem necessários de forma cronológica e compreensível aos autos.

2.2. STM elabora parecer pontuando os fatos e os documentos juntados e envia o expediente à Diretoria Técnica Administrativa (DTAd) da Unidade.

3. DTAd – ANÁLISE DOS AUTOS, SUGESTÃO DE COMISSÃO

3.1. Após a verificação da conformidade da documentação acostada no expediente, a DTAd deve sugerir a composição da comissão com no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliarão os fatos e as circunstâncias conhecidos nos autos, dentre outras providências, por meio de Ofício dirigido à Chefia de Gabinete da Reitoria enviado ao Grupo Técnico de Compras e Contratos/ Coordenadoria de Administração (GT2C/CADM). Em continuidade a este Ofício a DTAd encaminha os autos preliminarmente ao GT2C/CADM para apreciação prévia e encaminhamentos junto à Chefia de Gabinete da Reitoria da Unesp, autoridade competente para os próximos trâmites em casos de impedimento.

4. GT2C/CADM – AVALIA OS AUTOS E FAZ ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS

4.1. O GT2C/CADM verifica se todos os documentos necessários estão nos autos. Em caso negativo, solicita correções à Unidade, em caso positivo, encaminha o processo à Chefia de Gabinete para apreciação e abertura do Processo de Responsabilização (PAR).

5. CHEFIA DE GABINETE – AUTORIZA ABERTURA E NOMEIA COMISSÃO

5.1. Chefia de Gabinete autoriza a abertura do processo de apuração de responsabilidade e nomeia oficialmente a comissão que conduzirá os trabalhos.

5.2. O GT2C/CADM informará o Controle Interno da Unesp sobre a Abertura do Processo de Responsabilização (PAR).

6. COMISSÃO – FAZ PARECER DOS FATOS E INTIMA A CONTRATADA

6.1. A comissão deve elaborar parecer avaliando os fatos e circunstâncias conhecidos nos autos e elencar as falhas cometidas. Deve indicar também a quais artigos e incisos da lei corresponde a penalidade que se pretende aplicar.

6.2. A comissão deve elaborar a intimação à empresa, contendo de forma elencada as falhas ocorridas, e alertando que a empresa é passível de ser penalizada com Impedimento de Licitar e Contratar.

6.2.1. Deve constar na intimação que a empresa tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, para a apresentação de suas alegações de defesa ou provas que pretenda produzir.

6.2.2. Na intimação deverá estar explícito que a defesa deverá ser endereçada à Comissão do PAR e enviada ao e-mail da STM da Unidade. O título do e-mail deve ser claro – Ex. "Apresentação de Defesa – Processo xx/xxxx".

6.3. Enviar a intimação com Aviso de Recebimento (AR) para os endereços cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do fornecedor. Caso não haja confirmação do recebimento, publicar intimação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE/SP), protegendo os dados pessoais das partes, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

7. AGUARDAR PRAZO DE DEFESA PRÉVIA DO FORNECEDOR

Hipóteses possíveis após o prazo de defesa prévia:

7.1. Havendo defesa, a Comissão deve analisar e emitir parecer, ponderando se os fatos e alegações apresentadas são cabíveis, acatando e sugerindo arquivamento do processo à Autoridade Competente via GT2C/CADM; ou

7.2. Havendo defesa, a Comissão deve analisar e emitir parecer, ponderando se os fatos e alegações apresentadas não são cabíveis, considerar a razoabilidade e a proporcionalidade de acordo com os danos e prejuízos causados à Administração e sugerir a pena a ser aplicada, por fim, encaminha o processo para a consideração da Autoridade competente via GT2C/CADM; ou

7.3. Não havendo defesa, a Comissão deve analisar e emitir parecer, ponderando os fatos e a não apresentação da defesa, considerar a razoabilidade e a proporcionalidade de acordo com os danos e prejuízos causados à Administração e sugerir a pena a ser aplicada e, por fim, encaminha o processo para a consideração da Autoridade competente via GT2C/CADM.

7.4. Caso a empresa apresente defesa, alegue que tem novas provas e solicite novo prazo, a Comissão poderá decidir sobre a concessão de mais 15 (quinze) dias úteis para a produção e a apresentação dessas provas. Após a apresentação das provas, a Comissão deve analisar e emitir parecer, ponderando se os fatos e alegações apresentados não são cabíveis, considerar a razoabilidade e proporcionalidade de acordo com os danos e prejuízos causados à Administração e sugerir a pena a ser aplicada, por fim, encaminha o processo para a consideração da Autoridade competente via GT2C/CADM.

8. GT2C/CADM RECEBE O PROCESSO APÓS PARECER DA COMISSÃO:

8.1. Se houver defesa e a comissão sugerir acolher, nos moldes do subitem 7.1, o GT2C/CADM enviará o processo para parecer do Controle Interno da Unesp e posteriormente para o parecer da Chefia de Gabinete para proceder com o arquivamento do processo.

8.2. Se houver defesa e a comissão sugerir não acolher, ou se não houver defesa, nos moldes dos subitens 7.2 e 7.3, o GT2C/CADM enviará o processo para parecer do Controle Interno da Unesp e posteriormente para o parecer da Chefia de Gabinete para proceder com o Ato de Aplicação da Penalidade.

9. CONTROLE INTERNO:

9.1. O Controle Interno da Unesp analisa os autos e emite parecer.

10. AUTORIDADE COMPETENTE

10.1. Por meio do GT2C/CADM, o processo será enviado ao Gabinete para emissão de Ato de Aplicação da Penalidade.

11. APÓS O ATO DA AUTORIDADE, O GT2C/CADM DEVOLVERÁ O PROCESSO A UNIDADE PARA:

11.1. Na hipótese do subitem 8.1, a Unidade dará ciência ao fornecedor da decisão pelo arquivamento e seguirá os trâmites para o arquivamento do processo.

11.2. Na hipótese do subitem 8.2, a Unidade notificará a empresa via AR, enviando o Ato da Aplicação da Penalidade. Caso não haja recebimento do AR, a Unidade providenciará a publicação no DOE/SP. Na notificação, deverá estar explícito que cabe a apresentação de Recurso contra o ato e que a empresa tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação, para apresentar suas razões e eventuais provas que pretenda produzir.

11.3. Na notificação deverá estar explícito que o recurso deverá ser endereçado à Autoridade Competente que emitiu o ato e enviado ao e-mail do GT2C/CADM (gt2c.cadm@unesp.br). O título do e-mail deve ser claro – Ex. "Apresentação de Recurso contra a aplicabilidade da pena de impedimento de licitar – Processo xx/xxxx".

11.4. Iniciado o prazo de recurso, a Unidade enviará os autos do processo ao GT2C/CADM para acompanhamento das próximas etapas.

12. AGUARDAR PRAZO DE RECURSO E ANÁLISE, SE HOUVER

Hipóteses após o prazo de recurso:

12.1. Se não houver recurso, a Autoridade fará ato mantendo a aplicação da pena, solicitando a publicação de sua decisão.

12.2. Se houver recurso, este deve ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida. No caso de impedimento, deve ser dirigido à Chefia de Gabinete da Reitoria da Unesp, podendo ocorrer as hipóteses dos subitens como segue:

12.2.1. A Autoridade Competente (Chefia de Gabinete), auxiliada por parecer da D. Assessoria Jurídica, poderá reconsiderar sua decisão, alterando a penalidade ou determinando o arquivamento, de acordo com o teor do recurso, solicitando a publicação da decisão reformada, ou;

12.2.2. A Autoridade Competente (Chefia de Gabinete) poderá não reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e encaminhará o recurso com sua motivação à D. Assessoria Jurídica para parecer prévio e posterior encaminhamento ao(à) M. Reitor(a), o(a) qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

12.2.3. Na hipótese do subitem 12.2.2. a Autoridade Superior (M. Reitor(a)), auxiliada por parecer da D. Assessoria Jurídica, poderá manter a aplicação da penalidade, alterar a penalidade ou determinar o arquivamento, procedendo com a publicação de sua decisão.

13. PUBLICA DECISÃO FINAL E LANÇA NO SISTEMA – UNIDADE E COMUNICA A DECISÃO AO CONTROLE INTERNO DA UNESP

Após os atos das autoridades, o GT2C/CADM devolverá os autos à Unidade para:

13.1. Providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado da decisão da Autoridade.

13.1.1. Caso a decisão tenha resultado em sanção, providenciar a publicação da penalidade no SICAF e no site de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP); ou,

13.1.2. Em caso de não aplicação de sanção, encaminhar os autos para arquivo.

13.2. Na hipótese do subitem 13.1.1., a Unidade deverá conferir o cumprimento da penalidade, instruir o processo com os documentos necessários e, após o acompanhamento da execução da penalidade de impedimento de licitar e contratar, encaminhar os autos para arquivo.

13.3. Em qualquer das hipóteses, seja de arquivamento ou de aplicação de penalidade, a Unidade deverá comunicar a decisão ao Controle Interno da UNESP, a fim de que este possa identificar padrões de risco relevantes e orientar as Unidades na sua prevenção.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAMPUS DE BAURU

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN

DIVISÃO TÉCNICA ADMINISTRATIVA

DESPACHO Nº ACD 7/2025, DE 23 DE JUNHO DE 2025

Autorização de Contratação Direta nº 7/2025

Autorizo a aquisição dos insumos abaixo relacionadas através de Dispensa de Licitação - sem disputa de preços, com a empresa MRE FERRAMENTAS COMERCIAL LTDA., CNPJ nº 38.230.426/0001-04, no valor de R$ 1.099,00. Proc. nº 582/2025-FAAC.

ITEM 01 – AQUISIÇÃO DE ESTAÇÃO DE SOLDA E RETRABALHO SMD CONJUGADA HIKARI HK701-X

Bauru, 23/06/2025

Juarez Tadeu de Paula Xavier

DIRETOR DA UNIDADE

CAMPUS DE GUARATINGUETÁ

COMUNICADO DE 23 DE JUNHO DE 2025

UNESP - FACULDADE DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS

CAMPUS DE GUARATINGUETÁ

EXTRATO DE CONTRATO

UNESP - FACULDADE DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS DE GUARATINGUETÁ

Contrato: 010/2025-FEG

Processo nº 087/2025-FEG

Contratante: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Guaratinguetá - Faculdade de Engenharia e Ciências

Contratada: A. Mario Pinto Junior Engenharia

Objeto: construção do Centro de Convivência da Unesp/FEG

Valor: R$ 767.505,48

Recursos Orçamentários: Tesouro do Estado

Classif. Func. Programática: 12.364.4807.1151 e Classificação Econômica: 4.4.90.51.30

Prazo de execução da obra: 150 dias, do dia 23/06/2025 ao dia 19/11/2025

Data de assinatura do Contrato: 23/06/2025

FUNDAÇÃO EDITORA UNESP

COMUNICADO

Universidade Estadual Paulista

Fundação Editora da Unesp

Extrato de Contrato

Contrato: 096/25. Proc.: 097/2025 - Contratante: Fundação Editora da Unesp. Contratado: The Chancellor, Masters, and Scholars of the University of Cambridge acting through its department Cambridge University Press of University Printing House. Objeto: Aquisição de direitos autorais do livro "EVOLUTION: SELECTED LETTERS OF CHARLES DARWIN -- 1860-1870 (A EVOLUÇÃO: CARTAS SELETAS DE CHARLES DARWIN -- 1860-1870)", de autoria de Frederick Burkhardt, Alison M. Pearn e Samantha Evans. Valor: 8% sobre as vendas até 2.000 exemplares, e 10% sobre todos os exemplares vendidos posteriormente. A FEU pagará 25% sobre todos os exemplares vendidos da edição e-Book. Vigência: 5 anos. Data de assinatura: 17/06/25.

Contrato: 101/25. Proc.: 102/2025 - Contratante: Fundação Editora da Unesp. Contratado: Suhrkamp Verlag GMBH. Objeto: Aquisição de direitos autorais do livro "SITUATION UND KONSTELLATION. VOM VERSCHWINDEN DES SPIELRAUMS", de autoria de Hartmut Rosa. Valor: 8% sobre as vendas até 2.000 exemplares, e 10% sobre todos os exemplares vendidos posteriormente. Pagar-se-á, na forma de adiantamento a estes valores percentuais, a quantia de € 1.600 (mil e seiscentos euros). A FEU pagará 25% sobre todos os exemplares vendidos da edição e-Book. Vigência: 10 anos. Data de assinatura: 16/06/25.